

Políticas de Comunicação e Liberdade de  
Imprensa – Análise da Situação  
Cabo-verdiana entre 1991 e 2009

Silvino Lopes Évora

UMinho | 2010



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Silvino Lopes Évora

**Políticas de Comunicação e Liberdade de  
Imprensa – Análise da Situação  
Cabo-verdiana entre 1991 e 2009**

Junho de 2010



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Silvino Lopes Évora

**Políticas de Comunicação e Liberdade de  
Imprensa – Análise da Situação  
Cabo-verdiana entre 1991 e 2009**

Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação  
Área de Especialização em Sociologia da Informação

Trabalho efectuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria Helena Sousa**  
e do  
**Professor Doutor Moisés de Lemos Martins**

Junho de 2010

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **AOS MEUS PAIS,**

**- DOMINGOS GOMES ÉVORA E JULIANA GOMES LOPES -**

Pelo cuidado de, contra mar e vento, passarem aos filhos a mensagem de que a educação é a única herança de quem nasce em meios familiares modestos.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela força e pela inteligência que me deu para elaborar este trabalho e conseguir concluí-lo com sucesso. Agradeço também ao Santo Amaro Abade por todos os momentos que esteve ao meu lado a empurrar-me para dar mais um passo em frente e conseguir alcançar os meus objectivos.

Agradeço ainda aos meus pais – Juliana Gomes Lopes e Domingos Gomes Évora – por tudo o que fizeram por mim e pela paciência que tiveram para comigo para estar durante uma década a viver na distância, tentando dar corpo aos meus objectivos académicos. Da mesma forma, agradeço aos meus irmãos – Ana Maria Lopes Évora, António Lopes Évora, Almeida Lopes Évora, Alcides Lopes Évora e Claudino Lopes Évora – por todos os momentos da vida, incluindo a partilha das incertezas. Aos meus sobrinhos (Ailton, Néné, Tatiana e Danilson), primos e tios, sobretudo aqueles que por mim nutrem algum carinho, deixo aqui as minhas palavras de sentidos e reconhecidos agradecimentos.

Agradeço aos professores Helena Sousa e Moisés Martins por terem abraçado este projecto e por todo o apoio prestado ao longo desses anos. Os meus agradecimentos são extensivos aos anos pré-doutorais, em que frequentava o curso de Mestrado, que me permitiu realizar uma tese sob a orientação da professora Helena Sousa, hoje editada em livro pela MinervaCoimbra, a quem agradeço por ter publicado a obra. De igual forma, agradeço também ao Gabinete de Comunicação Social pelo patrocínio que permitiu a edição do livro *Concentração dos Média e Liberdade de Imprensa*.

Devo agradecer ainda à Universidade do Minho (UM) por me ter acolhido durante estes anos, possibilitando-me a realização de um Mestrado e de um Doutoramento. Em especial, o meu agradecimento vai para o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), sob a coordenação do Professor Manuel Pinto. Ainda, da Universidade do Minho, um agradecimento especial à Professora Rosa Cabecinhas, pelo carinho, amizade e apoio.

Devo agradecer ainda à Universidade de Santiago de Compostela (USC) por me ter acolhido durante um semestre, onde estive a fazer investigação enquadrado no programa Doutoramento Europeu. Particularmente, os meus agradecimentos vão para os Professores Xosé López (por ter aceitado, de bom grado, assumir a orientação dos meus trabalhos naquela instituição) e Xosé Soengas (director do Centro, pelo acolhimento, simpatia e possibilidade de realizar a investigação naquela instituição).

Agradeço a todos aqueles que colaboraram com esta investigação: aos jornalistas que preencheram os inquéritos e que me cederam as entrevistas; aos antigos governantes que me cederam as entrevistas; aos directores de Rádio de Cabo Verde, Agência Inforpress, Jornal A Nação, Rádio Praia FM, Rádio Comercial, Nós TV e Expresso das Ilhas pelas entrevistas; ao Chefe de Redacção do Jornal A Semana, Directora de Informação da Televisão de Cabo Verde e Delegada da RTP-África em Cabo Verde pelas entrevistas; à Presidente da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) pela entrevista e por me ter possibilitado assistir a todas as sessões da VI Assembleia-Geral da AJOC; ao Delegado da Rádio de Cabo Verde em São Vicente pela entrevista; ao membro do Conselho da Comunicação Social que me concedeu uma entrevista; ao Director-Geral da Comunicação Social, pela entrevista gentilmente concedida;

Agradeço ao Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde pela possibilidade de consultar os jornais publicados de 1991 a 2009; aos funcionários do Ministério das Finanças que me facilitaram a consulta dos Programas de Investimento de Desenvolvimento dos governos; a Isabel Lopes Ferreira, pela amizade e pelo trabalho de investigação desenvolvido, que me ajudou a percorrer o meu caminho;

Agradeço ao Doutor André Corsino Tolentino pela amizade e sugestões sobre o inquérito aplicado;

Agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pela Bolsa de Estudo que me concedeu, sem a qual esta tese, que hoje é uma realidade, continuaria num sonho adiado.

Agradeço à colega e amiga Carla Monteiro, pela amizade e por todo o apoio prestado para a elaboração dessa dissertação, facilitando o contacto com responsáveis de várias instituições.

Agradeço à Clotilde Varela, por todos os momentos de dúvidas, certezas, incertezas, alegrias, tristezas, sonhos e realidades partilhados;

Agradeço a todos os meus amigos que, de uma forma ou de outra, tornam a minha existência mais alegre. Em especial, agradeço àqueles que, nos últimos tempos, tivemos um contacto mais próximo ou que, de uma forma ou de outra, colaboraram comigo na investigação: Albino Luciano, Csanády Miklós, Maria Isabel, José Soares, Amândio Furtado, Francine Oliveira, Irene Cruz, Adilson Oliveira, Telma Levy, Odair Simão, Jacqueline Tavares, Carla Monteiro, Joana Andrade, Suzano Costa, Américo Correia, Olavo Semedo, Maurino Évora, Cristina Varela, Sarita Varela, Rogério Carmo, Nilton Moreno, Ismael Silla, Lina, Nesilita Nhaga, Elmer Barbosa, Teresa Correia, Teresa Carro, Joseph Ghanime, Luciana Gabriela, Sofia Oliveira, Leandro Cardoso, Higino Semedo, Arlindo Tavares, Kika Freire, Jorge Brito, Edith Martins, Marise Lima, Edson Alves, Victor Barros, Lourdes Gonçalves, Otilia Leitão, Carlos Santos, Madalena Correia, Silvia Sanches, Carlita Borges, Arnaldo Brito, Anilda Tavares, Nair Tavares, Vera Tavares, Prof<sup>a</sup>. Maria, Helder Matos, Kagan Poyraz, Matilde Dias, Elsa Noronha, Elisângela Rosa, Artemisa Ferreira, Jürgen Lang, Ouri Pota, Patrícia Magalhães, Ilda Fortes, Eloisa Évora, Abrão Vicente, Daniel Medina, Rosana Almeida, Teotónio Mendes, João Borges, Fernando Pinto, José Tavares, Félix Cardoso, Ulla Tolentino, Jacinta Tavares, Rui Pereira, Helena Bastos, Raimón Scapa, Amílcar Moreira, Marly Varela, Misy, Nildo Soares, Levi Salomão, Emílio Borges, Patrícia Baptista, Anabela Varela, Cláudia Leitão, Solange Rodrigues, Isabel Cabral, Leny Évora, Iryna Kisialiova, Sanny, Tânia, Dulce, Mana, Virgolino da Silva, Conceição Barros, Sara (prima), Sara (sobrinha), Ákos Kéri, Nazinha, Muxin, Bia, Tátá, Tchali, Quinto, Nhaki, Tchumá, Edna, Januário, Cudó, Di, Dita, Vanusa, Elsa, Guguta, Fica, Branca, Tchuca, Pipita, Bruno, Farrai, Amaro, Tetexa, Telma, Marly, Luís de Zabel, Gota, Zabel de Luís, Madrinha Santinha, Madrinha Maguida, Zenga Ramos, Beth de Filipa, Ló, Tchutchuca, Filipa, Ló de Lim, Osmar Francisco, Minga de Lula, Tily, Zé Pedro, Néné, Alcides, Marco, Djoy, Lim, Tuca, Anabela, Carmelita Borges, Zinha, Quintino, Luísa de Fan, Já de Luísa, Dina, Tia Segunda, Tutu, Néné, Bela, Tia Rosa, Tia Porfica, Tia Joana, Alcinda, Piliu, Sonita, Ângelo, Ny, Guilherme, Duco, Fuyu, Zé Lino, Lina, Maria José, Zé Maria, Ismael, Adérito, Zé Maria de Ribeirão Boi, Putchutchá, Any, Zá, Zy, Pompei, Mário, Preta, Casimiro, Sony, Iteve, Segunda, Djusé, Jacquilina, Jacelina, Carlos, Samy, Nico, Tia Almerinda, Suzana, Chissana, Porfica, Patrícia, Priscillia, Cedric, Lé de Tota, Silvino, Tio Nízio, Lula, Luísa Monteiro, Tepu, Lu (primo), Ramos Semedo, Tony de Brisina, Zico, Mana de Tota, Zé de Casimiro, Suzete, Edna de Tchuca, Tchuca, Juvinal, Nando Polícia, Edna dos Engenhos, Elisa (prima), Ló de Afonso, Banda, Iza Varela, Márcia, Ny, Mendy, Melícia, Albertino Goth, Paulo Soares, Pascoal, João de Titote, Carlita, Rosa de Lula, Néné, Duda Miguel, Alá, Evy, Sónia, Luísa, Fernando, Nhu Mimi, Segunda, Eneida, Nato, Picho, Titio, Neusa, Laurindo, Aldina, Tchico, Putchutchá, Andresa, Chinho, Brisina; Gláucia Nogueira, Natacha Mosso, Paulo, Paulino, Emanuel, Rui, Tó, Afonso, Lúcia, Lebre, Si...

Agradeço a todos cujos nomes deviam estar mencionados aqui e, por uma ou por outra, não estão. O lugar onde a memória guarda as recordações da vida é a mente. O lugar onde guardo as pessoas que amo é o coração. Ali, só podem ser alcançadas pela eternidade, porque mesmo o infinito, nas lonjuras das suas distâncias, não consegue agarrar um amor puro... se for para torná-lo no esquecimento.

## ÍNDICE GERAL

NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	1
Políticas de Comunicação e Liberdade de Imprensa.....	2

## CAPÍTULO I

### **DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E LIBERDADE DE IMPRENSA**

Análise da História Política dos Direitos Humanos

1. O Direito à Liberdade: Raízes do Debate.....	14
1.1. A Herança Inglesa.....	18
1.2. Os EUA e a luta pela Liberdade Individual.....	20
1.3. O Legado Francês e a Revolução de 1789.....	24
2. Os Direitos Fundamentais.....	27
3. A Democracia.....	32
3.1. Democracia grega e os caminhos para a construção da democracia moderna.....	33
3.1.1. A Construção do pensamento político moderno: Hobbes e Locke.....	38
3.1.2. Democracia liberal: Montesquieu, Rousseau, Milton, Bentham e Mill.....	42
3.2. A democracia moderna.....	49
4. A Liberdade de Imprensa.....	51
4.1. Correntes Argumentativas sobre a Liberdade de Imprensa.....	52



## **CAPÍTULO II**

### **POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO**

Uma Nova Ferramenta para Ler os Problemas Sociais

1. Contributo para Compreender as Políticas Públicas.....	58
2. Política de Comunicação: A emergência de um campo disciplinar.....	65
3. Críticas ao Capitalismo da Informação Internacional: Do domínio das grandes agências internacionais à emergência das propostas para uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação.....	69
4. Economia Política dos Media e Teoria da Dependência: Debate Inter-paradigmático sobre o fluxo da informação internacional.....	75
5. O Paradigma Multipolar da Informação: Da Escola de Frankfurt à Doutrina de Livre Fluxo da Informação.....	87

## **CAPÍTULO III**

### **CABO VERDE: ESTADO E SOCIEDADE**

1. Caracterização do Objecto de Estudo: A Sociedade Cabo-verdiana, da Política à Comunicação Social.....	96
1.1. História Política de Cabo Verde: Do poder colonial à independência nacional.....	96
1.2. Da Análise Sociológica à Dimensão Económica.....	98
1.3. Modelo Político e Sistema de Governação.....	100
2. A Constitucionalização da Liberdade de Imprensa.....	102
2.1. As Liberdades Fundamentais e a Organização Constitucional.....	102
2.2. Constituições Nacionais e Transições Políticas na África Lusófona.....	102
2.3. O Novo Texto Fundamental de Cabo Verde: A Constituição de 1992.....	103
2.4. A Constituição e a Mudança de Regime.....	105
2.5. Análise do Direito à Liberdade de Imprensa: Perspectiva Constitucionalista.....	107

3. Regulação da Comunicação e Liberdade de Imprensa.....	109
3.1. Comunicação Social e Liberdade de Imprensa: A Regulação Institucionalizada do Sector.....	109
3.1.1. A Regulação Institucionalizada pelo Estado e as Questões da Legalidade.....	109
3.1.2. Comissão da Carteira e delimitação do campo profissional.....	112
3.1.3. O Conselho da Comunicação Social e o Direito à Liberdade de Imprensa.....	115
3.2. A Auto-Regulação dos 'Media': Do 'contrato de essência profissional à organização da classe.....	119
3.2.1. Auto-regulação: um 'contrato de essência profissional'.....	119
3.2.2. A Associação dos Jornalistas de Cabo Verde.....	124
3.2.3. Regulação da classe e diferentes figurinos: Associação, Sindicato ou Ordem?.....	127
3.2.4. Auto-regulação: O Conselho de Redacção.....	131

## **CAPÍTULO IV**

### **OS DOIS BLOCOS DE GOVERNO E AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO**

1. Políticas de Comunicação e as 'Maiorias Expressivas' do MpD.....	134
1.1. O sector da Comunicação Social.....	134
1.2. Análise do direito à liberdade de imprensa: Perspectiva discursiva.....	144
2. Políticas de Comunicação e as 'Maiorias Expressivas' do PAICV.....	147
2.1. O sector da Comunicação Social.....	147
2.2. Análise do direito à liberdade de imprensa: Perspectiva discursiva.....	151

## **CAPÍTULO V**

### **POLÍTICAS PARA A TELEVISÃO: DAS EMISSÕES EXPERIMENTAIS À LIBERALIZAÇÃO DO ESPECTRO**

1. Televisão: Estruturas, Tendências e Desregulação.....	154
1.1. As aventuras de Hilário Brito.....	154
1.2. A Televisão de Serviço Público.....	156
1.3. Enquadramento Jurídico do Sector: A Lei da Televisão.....	159
1.4. O domínio das antenas parabólicas.....	161
1.5. Desregulação: as parabólicas, os videoclubes e a morte da lei.....	163
2. A Liberalização do Espectro Televisivo.....	167
2.1. Novos Operadores: do Regulamento do Concurso à atribuição de licenças.....	167
2.2. A decisão governamental, os candidatos e a liberdade de imprensa.....	171
2.3. O Mercado, o Conselho da Comunicação Social e a Regulação.....	177
2.4. A televisão e as questões do direito à liberdade de imprensa.....	180

## **CAPÍTULO VI**

### **ANÁLISE SECTORIAL DAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO**

A Rádio, a Imprensa Escrita e os 'Novos Media'

1. Da Legislação à Consagração do Direito à Liberdade de Imprensa.....	182
1.1. Quadro Jurídico: A Lei da Rádio.....	182
1.2. O serviço público e a liberalização do espectro radiofónico.....	182
1.3. A Rádio e as questões do direito à liberdade de imprensa.....	184
2. Da Imprensa de Papel ao Papel dos Media Digitais.....	186
2.1. Enquadramento Jurídico.....	186
2.2. Presença do Estado na Imprensa Escrita: Rupturas e continuidades.....	187
2.3. A imprensa escrita e as questões do direito à liberdade de imprensa.....	190

## **CAPÍTULO VII**

### **DIMENSÕES SOCIOLÓGICAS DO JORNALISMO CABO-VERDIANO**

1. Sociologia da Comunicação Social Cabo-verdiana.....	194
1.1. A Sociedade Bipartida.....	194
1.2. A Democracia e a Sociologia do Jornalismo Cabo-verdiano.....	200
1.3. Dinâmicas Socioeconómicas e Subdesenvolvimento da Comunicação Social.....	206
1.4. Sociologia do Serviço Público, Imprensa Estatal e Liberdade.....	211
2. Sociologia do Direito à Liberdade de Imprensa em Cabo Verde.....	217
2.1. O Poder, a Comunicação Social e o Direito à Liberdade de Imprensa.....	217
2.2. Liberdade de Emprego, Liberdade de Imprensa e Liberdade de Dispensa.....	221

## **CAPÍTULO VIII**

### **DIMENSÕES TÉCNICAS DO JORNALISMO CABO-VERDIANO**

1. Sociologia do Jornalismo Cabo-verdiano.....	228
1.1. A Cultura Jornalística Cabo-verdiana: O paradigma do ‘país sentado’.....	228
1.2. A ‘Sociedade Organizada’, o Jornalismo e os Pseudo-acontecimentos.....	231
1.3. A Formação como um Pilar do Direito de Informação.....	235
1.4. Jornalismo Narcisista: A Cidade da Praia como Critério de Noticiabilidade.....	239

## **CAPÍTULO IX**

### **DIMENSÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS DO JORNALISMO CABO-VERDIANO**

1. A Cooperação Internacional e os Défices da Comunicação Social.....	244
1.1. Políticas de Comunicação e Políticas de Cooperação.....	244

1.2. Falta de Investimentos e Deficiente Gestão dos Recursos Humanos.....	246
2. Fragilidades do Mercado e Potencialidades do 'Capital Ideológico'.....	252
2.1. Apoios do Estado, imprensa privada e Liberdade de Imprensa.....	252
2.2. Mercado das Notícias: insustentabilidade financeira dos <i>media</i> e capital ideológico.....	257
2.3. O papel da imprensa privada na 'guerra ideológica'.....	260
2.4. O duelo: A Semana VS Expresso das Ilhas.....	264

## **CAPÍTULO X**

### **DIMENSÕES JURÍDICAS DA LIBERDADE DE IMPRENSA**

1. Debate Jurídico Sobre a Liberdade de Imprensa em Cabo Verde.....	268
1.1. Legislação Ordinária.....	268
1.2. Análise do direito à liberdade de imprensa: Perspectiva legalista.....	269
1.3. A Legislação, o Jornalismo e a Liberdade de Imprensa.....	271
1.4. Jornalismo e Direito à Liberdade de Imprensa.....	276
1.5. Ineficácia Jurídica: Da Garantia do Direito à Liberdade de Imprensa à Ausência da Fiscalização.....	279

## **CAPÍTULO XI**

### **DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

#### A Liberdade de Imprensa 'Acorrentada'

1. Problemas na Socialização da Liberdade de Imprensa: O 'mal-estar' entre os jornalistas e os políticos na década de 90.....	284
1.1. A liberdade enquanto discurso: da véspera das eleições ao início das hostilidades.....	284
1.2. A liberdade de imprensa hostilizada.....	287
1.3. Caminhos da liberdade de imprensa: sobre a democratização da comunicação social.....	290

2. Gestão da Comunicação Social do Estado: Efeitos da politização dos media na relação dos jornalistas com os gestores e administradores dos órgãos públicos.....	295
2.1. A liberdade de imprensa entre ‘catástrofes’ administrativas.....	295
2.2. A reestruturação dos <i>media</i> públicos e a liberdade de imprensa.....	301
3. Tipologias de Pressões Sobre o Exercício da Liberdade de Imprensa.....	306
3.1. A Pressão Física: jornalistas e administradores em confronto directo.....	306
3.2. Pressão Jurídica e Liberdade de Imprensa.....	311
3.3. Pressão Policial, Democracia e Liberdade de Imprensa.....	317
4. A Corrupção da Informação no Jornalismo: Jornalistas como ‘inimigos’ da liberdade de imprensa.....	316
4.1. Costurando Incompatibilidade: Jornalistas que são comissários.....	321
4.2. Cosendo Incompatibilidades: Jornalistas que são publicitários.....	326

## **CAPÍTULO XII**

### **AS FACETAS DA CENSURA NUM ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO**

1. A Censura no Exercício do Jornalismo em Cabo Verde: Da manipulação dos órgãos à manipulação dos jornalistas.....	332
1.1. Facetas da censura, manipulação e mal-estar entre os jornalistas e os políticos.....	332
1.2. A Censura numa Análise Meta-jornalística.....	338
2. Autocensura no Jornalismo em Cabo Verde: Resultado das pressões psicológicas na acção comunicativa.....	341
2.1. No Território da Autocensura: conflitos psicológicos na acção informativa.....	335
2.2. Autocensura e a Sociedade de Proximidade.....	346
2.3. A Autocensura e a ‘comunidade fragilizada’.....	348

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

CONSIDERAÇÕES FINAIS: 'Contra Mar e Vento' – A liberdade entre os projectos políticos e as expectativas da democracia.....	352
BIBLIOGRAFIA.....	379
EDIÇÕES DE JORNAIS CONSULTADOS.....	392
RECURSOS DA RED.....	393

## **ANEXOS**

QUESTIONÁRIO.....	396
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS MEDIA CABO-VERDIANOS.....	401

## **ÍNDICE DOS QUADROS**

**Quadro n.º 1:** III Plano Nacional de Desenvolvimento: 1992-1995

**Quadro n.º 2:** Programa de Investimento (PI) para o ano 1996

**Quadro n.º 3:** Orçamento Privativo dos Fundos e Serviços Autónomos

**Quadro n.º 4:** Programa Pluri-anual de Investimentos Públicos 1998-2000

**Quadro n.º 5:** Investimento Público no Sector da Comunicação Social

**Quadro n.º 6:** Investimento Público no Sector da Comunicação Social



## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

**Gráfico n.º 1:** Organigrama dos *media* Estatais

**Gráfico n.º 2:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre a importância que a Assembleia Nacional tem dado à matéria da liberdade de imprensa.

**Gráfico n.º 3:** Esquema de funcionamento de uma sociedade organizada segundo o modelo democrático.

**Gráfico n.º 4:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre o impacto da democracia sobre a liberdade de imprensa em Cabo Verde.

**Gráfico n.º 5:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre a importância que os dois blocos de governos tem dado à comunicação social no processo de aprofundamento do sistema democrático.

**Gráfico n.º 6:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre o reconhecimento nacional e internacional da democracia cabo-verdiana.

**Gráfico n.º 7:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre a natureza das notícias disponibilizadas ao públicos entre 1991 e 2009.

**Gráfico n.º 8:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre as políticas dos governos do MpD e do PAICV para a valorização da actividade jornalística.

**Gráfico n.º 9:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre a independência no jornalismo depois de 1991.

**Gráfico n.º 10:** Auto-avaliação profissional dos jornalistas e o respeito pelos códigos de conduta.

**Gráfico n.º 11:** Apreciação dos jornalistas inquiridos acerca do 'jornalismo sentado' que se faz em Cabo Verde.

**Gráfico n.º 12:** Esquema que explica o relacionamento dos jornalistas e as fontes de informação, segundo as propostas de Ericson *et al* (1989).

**Gráfico n.º 13:** O impacto do domínio da agenda mediática por parte dos governos sobre a liberdade de imprensa.

**Gráfico n.º 14:** A importância da experiência profissional e da formação na defesa do direito à liberdade de imprensa.

**Gráfico n.º 15:** Organigrama das empresas mediáticas privadas de Cabo Verde.

**Gráfico n.º 16:** Organigrama das congregações religiosas com participação no sector mediático cabo-verdiano.

**Gráfico n.º 17:** Apreciação dos jornalistas sobre a vocação das empresas de comunicação social nacionais.

**Gráfico n.º 18:** Apreciação dos jornalistas inquiridos sobre a efectivação material das prescrições constitucionais que protegem a liberdade de imprensa.

- Gráfico n.º 19:** Análise dos jornalistas inquiridos sobre a capacidade da legislação na salvaguarda do direito à liberdade de imprensa.
- Gráfico n.º 20:** Análise dos jornalistas inquiridos sobre a capacidade da legislação sectorial na salvaguarda do direito à liberdade de imprensa.
- Gráfico n.º 21:** Entendimento dos jornalistas inquiridos sobre a ineficácia da legislação na protecção da liberdade de imprensa em Cabo Verde.
- Gráfico n.º 22:** Análise das decisões governamentais no incremento da protecção efectiva da liberdade de imprensa.
- Gráfico n.º 23:** Análise das pressões administrativas e políticas sobre os jornalistas e o seu impacto na salvaguarda do direito à liberdade de imprensa.
- Gráfico n.º 24:** Análise do fosso entre a protecção jurídica e a materialização do direito à liberdade de imprensa.
- Gráfico n.º 25:** Análise do impacto das conviências entre os jornalistas e a classe política na salvaguarda do direito à liberdade de imprensa.
- Gráfico n.º 26:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre a actuação dos chamados comissários políticos em Cabo Verde.
- Gráfico n.º 27:** Percepção dos jornalistas inquiridos sobre a censura política e o tratamento de matérias relacionadas com a política.
- Gráfico n.º 28:** Auto-avaliação profissional dos jornalistas e a relação com as hierarquias na definição do espaço da liberdade de imprensa.
- Gráfico n.º 29:** Análise da autocensura no jornalismo em Cabo Verde.

## ÍNDICE DE FIGURAS

**Figura n.º 1:** Mapa de Cabo Verde.

## ÍNDICE DAS FUNÇÕES DOS ENTREVISTADOS

**ADELINA BRITO:** Jornalista (Directora de Informação da Televisão de Cabo Verde).

**ALEXANDRE SEMEDO:** Jornalista (Director do A Nação, ex-Director e Chefe de Redacção do Jornal do Estado).

**APOLINÁRIO NEVES:** Empresário e Administrador (Proprietário do Liberal On-line, Promotor da Media Press/TV Global, ex-Director do Expresso das Ilhas, ex-Administrador da Inforpress, S.A.).

**ARMANDO SILVA:** Profissional da Comunicação (Delegado da Rádio de Cabo Verde em São Vicente).

**ARNALDO ANDRADE:** Jornalista, Político e Diplomata (Embaixador de Cabo Verde em Portugal, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, ex-Embaixador de Cabo Verde em França, ex-Jornalista do Voz di Povo).

**ARNALDO SILVA:** Advogado e Político (ex-Secretário do Estado para a Comunicação Social).

**BARTOLOMEU VARELA:** Jurista, Técnico da Educação e da Comunicação (Membro do Conselho da Comunicação Social, Administrador-Geral da Universidade de Cabo Verde na altura da entrevista).

**CARLOS GONÇALVES:** Jornalista e Empresário (Director da Rádio Comercial, ex-Director da Rádio de Cabo Verde).

**CARLOS PULU:** Empresário e Técnico de Electrónica e Audiovisual (Antigo Proprietário da extinta Televisão do Povo).

**CARLOS SANTOS:** Jornalista (Director da Rádio de Cabo Verde).

**CARVALHO SANTOS:** Jornalista (Director da Agência Noticiosa Inforpress, depois da entrevista possuiu a Director da Televisão de Cabo Verde).

**CONCEIÇÃO QUEIROZ:** Jornalista (ex-Directora de Informação da Televisão de Cabo Verde, actualmente Jornalista da TVI, Portugal).

**DANIEL MEDIA:** Jornalista (Jornalista da Televisão de Cabo Verde, Docente da Universidade de Cabo Verde, ex-Director da Televisão de Cabo Verde, ex-Director do extinto Jornal de Cabo Verde).

**EDUÍNO SANTOS:** Jornalista (Jornalista da Rádio de Cabo Verde em São Vicente, ex-Jornalista da Televisão de Cabo Verde, ex-Director do extinto semanário Notícias).

**EUGÉNIO MARTINS:** Técnico da Administração Pública (Director-Geral da Comunicação Social).

**GIORDANO CUSTÓDIO:** Profissional de Comunicação e Empresário (Director da Praia FM, Director da Rádio Morabeza, Líder do Grupo GC Comunicações).

**HULDA MOREIRA:** Jornalista (Presidente da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde, Jornalista da RTP África).

**ISABEL SILVA COSTA:** Jornalista (Delegada da RTP África em Cabo Verde).

**JOÃO DO ROSÁRIO:** Jornalista (Director do Expresso das Ilhas, ex-Jornalista da Agência Noticiosa Horizonte).

**JOSÉ LEITE:** Jornalista (Jornalista da Rádio de Cabo Verde em São Vicente).

**JOSÉ ANTÓNIO DOS REIS:** Psicólogo e Político (ex-Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro, Secretário-Executivo do Comité de Coordenação do Combate ao Sida CCS-Sida).

**JOSÉ VICENTE LOPES:** Jornalista (Chefe de Redacção do A Semana, ex-Jornalista do extinto Voz di Povo).

**JÚLIO VERA-CRUZ MARTINS:** Jornalista (Director de Informação da Rádio de Cabo Verde).

**LEÃO LOPES:** Artista, Docente e Político (ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social, Presidente da Escola Internacional da Arte do Mindelo, Docente do Ensino Superior).

**LUÍS CARVALHO:** Jornalista (Administrador da Imprensa Nacional de Cabo Verde, ex-Chefe de Redacção do Horizonte)

**MARCO ROCHA:** Jornalista (Corresponde da Televisão de Cabo Verde, Rádio de Cabo Verde e Inforpress em Portugal).

**MÁRIO VAZ:** Empresário e Apresentador de Televisão (Presidente da Nôs TV, S.A.).

**NELSON HERBERT:** Jornalista (ex-Director da Televisão Nacional de Cabo Verde, actualmente Jornalista da rádio Voz da América, Estados Unidos).

**ONDINA FERREIRA:** Docente Universitário e Político (ex-Ministra da Cultura e da Comunicação Social, Docente da Universidade de Cabo Verde).

**ROSANA ALMEIDA:** Jornalista (Apresentadora do Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde).

## ÍNDICE DAS DATAS DAS ENTREVISTAS

<b>ADELINA BRITO:</b> .....	Entrevistada a 21 de Abril de 2008.
<b>ALEXANDRE SEMEDO:</b> .....	Entrevistado a 23 de Abril de 2008.
<b>APOLINÁRIO NEVES:</b> .....	Entrevistado a 26 de Abril de 2008.
<b>ARMANDO SILVA:</b> .....	Entrevistado a 13 de Outubro de 2008.
<b>ARNALDO ANDRADE:</b> .....	Entrevistado a 17 de Junho de 2008.
<b>ARNALDO SILVA:</b> .....	Entrevistado a 4 de Novembro de 2008.
<b>BARTOLOMEU VARELA:</b> .....	Entrevistado a 6 de Janeiro de 2009.
<b>CARLOS GONÇALVES:</b> .....	Entrevistado a 24 de Abril de 2008.
<b>CARLOS PULU:</b> .....	Entrevistado a 16 de Outubro de 2008.
<b>CARLOS SANTOS:</b> .....	Entrevistado a 25 de Abril de 2008.
<b>CARVALHO SANTOS:</b> .....	Entrevistado a 23 de Abril de 2008.
<b>CONCEIÇÃO QUEIROZ:</b> .....	Entrevistado a 17 de Junho de 2008.
<b>DANIEL MEDIA:</b> .....	Entrevistado a 22 de Abril de 2008.
<b>EDUÍNO SANTOS:</b> .....	Entrevistado a 15 de Outubro de 2008.
<b>EUGÉNIO MARTINS:</b> .....	Entrevistado a 27 de Outubro de 2008.
<b>GIORDANO CUSTÓDIO:</b> .....	Entrevistado a 5 de Novembro de 2008.
<b>HULDA MOREIRA:</b> .....	Entrevistada a 6 de Novembro de 2008.
<b>ISABEL SILVA COSTA:</b> .....	Entrevistada a 25 de Abril de 2008.
<b>JOÃO DO ROSÁRIO:</b> .....	Entrevistado a 26 de Abril de 2008.
<b>JOSÉ LEITE:</b> .....	Entrevistado a 14 de Outubro de 2008.
<b>JOSÉ ANTÓNIO DOS REIS:</b> .....	Entrevistado a 1 de Novembro de 2008.
<b>JOSÉ VICENTE LOPES:</b> .....	Entrevistado a 25 de Abril de 2008.
<b>JÚLIO VERA-CRUZ MARTINS:</b> .....	Entrevistado a 21 de Novembro de 2008.
<b>LEÃO LOPES:</b> .....	Entrevistado a 17 de Outubro de 2008.

**LUÍS CARVALHO:** .....Entrevistado a 20 de Novembro de 2008.

**MARCO ROCHA:** .....Entrevistado a 18 de Junho de 2008.

**MÁRIO VAZ:** .....Entrevistado a 23 de Dezembro de 2008.

**NELSON HERBERT:** .....Entrevistado a 12 de Junho de 2008.

**ONDINA FERREIRA:** .....Entrevistado a 7 de Janeiro de 2009.

**ROSANA ALMEIDA:** .....Entrevistada a 3 de Novembro de 2008.

## **SIGLAS**

**ABC:** American Broadcasting Company.

**ABC-News:** American Broadcasting Company News.

**AC:** Antes de Cristo.

**AFP:** Agence France Press.

**AHN:** Arquivo Histórico Nacional (de Cabo Verde).

**AJOC:** Associação dos Jornalistas de Cabo Verde.

**ANAC:** Agência Nacional de Comunicações.

**AP:** Associated Press.

**ARE:** Agência de Regulação Económica.

**AT&T:** American Telephone and Telegraph.

**BM:** Banco Mundial.

**BOCC:** Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação.

**CA:** Conselho da Administração.

**CBS:** Columbia Broadcasting System.

**CBS-News:** Columbia Broadcasting System News.

**CCP:** Comissão da Carteira Profissional.

**CCS:** Conselho da Comunicação Social.

**CEAL:** Comissão Económica para a América Latina.

**CECS:** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

**CEDEAO:** Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

**CENJOR:** Centro Protocolar de Formação dos Jornalistas.

**CHJ:** Código de Honra do Jornalista.

**CFJ:** Centro de Formação dos Jornalistas (idealizado em Cabo Verde, nos anos 90, mas não concretizado).

**CNE:** Comissão Nacional das Eleições.

**CNN:** Cable News Network.



**CPLP:** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

**CRCV:** Constituição da República de Cabo Verde.

**CS:** Comunicação Social.

**CTT:** Correios, Telégrafos e Telefones (de Cabo Verde).

**CV:** Cabo Verde.

**CV Telecom:** Cabo Verde Telecom.

**CVXTV:** Cabo Verde Xinnuoli de Serviços de Comunicações Electrónicas e Teledifusão Digital.

**DAB:** Digital Audio Broadcasting.

**DVB:** Digital Video Broadcasting.

**DVBT:** Digital Video Broadcasting Terrestrial.

**DGCS:** Direcção-Geral da Comunicação Social.

**Efeito PIP:** Primus inter Pare.

**EUA:** Estados Unidos de América.

**FCT:** Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

**FIJ:** Federação Internacional dos Jornalistas.

**FMI:** Fundo Monetário Internacional.

**GB:** Guiné-Bissau.

**GEE:** Gabinete de Estudos Estratégicos (do MpD).

**ICTI:** Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação.

**INA:** Agência Noticiosa do Iraque.

**INE:** Instituto Nacional de Estatísticas.

**INPS:** Instituto Nacional de Previdência Social.

**IPAD:** Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

**IPI:** International Press Institute.

**IRNA:** Agência Noticiosa do Irão.

**ISE:** Instituto Superior da Educação.

**ITU:** União Internacional das Telecomunicações.

**JCV:** Jornal de Cabo Verde.

**JPAI:** Juventude Partidária do PAICV.

**JpD:** Jovens para a Democracia

**MCA:** Millennium Challenge Account.

**MCC:** Millennium Challenge Corporation.

**MpD:** Movimento para a Democracia.

**NJCV:** Novo Jornal de Cabo Verde.

**NOEI:** Nova Ordem Económica Internacional.

**NOMIC:** Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação.

**OI:** Orçamento do Investimento.

**OGE:** Orçamento Geral do Estado.

**OMC:** Organização Mundial do Comércio.

**ONU:** Organização das Nações Unidas.

**PALOP:** Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

**PANNA:** Pool das Agências de Notícias Não-Alinhadas.

**PAICV:** Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

**PAIGC:** Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde.

**PAGC/CV:** PAICV + PAIGC: referência à governação durante o Partido Único em que o PAIGC governou de 1975 a 1981, data a partir do qual o PAICV assumiu o poder até 1991.

**PCA:** Presidente do Conselho da Administração.

**PCD:** Partido da Convergência Democrática.

**PDM:** Países de Desenvolvimento Médio.

**PDN:** Plano de Desenvolvimento Nacional.

**PI:** Programa de Investimento.

**PIP:** Programa de Investimento Público.

**PRD:** Partido de Renovação Democrática.

**PT:** Portugal Telecom.

**RCV:** Rádio de Cabo Verde.

**RNCV:** Rádio Nacional de Cabo Verde.

**RNNA:** Rede de Notícias Não-Alinhadas.

**RTC:** Radiotelevsão Cabo-verdiana.

**RTP:** Rádio e Televisão de Portugal.

**RTP África:** Rádio e Televisão de Portugal África.

**RTI:** Radiotelevsão Independente.

**RTP-I:** Rádio e Televisão de Portugal Internacional.

**RSF:** Repórteres sem Fronteiras.

**SGL:** Sociedade de Construções.

**SIC:** Sociedade Independente de Comunicação.

**SITTHUR:** Sindicato dos Transportes, Telecomunicações, Hotelaria e Turismo.

**SOGEI:** Sociedade de Gestão de Investimentos.

**SPCS:** Sindicato dos Profissionais da Comunicação Social (idealizado, em Cabo Verde, mas não concretizado).

**SPSS:** Statistical Package for Social Sciences.

**STJ:** Supremo Tribunal de Justiça.

**TAP:** Agência Noticiosa da Tunísia.

**TASS:** Agência Telegráfica da União Soviética.

**TCV:** Televisão de Cabo Verde.

**TIC:** Tecnologias de Informação e de Comunicação.

**TIR:** Taxa Interna de Rentabilidade.

**TIVER:** Televisão Independente (de Cabo Verde).

**TNCV:** Televisão Nacional de Cabo Verde.

**TV:** Televisão.

**TVEC:** Televisão Experimental de Cabo Verde.

**TVI:** Televisão Independente (de Portugal).

**TVP:** Televisão do Povo.

**UA:** União Africana.

**UCID:** União Cabo-verdiana Independente e Democrática.

**UE:** União Europeia.

**UM:** Universidade do Minho.

**UNCTAD:** Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.

**UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura.

**UNITA:** União Nacional para a Independência Total de Angola.

**UNTC-CS:** União dos Trabalhadores de Cabo Verde – Central Sindical.

**UPI:** United Press Internacional.

**UPICV:** União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde.

**USC:** Universidade Santiago de Compostela.

**VP:** Voz di Povo.

**ZAP TV:** Serviço de Televisão por cabo da Cabo Verde Telecom.

## UTOPIA DA LIBERDADE

livre como o espírito de Deus  
o pássaro voa na linha do Júpiter  
refazendo a carne da existência do Verbo  
encontrando no ser humano o sentido da Liberdade

do alto do tecto do Céu  
as folhas murchas se soltam das incertezas do Outono  
para no Inverno  
De estrumes se tornarem firmeza  
Sangue da revolta do operário no qual a palavra é embebida  
Para restituir a essência do ser humano à liberdade

livre como carne santificada no Verbo  
matéria da vida na qual Deus semeou a Palavra  
certeza da morte onde o Diabo ergueu o Inferno  
incerteza do tempo no qual o Homem edificou o Purgatório

a liberdade desfez-se da ideologia  
para, no meu peito, se tornar alma  
dos retalhos da minha carne, fez o seu corpo  
para que juntos sejamos a cruz da eternidade

a liberdade evaporou o meu sangue  
para dele fazer o oxigénio do infinito  
para construir o sentido do tempo  
para descobrir o significado da vida  
para interrogar as incertezas da morte  
erguendo a fórmula que dá sentido ao ser humano

a liberdade transformou o meu corpo num túmulo no Tempo  
casa de Deus onde o Diabo construiu o Infinito  
casa da morte onde Deus plantou a Vida  
casa de barro onde o Homem semeou a Utopia

da Palavra, ergueu-se o Tempo para se construir o Homem  
do barro se fez a terra molhada da vida e a terra seca da morte  
da liberdade se fez o infinito, se fez a utopia  
para se descobrir a fórmula humana  
que dá sentido à palavra da carne  
de um ser humano que quer ser tempo e história.

Évora, Silvino Lopes: "Utopia da Liberdade" in *III Antologia de Poetas Lusófonos*, Folheto Edições,  
Leiria, no prelo.

## RESUMO<sup>(1)</sup>

Depois de 1991, as políticas de comunicação desenvolvidas em Cabo Verde estiveram assentes numa contrariedade entre os planos do discurso e os planos da acção: se a nível discursivo, a liberdade de imprensa foi encarada como o pilar das opções do regime, a nível das práticas da governação um conjunto de acções e inacções dificultaram a implementação de um ambiente de liberdade no seio dos profissionais da comunicação social. Desde logo, o processo de transição de regime empurrou os jornalistas e os actores políticos no poder para uma situação de colisão eminente, resultando numa acumulação de processos judiciais contra os profissionais da comunicação social; também, o monopólio público do sector da televisão, para além de provocar a desregulação do sector – com as autarquias a instalarem antenas parabólicas para satisfazer a população com conteúdos de canais internacionais –, dificultou o pluralismo de opinião, já que sobre a estação pública recaem críticas constantes que apontam para a intervenção dos governos na sua actuação; ainda, regista-se, entre 1991 e 2009, uma política de desinvestimento dos sucessivos governos no sector mediático, relegando-o para um plano secundário das opções de governação. Se, nos primeiros anos da democracia pluralista, houve um aumento significativo do investimento no sector da comunicação social, cedo verificou-se uma quebra do investimento, que não deu espaço aos *media* estatais para crescerem e contribuírem efectivamente na solidificação do sistema democrático.

Na correlação das políticas de comunicação com a liberdade de imprensa, resultam duas fases no percurso de Cabo Verde: a) fase de insatisfação generalizada (sobretudo na década de 90), em que, a par da fraca qualidade dos produtos mediáticos disponibilizados aos cidadãos, os jornalistas e a classe política entraram em rota de colisão; a classe jornalística dividiu-se, passando a haver os considerados ‘jornalistas próximos do PAICV’ e ‘jornalistas próximos do MpD’ (devemos levar em consideração que o MpD e o PAICV são os dois únicos partidos políticos virtualmente ilegíveis na arena política cabo-verdiana). Assim, a convivência entre os profissionais da comunicação social e os actores políticos fez com que alguns jornalistas passassem a ser apelidados de ‘comissários políticos’; b) fase de satisfação conveniente ou precária: instalou-se depois dos períodos mais conturbados da transição política, sobretudo a partir do início do novo milénio, com a substituição do partido no poder e uma mudança de atitude dos governantes em relação às actividades da comunicação social. A mudança de regime levou a uma redefinição do posicionamento dos jornalistas face aos partidos políticos, passando a haver profissionais que trabalham mais alinhados com o governo e profissionais que trabalham mais alinhados com a oposição. Esta situação resultou de uma má concepção de democracia instalada em

---

<sup>1</sup> Resumo da tese em língua portuguesa.

Cabo Verde em que os partidos políticos figuram como as únicas entidades que gozam efectivamente de uma liberdade de actuação. Associado aos partidos políticos, encontramos uma concentração de poderes: o poder político (através do escrutínio público), o poder económico (grande parte dos empresários cabo-verdianos nasceram no seio dos partidos políticos que estiveram no governo, o que faz com que haja uma certa politização da vida económica do país), o poder cultural (a maior parte dos intelectuais está associada aos partidos políticos que, quando estão no governo, subsidiam os seus projectos e a sua aspiração de realização pessoal e profissional) e o poder de influência social (quase todos os órgãos de comunicação social nacionais estão conotados com os partidos políticos e a fraca liquidez do mercado publicitário faz com que não haja empresas auto-sustentáveis no sector mediático). Todos esses condicionalismos sociológicos acabam por dificultar a implementação de um ambiente de liberdade no seio da comunicação social cabo-verdiana. Apesar de, hodiernamente não haver uma insatisfação generalizada como na década de 90, a aparente normalidade que se regista na relação entre a classe política e os jornalistas é assegurada por uma informação que evita provocar incómodo nos partidos aos quais os órgãos de comunicação social se encontram associados ou com os quais são conotados. Desta forma, a auto-censura torna-se num mecanismo inibidor da liberdade de imprensa. Assim, encontra-se um jornalismo que, por um lado, procura ser incisivo para o partido encarado como oposição e, por outro lado, é cómodo, domesticado e amorfo para o partido ao qual o órgão de comunicação social em causa se encontra vinculado. Neste caso, não sobram condições para falar-se na isenção das práticas jornalísticas, nem no rigor das mensagens que são difundidas no seio da sociedade.

Notamos que as políticas de comunicação adoptadas em Cabo Verde, depois de 1991, não provocaram uma revolução nas práticas jornalísticas. Se antes, os jornalistas eram considerados de 'comissários políticos' por se entender que estavam vinculados ao Partido Único, depois da abertura de regime registou-se uma divisão da classe jornalística entre os dois partidos políticos com mais expressão na sociedade cabo-verdiana. Assim, a concepção jurídica da liberdade de imprensa revestiu-se de uma formalidade que não encontrou correspondência nas práticas do dia-a-dia dos jornalistas e, desta forma, perdura uma distância entre a concepção jurídico-formal e a concepção jurídico-material da liberdade de imprensa. Muito caminho preciso de ser feito nesta matéria para que a comunicação social possa vir a ser a voz da sociedade.

## **RISUMU**<sup>(2)</sup>

Dispôs di 1991, disenvolvimentu di pulíticas di cumunicação na Cabo Verde tem basiadu na um contrariedadadi entre planus di discursu e planus di acçón: si a nível di discursu, liberdadi di imprensa foi encaradu comu pilar pa quês opçõns de rigimi, a nível di práticas di governaçón nu podi odja ma um conjuntu di acçõns i omissõns dificulta implementaçón di um ambienti di liberdadi na seiu di profissionâis de comunicação sucial. Antis di tudu, prucessu di transiçón di rigimi npurra jornalistas i pulítics qui staba na puder pa um situaçón di confrontu, qui cába pa resulta num conjuntu di prucessus judiciais contra profissionâis di cumunicação sucial; també, para além di desregulaçón di sector – undi qui cambras municipais instala antenas parabólicas p'és satisfazi populaçón cu conteúdu di canais internacionais – munopólio di stadu na sector di televisón dificulta pluralismu di opinión pamodi staçón di televisón di stadu ta recebi muntis críticas qui ta crê fla ma governu ta influencia sês actividadis; també, entri 1991 e 2009, nu ta atcha um pulítica di disinvestimentu di tudu governus na sector di comunicação, qui ta caba pa fica n'um planu secundário dentu di opçõns di governaçón. Si na primerus anus di democracia pluralista houvi um aumentu significativu di investimentu na sector di comunicação sucial, rápidamente investimentu entra em queda, di forma qui ca da spaçu pa meius di cumunicação di stadu crisci e contribui ifectivamenti pa solidifica sistema dimocrático.

Na relaçón entre pulíticas di cumunicação i liberdadi di impreña, nu ta atcha dós fasis na percursu di Cabo Verde: a) fasi di insatisfaçón generalizada (sobretudo na década di 90), undi qui, para'lém di fracu qualidadi di produtus mediáticos qui cidadõns recebi, jornalistas cu pulítics entra em conflito; classi di jornalistas dividi i passa ta tem 'jornalistas próximos di PAICV' i 'jornalistas próximos di MpD' (ca nu squeci ma MpD i PAICV é quês dós partidus qui tem más chanci di venci ileiçón na Cabo Verde). D'ês manera, cumplicidadadi di jornalistas cu pulítics fazi com que alguns jornalistas passa ta tchomadu di 'cumissáriu pulíticu'; b) fasi di satisfaçón convinienti ó precária: foi instaladu dispôs di quel períudu más conturbadu di transiçón pulítica, sobretudo a partir di cumeçu d'ês nóvu miléniu, cu substituiçón di partidu na puder i mudança di atitudis di governantis em relaçón a actividadis di cumunicação sucial. Mudança di rigimi pruvoca um nóvu pusicionamentu di jornalistas peranti partidus pulítics i passa ta tem jornalistas qui ta trabadja más na linha di governu i jornalistas qui ta trabadja más na linha di oposiçón. Quel situaçón li é resultadu di um mau concepçón di dimocracia instaladu na Cabo Verde, undi qui partidus pulítics é praticamenti qu'ês únicos qui tem liberdadi plena di actuaçón.

---

<sup>2</sup> Resumo da tese em língua cabo-verdiana – variante da Ilha de Santiago.



Associadu a partidus puliticus, nu ta atcha um concentraçón di poderes: poder puliticu (alcançadu através di ileiçón), poder ecunómicu (grandi parti di empresáriu cabu-verdianus naci na seiu di partidus políticus qui stevi na guvernu, u qui ta leba um certu politizaçón di vida ecunómicu di país); poder cultural (grandi parti di intelectual sta ligadu a partidus puliticus qui, horas qui bai pa guvernu, ta patrocin'ás s'ês prujectus e permit'ís rializa pessoal e professionalmenti) i poder di influencia social (quasi tudu órgõns di cumunicaçón social di país sta ligadu a partidu i falta di liquidez na mercadu di publicidadi ta fazi com que empresas mediáticus ca ser auto-suficientis). Tudú ês condicionalismus sociológicus ta caba pa dificulta implementaçón di um ambienti di liberdadi na seiu di cumunicaçón social na Cabo Verde. Apesar di hoji ca ta verifica um situaçón di insatisfaçón generalizada moda na década di 90, quel aparenti normalidadi qui sta regista na relaçón entri classi pulítica i jornalistas é assiguru pa um informaçón qui ta ivita pruvoca incómodu na partidus qui qu'ês órgõns di cumunicaçón social ta conotadu cual. D'ês manera, auto-censura ta torna num mecanismu qui ta dificulta implementaçón di liberdadi di imprensa. Ntón, nu ta encontra um jornalismo qui, pur um ladu, ta procura ser inérgicu cu oposiçón i, pur otu ladu, é cómodu, domesticadu i amorfu pa partidu qui quel órgõn di cucomunicaçón social ta conotadu cual. N'ês casu, ca ta sobra condiçõns pa fala na isençón di prácticas di jornalismo, nem na rigor di mensagens qui ta divulgadu na seiu di sociedadadi.

Nu ta nota ma políticas di cumunicaçón adoptadu na Cabo Verde, dispôs di 1991, ca pruvoca um grandi revoluçón na prácticas di jornalismo. Si antis jornalistas era consideradu di 'cumissáriu puliticu' pamodi ta atchada m'ês staba ligadu a Partidu Único, dispôs di abertura di rigimi classi di jornalistas dividi entri quês dós partidus puliticus cu más spressón na sociedadadi cabu-verdiana. D'ês manera, concepçón jurídica di liberdadi di imprensa ta obedeci formalidadi mas ca ta corrispondi cu prácticas di dia-a-dia di jornalistas. Assi, ta verifica um distancia entri concepçón jurídico-formal i concepçón jurídico-material di liberdadi di imprensa. Munti caminhu inda sta pa ser percorridu n'ês matéria pa qui cumunicaçón social podi ser verdadeiramente voz di sociedadadi.

## **RESUMEN<sup>(3)</sup>**

Desde 1991, las políticas de comunicación en Cabo Verde se han basado en una contradicción patente entre el plano del discurso y el plano de la acción: si, en el nivel discursivo, la libertad de prensa se ha considerado como uno de los pilares del régimen, en nivel de las prácticas gubernamentales, la creación de un ambiente de libertad entre los profesionales de los medios de comunicación se vio dificultada por una serie de acciones y omisiones. Desde su inicio, el proceso de transición del régimen empujó a los periodistas y actores políticos en el poder a una situación de pugna inminente, lo que se tradujo en una acumulación de procesos judiciales contra los profesionales de los medios de comunicación. A su vez, el monopolio público sobre el sector de la televisión, además de provocar una desregulación (los gobiernos de ámbito local comenzaron a instalar antenas parabólicas para satisfacer a la población con los contenidos de canales internacionales), dificultó el pluralismo de opinión, al recaer continuamente sobre los canales públicos sospechas de intromisión gubernamental. Además, se observa, entre 1991 y 2009, una política de reducción de la inversión de los sucesivos gobiernos en el sector de los medios de comunicación, quedando estos relegados a un segundo plano de las políticas gubernamentales. A pesar de que durante los primeros años de la democracia pluralista se registró un aumento significativo de la inversión en el sector de los medios de comunicación, rápidamente se comenzó a notar un descenso de la inversión que no permitió que los medios de comunicación estatales crecieran y contribuyesen a solidificar el sistema democrático.

Al estudiar la correlación entre políticas de comunicación y libertad de prensa, se observan dos fases en este período de la historia de Cabo Verde: a) Fase de insatisfacción generalizada (sobre todo en los años 90), durante la cual, además de la escasa calidad de los productos mediáticos puestos a disposición de los ciudadanos, los periodistas y la clase política comienzan a chocar frontalmente; la clase periodística se divide, entre los “periodistas próximos al PAICV” y los próximos al MpD (debemos tener en cuenta que el MpD y el PAICV son los dos únicos partidos con posibilidades reales de gobernar en Cabo Verde. De esta manera, debido a la connivencia entre los profesionales del periodismo y los actores políticos, algunos periodistas comenzaron a ser calificados de “comisarios políticos”); b) Fase de satisfacción conformista o precaria, que se instaló después de los períodos más conturbados de la transición política, sobre todo a partir del inicio del nuevo milenio, con el reemplazo del partido en el poder y un cambio en la actitud de los gobernantes en relación a los medios de comunicación. El cambio de régimen tiene como resultado una redefinición del posicionamiento de los

---

<sup>3</sup> Resumo da tese em castelhano.

periodistas frente a los partidos políticos, pues los profesionales comienzan a tomar mayor partido por el gobierno o por la oposición. Esta situación es el resultado de una mala concepción de la democracia en Cabo Verde, donde los partidos políticos figuran como las únicas entidades que realmente gozan de libertad de actuación. Encontramos una gran concentración de poderes en la esfera de acción de los partidos políticos: el poder político (por medio del escrutinio público), el poder económico (gran parte de los empresarios caboverdianos nacieron en el seno de los partidos políticos que estuvieron en el gobierno, lo que provoca una cierta politización de la vida económica en el país), el poder cultural (los intelectuales están mayoritariamente en la esfera de alguno de los partidos políticos que, al gobernar, subvenciona sus proyectos y sus aspiraciones de realización personal y profesional) y el poder de influencia social (casi todos los medios de comunicación nacionales muestran parcialidad en relación a los partidos políticos, y debido a la escasa liquidez del mercado publicitario, no hay empresas sostenibles en el sector mediático. En conjunto, todos estos condicionantes sociológicos dificultan el desarrollo de un ambiente de libertad en el seno de los medios de comunicación caboverdianos. A pesar de que, hoy en día, no se constata una insatisfacción generalizada, como en los años 90 del siglo pasado, la aparente normalidad de las relaciones entre clase política y periodistas está garantizada por una información que evita provocar el malestar en los partidos con los que los medios de comunicación están asociados o cuyas tendencias defienden. De esta forma, la autocensura se convierte en un mecanismo inhibitor de la libertad de prensa. Así, encontramos un periodismo que, por una parte, pretende ser crítico con el partido considerado como oposición, mientras que se muestra conformista, domesticado y acrítico con el partido político al que se encuentra vinculado.

Observamos que la políticas de comunicación adoptadas en Cabo Verde, desde el 1991, no provocaron una revolución en las prácticas periodísticas. Si, en el pasado, los periodistas eran considerados “comisarios políticos”, al entenderse que estaban asociados al Partido Único, desde el inicio de la apertura del régimen se observó una división de la clase periodística entre los dos partidos políticos con mayor presencia en la sociedad caboverdiana. Así, la concepción jurídica de la libertad de prensa se dotó de una formalidad que no se corresponde con la práctica diaria de los periodistas y, de esta forma, persiste una distancia entre la concepción jurídico-formal y la concepción jurídico-material de la libertad de prensa. Hay mucho camino por recorrer en este sentido, hasta que los medios de comunicación caboverdianos puedan ser considerados voz de su sociedad.

## RESUMO<sup>(4)</sup>

Depois de 1991, as políticas de comunicação desenvolvidas em Cabo Verde estiveram assentes numa marcante contradição entre o plano do discurso e o plano da acção: se, a nível discursivo, a liberdade de imprensa foi encarada como um pilar das opções do regime, a nível das práticas da governação um conjunto de acções e inacções dificultou a implementação de um ambiente de liberdade no seio dos profissionais da comunicação social. Desde logo, o processo de transição de regime empurrou os jornalistas e os actores políticos no poder para uma situação de colisão eminente, resultando numa acumulação de processos judiciais contra os profissionais da comunicação social. Também o monopólio público do sector da televisão, para além de provocar a desregulação do sector – com os concelhos a instalarem antenas parabólicas para satisfazerem a população com conteúdos de canais internacionais –, dificultou o pluralismo de opinião, já que sobre a estação pública recaem críticas constantes que apontam para a intervenção dos governos na sua actuação. Além disso, regista-se, entre 1991 e 2009, uma política de desinvestimento dos sucessivos governos no sector mediático, relegando-o para um plano secundário das opções de governação. Se, nos primeiros anos da democracia pluralista, houve um aumento significativo do investimento no sector da comunicação social, cedo se verificou uma quebra do investimento que não deu espaço aos *media* estatais para crescerem e contribuírem efectivamente para a solidificação do sistema democrático.

Na correlação das políticas de comunicação com a liberdade de imprensa, distinguem-se duas fases neste período da história de Cabo Verde: a) fase de insatisfação generalizada (sobretudo na década de 90), em que, a par da fraca qualidade dos produtos mediáticos disponibilizados aos cidadãos, os jornalistas e a classe política entraram em rota de colisão; a classe jornalística dividiu-se, passando a haver os considerados ‘jornalistas próximos do PAICV’ e ‘jornalistas próximos do MpD’ (devemos ter em consideração que o MpD e o PAICV são os dois únicos partidos políticos virtualmente ilegíveis na arena política cabo-verdiana); assim, a convivência entre os profissionais da comunicação social e os actores políticos fêz que alguns jornalistas passassem a ser apelidados de ‘comissários políticos’; b) fase de satisfação conveniente ou precária, que se instalou depois dos períodos mais conturbados da transição política, sobretudo a partir do início do novo milénio, com a substituição do partido no poder e uma mudança na atitude dos governantes em relação às actividades da comunicação social. A mudança de regime levou a uma redefinição do posicionamento dos jornalistas face aos partidos políticos, passando a haver profissionais que trabalham mais alinhados com o governo e profissionais

---

<sup>4</sup> Resumo da tese em língua galega.

que trabalham mais alinhados com a oposição. Esta situação resultou de uma má concepção de democracia instalada em Cabo Verde, em que os partidos políticos figuram como as únicas entidades que gozam efectivamente de liberdade de actuação. Associada aos partidos políticos, encontramos uma concentração de poderes: o poder político (através do escrutínio público), o poder económico (grande parte dos empresários cabo-verdianos nasceram no seio dos partidos políticos que estiveram no governo, o que faz que haja uma certa politização da vida económica do país), o poder cultural (a maior parte dos intelectuais está associada aos partidos políticos que, quando estão no governo, subsidiam os seus projectos e a sua aspiração de realização pessoal e profissional) e o poder de influência social (quase todos os órgãos de comunicação social nacionais estão conotados com os partidos políticos, e a fraca liquidez do mercado publicitário faz que não haja empresas auto-sustentáveis no sector mediático). Todos esses condicionalismos sociológicos acabam por dificultar a concretização de um ambiente de liberdade no seio da comunicação social cabo-verdiana. Apesar de, hoje em dia, não haver uma insatisfação generalizada como na década de 90, a aparente normalidade que se regista na relação entre a classe política e os jornalistas é assegurada por uma informação que evita provocar incómodo nos partidos a que os órgãos de comunicação social se encontram associados ou com os quais são conotados. Desta forma, a auto-censura torna-se num mecanismo inibidor da liberdade de imprensa. Assim, encontra-se um jornalismo que, por um lado, procura ser incisivo para o partido encarado como oposição e, por outro lado, é cómodo, domesticado e amorfo para o partido a que o órgão de comunicação social em causa se encontra vinculado. Neste caso, não sobram condições para se falar em isenção das práticas jornalísticas, nem no rigor das mensagens que são difundidas no seio da sociedade.

Notamos que as políticas de comunicação adoptadas em Cabo Verde, depois de 1991, não provocaram uma revolução nas práticas jornalísticas. Se, antes, os jornalistas eram considerados 'comissários políticos' por se entender que estavam vinculados ao Partido Único, depois da abertura de regime registou-se uma divisão da classe jornalística entre os dois partidos políticos com mais expressão na sociedade cabo-verdiana. Assim, a concepção jurídica da liberdade de imprensa revestiu-se de uma formalidade que não encontrou correspondência nas práticas do dia-a-dia dos jornalistas e, desta forma, perdura uma distância entre a concepção jurídico-formal e a concepção jurídico-material da liberdade de imprensa. Muito caminho precisa de ser feito nesta matéria, para que a comunicação social cabo-verdiana possa vir a ser a voz da sociedade.

## RESUM<sup>(5)</sup>

Des de 1991 les polítiques de comunicació a Cap Verd s'han basat en una contradicció patent entre el pla del discurs i el pla de l'acció: si, en el nivell discursiu, la llibertat de premsa s'ha considerat un dels pilars del règim, en el nivell de les pràctiques governamentals, la creació d'un ambient de llibertat entre els professionals dels mitjans de comunicació s'ha vist dificultada per una sèrie d'accions i omissions. Des del seu inici, el procés de transició del règim va empènyer els periodistes i actors polítics en el poder a una situació de pugna imminent, la qual cosa es va traduir en una acumulació de processos judicials contra els professionals dels mitjans de comunicació. Per la seva banda, el monopoli públic sobre el sector de la televisió, a més de provocar una desregularització (els governs d'àmbit local van començar a instal·lar antenes parabòliques a fi de satisfer la població amb els continguts dels canals internacionals), va dificultar el pluralisme d'opinió en tant que els canals públics van despertar sospites d'intromissió governamental. A més a més, entre 1991 i 2009 s'observa una política de reducció de la inversió dels successius governs en el sector dels mitjans de comunicació, els quals passen a formar part d'un segon pla de les polítiques governamentals. Tot i que en els primers anys de la democràcia pluralista es va registrar un augment signigicatiu de la inversió en el sector dels mitjans de comunicació, ràpidament es va començar a notar un descens en la inversió, que no va permetre que els mitjans de comunicació estatals creixessin i contribuïssin a solidificar el sistema democràtic.

A l'hora d'estudiar la correlació entre polítiques de comunicació i llibertat de premsa s'observen dues fases en aquest període de la història de Cap Verd: a) Fase d'insatisfacció generalitzada (sobretot en els anys 90), durant la qual, a més de l'escassa qualitat dels productes mediàtics posats a disposició dels ciutadans, els periodistes i la classe política comencen a xocar frontalment; la classe periodística es divideix entre els "periodistes pròxims al PAICV" i els pròxims a l'MpD (hem de tenir en compte que l'MpD i el PAIC són els dos únics partits amb possibilitats reals de governar Cap Verd). D'aquesta manera, arran de la connivència entre els professionals del periodisme i els actors polítics, alguns periodistes van començar a ser qualificats de "comissaris polítics"; b) Fase de satisfacció conformista o precària, que es va instal·lar després dels períodes més torbats de la transició política, sobretot a partir de l'inici del nou mil·lenni, amb el reemplaçament del partit al poder i un canvi en l'actitud dels governants en relació als mitjans de comunicació. El canvi de règim té com a resultat una redefinició del posicionament dels periodistes davant dels partits polítics, ja que els professionals comencen a

---

<sup>5</sup> Resumo da tese em língua catalã.

decantar-se o bé pel govern o per per l'oposició. Aquesta situació és el resultat d'una mala concepció de la democràcia a Cap Verd, on els partits polítics figuren com les úniques entitats que realment gaudeixen de llibertat d'actuació. Trobem una gran concentració de poders en l'esfera de l'acció dels partits polítics: el poder polític (per mitjà de l'escrutini públic), el poder econòmic (bona part dels empresaris de Cap Verd van néixer de partits polítics que van formar govern, cosa que provoca certa politització de la vida econòmica del país), el poder cultural (els intel·lectuals estan majoritàriament a l'esfera d'algun dels partits polítics que, en governar, subvenciona els seus projectes i les seves aspiracions de realització personal i professional) i el poder d'influència social (gairebé tots els mitjans de comunicació nacionals mostren parcialitat en relació als partits polítics i, a causa de l'escassa liquidesa del mercat publicitari, no hi ha empreses sostenibles en el sector mediàtic. Amb tot, aquest reguitzell de condicionaments sociològics dificulta el desenvolupament d'un ambient de llibertat per part dels mitjans de comunicació de Cap Verd. Tot i que avui en dia no es constati una insatisfacció generalitzada com en els anys 90, l'aparent normalitat de les relacions entre classe política i periodistes està garantitzada per una informació que evita provocar el malestar en els partits amb els que els mitjans de comunicació estan associats o que defineixen les seves tendències. D'aquesta manera, l'autocensura es converteix en un mecanisme inhibitor de la llibertat de premsa. Així doncs, trobem un periodisme que, per una banda, pretén ser crític amb el periodisme considerat com oposició, mentre que es mostra conformista, domesticat i acrític amb el partit polític al qual es troba vinculat.

Observem que les polítiques de comunicació adoptades a Cap Verd des de 1991 no han provocat la revolució de les pràctiques periodístiques. Mentre que abans els periodistes eren considerats com a "comissaris polítics" perquè se'ls associava al Partit Únic, des que l'inici de l'obertura del règim s'ha observat una divisió de la classe periodística entre els dos partits polítics amb major presència en la societat de Cap Verd. Així, la concepció jurídica de la llibertat de la premsa es va dotar d'una formalitat que no es correspon amb la pràctica diària dels periodistes i, d'aquesta manera, persisteix una distància entre la concepció jurídico-formal i la concepció jurídico-material de la llibertat de premsa. Queda molt de camí per recórrer en aquest sentit, fins que els mitjans de comunicació de Cap Verd puguin ser considerats la veu de la seva societat.

## RÉSUMÉ<sup>(6)</sup>

Depuis 1991, les politiques de communication développées au Cap Vert ont été basées sur une contradiction entre les plans du discours et les plans d'action: si au niveau discursif, la liberté de la presse a été envisagée comme le pilier des options du régime, au niveau des pratiques du gouvernement un ensemble d'actions et d'inactions ont rendu difficile l'implantation d'une ambiance de liberté au sein des professionnels des médias. Depuis lors, le processus de transition du régime a poussé les journalistes et les acteurs politiques au pouvoir vers une situation de collision éminente, résultant d'une accumulation des procès judiciaires contre les professionnels des médias; de même, le monopole public du secteur de la télévision, au-delà de provoquer la dérégulation du secteur - avec les élus responsables qui installent des antennes paraboliques pour satisfaire la population avec les programmes des chaînes internationales -, a rendu difficile le pluralisme d'opinion. Sur la station publique retombent les critiques constants qui pointent l'intervention des gouvernements dans son action ; de plus, on enregistre entre 1991 et 2009 une politique de désinvestissement des gouvernements successifs dans le secteur médiatique, le reléguant à un plan secondaire des options gouvernementales. Si, dans les premières années de la démocratie pluraliste il y a eu une augmentation significative de l'investissement dans le secteur des médias, très tôt on a pu vérifier une baisse d'investissement qui n'a pas donné d'espace aux médias étatiques pour croître et contribuer effectivement à la solidification des systèmes démocratiques.

Dans la corrélation des politiques de communication avec la liberté de la presse, il en est résulté deux phases dans le parcours du Cap Vert: a) la phase d'insatisfaction généralisée (surtout dans la décennie de 90), où, à part la fragile qualité des produits médiatiques diffusés aux citoyens, les journalistes et la classe politique entrèrent en collision; la classe journalistique s'est divisée ayant donc des considérés 'journalistes proches du PAICV' et des 'journalistes proches du MpD' (nous devons prendre en compte que le MpD et le PAICV sont les deux seuls partis politiques virtuellement éligibles dans l'arène politique cap-verdienne). Ainsi, la connivence entre les professionnels des médias et les acteurs politiques fait que certains journalistes furent appelés 'commissaires politiques'; b) phase de satisfaction convenable ou précaire: s'est installée après les périodes les plus agitées de la transition politique, surtout à partir du début du nouveau millénaire, avec la substitution du parti au pouvoir et un changement d'attitudes des gouvernants en relation aux activités des médias - le changement de régime a amené une redéfinition du positionnement des journalistes face aux partis politiques, certains professionnels

---

<sup>6</sup> Resumo da tese em língua francesa.



travaillèrent en alignement sur le gouvernement et d'autres professionnels en alignement sur l'opposition. Cette situation fut le résultat d'une mauvaise conception de la démocratie installée au Cap Vert où les partis politiques figurent comme les uniques entités qui jouissent effectivement d'une liberté d'action. Associé aux partis politiques, nous trouvons une concentration de pouvoirs : le pouvoir politique (par l'intermédiaire du contrôle public), le pouvoir économique (grande part des entrepreneurs cap-verdiens naquirent au sein des partis politiques qui furent dans le gouvernement, ou font qu'il y a une certaine politisation de la vie économique du pays), le pouvoir culturel (la majorité des intellectuels est associée aux partis politiques qui, lorsqu'ils étaient dans le gouvernement, subventionnaient leurs projets et aspiration à leur réalisation personnelle et professionnelle) et le pouvoir d'influence sociale (presque tous les organes des médias nationales sont connotés avec les partis politiques et la faible liquidité du marché publicitaire fait qu'il n'y a pas d'entreprises auto-suffisantes dans le secteur médiatique). Toutes ces conditions sociologiques finissent par rendre difficile l'implantation d'une ambiance de liberté au sein de la communication sociale du Cap-Vert. Bien qu'au jour le jour il n'y ait pas d'insatisfaction généralisée comme dans les années 90, l'apparente normalité enregistrée dans la relation entre la classe politique et les journalistes est assurée par une information qui évite de provoquer des dérangements dans les partis auxquels les organes des médias se trouvent associés ou avec lesquels ils sont connotés. De cette façon, l'auto-censure devient un mécanisme inhibiteur de la liberté de la presse. Ainsi, on trouve un journalisme qui, d'une part, cherche à être incisif envers le parti envisagé comme opposition et, d'autre part, est accommodant, domestiqué et amorphe envers le parti auquel l'organe du média en cause se trouve associé. Dans ce cas, il ne manque pas de conditions pour parler du désintérêt des pratiques journalistiques, ni de la rigueur des messages qui sont diffusés au sein de la société.

Nous notons que les politiques de communication adoptées au Cap Vert depuis 1991, n'ont pas provoqué de révolution dans les pratiques journalistiques. Si auparavant, les journalistes étaient considérés comme des 'commissaires politiques' pour être subordonnés au Parti Unique après l'ouverture du régime on a enregistré une division de la classe journalistique entre les deux partis politiques qui s'expriment le plus dans la société Cap-Verdienne. Ainsi, la conception juridique de la liberté de la presse s'est revêtue d'un formalisme qui n'a pas trouvé de correspondance dans les pratiques quotidiennes des journalistes et, de cette façon, il perdure une distance entre la conception juridico-formelle et la conception juridico-matérielle de la liberté de la presse. Il reste beaucoup de chemin à parcourir dans cette matière pour que les médias puissent devenir la voix de la société.

## **ABSTRACT**<sup>(7)</sup>

After 1991, the communication policies developed in Cape Verde were based on a striking contradiction between the discourse level and an action plan: if, at the discursive level, press freedom was seen as a pillar of the government's options, at the practical level a set of actions and inactions hampered the implementation of an environment of freedom within the media professionals. Since then, the transition process of the government pushed the journalists and political actors in charge to a state of imminent collision, resulting in court cases against media professionals. As well, the public monopoly of television industry, beyond causing deregulation of the industry – with municipalities installing satellite dishes in order to satisfy the population with international channels - hampered the multiplicity of opinions, since the public station has constantly received criticism pointing to government intervention. Furthermore, it has been noticed that between 1991 and 2009, a disinvestment policy of successive governments in the media sector, relegating it to a secondary level of governance's option. If, in the first years of pluralistic democracy, there was a significant investment in the media industry, it was soon noticed that a fall in investment that did not give a space to the state media to grow up and contribute effectively to the solidification of the democratic system.

In the correlation of political communication with media freedom, there are two phases in this period in the history of Cape Verde: a) a phase of widespread dissatisfaction (mainly in the 90s), when, alongside the poor quality of media products available to citizens, the journalists and the political class began a collision course; journalism class was divided into those who were considered 'journalists close to PAICV' and those who were consider 'journalists close to the MPD' (it should be noted that MpD and PAICV are the only two political parties virtually illegible in the Cape-Verdean's political arena); thus, the collusion between media professionals and political actors has led some journalists started to be known as 'political commissars'; b) a phase of convenient or poor satisfaction, that had been settled after the most turbulent periods of political transition, especially since the new millennium, with the replacement of the political party and a change in the attitude of the rulers with respect to the media's activity. The change in political party led to a redefinition of the position of the journalists in relation to political parties, some of them had begun working closer with the government and others more closely aligned with the opposition. This situation resulted from a misconception of democracy settled in Cape Verde, where the political parties are considered as the only entities that actually enjoy the freedom of action. Linked to political parties, we can find a concentration of power: the political power (through the public

---

<sup>7</sup> Resumo da tese em língua inglesa.

scrutiny), the economic power (mostly Cape Verdean entrepreneurs were born within the political parties who were in government, which means there is a certain degree of politicization of economic life of the country), the cultural power (most of the intellectual people are linked to political parties, and when those political parties are in the government they subsidize their projects and also their personal and professional aspirations) and the power of social influence (almost all national media network is connecting with a political party and the weak advertising market liquidity makes no self-sustaining businesses in the media industry). All these sociological constraints have hampered the implementation of an environment of freedom within the Cape Verdean media. Although, nowadays, there is not a widespread disaffection as in the 90s, the apparent normality that has taken place in the relationship between politicians and journalists is provided by information that avoids causing discomfort in the political parties that those media are attached to or with which they are linked. Thus, the self-censorship becomes an inhibiting mechanism of media freedom. Therefore, it is found a journalist that, on the one hand seeks to be incisive to the political party seen as opposition, and on the other hand, is convenient, domesticated and amorphous for the political party which is connected with. In this case there are no conditions remaining to talk about exemption of journalistic practices, nor of the accuracy of the messages that are widespread in society.

We realize that communication policies adopted in Cape Verde, after 1991, did not lead to a revolution in journalistic practices. If, until then, journalists were considered as 'political commissars' because they were attached to a single political party, after Cape Verde became a multiparty country it has been noticed that a division of the journalistic class between the two most expressive political parties in Cape Verdean society. So, the legal conception of press freedom was overlaid with a formality that did not find a correspondence in the practices of journalists quotidian and thus remains a gap between the juridical-formal conception and juridical-material conception of press freedom. There is still a long way to go in this issue in order that the Cape Verdean media could become the voice of its society.

## **ZUSAMMENFASSUNG<sup>(\*)</sup>**

Seit 1991 gibt es in der Medienpolitik Kapverdes einen deutlichen Widerspruch zwischen der Ebene des Diskurses und der des Handelns. Während die Pressefreiheit auf der Ebene des Diskurses als einer der Pfeiler des Regimes galt, erschwerte auf der Ebene der praktischen Regierungsarbeit eine Mischung von Handlungen und Unterlassungen die Entstehung eines Klimas der Freiheit unter den in den Medien Tätigen. Der Regimewechsel brachte die Journalisten und die an der Macht befindlichen Politiker sogleich auf Kollisionskurs, was zu einer Menge von Prozessen gegen Presseleute führte. Das Staatsmonopol auf dem Fernsehsektor führte nicht nur zur Deregulierung des Sektors – Gemeinden installierten Parabolantennen, um den dem Wunsch der Bevölkerung nach den Programmen der internationalen Kanäle nachzukommen –, sondern es erschwerte auch den Meinungspluralismus, da das staatliche Fernsehen permanent dem Vorwurf ausgesetzt war, von den Regierungen gegängelt zu werden. Außerdem beobachtet man zwischen 1991 und 2009 bei den aufeinander folgenden Regierungen einen zunehmenden Rückgang der Investitionen in den Mediensektor, der damit im Vergleich zu anderen Bereichen der Regierungsarbeit in den Hintergrund trat. Nachdem es in den ersten Jahren der pluralistischen Demokratie eine signifikante Erhöhung der Ausgaben für den Mediensektor gegeben hatte, kam es bei diesen Investitionen dann schnell zu einem Einbruch, der es den staatlichen Medien nicht erlaubte, zu wachsen und effektiv zur Konsolidierung des demokratischen Systems beizutragen.

Was das Verhältnis zwischen der Medienpolitik und der Pressefreiheit betrifft, gibt es in dieser Periode der kapverdischen Geschichte zwei Phasen: a) eine Phase der allgemeinen Unzufriedenheit (vor allem in den 90er Jahren), in der die Journalisten und die Politiker in Konflikt gerieten, während gleichzeitig die Qualität der den Bürgern servierten Medienprodukte erheblich zu wünschen übrig ließ; es kam zu einer Aufspaltung des Berufsstandes der Journalisten in 'PAICV-nahe' und 'MpD-nahe' (wir müssen bedenken, daß MpD und PAICV auf der politischen Szene Kapverdes die einzigen mehrheitsfähigen Parteien sind); so führten die engen Verbindungen der professionellen Berichtersteller und den Politikern dazu, daß bestimmte Politiker als 'Politkommissare' bezeichnet wurden; b) besonders ab dem neuen Jahrtausend, mit dem Regierungswechsel und einer Veränderung der Haltung der Regierenden gegenüber den Aktivitäten der Medien eine Phase der leidlichen oder prekären Zufriedenheit nach den unruhigsten Zeiten des politischen Übergangs zum Mehrparteiensystem. Der Regimewechsel führte zu einer Neubestimmung der Rolle der Journalisten gegenüber den politischen Parteien, in dem Sinne, daß

---

<sup>\*</sup> Resumo da tese em língua alemã.

es fortan Berichterstatter gab, die mehr auf der Seite der Regierung standen und solche, die mehr auf der Linie der Opposition lagen. Dieser Zustand resultierte aus einer falschen Vorstellung hinsichtlich der in Kapverde eingeführten Demokratie, nach der die Parteien die einzigen Entitäten sind, die wirkliche Handlungsfreiheit genießen. Mit diesen Parteien wird eine Konzentration von anderen Mächten assoziiert: die politische Macht (die aus Wahlen hervorgeht), die wirtschaftliche Macht (viele kapverdische Unternehmer sind aus ehemaligen Regierungsparteien hervorgegangen, was zu einer gewissen Politisierung des wirtschaftlichen Lebens des Landes geführt hat), die kulturelle Macht (die meisten Intellektuellen sind mit einer bestimmten Partei assoziiert, die, wenn sie an der Regierung ist, ihre Projekte und ihre Wünsche nach persönlicher und beruflicher Verwirklichung unterstützen) und die Macht der Beeinflussung der Gesellschaft (fast alle Medien im Land sind mit den politischen Parteien liiert, und die geringe Liquidität des Reklamesektors macht im Mediensektor die Existenz finanziell unabhängiger Unternehmen unmöglich). Zusammengenommen erschweren diese sozialen Bedingungen das Zustandekommen eines Klimas der Meinungsfreiheit in der kapverdischen Medienlandschaft.

Obwohl es heutzutage keine generelle Unzufriedenheit mehr gibt wie in den 90er Jahren, wird die scheinbare Normalität in der Beziehungen zwischen Politikern und Journalisten doch von einer Information garantiert, die es vermeidet, den Parteien unbequem zu werden, mit denen die Medien assoziiert sind oder denen sie zugeordnet werden. So wird die Selbstzensur zu einem Mechanismus, der die Pressefreiheit behindert. Und so kommt es zu einem Journalismus, der einerseits versucht, die Partei, zu der er in Opposition steht, scharf zu kritisieren, und der andererseits für diejenige Partei bequem, domestiziert und konturlos ist, mit der das jeweilige Organ liiert ist. So fehlt es nicht an Gründen, von journalistischer Selbstverleugnung zu reden, nicht einmal was die Verlässlichkeit der Nachrichten betrifft, die in der Gesellschaft verbreitet werden.

Wir sehen, daß die nach 1991 in Kapverde verfolgte Medienpolitik keine Revolution in den journalistischen Gepflogenheiten zur Folge hatte. Vorher sah man in den Journalisten 'politische Kommissare', weil man davon ausging, daß sie mit der Einheitspartei in Verbindung standen. Nach der Öffnung kam es zu einer Spaltung des Berufsstandes der Journalisten parallel zu den zwei meistgewählten Parteien Kapverdes. So blieb der juristische Begriff der Pressefreiheit formaler Natur, ohne eine wirkliche Entsprechung in der täglichen Praxis der Journalisten, und so gibt es noch immer einen Abstand zwischen der formal-juristischen und der materiell-juristischen Vorstellung von der Pressefreiheit. Es muß auf diesem Gebiet noch ein weiter Weg zurückgelegt werden, damit die kapverdischen Medien wirklich zur Stimme der Gesellschaft werden können.

## ÖZET<sup>(\*)</sup>

1991'den sonra Cape Verde'de geliştirilen iletişim politikaları söylem düzeyi ve eylem planı arasında çarpıcı bir çelişkiye dayalıydı : Öncelikle tutarsızlık olarak, hükümetin medya üzerindeki baskısı görülmüş, pratik olarak yapılan olaylar özgür basın ortamında medya mesleğinde çalışanlara doğrudan zarar vermiştir. Bu zamandan beri, hükümetin geçiş işlemleri gazeteci ve politik aktörleri yakın bir zaman sonra olabilecek çarpışmaya zorla itti. Bunun sonucunda medya mesleğine karşı mahkemeler oluşmaya başladı. Bunun yanında ayrıca düzensiz endüstriye sebep olmasının yanında yerel monopol televizyon endüstrisi- uluslararası yayın kanallarının yeterli sayıda olmasını sağlamak amacı için belediyelerin uydu çanaklarını kurması ile birlikte-fikir çokluğuna zarar verdi. Yerel kanallar hükümete müdahale odaklı yayından dolayı eleştirilere maruz kalmıştır. Bundan öte, medya sektöründeki başarılı hükümetlerin yanlış yatırım politikası 1991 ve 2009 yılları arasında ilan edilmiştir. Çoğulcu politikaların ilk birinci yıllarında medya sektöründe etkili bir yenilik görülmüşse çok geçmeden farkedildi ki , bu yenilik yerel medyanın demokratik sistemin katılmasına yönelik büyüyüp gelişme ve etkili olarak dağılmasına olanak sağlamamıştır.

Cape Verde'nin bu dönem ve tarihinde iki durum var : a) Geniş çaplı memnuniyetsizlik durumu (Genelde 90'lı yıllarda) vatandaşlara düşük kalitedeki medya ürünlerinin açık olması , gazeteci ve politik sınıf ihtilaf kursuna başladı ; gazetecilik kursu şunlara bölündü : "MPD'ye yakın gazeteciler ve PAICV'ye yakın gazeteciler"(MpD ve PAICV Cape-Verdean'ın politik arenasındaki görülen iki siyasi partisi); Böylece, medya çalışanlarıyla politik aktörler arasındaki gizli anlaşma bazı gazetecilerin "siyasi komser" olarak tanınmasına olanak sağladı ; b) Memnuniyetsizlik durumu, siyasi birçok değişim sonrasındaki dönemlerde kalıcı hale gelmiştir, özellikle yeni çağ başlangıcından (milyenyum) beri politik parti değişimi ve medya aktivitesine bağlı olarak kuralların olmasıyla. Siyasi partideki bu değişim siyasi partilerle bağlantısı olan gazetecilerin yeniden tanımlanmasına yol açtı. Bazıları hükümete yakın bazıları ise tam tersi görüş savunarak çalışmaya başladılar. Bu durum Cape Verde'de oturmuş demokrasinin yanlış anlaşılmasına sebep oldu. Öte yandan Cape Verde'de siyasi partiler sadece özgürlük ruhuna dayanan oluşumlardan meydana gelmişti. Siyasi partilere bağlı olarak, yoğunlaşmış güç bulabiliriz : Bu politik güç(halka açık incelemeden geçen), ekonomik güç(Cape Verde'de ki girişimciler genelde belli bir politik görüş içinde doğar –hükümeti yöneten parti-Bu da orda belli bir derecede ekonomik politikleşme anlamına gelmektedir), kültürel güç (çoğu bilgili zeki siyasi partilerle bağlantısı olan ve partileri hükümete gelince projelerini kişisel ve mesleki isteklerini azaltan kişilerdir) ve sosyal etkilerin gücü

---

<sup>\*</sup> Resumo da tese em língua turca.

(Siyasi parti ve medya dünyasında tutunamayan zayıf reklam likiditesi ile bağlantılı hemen hemen bütün uluslararası medya ortamı) Bütün bu sosyal baskılar Cape Verdean'daki medyan özgürlüğünün uygulamasını kısıtladı. All Aynı zamanda, günümüzde 90'lı yıllardaki gibi geniş muhalefet bulunmamaktadır, bu görünen normalite siyasetçiler ve gazeteciler arasındaki bağlantıda yer almaktadır. Bu medya ile bağlantısı olan siyasi partilerde rahatsızlık oluşmasını önlemektedir. Böylece, kişisel sansürcülük medya özgürlüğünün engelleyici mekanizması olmuştur. Bundan ötürü , bir gazeteci, bi taraftan açık ve kesin olarak siyasi partiyi muhalefet kanadıymış gibi araştıran, diğer taraftan, bağlı olan siyasi parti için uygun, evcilleşmiş ve biçimlenmemiş olması gerektiği görülmüştür. Bu durum da gazetecilik pratiği için muafiyet hakkında konuşulacak bişey olmaması yada halk içindeki geniş mesajların kesinliği için şartlar yoktur.

Cape Verde'de ki benimsenmiş patileri hatırlıyoruz, 1991'den sonra gazetecilik pratiği için yeniliklere izin verilmemiştir. O zamana kadar, gazeteciler "siyasi müşavir" olarak düşünölmüştür. Çünkü onlar tek bir siyasiye eklenmişlerdir. Cape Verde de çok patili döneme geçildikten sonra Cape Verdean halkı içindeki iki önemli etkili siyasi parti arasında gazetecilerin bölündüğü ilan edilmiştir. Böylece özgürlük baskısının yasal düşüncesi gazetecilerin pratiği ile bağlantısı olmayan bir formalite ile kaplanmış oldu. Böylece resmi yargı ve özgürlük baskısının maddesel yargısı arasında bi boşluk oluştu. Hala Cape Verdean medyasının halkın sesi olabilmesi için ortada daha uzun bir yol var.

## ÖSSZEFOGLALÁS<sup>(10)</sup>

1991 után a kommunikációs vezérelvek kialakulása a Zöldfoki szigeteken ellentmondásra alapult az értekezési és a megvalósítási szintek közt: ha az értekezési szinten a sajtószabadság a kormány lehetőségei közt alap pillérének látszott, a gyakorlati szinten, a cselekvések - és a cselekvések hiánya - akadályozták a szabad környezet beteljesülését a szakmai médián belül. Azóta a kormány átalakulása készítette a felelősség átvételére az újságírókat és a politikai résztvevőket, az ütközések küszöbén álló államban, melynek eredményeként bírósági döntések történtek a szakmai médiával szemben. A köztvé iparág is - túl a szabálytalan alakulásán az iparágnak, a népesség nemzetközi adások ellátásának érdekében a hatóság által felszerelt szatellit vevők által - gátolta a vélemények sokszerűségét, minthogy a köztvé adások folyamatosan kritikákat sugároztak a kormány közbenjárására vonatkozóan. Mi több, feljegyezték, hogy 1991 és 2009 között, a sikeres kormányok beruházás ellenes politikája lejjebb sorolta a média szektort a kormányok lehetőségei közt. Ha egy többelű demokrácia első éveiben megtörténik egy szignifikáns beruházás a média iparágba, hamarosan érezhető lett volna, hogy a beruházás elmaradása nem adott volna teret az állami média felnövésehez, hatásosan hozzájárult volna a demokratikus rendszer megszilárdulásához.

A politikai kommunikáció és a médiaszabadság közötti kapcsolatban, a Zöld-foki köztársaság történelmének két szakaszát különíthetjük el: a) széleskörű elégedetlenség (leginkább a 90-es években), mikor a polgárok számára hozzáférhető, gyenge minőségű mediatermékek mentén az újságírók és a politika ütközőpályára állt; az újságírókat két osztályba sorolták, a „PAICV-közeli”, ill. az „MPD-közeli” (meg kell jegyezni, hogy az MpD és a PAICV az a két párt, amely a Zöld-foki Köztársaság politikai porondján nehezen értelmezhető); így a média és a politika közötti összeütközés eredményeként néhány újságíró 'politikai felügyelőként' ismerünk; b) a kényelem, vagy enyhe elégedettség fázisa, ami a politikai változások legturbulensebb szakaszai után alakult ki, különösen az ezredforduló után, a pártváltással, ill. a vezetői szemléletben történt, a média munkáját elismerő váltással. A pártban történt változás az újságírók és a pártok közötti viszony újradefiniálásához vezetett, némelyek a kormánypárttal, némelyek az ellenzékkel dolgoztak szorosabban együtt. Ez a Zöld-foki Köztársaság hibás demokrácia-fogalmából ered, mely szerint kizárólag a politikai pártok azok a szervezetek, melyek valóban tudnak tenni valamit. A hatalom koncentrációját találjuk, politikai pártokhoz kapcsolhatóan: a politikai hatalom (a nyilvánosság alapos vizsgálatával), gazdasági hatalom (A Zöld szigetek vállalkozók többsége a hatalmon lévő kormánypárton belül születtek, ami annyit tesz,

---

<sup>10</sup> Resumo da tese em língua húngara.



hogy bizonyos fokú politizálódása megfigyelhető az ország gazdasági életében), kulturális hatalom ( az intellektuális emberek többsége politikai pártokhoz kapcsolható, amikor a politikai párt kormányra kerül, alábbhagynak projektjeikkel, a magán és hivatásbeli vágyakozásaikkal), a szociális befolyás hatalma ( szinte az összes nemzeti média hálózat politikai párthoz kapcsolódik és a gyenge hirdetői piac likviditása nem teszi önfenntartó üzletté a médiát). Mindezen szociológiai kényszerek akadályozták a szabad környezet beteljesülését a Zöldfoki szigetek médiában. Habár manapság nincs olyan szerteágazó elhidegülés, mint a 90-es években, a látható normalitás, ami átvette helyét a politikai pártok és újságírók kapcsolatában, melyet az információkra építve teremtenek meg, kerül a kellemetlen helyzeteket a politikai pártok és hozzájuk kapcsolódó médiában - és köztük. Ennél fogva ezen öncenzúra akadályává vált a média szabadság mechanizmusának. Ennek következtében létezik az újságíró, aki az egyrésztől törekszik arra, hogy metsző legyen az ellenzékben lévő politika pártokkal, másrésztől kényelmes, háziasított és alakatlan legyen a politika párttal, melyhez köthető. Ennek megfelelően nem beszélhetünk kivételes újságírói praktikákról mely más kondíciókkal létezne, sem a célzott üzenetekről, melyek széles körben elterjednek a társadalomban.

Realizálnunk kell, hogy a Zöldfoki szigetek felvett kommunikációs politikák 1991 után, nem vezettek forradalomhoz az újságírásban. Amíg az újságírókat „politikai felügyelőknek” tartják, mert kapcsolhatóak valamely politikai párthoz, miután a Zöldfoki szigetek többpártrendszerű országgá vált, följegyezhető, hogy az újságírói csoportok a két legkifejezőbb politikai párthoz tartozik a Zöldfoki szigetek társadalmában. Tehát a jogos koncepcióját a sajtószabadságnak elfedték formalitással, mely nem hasonlítható össze az újságírók mindennapjaival, így megmarad a szakadék a sajtó törvényes-formai koncepciója és a törvényes-gyakorlati koncepciója közt. Még mindig hosszú út vár e kérdésre, hogy a Zöldfoki szigetek médiája a társadalom hangjává válhasson.

## РЕФЕРАТ<sup>(1)</sup>

После 1991 года развитая в Кабо-Верде политика коммуникаций была основана на поразительном противоречии между уровнем рассуждений и планом действия: если на уровне рассуждений свобода прессы рассматривалась как опора для государственных опций, то на практическом уровне набор действий и бездействий затруднял обеспечение свободной среды между профессионалами в области СМИ. С тех пор процесс перехода государства подтолкнул журналистов и заведующих политических деятелей к состоянию неизбежного раскола, результатом которого стали судебные прецеденты против профессионалов в области СМИ. Также государственная монополия телевизионной индустрии, сверх сокращения вмешательства государства в экономику индустрии – когда муниципалитеты устанавливают спутниковые тарелки, чтобы удовлетворить население международными каналами – препятствовала многочисленности мнений, так как общественная точка зрения постоянно получала критику, упоминая о вмешательстве государства. Более того, было замечено, что в период с 1991 по 2009 год проводилась политика сокращения капиталовложений последующего правительства в сектор средств связи, переводя его на второстепенный уровень государственных опций. Если в первые годы плюралистической демократии были значительные инвестиции в индустрию средств связи, то вскоре было замечено падение инвестиций, которое не давало пространства государственным средствам информации расти и эффективно вносить вклад в утверждение демократической системы.

В отношениях политических коммуникаций со свободой средств информации выделяют две фазы в этом периоде истории Кабо-Верде: а) фаза широко распространённого неудовлетворения (главным образом в 90х годах), когда, наряду с низким качеством продуктов средств связи, доступных гражданам, журналисты и политический класс начали курс, грозящий катастрофой; класс журналистов был разделён на тех, кого считали «журналистами, близкими к PAICV» и тех, кого считали «журналистами, близкими к MPD» (следует отметить, что MPD и PAICV – единственные две политические партии, в сущности нечёткие на политической арене Кабо-Верде); таким образом, сговор между профессионалами в области средств информации и

---

<sup>11</sup> Resumo da tese em língua russa.

политическими деятелями привёл к тому, что некоторые журналисты прослыли «политическими комиссарами»; б) фаза удобной или слабой удовлетворённости, которая установилась после наиболее турбулентных периодов политического перехода, особенно с нового тысячелетия, с заменой политической партии и изменением отношения правителей к деятельности средств информации. Изменение политической партии привело к пересмотру позиции журналистов по отношению к политическим партиям, некоторые из них начали работать теснее с правительством, а другие всё больше вступали в ряды оппозиции. Эта ситуация стала следствием неправильного представления демократии, установленной в Кабо-Верде, где политические партии рассматриваются как единственные объекты, действительно пользующиеся свободой действий. В отношении политических партий мы можем найти концентрации власти: политическая власть (через общественное наблюдение), экономическая власть (большинство предпринимателей Кабо-Верде родились внутри политических партий, которые были в правительстве, что указывает на определённую степень политизации экономической жизни страны), культурная власть (большинство интеллектуальных людей связаны с политическими партиями, и когда эти политические партии в правительстве, они субсидируют свои проекты, а также свои личные и профессиональные стремления) и власть социального влияния (почти вся национальная сеть средств информации связана с политической партией, и слабая ликвидность рекламного рынка мешает реализации самоподдерживающегося бизнеса в индустрии средств информации). Все эти социологические ограничения затруднили установление среды свободы внутри средств информации Кабо-Верде. Хотя в наши дни нет такого широко распространённого недовольства как в 90х, видимое соответствие норме, которое имело место в отношениях между политиками и журналистами, обусловлено информацией, которая избегает причинения дискомфорта в политических партиях, к которым эти средства присоединены или с которыми они как-то связаны. Таким образом, саморегулирование становится тормозящим механизмом свободы средств информации. Следовательно, замечено, что журналист, с одной стороны, стремится быть язвительным по отношению к политической партии, рассматриваемой как оппозиция, а с другой стороны, он является удобным, домашним и аморфным для политической партии, с которой он связан. В этом случае не остаётся условий ни для

разговора о привилегиях журналистской практики, ни для точности посланий, которые широко распространены в обществе.

Мы понимаем, что политика коммуникаций, принятая в Кабо-Верде после 1991 года, не вела к революции в журналистской практике. Если до того момента журналисты рассматривались в качестве «политических комиссаров», потому что они были связаны с единственной политической партией, то после того как Кабо-Верде стала многопартийной страной, было замечено разделение журналистского класса между двумя наиболее выразительными политическими партиями в обществе Кабо-Верде. Таким образом, правовая концепция свободы прессы была перекрыта формальностью, которая не нашла отражения в практике типичных случаев журналистов и таким образом остаётся пропастью между юридически формальной концепцией и юридически материальной концепцией свободы прессы. Тем не менее, в этой ситуации предстоит пройти долгий путь, чтобы средства информации Кабо-Верде могли стать голосом своего общества.



# **NOTAS INTRODUTÓRIAS**

**POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO  
E LIBERDADE DE IMPRENSA**

# Notas Introdutórias

## POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E LIBERDADE DE IMPRENSA

Com este trabalho, propomo-nos estudar as políticas de comunicação e a liberdade de imprensa em Cabo Verde, sobretudo no período que medeia entre a abertura do sistema político e a consequente adesão ao multipartidarismo e 2009. Assim, iremos percorrer todo o período de governação da IIª República de Cabo Verde, que teve início em 1991 com a inauguração do regime multipartidário que permitiu que mais do que um partido político pudesse apresentar, aos cidadãos, a sua proposta de governação, sujeitando-a ao escrutínio público. Desta forma, pôs-se fim ao sistema monolítico, concebido num quadro de Partido Único em que, constitucionalmente, apenas um partido poderia chegar ao poder.

A concorrência política possibilitou uma concorrência de ideias. No entanto, devemos salientar que nem todos os casos de monopólio político acabam por traduzir-se numa única visão do mundo. Se o regime monolítico não concebia uma concorrência de partidos para a governação do país, a verdade é que, dentro do Partido Único, surgiram sectores mais liberalistas que impulsionaram a abertura do regime. Por isso, a transição política, em Cabo Verde, aconteceu de forma pacífica e o próprio regime de Partido Único acabou por criar condições para o seu desmantelamento. Isso permitiu que o processo de transição política ganhasse sustentabilidade, para que não houvesse um retrocesso absoluto na caminhada em prol da democratização como aconteceu com vários países da África onde a democracia teima em não sair do papel.

Tal como atesta a história, a Guiné-Bissau é um país cujo percurso político conheceu caminhos cruzados com a trajectória política de Cabo Verde: décadas de luta conjunta em prol da descolonização, seguidas de um período de administração conjunta, que vai de 1975 a 1981. No entanto, a partir do golpe de Estado de 1980, que ditou a separação política, cada um dos países desenhou o seu percurso político e, volvidas menos de três décadas, a diferença entre os dois, em termos de construção democrática, é abismal. O facto de o regime de Partido Único ter assumido a transição como algo necessário fez diferença no desenho do mapa político em Cabo Verde. No entanto, muitos outros factores ajudam a explicar a diferença de percurso entre os dois países.

Para compreendermos melhor a trajectória política de Cabo Verde, recuemos até ao século XV. Com a descoberta das ilhas sem uma população local, os portugueses avançaram com o povoamento que,

não alcançando o objectivo de fixar nas ilhas uma população branca, proporcionou um processo de fusão entre europeus e africanos, criando uma atmosfera cultural própria e proporcionando o surgimento do mestiço cabo-verdiano, que se habituou a viver cercado pelo oceano, criando a morna para chorar a saudade daqueles que se lançam ao mar à procura de fontes de subsistência. Portanto, desde a sua descoberta – em 1460 – Cabo Verde esteve sob a tutela do estado português até 1975, quando conheceu a sua independência, depois de décadas de batalhas políticas e militares, em conjunto com a Guiné-Bissau. Há três macrofases da história política de Cabo Verde: da descoberta à independência (colonização); desta à transição democrática (Iª República); e o período de pós-abertura política (IIª República). Esse quadro histórico é muito importante porque, estudando a liberdade de imprensa, compreenderemos as filosofias subjacentes aos regimes políticos vigentes; estudando a política de comunicação, aprofundaremos a compreensão sobre os sistemas de governação. Cruzando a liberdade de imprensa com a política de comunicação, situaremos a democracia no percurso político de Cabo Verde e lemos mais adequadamente o quadro de protecção dos direitos humanos que, ao longo dos tempos, se desenhou no arquipélago.

Os regimes coloniais caracterizam-se por uma ausência de direitos humanos para os súbditos. Por esta razão, a questão da protecção dos direitos fundamentais praticamente não se coloca no período que medeia entre a descoberta das ilhas e a sua independência. Um dos motivos que levou os cabo-verdianos, comandados por Amílcar Cabral, a combater na Guiné-Bissau foi a questão dos direitos dos cidadãos. Na filosofia da guerra pela libertação, a independência não era um fim em si, mas sim um meio para alcançar os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos. No entanto, o período subsequente à independência não foi propriamente o de protecção de uma ampla esfera dos direitos dos cidadãos. Houve uma melhoria substancial em relação ao regime precedente, mas o espaço de realização individual foi bastante escasso, porque o regime de Partido Único reproduzia algumas práticas ditatoriais do Estado Novo. Desde logo, não foram asseguradas condições para que houvesse um clima de confronto aberto de ideias e promoção de um pensamento divergente na sociedade, com vista ao desenvolvimento político e social. Neste contexto, a liberdade de imprensa situou-se apenas no plano das ideias, e a comunicação social quase que se resumiu a uma arma política para o controlo ideológico. Foi mais ou menos isso que aconteceu em Cabo Verde durante os 15 anos de monopartidarismo, havendo apenas o jornal ‘Terra Nova’, propriedade da Igreja Católica, a apresentar outras leituras da sociedade. Lembremos ainda que o ‘Terra Nova’ surgiu pouco tempo antes da independência, pelo que, quando o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) assumiu o poder em Julho de 1975, tinha já uma publicação regular. Sendo um jornal da Igreja



Católica que, na altura, tinha o monopólio da formação das consciências religiosas (com mais de 95% da população nacional como crente), o sistema monolítico sentiu-se obrigado a tolerar a publicação do 'Terra Nova', evitando criar casos que resvassem para um confronto directo com uma instituição tão poderosa como é a igreja. Houve momentos em que o 'Terra Nova' assumiu uma postura de nítida oposição ao governo, o que criou incómodo nos corredores do poder. Porém, salvo alguns processos judiciais contra o seu director, o governo entendeu que, enfrentar a Igreja Católica tentando acabar com a sua publicação, não seria a solução mais adequada para a situação.

As primeiras eleições legislativas e presidenciais, segundo o modelo de sufrágio universal, ditaram um novo caminho para o país, abrindo portas a uma nova geração de governantes, que relegaram para a oposição os protagonistas políticos do regime monolítico. Desta feita, associado ao regime democrático, surgiu um conjunto de propostas liberais que não se manifestava só no modelo político que se desenhava, como também nas opções de governação. A nível institucional, foi proposto um novo ordenamento jurídico, que se foi compondo com a substituição das leis concebidas durante o sistema monolítico e outras transitadas do período colonial para o pós-colonialismo; no terreno ideológico, a liberdade de imprensa foi a principal ferramenta usada nos discursos políticos para se justificar as opções, transmitindo a preocupação com o fortalecimento dos direitos fundamentais.

De facto, a nível das opções ideológicas, os governantes que inauguraram o sistema multipartidário em Cabo Verde produziam um discurso coerente ao eleger a liberdade como uma das bandeiras de sua actuação. Isto porque todo o passado do povo cabo-verdiano tinha sido investido na luta a favor da liberdade. Os séculos da administração colonial proporcionaram aos cabo-verdianos um ambiente de castração dos seus direitos fundamentais, entre eles o direito à liberdade. Nos 15 anos do regime de Partido Único, não se conseguiu promover, da melhor forma, o direito à liberdade de um povo que teve nela a bandeira da sua luta durante séculos. O regime instalado na IIª República cedo percebeu que a liberdade era um argumento forte, através do qual conseguiria a adesão dos cabo-verdianos ao novo projecto de governação proposto pelo Movimento para a Democracia (MpD). Assim, o partido conseguiu uma adesão maciça da população às suas propostas, alcançando, durante a década de 90, duas maiorias expressivas nas eleições legislativas (uma absoluta e outra qualificada), quase arredando a oposição do terreno político. Durante a década de 90, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) constituiria uma minoria fragilizada, com pouca capacidade de influência diante do agigantamento dos actores políticos associados ao MpD. Além disso, devemos recordar ainda que a importância que foi dada ao factor 'liberdade' dentro das opções programáticas do MpD levou a que o 13 de Janeiro – data da realização das primeiras eleições legislativas (em 1991) – fosse

institucionalizado como o 'dia da liberdade e da democracia', algo que tem causado muita polémica no seio dos actores políticos. Desde logo, os defensores dessa efeméride procuram associar o 13 de Janeiro à liberdade, esta à democracia e a democracia ao MpD. Desta feita, o MpD fica associado ao 13 de Janeiro, razão pela qual se procura afirmar que se trata de um partido da 'liberdade e de democracia'. Contra este argumento, encontramos duas linhas de interpretação, todas elas associadas ao PAICV: a primeira, suportada numa base histórica, defende que o 'dia da liberdade' deve ser o 5 de Julho, já que se trata da data em que se proclamou a independência de Cabo Verde. Os defensores desta ideia associam a independência à autonomia, esta à liberdade e, em última análise, a independência à liberdade. Como o PAIGC/CV esteve na vanguarda da luta pela independência, logo, fica automaticamente associado à liberdade. Encontramos ainda uma segunda leva de argumentos, que se baseiam em ideias de natureza jurídico-política. Defendem que o 'dia da democracia e da liberdade' deveria ser o dia em que foi feita a revisão da Constituição Política da República de Cabo Verde, que acabou com o monopólio de governação do PAICV, permitindo a criação de novos partidos políticos com idênticas garantias de acesso ao poder. Os apologistas desta ideia procuram associar a abertura formal do regime à liberdade e à democracia, o PAICV à abertura formal do regime e, logo, o PAICV à liberdade e à democracia. Portanto, como podemos ver, cada uma dessas datas procura dar protagonismo a um determinado partido político e, como a democracia e a liberdade incorporam valores de grande importância para o povo cabo-verdiano, os partidos políticos lutam para se associarem a esses valores.

Como referimos, a abertura do regime permitiu que os partidos apresentassem aos cidadãos propostas inovadoras de governação. O próprio regime democrático era inconcebível no âmbito do quadro jurídico que existia, já que quase toda a legislação – que vinha desde o período colonial – se revelava inadequada para o novo tempo político que se passou a viver no arquipélago. Daí que, aos poucos, o Governo e a Assembleia Nacional trabalhassem no sentido de criar um novo quadro jurídico, dando um novo suporte e enquadramento institucional à organização da sociedade.

A nossa tese vai analisar as políticas de comunicação em Cabo Verde, diagnosticando o seu contributo na implementação de um ambiente de liberdade de imprensa no país. Assim, iremos analisar as decisões, as acções, as opções, as inacções, as estratégias políticas e o ambiente de liberdade de imprensa. Isso também vai nos permitir compreender se a democracia formal (que concebe a liberdade de imprensa enquanto bem jurídico fundamental) tem tido correspondência na democracia material (práticas do direito à liberdade de imprensa, numa atmosfera de isenção, independência e rigor no exercício do jornalismo). Procuraremos perceber se a definição de políticas públicas para o sector da

comunicação social tem coincidido com um quadro de garantias efectivas da liberdade de imprensa, no sentido de compreender se, para além da formalidade do regime, das suas leis, dos programas de governo, dos documentos oficiais e dos discursos políticos, há um espaço efectivo para implementar um ambiente de ampla liberdade para os profissionais da informação.

Relativamente às áreas científicas do nosso estudo, devemos lembrar que os seus percursos são bastante diferentes. A política de comunicação é um campo recente, tendo surgido, nos anos 80 do século passado, para responder às dramáticas transformações que se registaram no campo da comunicação, multimédia e microelectrónica. Na lógica da interdisciplinaridade, procura ferramentas em várias áreas científicas estabelecidas, de forma a dar inteligibilidade aos novos fenómenos de comunicação que têm influenciado as estruturas do poder nas sociedades modernas. Aliando a globalização financeira à globalização de dados, através da informática, da electrónica e dos satélites, a problemática da comunicação global, hoje, ultrapassa o perímetro jurídico do Estado-Nação, razão pela qual a política de comunicação procura âncoras nas relações internacionais, visando também equacionar a comunicação no plano global. O processo de concentração de empresas nas áreas da comunicação, dos multimédia, da informática e das novas tecnologias fez com que aparecessem conglomerados capazes de desafiar alguns estados. Assim, as relações de poder, muitas vezes traduzidas em tensões e conflitos, constituem preocupações para a política de comunicação que, apoiando-se em ferramentas científicas, procura criar um quadro de leitura desta nova realidade.

A luta pela liberdade tem marcado a trajectória da humanidade, que sempre batalhou em prol da sua emancipação, a vários níveis, nomeadamente no campo político e no jurídico. No terreno político, a liberdade de imprensa surge em forma de discurso. Ou seja, é um elemento presente na retórica política, como um ideal de aperfeiçoamento da democracia. Porém, numa concepção realista, a liberdade de imprensa configura um patamar possível de ser atingido. Por isso, os políticos criam instrumentos legais para protegê-la e estabelecem garantias para a sua realização. Passamos, assim, da concepção política da liberdade de imprensa para o campo jurídico. É nas práticas da comunicação social que a liberdade de imprensa pode encontrar a sua concretização. É na regulação e fiscalização que encontra a sua eficácia jurídica. É no pluralismo que está o seu fundamento. É na democracia que está o seu alicerce. E é na lei que encontra a sua protecção.

No plano jurídico, a liberdade de imprensa fundamenta-se em três esferas que se inter-relacionam: a esfera de atribuição, a esfera de garantia e a esfera de salvaguarda. Na esfera de atribuição, a liberdade de imprensa surge próxima da concepção deontológica da profissão do jornalismo. Mas, trata-se de uma deontologia de protecção jurídica, já que a orientação deontológica emana da lei:

referimo-nos ao direito de informar. Ou seja, seguindo a premissa de que, a cada direito corresponde um dever, se o jornalista tem o direito de se informar, ao qual pode recorrer para dar procedimento à sua actividade profissional, tem também o dever de informar, que é o fundamento do seu campo profissional. Na esfera da garantia, a liberdade de imprensa surge enquanto direito de realização da profissão de jornalista: o direito de se informar. Tendo em conta que, na maioria das vezes, o jornalista não é testemunha ocular dos acontecimentos, tem a necessidade de se informar para poder informar os cidadãos. Portanto, há, na lei, um espaço de garantia jurídica da realização do jornalismo enquanto *métier* que ocupa uma dada comunidade profissional. Por fim, temos a esfera de salvaguarda, na qual a liberdade de imprensa surge como o suporte que permite a realização dos direitos fundamentais dos cidadãos. Neste caso, referimo-nos ao direito de ser informado. Para que os cidadãos sejam convenientemente informados, o jornalista precisa de um ambiente de liberdade de imprensa para poder dar resposta às suas atribuições profissionais.

Tendo em conta essas especificidades que fundamentam a liberdade de imprensa, enquanto matéria de natureza jurídica, pretendemos compreendê-la, articulando-a com os suportes políticos. Se, por um lado, o mercado cabo-verdiano é incipiente por não albergar os conglomerados de comunicação global que procuram anular a descontinuidade geográfica dos continentes, por outro lado, a simples adesão à rede de Internet introduz o país no circuito global, que estabelece conexões com todo o mundo. Daí que entendemos ser necessário um suporte teórico sólido que procure analisar, não só as políticas públicas, mas também compreender esses complexos fenómenos.

Esta tese conta com 12 capítulos que procuram articular a política de comunicação com a liberdade imprensa, a fim de avaliar o ambiente de actuação dos jornalistas e o direito à liberdade, nas suas dimensões jurídico-formais e jurídico-materiais. No primeiro capítulo, analisaremos a liberdade de imprensa, os direitos fundamentais e a democracia, esgrimindo argumentos teóricos nas áreas dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. Seguidamente, faremos uma leitura teórica da Política de Comunicação, procurando compreender os processos de políticas públicas e conhecendo os axiomas que fundamentam esse campo disciplinar.

Sendo Cabo Verde o nosso universo de estudo, teremos, no capítulo terceiro, um enquadramento histórico que problematiza a sua evolução política e sociológica, dando a conhecer os diferentes quadros constitucionais de protecção da liberdade de imprensa.

Da análise constitucional, passaremos ao estudo da governação da comunicação social, conhecendo as propostas, os projectos, as acções e as omissões dos dois blocos de governo da IIª República: o MpD, na década de 90, e o PAICV, depois de 2001 (capítulo IV). Iremos explorar, no capítulo V, o sector

da televisão, analisando o seu surgimento, conhecendo as suas estruturas, os processos de desregulação, as tentativas falhadas de regulação, as tendências e os contextos de liberalização do espectro. Da mesma maneira, iremos abordar, sectorialmente, o território da radiodifusão, para depois reconstruir o percurso entre as várias tentativas de desvincular o Estado da imprensa escrita, até à convergência digital (capítulo VI).

Após a análise sectorial da comunicação social, que nos permite conhecer a sua estrutura de mercado, iremos trabalhar o jornalismo e o ambiente da liberdade de imprensa em várias dimensões: 1) sociológica (capítulo VII), técnica (capítulo VIII), económica e política (capítulo IX) e jurídica (capítulo X). Posteriormente, analisaremos as consequências da relação dos políticos com os órgãos de comunicação social sobre o direito à liberdade de imprensa (capítulo XI), bem como as dimensões, as facetas e as máscaras de que a censura se reveste no regime democrático, demonstrando a dificuldade de harmonizar o sistema formal com as práticas de um jornalismo livre, que incomoda os poderes (capítulo XII). Por fim, iremos chegar a uma síntese conclusiva, que nos vai evidenciar o fosso entre a liberdade de imprensa numa concepção jurídico-formal, resultado de uma política levada a cabo pelo novo regime instalado a partir de 1991, e a liberdade de imprensa numa acepção jurídico-material, resultado de uma falta de orientação material das políticas de comunicação definidas ao longo das governações e, por outro lado, de – muitas vezes – ausência de políticas, entendimentos e orientações para o sector da comunicação que acaba, quase sempre, como o parente pobre das intervenções dos governos.

\*\*\*\*\*

Este trabalho orienta-se por três questões científicas, sendo uma delas a principal: “Que impacto têm tido as políticas de comunicação empreendidas em Cabo Verde sobre o ambiente da liberdade de imprensa”? Mais especificamente, perguntamos: “Qual tem sido a política de comunicação definida pelos governos que dirigiram Cabo Verde depois da abertura política”? “Em que medida tem sido assegurado o direito de informar aos órgãos de comunicação social cabo-verdianos”?

A nossa investigação procurou conciliar várias metodologias e explorar as diferentes fontes de informação que nos poderiam ajudar a responder às nossas questões científicas. Considerando a entrevista um método de investigação importante que, na opinião de Quivy e Campenhoudt, nos permite retirar “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (2003:191-19), entrevistámos 30 personalidades de diferentes áreas de actuação, todas cruzando o terreno da comunicação social, incluindo jornalistas, directores de órgãos, a presidente da Associação dos

Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), um membro do Conselho da Comunicação Social e ex-governantes, sendo que, todos eles, tiveram um papel socialmente relevante entre 1991 e 2009.

As entrevistas permitiram-nos um contacto directo com vários actores do sector, facilitando a troca de informações, conhecimentos e experiências. Desta forma, tivemos a oportunidade de confrontar os entrevistados com diversas questões, instigando-os a exprimir as suas opiniões, percepções e pontos de vista. Não esqueçamos que Quivy e Campenhoudt consideram que, “se a entrevista é, antes de mais, um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão, o espírito teórico do investigador deve, no entanto, permanecer continuamente atento, de modo a que as suas intervenções tragam elementos de análise tão fecundos quanto possível” (2003: 191-192). Desta forma, entendemos que a preparação que fizemos, antes da partida para a investigação *in loco*, nos permitiu trazer, para a discussão com os entrevistados, elementos importantes para a compreensão das temáticas que nos propomos desenvolver, permitindo a elaboração de um trabalho que procure compreender a atmosfera mediática cabo-verdiana das últimas duas décadas.

Houve vários momentos de entrevista: durante Abril de 2008, na Cidade da Praia, numa primeira deslocação ao terreno; no Verão de 2008, quando entrevistámos, em Lisboa, a antiga directora de informação da ‘TCV’ (Conceição Queiroz), que, actualmente, se encontra na ‘TVI’; o correspondente da ‘TCV’, ‘RCV’ e ‘Inforpress’ em Lisboa (Marco Rocha), que também trabalha para a ‘RTP África’; o ex-ministro com tutela da Comunicação Social (Arnaldo Andrade), que, neste momento, é Embaixador de Cabo Verde em Lisboa. Ainda, durante o Verão, conseguimos uma entrevista com o ex-director da ‘TNCV’ (Nelson Herbert), que, neste momento, está a trabalhar na ‘Voz de América’, nos Estados Unidos. Tendo em conta a distância geográfica, procedemos com uma entrevista não presencial, em que enviámos as perguntas através do e-mail, e a recepção das respostas aconteceu pela mesma via. Levando em consideração o facto de as questões terem sido enviadas no mês de Maio e as respostas terem chegado a 12 de Junho de 2008, decidimos adoptar essa data como a da realização da entrevista, para uniformizar a citação dos conteúdos adquiridos por esta via. Houve ainda um terceiro momento de entrevista em profundidade, que coincidiu com a nossa segunda deslocação ao terreno e decorreu entre Outubro de 2008 e Janeiro de 2009. Nesta fase, entrevistámos jornalistas da Praia (Ilha de Santiago) e do Mindelo (Ilha de São Vicente), os dois principais centros urbanos do país.

A análise documental é também considerada, por nós, um método fundamental neste projecto. Entendemos que os documentos legais são elementos de investigação que não podem ser dispensados no estudo da política de comunicação e da liberdade de imprensa, já que fornecem elementos muitíssimo importantes para a contextualização dessas problemáticas e, quando correlacionados com

outros elementos de investigação, dão-nos o acesso a informações que nos ajudam a perceber a diferença entre as dimensões jurídico-formal e jurídico-material da liberdade. Na análise documental realizada, privilegjámos várias categorias de materiais: legislação, programas de governo, programas de desenvolvimento e de investimento público, as grandes opções do plano, relatórios, inquérito à satisfação e de audiometria dos órgãos de comunicação, artigos de jornais, etc. Todo este trabalho de recolha de informação foi feito entre Outubro de 2008 e Fevereiro de 2009, salvo os programas dos governos e a legislação do sector, uma vez que tínhamos reunido já essa documentação.

Quanto à investigação na imprensa, trabalhámos no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (AHN), onde encontrámos várias publicações que foram editadas durante o período temporal da nossa investigação. Escolhemos os jornais mais representativos e mais significativos durante a IIª República, deixando de lado as publicações eminentemente partidárias. Analisámos os jornais 'A Semana' (1991 a 2009), 'Notícias' (1991 a 1994, ano do seu encerramento), 'Expresso das Ilhas' (2001, ano do seu aparecimento, a 2009) e os jornais estatais que se foram substituindo entre 1991 e 2007 (ano da saída do Estado da imprensa escrita): 'Voz di Povo', 'Novo Jornal de Cabo Verde' e 'Horizonte'. Consideramos essa investigação importante porque os jornais são lugares de memória da sociedade.

Aplicámos ainda um inquérito por questionário, que foi respondido por 53 jornalistas, de que decidimos validar 50, já que três vieram incompletos. O inquérito por questionário permite-nos verificar as hipóteses de trabalho e serve também como um elemento substancial na procura de resposta às nossas questões científicas. Dando procedimento à codificação das perguntas, pudemos tratá-las através do programa SPSS, versão 16, que nos permitiu fazer a correlação de dados.

O modelo de questionário que aplicámos é o denominado de 'administração directa', dando aos próprios inquiridos a oportunidade de expressar as suas opiniões ou as suas percepções sobre o nosso tema de estudo, de uma forma livre e descomprometida. Pensamos que esta é a melhor maneira de o inquirido expressar, com toda a sinceridade, a sua posição em relação ao tema do nosso estudo, já que, neste caso, a privacidade é muito importante. Assim, optámos por garantir a confidencialidade.

Os 50 jornalistas cujas respostas foram validadas trabalham em diferentes órgãos de comunicação social: rádio, televisão, imprensa escrita e meios digitais. Encontram-se maioritariamente na Cidade da Praia, mas alguns também são de São Vicente, já que nos deslocámos àquela ilha para ouvir a comunidade jornalística do Norte. Tal como aconteceu com as entrevistas, houve dois momentos de aplicação do inquérito: Abril de 2008, na Cidade da Praia e na Cidade de Assomada (Ilha de Santiago) e, entre Outubro de 2008 e Janeiro de 2009, na Cidade da Praia (Ilha de Santiago) e na Cidade do Mindelo (Ilha de São Vicente). Devemos lembrar ainda que os 50 profissionais inquiridos são bastante

representativos do universo cabo-verdiano, já que a única associação de jornalistas do país – AJOC – tem inscritos 150 profissionais, incluindo repórteres de imagem, fotógrafos e outros equiparados a jornalista. No entanto, não se conhece o número exacto dos jornalistas cabo-verdianos, uma vez que, como nem todos se revêem na AJOC, pode haver profissionais que não estejam inscritos naquele organismo. Também não existem estudos sociográficos que ajudem a caracterizar a comunidade jornalística cabo-verdiana, assim como a carteira profissional, o que permitiria quantificar o número de pessoas a exercer, legalmente, a profissão.

Etariamente, a nossa amostra caracteriza-se por indivíduos com idades compreendidas entre 21 e 55 anos, dos quais 20 se encontram na faixa entre os 20 e os 30 anos, dez encontram-se na casa dos 30 aos 40 anos, 16 situam-se entre 40 e 50 anos, havendo quatro que têm idade superior a 50 anos. Em termos de género, regista-se um equilíbrio técnico: 26 são do sexo feminino e 24 são do sexo masculino. A nossa amostra contém uma percentagem interessante de jornalistas seniores: 50% tem mais de 10 anos de profissão, enquanto 28% tem menos de cinco anos de experiência profissional e 22% tem entre cinco e dez anos. Também existe uma percentagem idêntica de fidelização dos jornalistas aos órgãos para os quais trabalham: 32% tinha menos de cinco anos de trabalho no meio de comunicação social em que se encontrava no momento da aplicação do inquérito, 20% tinha entre cinco a dez anos de profissão no respectivo órgão e 48% tinha mais de dez anos. Outrossim, podemos notar uma certa fidelização dos profissionais ao jornalismo: 90% dos inquiridos declarou que não exercia qualquer outra profissão, para além do jornalismo, no momento da aplicação do inquérito, enquanto 10% assumiu que tinha outra profissão. Encontrámos ainda 54% de jornalistas a receber entre 40 a 80 mil escudos, 34% a receber entre 80 a 150 mil escudos, 8% a receber menos de 40 mil escudos e 4% em regime de voluntariado (inclui estagiários e outros colaboradores que não têm compensação financeira).

A maioria dos inquiridos trabalha em jornais ou em agências noticiosas (40%), sendo que 28% trabalha na televisão, 24% na rádio e 8% em jornais electrónicos/digitais. Verifica-se também um número superior de jornalistas dos órgãos públicos em relação aos dos privados: 56% contra 44%. Por fim, para fechar a caracterização da nossa amostra, importa recordar que uma grande maioria dos inquiridos afirma ter a licenciatura: 74%, contra 8% que afirma ter o 9.º ano de escolaridade, 2% com o 12.º ano e 16% com outras qualificações que vão desde bacharelatos a vários cursos académicos não concluídos.

\*\*\*\*\*





# **CAPÍTULO I**

## **DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E LIBERDADE DE IMPRENSA**

ANÁLISE DA HISTÓRIA POLÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS



A tentativa de compreender a situação da liberdade de imprensa em Cabo Verde leva-nos às raízes do debate sobre a liberdade humana. As sociedades modernas colocam as questões da liberdade no centro do debate político mas, ao longo dos tempos, o ser humano apercebeu-se da necessidade de conciliar o exercício da liberdade com a manutenção da ordem pública. Por isso, as batalhas a favor das liberdades cívicas marcaram a história da humanidade, fazendo eco em várias latitudes.

Descortinando a história política dos EUA e da Europa Ocidental, vislumbra-se um conjunto de episódios emocionantes que envolveram a luta pela liberdade (Fagen, 1971 e Keane, 2002). Entretanto, a retórica clássica do Iluminismo e do pós-Iluminismo integra um corpo de ideias nucleares considerados como compromissos fundamentais para sustentar a forma democrática de vivência social. Vários postulados tornaram célebres pensadores como Mill (1964), Milton (2007/1644), Bentham (1960), tidos como grandes defensores das liberdades humanas. A liberdade de expressão, que integra a liberdade de imprensa, é encarada como um direito político básico que está imanente à condição humana. Hoje a liberdade de imprensa surge como coluna vertebral do Estado de Direito.

Para a defesa das liberdades humanas, há que reconhecer a liberdade e a autonomia do indivíduo como bens fundamentais. Entrando na fileira de autores que defendem esta perspectiva, Tugendhat (2000) recorre à tese de Alexy, argumentando que os direitos que não são de liberdade (direitos sociais) deveriam ser fundamentados através de uma ampliação do próprio conceito de liberdade. Devemos lembrar que Alexy identifica duas dimensões da liberdade (positiva e negativa), mas Tugendhat (2000) recusa a noção kantiana e hegeliana de liberdade positiva por considerar que, no discurso sobre a liberdade, Kant e Hegel apresentam um falso denominador, apresentando como livre algo que está preso a um determinado procedimento.

A noção da liberdade positiva e negativa tem base na filosofia anglo-saxónica. A vertente negativa da liberdade acarreta uma explicação de fácil entendimento, já que, no seu âmbito, se defende que um indivíduo só não é livre se for impedido de exercer a sua liberdade mediante coação exercida por entidades com poderes superiores. Numa aceção mais ampla, um indivíduo pode não ser livre se não tiver capacidades nem instrumentos para agir ou para tomar determinadas posições. Neste caso, o não exercício da liberdade não tem a ver com interferências externas, mas, antes, decorre da falta de mecanismos para a efectivação da sua garantia. Lucas (2009) realça ainda a perspectiva da liberdade como não-dominação, referindo-se às situações em que os indivíduos se encontram livres de qualquer

dominação arbitrária. Esta leitura reporta para os contextos de escravatura, considerados como exemplos de ausência de liberdade, na medida em que os escravos estão sujeitos às determinações dos seus senhores.

A antinomia liberdade-opressão foi, ao longo de muito tempo, circunscrita à dicotomia cidadão-poder estatal, o que levou Mill (1859/1997) a considerar a luta entre a liberdade e a autoridade a característica mais visível das épocas antigas, particularmente da Grécia, Roma e Inglaterra. No entanto, a luta pela liberdade ultrapassa as barreiras relacionais estado-cidadão e ainda hoje convoca a sociedade a reformular constantemente o pensamento sobre a matéria, na tentativa de aperfeiçoar a democracia ou banir algumas práticas opressoras. A batalha para ampliar a esfera dos direitos individuais não se resume às épocas passadas, sendo uma luta transversal à história da humanidade. Exceptuando-se alguns casos, como o de alguns governos populares da Grécia Antiga, nos tempos mais remotos, os governantes eram figuras antagónicas aos interesses do povo. Embora necessário, o governo era visto como um instrumento extremamente perigoso. Desta forma, os cidadãos procuraram impor limites à capacidade dos governantes de exercerem poderes absolutos sobre os governados, salvaguardando, assim, uma esfera de liberdade minimamente aceitável, para que os cidadãos pudessem definir a sua orientação de vida. Mill (1859/1997) defende que havia duas formas do cidadão contrariar o poder dos governos: a) a obtenção do reconhecimento de determinadas imunidades (direitos políticos), cuja transgressão por parte das autoridades poderia ser considerada uma violação dos seus deveres, o que poderia ser compensado com uma revolta geral de vários sectores da sociedade; b) o estabelecimento de controlos constitucionais, através dos quais a permissão da comunidade ou o consentimento de alguma entidade que supostamente representava os seus interesses, tornava-se numa condição necessária para alguns dos actos mais importantes do poder governante. Na maior parte dos países europeus, os governos absolutistas sentiram-se mais ou menos obrigados a acatar a primeira esfera de limitação dos seus poderes, o que não aconteceu com a segunda modalidade.

A Grécia Antiga vivia um espírito de liberdade, razão pela qual os gregos se consideravam os únicos homens verdadeiramente livres, em oposição ao resto da humanidade (Friedrich, 1970). A liberdade grega estava associada à noção de *polis*, pelo que não estava distante da concepção moderna da liberdade que tem sido desenvolvida pelas gerações contemporâneas. A preocupação primária era a auto-suficiência e a independência da *polis* face a qualquer outra potência estrangeira. Também se reivindicava a possibilidade dos cidadãos participarem na vida pública. Os gregos entendiam que o exercício da cidadania poderia contribuir para modelar as leis e as decisões políticas da cidade.

As batalhas em prol de uma maior liberdade aos cidadãos atravessaram várias fases e períodos históricos. Se nos períodos áureos da Grécia Antiga havia a preocupação de proteger a esfera de participação dos cidadãos na vida da cidade, séculos mais tarde começou-se a cultivar, tanto na Europa como nos Estados Unidos, a ideia dos direitos individuais para a garantia de um perímetro de realização individual dos cidadãos. As revoluções liberais são sinais claros de que os cidadãos sentiram a necessidade de, para além de assegurar determinadas esferas de direitos pessoais, tomar parte na condução da política geral dos países em que viviam. “Compreendeu-se agora que frases como ‘auto-governo’ e ‘o poder das pessoas sobre si próprias’ não expressam a verdadeira natureza da situação. As pessoas que exercem o poder nem sempre são as mesmas sobre as quais ele é exercido; o ‘auto-governo’ não é um governo de cada um por si próprio, mas sim de cada um por todos os outros. Além disso, a vontade do povo significa praticamente a vontade da parte da população mais numerosa ou mais activa, isto é, a maioria, ou os que conseguem ser aceites como tal” (Mill, 1859/1997: 11-12).

Distinguindo-se do modelo da Grécia Antiga, as liberdades ocidentais são mais ‘personalizadas’ e as suas raízes, de alguma forma, estão na liberdade religiosa, ou seja, na fé e nas tradições cristãs (Friedrich, 1970). Desde os seus primeiros escritos, Santo Agostinho reconhecia que as pessoas deveriam ser livres nas suas convicções, como forma de serem verdadeiramente homens. A amplitude da liberdade, neste contexto, abrange a própria liberdade de expressão, uma vez que Santo Agostinho entendia que os indivíduos deveriam ser livres para manifestarem a sua crença naquilo em que verdadeiramente acreditavam. Daí, o início de um pensamento sólido em defesa da liberdade ter percorrido os caminhos da liberdade religiosa.

As liberdades humanas não se fundamentaram unicamente nas liberdades religiosas. Estas, embora tivessem sido importantes, não esgotaram a luta e os esforços em prol de uma sociedade mais livre, plural, onde os cidadãos pudessem pensar por si. Há todo um longo percurso histórico que abrange várias gerações e distintas formas de luta. Em Inglaterra, por exemplo, a partir do século XIII, uma fracção da sociedade passou a reivindicar o direito dos cidadãos participarem na vida pública (Keane, 2002). O século XVII inglês ficou marcado por um conjunto de preceitos constitucionais relacionados com o direito à propriedade. Não é de se esquecer que essa categoria de direito é uma das extensões da liberdade humana, uma vez que assegura, ao indivíduo, a possibilidade de usar os seus bens, consoante as suas necessidades. Por exemplo, no período feudal, ficou assente que, na base da independência pessoal, estava a possibilidade do indivíduo poder deter alguma propriedade. Desta forma, a propriedade torna-se num factor que, para além de comportar dimensões de liberdade, cria condições para que os indivíduos assegurem a realização eficaz das suas esferas de liberdade.

A liberdade de imprensa está entre um conjunto de direitos da pessoa humana, hoje qualificados como fundamentais. Os principais ordenamentos jurídicos das democracias modernas salvaguardam as liberdades fundamentais como direitos inalienáveis. A função dos direitos fundamentais consiste em proteger um espaço de liberdade individual contra a interferência do poder do estado e, como afirma Zippelius (1997), contra a sua expansão totalitária. Desta forma, as raízes do moderno conceito dos direitos de liberdades individuais dirigidos contra o estado residem nos direitos individuais específicos face ao poder real.

As correntes filosóficas do contratualismo, individualismo e iluminismo – argumentadas em Locke (*Segundo Tratado sobre o Governo*), Montesquieu (*Espírito das Leis*), Rousseau (*O Contrato Social*) e Kant (além das obras filosóficas fundamentais, *Paz Perpétua*) – são importantes movimentos económicos, sociais e políticos, que conduziram a sociedade para o estado constitucional, representativo ou de direito (Miranda, 1997). Em termos de acções concretas, é de considerar a Revolução Francesa como ponto fundamental na viragem do ciclo político e ideológico.

A revolta de 1789 foi a expressão máxima da vontade do povo francês em querer participar na gestão da coisa pública. Rousseau (1762/1973) defendeu que o homem só seria livre quando fosse responsável pela gestão da comunidade de que fazia parte. Neste sentido, a liberdade do indivíduo é avaliada em função da sua participação na vida política e esta participação acaba por ser a condição fundamental para a existência de uma sociedade livre. Este teorema leva-nos ao conceito de auto-governo, ou seja, de democracia directa. O direito à propriedade é concebido, no paradigma de auto-governo, como um direito fundamental para a condição humana, sendo, por outro lado, um dos factores que contribui para a definição de um povo, entendido como uma comunidade de cidadãos.

A participação do cidadão na gestão da coisa pública é factor essencial para se criar uma sintonia entre os governantes e os governados e, por isso, Rousseau (1762/1973) defendia a soberania da nação, considerando que cabe ao povo o direito de determinar as regras a que todos deviam obedecer. A verdade é que os regimes absolutos, autocráticos e totalitários não estimulam a participação dos cidadãos na vida cívica. Por esta razão, a luta pela mudança de regime de valores marcou a sociedade, ao longo de vários séculos. Cientes de que nem todos os sinais de tolerância do estado face às aspirações individuais devem ser interpretados como a concretização de uma fase evolutiva dos direitos fundamentais, vamos analisar, nas linhas que se seguem, três importantes momentos no percurso das liberdades humanas que estiveram na génese das sociedades modernas: os contributos da Inglaterra, a consolidação dos direitos fundamentais nos EUA e a Revolução Francesa.

## 1.1. A Herança Inglesa

Sendo a procura de ampliar a esfera de liberdade dos cidadãos uma das batalhas que a humanidade travou ao longo dos tempos, a História registou momentos em que o espaço da liberdade era bastante restrito, como no auge dos regimes ditatoriais, autocráticos ou totalitários. No entanto, houve também alguns momentos que classificamos de períodos de consagração, em que a defesa das liberdades humanas se mostrou mais eficaz, apresentando resultados práticos, com incidência directa na vida das pessoas. Os contributos da Inglaterra dos séculos XVII e XVIII são de grande importância, sendo que os vários documentos consagradores da liberdade que foram sendo publicados mostravam a evolução do pensamento político em relação à delimitação da esfera individual. As principais liberdades e garantias dos ingleses encontram-se consagradas em três documentos fundamentais: *Magna Charta*, *Petition of Rights* e *Bill of Rights*. Porém, há outros diplomas ainda que foram sendo publicados ao longo dos tempos, na Inglaterra, e que são de uma importância incomensurável para a compreensão da evolução do pensamento ocidental acerca da natureza, garantia e esfera dos direitos individuais de liberdade.

Não podemos compreender a liberdade sem analisar o tipo de regime e a natureza de governo que, em cada momento, procura executar um projecto político num determinado país ou numa dada região. Por isso, não podemos falar da consagração da liberdade, tomando a Inglaterra como uma das coordenadas de pensamento, sem lembrar que a soberania e a supremacia do parlamento constituem os princípios fundamentais da organização política britânica. Tem vigorado, desde há cerca de 200 anos, um sistema de governo parlamentar e “o parlamento (reportado agora apenas, no sentido corrente do termo, às duas câmaras) é o centro da vida política, os ministros respondem perante ele e as orientações políticas do país correspondem às da maioria – na Câmara dos Lordes, durante o século XVIII, e na Câmara dos Comuns, desde o século XIX” (Miranda, 1997: 133).

Com esta clarificação do sistema político, podemos retomar o nosso debate, sem o prejuízo de recorrermos a períodos mais distantes em que vigorava outro tipo de regime. É precisamente, a partir desses períodos que retomamos a nossa análise, lembrando que, ao longo dos tempos, um conjunto de diplomas ajudou a organizar um quadro jurídico, na Inglaterra, no qual se podia perceber uma enorme preocupação em salvaguardar as liberdades fundamentais, protegendo os cidadãos de qualquer abuso daqueles que detinham o poder. A *Magna Carta* deixou marcas na história como uma subetapa de consagração das liberdades cívicas e do pensamento crítico acerca da natureza das liberdades fundamentais do homem. O documento constituiu-se uma pedra angular, não só para o Parlamento inglês, como também para fomentar todo um espírito crítico que procurasse lutar em prol

das liberdades individuais e da igualdade entre os indivíduos. A *Magna Carta* foi o resultado de intensas pressões por parte da Nobreza e do Clero sobre o Rei João Sem Terra, que estava fragilizado depois de uma guerra desventurada contra o francês Filipe Augusto. Tentando gerir a posição desconfortável em que se encontrava, o então Rei da Inglaterra acabou por aprovar um documento que tocou em direitos particulares de pessoas específicas, como o caso dos barões e do alto clero, que contestavam o poder absoluto vigente.

Como se pode perceber, a *Magna Carta* não foi uma dádiva do monarca. As pressões a que foi sujeito contaram bastante para o resultado alcançado. Na sequência das marchas sobre Londres (24 de Maio de 1215), em que os senhores feudais recusavam peremptoriamente acatar as ordens do Rei, este cedeu e acabou por apreciar as suas reivindicações inscritas no *Articles of the Barons* que, posteriormente, deu origem à *Magna Carta*, cujo artigo 39.º estabelece que “nenhum homem livre será detido ou sujeito a prisão, ou privado dos seus bens, ou colocado fora de lei, ou exilado, ou de qualquer modo molestado, e nós não procederemos e nem mandaremos proceder contra ele, senão mediante um julgamento regular dos seus pares ou de harmonia com a lei do país” (cit. por Zippelius, 1997: 421). Portanto, era já um passo importante na garantia dos direitos individuais. O documento restringia, assim, as atitudes arbitrárias do Rei, limitando alguns dos seus privilégios. Constituiu um passo evolutivo no reconhecimento dos direitos às liberdades individuais, ainda que essas garantias encontrassem numa fase embrionária, dado que os conteúdos da Carta estavam longe de serem extensivos a todas as pessoas. O pacto entre o Rei e os nobres ingleses não abrangia a massa populacional, que só viu os seus direitos reconhecidos séculos mais tarde. Por isso, era um documento muito limitado, que abrangia apenas alguns direitos muito especiais. Mas, nem por isso, devemos descurar a sua importância. Desde logo, porque era um grande precedente que se abria na defesa das liberdades individuais, deixando caminhos para outros desenvolvimentos. E também porque salvaguardava alguns direitos, especialmente os dos homens livres, o que constituía um avanço para o pensamento da época. Ainda, resguardava valores que vieram a ser protegidos, entre o século XVIII e o século XX, pelas declarações produzidos pela França e pelos EUA.

No entanto, o contributo da Inglaterra na afirmação das liberdades humanas não se cinge à *Magna Carta*. A história inglesa é rica em episódios que marcaram a luta pela protecção das liberdades cívicas. Para além da Carta Magna, destaca-se também o *Statute of Westminster of the Liberties of London*, homologado pelo Rei Henrique III (filho de João Sem Terra), que veio abrir, em 1354, um novo capítulo na defesa das liberdades humanas, ao determinar que “nenhum homem, de qualquer camada social ou condição, pode ser retirado de sua terra ou propriedade, nem conduzido, nem preso, nem



deserdado, nem condenado à morte, sem que isso resulte de um devido processo legal” (Jus Navigandi: [www.jus2.uol.com.br](http://www.jus2.uol.com.br))<sup>12</sup>. Esse documento é bastante mais avançado do que a Carta de 1215, uma vez que resguarda todos os cidadãos da arbitrariedade, apelando a uma maior justiça.

A Magna Carta não só fez eco na aprovação do *Statute of Westminster of the Liberties of London*, como também serviu de inspiração para um conjunto de outros documentos legais que foram sendo publicados, no século XVII, motivados pela Revolução Inglesa. Desta forma, destacamos a *Bill of Rights*, de 1689, que integra o conjunto dos documentos constitucionais mais marcantes para a história da Inglaterra. Para além de garantias específicas a favor do parlamento, o documento consignava ainda um conjunto de garantias jurídicas para os cidadãos comuns, entre elas, o direito dos súbditos de dirigir petições ao Rei. Assegurava, por outro lado, a liberdade dos cidadãos, como um elemento indispensável para os debates decorrentes nas sessões parlamentares.

Os documentos históricos da Inglaterra sobre as liberdades humanas tiveram inspiração em várias fontes de direito, que abrangem valores espirituais, materiais e ideológicos. Por isso, conjugam um conjunto de garantias, que abarcam as liberdades individuais, o direito à propriedade e as liberdades religiosas. Mas, outros importantes valores foram conservados pelos vários diplomas, sobretudo os que surgiram no calor da Revolução. Assim, a noção de direitos humanos, religiosos, de propriedade e processuais, fica associada à ideia de uma Constituição, que mais não é do que um instrumento que serve para a consubstanciação destes valores jurídicos e humanos. Por isso, até hoje a maioria dos estados protegem os direitos fundamentais nos textos constitucionais.

## **1.2. Os EUA e a luta pela Liberdade Individual**

Os EUA são um dos pólos geográficos onde a luta a favor das liberdades humanas conheceu uma intensidade e importância indiscutíveis, com publicação de documentos importantíssimos para a garantia dos direitos individuais de liberdade. Por isso, uma longa caminhada foi feita nesse país na defesa das liberdades humanas que veio desembocar num conjunto de princípios que ajudam a compreender a evolução da garantia dos direitos humanos. Estes são vistos por Paine (1944) como a conjugação de duas dimensões jurídicas de base naturalista: o perímetro de direitos individuais que pertence ao homem só pelo facto dele existir e os direitos civis, que entram na esfera jurídica de um indivíduo pelo facto dele pertencer a uma determinada sociedade.

---

<sup>12</sup> Jus Navigandi: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5118> (15.10.2006).

Embora Cunha (1998) tenha apontado as fragilidades do Direito natural, em comparação com o Direito positivo vigente, a verdade é que a doutrina jusnaturalista dos direitos inalienáveis do Homem preparou as bases espirituais que permitiram reunir num mesmo catálogo, sob a forma de Direitos Universais do Homem e do Cidadão, as principais liberdades cívicas, tendo-as proclamado como lei positiva. Com esta preocupação universalista em torno das liberdades individuais, as ex-colónias europeias no norte da América contribuíram bastante para a consolidação da protecção dos direitos de liberdade.

A batalha contra a ocupação inglesa, nos EUA, fez-se com recurso a princípios como a defesa da liberdade religiosa, a separação das igrejas do estado e o célebre *no taxation without representation*. “Combater os ingleses representava também fazer frente à tradição de censura prévia. A este propósito, a doutrina sublinha frequentemente o papel desempenhado pelos jornais ‘Boston Gazzette’, de Samuel Adams, e o ‘Pennsylvania Magazine’, de Thomas Paine, no desenvolvimento de uma consciência revolucionária e independentista por parte dos colonos americanos e na defesa dos princípios de autonomia individual e colectiva que estão no princípio e no fim do direito à liberdade de expressão” (Machado, 2002: 62). Por outro lado, muitos colonos ingleses que estavam no norte da América tinham um enorme sentido de independência e a maioria era descendente de puritanos que, por motivos da sua liberdade de culto, tentavam criar uma nova pátria longe da Europa. Os EUA serviram-lhes como um espaço ideal para realizarem os seus sonhos, já que a sua enorme extensão territorial fez com que tornassem desnecessárias muitas das restrições às liberdades individuais.

O contributo dos EUA para a garantia das liberdades fundamentais é incontornável na tentativa de compreender a evolução da liberdade de imprensa. Vários foram os documentos publicados que celebrizaram a luta pelo direito à liberdade, que provocou uma verdadeira revolução social, política, ideológica e jurídica. A *Bill of Rights of Virginia* (1776), que consagra o direito à vida, à liberdade e à propriedade, determina uma norma de competência negativa, cujo efeito impede o Congresso de emanar qualquer lei que limita a liberdade de expressão e de imprensa (Machado, 2002). Aprovada a 12 de Junho de 1776, a Declaração dos Direitos da Virgínia determina que todos os homens são, naturalmente e igualmente, livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais não podem, por qualquer acordo, privar-se deles. O documento determina ainda que o gozo da vida e da liberdade, bem como a possibilidade de adquirir ou possuir propriedade, procurar e obter felicidade e segurança, são direitos inalienáveis, que não devem ser ameaçados por qualquer entidade.

A Declaração de Independência dos EUA, também de 1776 e elaborada por Thomas Jefferson, é outro documento a ter em conta na análise das questões ligadas às liberdades humanas. Tendo como principal objectivo limitar o poder estatal, o diploma considerava como verdade natural a atribuição de

alguns direitos inalienáveis ao ser humano. Tratava-se de um passo importante: a definição de um catálogo de direitos inalienáveis do homem.

No entanto, a sua esfera de abrangência circunscrevia-se aos direitos à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Apesar de haver um conjunto de outros valores humanos que não foi abrangido, ela constituiu um passo importante para a garantia da liberdade. Para além da vida – que é um bem supremo –, invocou dois outros valores fundamentais: a liberdade e o direito à felicidade. A base de convicções do diploma da independência foi a inspiração naturalista, suportada pela ideia de que o direito à procura da felicidade é garantido por Deus.

O documento fala tanto nas leis da natureza, como nas leis divinas, transportando-nos para um processo de convergência das suas bases inspirativas e de fontes de direito, enquanto modos de formação e revelação das normas jurídicas. É notória uma base religiosa, que é invocada em convergência com uma inspiração jusnaturalista.

A concepção de liberdade presente no texto da Declaração de Independência dos EUA tem uma dimensão particular: trata-se de liberdades colectivas, cívicas ou para o exercício da cidadania. As democracias modernas clamam por uma dimensão mais pessoal da liberdade. As liberdades colectivas reclamam a possibilidade do indivíduo participar na vida da *polis*. São, de alguma forma, liberdades políticas. Lembremos que os argumentos naturalistas, como os que constam na declaração da independência dos EUA, reivindicam um tipo de liberdade cuja dimensão se aproxima à independência. Exigir que o indivíduo participe no governo da ‘cidade’ é o mesmo que reclamar a autonomia do indivíduo face a certas determinações dos governos, na construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidade; ou seja, é clamar pela emancipação do indivíduo face ao governo. Friedrich, por exemplo, recorda que, no século XIX, cultivou-se muito mais a ideia da liberdade do que propriamente do direito, destacando-se, sobretudo, as liberdades civis: “com o desenvolvimento da democracia na América durante a segunda metade do século XIX, passaram para o primeiro plano as liberdades à participação política, sendo consideradas tais liberdades civis cada vez mais como algo de fundamental” (1970: 12). O sufrágio universal foi definido como principal forma de participação na vida cívica, sendo garantido, aos cidadãos, o direito ao voto, que consiste na interdição de todo o tipo de coacção sobre os eleitores. Nenhum cidadão pode, neste contexto, ser forçado a votar num ou noutra projecto político ou administrativo, nem deve ser coagido a se abster de participar nas eleições, a favor ou contra um determinado candidato, partido ou projecto político. Assim, proíbe-se qualquer tipo de fiscalização das opções dos cidadãos, para que todos possam manifestar, de uma forma livre, as suas verdadeiras convicções e vontade políticas.

As concepções modernas da liberdade apresentam-nos uma dimensão mais pessoal do direito à liberdade que difere, de uma forma substancial, das liberdades colectivas, uma vez que faz referência à esfera dos direitos pessoais dos indivíduos. Mill (1859/1964) entende que há uma parte da liberdade que o indivíduo administra e outra parte que fica na responsabilidade do estado. Desta forma, ficaria para a individualidade a parte da vida em que o indivíduo é o principal interessado e, para a sociedade, a parte que, a ela, interessa. “Ainda que a sociedade nenhum contrato tenha por fundamento, e ainda que nenhum fim bom resulte de se inventar um contrato para dele se deduzirem obrigações sociais, contudo, todo aquele que recebe protecção da sociedade é devedor de retribuição pelo benefício, e o facto de se viver em sociedade torna indispensável que cada um se obrigue a observar uma certa linha de conduta para com o resto” (Mill, 1859/1964: 155). Todos aqueles que se enquadram nesta perspectiva defendem um espaço protegido de liberdades pessoais que deve ser respeitado pelos restantes membros da sociedade. Embora Mill entenda que a sociedade não precisa de nenhum contrato para fundamentar a sua existência, a sua tese não dista do teorema de Rousseau (1762/1999), segundo o qual o contrato social seria uma espécie de acordo entre os membros de uma sociedade em que estes cederiam parte da sua liberdade, criando assim uma autoridade que defende o interesse colectivo (o estado), salvaguardando o equilíbrio das relações sociais e a própria segurança dos indivíduos. A filosofia do contrato social não é a de uma submissão do indivíduo perante os seus concidadãos, mas sim uma espécie de ‘pacto de não-agressão’, em que todos se comprometem a respeitar a esfera de liberdades e direitos dos demais. Quando Mill (1859/1964) alerta para a não agressão dos direitos recíprocos, que devem ser distinguidos ou salvaguardados por meio de uma expressa estipulação legal ou por acordo tácito, abraça, de alguma forma, a ideia do contrato social.

A ênfase nas liberdades civis, em contraposição aos direitos naturais, indica, segundo Friedrich (1970), a mudança para uma dimensão diferente de liberdade que tinha sido de importância suprema para a cidade grega. O argumento jusnaturalista procura contrariar a capacidade de influência do governo sobre a esfera estritamente individual. Nesse contexto, recordamos que a Constituição dos EUA, embora inicialmente não tivesse englobado qualquer declaração de direitos fundamentais, a Primeira Emenda, de 1791, veio trazer uma série de garantias importantes. Se no princípio os seus autores não levaram em conta a necessidade de protecção das liberdades fundamentais, ou porque acharam que as declarações de direitos já existentes eram suficientes ou porque receavam que a introdução de posições claras sobre estas matérias poderia ser encarada como limitação das prerrogativas dos estados em favor da União, mais tarde sentiram a necessidade de clarificar alguns pontos e munir

certas matérias de consistência jurídica para que não deixassem grandes margens de manobra a quem desejasse que a liberdade individual fosse menos ampla. Os dez primeiros aditamentos, inspirados nos mesmos pressupostos valorativos do texto de 1787, constituíram um grande passo. Com a introdução da Primeira Emenda, o Congresso elimina todos os limites à liberdade de imprensa, o que difere a carta francesa dos direitos de liberdade da constitucionalização americana da liberdade de imprensa.

### **1.3. O legado francês e a revolução de 1789**

Com o contributo francês, assinalamos o terceiro momento importante de consagração das liberdades individuais. Por ter marcado o novo sistema político, a revolta de 1789 ganha uma importância indiscutível no estudo sobre as garantias das liberdades cívicas, entre elas a liberdade de imprensa. Portanto, o que está em causa aqui não são apenas as liberdades individuais, mas também as liberdades públicas, que estabelecem as condições de participação dos cidadãos na vida cívica.

Antes de analisar o impacto da revolta de 1789 no direito à liberdade individual, convém abordarmos o contexto histórico sobre o qual o debate político e as manifestações filosóficas se assentaram. Nos períodos que antecederam a Revolução, França conheceu algumas manifestações contra a limitação da esfera de direitos dos cidadãos, o que provocou reacções contra o então regime vigente. Montesquieu (1748/1996), por exemplo, tinha chamado atenção para a necessidade da restrição e do controlo do poder do estado, enquanto Rousseau (1762/1999) apelava para uma maior garantia da liberdade democrática dos cidadãos.

Os fisiocratas reivindicavam, por seu turno, determinadas liberdades, entre as quais, a possibilidade de um livre exercício das actividades económicas.

As causas próximas da revolução não reúnem consenso, mas os argumentos mais plausíveis apontam para um descontentamento generalizado do povo francês, cansado de suportar os abusos da classe dominante. A monarquia absoluta travava a ascensão da burguesia, que era a classe mais rica e instruída do país; a nobreza e o clero tinham as maiores propriedades de terra, enquanto a maioria camponesa, esmagada pelo sistema feudal, trabalhava para pagar impostos. Havia ainda outros factores que provocavam revolta no seio da população: o poder absoluto queria continuar a gozar de privilégios absolutos, sem ponderar qualquer limitação à sua esfera de actuação; as liberdades humanas (liberdade de imprensa, de culto religioso, etc.) não existiam; o Rei socorria-se de *la lettre de cachet* para fazer prisões arbitrárias; a justiça era suportada por instrumentos de tortura; o poder real estava apoiado na nobreza e no clero, desvalorizando as outras classes; e, por fim, desde 1614, não

foram convocados os Estados Gerais (encontro entre nobreza, clero e 'terceiro estado'). Tudo isso contribuiu para a queda da Bastilha, a 14 de Julho de 1789, traduzida num processo revolucionário empreendido pela burguesia.

O processo, iniciado em 1789 e baseado em princípios liberais, democráticos e nacionalistas, estendeu-se até 1815, desdobrando-se em múltiplas revoluções que se eclodiam nos mais diversos subsectores da sociedade. Darnton (1992) realça que a Revolução Francesa implicou uma revolução literária. Destruindo um modo de vida ultrapassado e criando uma nova forma de organização social, a revolta de 1789 opôs-se à filosofia do Antigo Regime, transformando a cultura e revolucionando a literatura. O espírito revolucionário marcou o processo de transição para um regime mais aberto, liberal e humanista, servindo-se de base à implementação dos regimes modernos, onde os direitos individuais têm uma importância suprema, consagrados a nível das convenções internacionais e das Constituições dos diversos estados de direito.

Tendo em conta os diferentes contextos que marcaram a transição de regime em alguns países da Europa e nos EUA, é de salientar que o sistema constitucional francês e as suas garantias das liberdades fundamentais comportam uma grande diferença em relação aos sistemas britânicos e norte-americanos. O sistema francês, como frisa Miranda (1977), começou a formar-se a partir de 1789, por impulso da revolução que deitou por terra as bases espirituais do Antigo Regime. Os fundamentos para a mudança de regime não eram exclusivamente franceses, mas foi lá que, face a determinados condicionantes históricos e conjunturais, foram formalizadas e compreendidas as bases da revolta, tornando-se exemplo para o resto da Europa.

Inspirada, em larga medida, pelas concepções de Rousseau, a revolução de 1789 abriu caminho para uma sociedade mais solidária, respeitadora dos direitos dos cidadãos e capaz de garantir condições de igualdade de acesso aos bens colectivos. É por isso que, como Miranda (1997) realça, a Revolução Francesa assinala uma ruptura com o estado absoluto. A liberdade, a igualdade e a fraternidade foram, simultaneamente, armas e alma da revolta e mobilizaram um conjunto de cidadãos, de diferentes classes, para um objectivo comum de construir uma sociedade que pusesse no centro das suas preocupações a protecção do bem colectivo. A luta pela liberdade de opinião foi um dos factores que esteve na base do espírito revolucionário no seio dos revoltosos de 1789. Miranda (1997) considera a revolta francesa como um passo importante para a construção do Estado de Direito, com garantias reais sobre as liberdades individuais. A verdade é que o processo revolucionário durou vários anos e o Antigo Regime desapareceu do mapa político do país, não dando sinais de vitalidade, mesmo nos estágios mais difíceis da Restauração.

Tendo em conta que o sistema constitucional francês é muito diverso do norte-americano, a protecção jurídica das liberdades fundamentais é também diferente. Se na América a legislação sobre os direitos de liberdade não passava de uma mera codificação de um conjunto de princípios já largamente efectivados na realidade constitucional, em França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão significou uma profunda mudança no sistema de vida social (Zippelius, 1997). Tendo a *Bill of Rights of Virginia* como base de inspiração, Lafayette pediu à Assembleia constituinte francesa que promulgasse uma declaração dos direitos do Homem. Depois desta proposta, surgiram ardentes debates em torno da questão, tentando-se perceber se os direitos 'naturais' eram passíveis de uma protecção jurídico-constitucional ou se esta só abrangia as liberdades 'civis'. Levantou-se várias interrogações acerca das garantias legais de certas matérias, sobretudo, quando a protecção jurídica parecia ilimitada. Neste contexto, ponderou-se a possibilidade da protecção absoluta e sem limites jurídico-positivos de certos princípios universais da liberdade poder causar riscos para a própria sustentabilidade do equilíbrio social (Sandweg, 1972). Foi por isso que a radicação das liberdades fundamentais no sistema constitucional francês não aconteceu sem sobressaltos. Porém, a liberdade de imprensa é, como postula Serna (1998), fruto do espírito e do pensamento da Revolução Francesa, que marca o fim do Antigo Regime, de natureza absolutista, e o começo da instauração dos regimes liberais. Em termos sociológicos, regista-se uma transição da sociedade estamental para uma sociedade de classe. Quanto à institucionalização dos direitos, verifica-se uma generalização de fórmulas de organização social que depois se convencionou de Estado de Direito.

A revolta francesa aspirou revolucionar o conceito de cidadania, alargando a esfera de direitos individuais dos cidadãos, incrementando a liberdade de participação na vida cívica e promovendo a igualdade de oportunidade e a justiça social. O objectivo era devolver a 'cidade' aos cidadãos para que estes pudessem determinar os seus caminhos e serem autónomos na escolha dos seus percursos. Com a revolução, nasce a moderna ideia de cidadania, contribuindo para a afirmação, não só da igualdade política, como do próprio princípio de inclusão social.

A igualdade dos cidadãos perante o estado, o sufrágio universal e a noção da cidadania, principais âncoras do sistema democrático, têm como base a revolução de 1789 que procurou garantir um conjunto de liberdades civis, essenciais para a promoção do equilíbrio social. Outrossim, a liberalização do regime constitui um passo importante na salvaguarda dos direitos fundamentais, valores centrais dos regimes democráticos. Compreender a liberdade de imprensa implica também conhecer a família de direitos na qual os seus valores se inscrevem. Como um perímetro de realização individual dos cidadãos, os direitos fundamentais estão no princípio e no fim dos sistemas democráticos.



O período subsequente às guerras mundiais foi muito importante para a socialização dos direitos fundamentais, na medida em que se verificou uma expansão dos direitos sociais e, aos poucos, o estado foi intervindo na regulação do sistema económico, acautelando os direitos das camadas mais frágeis da sociedade. Assim, de individuais ou subjectivos, os direitos fundamentais tornaram-se em elementos essenciais dos ordenamentos jurídicos, vinculando a toda a sociedade. Ulla (1994) lembra-nos que a dupla dimensão dos direitos fundamentais, como direitos subjectivos (do indivíduo) e direitos objectivos (da comunidade), foi elaborada pela dogmática germânica do direito público do final do século XIX. Porém, hoje em dia, essa dupla dimensão dos direitos fundamentais acabou por assumir significados diferentes dos que tinha nos finais do século XIX.

No quadro ideológico do Estado Liberal de Direito, os direitos fundamentais surgiam como esfera da actividade privada. Neste sentido, seriam mecanismos que contrariavam a expansão do poder governamental. Porém, no quadro do Estado de Direito Democrático, os direitos fundamentais assumem-se como formas de exercício do poder, não o contrapondo. “A noção dos direitos públicos subjectivos, enquanto auto-limitação do poder soberano do estado, deve ser substituída pela noção dos direitos fundamentais, entendida como a limitação que a soberania popular impõe aos órgãos que dela dependem” (Luño, 1990: 34).

Na sua acepção formal ou estrutural, os direitos fundamentais são direitos subjectivos que correspondem universalmente à esfera jurídica de ‘todos’ os seres humanos dotados de personalidade jurídica. Entende-se, assim, que os direitos fundamentais constituem perímetros de desenvolvimento pessoal e autodeterminação reconhecidos pela Constituição à generalidade dos indivíduos, ou por referência à posse de certos atributos ou à participação em determinados procedimentos e instituições (direitos de liberdade especiais), tendo em vista uma existência humana digna (livre e responsável), nos planos individual e colectivo (Ferrajoli, 2005; Machado, 2002).

Os direitos fundamentais assumem uma posição de primazia, conformando positiva e negativamente toda a ordem jurídica. O conceito dos direitos ‘inalienáveis’ do ser humano, indisponíveis, que não podem ser transferidos para a dimensão pública ou para a disposição de outrem, surgiu a partir da base ideológica contratualista. Desta forma, os contributos de Locke (1689/1992) para a compreensão da génese da estrutura social foram fundamentais para a formulação da perspectiva clássica de direitos humanos inatos e inalienáveis. De facto, Milton (2007/1644) e Locke (1689/1992) destacaram-se



como defensores de uma concepção de direitos fundamentais que marcou profundamente e de forma duradoura o direito constitucional e a liberdade de expressão. Para esses pensadores, os indivíduos eram concebidos como titulares iguais e originários dos direitos naturais.

Na procura de combater as monarquias absolutas e o sistema feudal, os direitos de liberdade e de propriedade acabaram por ser objectivos centrais da luta política, procurando transferir-se da esfera privada para o domínio estritamente administrado pelo indivíduo. Tendo em conta a premissa segundo a qual os seres humanos só seriam felizes num estado de completa igualdade e liberdade, Locke (1689/1992) defende que a sociedade é uma resposta à necessidade de protecção da vida, da liberdade e da propriedade de cada ser humano. Desta forma, entende que o poder do estado seria a totalidade das faculdades que os membros da sociedade transferissem para a esfera da sua capacidade de exercício. Assim, ao indivíduo, fica interdita a possibilidade de transferir para a disposição do estado os bens dos quais nem ele próprio está autorizado a dispor. Esta tese encontra suporte na doutrina jusnaturalista, que argumenta que o ser humano possui direitos originários que não podem ser suprimidos pela tentativa de expansão totalitária dos estados (Zippelius, 1997). A natureza essencialmente humana dos direitos fundamentais encontra-se – como observa Ulla (1994) – no facto de ser uma geração de direitos que é inerente à pessoa humana. O autor chega a apelidá-los mesmo de direitos inatos, o que significa que nascem com a pessoa.

O desenvolvimento das Constituições europeias modernas tem, na teoria dos direitos fundamentais, a expressão máxima que a utopia liberal do século XVIII conseguiu institucionalizar na sociedade e no estado, a garantia da protecção e o desenvolvimento dos direitos de toda a pessoa humana. Importa notar que a história não conheceu o mesmo percurso em todo o mundo e a convivência entre os povos não tem sido pacífica. Neste sentido, o quadro jurídico que protege os direitos fundamentais não é hoje especificamente inglês, nem sequer anglo-saxónico: “muitos desses princípios foram aclamados pelas revoluções liberais – mas não há dúvida que ele nasceu na Inglaterra, e é lá que, durante muito tempo, foi vivido mais autenticamente e (aspecto de alta importância) é lá que menos interrupções ou suspensões tem sofrido” (Miranda, 1997: 130).

Hoje em dia, é evidente a diferença entre os países, no que toca às noções de direitos e bases gerais que promovem a convivência entre os indivíduos, muito acentuada pela mudança estrutural dos direitos fundamentais, que, em boa medida, corresponde a uma mudança do conceito do Estado de Direito, como os conceitos que correspondem ao *rule of law*, previamente estabelecido (Gerhard, 1976). Porém, os direitos fundamentais não deixam de ser uma constante teórica e histórica que marca, em todas as latitudes, um horizonte temporal e social, dado o seu profundo poder transformador na sociedade.

Desta forma, a génese do pensamento e da protecção constitucional dos direitos fundamentais é o reconhecimento das necessidades históricas da liberdade, da justiça e das garantias fundamentais dos cidadãos, como o caminho a ser percorrido e o objectivo a ser alcançado. É evidente que as bases da protecção constitucional das liberdades fundamentais não são as aspirações teóricas e abstractas de uma sociedade mais justa e equitativa, mas sim – e fundamentalmente – as necessidades concretas, objectivas e urgentes que os cidadãos e as sociedades tinham de construir uma estrutura social na qual os indivíduos se revissem. Por isso, Cunha (1998) define o homem como o fundamento dos direitos fundamentais. A base teórica para defender a natureza destes direitos tem a ver com o conceito de estado que, de acordo com Fioravanti (1996), se explica através de três modelos que se integram parcialmente:

- **Paradigma Histórico:** esta perspectiva encontra fundamento na base construtiva do estado moderno, especialmente no caso da Inglaterra, onde se tornou mais claro o desenvolvimento da tradição europeia medieval de limitação do poder político do império. Desta forma, privilegiaram sobretudo as liberdades cívicas negativas, baseadas nos costumes e na própria natureza das coisas, entendendo que a acção dos indivíduos não devia ser limitada por qualquer poder público. Assim, na época medieval, houve uma condensação das raízes da Antiguidade. A nova sociedade liberal formou-se a partir da generalização, convenientemente corrigida e aperfeiçoada, da antiga autonomia medieval dos direitos e liberdades. É bom não esquecer que as liberdades fundamentais, nessa fase, não abrangiam o cidadão, individualmente, mas, antes, como membro de uma organização corporativa que definia o seu estatuto jurídico.

- **Paradigma Individualista:** contrapondo-se à ordem segundo a qual o indivíduo se encontrava diluído nas organizações corporativas, este modelo tem como base espiritual a cultura individualista, característica do Estado Liberal, e é marcado por uma severa defesa dos direitos do Homem. A França é o primeiro país onde a defesa desta perspectiva moderna do direito conheceu a sua expressão máxima. O cidadão é encarado como um indivíduo autónomo, com direitos e obrigações. Como forma de materializar o espírito da nova concepção de direito, foi posta em prática a noção de contrato social de Rousseau (1762/1999). Desta forma, procurou-se harmonizar o homem com a sociedade e o indivíduo passou a ter direitos e deveres, vendo protegida a sua esfera jurídica e obrigado a respeitar toda a esfera de direito alheio. Assim se caminhou para a instauração da soberania popular e a instituição do poder constituinte, seguidos da elaboração da Constituição.

A presunção da liberdade do indivíduo perante o poder estatal – princípio de distribuição – e a presunção da actuação limitada do estado perante a liberdade – princípio de organização – supunha que as autoridades judiciais, policiais e administrativas, antes de restringirem a liberdade das pessoas, obedecessem à lei e requeressem um mandato judicial. Neste sentido, o Liberalismo centrava-se na defesa do postulado de que os direitos civis não seriam criados pelo estado, mas este só teria de os reconhecer. A concepção negativa da liberdade atribui um significado moral às instituições políticas, atendendo a que a sua única e legítima finalidade é garantir a máxima autonomia aos indivíduos – princípio individualista. Neste sentido, o Estado Liberal teria de ser neutro nas suas finalidades em relação a qualquer concepção de bem (Gonçalves: [www.ubista.ubi.pt](http://www.ubista.ubi.pt))<sup>13</sup>. Este quadro de leitura permite-nos afiançar que os direitos e as liberdades cívicas existiam antes mesmo do estado, que só assumiu a tarefa de garantir a sua segurança, protegendo-os contra a agressão de outros indivíduos que sobre eles não têm tutela jurídica. Chegamos, assim, a um patamar em que o sufrágio entra na esfera dos direitos políticos e civis dos cidadãos. Estes passam a ser mais activos; começam a tomar parte na orientação da sociedade.

○ **Paradigma Estaticista:** este terceiro modelo defende que o estado é a base fundamental e o suporte necessário para a criação e protecção dos direitos e liberdades. Nesta lógica, defende-se que nunca existiu qualquer espaço de liberdade e direitos fundamentais dos indivíduos, antes do estado ter surgido. As forças administrativas e as autoridades estatais, ancorados por um conjunto de legislações produzidas pelos representantes do povo, acabam por constituir condições únicas para o ordenamento da sociedade. Nota-se aqui uma espécie de convergência entre o pacto social e a declaração dos direitos, uma vez que as liberdades fundamentais nascem com o estado. Este quadro teórico indicia que o poder constituinte autónomo deixa de ser a manifestação das vontades individuais e passa a ser a manifestação de uma decisão política. Assim, a perspectiva estaticista concebe os direitos políticos como funções do poder soberano. A autoridade estatal não fica submetida, nem à Constituição, nem aos costumes, mas sim à vontade dela própria. No entanto, o arbítrio do soberano pode ser um sinal de preocupação, mas, sem ele, fica-se fatalmente entregue à lei do mais forte.

---

<sup>13</sup>Universidade da Beira Interior: <http://ubista.ubi.pt/~comum/goncalves-gisela-COMUNITARISMO-LIBERALISMO.html> (30.11.2006).

As três correntes ideológicas, sumariamente apresentadas, explicam, de alguma forma, a evolução dos direitos inalienáveis, pelo que tiveram um papel importante na história dos direitos fundamentais e cívicos, iniciada, sobretudo, com as revoluções burguesas que tiveram lugar no decurso do século XVIII, prolongando-se até à II.ª Grande Guerra. Essas etapas marcaram o caminho da construção política das nações e consciencializaram os cidadãos para a correcção das insuficiências da democracia grega, com o intuito de implementar um sistema de organização social que trate os cidadãos com igual peso de importância na sociedade.

A procura de compreender os caminhos da liberdade de imprensa também não deixa de ser uma tentativa de analisar e perceber o processo de evolução da democracia enquanto sistema de organização social baseado na liberdade. Fora dos contextos democráticos, como ficou patente na história da humanidade, são escassas as condições políticas para o exercício da liberdade de expressão, porque os regimes políticos, para terem a sociedade sob o seu controlo, limitam a esfera de expressão pública. Por aí, começa-se a limitar também o perímetro da liberdade de imprensa, porque, sem a liberdade de expressão, não pode haver liberdade de imprensa, logo, o trabalho dos agentes mediáticos fica condicionado à conjuntura do momento.

A democracia está para a liberdade de expressão assim como esta está para a liberdade de imprensa. Da mesma forma, sem a liberdade de imprensa não há democracia. O triângulo democracia, liberdade de expressão e liberdade de imprensa é muito importante, porque diz respeito a um sistema de valores que estão tão conaturais uns aos outros que a falta de um deles recusa automaticamente a existência do outro. Se, ao longo dos tempos, os cidadãos vinham lutando para resgatar a sua liberdade do campo de actuação dos governos absolutos, não poderiam encontrar outra forma de proteger essa mesma liberdade senão através de um sistema de valores que tratasse todos de igual forma, atribuindo-lhes deveres e direitos. Seguindo essa base contratualista, a democracia acaba por impor que todos os cidadãos respeitem a esfera de liberdade dos demais membros da sociedade, para que os seus perímetros de realização pessoal e individual possam ser salvaguardados. A par da liberdade e da igualdade, já nos fundamentos que lançaram as bases da Revolução Francesa, também foi incorporada a questão da fraternidade, como mecanismo de promover a solidariedade entre os povos e os cidadãos de uma mesma sociedade, promovendo uma maior justiça e equidade. Tudo isso transforma o estudo do sistema democrático num importante indicador para a compreensão da liberdade de imprensa.



O sistema democrático é o caminho encontrado para se fazer face às muitas arbitrariedades cometidas pelos regimes do passado, entregando o poder ao povo, que o exerce, de forma soberana, podendo escolher os seus representantes, manifestar-se contra as decisões inadequadas e reprovar os governantes que prestam maus serviços. Entretanto, quando falamos em democracia, devemos levar em conta que há várias teorias que procuram explicar esta forma de organização social e política.

Podemos destacar a teoria pluralista da democracia, proveniente dos EUA, que, segundo Truman (1951), procura ser uma auto-compreensão das democracias ocidentais. O seu teorema fundamental consiste no seguinte: “o processo de formação da vontade democrática não assenta nem no povo indiferenciado dos sistemas plebiscitários, nem no indivíduo abstracto da teoria liberal, mas sim em grupos definidos através da frequência de interações sociais”, afirma Canotilho (1998: 1255), acrescentando que o pluralismo, ancorado numa teoria de *imputs* dos grupos, acaba por ser, simultaneamente, uma teoria empírica e uma teoria normativa. Empírica, no sentido de procurar explicar a realidade social e política das democracias ocidentais, cujas decisões políticas vinculariam e orientariam os interesses veiculados pelos vários grupos sociais. Enquanto pressuposto teórico normativo, o sistema pluralista é concebido como um regime aberto, com valores diferenciados, permitindo, virtualmente, aos diferentes grupos sociais terem uma representação ou uma capacidade de influência efectiva nas decisões políticas que vinculam todos os membros da sociedade.

Para além da concepção democrático-pluralista, também podem ser exploradas outras teorias democráticas que nos ajudam a compreender a moderna forma de organização social. É o que faz Canotilho (1998), quando realça a teoria elitista da democracia, cujas bases argumentativas nasceram da ineficácia da teoria democrático-pluralista em explicar a falta de concordância entre as intenções normativas e a realidade política e social. Assumindo-se como uma alternativa à primeira, a teoria elitista interpreta a democracia como uma forma de domínio. O facto de nela se verificar uma concorrência para o exercício do poder (o povo, através do modelo de sufrágio universal, decidiriam, de tempos em tempos, qual dos grupos de elites concorrentes exerceriam o poder) fá-la distinguir-se das outras formas de domínio. De uma panóplia de categorizações que se pode fazer ao sistema democrático, subdividindo-o em várias outras concepções ou linhas interpretativas, destacamos, entretanto, a teoria da democracia do ‘ordo-liberalismo’, cujo método e base inspirativa não se assentam na soberania do povo, fugindo assim à matriz interpretativa dos ‘democratas-doutrinários’. A teoria da democracia do ‘ordo-liberalismo’ alicerça-se na ordem económica e sociopolítica,

fortificando-se com os fundamentos da economia de mercado. Um sistema livre, pluralista e democrático, assente em leis e regras estabelecidas, encontra fundamento na defesa e na afirmação da pessoa humana e dos seus direitos de liberdade. A teoria da democracia do 'ordo-liberalismo', interpretada ao extremo na sua dimensão económica, coloca-nos diante de duas alternativas: poder ou mercado (Canotilho, 1998). Esta teoria, transportada para o campo da comunicação, encontra paralelo na dicotomia 'comerciantes' e 'mandarins' de Balle (1987) que chega a um extremismo analítico, recusando uma terceira via e situando os *media* entre o mercado e o poder político. Na ordem do pensamento do autor, esses dois poderes excluem-se mutuamente, sendo que o primeiro veio substituir o segundo no processo de garantia da liberdade de imprensa. No entanto, esta teoria tem as suas insuficiências. A primeira delas é o extremismo analítico, seguido da apresentação sequencial do modo de controlo da imprensa. Balle (1987) não jogou as peças intermediárias do xadrez social e ignorou a sobreposição de poderes, um sistema através do qual se verifica uma combinação sincrónica entre os poderes político e económico, acabando por criar situações críticas para o funcionamento da comunicação social.

Tendo as suas imperfeições, a democracia é um sistema político que precisa constantemente de ser interrogada, questionada e aperfeiçoada. Ganhou terreno face aos outros sistemas porque, através do método representativo, conseguiu inscrever no debate público o discurso e as preocupações da maioria. Desta feita, pensar a democracia é pensar uma das mais importantes categorias do pensamento político, desde o pensamento clássico até à modernidade.

A forma democrática de exercício do poder – que entrou no vocabulário político, no século V A. C., na Grécia – opõe-se aos regimes ditatoriais, monárquicos, aristocráticos, totalitários, autocráticos, fascistas ou tirânicos, uma vez que o povo, no exercício livre do seu direito à consciência, ao voto e à liberdade, é quem exerce o poder, não existindo nenhuma entidade com poderes absolutos. Devemos ter em consideração que entre a concepção grega e o sistema moderno, há diferenças que se situam sobretudo na forma como o poder é exercido. Portanto, o sistema democrático moderno configura uma sofisticação e uma tentativa de corrigir as insuficiências da democracia grega.

### **3.1. Democracia grega e os caminhos para a construção da democracia moderna**

O Direito manifesta-se em todas as situações em que se verifica um agrupamento de indivíduos, formando a sociedade. Por isso, recorre-se frequentemente à expressão *ubi societas, ibi jus*, com a finalidade de mostrar que há tantos direitos quantas sociedades diferenciadas.

O estado, que é a forma mais importante da organização social da actualidade, reveste-se de vários sentidos. Porém, destacamos apenas uma concepção restrita, que o concebe como uma sociedade politicamente organizada, fixa num determinado território que lhe é privativo e tendo como características principais a soberania e a independência. No entanto, para chegarmos até ao Estado de Direito democrático, muito caminho foi percorrido, alguns regimes decapitados e vários paradigmas derrubados.

Até à primeira metade do século V A.C., as cidades gregas eram governadas de forma não democrática. Durante esse período, houve uma maturação na concepção que se desenvolvia acerca do mundo, do homem e da sua capacidade de realização. Esta consciência crítica e revolucionária conduziu à ideia de que a sociedade teria que ser governada pelo povo – *demo* (homens adultos, livres e cidadãos de cada uma das cidades). Para Kozicki (2000), não se pode falar da democracia grega, num sentido único, mas sim das democracias operantes em várias cidades gregas. Por seu lado, embora não sendo um grande adepto da democracia por considerá-la um sistema que se corrompe facilmente, Aristóteles (384-322 A.C./1962) defendeu a liberdade como uma das características fundamentais do sistema democrático e reconheceu que, só numa vivência em democracia, o ser humano pode conhecer o espírito de liberdade.

No cultivo da ideia de liberdade, os gregos entendiam que o homem só podia alcançar um desenvolvimento pleno das suas capacidades, dos seus projectos de vida, dentro da *polis*. Naturalmente, o homem é um ser social e precisa dos seus semelhantes para desenvolver os seus projectos e as bases segundo as quais poderá construir um espaço que garanta uma vida condigna para os membros da sociedade. Desta forma, os gregos começaram a defender que, para que o homem seja um ser bom, deve crescer numa sociedade boa, que lhe forneça bases de valores capazes de contribuir para a sua boa formação cívica e cultural. Esta sociedade apresentava, de acordo com Miranda (1997), várias características: a) prevalência do factor pessoal (o estado é a comunidade dos cidadãos, embora não sejam estes os seus únicos habitantes – também há os metecos e os escravos); b) fundamento da comunidade dos cidadãos: a comunidade religiosa, unida no culto de antepassados (apesar de a autoridade não ter natureza divina e não predominar a casta sacerdotal); c) pouca importância do factor territorial, o que está a par da pequena extensão do território (o estado tem carácter municipal ou cantonal, é a cidade-estado e não consegue estruturar-se ou perdurar formas de associação ou união); d) deficiência ou inexistência da liberdade fora do estado ou redução da liberdade individual à participação no governo da cidade, não sendo a pessoa um valor em si, livre do

poder público; e) diversidade de formas de governo, sucessivamente ou com oscilações de cidade para cidade, e consoante as filosofias e as vicissitudes políticas, internas e externas.

Na Grécia Antiga, a felicidade era associada à noção de virtude e esta estava ligada à concepção de justiça que, por sua vez, se articulava com o conceito de felicidade. Sendo assim, o homem só alcançava um alto grau de felicidade se tivesse comportamentos virtuosos e, por consequência disso, fosse justo. Era digno desse título, todo aquele que, diante da coisa pública, privilegiava a realização do bem comum. O interesse colectivo tinha que ser um conceito partilhado pelos homens da mesma sociedade, para que houvesse uma harmonização dos interesses. Assim, a vida cívica grega era marcada pelo cultivo da noção do virtuoso, havendo, de alguma forma, uma subordinação dos interesses pessoais aos interesses da colectividade. Mesmo com a liberdade para reivindicar que cada um vivesse de forma autónoma, procurando preencher as suas necessidades pessoais, realizar o seu projecto de vida e lutar para alcançar a felicidade, não deixa de ser verdade que, para os gregos, havia uma interligação entre aquilo que é do domínio público e aquilo que pertencia à esfera privada. Dahl (1989) traça o panorama dos requisitos básicos para a vivência democrática na cidade grega, especialmente em Atenas: a) harmonização dos interesses dos cidadãos – só com a determinação de um caminho para a progressão e desenvolvimento em conjunto poderia fortificar-se a noção do bem comum, que não deveria contrariar abertamente os interesses privados dos cidadãos, evitando, assim, choque de interesses e colapso da estrutura social equilibrada, organizada e solidária; b) homogeneização das características básicas dos cidadãos: este requisito ajuda a erradicar as grandes diferenças que pudessem haver entre os indivíduos, o que poderia contribuir para a incrementação de conflitos e desentendimentos, no que concerne à definição do bem comum; c) instituição do sistema representativo: corpo de cidadãos; d) autonomia profissional: os cidadãos poderiam exercer outras funções públicas, para além da sua presença nas assembleias, dado que a dinâmica política e a administração da cidade não se resumiam à participação nas assembleias e nos fóruns de debate; e) autonomização do estado-cidade: a cidade tinha, necessariamente, que ser auto-suficiente, não só em termos políticos, como também em termos económicos, tendo, desta forma, que garantir os requisitos básicos para a sua subsistência.

Estes requisitos acabam por resumir, ainda que basicamente, as noções consolidadas sobre a democracia grega. Os contributos mais importantes da Grécia para o pensamento político-constitucional registam-se no seu período áureo. Certamente, a concepção grega difere da actual, sobretudo por abarcar uma noção diferente de liberdade, dado que os direitos políticos circunscreviam a um certo estrato social. No entanto, o pensamento evoluiu e o conceito de democracia foi



transportado para outras partes do mundo, ganhando novas configurações, mas nunca perdendo a sua base espiritual.

Ainda antes do nascimento de Cristo, Platão tenta elaborar um verdadeiro sistema de Filosofia social, no qual não apresenta a Cidade como ela é, mas como deveria ser, aspirando a sua racional organização. Para evitar possíveis desordens, aconselha um regresso ao modelo da Grécia Antiga, cujo “modelo vivo” é, para Bouthoul, “a constituição imutavelmente austera, aristocrática e militar de Esparta. Mas, ultrapassa o seu modelo. Deseja reduzir o intercâmbio entre as cidades, suspeita dos intelectuais, a ponto de expulsar os poetas fatores de exaltação e inovação, e estabelece um regime de castas” (1976: 11). Para manter um número equilibrado de pessoas numa cidade, Platão encarrega os magistrados de regularem o número de matrimónios, com o objectivo de manter o mesmo número de homens, reparando as possíveis perdas de vidas humanas. Chega mesmo a declarar sacrilégios àqueles que se aventurarem em paternidades fora do quadro regulatório. Porém, Aristóteles foi bastante mais realista e empirista. Centra-se sobretudo num estudo comparativo que envolve as constituições políticas e as instituições de todas as cidades gregas e alguns Estados semelhantes, com destaque para o Cartago. Se Aristóteles, bem como Platão e os socráticos em geral, receavam as revoltas e as desordens que, naquele tempo, agitavam constantemente as cidades da Grécia Antiga, Tucídides analisava as crenças, as tendências, os interesses e as forças envolvidas neste conflito, assinalando a autodestruição do mundo helénico clássico. Por isso, o contributo deste último é considerado o ponto de viragem no pensamento social, a partir do qual nasce a filosofia da história.

O Estado Romano surgiu, por volta dos séculos III e II A.C., caracterizado como um agrupamento de famílias e ‘gentes’, continuando a ser um estado de base municipal. Não conferindo à Sociologia qualquer concepção original, os romanos desenvolveram a Sociologia descritiva, mostrando uma grande astúcia no estudo de outras religiões e outros povos.

A Sociologia desenvolvida durante esse tempo era ‘dualista’, uma vez que enquadrava os seres humanos em duas categorias: os cidadãos (com alguns direitos) e os escravos (sem direitos). O desenvolvimento da sociedade enquadrado na ‘revolução cristã’ procurou desfazer esses equívocos.

Entre a segunda metade do século IV e a primeira metade do século V, Santo Agostinho deu o seu contributo para o desenvolvimento da filosofia social, não tomando nenhuma posição quanto à forma de estruturação do estado. No entanto, defende que o império da política é a razão de ser do poder político. E lança duas questões, recordadas por Bouthoul (1976): sem a justiça, o que é um rei, senão um bandido coberto de glória? O que é um reino senão um covil de ladrões? *A Cidade de Deus*, de

Santo Agostinho, assume-se como uma obra de extrema importância para o pensamento político, uma vez que marca a transição da sociedade antiga para a moderna, renovando a concepção do saber.

Entre os séculos XI e XVI, houve um processo de transição da democracia tradicional para a Idade Média e o Renascimento. Assim, a Sociologia fatalista da Idade Média assume-se como uma etapa importante no desenvolvimento do pensamento, rumo à modernidade, tentando desvelar uma contradição nítida entre Santo Agostinho e a Igreja Ortodoxa, já que houve padres que consideraram que algumas partes da vasta obra do autor têm pontos de vista que contrariam os fundamentos da doutrina cristã. Acrescenta-se, a este aspecto, o extremo pessimismo oriundo da crescente importância atribuída pelas sociedades medievais ao dogma do pecado original e às ameaças de se queimar no fogo do inferno, a quem não cumprir aquilo que a Igreja estipulava como o 'bem-agir'.

Depois da época medieval, despoletou a noção de estado na sua plena acepção. O poder passa a concentrar-se na figura do Rei e é dele que emana toda a autoridade. Desta feita, o poder real acaba por se exercer sobre todos os membros da sociedade. A partir desse período, foram muitos os contributos para o aperfeiçoamento e, conseqüente, evolução da organização social. O método cartesiano provocou uma verdadeira revolução na Filosofia. A lógica de Descartes, que o próprio autor se absteve de desenvolvê-la dentro do campo da Sociologia e da Ciência Política, veio, posteriormente, fazer eco no avanço desses dois campos de conhecimento.

Entre os séculos XV e XVIII, o mundo ocidental viveu duas experiências que não podem ser ignoradas: as monarquias absolutas e as constitucionais. Entretanto, não podemos esquecer que, compreender o processo de formação do modelo e pensamento político liberais, implica apurar alguns conceitos fundamentais, a destacar: estados absolutos e soberania. Este período de tempo marca uma fase na vida política em que a própria figura do homem muda de concepção, em termos de estatuto e de significância, uma vez que o homem deixou de ser visto como fruto de uma vontade divina, com pouca margem de autonomia e de autodeterminação, passando a ser encarado como um ser com um papel absolutamente importante na construção do seu próprio destino, senhor da sua vida, do seu caminho e do seu próprio sucesso ou insucesso. É o chamado período de *homo politicus*, que foi marcado sobretudo pelo processo de separação dos poderes.

Os fisiocratas são autênticos representantes da estrutura de pensamento do século XVIII. Entendem que a ordem é providencial e que só é preciso um esclarecimento aos seres humanos, provando-lhes a existência dessa ordem, e depois contar com a generosidade sempre renascente da natureza para com a humanidade (Bouthoul, 1976). Assim, foi no século XVIII que se deu uma aproximação clara entre a Filosofia e a Economia. Surgem os economistas liberais que congregam as ideologias dos fisiocratas,

acrescentando-lhes um conjunto de novas premissas. Adam Smith (2006/1776) surge, no curso do século XVIII como uma das mais importantes figuras do campo da economia, formando a Escola Liberal, que forneceu à Teoria Económica um conjunto de novas concepções. Se ele partiu do campo da economia para concluir que as acções de cada individuo têm como finalidade última servir o interesse colectivo, Kant (1995/1785) chega à mesma conclusão, sustentando-se em argumentos puramente filosóficos. Em 1725, Vico (1974/1725) inaugura a Filosofia da História, com a sua obra *Princípios de uma Ciência Nova*, na qual mostrou uma clara divergência ao racionalismo cartesiano, substituindo a análise abstracta por dados concretos, com proveniência do domínio da História e, sobretudo, da evolução paralela que se registou na linguagem à qual chamou de Filologia.

Antes de encerrarmos este ponto, lembremos ainda dos contributos de Ricardo (1981/1817) e Malthus (1998/1820) que, entre os finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX – época triunfante para o liberalismo –, detectaram os efeitos controversos da dinâmica da economia liberal. Sensivelmente na mesma época, Hegel (1992/1807) prepara a transposição da metafísica para as Ciências Sociais. A sucessão de autores e premissas leva-nos até Comte (1972/1816-1828), considerado pai da Sociologia moderna. Segue a linha de Descartes, cortando os laços que uniam a Filosofia à Teologia; separa a Sociologia da Metafísica; propõe a diluição da Psicologia entre a Biologia e a Sociologia; socorre-se do método de observação e indução para dar corpo à Sociologia, caminhando para teoria geral da evolução filosófica assente na ‘Lei dos Três Estados’; e, no fim da sua carreira, duvida do seu próprio método.

Todas as correntes político-filosóficas às quais fizemos referência e muitas outras que não chegamos a abordar mostram-nos que a humanidade conheceu inúmeras formas de organização social (ligadas às quais estão também as diferentes formas de organização do pensamento), desde os regimes aristocráticos, autocráticos, monárquicos, fascistas, liberais, até à democracia representativa. O século XX merece destaque por ser um período marcado por convulsões bélicas, crises económicas, mudanças sociais e culturais e progressos a nível tecnológico, numa escala nunca antes empreendida. O desfecho de alguns conflitos acabaram por dar origem a novos estados, fruto da desvinculação histórica dos laços coloniais e o mundo ganhou uma nova geografia política.

### **3.1.1. A Construção do pensamento político moderno: Hobbes e Locke**

No século XVIII, surgiram várias tendências nos estudos sociológicas, que vieram desembocar numa Sociologia objectiva. No entanto, desde o século XVI, este caminho já vinha se desenhando com o

surgimento de duas correntes: uma delas, empirista, que contou com as contribuições de Maquiavel e os precursores da economia (Bodin, Montchrestien, Botero, entre outros); a segunda, utópica, segue a tradição platônica, opondo a realidade às cidades idealizadas, cuja estrutura é imaginada em todos os seus contornos. Nesta sequência, os contributos de Hobbes (1651/1968) e Locke (1689/1992) figuram como importantes para traçar o quadro político que se desenhou na Europa, contribuindo, de uma forma decisiva, para a transição para o regime de democracia aberta.

Hobbes (1651/1968) é um dos mais importantes pensadores sobre os estados absolutos, havendo mesmo entendimentos de que a sua obra apresenta tanto características liberais como laivos anti-liberais. Bobbio (1992), por exemplo, afirma que, ao longo dos tempos, o pensamento político foi desenvolvido com base em duas antíteses: opressão-liberdade e anarquia-unidade, considerando que Hobbes enquadra-se, decididamente, na categoria daqueles cujo pensamento político tende para a segunda antinomia, dado que, em vez do ideal da liberdade contra a opressão, defende o da unidade contra a anarquia. A noção do estado de natureza é muito importante no quadro de pensamento do autor, pelo que destacamos as três situações em que entende que ele é comprovável: a) nas sociedades primitivas, as dos homens selvagens, como os indígenas de algumas praias da América ou os povos bárbaros da Antiguidade na fase em que ainda não eram civilizados; b) no caso da guerra civil, ou seja, quando o estado já existe, mas, por diversas razões, se dissolve e provoca a transição da sociedade civil para a anarquia, situação que pode ser considerada de *anti-estatal*; c) na comunidade internacional, onde as relações entre os estados não se regem por um poder ordinário; numa situação, portanto *inter-estatal*.

Para sair do estado de natureza, o ser humano teve que usar a razão de forma a criar algumas regras básicas de convivência, que podem ser traduzidas no seguinte exemplo: 'se queres A, tens que fazer B'. Sendo o homem um ser não menos racional que emocional, o estado da natureza, a longo prazo, tornar-se-ia insustentável e intolerável, uma vez que não há qualquer tipo de garantia de que o *primem bonum* (a vida) é assegurado, face aos desmandos dos demais membros da sociedade. Em forma de leis naturais, surge uma série de regras que têm como fundamento tornar possível uma convivência pacífica. Todas elas estão subordinadas, assim, a uma regra fundamental, que determina uma necessidade constante de procurar a paz. Em estado de guerra, a vida corre sempre perigo. Por isso, a vida aqui ganha o valor de bem fundamental e a sua preservação e defesa devem ocupar todos os membros da comunidade humana.

O estado de natureza é, entretanto, inadequado para um clima de convivência pacífica entre os cidadãos, pelo que a sua substituição por outro regime revelou-se fundamental. Para conseguir a paz

necessária, é preciso que as regras estabelecidas para as mais diversas acções humanas sejam respeitadas, senão por todos pelo menos pela maioria, o que no estado de natureza é quase impossível por uma razão fundamental – se alguém quiser violar uma dessas leis, não há ninguém com força suficiente para obrigá-lo a respeitá-las.

O pensamento político para a compreensão do estado valeu a Hobbes (1651/1968) o triunfo como um dos mais importantes pensadores da sua época. Porém, muitas vezes, tem-se situado em terrenos controversos. Na interpretação do seu pensamento, é possível detectar sinais que o associam ao pensamento político liberal, mas, outras vezes, acaba por defender o modelo de índole autoritária, propondo, de alguma forma, a confiscação da liberdade dos cidadãos em favor da colectividade. Eis alguns sinais que indiciam dimensões liberalistas no seu pensamento: a) profunda preocupação em descobrir em que circunstância a natureza humana pode expressar-se melhor; b) estabelecimento da melhor forma de organização social ou de estruturação do estado, que seja capaz de conceber os indivíduos como seres livres e iguais; c) ênfase em relação à noção de consenso ou consentimento como elemento de justificação do estado.

Quando Hobbes defende que o estado precisa de um soberano com poderes praticamente ilimitados para criar leis e garantir as condições de vida em sociedade, assegurando, desta forma, uma sã convivência entre os cidadãos, deixa-nos sinais de que, em algumas ocasiões, o seu pensamento se aproxima ao dos opositores do modelo liberal. Propõe uma configuração social em que o poder centra-se nas mãos do *Leviathan*, que é um soberano todo-poderoso. Porque no estado de natureza era muito difícil haver mecanismos de imposição da lei, uma vez que não havia ninguém para fazer cumprir as normas, Hobbes (1651/1994) considera que o único caminho capaz de tornar as leis naturais eficazes, obrigando os homens a agirem segundo a razão e não segundo a paixão, é a instituição de um poder tão irresistível que aniquila qualquer tentativa de acção contra a lei. Este poder que terá a responsabilidade de impor a ordem é o estado. Desta forma, propõe um processo de transição do estado da natureza para a sociedade civil, como forma de alcançar-se um bem supremo: a paz. “Ninguém tem a liberdade de resistir à espada do estado, em defesa de outrem, seja culpado ou inocente. Porque essa liberdade priva a soberania dos meios para nos proteger, sendo portanto destrutiva da própria essência do estado” (Hobbes, 1651/1994: 181). Neste caso, o autor sacrifica os direitos individuais, beneficiando a estabilidade social e a segurança do poder e justifica esta posição, declarando a necessidade de transferência voluntária dos direitos individuais para o domínio estatal.

Por seu lado, Locke (1689/1992) traça um quadro de pensamento à volta do conceito de cidadania, ancorado na noção de liberdade. Adota os conceitos de estado de natureza e contrato social

elaborados, anteriormente, por Hobbes, mas recusa a interpretação que este faz desses postulados, procurando uma nova linha argumentativa para explicar os fundamentos do estado, as maneiras pelas quais ele é concebido e os processos que legitimam o exercício do poder por parte dos soberanos. A questão da liberdade, incluindo a liberdade de expressão escorada na ideia da liberdade religiosa, é muito trabalhada por Locke. Recuperando a ideia de *free and voluntary society* de Locke, explica-se a concepção social que o autor tinha da Igreja. Defende a liberdade do homem para exercer actividades espirituais, de forma autónoma e isenta de coacção. Neste contexto, a autenticidade e a sinceridade são vistas como critérios fundamentais para as opções da fé individual. A defesa desta concepção “vai colocar John Locke na vanguarda da luta pela liberdade de expressão, na medida em que, começando por defender a liberdade religiosa individual, este autor acaba por sustentar a legitimidade da expressão de opiniões, de forma confrontacional e persuasiva, desde que as mesmas não atentem contra a ordem social” (Machado, 2002: 60).

Argumentando que os indivíduos surgiram antes dos estados e que, em consequência disso, a sociedade antecedeu ao estado, Locke (1689/1992) defende, desta forma, a existência de direitos naturais dos indivíduos, destacando-se o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Assume ainda que, no seu estado natural, o homem é livre e goza de direitos iguais aos seus semelhantes e que, se todos obedecerem as leis da natureza, haverá condições para um equilíbrio social, capaz de conduzir a uma saudável convivência entre os indivíduos. A obediência às leis naturais, para o autor, é a chave da questão, para que possa haver a sobrevivência da sociedade sem que os indivíduos sejam esmagados pelos mais fortes, conduzindo a sociedade para uma situação de caos. Respeitando as leis da natureza, a sociedade encontrava a paz, podendo funcionar em harmonia. Entretanto, devido ao egoísmo, nem todos os seus elementos obedecem à lei da natureza e o facto de cada um poder interpretar, da sua forma, o espírito e o corpo da mesma lei, impulsionaria os homens a criar uma sociedade cuja organização e administração se baseariam num contrato, que poria fim às desavenças que poderiam surgir. Substituir-se-ia, desta forma, o estado de natureza pela sociedade política. Esta substituição, em Locke, difere da proposta de Hobbes, que aconselhou uma transferência das liberdades individuais para um domínio conjunto, que seria administrado por um soberano, a quem todos teriam, obrigatoriamente, que obedecer. A receita de Hobbes permitiria a formação de um poder absoluto, que era contrastado com uma quase ausência de direitos individuais, deixando os cidadãos numa situação de flagrante fragilidade face ao uso do poder de forma opressiva.

Entretanto, Locke (1689/1992) não chega a ponderar uma total transferência das liberdades individuais para um domínio absoluto, prevendo um estado instrumental, criado com o objectivo de

assegurar determinados tipos de direitos. Por isso, as suas teorias estão mais próximas da democracia representativa do que as de Hobbes. O poder do estado, em Locke, não é absoluto, de tal forma que o estado só é legítimo se cumprir os fins para os quais foi criado. O seu limite é a sua própria esfera de actuação e a sua validade dependeria das suas acções. O seu *modus operandis* é muito importante para a avaliação da sua necessidade e até validade, se quisermos. A partir do momento em que o estado se desviar das funções naturais para os quais foi criado, abre caminho para que haja uma ‘desobediência legítima’ da parte dos súbditos. “Esta parcela remanescente de liberdade que os súbditos conservam para si quando instituem o poder político é elemento suficiente para vincular a obediência ao efectivo cumprimento das finalidades para as quais o mesmo foi instituído. Em síntese, a soberania continua a residir no povo” (Kozicki, 2000: 44). Locke (1689/1992) concluiu que o poder que cada indivíduo cede à sociedade, quando a integra, jamais poderá reverter à sua esfera pessoal, enquanto a sociedade durar, mas permanecerá sempre com a comunidade porque, sem ele, não pode haver comunidade, não pode haver *Common-Wealth*, o que contraria o acordo originário. O autor concebe o estado como uma Monarquia Constitucional que consagra, previamente, os direitos dos cidadãos, constituindo estes direitos como limites à esfera de expansão totalitária do poder estatal.

### **3.1.2. Democracia liberal: Montesquieu, Rousseau, Milton, Bentham e Mill**

Ao analisar a teoria liberal, Canotilho (1998) convoca três postulados que acabam por ser os eixos fundamentais em que se baseia a democracia liberal. Em primeiro lugar, a política é encarada como um meio de prossecução de fins radicados numa esfera de liberdade social, que antecede a própria política; em segundo lugar, o sistema democrático é considerado um mecanismo que instrumentaliza o estado, colocando-o ao serviço da sociedade. Desta forma, o estado transforma-se num mero instrumento administrativo para servir a sociedade, sendo que esta se estrutura como um sistema económico, baseado numa relação comercial entre os privados. Por fim, a política concebe-se como um processo de procura de alcance de interesses privados, auxiliado por um aparelho administrativo que é transformado num poder especializado e que visa realizar o bem comum. Não entrando profundamente neste campo teórico, procuramos, neste ponto, visitar os eixos fundamentais das concepções de Montesquieu, Rousseau, Bentham, Mill e Milton, acerca da democracia liberal. A tese de Montesquieu (1748/1996), que iremos apresentar aqui sumariamente, incide sobre a experiência política da Inglaterra, depois da Revolução Gloriosa, que teve lugar entre 1688 e 1689, estabelecendo um compromisso entre a Câmara dos Comuns e a Monarquia Reformada.

Se a perspectiva moderna dos estudos do Direito surgiu em meados do século XIX, com o surgimento da Sociologia como uma ciência autónoma, os primeiros passos nesta matéria foram dados no século anterior, com a publicação da obra *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, em 1748. Nessa obra, o autor baseou-se nos sistemas jurídicos vigentes em cada sociedade para fazer uma distinção entre elas, levando em consideração as suas diversidades sociais e geográficas. No quadro do pensamento de Montesquieu (1748/1996), as fricções entre o poder e a liberdade estão na base de todo o conflito social e político. Em vez de partir das bases jurídicas que estiveram na origem da liberdade, enquanto direito dos cidadãos, parte para a análise do poder que a garante. Quando podia interrogar as origens do poder, interroga os seus efeitos. A teoria de separação dos poderes surge como uma preocupação extrema acerca do exercício do poder, procurando encontrar a melhor forma de equacionar o relacionamento entre os governantes e os governados.

Ao assumir o sistema de representação, entendendo que o povo não pode exercer o poder individualmente, Montesquieu dá, assim, um grande contributo no processo de construção da democracia moderna. No entanto, para que o sistema de representação dos cidadãos faça sentido, é impreterível um clima de liberdade, até porque, se não existisse a liberdade, haveria quem exercesse o poder de forma absoluta, que, obviamente, não seria escolhido pelos cidadãos. Desta forma, a defesa da liberdade enquadra no rol das preocupações de Montesquieu (1748/1996), que argumenta que, num ambiente em que o homem sente medo dos seus semelhantes, é escusado falar na liberdade porque, efectivamente, ela não existe. Entretanto, a separação dos poderes não deixa de ser um factor que contribui para a garantia da liberdade. Daí, a trilogia de poderes – executivo, legislativo e judicial – que, necessariamente, devem ser exercidos por entidades diferentes, que, de alguma forma, acolhem o consenso da maioria. Com a obra de Montesquieu começou a nascer uma consciência sobre a necessidade da análise da aplicação do Direito e dos sistemas legais na configuração da sociedade e nos impactos que sobre ela produzem a nível político, económico, entre outros (Bobbio, 1980).

O que sustenta a tese da separação dos poderes é a garantia da liberdade de escolha e a protecção do quadro jurídico que defende e preserva as liberdades individuais de cada cidadão. Esta perspectiva, para além de ser defendida por Montesquieu (1748/1996), também acolhe as preocupações de Rousseau (1762/1973), que defende o princípio de participação dos cidadãos na vida pública como condição essencial para a vigência da liberdade. Tal como Montesquieu, Rousseau (1762/1973) defende que, se não houver uma participação dos cidadãos na escolha de quem dirige a nação, a liberdade não será um princípio assente nessa sociedade. Associada à liberdade, o autor toma em linha de conta o direito à propriedade, considerando-o como algo sagrado, uma vez que, diante de um



vazio jurídico nesta matéria, a sociedade caminharia para um cenário em que a fricção entre os explorados e os exploradores poderia ser uma constante, já que o contexto seria de dominação.

A ideia do contrato social está no centro do pensamento de Rousseau. Embora com algumas diferenças, não em substância mas na forma, Hobbes e Locke já tinham apresentado a teoria do contrato social. Entretanto, uma das virtudes apontadas ao modelo de Rousseau é o facto dele ter conseguido conciliar a liberdade individual com a autoridade do estado. Assim, defendeu a necessidade de se encontrar um meio-termo entre a autoridade da sociedade e a liberdade do indivíduo, para que haja um compromisso entre ambas as partes. “Cada um de nós põe em comum com a sua pessoa e todo o seu poder sobre a suprema direcção da vontade geral; e recebemos colectivamente cada membro como parte indivisível do todo” (Rousseau, 1762/1999: 24). A este compromisso, chama de contrato social. “Em vez da pessoa particular de cada contraente, este acto de associação produz um corpo moral e colectivo composto por tantos membros quanto os votos da Assembleia, e este corpo recebe deste mesmo acto a sua unidade, o seu eu comum, a sua vida e a sua vontade. Esta pessoa pública que assim se forma pela união de todas as outras tinha outrora o nome de *cidade* e tem agora o de *república*, ou *corpo político*, que é chamado pelos seus membros *estado* quando é passivo, soberano quando é activo, *estado soberano* quando comparado aos seus semelhantes” (Rousseau, 1762/1999: 24-25).

O pensamento rousseauro identificava uma dimensão da liberdade que é equiparável à autoridade. Torna-se possível, na sua concepção, a existência de uma liberdade que poderá corresponder ao controlo social feito pelas autoridades, dado que, quanto mais livres formos, mais autoridades teremos e mais precisaremos de obedecer. Resumindo, quanto maior for a liberdade, maior será o controlo. Estas palavras ajudam-nos a perceber que, em Rousseau, a liberdade individual justifica-se no respeito pela liberdade dos outros. Este entendimento é importante para a estruturação da democracia moderna, dado que uma liberdade sem limites pode desembocar no seu avesso: autoritarismo. Quem detém um poder ilimitado pode constituir-se uma verdadeira ameaça para a segurança dos demais. Afinal, Hobbes já tinha afirmado que *homo homini lupus*. Daí o contrato social que se explica em dois pontos: a) encontrar uma forma de associação que defenda e proteja as pessoas e os seus bens; b) as cláusulas deste contrato estão de tal forma determinadas pela natureza do acto que a mais pequena modificação as tornaria inúteis. Desta forma, embora nunca tenham sido formalmente enunciadas, são em qualquer parte as mesmas e tacitamente admitidas e reconhecidas em toda a parte.

O utilitarismo não deixa de ser uma corrente de pensamento muito importante a ter em consideração, quando está em causa o pensamento liberal clássico e a moderna concepção de democracia. Bentham

(1776/1960) é considerado o pai do modelo utilitarista, cuja tese nuclear assume que o ser humano actua de forma a maximizar o prazer e a felicidade, em detrimento do sofrimento. O utilitarismo primário define que todos os seres humanos procuram a maximização da felicidade. Como os próprios governantes agem assim, tornam-se precisos mecanismos de controlo do exercício do poder para evitar-se a destruição da qualidade de vida dos governados pela procura obsessiva da felicidade por parte dos governantes. Tendo constatado esse cenário, os utilitaristas propuseram aquilo que consideraram ser medidas necessárias: governo representativo, voto secreto, separação de poderes, competição entre os interesses políticos em conflito, liberdade de pensamento, de expressão e de associação. Por outro lado, identificaram a necessidade dos indivíduos lutarem para alcançar os seus objectivos e perseguir os seus interesses, podendo, entretanto, participar na economia de mercado, sem que haja uma intervenção do governo neste sentido.

O pensamento utilitário de Bentham emergiu logo na sua primeira obra, de 1776, intitulada *Fragment on Government*, na qual o autor declama o seu interesse pela causa das reformas legais, apresentando, de forma esquemática, uma concepção que, posteriormente, veio a ser desenvolvida numa série de trabalhos sobre a jurisprudência. Desta forma, os seus contributos ficaram marcados por um forte espírito reformista que, inicialmente, assentava-se na legislação penal e no próprio sistema judiciário, abrangendo, posteriormente, as liberdades cívicas, entre elas, a liberdade de imprensa. Criticando sobretudo o aparelho jurídico e o sistema judiciário, Bentham precisava de um suporte para se apoiar. Criou um sistema de valores, orientado pelo princípio de utilidade, através do qual estabeleceu as bases para lançar o seu programa de moral. Sendo assim, as acções humanas podem ser classificadas de boas ou más, conforme observarem ou não o princípio de utilidade.

A utilidade, em Bentham, remete-nos para a essência das acções que incidem sobre um indivíduo ou uma determinada sociedade. Se a essência for boa, provoca efeitos positivos sobre as entidades sobre as quais recaem, pelo que a acção, em si, é boa. Se a essência não for boa, provoca consequências negativas. Diferente da possibilidade anterior, neste caso, por não ser boa, a acção não contribui para a felicidade das pessoas. Ao assumir o princípio de maior felicidade, Bentham procura responsabilizar cada indivíduo pelos seus actos, porque estes podem interferir na vida de outras pessoas, causando prazer ou dor. Por isso, torna-se necessário um comportamento plausível do bem. Este tipo de comportamento também é exigido aos próprios legisladores, que devem observar o princípio utilitário nas suas produções legislativas, com vista a procederem no sentido de aumentar a felicidade do maior número possível de pessoas.

Na tentativa de reformular a concepção jurídica, Bentham (1776/1960) recusa os fundamentos do jusnaturalismo, afirmando que, ao contrário do que sustentam os defensores dessa corrente, deve-se assumir que os homens nascem cada vez mais subordinados aos poderes, ocupando estatutos desiguais na sociedade. Alertando que as esferas ilimitadas dos direitos que alimentavam a Teoria dos Direitos Naturais conduziram a sociedade para um caos, o autor propõe a Teoria dos Direitos Cívicos, formula a tese de princípios utilitários e dá conteúdo ao axioma de maior felicidade, que corresponde ao estado máximo de prazer e menor sofrimento. Promete prova do valor utilitário e chega a propor alguns parâmetros de medição da felicidade, a saber: intensidade, duração, certeza, proximidade e extensão. Os prazeres devem abranger um maior número de pessoas possível e demorar o máximo de tempo, já que o bem-estar da sociedade é a soma do bem-estar de todos os seus membros.

Tendo em conta que o homem age em função da maximização da sua felicidade, procurando diminuir, ao mínimo, o sofrimento, Bentham (1776/1960) reconhece que a natureza humana deve ser avaliada a partir de acções concretas, levando em consideração a forma como o homem conduz o governo da cidade. Assim, o bom governo é aquele que procura elevar o nível de felicidade dos seus cidadãos, diminuindo as situações que contribuem para a dor, o sofrimento e o desagrado dos súbditos. Este teorema acaba por influenciar as próprias lições de Tugendhat, nas quais pode ler-se que “aquilo a que o ser bom obriga os indivíduos não apenas é realizável mediante um estado, mas devemos dizer também, inversamente, que um estado só deve ser considerado moralmente bom, se assegura os direitos humanos no sentido amplo, se garante a dignidade humana, isto é, também os direitos económicos dos seus cidadãos” (2000: 393). A teoria da moralidade dos estados, para além de ter correspondência nos pensamentos tradicionais, encontra suporte em alguns escritos modernos, não tendo como ponto de partida os pressupostos do Direito, mas, antes, o conceito de justiça. Em resumo, o bom governo é aquele que cria condições para que o seu povo se sinta mais feliz. Mill (1861/1925) corrobora a posição de Bentham, salientando que as acções são boas quando provocam felicidade nas pessoas sobre as quais recaem e más quando produzem um efeito contrário. O princípio de utilidade acaba por ser uma decisão procedimentalmente neutra, uma vez que isola qualquer componente moral e leva em consideração, apenas, as possibilidades de um acto, uma acção, um comportamento ou uma decisão provocar felicidade no seio da população. Por outro lado, o princípio de igualdade faculta uma forma de resolver as questões que se relacionam com as tomadas de decisões, deixando de lado qualquer forma de absolutismo moral (Kozicki, 2000).

Os contributos de Bentham (1787/2001) na transição para a democracia moderna são enormes. O autor procura elaborar um sistema que ajuda a compreender os fundamentos dos regimes autoritários

e, desta forma, encontrar um mecanismo para proteger os cidadãos das diversas formas de opressão que podem surgir, sobretudo no que se relaciona ao funcionamento da administração. Apela à sanção do tribunal de opinião pública, entendendo que a transparência e a publicidade podem ser instrumentos de apoio incontestáveis contra o abuso do poder. Ao negar o absolutismo e defender o princípio de utilidade, Bentham estaria a defender a liberdade do indivíduo face ao uso arbitrário do poder por parte dos soberanos, resguardando alguma margem de liberdade e de protecção para a esfera individual. O autor não estaria sozinho nessa tarefa. Defendendo o espírito democrático e abarcando o campo da liberdade e da protecção da esfera individual dos cidadãos, Mill (1859/1964) concebe a democracia como um modelo de exercício do poder em que, não só a esfera pública e a *res pública* são beneficiadas, como também a própria esfera de desenvolvimento individual.

Embora sendo um dos grandes críticos de Bentham, Mill nunca desvalorizou o seu contributo para a questão da mudança de pensamento e reforma dos vários sistemas (legais, judiciais, etc.), destacando sobretudo o seu espírito reformista no campo do Direito e o seu empenho em reorganizar a estrutura da jurisprudência inglesa que se encontrava num autêntico caos. No entanto, não se escusa de partir das concepções primárias de utilitarismo de Bentham para apresentar a sua própria leitura da questão, numa tentativa desesperada de salvar um utilitarismo que estava condenado ao valor de maximização do prazer. Não assume o princípio de maior felicidade, com o qual considera que Bentham apresenta um critério aproximado e preestabelecido para avaliar apenas a utilidade das leis, mas não desvaloriza a felicidade, em si, no seu quadro de pensamento.

Mill traça um objectivo ambicioso, propondo-se criar uma nova concepção da ética e contribuir para a renovação da ética utilitarista. Nota-se aqui que a ética atinge um dos graus mais elevados das éticas teológicas do bem-estar, tendo a felicidade como o princípio essencial para a fundamentação da moral. Diferente do que defendia Bentham, que considerava que o homem nascia 'programado' para procurar o máximo de prazer, Mill eleva o ser humano para padrões de qualidades superiores, de natureza moral, afectiva e intelectual. Por estas qualidades, o homem é capaz de entrar numa espiral de progresso moral constante. Esta caminhada progressiva é o que, frequentemente, transporta o homem para a felicidade.

A ideia fundamental que encontramos no pensamento do autor supracitado é um desafio para que o ser humano se supere cada dia que passa. O futuro tem que ser, necessariamente, melhor do que o presente e este melhor do que o passado. Desta forma, o homem é convidado a procurar a felicidade no seu aperfeiçoamento contínuo. Assim, o utilitarismo de Mill está voltado para a elaboração de uma condição de realização do ser humano, concretamente na formação do carácter de cada indivíduo,

para que seja um homem virtuoso. No extremo do seu programa de moral utilitário, encontra-se a ambição de alcançar os maiores desejos naturais de cada homem, numa procura de harmonia interna e externa. Portanto, o caminho que segue, bem como os seus métodos, divergem dos de Bentham, mas o estágio dos maiores desejos naturais do homem não nos parece que esteja muito longe do princípio de maior felicidade que, inicialmente, recusou adoptar.

Entretanto, há questões em que Mill vai muito mais longe de que Bentham. Se este definia o estágio de maior felicidade como o estado de máximo prazer e mínimo sofrimento, Mill vem afirmar que ser feliz não é simplesmente sentir-se satisfeito ou saciado, até porque há diferentes graus de prazer. Neste sentido, não há um estado geral de prazer e felicidade que pode ser aplicado a todos os seres humanos, mas cada um segue as suas próprias experiências e qualifica o que lhe dá mais prazer. Por isso, propõe-se o cultivo da inteligência com o objectivo de avaliarmos tudo o que nos envolve. Este aprimoramento moral de Mill vem, de alguma forma, qualificar o utilitarismo que, em Bentham, cingia-se à procura do máximo prazer para um maior número de pessoas possível.

O campo de actuação do autor é vasto e o seu contributo para a transição do modelo clássico para a democracia moderna é indiscutível. Mill (1859/1964) não entende a democracia como um sistema que permite os subordinados controlarem o uso abusivo do poder por parte dos soberanos, mas concebe-a como um sistema convergente e integrador em que o próprio cidadão passa a ser um elemento importante na vida política da cidade e na sua organização. Destaca a soberania do indivíduo, que deve ser garantida através de um poder limitado da parte dos governantes, não podendo ser imposto, aos cidadãos, a obrigação de cumprir certas determinações que não obedeçam aos quadros políticos do momento. Desenhava-se, aqui, um cenário que veio marcar de forma intensa o pensamento jurídico moderno: o princípio de que a liberdade de cada um termina a partir do momento em que começa a liberdade alheia. Este princípio é básico no pensamento jurídico moderno, mas para a época era um passo gigantesco na tentativa de resguardar as liberdades individuais face à arbitrariedade dos regimes de então. Neste contexto, Mill (1859/1964) assume que a única limitação à liberdade individual seria a esfera privada de outrem e o domínio de protecção dos direitos públicos. Quanto à noção da liberdade, a posição do autor é clara: o indivíduo só pode considerar-se livre a partir do momento em que lhe seja garantido a possibilidade de realizar os seus objectivos, tendo a oportunidade para decidir, definir e traçar os caminhos para atingir os seus fins. Reclama o direito à esfera individual e ao exercício da capacidade de pensamento, invocando a necessidade de cada um poder escolher o seu caminho e planear a sua vida, de forma livre e autónoma. A autodeterminação e o auto-desenvolvimento, como elementos constitutivos da liberdade individual, ganham uma relevância

incontestável dentro do quadro de pensamento do autor. Ser livre, neste contexto, é ter consciência da liberdade e poder exercer a liberdade de consciência. Por isso, defende com veemência a autonomia individual e o poder de decisão, ancorados na liberdade de pensamento. Só assim se consegue romper fronteiras até à implementação de um sistema de democracia moderna e, conseqüentemente, plural.

### **3.2. A democracia moderna**

As democracias modernas levaram em consideração as grandes transformações históricas que estiveram subjacentes aos movimentos originários dos sistemas liberal e democrático, tendo por base os processos revolucionários, pelo que consagram muitos dos direitos reivindicados por esses movimentos e assentam em princípios que, ao longo dos tempos, nortearam a humanidade para um ideal de sociedade livre, capaz de reconhecer as liberdades individuais e fundamentais de cada cidadão, proporcionando uma convivência pacífica entre os membros de uma comunidade.

O sistema democrático moderno aposta, sobretudo, na divisão dos poderes, evitando a concentração de privilégios nas mãos de um único indivíduo, que poderia usá-los de uma forma pouco transparente. Por isso, o princípio de separação de poderes constitui um dos eixos centrais do constitucionalismo liberal, “traduzindo a procura de uma esquema institucional (*Bill of Powers*) capaz de garantir os valores de autonomia individual e da descentralização da autoridade no seio do sistema político, no pressuposto de que de nada aproveitaria a proclamação filosófica e abstracta dos direitos naturais dos seres humanos, se aos mesmos não fosse atribuído um sólido escoramento institucional” (Machado, 2002: 89). Esta perspectiva vem desde Rousseau (1762/1973) que defendia a separação entre o poder jurisdicional e o de execução. O poder legislativo passava, assim, para as mãos do povo que, reunido em Assembleia, iria determinar as regras através das quais todos deveriam reger-se.

Para além dos três poderes, devidamente instituídos – legislativo, executivo e judicial –, o sistema democrático moderno requer o funcionamento de órgãos de comunicação social livres e isentos, que fiscalizam o exercício dos poderes em benefício do bem colectivo. Porém, não está imune a críticas. Se Aristóteles (384-322 A.C./1962) contestava-o por ser um sistema em que a corrupção podia acontecer com facilidade, Bobbio (1997) vai mais longe, propondo alternativas à democracia representativa. Tentando reactivar um debate quase ultrapassado pelo curso dos acontecimentos históricos, o autor salienta que a retoma da questão da democracia pelo socialismo é um processo muito importante e fundamental para o futuro do socialismo enquanto forma de organização social. Nos sistemas capitalistas, a democracia – para Bobbio (1977) – não corresponde propriamente ao desenvolvimento

de estratégias capitalistas, mas, antes, resulta de conquistas que custaram sangue e lágrimas ao movimento operário. É de considerar que a experiência do socialismo da União Soviética e dos países do bloco de Leste europeu, praticamente, não resistiu ao surgimento de novos regimes de valores, que empurraram as sociedades para a abertura da mentalidade. O desfecho da guerra fria e a desagregação da antiga União Soviética, a par da combinação do capitalismo com os avanços tecnológicos, ditaram a predominância da democracia sobre os outros regimes, incentivando a abertura dos mercados, a deslocação do capital e de mão-de-obra especializada e o apelo à independência dos cidadãos em relação ao estado, quer no que toca aos seus direitos fundamentais, quer no que tange à realização dos projectos pessoais, económicos e financeiros, desde que sejam respeitadas as regras do jogo democrático.

A democracia proporciona a todos os grupos e associações que procuram exercer influência na sociedade a oportunidade de se constituírem e concorrerem uns com os outros, como forma de aceder ao poder ou exercer influência (Zippelius, 1997). O acesso ao poder, em democracia, resulta de uma escolha livre dos cidadãos, que é tão importante quanto a necessidade de uma sociedade funcional, assente em valores fundamentais como a liberdade. Por isso, Mill (1859/1964) defendia que o valor de um estado depende do valor dos cidadãos que o compõem.

O conceito de cidadania é muito importante no contexto da democracia e é algo que fundamenta a sustentabilidade do sistema. Se a cidade grega está na génese do sistema democrático, o espírito da Revolução Francesa, de certa forma, serviu de base espiritual à sua implementação. Em democracia, os governantes são substituídos através de escrutínio público, através dos quais os cidadãos têm a oportunidade de participar activamente na vida da *polis*, escolhendo os seus representantes ou punindo os maus governantes. É neste sentido que Dahl (1956) afirma que, embora raramente reflectam a vontade da maioria das pessoas por causa da abstenção, os processos eleitorais são decisivos para garantir-se que os representantes da nação tenham de corresponder, de alguma forma, às necessidades comuns de alguns cidadãos.

Para que as eleições sejam justas, há necessidade de uma imprensa livre, que se deve colocar ao serviço da cidadania democrática. Como afirma o autor supracitado, o poder reside nos eleitores, embora esse poder não seja representativo da vontade expressa da maioria que, supostamente, elege os representantes da nação. Tocqueville (1989) classifica a opinião pública como a instância que legitima o poder e o estado e considera os meios de comunicação social como elementos importantes na formação dos governos. Na mesma linha, Ulla (1994) salienta que uma comunicação social livre prepara os cidadãos para participarem nos órgãos do poder.



Sendo um dos princípios máximos do ser humano, a liberdade deve ser enquadrada antes de qualquer opção e, só em segundo plano, pode ser concebida como um concorrente com outros ideais. Seguindo este pensamento, a liberdade serviria como plataforma primordial de um projecto político de vida em sociedade, assente na autonomia do indivíduo e na emancipação da sociedade civil. O projecto do Iluminismo abrangia a liberdade negativa, entendida como um direito individual privado em nome do ideal da universalização dos direitos humanos. Esta seria a condição primordial para o estabelecimento de uma razão democrática, uma vez que permitiria, por meio dos consensos racionais, o estabelecimento da vontade geral e da solidariedade, estratégia de resistência contra o poder político do estado (Marques: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt))<sup>14</sup>. A liberdade de imprensa é uma das dimensões deste ideal de liberdade negativa da época iluminista.

Ao invocar a missão da imprensa, Cornu (1994) entende que estamos a abordar a própria liberdade de comunicação. Em qualquer sociedade, só é possível falar-se numa imprensa livre, se houver uma verdadeira liberdade de expressão, na sua acepção mais ampla, que decorre de uma garantia dada, pela lei, a todos os cidadãos. Isto porque a liberdade de imprensa não é unicamente a liberdade dos jornalistas de dar a informação, como é também a liberdade de expressão dos cidadãos, através dos *media*. Por isso, Keane (2002) recorda que uma maior liberdade de comunicação exige um maior número de opções. Este requer, por sua vez, uma maior variedade de meios de comunicação social através dos quais vários grupos de cidadãos possam comunicar, de acordo com as suas necessidades. Neste contexto, é importante reconhecer que há situações em que a liberdade de expressão de uns entra em conflito com a liberdade de expressão de outros.

Partindo das concepções doutrinárias para um campo mais histórico, realçamos que a luta contra a censura dos déspotas desencadeou um conjunto de sofisticados debates filosóficos que, embora em alguns momentos tenham entrado em contradição, não deixaram de ancorar um conjunto de pontos concordantes. As correntes a favor da imprensa livre criticaram duramente o controlo estatal da imprensa, apelando para uma maior funcionalidade e autonomia da sociedade civil, considerando-a como o espaço privilegiado para a produção e circulação da informação entre os indivíduos que a integram. Os críticos da censura estatal entendem que só os indivíduos, num exercício autónomo da

---

<sup>14</sup>Universidade da Beira Interior: <http://bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-contradicoes-liberdades.html> (30.11.2006).



sua consciência, podem contribuir para uma maior liberdade de informação, opondo-se às limitações criadas pelos governos.

Interpretando a expressão pública na sua concepção ampla e tendo como pano de fundo o sistema constitucional português, Machado entende que a história da liberdade de expressão compreende quatro etapas fundamentais: “num primeiro momento assistiu-se à prevalência do discurso teológico-confessional, alicerçado na *concepção católica de autoridade*, consubstanciada na afirmação centralizada e autoritária da verdade objectiva. Numa segunda fase, defende-se a procura da verdade religiosa através da discussão aberta entre indivíduos orientados pela sua consciência, dando lugar à *concepção protestante de autoridade*. Numa terceira fase, afirma-se uma *concepção positivista e empírico-científica de autoridade*, assente na superioridade do pensamento crítico-racional. Actualmente, assiste-se à radicação, na doutrina constitucional, de modelos de liberdade e justiça comunicativa assentes em bases de tipo neo-contratualista e discursivo-teorético, pós-metafísicas e pós-tradicionais, em que se afirma o relevo estruturante dos valores da autonomia individual e da descentralização da autoridade que fundamentam o Estado de Direito democrático de direitos fundamentais” (2002: 98-99). Esta classificação também pode ser aplicável a Cabo Verde, na medida em que, só a partir de 1975, Cabo Verde desvinculou-se politicamente de Portugal, mantendo partes da legislação aplicada no período colonial, que, ao longo das duas últimas décadas, foram sendo substituídas por novas leis, igualmente inspiradas na tradição jurídica portuguesa. Por isso, o quadro histórico da protecção da liberdade de imprensa em Cabo Verde, salvo o percurso de várias gerações de nacionalistas cabo-verdianos, explica-se também na base do trajecto feito em Portugal.

Apesar de todos os mecanismos de repressão da autonomia individual, surgiram vozes que clamaram contra a opressão, reivindicando a liberdade de imprensa como um dos valores fundamentais da vivência em sociedade. Canotilho (1998), por exemplo, realça que, tradicionalmente associado aos direitos de defesa perante o estado, o conceito da liberdade permanece ainda obscuro na doutrina.

#### **4.1. Correntes Argumentativas sobre a Liberdade de Imprensa**

Um dos principais temas que tem marcado a história da comunicação social é a questão da luta por uma imprensa livre, sustentada na defesa do direito à liberdade de expressão, para que todos os cidadãos possam, livremente, exprimir as suas opiniões ou manifestar as suas preocupações. A liberdade de imprensa é, assim, vista como o caminho para a criação de um espaço público em que se garante a possibilidade de todos poderem participar na vida pública, não só através das opiniões que

poderão ser emitidas por meio da imprensa, como também, devido à possibilidade de escolher em consciência.

Não se pode falar nos deveres da comunicação social sem se pensar na liberdade de imprensa, dado que, para se assegurar o direito do público de conhecer os factos e as opiniões, há necessidade de se garantir a independência dos jornalistas. Esta independência só é possível quando é reconhecida a dignidade da profissão. A independência dos órgãos de comunicação social é questão indispensável para a garantia da liberdade de imprensa. A comunicação social 'presa' a determinados constrangimentos – sobretudo de natureza política, económica ou ideológica – dificilmente consegue criar condições para que os seus profissionais exerçam a sua actividade com autonomia.

A independência jornalística e a dignidade profissional da classe são dois elementos que podem ser considerados essenciais para a credibilidade da profissão, na medida em que as diversas disposições deontológicas relacionadas com a liberdade de imprensa conservam precisa e principalmente estes dois aspectos, valorizando-os tanto na aceção dos deveres dos profissionais do sector, como na dimensão do direito que protege o exercício da actividade de imprensa. Assim, a liberdade de imprensa integra o núcleo dos direitos humanos ditos absolutos, porque correspondem a necessidades vitais. A preocupação em construir uma imprensa livre, que possa permitir o cruzamento das diversas linhas de pensamento, é, hoje, uma questão global, dado que, como observa Bertrand (2002), sem comunicação, não há sociedade e, logo, não há sobrevivência prolongada do indivíduo.

Sendo a liberdade de imprensa um direito indispensável para a prática do jornalismo, há um conjunto de diplomas que protegem o seu exercício. De entre os textos internacionais, realça-se o Código de Honra do Jornalista (1971), mais conhecido por Declaração de Munique, que considera o dever de informar primordial para assegurar o pluralismo, com base na protecção da liberdade da informação, do comentário e da crítica. A dimensão universalista não recai unicamente sobre o direito à liberdade de imprensa, mas abrange todas as liberdades fundamentais da pessoa humana, consagradas nas principais cartas de princípios universais e nas Constituições de inúmeros países cuja organização social e política segue os princípios democráticos.

É consensual que, sem a liberdade, o jornalista não encontra espaço para procurar a verdade. Esta emerge da própria liberdade de imprensa e dela depende directamente. Neste caso, podemos dizer que a relação que se estabelece é directamente proporcional, uma vez que seria ilusório aceitar que a verdade pudesse ser alcançada sem a liberdade. Procurar a transparência é atingir um patamar em que a liberdade permita a descoberta da verdade.

Mesmo não havendo um estudo comparativo do modelo da evolução da liberdade de imprensa na Europa, Keane (2002) considera óbvio que a exigência da liberdade de imprensa foi mais forte no Norte do que no Sul. Na totalidade dos estados absolutistas europeus, houve um enorme esforço para a subjugação e o policiamento dos súbditos, sendo que, na Europa Ocidental, salvaguardaram-se liberdades negativas (a possibilidade de os cidadãos agirem sem qualquer tipo de coação ou de obstrução das suas acções) e autonomias locais. A luta em função dessa liberdade conheceu etapas importantes, motivadas por ideólogos com capacidade de influência social, que defendiam a prática de uma comunicação assente na possibilidade de os cidadãos poderem dizer o que pensam, em público ou através dos meios de divulgação da informação em massa. Entre 1780 e 1790, várias foram as vezes que se levantaram para defender a liberdade de imprensa. Tendo classificado a ordem dominante como parasitária, danosa, incompetente e indolente, “sintetizaram vocabulários populares aliados à desconfiança popular da classe governante, contribuindo, assim, para a formação de uma imprensa mais democrática, que encarava a política como um assunto que dizia respeito a todos os cidadãos, homens e mulheres, ricos e pobres” (Keane, 2002: 27). Esse espírito incutido na população precedeu um conjunto de reformas que teve lugar na primeira metade do século XIX, como a abolição da escravatura e, conseqüentemente, do tráfico de escravos, a emancipação de todas as classes médias e a revogação das leis dos cereais. A revolução euro-americana a favor da liberdade de imprensa abriu caminho para a profusão de debates contra a censura estatal, já que aqueles que defendiam o seu fim tinham por base vários argumentos sofisticados. É neste contexto que – como enumera Keane (2002) – a Inglaterra registou quatro diferentes correntes de opinião que lutaram paralelamente para resgatar o direito à liberdade de imprensa:

- **Teoria da Liberdade Teológica** – esta corrente entendia que as críticas contra a censura estatal legitimavam-se na salvaguarda da capacidade de raciocínio dos indivíduos, concedida por Deus. Assim, a liberdade de imprensa figurava-se como um direito divino, que Deus concedera, directamente, aos homens. Não podemos esquecer que Milton (2007/1644) entendia que só uma imprensa livre permitia que o amor de Deus e o ‘espírito livre e sabedor’ florescessem. Classificou a censura à imprensa como um acto repugnante, dado que, na sua óptica, destrói a liberdade individual de pensar e a capacidade de discernimento, valores estes que permitem aos indivíduos optar por uma vida cristã. Parafraseando Milton (2007/1644), os censores – que não foram contemplados com a ‘infalibilidade e a incorruptibilidade’ – não podem decidir acerca do modo como vivemos, uma vez que Deus concedeu discernimento aos homens e, conseqüentemente, a capacidade de escolher entre o bem e o mal, de

acordo com os ditames da sua consciência. “Deus revela a sua confiança em nós, deixando-nos ler os livros que queremos e tirar as nossas próprias conclusões. As chaves foram-nos entregues à saída do paraíso. Por isso, Milton era contra o enclausuramento da razão” (Keane, 2002: 29).

A doutrina constitucional tem conferido a Milton o título de pai da liberdade de imprensa (Machado, 2002). No entanto, não defendia uma imprensa totalmente livre da intervenção estatal. Recomendava que os livros dos fanáticos católicos fossem expurgados, uma vez que ‘seria suicídio tolerar os intolerantes’.

- **Teoria dos Direitos Naturais da Liberdade** – esta corrente entendia que a liberdade de imprensa se fundamentava nos direitos naturais. Locke (1689/1992) encabeça a lista de autores que defendem esta posição, alimentada pelas revoluções americana e francesa. No entanto, textos como *Rights of Man*, de Paine (1791-1792), e *Vindication of Rights of Woman*, de Wollstonecraft (1792), serviram como verdadeiras bases de apoio à corrente naturalista do pensamento sobre a liberdade de imprensa. Tindal é um dos autores com grande expressão no desenvolvimento dessa teoria, recusando os argumentos que serviram de suporte aos entusiastas da abordagem teológica. Entende que existe um direito natural que cada homem tem de se orientar por si, em matéria de religião, e recusa que a limitação da liberdade de imprensa seja algo de cariz religioso, porque se trata de questões que contrariam o direito natural. “A nobre arte da imprensa que, graças à Divina Providência, foi dada a conhecer aos homens livres da tirania do clero que os subjugava – para Tindal – não devia ser um meio para nos submeter, de novo, à escravatura dos sacerdotes” (Keane, 2002: 31).

- **Teoria da Liberdade Utilitarista** – esta linha de pensamento recusa a censura estatal à imprensa, considerando-a como o início do despotismo. Bentham (1787/2001), com as cartas aos leitores espanhóis, marcou o terreno de discussão sobre a liberdade de imprensa, contribuindo para a sua consolidação. Lembremos que o tema central do utilitarismo é a felicidade que, em Faria (2000), é o princípio que fundamenta a moral. No teorema de Bentham, as questões relacionadas com a liberdade estão presentes numa lógica utilitarista.

Tentando incentivar os cidadãos a promover e a defender o bem público, salvaguardando, por outro lado, a sua liberdade, Bentham (1787/2001) enviou um conjunto de cartas aos espanhóis com o objectivo de os despertar para a problemática das liberdades individuais.

- **Teoria da Liberdade como Fundamento da Verdade** – esta linha de pensamento assenta na ideia da luta para o alcance da verdade. Os defensores desta corrente entendem que um debate público alargado, assente na liberdade de imprensa, contribui para alcançar a verdade. Os argumentos a favor da liberdade de imprensa como meio para alcançar a verdade floresceram, na Inglaterra, no decorrer do século XVIII, onde vários filósofos defenderam que só uma imprensa livre pode garantir a existência de uma profusão de factos e de debates.

*On Liberty*, de Mill, publicado em 1859, é uma das principais obras a marcar esse terreno de debate. O alcance da verdade, para Mill (1859/1964), é fundamental e só é possível se todas as pessoas puderem participar, em liberdade, na construção ou na procura desta mesma verdade. O autor ressalva ainda que “a verdade, nos grandes assuntos práticos da vida, é tanto uma questão de reconciliação e de combinação de oposições que muito poucos possuem mentalidades suficientemente capazes e imparciais de fazer o ajustamento, com acesso à correcção, pelo que tem de ser feito pelo grosseiro processo de uma luta entre combatentes que pelejam sob bandeiras hostis” (Mill, 1859/1976: 76).

O contraditório é um caminho importante para provar a verdade dos factos. Ofuscando a posição dos outros, tende-se a criar uma visão única, que pode ter sido construída a partir de premissas erradas, de preconceitos ou mesmo através de uma imposição arbitrária. Por isso, o direito à opinião é importante, uma vez que a própria opinião contribui para o desenvolvimento social.

As quatro linhas de argumentação acima apresentadas tinham como objectivo comum a protecção do espaço da liberdade dos cidadãos, revogando o poder do estado de exercer censura sobre a esfera da liberdade de expressão dos membros da sociedade e o perímetro da sua realização individual. De qualquer forma, não esgotam as batalhas ideológicas e políticas a favor da liberdade de expressão e de imprensa, porque se trata de um conjunto de direitos humanos fundamentais cuja conquista é paulatina e as ferramentas para a sua defesa devem adequar-se às conjunturas políticas. Se nos séculos XVII, XVIII e XIX encontramos um conjunto de ideólogos a tentar influenciar a política sobre a liberdade das nações, no século XX mudam-se as bases do debate e os países fazem mesa redonda para discutir a liberdade de comunicação social, propondo uma mudança de paradigma ao desequilíbrio do fluxo da informação internacional, preparando as bases para lançar as sementes de um novo campo disciplinar.

\*\*\*\*\*

# **CAPÍTULO II**

## **POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO**

UMA NOVA FERRAMENTA PARA LER OS PROBLEMAS SOCIAIS



A compreensão da política não passa unicamente pelo estudo e análise das eleições e dos partidos, mas também envolve as tomadas de decisão por parte dos governos e outros organismos estatais (John, 1998). Há um conjunto de decisões que os governos tomam que influencia o sector público e estrutura o sector privado. As disputas políticas e as relações de força que se estabelecem entre os actores políticos e sociais deixam marcas nos programas de governo, nas grandes opções dos planos e na execução dos projectos.

Ao longo dos tempos, a investigação científica no campo da Ciência Política privilegiou a análise do processo de formação dos partidos políticos, dando pouca importância à análise das políticas públicas. A partir dos anos 50 do século passado, as políticas públicas transformam-se em unidades de análise, com destaque sobretudo para os chamados *policy processes* e para a actuação dos actores que interferem nos processos de definição das políticas. John (1998) realça cinco dimensões analíticas das políticas públicas: em primeiro lugar, uma dimensão institucional desta subárea da Ciência Política; em segundo lugar, uma vertente que procura analisar as formas de acção política e o impacto dos diferentes grupos e redes organizativas na definição das políticas públicas; uma terceira abordagem, que põe a tónica nos condicionantes económicos e sociais que influenciam o processo de produção das políticas públicas; em quarto lugar, a chamada teoria de escolha racional; e, por fim, as vertentes que analisam a importância de ideias e conhecimentos na produção das políticas públicas.

Das cinco vertentes de análise, pode-se fazer uma distinção entre aquelas em que as ideias e o conhecimento são elementos associados ao processo de definição das políticas públicas e aquelas em que estas duas variáveis não são mais do que elementos isolados apresentados no jogo de poderes. Porém, é assente que as ideias e o conhecimento ganham cada vez mais espaço nas decisões políticas. Uma vez, servem para ajudar a compreender as melhores opções em relação a uma determinada matéria; outras vezes, os próprios decisores políticos – para legitimarem as suas acções – encomendam estudos. Se repararmos, em quase todos os debates públicos sobre as tomadas de decisão, correm informações de que o governo encomendou estudos técnicos sobre determinadas matérias. Isto mostra a importância do conhecimento nas tomadas de decisão. As universidades, os laboratórios técnicos e os centros de pesquisas científicas e estratégicas têm desempenhado um importante papel nesta matéria, subsidiando os governos na definição das políticas públicas.

Devemos levar em conta que as ideias podem consubstanciar um conjunto de valores capazes de denunciar relações causais, podendo desta forma solucionar alguns problemas públicos, na medida em que são símbolos e imagens que projectam a identidade de uma determinada sociedade, representada nas suas instituições públicas e privadas, bem como as concepções do mundo e as ideologias que nelas subjazem (John, 1998). A importância das ideias e do conhecimento na produção das políticas públicas não é recente. Há muito que os políticos têm vindo a trabalhar com estas variáveis nas suas tomadas de decisão e os politólogos também não têm passado à margem desta questão. Um olhar pelos manuais da Ciência Política dá-nos, rapidamente, a ideia da importância que esses factores têm tido no estudo do exercício da política.

Para dar um enquadramento teórico às políticas públicas, John (1998) procura resumir o entendimento dos pós-positivistas, realçando que, mais que os actores racionais que perseguem os seus interesses, o processo das políticas públicas (*public policy processes*) é distinguido pela interacção de valores, pelas normas estabelecidas e pelas diferentes formas de conhecimento. O argumento de que a linguagem é um elemento central na definição das políticas públicas não se distancia muito do teorema que defende a importância e a realidade das ideias, justificando que elas dão sentido a quem as usa e pode dar corpo a um determinado projecto.

Os *policy processes* são disputas entre formas racionalizadas de produção de discursos, fundamentadas na procura de um capital de credibilidade para um determinado projecto (John, 1998). Desta forma, verifica-se um conflito de linguagem – ou de discurso – numa clara luta pelo poder e na procura de significados que dão consistência e credibilidade às ideias apresentadas. O sistema ideológico ajuda a elaborar os interesses dos decisores políticos. Este entendimento concebe a acção política como um sistema embrenhado na própria linguagem, um código de significantes e significados – como diria Saussure – através do qual o ser humano constrói o sentido do mundo. “Sendo a maneira pela qual as pessoas enquadram as questões, conferem sentido ao mundo e propõem soluções, as ideias têm uma vida que lhes é própria” (John, 1998: 157). O autor também considera que as ideias acabam por ser estruturas argumentativas autónomas, que terão um papel muito importante na construção da arquitectura do pensamento dos decisores políticos, uma vez que o discurso não obedece a normas preestabelecidas, orientando-se por regras próprias. São essas regras que estruturam a forma como os cidadãos, em geral, e os decisores políticos, em particular, percebem os *policy issues*, sobretudo “quando um problema assume a forma de uma história com princípio, meio e fim – sendo esse fim a intervenção governamental com sucesso” (John, 1998: 157).



Para além das ideias e do conhecimento, a acumulação do capital privado criou novos actores com fortes possibilidades de influenciar as decisões públicas. Nas últimas décadas do século passado, assistiu-se, em quase todas as democracias de mercado aberto, a uma transferência dos principais activos controlados pelos estados para o domínio dos privados. Associado à propriedade de grandes empresas para a formação do capital privado, transferiu-se também uma parte substancial do poder de influência na tomada de certas decisões. Desta forma, o estado passou a contar com outras peças no xadrez político. Os grupos com interesses directos nas opções políticas diversificaram-se, passando a lutar intensamente em defesa dos seus interesses. A globalização possibilitou o fortalecimento de grupos privados, colocando alguns estados numa situação bastante complicada, perdendo grande parte do seu poder de decisão, em proveito dos *lobbies* que se reorganizam na sociedade, estendendo os seus 'tentáculos' para vários sectores e regiões do mundo. Para Villalonga (1997), a resistência a esta nova cartografia social, para além de inútil, é perigosa para a sobrevivência do próprio estado, já que a crise actual é semelhante à que a França de Luís XVI enfrentava com as reivindicações oriundas da classe burguesa. Impunha-se que se acabasse com o privilégio dos nobres e se reformasse o sistema fiscal para que a monarquia sobrevivesse. Porém, os próprios nobres opuseram-se às tentativas de reforma, levando ao perecimento de todos.

Salientando que todos os argumentos a favor da indústria nacional não passam da defesa dos interesses de alguns empresários, Fernández adverte que, "como a burguesia francesa de 1789, os cidadãos, felizes com as TIC, são os verdadeiros arquitectos da globalização e, de nenhum modo, é certo que estejamos numa plutocracia tecnocrática dominada por grandes empresas transnacionais porque a globalização a impõe aos indivíduos e não às empresas, por mais multinacionais que sejam" (1998: 16).

No actual contexto de 'aldeia global' – para parafrasear MacLuhan (1990) –, regista-se a tendência para a ampliação das esferas de intervenção de determinados governos ou forças sociais/empresariais. Como observa Peters (1996), actualmente tudo se tornou mais global. No terreno da economia, a globalização surge apadrinhada pelo fenómeno de sociedades abertas e pelo advento das novas tecnologias. Muitas são as empresas que procuram ampliar a sua esfera de actuação, 'emigrando' parte dos seus investimentos para outros países ou continentes. Assim, encontramos hoje alguns estados ao serviço da acumulação privada de capital. "Portanto, dos governos se espera que se limitem ao papel de gestores, enquanto o verdadeiro governo recai sobre os mercados. Do estado se exige a abertura da economia nacional ao comércio mundial, redução dos défices, dos gastos e dos impostos, privatizações massivas e políticas de poupanças a todos os níveis" (Fernández, 1998: 16).

Este tipo de análise tem sido feita sobretudo pela esquerda, que critica o avanço do capitalismo, afirmando que este sistema de organização económica das sociedades modernas não conseguiu provocar uma verdadeira democracia social e económica, fragmentando as estruturas sociais de maneira a que haja grupos beneficiados com a nova cartografia económica que reorganiza a sociedade global. Subsidiando o capitalismo com as suas ferramentas de poder, o estado é encarado, como já tinham alertado os pensadores da Escola de Frankfurt, como um poder que oprime. O capitalismo e a sedução publicitária ajudam a legitimar a ordem dominante. Neste quadro sociológico, o sector das tecnologias de informação desenvolve-se a um ritmo alucinante, porque surge subsidiário dos mercados de capitais. “A sociedade global apresenta o mercado como uma religião para um planeta marcado por auto-estradas de informação, cuja primeira experiência é a rede de Internet. As redes de informação são, portanto, a outra perna sobre a qual assenta a globalização. Não podia ser de outra forma. Se a competência e a competitividade exigem dos governos as políticas descritas, as TIC exigem também uma mudança institucional” (Fernández, 1998: 16).

Nos anos 90, registou-se um intenso movimento no sentido de privatização da propriedade do estado. A ordem era para libertar as forças do capitalismo como forma de encontrar soluções para os problemas das sociedades modernas. As teses de Marx (1990/1848) passaram para o segundo plano, já que a metáfora da ‘mão invisível’ de Smith (2006/1776) foi encarada como a solução adequada para a resolução das questões sociais. Nos países desenvolvidos, a pressão do capitalismo e o progresso das tecnologias precipitaram a abertura dos mercados e, paulatinamente, os estados começaram a ceder espaço aos privados na reorganização das estruturas económicas. Os modelos tradicionais de produção e gestão de serviços públicos não foram capazes de dirimir a falência das instituições do estado, que começaram a mostrar-se ineficientes na gestão dos diversos mercados. Todo este processo veio influenciar as tomadas de decisão, interferindo nas actividades da administração pública.

As políticas públicas são as grandes medidas ou orientações que o estado define para a sociedade. Porém, como já vimos, o estado – representado pelos seus governos e outras estruturas decisórias – não está sozinho nesta empreitada. O aparecimento de actores transnacionais, com um poder económico que faz inveja ao orçamento de alguns estados, fez surgir novas peças decisórias nas tábuas do xadrez político, pelo que a formulação, a execução e a implementação das políticas públicas não estão confinadas unicamente aos actores públicos. Daí as formulações teórico-conceptuais das *policy networks*. Na linha em que Rhodes (1997) trabalha a sua ideia na obra *Understanding Governance*, entende-se que, para um conhecimento aprimorado das chaves que regem as políticas de

comunicação, torna-se necessário recorrer a dimensões históricas e sociológicas, enquanto ferramentas que auxiliam a compreensão da governação.

Considerando que a análise das dimensões estruturais e as micro-análises não são suficientes para explicar as políticas públicas, Sousa e Marinho (2002) salientam que a meso-nível conceptual como 'rede política' poderá contribuir para a difícil tarefa de explicar o processo decisório. Desde logo, o conceito sugere a existência de um número considerável de agentes públicos e privados de diferentes departamentos governamentais e sociais, que participam na definição das políticas públicas. A questão da *network* é central na obra de Rhodes (1997), que procura encontrar ferramentas que dão inteligibilidade a esta nova forma de governação emergente, na qual o estado compartilha espaço de actuação com outras instâncias da sociedade. As estruturas administrativas modernas pautam-se sobretudo por um processo de combinação de instituições. A organização do estado obedecia, nos séculos passados, a um sistema hierárquico em que os dirigentes controlavam o poder num processo *top down*, resultante da aplicação dos subsídios tecnológicos no reforço dos pressupostos de Smith (2006/1776) e de outros teóricos da divisão do trabalho (Araújo, 2002). No entanto, com o processo de segmentação das fontes fornecedoras de serviços, emergiu uma nova disposição institucional que converteu a auto-organização e a coordenação inter-organizacional em factores críticos. Este novo panorama coloca sobre a mesma mesa vários participantes, que estabelecem, entre si, relações de interdependência, envolvendo o fornecimento de serviços. Isto denota uma mudança para uma forma de governação mais elaborada, em que as decisões deixam de depender apenas das opções do governo.

De alguma forma, esta convergência governativa de que Rhodes (1997) fala encontra correspondência nos processos de transição política que se registaram em Cabo Verde, criando condições para que houvesse uma certa diversidade de fontes de decisão, afastando o antigo modelo monolítico em que os ministérios eram, praticamente, as únicas fontes de emanação das orientações sociais. Durante o período de Partido Único, as administrações eram muito centralizadas, o regime era paternalista e os ministros acabavam por esvaziar as respectivas áreas de competência administrativa. A II.<sup>a</sup> República trouxe a emergência da sociedade civil, embora excessivamente tímida, e a descentralização do poder. Não tendo capacidade para definir directamente uma certa política, muitas instâncias sociais têm a possibilidade de participar no debate, já que, como diz John (1998), os *policy processes* são influenciados pelo discurso, uma vez que a própria linguagem confere sentido ao mundo e permite propor soluções. O debate de ideias é fundamental nas decisões políticas, sendo que, em Cabo Verde, esse debate se tornou mais frequente após a transição para o regime democrático.

Entre o monopólio estatal das decisões e o domínio dos privados, Rhodes (1997) propõe o sistema de rede de decisões (*network*), que poderá constituir uma terceira via, na medida em que partilha características de diferentes modelos de governação: a) regista-se uma interdependência entre as organizações, envolvendo entidades públicas, privadas e voluntárias ou cívicas; b) os processos interactivos entre os membros da *network* estabelecem-se de forma contínua; c) os processos que interessam aos elementos da *network* obedecem a regras do tipo das Teorias do Jogo; d) regista-se um elevado grau de autonomia das organizações em relação ao estado.

De acordo com a teoria apresentada por Rhodes (1997), a eficácia da *network* estará dependente da forma de actuação de cada uma das entidades que nela participa e da base de interacção que se estabelece no seu seio. Desta forma, a estrutura da governação emergente resulta do esforço de intervenção de todos os actores que nela envolve, procedendo-se segundo a relação inter-organizacional que se pode estabelecer no seio do sistema. Sousa e Marinho (2002) lembram que a ligação entre os actores das 'redes de políticas' constitui canais de comunicação para a troca de informações, experiência, confiança ou recursos de outras políticas.

O desenvolvimento das *networks* tem vindo a mudar a natureza do controlo e a sua legitimidade (Araújo, 1998). Neste sentido, a influência directa dos governos nos serviços públicos tem sido substituído, paulatinamente, por uma relação de cooperação, em que o sector público se encontra numa relação de interdependência com os vários outros actores que fazem parte do sistema de decisão. De certa forma, o sistema de *network* acaba por funcionar como uma terceira via na estruturação do sistema de governação (Rhodes, 1997). Este entendimento chega também a fazer eco nas análises de Peters (1996), que considera que um sistema de interdependência organizacional acaba por limitar a capacidade dos governos para imporem as suas vontades através dos instrumentos legais, uma vez que estes se sentem obrigados a definir estratégias de actuação que promovam o consenso entre os grupos participantes auto-interessados e que têm capacidade de influenciar as políticas para determinados sectores. Neste sentido, a governação deixa de ser uma acção unidireccional para passar a ser um acto de cooperação institucional.

Tanto a proposta de Rhodes (1997) como a literatura acerca das relações entre o poder local e o poder central apontam para um sistema de repartição do poder. No entanto, reconhece-se a desigualdade dos poderes, na medida em que o poder local não tem a mesma força e capacidade de intervenção que o governo. Em geral, as duas esferas de poder encontram-se numa relação de interdependência, uma vez que trabalham de forma cooperante, estabelecendo vários tipos de relações. A Teoria dos Jogos, como dissemos, também serve para explicar a relação que se estabelece entre o poder central e o local,

numa teia de relações em que ambos procuram activar os pontos que podem produzir vantagens nas relações de força. Neste tipo de relações, o processo de negociação entre as forças em presença são de extrema importância para a produção de acções que beneficiem toda a comunidade. Para Rhodes (1997), as *networks* constituem verdadeiras alternativas ao mercado, uma vez que conservam uma série de características definidoras da abordagem da governação, entre as quais se evidencia a questão da interdependência entre as organizações, abrangendo sectores diferenciados da sociedade como instituições públicas e privadas ou sociedade civil. Entretanto, Sousa e Marinho (2002) defendem que a proliferação de autores que, ao longo da década de 70, usavam a metáfora da rede é o reflexo das transformações na arena política.

Em forma de síntese, salientamos que o universo das *networks* é composto por um conjunto de organizações que estabelecem, entre si, relações de sinergia, fazendo intercâmbio de recursos tecnológicos, financeiras, *know-how*, com o intuito de alcançar os objectivos planeados, ampliando a sua capacidade de influência nas tomadas das decisões e evitando cair na dependência de algum dos actores em cena. A governação é conduzida por uma espécie de 'mão invisível', que procura desactivar as fontes de tensão entre os *players* da rede, gerindo, da melhor forma, as relações inter-organizacionais. Desta forma, a governação será a congregação das expectativas, das vontades e do trabalho de todas as organizações que pertencem à *network*, não ficando ao cuidado, exclusivamente, do estado ou do mercado toda a decisão sobre as principais orientações da sociedade.

Entendendo que o desenvolvimento das *networks* tem contribuído para a mudança da natureza do controlo e da sua legitimidade, Araújo (1998) realça também, tal como faz Rhodes (1997), que a influência directa dos governos nas decisões públicas tem dado lugar a uma plataforma negocial, em que os elementos da rede discutem e tomam decisões sobre a orientação social da gestão pública. Isto, como o próprio Rhodes (1997) admite, só acontece se houver uma interdependência organizativa, baseada na confiança institucional. A variabilidade do processo de tomada de decisões, que começou com o estado a determinar tudo, passando por uma fase em que os privados começaram a ter voz nas políticas públicas até se chegar ao processo negocial, ajudam-nos a compreender a problemática da política de comunicação. As alterações que se registaram no plano da comunicação e das indústrias culturais têm desafiado os cientistas sociais a encontrar soluções e formulações teóricas, procurando compreender as novas realidades que se apresentam com as reorganizações das sociedades modernas. Daí o surgimento da política de comunicação para estudar as mudanças dramáticas que se têm registado no panorama comunicacional, tanto na dimensão nacional como no plano transnacional.



Diríamos que o séc. XX foi um período de grandes contrastes: se, por um lado, foi nesse século que aconteceram as duas guerras mundiais, por outro lado, também foi nesse período que se registaram as mais extraordinárias revoluções no sector da comunicação de massa, com o surgimento da rádio, seguido da televisão e da Internet. Ainda, foi no séc. XX que surgiu o telefone celular (telemóveis), cujas capacidades e funcionalidades foram aperfeiçoadas, integrando sistemas de registos e transportes de imagens (fotografias e vídeos) e dados. Com a afirmação do sector da comunicação como uma estimulante área de negócios, começaram a registar-se extraordinários movimentos de concentração de empresas mediáticas. Tornaram-se, por um lado, frequentes os processos de concentração vertical (dentro do sector) e, por outro lado, cada vez mais se presenciou a concentração horizontal em que empresas de outros ramos de negócios fundiam partes ou totalidades dos seus activos financeiros no sector da comunicação ou vice-versa. Porém, nota-se que são muito mais frequentes os movimentos de concentração que envolvem a deslocação do capital de outras áreas de negócio para o terreno mediático do que o contrário. Traon (1997) considera que há uma aproximação das zonas de negócios entre diferentes sectores como as telecomunicações e a informática que nos leva a pensar no desenvolvimento de acordos intersectoriais entre empresas que operam em diferentes áreas ou lutam por nichos de mercado diversos. “Esta estratégia de integração horizontal deve ser concebida pelos distribuidores para poderem tirar partido das economias de associações eventuais geradas pela convergência. Trata-se de proporcionar ao cliente um único acesso aos meios informáticos (PC multimédia), aos programas televisivos via satélite ou por cabo, assim como às redes de acesso às bases de dados em linha, do tipo Minitel ou Internet” (Traon, 1997: 47).

A entrada, em força, do grande capital para o terreno das indústrias simbólicas aconteceu imbuída em incertezas. Se a Escola de Frankfurt já tinha vaticinado, desde as primeiras décadas do século XX, a sobrevalorização do valor comercial face ao valor simbólico, com a Sociologia da Comunicação, trabalhada nos EUA, alargou-se o debate sobre a comunicação e a cultura, convocando um factor relevante para a consolidação do sistema capitalista, que é o rápido desenvolvimento da economia de consumo, iniciado nos anos 40 do século passado. Neste sentido, a Sociologia da Comunicação estabelece, no seu seio, uma relação estreita entre a economia do consumo, a economia do mercado, a expansão das indústrias culturais que acolhem a comunicação social no seu seio, a implantação de

uma cultura de massa e o desenvolvimento do estado de bem-estar. No âmbito da Sociologia da Comunicação, os *mass media* surgem como o elo de ligação entre as diferentes estruturas sociais, promovendo o equilíbrio no funcionamento do sistema social.

Devemos registar também que a Europa conheceu, no curso dos anos 60 do século passado, o desenvolvimento da chamada Teoria dos Estudos Culturais (*Cultural Studies*) que depois foi levada para os Estados Unidos. Esta linha vinha na sequência dos argumentos da Teoria Crítica da Sociedade, suporte dos teóricos de Frankfurt. Aliás, tanto os teóricos da *Cultural Studies* como os proponentes da Política de Comunicação reclamam ser os herdeiros da Escola de Frankfurt. Porém, não se pode ignorar a importância da Sociologia do Conhecimento na edificação da Teoria dos Estudos Culturais. A base de partida dos teóricos culturalistas foi identificar um modelo cultural emergente, que tinha nos meios de comunicação social a sua válvula de difusão na sociedade. Tendo em conta o suporte frankfurtiano à Teoria dos Estudos Culturais, os produtos comunicacionais não passam de um elemento da vasta gama das indústrias culturais, pelo que o modelo de cultura emergente seria uma cultura industrializada.

Em forma de um ideal, começou a surgir, a partir dos anos 70, no domínio das práticas políticas, um conjunto de princípios e normas coerentes, que, entretanto, não conseguiam satisfazer determinados sistemas nacionais e internacionais de comunicação. “Insatisfação manifestada no seio de reuniões inter-governamentais, ainda que não só, também haveria de ser manifestada no desenvolvimento de estudos sobre tais sistemas de comunicação por parte das comissões de peritos, dos teóricos e intelectuais e dos organismos internacionais” (Gómez, 2007: 33). Assim, verifica-se que, se a consensualização dos argumentos para a edificação do campo da Política de Comunicação aconteceu durante várias décadas, foi no início dos anos 70 do século passado que se institucionalizou, cientificamente, este campo de pesquisa, como forma de responder à necessidade de compreender as dramáticas transformações que se registaram no plano da comunicação e da informação. A Política de Comunicação surge como um conjunto de princípios normativos que se estabelecem, de forma coesa, sobre o terreno das práticas políticas.

Na génese da Política de Comunicação está o posicionamento dos países do chamado Terceiro Mundo (países em vias de desenvolvimento) que, descontentes com a ordem informativa global – reprodutora da estrutura económica dos diferentes estados –, começaram a manifestar as suas insatisfações, querendo ver o mundo com os seus próprios olhos. O ponto de discórdia era o papel das grandes agências noticiosas no agendamento da informação internacional. Esta preocupação foi manifestada em sede das reuniões inter-governamentais das Nações Unidas, tendo a UNESCO como a instituição

acolhedora dos debates a favor de uma nova ordem da informação internacional. Por isso, desde a sua origem, a preocupação da Política de Comunicação não observava somente o sistema de estruturas mediática e decisória de um determinado país, mas abrangia já um plano internacional. Dificilmente poderia ser de outra forma, já que a globalização da informação e, com ela, da cultura, dos hábitos, da forma como se olha para o mundo, requeria uma análise que alcançasse o plano internacional. Daí as Relações Internacionais constituírem uma importante ferramenta teórica na subsidiação do campo da Política de Comunicação.

Os anos 70 foram – na designação de Mattelart (2001) – a idade de ouro dos debates em torno da comunicação e, na verdade, a questão do imperialismo cultural levou os países a pensarem na possibilidade de uma redefinição da esfera mediática global. As maiores críticas que se faziam ao sistema comunicacional instalado apontavam para a existência de uma estrutura internacional da comunicação montada para que os países pobres ficassem sempre na dependência cultural dos países desenvolvidos. Assim, emergiu o conceito de Política de Comunicação que Bustamante define como “um conjunto integrado, explícito e duradouro de políticas parciais, organizadas num conjunto coerente de princípios de actuação e normas aplicáveis aos processos ou actividades de comunicação num determinado país” (1993: 126).

No período precedente às reuniões inter-governamentais que lançaram as bases para o debate sobre a problemática do desequilíbrio do fluxo informativo, havia sido criada uma Comissão de Peritos encarregue de analisar a preocupação dos países não-alinhados, avaliando o impacto do domínio das grandes agências informativas no panorama nacional desses países. O resultado foi o conhecido Relatório MacBride que apontou pela necessidade de contrariar o sistema montado, promovendo um maior equilíbrio no fluxo da informação internacional. Basicamente, o relatório foi dar razão às reivindicações dos países não-alinhados que, na sequência do debate sobre a Nova Ordem Económica Internacional (NOEI), propuseram uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC). Por isso, o Relatório MacBride deu um impulso positivo nas ambições do chamado Terceiro Mundo. Como já vimos, com a insistência em novas políticas de comunicação, os países subdesenvolvidos reclamavam uma redefinição das políticas mediáticas, uma planificação dos seus sistemas de comunicação nacionais e um consenso à volta de uma nova ordem global para a informação internacional. No fundo, como observa Gómez (2007), queriam a adopção de medidas de controlo e de intervenção política no terreno informativo, com subvenção estatal a certos meios de comunicação social, mais regulamentação no uso das frequências radioeléctricas, estabelecimento de padrões técnicos, entre outros.



O objectivo da Política de Comunicação é estudar o conjunto de acções e decisões levadas a cabo por forças políticas com responsabilidades públicas, na tentativa de criar condições eficazes para a prática de comunicação social e o exercício da cidadania na esfera mediática. Por um lado, o governo é uma das principais entidades a definir as políticas de comunicação; por outro lado, existem outras forças sociais com papéis importantes nesta matéria que, directa ou indirectamente, influenciam o processo de produção de políticas públicas. Não funcionando o sistema de *network* (v. Rhodes, 1997) em todos os países, em grande parte das democracias modernas as decisões acabam por ser o resultado de alguns debates no seio das sociedades, envolvendo partidos políticos (no governo ou na oposição), sociedade civil, peritos e outras comissões especializadas, com análises técnicas sobre as matérias.

A governação dos países democráticos é hoje uma tarefa que não depende exclusivamente das opções dos governantes, mas o contexto social e as forças vivas da sociedade acabam também por influenciar as tomadas de decisões. Como observa Fernández (1998), a economia assumiu o comando da sociedade global. O maior ou menor peso do governo na definição das políticas públicas depende do maior ou menor dinamismo da sociedade civil e das forças vivas da sociedade já que, como observa Gómez (2007), há, hoje em dia, um conjunto de forças políticas que compartilham, directa ou indirectamente, a tarefa de governar. Assim, determinadas decisões não são actos unilaterais dos governos, mas resultam de um consenso entre os vários intervenientes. Rhodes (1997) afirma que o sistema de governação em rede permitiu mudar a natureza do controlo e da legitimação das acções, já que as decisões deixaram de depender apenas dos governantes para merecerem um consenso entre os governantes e a rede de agentes sociais e políticos que influenciam a prática do poder: a isso o autor chamou de sistema de governação em ambiente *network*. “Para além disso, é-lhe reconhecido um carácter organizativo, estruturante, sistemático, em certos casos fortuito, e nessa medida o papel das políticas de comunicação será um papel estratégico, concebido, por último, em forma de serviço público” (Gómez, 2007: 25).

O estudo das políticas de comunicação deve, segundo Gómez (2007), levar em consideração três esferas: comunicativa, cultural e política. Isso mostra, antes de tudo, que a Política de Comunicação acaba por ser uma aglutinação de diferentes campos de conhecimento, que têm ferramentas próprias de investigação e produção do saber. A transdisciplinaridade é, neste caso, uma marca essencial dos estudos da Política de Comunicação que, para uma exploração mais ampla do conhecimento empírico, conta com o suporte de vários campos científicos estabelecidos ao longo dos tempos. Assim, consegue-se estabelecer um espaço de debate onde o poder das grandes agências internacionais é criticado pelos países emergentes que sonham com uma nova ordem mediática internacional.

### 3

## CRÍTICAS AO CAPITALISMO DA INFORMAÇÃO INTERNACIONAL

Do domínio das grandes agências internacionais à emergência das propostas para uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação

No âmbito das reuniões intergovernamentais, os países subdesenvolvidos manifestaram a sua inquietação sobre a forma como o mercado cultural estava organizado. As críticas ao sistema de comunicação dominado pelas grandes firmas dos países desenvolvidos apontavam para uma excessiva dependência dos países pobres em relação aos primeiros. Estes eram acusados de ter uma postura imperialista em relação àqueles. Daí a temática do imperialismo cultural ter sido colocado no centro do debate, acabando por resultar na Teoria da Dependência, que vamos abordar em linhas posteriores.

A ausência de uma intervenção sistemática sobre o sector da comunicação faz com que, muitas vezes, em vez de parte da solução para o desenvolvimento de um país, ele torna-se parte do problema. A exclusão dos meios de comunicação social do processo de desenvolvimento dos países pobres acaba por ter reflexos significativos na formação cívica, cultural e de mentalidade crítica nos cidadãos, o que, por sua vez, terá reflexos no funcionamento da democracia e no próprio sistema económico desses países. Por isso, o exercício do poder político deve contemplar a comunicação social como uma das áreas de intervenção fundamentais para consolidar o desenvolvimento. A abertura de mentalidade é o principal caminho para os povos que procuram trilhar a via do desenvolvimento. A ampliação das possibilidades de comunicação é, antes de tudo, a democratização da participação dos cidadãos na esfera pública. Com uma opinião pública esclarecida, as opções políticas tendem a ser amplamente discutidas antes de serem adoptadas como medidas de intervenção social. Daí que a proposta dos países subdesenvolvidos passava por estabelecer medidas de controlo e intervenção política no domínio da informação: subvenções a certas naturezas de órgãos de comunicação social, regulamentação do uso das frequências, estabelecimento de padrões técnicos, entre outras (Gómez, 2007).

Com o processo da descolonização e a subsequente entrada maciça de novos estados no sistema da Nações Unidas nos finais da década de 50 e início dos anos 60 do século passado, modificou-se substancialmente a correlação de forças, principalmente nas temáticas mais conflituosas. A primeira conferência da Comissão das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), de 1964, permitiu a criação do “grupo de 77” que procurava desenhar estratégias de desenvolvimento e envolvimento económico, no plano internacional, dos países que tinham acabado de deixar o regime

colonial. Porém, a nível da política internacional, a estratégia de intervenção era desenhada pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, criado, em 1955, na Conferência de Bandung.

A conferência de Bandung significou o aparecimento da Ásia e a emergência da África na cena internacional. Também constituiu o ponto de partida para a criação do Movimento Não-Alinhado, cuja sedimentação ideológica teve lugar no curso dos anos 60 do século passado. “Os precedentes de Bandung ajudaram a alimentar o espírito que moveu os fundadores do Movimento e concretamente Nehru, que, quatro meses antes da independência da Índia, convoca, em Nova Deli, uma conferência das Nações Asiáticas (250 delegados de 25 países asiáticos) que propõe, em síntese, a independência e a cooperação” (Gifreu, 1986: 64). Neste seguimento, surge a conferência de Colombo, em 1954, que reuniu as nações intervenientes na guerra da Indochina e que, num consenso, aprovaram a Conferência de Bandung, convidando 29 estados, dos quais 5 eram africanos (Egipto, Etiópia, Libéria, Gana e Sudão). O objectivo central da conferência de Bandung foi debater três temáticas com bastante actualidade para a época: o colonialismo, o não-alinhamento e o desenvolvimento.

Durante a década de 70, os passos dos Não-Alinhados tiveram dimensões gigantescas na comunidade internacional quando decidiram propor uma nova ordem para a informação internacional. Os defensores do novo paradigma de comunicação entendiam que as agências noticiosas constituíam parte do problema, uma vez que a forma como faziam a selecção dos acontecimentos promovia o predomínio da visão dos países ricos sobre a dos países pobres, ocultando os acontecimentos que tinham lugar nesses países menos desenvolvidos. Na verdade, isso acontecia e continua a acontecer, na medida em que as grandes agências internacionais estão constituídas em empresas que batalham pelo lucro. Tendo em conta que os seus clientes com maior capacidade financeira estão situados nos países desenvolvidos, são os acontecimentos e as visões desses países os que se reproduzem constantemente na informação internacional. Porém, esta não é produzida apenas para os países desenvolvidos. As empresas proprietárias das grandes agências noticiosas internacionais operam numa economia de escala. Por isso, padronizam os produtos, como se fossem uma linha de montagem, para servirem, não só aos países ricos, como aos países pobres que aderem, quase passivamente, a este esquema, moldando a sua visão, aderindo às propostas dos países ocidentais e ofuscando as suas idiossincrasias social, cultural e política. Daí o Terceiro Mundo ter sonhado com uma reestruturação dos padrões internacionais de comunicação, a fim de instaurar igualdades entre as nações desenvolvidas e as consideradas em vias de desenvolvimento. “Baseados em princípios democráticos, esses países procuravam conseguir uma troca mais equânime na informação, preservação e

autodeterminação na comunicação e na cultura” (Puntel, 1994: 15), pelo que sonharam com a possibilidade de uma mudança na ordem estabelecida pelo regime capitalista.

Se, num primeiro momento, os países subdesenvolvidos apresentaram a questão da assimetria mais ou menos da mesma forma, com os países desenvolvidos a dominarem o fluxo informativo e eles constantemente na dependência daqueles, posteriormente foi necessário recentrar o debate, porque se percebeu que, afinal, não havia uma única receita para todos os casos. Esta nova ronda de discussão que teve lugar ainda na década de 70, traduzida em inúmeros encontros, colóquios e simpósios que reuniram, de igual forma, representantes de vários países interessados na matéria, acabou por concluir que a implementação de medidas de políticas para o sector da comunicação deveria obedecer à realidade socioeconómica de cada país. As especificidades dos países, quer no sistema económico, regime político, organização social ou estrutura de comunicação social, deveriam ser, então, elementos importantes na análise e definição das políticas de comunicação, como forma de encontrar diferentes soluções para situações diferentes. Esta nova visão de política de comunicação tinha, no entender de Bustamante (2003), o mérito de salvaguardar a ‘identidade cultural’ dos diferentes países, o que seria um bom prenúncio para o seu sucesso. “Outra das questões reafirmadas, da mesma forma, seria a posição dos estados no traçado das políticas nacionais de comunicação. Alguns governos ditatoriais e outros não exactamente democráticos do Terceiro Mundo teriam concebido e formalizado políticas de comunicação hierarquizadas e burocratizadas relutantes à intervenção activa dos sectores tradicionalmente marginalizados” (Gómez, 2007: 35).

Dos debates e da segmentação das políticas de intervenção no plano comunicativo, surgiram as propostas para o lançamento de uma terceira via que “não constituiu uma sorte no terreno da reivindicação de políticas de comunicação para o mundo subdesenvolvido. Pelo contrário, esta linha pretendia transcender a citada bipolaridade, revalorizando as experiências alternativas de comunicação surgidas nesses países, em resposta ao clima democratizador que constituía a génese da dita democratização” (Gómez, 2007: 35). Assim, redireccionaram-se as preocupações, conferindo aos actores sociais a responsabilidade de promoverem iniciativas de implementação de soluções políticas que constituíssem uma base de partida para o desenho de uma concepção para o sector mediático. Na verdade, a grande dificuldade estaria na conciliação das políticas de comunicação surgidas de uma interpretação e intervenção da sociedade com as decisões das instituições políticas e redes de poderes (Rhodes, 1997). A deficiente harmonização dessas duas fontes de poder – como perspectiva Gómez (2007) – acabaria por instalar um conflito, já que as intervenções políticas poderiam dissuadir o

carácter inovador, transformador e dinâmico das organizações sociais, conferindo à Política de Comunicação uma natureza clerical, ineficaz e tecnocrática, contrariando assim o ideal da democracia. Na altura em que os países pobres clamavam por uma nova ordem da informação internacional, grande parte dos países considerados desenvolvidos, da Europa principalmente, vivia uma situação de paradoxo, já que, se, por um lado, contava com grandes agências informativas com capacidade de impor um ângulo de leitura da realidade global, por outro lado, vivia na dependência dos Estados Unidos, sobretudo no terreno cultural e do entretenimento: cinema, música, televisão global e expansão da publicidade. Trata-se também de uma outra forma de dependência cultural, pois o que estava em causa eram produtos da indústria cultural. Como Wolton (1993) observou, a televisão europeia nasceu marcadamente pública justamente para se opor ao modelo privado dos Estados Unidos e evitar que as suas antenas fossem preenchidas pelos ‘enlatados’ produzidos naquele país, que chegam à Europa a um preço competitivo.

Embora a Europa tivesse criado barreiras à liberalização do sector, entre as décadas de 80 e 90 do séc. XX, regista-se uma “reviravolta e a televisão privada impõe-se por quase todo o lado, menos devido às próprias virtudes do que às repetidas insuficiências da televisão pública, a qual, aliás, começa a imitá-la muito para além daquilo que teria sido necessário: a mesma obsessão pela audiência, a mesma redução da diversidade de programação, a mesma diminuição dos documentários científicos, culturais e sociais, o mesmo aumento da dimensão de ‘espectáculo’ da política” (Wolton, 1994: 29). Com isso, os sectores mais conservadores da Europa vaticinaram a desvitalização do modelo de televisão europeia, com a consequente invasão de ‘lixos’ norte-americanos para os ecrãs de milhares de milhões de lares. Porém, não é só no sistema audiovisual que a Europa registava situações de dependência em relação aos Estados Unidos. Também, no plano digital, a implementação das novas tecnologias de comunicação estaria em desequilíbrio, denotando uma situação de dependência económica (Gómez, 2007).

Erbolato (1991) recorda que, no âmbito do debate sobre a NOMIC, a Unesco chegou a propor duas soluções: por um lado, sugeriu a possibilidade de se criar uma agência noticiosa de dimensão global, que estaria subordinada a um dos órgãos da ONU, que integraria directores e jornalistas de todas as nações que compõem aquela instituição; por outro lado, apresentou a possibilidade de se instituir uma agência cooperativa mundial, cujos órgãos de comunicação dos diferentes países integrantes seriam os seus proprietários. Do debate sobre a NOMIC, nasceu a ideia de criar o *Pool* das Agências de Notícias Não-Alinhadas (PANNA). Tratava-se de uma estratégia de cooperação entre as agências noticiosas dos países não-alinhados, que procurava dar dimensão aos acontecimentos que tinham lugar nesses países

e, com isso, impor um quadro de leitura da actualidade. Patrocinada e promovida inicialmente pela agência jugoslava Tanjung, o sistema de cooperação entre as agências noticiosas não-alinhadas (PANNA) vigorou entre 1975 e meados da década de 90, reunindo um conjunto de órgãos de informação públicos, sobretudo da África e da Ásia, os continentes que se sentiam mais prejudicados com o oligopólio das agências dos países desenvolvidos.

O PANNA, que foi fundado em 1974, iniciou as suas actividades no ano seguinte, operando uma estratégia de cooperação Sul-Sul, através da promoção da colaboração institucional entre as agências dos países menos desenvolvidos. A ideia mereceu elogios dos vários governos dos países não-alinhados que, em 1980, viram as suas preocupações inscritas no Relatório MacBride, aprovado pela Unesco na sua 20ª Conferência, em Belgrado. Associado ao PANNA, surgiu um conjunto de agências nacionais de vários países, como a Maghreb-Press (sedeada em Marrocos), a TAP (localizada na Tunísia), a INA (situada no Iraque) e a IRNA (no Irão). Assim, para promover uma nova cartilha de leitura da realidade internacional, os promotores do PANNA entenderam que, não só deviam desenvolver a cooperação entre as agências já existentes, como promover o surgimento de novas agências noticiosas onde elas não existiam.

Apesar de ter sido diagnosticada a necessidade de desenhar um novo mapa de leitura da realidade internacional, a apresentação do Relatório MacBride, resultado do trabalho elaborado pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (conhecida como Comissão MacBride), encarregada pela Unesco de propor soluções que melhorassem o fluxo de informação entre o Norte e o Sul, marcou o início da curva descendente do PANNA. O relatório final, intitulado *Many Voices, One World* (MacBride, 1980), apresentou 82 recomendações, das quais tornaram-se mais célebres aquelas que apontavam para a necessidade de reequilibrar o fluxo da informação internacional. “A parte mais inovadora do relatório MacBride retoma a premissa fundamental da NOMIC, ou seja, a pretensão de democratizar a comunicação. O relatório MacBride reconhece a necessidade de ultrapassar as barreiras que impedem uma comunicação democrática, baseando o seu pedido no ‘direito de comunicar’. Com essa finalidade, o relatório recomenda que se estabeleçam novas políticas de comunicação nacional e apresenta também uma outra concepção de comunicação alternativa e horizontal que prevê o efectivo acesso e a participação de todas as pessoas que possam ser agentes activos e não apenas sujeitos passivos da comunicação” (Puntel, 1994: 15-16).

O Relatório MacBride foi um importante elemento no reforço da reivindicação dos países não-alinhados e menos desenvolvidos, porque, diagnosticando o desequilíbrio do fluxo da informação internacional, propunha a criação de canais de informação alternativos para os países pobres, que permitissem que a

informação circulasse, não só do Norte para o Sul, como “do hemisfério Sul para o hemisfério Norte e também do hemisfério Sul para o hemisfério Sul. Essa nova ordem previa políticas nacionais de informação e comunicação administradas internamente pelos respectivos países sem a ingerência dos Estados Unidos” (Bulik, 2003: 97). Assim, a Unesco tentou promover o surgimento de ‘vasos comunicantes’ nacionais em vários países, mas com a saída dos Estados Unidos e do Reino Unido, motores do capitalismo e defensores do mercado de livre circulação de bens, a ideia de promover uma NOMIC começou a perder fôlego, visto que a agência cultural das Nações Unidas perdeu uma parte importante do seu financiamento. De certa forma, pode dizer-se que os projectos em curso foram boicotados pelos EUA e pelo Reino Unido. Vários outros factores contribuíram para o fracasso do PANNA. Por um lado, os órgãos de comunicação de massa dos países não-alinhados, em vez de se solidarizarem com a iniciativa, continuaram a comprar conteúdos nas grandes agências internacionais, defraudando as expectativas dos promotores da NOMIC; por outro lado, o início da guerra Irão-Iraque na mesma altura em que morreu o Marechal Tito, um dos principais líderes do projecto, levou a uma batalha entre a INA e a IRNA que, em missão de difusão da propaganda política, desviaram o foco da sua cobertura noticiosa, desvirtuando as suas vocações iniciais; ainda, como realça Bulik (2003), a desunião no seio dos países não-alinhados, as divergências nos seus sistemas políticos e as recessões económicas que assolaram muitos deles contribuíram, em grande medida, para o esvaziamento da NOMIC. Bulik (2003) realça ainda outros factores que estão na base do declínio da NOMIC: falta de verbas, não concretização dos conceitos e das recomendações saídas das reflexões em torno da nova ordem e politização excessiva dos debates. Embora funcionando de forma deficiente, o PANNA vigorou até 2005 quando, na conferência dos ministros de informação do Movimento Não-Alinhado, se decidiu pela sua reformulação, dando assim o surgimento da Rede de Notícias Não-Alinhadas (RNNA).

Com a concentração das empresas mediáticas em grandes firmas de comunicação, acentuou-se o problema relacionado com o desequilíbrio do fluxo da informação entre o centro e a periferia. O esquema da circulação da informação acentua, cada vez mais, a sua unidireccionalidade, do Norte para o Sul. A agenda internacional é preenchida assim com as preocupações dos países do centro, e os periféricos ficam, cada vez mais, na periferia do circuito informativo. Desta forma, o sistema de comunicação instalado funciona como um processo de domínio e de assimilação da periferia pelo centro. O domínio da informação internacional pelos países do centro cria a noção de que existe uma preocupação universal para a qual todos têm de procurar respostas, quando, na verdade, essas respostas acabam por resolver os problemas dos países que dominam o circuito informativo numa escala transnacional. Fernández (1998) defende que, no sistema das relações internacionais, os países do centro impuseram um tipo de desenvolvimento aos países e regiões periféricas que respondem às exigências do modelo de desenvolvimento implementado nos países centristas. Desde a forma como se procede à urbanização das cidades, à indústria manufactureira e reestruturação dos aparatos do poder, até à introdução das novas tecnologias, cria-se uma série de necessidades nos países dependentes, que levam à transferência de tecnologia do centro para a periferia. Por isso, o autor defende que o processo de modernização ganhou dimensões diferentes no centro e na periferia. “Enquanto a modernização supõe evidentes avanços nas nações centrais, acaba por atar as nações periféricas ao subdesenvolvimento” (Fernández, 1998: 21). Assim, para o autor, a modernização nos países dependentes pressupõe: alocação de um papel missionário das grandes potências; autocontrolo político das classes dominadas, supostamente dispostas aos sacrifícios; mistificação das transferências do capital e da tecnologia e viabilidade política do processo de desenvolvimento sem mudanças estruturais e sem participação popular efectiva.

Como constataram os teóricos de Frankfurt na sua análise social, também no plano das Relações Internacionais os *media* acabam por legitimar o sistema de domínio dos países desenvolvidos sobre o Terceiro Mundo. Revisitando mais uma vez os teóricos frankfurtianos, os aparelhos mediáticos, mesmo os sediados e financiados pelos países pobres, acabam por manter a ordem e a dominação.



Interrogando a não materialização das propostas para a instalação de uma nova ordem internacional da informação, Gómez (2007) destaca o papel dos meios de comunicação de massa no processo da industrialização, dando à Europa Ocidental e aos EUA uma importante vantagem político-económica na esfera das relações internacionais. O imperialismo europeu da segunda metade do século XIX ampliou a capacidade de influência dos *mass media* europeus em vários pontos do globo, particularmente em África, Ásia e América do Sul. Trata-se de “um imperialismo – e uma maquinaria comunicativa – sustentado, provavelmente, pela necessidade que as sociedades industriais têm de obter matérias-primas a baixo preço em mercados incipientes onde podem fomentar o consumo de níveis crescentes da produção e espaços de inversão do capital acumulado” (Gómez, 2007: 40). No caso dos EUA, realçamos o facto de, a partir dos finais da primeira metade do século passado, começar a registar-se um desenvolvimento sem precedentes no ramo da electrónica, que se estendeu automaticamente ao campo da economia, com o surgimento de investimentos cruzados entre a comunicação e outros ramos de actividade. “A diferença de recursos entre os países, a distorção e a descontextualização da informação produzida e a imposição de sistemas de valores – configuradores de certas realidades culturais –, funcionais a qualquer das três lógicas citadas – económica, política, militar – sob a égide da democracia, determinarão, mais à frente, a produção, a distribuição e o acesso ao campo comunicativo” (Gómez, 2007: 40). Estima-se que, entre os princípios da segunda metade da década de 40 e os finais dos anos 80 do século passado, mais de 80% das notícias divulgadas pelos órgãos de comunicação social do mundo inteiro tiveram proveniência de cinco agências noticiosas: Associated Press, United Press Internacional (ambos dos EUA), Reuters (Reino Unido), Agence France Press (França) e TASS (União Soviética). Essas cinco agências de informação polarizavam a visão que o mundo tinha sobre a realidade em quatro focos, porque tentavam, de alguma forma, defender a visão de cada um desses países sobre a realidade internacional. A Alemanha também entrou, desde cedo, nessa batalha informativa, projectando, em 1849, a agência Wolff.

Olhando para o actual sistema internacional, Fernández (1998) nota que estamos numa fase do desenvolvimento do capitalismo monopolista com raiz fundada no colonialismo, já que, desde os regimes coloniais, houve uma reprodução periférica dos sistemas do centro, consignando uma relação de dependência. Para o supracitado, o poder económico dos países do centro apresenta-se como uma dominação social na qual se impõe o modo de produção capitalista. “O processo de desenvolvimento da periferia conduziu-a a um processo de subdesenvolvimento auto-sustentado, dada a sua vinculação específica ao sistema de comércio internacional. A modernização capitalista determinou a natureza mais complexa e profunda das relações de dependência e consolidou estruturas internas de dominação

social que tornam impossível resolver politicamente os problemas de desenvolvimento nacional” (Fernández, 1998: 20)

Ao longo do século XX, surgiram mais agências noticiosas e, principalmente nos países desenvolvidos, começaram a surgir órgãos de comunicação social especializados em conteúdos diversos, integrando cadeias de notícias e canais de entretenimento. Com a expansão dos satélites, as plataformas de comunicação montadas para competirem no plano internacional ultrapassaram, em grande medida, as tradicionais agências de notícias dos anos 40 e 50 e começaram a ganhar dimensão multimédia, integrando empresas de jornais, rádios e, inclusive, televisão. Foi assim que surgiram as plataformas multifuncionais de comunicação como ACB-News, CBS-News, Euronews, Visnews ou mesmo a CNN que, estabelecendo-se como órgãos difusores de conteúdos, também serviam de pauta de agenda para os outros órgãos de informação do mundo. Esses órgãos surgiram com uma dupla vocação: por um lado, eram meios de comunicação difusores de conteúdos no espaço público, lutando pelas audiências no mercado das ideias, do entretenimento e da informação; por outro lado, tornaram-se em agências noticiosas, no sentido de passarem a agendar a informação para outros órgãos de comunicação social. É neste jogo de duplo papel que muitos órgãos de comunicação social que surgiram nos países desenvolvidos entre as décadas de 70 e 80 do séc. XX impulsionaram a redefinição das empresas nas esferas mediáticas, levando os mercados norte-americano e europeu a conhecerem um processo de fusão e aquisição sem precedentes. O surgimento de grandes grupos mediáticos aumentou ainda mais a preocupação do chamado Terceiro Mundo, que sonhava com um reequilíbrio da ‘balança informativa’ por via do estabelecimento de uma nova ordem da informação internacional. A posição que os Estados Unidos e o Reino Unido adoptaram, depois de a Unesco começar a socializar o debate sobre uma nova ordem internacional no plano da informação, afastava, cada vez mais, a possibilidade de concretizar as reivindicações dos países subdesenvolvidos.

A importância das agências internacionais no debate sobre a dependência da periferia em relação ao centro é indiscutível. Porém, o processo de concentração dos *media* veio agudizar o problema do desnivelamento do fluxo informativo, já que, como salienta Hamelink (1981), embora o debate sobre uma nova ordem internacional, no plano da comunicação, questionasse sobretudo a dependência dos órgãos de comunicação social do planeta em relação a cerca de meia dúzia de agências noticiosas dos países ricos, o problema maior seria a revolução que se conheceu, depois dos anos 70, na indústria cultural, em que, no processo de concentração das empresas mediáticas, a informação é colocada ao mesmo nível da publicidade, da indústria livreira, do segmento das revistas, do entretenimento *sit-comics*, etc. Neste sentido, as tradicionais agências informativas acabam por ter um papel menor na

economia dos *media*, se forem comparadas com as novas plataformas empresariais que começaram a surgir no domínio da comunicação de massa. As vendas realizadas pelas agências eminentemente noticiosas são apenas uma pequena parcela do volume de negócios que se realiza no domínio das indústrias culturais. A diversificação das áreas de acção começou a ser vista, no decorrer do séc. XX, como a forma adequada de multiplicar as fontes de financiamento dos grupos mediáticos. Começou a haver uma migração dos investimentos, tanto da comunicação social para outras áreas de negócio como destas para aquela. Assim, tornou-se comum verificarem-se fusões entre banca, empresas de satélites e *holdings* de comunicação social; da mesma forma, as fusões começaram também a envolver empresas que actuam nas áreas de construção civil, obras públicas, águas e saneamento, sector financeiro, parques temáticos e outros ramos industriais. Só assim se explica o surgimento de grupos como a Fininvest (de Berlusconi), a Vivendi Universal (francesa) ou a Bouygues (francesa). Todos aliam a comunicação e a construção civil ou o saneamento e a exploração de condutas de água. Cada vez são mais frequentes alianças entre empresas, através dos diferentes segmentos dos sectores audiovisuais – telecomunicações, radiotelevisão, processamento de dados e a indústria do cinema –, que ultrapassam as fronteiras de países e continentes: “por exemplo, a Bertelsmann, associada à Time Warner (25,5% da propriedade da companhia Telecom US West), está a formar uma aliança com a AT&T e também com a Atari (jogos). A Disney está em processo de absorção da ABC. A lista é interminável. Estas alianças indicam novas dimensões da concentração dos *media*” (Lange, 1997: 17). Olhando para o funcionamento do mercado internacional, Tremblay (1997) nota que a informação se transformou num factor de produção e num dos produtos mais importantes da vida económica. “As economias dinâmicas do futuro fundir-se-iam essencialmente em empresas de produção e de tratamento da informação. Também é certo que o sector da informação e da comunicação conheceu um desenvolvimento fulgurante e ocupa uma parte crescente do produto interno bruto” (Tremblay, 1997: 9).

Porém, apesar da posição que os grupos de comunicação ocupam na economia dos *media*, não devemos ignorar o papel das agências internacionais no desequilíbrio do fluxo da informação internacional. Desde logo, muitos países do chamado Terceiro Mundo não conseguem, durante um ano, emitir tanta informação para o circuito internacional quanto aquelas que as grandes agências conseguem num só dia. Isto é sinal de que, apesar de todos os debates que se fizeram nos anos 70, o problema da dependência informativa dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos ainda continua. O problema não se resume ao plano da comunicação. A dependência

informativa gera ou espelha outras formas de dependência: gera a dependência cultural, cognitiva e identitária; espelha a dependência técnica, política e econômica.

Há muitos ângulos de leitura sobre o papel das agências noticiosas na geografia dos poderes no plano internacional. À partida, elas apenas fazem um trabalho jornalístico de recolha e tratamento das informações que vão abastecer os órgãos de comunicação social do mundo. Numa perspectiva de mercado, pode dizer-se que privilegiam as informações do 'mundo desenvolvido' porque é ali que estão sedeadas as empresas de comunicação social com maior capacidade financeira. Por isso, funcionando numa lógica de mercado global, o 'mundo subdesenvolvido' seria levado a consumir aquilo que consomem os países desenvolvidos, porque não têm capacidade para promover produtos próprios. Entrando na lógica de mercado, como reconhece Gómez (2007), as notícias deixam de ser serviços, para passarem a ser mercadorias. Estas são produzidas, normalmente, de acordo com as possibilidades de escoamento. Se uma agência noticiosa for instalar-se na Guiné-Bissau ou em Cabo Verde, produzindo notícias locais com o intuito de concorrer com as grandes agências internacionais, provavelmente vai entrar em insolvência. Primeiro, as notícias que ela iria produzir poderiam não ter interesse para muitos órgãos de comunicação social. Não tendo escoamento, não teria como manter os seus postos de trabalho. Mais cedo ou mais tarde entraria em falência. Embora o mercado pareça ser um dos principais impulsionadores deste fluxo desequilibrado da informação internacional, Gómez (2007) lembra que houve leituras que advogavam uma teoria de conspiração, no sentido de que as grandes agências internacionais camuflavam propositadamente a visão do chamado Terceiro Mundo para que, sobre ele, os países desenvolvidos pudessem manter a dominação. Inibindo as fontes de informação alternativas, a dependência informativa estaria, também, na base da dependência política, porque acabaria por dissuadir as vozes contraditórias.

A partir da década de 70, houve grandes mudanças no panorama da comunicação internacional. Elas não vieram responder às preocupações dos países não-alinhados, mas, pelo contrário, acentuaram o desequilíbrio do fluxo da informação internacional. Integrando a *holding* de Rupert Murdoch, a Reuters transformou-se na primeira agência internacional especializada na informação econômica. Depois de passar por um período de alguma dificuldade, com a consequente perda de poder de influência, a UPI foi vendida, em 1992, altura que coincidiu com o desmembramento do bloco soviético e a transformação da TASS. Essa transformação viria a ter consequências negativas na economia da agência soviética que, perdendo uma parte significativa do seu público, perdeu também a capacidade de se posicionar ao mesmo nível dos seus concorrentes, principalmente aqueles que lutavam para definir o quadro de leitura da realidade internacional. Com o desfecho da guerra fria, o

desmoronamento do bloco de leste e o fim da TASS, a Rússia – outrora União Soviética – perdeu grande parte da sua capacidade de influenciar a representação mediática da realidade internacional. Apenas três visões do mundo passaram a prevalecer: a britânica (através da Reuters), a francesa (com a AFP) e a norte-americana (através da AP). Essa tendência agudizou o problema de desequilíbrio do fluxo informativo, já que praticamente se calou uma das mais importantes vozes que, durante meio século, tentou sustentar uma representação simbólica da realidade internacional na comunicação social.

A concentração do capital privado nos *media* ditou o fracasso da NOMIC. Aumentou-se ainda mais a dependência informativa do Terceiro Mundo em relação aos países centristas. Com os movimentos de concentração no sector mediático, a vida das empresas de comunicação, mais do que nunca, passou a oscilar entre a economia e a política. No panorama político, a sua importância reside sobretudo na sua capacidade de veicular valores ideológicos através das mensagens. Por isso, os políticos não ignoram o papel dos *media* na sociedade. No vector económico, nota-se uma convergência entre a economia industrial e a chamada nova economia, baseada sobretudo nas tecnologias de rede que, muitas vezes, funde o material com o imaterial. A digitalização representa – como frisa Bolaño – “um novo paradigma técnico, que reestrutura em larga medida a economia política da comunicação e da cultura, ao permitir um movimento complexo de convergência, que desestabiliza mercados consolidados, contestando posições hegemónicas, não necessariamente no sentido de uma maior democratização dos meios, mas, em geral, no contrário, ao promover uma tendência de aumento da concentração multimédia” (2007: 439). No âmbito da nova economia, suportada essencialmente pela rede global de computadores, regista-se uma mudança no panorama da concorrência. Se nas plataformas convencionais a concorrência se regista entre órgãos que batalham dentro do mesmo sector (uma televisão concorre com outras televisões, uma rádio concorre com outras rádios e um jornal concorre com outros jornais), no espaço cibernético todos passam a operar dentro do mesmo segmento de mercado (*media* digitais), pelo que se regista uma concorrência multisectorial que se torna difusa. No mundo virtual, a televisão concorre com a rádio, com os jornais e com as agências. O mesmo se pode dizer em relação a qualquer outro órgão de comunicação social, já que todos concorrem com todos. Como o acesso aos meios se torna uniforme, estabelece-se uma concorrência multilateral, o que vai dissuadir, de alguma forma, a especificidade de cada meio. O domínio dos satélites e das novas tecnologias torna-se muito importante nesta nova cartografia mediática. Como consequência desse fenómeno, os países do Terceiro Mundo, cada vez mais, perdem a voz na comunidade internacional, já que o reforço da dependência informativa está acompanhado de uma maior dependência política.

No plano das indústrias culturais, os produtos mediáticos são desenvolvidos para responderem às exigências do mercado, complexificando a natureza das produções culturais que, respondendo à lei da oferta e da procura, integra as indústrias culturais numa cadeia de valores muito complexa que cruza a produção, a distribuição, a avaliação da recepção, a persuasão publicitária e o engajamento de sectores económicos, quer a montante quer a jusante da comunicação social. A empresa – para Porter (1985) – traduz-se numa sequência de actividades desenvolvidas no âmbito de uma organização, com o objectivo de facilitar a criação, a produção, o escoamento e a promoção dos produtos. Assim, o autor entende que o conjunto destas actividades pode ser agregado a uma cadeia de valor que facilita o diagnóstico das vantagens competitivas, dissuadindo a elevação mecânica dos preços dos produtos finais. Conseguir o maior lucro com o menor custo torna-se no objectivo principal das empresas, quando as suas actividades são racionalizadas numa cadeia de valor. Esta seria uma entrada conceptual que o autor propunha para melhor compreender o processo de funcionamento das indústrias culturais, quando temos uma sequência de actividades sob o controlo de uma mesma empresa, que envolve a idealização do produto, a sua fabricação, a sua promoção e o seu escoamento nos mercados. Na economia dos serviços, os produtos acabam por perder a sua natureza material de outros tempos, transformando-se em bens intangíveis. Olhando para a batalha entre os órgãos de comunicação social que operam num mesmo segmento de mercado, Campos fala na economia da atenção que, segundo o seu entendimento, “faz parte do eixo central dos mercados de *media* na actualidade. Veja-se, por exemplo, a expansão da oferta da imprensa gratuita, da televisão em sinal aberto, da telefonia internacional e do correio electrónico, através da Internet e mesmo dos portais, buscadores e agregadores de valores que se organizam à volta da economia da atenção no espaço real e virtual” (2007: 12).

Na indústria da atenção, tanto as empresas mediáticas como os consumidores dos produtos culturais despendem recursos escassos no seu relacionamento: as primeiras despendem electricidade, papel, equipamentos, trabalho especializado, e os segundos, tempo e dinheiro. Neste contexto, coloca-se o problema da ‘alocação’, que tem a ver com a definição de critérios sobre que produtos culturais devem ser produzidos e consumidos: “a actividade dos *media* não pode ser separada do sistema económico, visto que as forças propulsoras da economia exercem constrangimentos sobre os decisores que lhes podem criar alguns problemas éticos. A economia dos *media* trata, como dissemos, de bens culturais, tendo as relações entre produção/distribuição/consumo sido estudadas detalhadamente no âmbito dos Cultural Studies” (Silva, 2007: 94).

Centrando a sua análise na relação que se estabelece entre o Centro e a Periferia, o movimento em torno da Teoria da Dependência tentava denunciar o facto do desequilíbrio do fluxo informativo, ancorado no controlo dos meios tecnológicos, poder criar condições para o domínio cultural, económico e político das nações menos desenvolvidas. Tendo em conta que, quase sempre, há uma conexão entre as esferas política e económica, o controlo dar-se-ia, quer nos extremos (nas zonas cuja actuação é eminentemente política ou económica), quer nas zonas de confluência entre o poder político e o económico. Os estudos desenvolvidos por Prebisch (1963 e 1964), durante a década de 50, criaram as bases para a instalação de um campo de conhecimento que procurava renovar os axiomas marxistas, propondo uma leitura crítica da relação entre o centro e a periferia. A instituição desse quadro de leitura da realidade internacional não se deveu unicamente aos trabalhos desenvolvidos pelo referido argentino, mas as pesquisas desenvolvidas ligadas aos sectores vinculados à Comissão Económica para a América Latina (CEAL) jogaram um papel catalisador na promoção do debate em torno da relação centro-periferia. Nos meados da década de 60, reinventou-se, na América Latina, a crítica marxista às formas convencionais do desenvolvimento das nações, não poupando as análises consideradas redutoras desenvolvidas, quer no campo da Ciência Política, quer no âmbito da Sociologia. Surge então um conjunto de autores a defender a ‘nova dependência’ que, tanto quanto a matriz originária da Teoria da Dependência, vai assumir como ferramenta principal o materialismo histórico e a dialéctica marxista. Porém, as teorias da dependência (tanto a concepção originária como a chamada ‘nova dependência’) não assumem integralmente as ferramentas do materialismo histórico-dialéctica. A importância que as duas correntes de pensamento atribuem aos factores internos e externos numa situação própria de dependência acaba por denunciar algumas zonas de afastamento entre essas duas concepções teóricas.

Na década de 70 chega a terceira fase da teoria da dependência, marcada sobretudo por algumas tendências como o ‘confusionismo’ ou o ‘distorcionismo’. A questão do ‘confusionismo’ tem a ver com a posição adoptada por alguns teóricos do mundo desenvolvido perante a Teoria da Dependência, adoptando parte das suas ferramentas, mas não assumindo o seu conteúdo. Também houve autores que adoptaram parte das ferramentas da Teoria da Dependência, mas recusando taxativamente algumas das suas concepções: trata-se dos ‘distorcionistas’.

Em suma, o axioma fundamental da Teoria da Dependência aponta para uma situação de fragilidade económica dos países subdesenvolvidos, cuja economia estaria na dependência da dos países ricos. Para se compreender melhor o axioma desta linha de pesquisa, importa notar a diferença que os teóricos estabelecem entre *dependence* e *dependency*. A primeira concepção aponta para a relação

que um estado em situação de dependência desenvolve com o exterior. Neste sentido, as ferramentas da Teoria da Dependência, analisando as simetrias e as assimetrias que existem entre estados estruturalmente diferentes, acabam por propor um mapa de leitura crítica sobre as relações internacionais ou as esferas globais. No quadro conceptual da *dependence*, a dependência resume-se à situação de subordinação de um estado ou uma região a outros (estados ou regiões) no plano das relações internacionais. Assim, a estrutura económica dos países é vista como um todo, já que, no quadro da *dependence*, entende-se que não se pode somar as dependências sectoriais dos estados umas às outras.

O termo *dependency* transporta-nos para uma outra matriz interpretativa: a forma como o Terceiro Mundo é integrado no capitalismo industrial. A interpretação dos pressupostos teóricos apresentados por Santos (1971), Cardoso (1968), Muñoz (1978) e Furtado (1966) mostra-nos que a organização do mundo na base do sistema capitalista fez com que surgissem países que se posicionaram no centro do capitalismo industrial, enquanto outros ficaram pela periferia. Assim se lançaram as bases para o debate entre o centro e a periferia, já que os países periféricos (Terceiro Mundo) estariam na dependência (*dependency*) dos chamados países ricos. Em oposição à concepção de dependência, entendida unicamente como uma relação que um país tem com outro país (*dependence*), a Teoria da Dependência insiste na ideia de que as peças do xadrez da dependência não são apenas os estados-nação, mas toda a estrutura de classes que se torna presente num estado-nação. Inclui assim as várias naturezas de alianças que podem incorporar as classes locais (de cada país envolvido) e o capitalismo internacional, com toda a sua parafernália de organizações e concepções: bancos, indústrias, conglomerados, firmas financeiras, empresas multinacionais (Caporaso e Zare, 1981).

Enquanto objecto central da Teoria da Dependência, o conceito de desenvolvimento não tem uma dimensão essencialmente economicista, mas incontornavelmente sociológica. Aqui também a dimensão economicista do conceito de desenvolvimento, enquanto resultado do crescimento económico (produto interno bruto, produto nacional bruto, poupanças, desenvolvimento humano e outras unidades de análise) entra em linha de conta, já que é francamente importante para conhecer a estrutura económica dos estados e saber o lugar que ocupa no xadrez da dependência. Ampliar a análise do desenvolvimento a toda a estrutura da sociedade, incluindo o sistema capitalista global e toda a estrutura transnacional onde se podem operar os comportamentos, os benefícios e os custos foi a grande tarefa a que se dedicaram os teóricos da dependência (*dependency*).

No âmbito da Teoria da Dependência, o desenvolvimento não constitui um fim em si. É sempre um argumento (meio) para se interrogarem outras problemáticas sociais (fins). Daí que, mais



do que diagnosticar o grau de desenvolvimento de um país ou de uma região, a preocupação dos teóricos da dependência é compreender e interrogar os efeitos do desenvolvimento na sociedade. Por isso, o estudo do desenvolvimento deve incorporar os aspectos económicos, mas também sociológicos, culturais e políticos. No plano sociológico, mais do que o desenvolvimento em si, procura-se compreender até que ponto o fenómeno do desenvolvimento tem contribuído para aumentar ou diminuir as desigualdades sociais, aumentar ou diminuir o fosso entre as classes e a integração ou marginalização dos cidadãos no uso das novas tecnologias, tanto num plano nacional como na arena internacional.

É analisando e conhecendo profundamente a situação social de cada país que se consegue identificar o espaço que cada um ocupa no xadrez da dependência.

Um dos aspectos que ajudam a caracterizar uma situação de dependência é a questão da fragmentação interna da sociedade em causa, sem a qual a dependência externa coloca o país mais perto do que se define como *dependence* do que a dependência (*dependency*) analisada pelos teóricos que propuseram essa ferramenta de leitura da realidade internacional. Não são apenas os factores internos e externos que dão corpo à Teoria da Dependência, mas esta concepção teórica, segundo os estudiosos da 'nova dependência', deve ser analisada a partir de uma base histórico-estrutural que esteja para além da distinção entre os factores internos e os externos, já que eles tendem a dissuadir a sobreposição de campos. Para Muñoz, o "conceito de dependência supera a dicotomia 'externo-interno', 'mundo desenvolvido-mundo subdesenvolvido', incorporando-os numa só estrutura: o sistema capitalista internacional" (1978: 89). Esta ideia tem as suas virtudes: afastando o conceito da dependência da visão que o reduz ao plano dicotómico interno-externo, surge a possibilidade duma leitura que distingue a dependência da interdependência. Também pode haver algum tipo de relacionamento em que os estados se encontram em posições desiguais que não chegam à relação de dependência abordada pelos dependentistas. Estes entendem que, na origem das regiões ou países em situação de dependência, encontra-se o capitalismo industrial. Por isso, a Teoria da Dependência colocou a questão do desenvolvimento no centro da sua análise teórico-prática.

Analisando a forma como as economias industrializadas estabelecem parâmetros para colocarem o Terceiro Mundo em constante dependência, os teóricos dependentistas criticaram a ordem instalada, porque contribui para a reprodução do subdesenvolvimento nos países pobres. O subdesenvolvimento seria, na análise de Furtado (1966), uma realidade histórica que surge como fruto dos efeitos tecnológicos sobre a globalização económica. Por isso, deve ser encarado como "um fenómeno da história moderna, paralelo ao desenvolvimento como um dos aspectos da difusão da revolução

industrial. Desta forma, o seu estudo não pode ser realizado isoladamente, como uma 'fase' do processo de desenvolvimento, etapa que deve ser necessariamente superada, sempre que actuassem conjuntamente certos factores. Pelo próprio facto de ser paralelo às economias desenvolvidas, ou seja, das economias que provocaram e dirigiram o processo de formação de um sistema económico da base mundial, os actuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias" (Furtado, 1966: 111-112).

A noção de subdesenvolvimento torna-se avaliável quando estamos na presença de uma situação de uma sociedade particular na sua relação com uma outra considerada desenvolvida (Cardoso, 1968).

A dependência remete-nos para uma situação em que uma estrutura social integrada não consegue completar o seu ciclo económico no âmbito do capitalismo internacional, tendo que procurar um complemento no mercado externo. Assim, uma situação de dependência consiste naquela "na qual a economia de determinados países está condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia a que estão submetidas as primeiras. A relação de interdependência entre dois ou mais países e entre estes e o comércio mundial toma forma de dependência quando algumas nações, as dominantes, podem expandir-se e tornar-se auto-suficientes, enquanto outras, as dependentes, não o são por reflexo dessa expansão" (Fernández, 1998: 19-20). Para o autor, ainda que esta definição possa não ser completamente aplicável no mundo actual, as unidades nacionais continuam a não ser autónomas. Isso é sinal de que ainda se encontram na dependência de outras estruturas económicas que garantem aos países dependentes o complemento do seu ciclo económico através de políticas de empréstimos, financiamentos e cooperação económica. O sistema económico actual implica que as economias dos diferentes países tenham uma relação constante, na medida em que estão em interdependência. "As unidades do sistema estão em permanente interacção, relacionando-se de forma assimétrica, tanto que, enquanto um país ou grupo de países se desenvolve, o seu processo de desenvolvimento tem influências positivas ou negativas no desenvolvimento das nações vinculadas a esse país ou grupo de países" (Fernández, 1998: 20).

No plano das relações internacionais, é necessário distinguir as unidades centrais das unidades dependentes. As centrais ocupam uma posição privilegiada no sistema, integrando tanto os tipos de desenvolvimento capitalista inicial como os que, mesmo tendo um desenvolvimento capitalista tardio, se converteram em países dominantes. As unidades dependentes incorporam-se no sistema de intercâmbio mundial como a expansão internacional das nações desenvolvidas. A questão da fragmentação interna, que aponta para uma desagregação económica interna das sociedades em situação de dependência, une grande parte dos teóricos dependentistas. Defende-se, neste sentido,

que os países em dependência apresentam uma economia doméstica desarticulada, não registando uma coesão económica nacional. Esta falta de coesão manifesta-se, por exemplo, na conciliação entre elementos particularmente distantes: a sociedade em questão pode ter uma agricultura tradicional, com características feudais, ao mesmo tempo que conserva centros urbanos com traços do sistema capitalista. Assim, “enquanto o centro se desenvolve, a periferia continua ancorada na dependência. Isto é assim por mais que as políticas neoliberais permitam, a certos países dependentes, mostrar excelentes indicadores macroeconómicos” (Fernández, 1998: 19).

Como a economia dos países dependentes não é coesa, verifica-se uma rede de interesses em contraposição que dificultam o robustecimento económico do país, já que, como observa Furtado (1964), a heterogeneidade tecnológica entre sectores de uma mesma economia é o que caracteriza o seu subdesenvolvimento. A questão do subdesenvolvimento é uma das principais preocupações dos teóricos da dependência, que a vêem como fruto da expansão global do capitalismo industrial. O subdesenvolvimento é visto como algo que sucede em consequência do capitalismo. Não quer dizer que antes do surgimento da Teoria da Dependência não havia países pobres e países ricos. A questão é que os dependentistas aliam o subdesenvolvimento ao capitalismo, no sentido em que este sistema de organização da economia é que levantou o véu às assimetrias centro-periferia. Também é interessante ver que, para os dependentistas, as assimetrias entre o centro e a periferia acabam por ser a representação das assimetrias nacionais entre o campo e a cidade. McQuail (1999) regista, nos estudos contemporâneos da comunicação e dos *mass media*, um regresso à Escola de Frankfurt, através da recuperação da Teoria Crítica da Sociedade, de base marxista, centrada no estudo das estruturas e dinâmicas económicas da indústria cultural, não ignorando a carga simbólica que a mensagem veiculada pelos *media* transporta para a sociedade. A Teoria Crítica da Sociedade caracteriza-se pela valorização do estudo empírico da estrutura e propriedade dos órgãos de comunicação social. A partir daí, os teóricos frankfurtianos procuraram compreender como jogavam os poderes no controlo da actividade mediática, interrogando a economia dos *mass media* e a forma como o poder económico intervém no funcionamento desses meios. Os estudos que permitiram a elaboração da Teoria Crítica acabaram por concluir que, no âmbito do sistema capitalista, a comunicação social transforma-se num instrumento da classe dominante que a usa como recurso para manter a ordem e a dominação.

Desde o arranque da investigação alemã sobre a sociedade – que deu origem à denominada Escola de Frankfurt –, tornou-se notório que a comunicação social, mais do que aparato ideológico da classe política, tinha também uma componente económica que atingia proporções industriais. Daí, desde muito cedo a Escola de Frankfurt ter proposto a indústria cultural como uma nova entrada conceptual que serviria para equacionar a problemática da industrialização da cultura. A consciencialização social dos problemas levantados pelos proponentes da Teoria Crítica só aconteceu nos anos 70 do séc. XX, quando os países não-alinhados propuseram uma NOMIC, em resposta ao desequilíbrio do fluxo da informação internacional.

Da Escola de Frankfurt fica um valioso contributo para o questionamento da ‘cultura do mercado’, desenvolvido essencialmente na troca, em que os principais produtos comercializados são bens intangíveis como ideias, produtos simbólicos, informação ou entretenimento. Baseado nos pressupostos marxistas, os teóricos frankfurtianos ampliaram os seus axiomas ao campo comunicacional, criticando a cultura de massa. Nota-se, nos teóricos frankfurtianos, uma grande preocupação em conceptualizar as suas reflexões, quer teóricas quer práticas, sobre a problemática da industrialização dos bens culturais: informação, entretenimento e toda a vasta gama de bens intangíveis do domínio do lazer.

O conceito de indústrias culturais introduzido no pensamento sobre a comunicação e a cultura constitui um importante contributo da Escola de Frankfurt para o desenvolvimento das Ciências Sociais. Para Zallo (1988), as indústrias culturais consistem num conjunto de ramos, segmentos e actividades auxiliares industriais produtoras e distribuidoras de mercadorias com conteúdos simbólicos, concebidas através de um trabalho criativo, organizadas por um capital que se valoriza e destinadas finalmente aos mercados de consumo, com função de reprodução ideológica e social. Neste quadro conceptual, o autor integra um conjunto de sistemas de produção de bens intangíveis. Por um lado, as produções não periódicas ou sistémicas, como edições de livro, fonografia, cinema e vídeo; por outro lado, as indústrias de produção e difusão contínua, como televisão, rádio, jornais, revistas (meios de comunicação de massa); há ainda os segmentos técnico-culturais da informática e da electrónica,

como os computadores domésticos, o videotexto e o teletexto; e os segmentos culturais da indústria geral, como o desenho gráfico ou a imagem dos produtos.

Entendendo que a Escola de Frankfurt idealizou a cultura tradicional e unilateralizou a compreensão da cultura industrializada, Zallo salienta que, pela necessidade da sua legitimação, as indústrias culturais “estão condenadas a preservar, de certa forma, traços essenciais da produção cultural: a criatividade, a sistemática renovação em torno dos protótipos, as experimentações e, por conseguinte, as incertezas em relação às respostas dos mercados” (1992: 12). O autor defende que uma das componentes que distingue a indústria cultural das restantes indústrias é que, no seu âmbito, o estado é necessariamente um agente que deve intervir, mesmo nos sistemas políticos neoliberais. “O carácter de património colectivo da cultura e a sua importância como âmbito de consenso, dominação e reprodução social obriga o estado a uma certa presença, seja para assumir as esferas culturais ignoradas pelo capital privado, seja para assegurar a construção das novas redes de comunicação, seja para proteger as partes mais débeis da indústria, seja cobrindo os custos da renovação da força do trabalho cultural, mediante gastos públicos, seja para fixar as regras de jogo para essa área de feroz competência” (Zallo, 1992: 17). Regulador, promotor ou interventor, o estado continua a ser, tanto na Europa como em África, um agente decisivo para a produção cultural. No continente africano, a debilidade do sistema económico e a pouca aposta dos privados em determinados segmentos da cultura torna imperativa a presença do estado na indústria cultural. A componente audiovisual das indústrias culturais situa-se na encruzilhada do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e da comunicação. Nota-se que, tanto as tradicionais como as novas formas de difusão da informação e distribuição dos produtos comunicacionais (entre eles, a rede hertziana, os cabos submarinos e o satélite), constituem a base da indústria audiovisual e ajudam a compreender a multiplicação da oferta de canais televisivos e a consequente procura de programas para os alimentar. Isto não é algo inocente, já que o sector do audiovisual constitui uma das principais áreas nas quais as empresas mediáticas vão rentabilizar as apostas em redes e equipamentos telemáticos. As mudanças inevitáveis que, nos últimos anos, afectaram a forma de vida de muitas sociedades levam-nos a pensar no surgimento de um novo tipo de sociedade dominada sociedade da informação (Marín, Galera e Ramón, 1999: 13). Nota-se que há um abandono de diversas formas de convivência das sociedades tradicionais, o que exige uma reflexão profunda sobre as novas tendências que vão ditando diferentes formas de viver e de ver o mundo.

Apresentando uma leitura muito mais próxima do teorema frankfurtiano, Rüdiger (1998) recorda que a expressão indústria cultural não reporta ao sentido corrente da palavra indústria, já que não é a base

tecnológica que define o fenómeno. “O vocábulo em destaque refere-se sobretudo ao manejo das técnicas de distribuição (difusão e venda) e à padronização da estrutura dos bens simbólicos (‘standardização da própria coisa’)”, afirma Rüdiger, para quem “os empreendimentos culturais e os conglomerados multimédia são um momento do processo de acumulação do capital e não a sua totalidade. O capitalismo não é o conjunto das indústrias que abastecem o mercado, trata-se antes de uma relação social, cujo movimento condiciona toda a sociedade. A perspectiva é igualmente válida para a indústria cultural. O conceito designa basicamente o conjunto das relações sociais que os homens entretêm com a cultura no capitalismo avançado” (1998: 18).

O estudo das indústrias culturais procura, segundo Adorno (1987), questionar as tendências do mundo capitalista, estudando as estruturas sociais montadas e o sentido e valor das mercadorias tecnológicas. Esta linha de estudo vai questionar as estruturas de comunicação montadas em diversos países e regiões, uma vez que não podemos distanciar o sistema mediático das estruturas sociais. Portanto, os *media* acabam por se tornar numa das componentes da estrutura social. No âmbito da crítica às indústrias culturais, Adorno lembra que o objectivo fundamental das empresas é a procura do lucro: “a partir do momento em que essas mercadorias asseguram a vida dos seus produtores no mercado, elas já estão contaminadas por essa motivação” (*in* Cohn, 1987: 288). Para Adorno e Horkheimer (1991), na procura de integrar os consumidores num universo de gostos comuns, os grandes operadores na arena das indústrias culturais adoptam dois tipos de comportamentos: a) por um lado, adequam os seus produtos a um ideal de uma necessidade colectiva, de forma a possibilitar um consumo em massa; b) por outro lado, administram o próprio processo de consumo, contando, para isso, com as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias e os aparelhos de sedução da subindústria publicitária. “A economia de mercado não é o espelho dos valores, senão a estrutura de poderes que alteram sistematicamente as regras de funcionamento do próprio mercado” (Zallo, 1992: 55).

Se a Escola de Frankfurt se preocupa com a manutenção da ordem e da dominação da classe privilegiada sobre a classe dominada, devido ao controlo do capital, a Política de Comunicação dedica-se à mesma causa, questionando a relação que se estabelece entre países e regiões do mundo. A desigualdade do fluxo de informação entre os diferentes países tem reflexo na circulação dos jornais e no acesso às novas tecnologias. “Juntos, todos os países em desenvolvimento possuem apenas 4% dos computadores do mundo; 75% dos telefones 700-M do mundo podem ser encontrados nos 9 países mais ricos; os países pobres possuem menos de 10% dos telefones; em 1988 havia mais telefones no Japão do que nas 50 nações da África; milhões de pessoas no mundo jamais tiveram a oportunidade de falar ao telefone; os países ricos, que contam com 30% da população mundial, contam com cerca

de 80% da circulação da imprensa no mundo; os países pobres, com 70% da população mundial, detêm apenas 20% da circulação de jornais” (Bulik, 2003: 96).

Tanto a Escola de Frankfurt como a Política de Comunicação propunham uma multi-polarização dos fluxos de informação. Bebendo no marxismo, a Escola de Frankfurt tinha uma visão muito mais sociológica e, apoiando-se nas Relações Internacionais, a Política de Comunicação baseia-se essencialmente no estudo dos fluxos de informação internacional.

Passada a IIª Grande Guerra, a organização da informação internacional estabelecer-se-ia com base na doutrina de livre fluxo, como forma de responder à crescente industrialização da comunicação social. “Com efeito, a doutrina da livre circulação ou livre fluxo fundamenta as duas grandes linhas de política internacional dos Estados Unidos: a expansão internacional das empresas norte-americanas – e das suas mercadorias – e a defesa do conceito de liberdade de informação ocidental perante a concepção soviética” (Gómez, 2007: 46). A ideia do livre fluxo de informação sustentava-se na defesa de uma ampla liberdade para comercializar as notícias no mercado internacional, passando as empresas de comunicação social comerciais a reger-se pela lógica mercantil. No amplo mercado global, estabeleciam-se as bases de comércio dos produtos noticiosos segundo a lei da oferta e da procura. Com isso, as notícias transformar-se-iam automaticamente em mercadorias, cujo valor é definido pelo preço praticado no mercado. Integrando as notícias numa cadeia de valores, as empresas mediáticas passariam a obedecer às lógicas das linhas de montagem, em que se procura racionalizar os custos da criação, produção e distribuição dos produtos, como forma de racionalizar os investimentos e aumentar o lucro. Tudo isso acabaria por contrariar o livre fluxo de informação concebida pelos teóricos de Frankfurt que passava por abrir a comunicação social a todas as vozes da sociedade, reequilibrando o desvio provocado pelo controlo mediático da classe dominante que contaria com a publicidade como um dos auxiliares das suas estratégias de dominação. Nos argumentos frankfurtianos, encontramos as bases para se estabelecer um sistema de livre fluxo de ideias na sociedade para que os cidadãos possam participar mais e o exercício da actividade política se desenvolva no quadro de uma ampla discussão sobre os problemas que afligem as populações. Com a ideia de livre fluxo de informação que se seguiu à IIª Guerra Mundial, a liberdade que se reivindicava seria mais comercial do que ideológica. No plano da ideologia, o livre fluxo era visto pelos países com menos capacidade de produção e de influenciar o circuito do comércio internacional como uma antítese da liberdade, já que facilitaria o controlo ideológico dos países desenvolvidos sobre o chamado Terceiro Mundo. Este veria agudizada a sua situação de dependência perante aqueles. Portanto, o livre fluxo de informação seria a liberdade para os países ricos ampliarem a aculturação e a dependência do Terceiro Mundo. “Por volta de 1951,

a doutrina do livre fluxo foi adoptada pelo Comité Presidencial para a Política das Comunicações, de modo que, garantindo para os Estados Unidos o controlo do sistema informativo internacional, ao relegar para segundo plano as potências que foram hegemónicas até à Segunda Guerra Mundial, proliferou, definitivamente, a doutrina do mercado livre até os anos 1970” (Gómez, 2007: 48). Para Gifreu (1986), a doutrina do livre fluxo é uma maneira de denominar o substrato teórico que inspirou, acompanhou e justificou a progressiva intervenção norte-americana no mundo do pós-guerra, nos domínios da cultura, da informação e da propaganda. Segundo o autor, a estratégia internacional norte-americana, no âmbito de *free flow*, consistiu, por um lado, em apropriar-se dos suportes materiais da informação e da cultura nos diversos países e regiões do chamado ‘mundo livre’, em estreita cooperação com os privados e, por outro lado, criar no seio da estrutura federal aparatos especializados no tratamento e exportação dos produtos informativos, educativos e culturais.

A origem da doutrina do livre fluxo remonta à ofensiva diplomática e propagandística lançada nos EUA, ainda em período de guerra, rogando por um livre fluxo da informação, das ideias e da cultura no mundo, como forma de garantir a não revitalização dos regimes fascistas. Houve uma tentativa evidente dos Estados Unidos de transportar, para fora das suas fronteiras, o conceito da liberdade de imprensa, protegida na Constituição americana com uma ampla garantia na Primeira Emenda. Como observa Gifreu (1986), a polémica à volta do *free flow* lançada nos Estados Unidos afectou, directa e imediatamente, os países aliados, mais concretamente os antigos detentores dos grandes monopólios da comunicação internacional. Incluem-se, neste caso, os países que detinham o controlo das redes de cabo transnacionais e as grandes agências noticiosas que exploravam a informação internacional em forma de oligopólio. “Do ponto de vista da comunicação internacional, parece que um dos primeiros e principais compromissos encomendados à Unesco pelo sistema mundial das Nações Unidas foi a promoção da livre circulação da informação. Definida a liberdade de informação basicamente como a liberdade de circulação, a Unesco dispôs-se, desde os primeiros anos da sua existência, a estudar os circuitos de comunicação no mundo e a operar no sentido de fornecer ao sistema mundial instrumentos de conhecimento e de acção neste âmbito, em consonância com os interesses gerais do controlo dos centros metropolitanos sobre as periferias emergentes” (Gifreu, 1986: 34-35).

Se os países ricos passaram duas décadas a canalizar informação para todo o mundo sem nenhuma contestação, no início dos anos 70 percebeu-se que, na verdade, o livre fluxo de informação não beneficiava os países menos desenvolvidos, que, no seio das Nações Unidas, lançaram a proposta para uma nova ordem da informação internacional. Os debates internacionais sobre a comunicação atingem a maturidade na década de 70, altura em que uma congregação de factores tornou a política de



comunicação no eixo central das relações internacionais. “Os problemas da informação e da comunicação rompem os estreitos cercos do interesse académico e profissional e passam a constituir a coluna vertebral da sociedade global que se vislumbra para o fim do século. A dimensão política e internacional dos fenómenos comunicativos passa para o primeiro plano. O mundo encolhe-se pela omnipresença das redes de comunicação e, por isso, endurecem-se as novas estratégias de domínio, sobretudo através da penetração das corporações transnacionais” (Gifreu, 1986: 63).

Os debates a favor de uma NOMIC quiseram alcançar objectivos não alcançados com a proposta de *free flow*, mas também não conseguiu resolver o problema do desequilíbrio do fluxo da informação internacional. Fernández (1998) reconhece que o sistema internacional da informação apresenta as mesmas divisões, os mesmos desequilíbrios e as mesmas assimetrias do sistema internacional no seu conjunto. No campo da sociedade de informação, as diferenças nos recursos informáticos e a posição dos países na comunidade internacional transformam-se em elementos-chave. Ocupam o espaço que a economia ocupa nas relações político-económicas entre estados e regiões. O sistema capitalista é o que, actualmente, configura a pauta das relações internacionais. No campo da comunicação, a informação torna-se na principal mercadoria. Por isso, ela está no centro das atenções quando estão em causa as políticas globais para a comunicação. Fernández (1998) apresenta três características da ordem global da informação: a) diferença de recursos entre o centro e a periferia; b) reduzido número de países fontes ou emissores da informação internacional; c) unidireccionalidade dos fluxos de informação. Se podemos dizer que as sociedades modernas transferem informações mais do que alguma vez na história da humanidade, também se nota que as diferenças entre o centro e a periferia são maiores do que nunca. Mais do que as condições materiais, concorre para esta situação o domínio do conhecimento por parte dos países ricos, já que os países subdesenvolvidos estão na dependência técnica daqueles. O sistema mediático dos países desenvolvidos é composto por conglomerados com grande peso na economia global, tornando-se na expressão máxima do capitalismo avançado. Com o domínio do capital, dos meios técnicos e da agenda internacional por parte das empresas mediáticas integradas nesses conglomerados, a informação internacional processa-se de forma unilateral do centro para a periferia, que cada vez mais vê as suas preocupações relegadas para segundo plano no âmbito das relações internacionais. Exemplo disso, basta tentarmos ver o espaço que, a Cabo Verde, é dado nos meios de comunicação social internacional. Exceptuando-se a RTP África, um canal de televisão criado pelo estado português para fomentar o conhecimento no espaço da lusofonia, raramente os assuntos relacionados com o arquipélago constituem notícia nos órgãos de comunicação social de outros países. Mesmo no caso da comunicação social portuguesa, em que, à partida a proximidade

cultural, as relações económicas e históricas poderiam justificar a cobertura noticiosa e o acompanhamento da sociedade, nota-se que Cabo Verde é praticamente excluído dos noticiários dos órgãos mediáticos portugueses. Neste caso, regista-se da parte dos *media* portugueses um profundo desinteresse pelo que se passa nas antigas colónias lusas, do mesmo modo que, nos países mais desenvolvidos, se nota um enorme desprendimento pela situação e pela actualidade dos países menos desenvolvidos. Os órgãos de comunicação social internacionais colocam as informações dos países pobres em pauta, quando se trata de assuntos que assumem proporções dramáticas, quase sempre envolvendo um número considerável de mortes, como nos casos de catástrofes naturais, desastres ambientais, guerras civis ou acidentes de grandes proporções. Neste caso, o negativismo torna-se apetecível e vende nos mercados internacionais enquanto matéria noticiosa. De resto, o dia-a-dia das nações menos desenvolvidas é completamente ignorado pelos órgãos de informação dos países do chamado Primeiro Mundo. Porém, as notícias que se reportam aos países desenvolvidos são constante e quotidianamente difundidas nos países pobres. Registam-se, hoje como noutros tempos, dependências a nível cultural, económico, político e tecnológico. Cabo Verde não está alheio a essa situação de dependência em relação aos países mais desenvolvidos. A emigração tem acentuado a questão da dependência cultural, porque os cidadãos cabo-verdianos passaram a estar em contacto directo com culturas de vários países, transportando, para o território nacional, valores, estilos de vida, hábitos de consumo e capacidades de reivindicação dos seus direitos. Por isso, desde muito cedo tornou-se evidente que o regime de Partido Único, instalado a partir de 1975, não teria vida muito longa. Os cidadãos nacionais começaram a dar sinais da necessidade de ampliação dos seus direitos fundamentais. Tendo em conta a indispensabilidade da protecção dos direitos à liberdade e a necessidade de comunicar os assuntos nacionais aos cidadãos, tentando furar o sistema da informação internacional montado pelos países mais desenvolvidos, as medidas de políticas para o sector cabo-verdiano da comunicação social são de uma importância incomensurável. Desde logo, podem ser a última tábua para a salvaguarda da cultura e da identidade nacional, colocando os órgãos de comunicação social ao serviço do interesse da nação, informando os cidadãos, com verdade, sobre o que se passa no país, já que Cabo Verde não atrai a atenção das grandes agências informativas, que poderiam ser veículos de informação, possibilitando o conhecimento sobre a realidade nacional.

\*\*\*\*\*



# **CAPÍTULO III**

## **CABO VERDE**

ESTADO E SOCIEDADE

Fig. N.º 1

**Mapa de Cabo Verde****Bandeira de Cabo Verde****Localização Geográfica****1.1. História Política de Cabo Verde: Do poder colonial à independência nacional**

A maioria da população africana que participou no povoamento de Cabo Verde era proveniente da Guiné-Bissau e pertencia a etnias Balanta, Papel, Bijagó e Mende. O povoamento começou, em 1462, pela Ilha de Santiago porque, numa análise comparativa com as restantes outras, era a que apresentava melhores condições. Para além de ser a maior, tinha portos que, na altura, eram considerados de boa qualidade e, sobretudo, contava com boas nascentes de água doce (Baleno,

1991). Tendo em conta a sua localização geoestratégica na rota do Atlântico, o arquipélago serviu, durante um longo período, de ponto de intercepção entre a Europa, a África e a América. Entre 1460 e 1560, a Coroa Portuguesa estabeleceu uma nova política administrativa, determinando que a exploração do trato da costa da Guiné dependia dos moradores da Ilha de Santiago, na medida em que se tratava de uma área comercial que lhes era exclusiva (Torrão *et al*, 1995). Por isso, Cabo Verde desempenhou um papel de extrema importância no comércio de escravos. A Igreja de Nossa Senhora do Santo Rosário, fundada em 1495, era o local onde os escravos capturados na costa africana eram baptizados, para depois seguirem para a Europa ou para a América. Pelo facto de ter sido o primeiro local de culto e adoração cristã em toda a África Subsaariana, a igreja da Ribeira Grande foi uma peça fundamental no processo de comércio de escravos. Assim, ao longo de três séculos, Ribeira Grande foi a capital das ilhas. Porém, um conjunto de factores acabou por ditar a sua queda e a capital foi transferida para a Vila da Praia de Santa Maria, em 1769, que passou a cidade a partir de 1858.

A colonização traduziu-se numa flagrante violação dos direitos humanos. Normalmente, em contextos de colonização, os direitos sociais e políticos são negados aos súbditos. Para além de vedada a possibilidade de participarem na gestão da coisa pública, nos processos de tomadas de decisão e na escolha dos seus representantes, os escravos não têm liberdade de pensamento e de opinião.

Se, em 1789, os franceses esgotaram a sua capacidade de tolerar o exercício do poder absoluto, os cabo-verdianos suportaram, até ao início da segunda metade do século XX, o pesado regime colonial. A partir da década de 50, começou uma prolongada luta política e militar que contribuiu para a independência do arquipélago a 5 de Julho de 1975. As acções contestatárias começaram a ganhar uma forma organizada, a partir de 1956, quando Amílcar Cabral criou o PAIGC. Filho de pais cabo-verdianos, Amílcar Cabral nasceu em Bafatá, aspirando unir o arquipélago e Guiné-Bissau. Comandou uma prolongada luta política e armada em prol da independência dos dois povos, o que viria a acontecer depois da sua morte. A batalha contra o colonialismo reivindicava o 'humanismo' em falta para com os cidadãos da Guiné e de Cabo Verde. Para além do controlo administrativo, os combatentes contra o regime colonial queriam que lhes fossem devolvidos os seus direitos pessoais e as suas liberdades de acção. A ideia era fazer com que os indivíduos deixassem de ser instrumentos do regime para se tornarem parte da solução para o desenvolvimento da sociedade. Isso só poderia acontecer, se fossem reconhecidos os direitos de personalidade.

As manifestações contra o regime colonial não se cingiram à luta armada. Ao longo do século passado, a escrita e outras formas de manifestação cultural intensificaram a exteriorização do espírito nacionalista. Se, em 1936, já havia surgido o movimento neo-realista cabo-verdiano 'Clairidade', que

questionava a antítese opressor/oprimido, em 1960 surge um movimento de poesia revolucionária que edifica uma oposição clara ao colonialismo. Ovídio Martins, Corsino Fortes, Onésimo Silveira, Abílio Duarte, são alguns daqueles que decidiram usar a palavra poética para aprumar a consciência popular e o debate público sobre as condições coloniais e a necessidade de mudança.

A independência contrariou os cerca dos 500 anos de governação colonial e entregou o arquipélago aos cabo-verdianos, constituindo um factor de identidade e revitalização da condição do povo cabo-verdiano (Assembleia Nacional, 1992 e Proença, 1998). Seis anos após a independência, o golpe de estado contra Luís Cabral levou à separação política dos dois países e instalou-se, em Cabo Verde, um regime de Partido Único, que só desapareceu dez anos depois.

## **1.2. Da Análise Sociológica à Dimensão Económica**

Nos primeiros 15 anos da autonomia, o país conheceu um fraco desenvolvimento económico-social. Por um lado, tinha que se recompor dos cerca de 500 anos de colonização, período do qual ficou uma herança económica extremamente deficitária; por outro lado, o PAIGC/CV manteve, até ao início de 1991, um regime fechado que dificultou o crescimento do país, na medida em que dificilmente se podiam capitalizar iniciativas fora dos quadrantes do regime, protagonizando um sistema de governação *top down*, seguindo a terminologia de Rhodes (1997). A partir da abertura política, o crescimento do país tornou-se mais visível. O estágio político-social era diferente, já que o país estava a reencontrar-se consigo próprio, contornando os anos mais difíceis da sua autonomia. No vector económico, destaca-se a estabilização macroeconómica que, à semelhança do que acontece em grande parte dos países em desenvolvimento e desenvolvidos, tem sido um objectivo central da política económica dos governos (Querido, 2005). Se durante o período de Partido Único a atenção do governo estava virada para a necessidade urgente de reconstrução do país, a partir de 1991, em consequência das mudanças registadas no panorama internacional no decorrer da década de 80 e da abertura política e económica do país, a estabilização macroeconómica passou a ser um dos objectivos fundamentais da política económica. Por outro lado, a estabilidade política e a boa governação foram factores que contribuíram para o crescimento e a consolidação da economia cabo-verdiana. Porém, o mercado de trabalho caracteriza-se ainda por uma elevada taxa de desemprego, condicionada – em larga escala – por uma incipiente estrutura produtiva. Resultado de desajustes entre a oferta e a procura de mão-de-obra, o desemprego, em Cabo Verde, é estrutural.

Pobre em recursos naturais e matéria-prima, Cabo Verde não tem capacidade produtiva para satisfazer a sua própria procura, pelo que importa a maior parte dos bens de consumo. A conjugação desse fenómeno com a fraca capacidade para exportar resulta numa balança de pagamentos estruturalmente deficitária e uma forte dependência das transferências externas e da cooperação internacional (Querido, 2005). Cerca de 80% das importações provem da Europa, sendo Portugal o seu principal parceiro. Esta tendência tem permanecido inalterada ao longo dos tempos, a avaliar pelas anotações de Foy (1988). Por seu lado, o sector da educação é muito importante para a caracterização de Cabo Verde, tendo havido uma grande aposta nessa área, contribuindo para que o país esteja classificado pelos observadores internacionais entre os primeiros da África no vector do desenvolvimento humano. A combinação do crescimento económico com o desenvolvimento humano fez com que, em 2004, a ONU tivesse entendido que Cabo Verde deixava de ser um país estruturalmente pobre, propondo a sua ascensão ao grupo de Países de Desenvolvimento Médio (PDM). Porém, a economia cabo-verdiana comporta fragilidades, uma vez que o país é excessivamente dependente das ajudas externas, não se sustentando na sua base produtiva. Este motivo levou a ONU e Cabo Verde a acordarem um processo de transição moderada e, em Janeiro de 2008, o arquipélago transitou para o grupo de PDM, semanas depois de ter entrado oficialmente para a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Embora tendo mostrado boa *performance* em termos de estratégias de crescimento, a economia cabo-verdiana é bastante vulnerável, uma vez que a produção nacional é muito fraca. Para além do investimento externo no sector do turismo, os fundos norte-americanos do *Millennium Challenge Account* têm tido um impulso no desenvolvimento do país, uma vez que, no grupo dos Países de Desenvolvimento Médio, as exigências são maiores. Este instrumento financeiro é uma resposta do governo norte-americano à pobreza no mundo. Em Janeiro de 2004, o governo dos EUA criou o *Millennium Challenge Corporation*, com vista a apoiar os países em vias de desenvolvimento. O objectivo era premiar a boa governação, a liberdade económica e o investimento no desenvolvimento humano. A aposta na democracia e a transparência da governação também foram elementos muito importantes na candidatura ao programa. Num grupo de 75 países, Cabo Verde ficou em primeiro lugar, entre os países africanos, e, em segundo, no contexto global. Isto mostra que a comunidade internacional, neste caso os EUA, reconhece o funcionamento das instituições e aprova as políticas implementadas. Apenas 15 países dos 75 candidatos foram seleccionados e Cabo Verde viu aprovado o seu programa de 117,8 milhões de dólares financiados pelos EUA e 7,7 milhões de dólares financiados pelo governo nacional. Com esse investimento, propôs-se reduzir a pobreza através do crescimento económico.



Em Novembro de 2007, o país concretizou a sua ambição de alcançar um Estatuto Especial junto da União Europeia (UE). Trata-se de um processo que fez emergir duas visões geoestratégicas na opinião pública: uma, de tendência africanista, que defendia que Cabo Verde não devia ir pelo caminho da aproximação à Europa, devendo antes aprofundar os laços de cooperação e de integração na sub-região africana, sobretudo no âmbito da União Africana (UA) e da CEDEAO; outra, de tendência europeísta, mais do que Estatuto Especial, se possível, almejava alcançar a integração plena na UE.

A possibilidade de integração de Cabo Verde na UE entrou fortemente na agenda mediática, sobretudo a partir de 2004, quando Mário Soares e Adriano Moreira, reconhecidos políticos portugueses, encabeçaram um movimento cívico que defendia a proximidade geográfica, cultural e política de Cabo Verde em relação à Europa como factores suficientes para garantir a sua adesão. Os vários debates organizados na Sociedade de Geografia de Lisboa e um pouco por todo o lado, entre Cabo Verde e Portugal, acabaram por institucionalizar, se assim se pode dizer, o movimento cívico que pretendia contribuir para a integração do arquipélago no espaço comunitário. Esse movimento era apoiado por pessoas de reconhecida idoneidade na sociedade portuguesa, entre elas políticos, empresários, docentes universitários, reitores e profissionais altamente qualificados. No entanto, analisando as várias possibilidades, o governo optou pelo Estatuto Especial.

### **1.3. Modelo Político e Sistema de Governação**

Um dos grandes desafios do governo cabo-verdiano, depois da abertura política, tinha a ver com a adaptação do seu sistema constitucional ao ambiente político que o país conheceu depois de 1990. A afirmação de um estado aberto aos ventos da democracia precisava de uma correspondência na Constituição. Uma vez que na década de 80 o regime monolítico apresentava uma índole ditatorial, os ventos da democracia consciencializaram a população acerca de um conjunto de direitos e liberdades fundamentais, essenciais para a garantia da condição humana dos cidadãos. Por isso, a questão das liberdades esteve na génese da discussão sobre a organização do novo ordenamento jurídico.

Uma outra questão que esteve no centro do debate foi o sistema de governo e a questão da distribuição dos poderes, especificamente os do Presidente da República. O PAICV optou pelo semi-presidencialismo, enquanto o MpD elegeu o modelo de Parlamentarismo Mitigado. Porém, inspirado no modelo de separação dos poderes, Elgie (1999) considera que, quando o Presidente da República, eleito pelo povo, divide o poder com o Primeiro-Ministro, estamos perante um regime semi-presidencialista. Por outro lado, Costa (2001) considera que o sistema de Parlamentarismo Mitigado não existe enquanto teorema político, uma vez que não existe uma formulação conceptual de governo

adequado a essa categoria. Acrescenta que o conceito não passa de uma retórica política do MpD que, de alguma forma, serviu como elemento de propaganda, que visava sobretudo diminuir a importância política e institucional da figura do Presidente da República dentro do sistema de governo, realçando a faceta parlamentar do sistema de governação. Cardoso (1993) sustenta, por sua vez, que o sistema de Parlamentarismo Mitigado encontra fundamento no facto de o Parlamento figurar como o centro de todo o mecanismo institucional e, apesar de o Presidente da República ser eleito por via do sufrágio universal, directo e secreto, mais não faz do que moderar o sistema.

Discordamos da tese de semi-presidencialismo apresentada por Costa (2001) por várias ordens de razão: o Presidente da República é quase uma figura decorativa, não tendo intervenções de grande relevância no processo governativo. O poder executivo concentra-se no governo, sendo que a Assembleia Nacional é o órgão legislativo. Almada realça que o maior reparo que “se pode fazer à actual lei fundamental deve dirigir-se às opções que teve quanto ao sistema de governo e ao papel do Presidente da República, que ficou reduzido a uma figura pouco mais que decorativa e protocolar, muito pouco condizente com a eleição directa por voto secreto e universal, que se lhe exige” (2002: 8). Por outro lado, a Constituição define a figura de Presidente da República como o garante da unidade da nação e do estado, da integridade do território e da independência nacional (Artigo 37.º, n.º 1). Nenhuma disposição indica que lhe cabe o governo da nação. “Na verdade, o regime, tal como está plasmado na Constituição e resulta de sistema de governo adaptado, está muito mais próximo de um parlamentarismo. E se se quiser nele descortinar alguns laivos de semi-presidencialismo, então é de se assumir, como ironicamente foi referido ao longo das duas primeiras legislaturas da IIª República, que seria um semi-presidencialismo em que o presidencialismo, a existir, era, de facto, exercido pelo Primeiro-Ministro” (Almada, 2002: 16). Na verdade, os poderes do Presidente da República, embora não sendo insignificantes, são muito reduzidos.

**2.1. As Liberdades Fundamentais e a Organização Constitucional**

A Constituição é o principal instrumento que determina os modos de exercício do poder na maioria dos países e protege as liberdades individuais dos cidadãos, abrigando-as da tirania de alguns governos tendencialmente autoritários. Não se pode compreender o constitucionalismo fora das grandes correntes filosóficas, ideológicas e sociais que surgiram ao longo dos séculos XVIII e XIX. “A Constituição em sentido material não desponta como pura regulamentação jurídica do estado; é a regulamentação do estado conforme os princípios proclamados nos grandes textos revolucionários” (Miranda, 1996: 17). No centro desses movimentos revolucionários, encontra-se a Revolução Francesa que marcou um ponto de viragem do Antigo Regime para os sistemas modernos. No seu Artigo 17.º, a Declaração de 1789 defendia que “qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos, nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição”, recorda Miranda, acrescentando que “o estado só é estado Constitucional, só é estado racionalmente constituído, para os doutrinários e políticos do constitucionalismo liberal, desde que os indivíduos usufruam da liberdade, segurança e propriedade ou desde que o poder esteja distribuído por diversos órgãos” (1996: 17). Desta forma, torna-se evidente que a filosofia liberal do constitucionalismo não se compactua com organizações sociais em que os indivíduos se encontram desprotegidos, estando à mercê daqueles que exercem poderes soberanos.

**2.2. Constituições Nacionais e Transições Políticas na África Lusófona**

A partir da segunda metade dos anos 80 do século passado, surgiram, na África lusófona, sinais nítidos do esvaziamento ideológico e da incapacidade dos regimes instaurados para a resolução dos problemas da sociedade, provocando uma falta de consenso e um desfalcamento da legitimidade política dos governantes. A partir da entrada da década de 90, houve uma abertura política que abrangeu todos os PALOP. No entanto, o processo de transição política não sucedeu da mesma forma nos cinco países da lusofonia africana. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe seguiram um caminho, enquanto Angola e Moçambique optaram por outra estratégia. No caso dos primeiros, a

transição deveu-se à iniciativa própria dos regimes de Partido Único. No caso de Angola e Moçambique, o processo de transição ligado à procura da paz levou à aprovação de novas Constituições. “Em todos os países, viriam a efectuar-se eleições gerais, inclusive com vitória da oposição em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe; a seguir, em Cabo Verde far-se-ia uma nova Constituição” (Miranda, 1997: 239).

Durante mais de duas décadas, Angola foi transformado num palco de guerra, situação que se estendeu até à morte de Jonas Savimbi, antigo líder da UNITA. Apesar de todos os problemas sociais, políticos e militares, Angola aprovou uma nova Constituição em 1992, ano em que Cabo Verde também tinha aprovado a sua Constituição democrática. Dois anos antes, São Tomé e Príncipe e Moçambique já tinham aprovado as suas Constituições. A Guiné-Bissau não seguiu os passos dos outros países, continuando com a sua Constituição antiga, que foi sofrendo sucessivas revisões. Tal como nos primeiros textos constitucionais, as novas Constituições dos PALOP apresentam pontos de concordância: a) reforço dos direitos e liberdades fundamentais, com enumerações largas e relativamente precisas, regras gerais sobre a garantia e a proibição da pena da morte (como já acontecia em Cabo Verde); b) previsão de mecanismos de economia de mercado, bem como do pluralismo de sectores da sociedade e, em geral, a desideologização da Constituição económica; c) inserção de regras básicas da democracia representativa e o reconhecimento do papel dos partidos políticos; d) superação do princípio de unidade do poder e uma distribuição mais clara das competências; e) sistema de governação com três órgãos políticos significativos – presidente, parlamento e governo – com acentuação parlamentarizante em Cabo Verde, presidencialista em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau e semi-presidencial em S. Tomé e Príncipe; f) um primeiro passo no sentido da criação de autarquias locais; g) preocupação com a garantia da constitucionalidade e da legalidade (com a instauração, a prazo, em Moçambique de um Conselho Constitucional e em Angola de um Tribunal Constitucional. No caso de Cabo Verde, esta tarefa está incumbida ao Supremo Tribunal da Justiça). De uma forma geral, é notória uma influência directa da Constituição da República Portuguesa, profundamente marcada pela Constituição francesa, nos textos constitucionais dos PALOP. Em muitas matérias, as formulações jurídicas são aproximadas.

### **2.3. O Novo Texto Fundamental de Cabo Verde: A Constituição de 1992**

A Constituição é a lei fundamental da maioria dos países modernos, na medida em que qualquer estado precisa dela para o enquadramento da sua existência. Para além de servir de base da unicidade de um estado, funciona também como o alicerçe da legitimidade e da legalidade. Reivindicando um

alcance universal, independentemente do seu conteúdo, o entendimento doutrinal sobre a Constituição e a própria consciência cívica formada a partir dos seus princípios têm de ser apreendidos historicamente. Entra aqui um conjunto de questões em avaliação, desde a dimensão temporal, à dimensão social, ideológica, cultural e à própria tradição dos povos. A tradição jurídica de uma sociedade torna-se num vector fundamental que contribui para um processo de educação social sobre os princípios fundamentais do texto constitucional.

Na origem do constitucionalismo moderno, foi definido a esfera dos direitos fundamentais como o pilar sobre o qual se assenta o ordenamento constitucional dos estados (Ulla, 1994). De qualquer forma, a constitucionalização dos direitos fundamentais não seguiu a mesma regra em todos os países, mas o espírito de uma Constituição deve estar em harmonia com os sistemas políticos e sociais em que se vive. Por isso, qualquer Constituição deve ancorar a 'alma' do povo, respondendo ao sistema social, às necessidades humanas, aos movimentos e aspirações da sociedade porque, como defendem Contreiras, Dinis e Henriques (1991), a sociedade está em permanente evolução, pelo que o Direito terá que responder às novas exigências para atingir os seus fins, sob pena de se tornar ineficaz.

A Constituição de 1992 surgiu para harmonizar o ordenamento jurídico do país com os movimentos e as necessidades presentes nos vários subsistemas sociais, desde a política à própria sociedade civil, que comungavam de um espírito de vivência social muito mais avançados do que o espírito da lei que, na altura, estava em vigência. O legislador esteve atento às evoluções que se registaram no campo da sociedade, respondendo à transição política com uma Constituição mais adequada à realidade do país. A promulgação da Constituição de 1992 é, em analogia com o que sustenta Carrillo (1993) em referência ao diploma espanhol, o reconhecimento dos elementos básicos de um regime liberal sobre os direitos fundamentais. A abolição de algumas prescritivas da Constituição Política e a criminalização dos actos atentatórios à liberdade de imprensa constituem sinais evidentes da tradição liberal na qual o texto fundamental se inscreveu. A Constituição de 1992 ajudou, assim, a disciplinar a actividade dos governantes e as suas relações com os governados, determinou que ficasse submetida à lei todas as manifestações da soberania, preservando os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos e, por fim, consignou uma vontade autónoma de recriação da ordem jurídica. Desta forma, as grandes âncoras da Constituição assentam em quatro princípios fundamentais: a) princípio da soberania legal: neste contexto, a lei é entendida como expressão da vontade geral; b) princípio da separação dos poderes: embora haja algumas críticas feitas a alguns órgãos de soberania, como os tribunais, o sistema de exercício do poder em Cabo Verde assenta na independência e no exercício separado de três poderes – legislativo, executivo e judicial; c) princípio da legalidade administrativa: a actuação de

qualquer instância da Administração Pública deve conformar às leis da República, sendo que todos devem ser passíveis de controlo judicial; d) princípio da protecção dos direitos e liberdades fundamentais: uma das características da Constituição de Cabo Verde é a garantia jurídico-formal das liberdades fundamentais, prevendo condições e estruturas sociais para a sua realização material.

#### **2.4. A Constituição e a Mudança de Regime**

Depois da abertura política, as primeiras eleições legislativas tiveram lugar em Janeiro de 1991, seguidas posteriormente das eleições presidenciais. Uma das consequências da mudança política foi a aprovação de um novo texto jurídico fundamental, que substituiu a antiga Constituição Política da República de Cabo Verde. No seu preâmbulo, a Constituição de 1992 admite a proclamação da independência nacional como um dos momentos mais altos da história da nação cabo-verdiana. “Factor de identidade e revitalização da nossa condição de povo, sujeito às mesmas vicissitudes do destino, mas comungando da tenaz esperança de criar nestas ilhas as condições de uma existência digna para todos os seus filhos, a Independência permitiu ainda que Cabo Verde passasse a membro de pleno direito da comunidade internacional” (Assembleia Nacional, 1993: 4). O diploma reconhece ainda que a afirmação de Cabo Verde como um estado independente, no seu primórdio, não coincidiu com a instituição de um sistema de democracia pluralista, tendo as forças anti-coloniais optado pelas filosofias e princípios que caracterizam os sistemas monopartidários. No contexto internacional, o regime de Partido Único começou a dar sinais de desgaste e caducidade, havendo transições para o sistema de democracia pluralista e representativa. “Novas ideias assolaram o mundo fazendo ruir estruturas e concepções que pareciam solidamente implantadas, mudando completamente o curso dos acontecimentos políticos. Em Cabo Verde a abertura política foi anunciada em mil novecentos e noventa, levando à criação das condições institucionais necessárias às primeiras eleições legislativas e presidenciais num quadro de concorrência política” (Assembleia Nacional, 1993: 4).

Os ventos da concorrência política começaram a soprar na Assembleia Nacional, que sentiu a necessidade de aprovar a Lei Constitucional n.º 2/III/90, com a finalidade de revogar o ultrapassado Artigo 4.º da antiga Constituição Política, abrindo caminho para a institucionalização do princípio de pluralismo. A queda do referido artigo marcou o início da transição da democracia revolucionária para a democracia multipartidária. Foi diante deste cenário que se preparou as eleições pluripartidárias de Janeiro e Fevereiro de 1991 (respectivamente, legislativas e presidenciais). “O contexto histórico preciso em que, pela via da revisão parcial da Constituição, se reconheceu os partidos como principais

instrumentos de formação de vontade política para a governação, conduziu a que a democracia pluralista continuasse a conviver com regras e princípios típicos do regime anterior. Não obstante, a realidade social e política em que vivia o país encontrava-se num processo de rápidas e profundas transformações, com assunção por parte das populações e forças políticas emergentes de valores que caracterizam um Estado de Direito Democrático, e que, pelo seu conteúdo, configuravam já um modelo material ainda não espelhado no texto da Constituição” (Assembleia Nacional, 1993: 4-5).

É assente que a evolução que se registou nos sistemas democrático-liberais do Ocidente no período pós-guerra – em que se procurou conciliar o quadro jurídico existente às novas condições económicas e sociais – impulsionou o surgimento do Estado Social de Direito que, embora sendo um verdadeiro estado, evitou consubstanciar as características individualistas e abstencionista do Estado Liberal do Direito. “Esta concepção de estado pressupõe assim um executivo forte e uma política decididamente intervencionista por parte do estado por forma a que se garanta por um lado a manutenção do capitalismo como sistema económico e por outro a consecução do bem-estar geral” (Contreiras, Dinis e Henriques, 1991: 47). O despontar dos regimes socialistas contribuíram para a edificação do modelo do Estado de Direito e o liberalismo conferiu novos enquadramentos às Constituições dos diversos países que decidiram optar pelo mercado livre de transacções económicas, ideológicas e científicas. Neste contexto, surge a Constituição de 1992 a consagrar o Estado de Direito Democrático, protegendo as liberdades fundamentais e as suas garantias, reconhecendo a ‘dignidade da pessoa humana como um valor absoluto e sobrepondo-se ao próprio estado’.

Ao definir a administração pública como uma entidade que se encontra ao serviço dos cidadãos e um regime de valores fundamentais, a Constituição assume-se como um texto moderno, muito próximo da tradição europeia. Estabelece um regime plural, que defende as liberdades humanas e uma maior justiça social, consignando, por outro lado, a liberdade à opinião, o diálogo cultural e ideológico entre as diferentes correntes políticas e a construção de um país que promova, acima de tudo, o caboverdiano como um ser livre. A “lei constitucional vem, assim, formalmente, corporizar as profundas mudanças políticas operadas no país e propiciar as condições institucionais para o exercício do poder e da cidadania, num clima de liberdade, de paz e de justiça, fundamentos de todo o desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde” (Assembleia Nacional, 1993: 5). Nesta formalização dos direitos fundamentais, o legislador não ignorou a liberdade de imprensa que auxilia as liberdades cívicas, já que, estando bem informado, o cidadão terá melhores condições de participar na vida pública. Por isso, a Constituição da República de Cabo Verde é um dos últimos redutos de salvaguarda da liberdade de imprensa, quer na perspectiva individual, quer na perspectiva colectiva.

## **2.5. Análise do Direito à Liberdade de Imprensa: Perspectiva Constitucionalista**

A protecção das liberdades fundamentais é um dos principais objectivos do texto constitucional de 1992, que se aproxima aos ideais franceses que motivaram a Revolução de 1789 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A defesa dos direitos dos cidadãos e a separação dos poderes convergem com o texto francês, já que a tese de separação dos poderes foi defendida por Montesquieu (1996) e Rousseau (1973), que reconhecem a liberdade de escolha e a protecção do quadro jurídico que assegura as liberdades individuais.

Do catálogo de direitos fundamentais, destaca-se o direito à liberdade de imprensa, que está patente em três artigos do texto de 1992: liberdade de expressão e informação (Artigo 45º), liberdade de imprensa (Artigo 46º) e direito de antena, de resposta e de réplica política (Artigo 47º). Estritamente relacionado com a liberdade de imprensa, pode-se verificar que os dois primeiros artigos são mais relevantes. A Constituição não protege apenas a liberdade de imprensa, mas salvaguarda uma dimensão mais vasta da liberdade comunicacional, quando defende que “todos têm a liberdade de exprimir e de divulgar as suas ideias, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, ninguém podendo ser inquietado, pelas suas opiniões políticas, filosóficas, religiosas ou outras” (Artigo 45º, nº 1). Torna-se claro que a liberdade de expressão, como uma dimensão da liberdade humana que transcende a própria liberdade de imprensa, é um dos direitos fundamentais. Com ela, procura-se garantir condições para que todos possam pronunciar-se sobre os assuntos do seu interesse. Mas, a salvaguarda dos direitos de terceiros constituem limites ao exercício da liberdade individual. Essas limitações decorrem de uma prerrogativa segundo a qual “a liberdade de expressão e informação tem como limites o direito de todo o cidadão à honra e ao bom-nome, à imagem, à intimidade da vida pessoal e familiar, bem como a protecção da juventude e da infância” (Artigo 45º, nº 4).

Os instrumentos legais e constitucionais que regulam a actividade da comunicação social asseguram o contraditório, de maneira a que o ‘monopólio da verdade’ – como diria Balle (1987) – não cinja à esfera de uma única entidade. Por isso, a Constituição assegura, aos cidadãos, condições de igualdade e eficácia para exercerem o direito de resposta e rectificação, assim como o direito de indemnização pelos danos sofridos, em virtude do mau exercício da liberdade de informação. Partindo da liberdade de expressão, em geral, para uma dimensão mais particular, o diploma garante a liberdade de imprensa, dando uma atenção particular ao exercício das actividades mediáticas. Assim, formalmente corporiza as preocupações sociais, criando condições para que a actividade jornalística seja exercida sem quaisquer limitações ou discriminações. Desta feita, o texto constitucional protege a imprensa de



qualquer tipo de censura. Para além de condições materiais, o legislador identificou um conjunto de condições sociais e profissionais, como necessárias, para uma boa prática jornalística. Sabendo do compromisso dos jornalistas com a defesa do interesse público e do bem comum, assegura, nos termos da lei, o acesso às fontes e a protecção da independência e do sigilo profissionais. As alterações à Constituição não mudaram o quadro de protecção da liberdade de imprensa.

Avaliando a estrutura do texto, nota-se que a Constituição de Cabo Verde é um edifício moderno. Entretanto, essa modernidade pode não encontrar paralelo na vida prática. Mário Silva, ministro no governo de Calos Veiga (década de 90), lembra que, depois da sua aprovação, “muitos pensaram, ingenuamente, que chegara a hora de deposição das armas, pois, finalmente, o país tinha a sua Constituição democrática. Puro engano: se a luta por uma Constituição democrática em Cabo Verde foi árdua e difícil e, como se viu, levou tempo, a consolidação constitucional e o respeito escrupuloso pelos direitos fundamentais dos cidadãos estão sendo extraordinariamente lentos e com alguns sobressaltos pelo caminho, não sendo arriscado vaticinarmos, que se continuarmos com esta mentalidade de deixar andar, a afirmação do princípio da constitucionalidade levará ainda mais tempo do que o tempo de espera pela Constituição de 1992” (Silva: [www.liberal-caboverde.com](http://www.liberal-caboverde.com))<sup>15</sup>. O ex-governante e deputado nacional lembra ainda que há um conjunto de leis previstas à espera de normatização, dando lugar a uma ‘inconstitucionalidade por omissão’ que mitiga a Constituição. Realça, entretanto, que a situação foi agravada com a revisão de 1999 que, ao contrário da de 1995, mexeu no texto fundamental. No entanto, estas mexidas não tocaram os valores da liberdade de expressão e de imprensa.

O legislador criou mecanismos jurídicos para a consagração do acesso à informação como um direito e uma garantia, assegurados na liberdade fundamental dos cidadãos. Porém, Centeno realça que esses dispositivos são sistematicamente postos em causa através de “violações praticadas consciente ou inconscientemente por actores da cena política, pessoal administrativo e dirigente e profissionais e agentes da comunicação social” (1998: 183). A autora interpreta os direitos de informar e de liberdade de imprensa dispostos na Constituição, considerando-os fundamentais, como reforços extraordinários às leis da República, que procuram criar condições para que a liberdade de imprensa seja um incentivo à solidificação da democracia. Mas, a ineficácia das garantias constitucionais, quando mitigada por qualquer instância, pode frustrar as ambições do legislador constitucional. Neste sentido, torna-se necessário um sistema de regulação forte, que assegura os direitos à informação dos cidadãos, tornando a comunicação social num colaborador activo do sistema democrático.

---

<sup>15</sup> Silva: <http://www.liberal-caboverde.com/noticia.asp?idEdicao=64&id=9470&idSeccao=527&Action=noticia> (14.4.2007).



### **3.1. Comunicação Social e Liberdade de Imprensa: A Regulação Institucionalizada do Sector**

#### **3.1.1. A regulação institucionalizada pelo Estado e as questões da legalidade**

A regulação da comunicação social é indispensável, não podendo a hetero-regulação ser completamente substituída pela auto-regulação, que muitas vezes padece de força coerciva, permitindo que alguns operadores procurem vantagens económicas, ignorando os acordos estabelecidos. Assim, a hetero-regulação pressupõe uma assumpção de responsabilidades por parte do estado, criando um conjunto de condições – legais, institucionais e fiscalizadoras – que permitam estabelecer os alicerces de funcionamento do sector. Para Black (2002), a hetero-regulação funciona segundo uma lógica de ‘controlo’ e ‘comando’, em que a sede da regulação está centrada no poder do estado. Este conserva um conjunto de obrigações e atribuições, tornando-se capaz de intervir no funcionamento dos mercados, o que, em áreas como a economia, contraria os defensores do modelo liberal, que clamam, constantemente, pelo afastamento do estado, deixando a lei do mercado ditar as suas regras.

Para os adeptos do liberalismo, com a saída do estado do controlo do mercado, não se passa a viver numa sociedade desregulada. Os liberais defendem que o próprio mercado cria leis às quais todos têm que se submeter, possibilitando à sociedade uma reorganização com base em outros valores e postulados. Este tipo de entendimento veio desde clássicos como Milton (2007/1644) e Mill (1994), encontrando a sua consagração solene nas teorias de liberalismo económico postuladas por Smith (2006/1776), considerado pai da economia moderna, acérrimo defensor do liberalismo económico e da tese de que o próprio mercado cria a sua esfera de regulação. O autor defende ainda que a regulação funciona de forma tão perfeita que chega a um ponto de equilíbrio – o ‘bem-estar geral da sociedade’ – uma vez que, mesmo não tencionando promover determinados interesses, ao agir estritamente na base do seu egoísmo individual, o mercador é conduzido por uma ‘mão invisível’ que o guia no sentido de promover os interesses dos outros, já que destes dependem também os seus interesses. É nesta procura de acumular o capital, fazendo bem ao outro para que ele possa produzir mais, que a sociedade alcança um ‘bem-estar’ generalizado. De qualquer forma, não é sempre que a ‘mão invisível’ funciona na perfeição, porque existem mecanismos delatórios que empurram o mercado

para determinados padrões de funcionamento, em que essa metáfora se torna disfuncional. Os monopólios são bons exemplos disso.

É tendo em conta as críticas provenientes dos sectores do mercado, que muitos autores vêm “insistindo na necessidade de redefinir o próprio conceito de regulação, passando de uma visão exclusivamente centrada no estado (e de uma inerente lógica de ‘controlo e comando’) para uma visão alternativa de ‘regulação descentrada’, no pressuposto de que há muita actividade de regulação espalhada difusamente pela sociedade, decorrente dos seus múltiplos centros de poder formal ou informal, das interacções sociais, dos padrões culturais, das relações de dominação, das formas de vida em comunidade, etc.” (Fidalgo, 2006: 439). A centralização estatal da regulação tem causado incómodo em várias esferas sociais, sobretudo na Europa, onde os diferentes actores reivindicam um maior afastamento do estado em relação ao funcionamento da sociedade. Esta crítica tende a ver a regulação, não tanto como um processo de estabelecimento da ordem e das bases de funcionamento, criando mecanismos adequados para a fiscalização, mas, antes, como uma tentativa do estado de ter sempre o controlo das diferentes esferas da sociedade. Desta forma, o poder de regular é confinado à capacidade de controlar. No sector da comunicação social, associar a regulação ao controlo e este à censura parece ser uma boa premissa para os defensores do mercado ‘livre de comércio de ideias’. Desde logo, com todo o espectro de censura que a história registou nos regimes do passado – submetendo a comunicação social à lógica dos mandarins – associar a regulação ao controlo e, indirectamente, à censura pode criar um certo ‘pânico emocional’ no seio da sociedade que, com certeza, age para travar as investidas do estado, salvaguardando a liberdade de imprensa.

Tendo em conta o actual panorama da organização das forças na sociedade em Cabo Verde, é possível notar que o estado se assume, sem espaço para manobra, como o principal regulador do sector da comunicação social, vigorando no país uma ‘regulação centrada’ em sede do poder público. A questão da ‘descentralidade da regulação’ não se discute tanto, uma vez que, sendo um país jovem, a regulação estatal está numa fase incipiente, longe de atingir o patamar desejado. Se, não obstante, o estado tem em mãos os instrumentos da regulação, em relação aos actos regulatórios não se pode dizer o mesmo. Há sectores – como a televisão, por exemplo – em que a regulação é apenas uma miragem e leva-nos inclusive a interrogar a validade das leis. O processo de regulação pressupõe a criação de instrumentos legais e institucionais e a implementação de sistemas de fiscalização. A nível dos instrumentos legais e institucionais, à partida, o estado de Cabo Verde tem capacidade semelhante à da maioria dos estados europeus, considerados desenvolvidos. Para além das produções legislativas, há alguns organismos públicos com poder para ordenar o sector mediático. A Direcção-Geral da

Comunicação Social (DGCS), sob a tutela do governo, criou, recentemente, o Gabinete de Fiscalização e de Controlo. A fiscalização da qualidade dos conteúdos da comunicação social é uma matéria da competência do Conselho da Comunicação Social (CCS), que funciona de forma deficiente, inspirando críticas de todos os sectores da sociedade, particularmente dos profissionais do mundo mediático.

Em Cabo Verde, a estrutura de regulação está dividida entre várias autoridades. Para além do Conselho da Comunicação Social e da Direcção-Geral da Comunicação Social, o governo criou, através da Resolução n.º 1/2004, o Instituto das Comunicações e Tecnologias de Informação (ICTI), com poderes para a regulação técnica, supervisão e inspecção do sector das comunicações. A partir de então, a regulação das telecomunicações passou a estar sob a tutela de dois organismos: a parte económica ficou com a Agência de Regulação Económica (ARE), enquanto a regulação técnica passou para o ICTI. Para regular a comunicação electrónica e postal, criou-se a Agência Nacional de Comunicações (ANAC), que substituiu o ICTI e tem capacidade para intervir na regulação e supervisão.

A ANAC é uma autoridade administrativa independente, de base institucional, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e tem, por finalidade principal, a actividade administrativa de regulação técnica e económica, supervisão e representação do sector das comunicações, nomeadamente os sectores das telecomunicações e postais, gestão e controlo do espectro radioeléctrico, gestão do domínio '.cv', certificação das entidades credenciadoras de assinaturas digitais, entre outros. Eugénio Martins, Director-Geral da Comunicação Social, recorda que a ANAC se centraliza na regulação técnica: “é a ANAC que atribui e fiscaliza a parte dos equipamentos e das frequências. Como pode ver então, a fiscalização está muito dispersa. Há várias competências em vários órgãos. Quando assim é, muita coisa fica por fiscalizar, porque não depende de um órgão só. Se as competências e as atribuições estivessem reunidas num único órgão, tornar-se-ia muito mais fácil a fiscalização” (Eugénio Martins, Entrevista: 27.10.2008). Visão diferente tem Júlio Vera-Cruz Martins, director de informação da rádio nacional: “não havendo uma trajectória de regulação dos conteúdos da comunicação social, não será boa medida entregar a responsabilidade de regulação dos conteúdos à Agência Nacional das Comunicações, que tem sob a sua tutela todo o sector das telecomunicações e a regulação de frequências” (Entrevista: 21.11.2008).

A nível da regulamentação, destacamos a Lei da Rádio de 1993. No segundo mandato de Carlos Veiga, foi publicado o Estatuto do Jornalista (revisado em 2010), a Lei da Televisão e a Lei da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias. Em 2004, com o regresso do PAICV ao poder, publicou-se o Regulamento da Carteira Profissional dos Jornalistas. No entanto, até 2009 nenhum jornalista possuía carteira profissional, sendo que, só nos finais de Julho de 2006, tomaram posse os membros da primeira

Comissão. Para presidente, foi indigitada pelo Conselho Superior de Magistratura a juíza Rosa Vicente. Arminda Barros foi nomeada para representar os *media* impressos e *on-line*, Margarida Fontes para a televisão, Carlos Lopes para a rádio e José Vicente Lopes para a AJOC. No entanto, com a transferência, logo a seguir, da magistrada Rosa Vicente para a Comissão Nacional das Eleições (CNE), a Comissão da Carteira Profissional (CCP) ficou desfalcada e inoperante. Só em 2008 foi corrigida a lacuna, mas até ao final de 2009 não se começou a controlar o acesso à profissão.

### **3.1.2. Comissão da carteira e delimitação do campo profissional**

Durante muito tempo, o jornalismo foi encarado, nas ilhas, como profissão para aqueles que não tinham outra ocupação. Se é verdade que, depois da independência, encontramos muitos profissionais que entraram para o jornalismo por gosto ou vontade de dar uma contribuição à sociedade, também não é menos verdade que encontramos pessoas que entraram para o jornalismo sem vocação nem preparação. O problema de regular o acesso à profissão não era exclusivamente cabo-verdiano, já que, como reconhecia Serna (1998) nos finais dos anos 90, em vários países as regras gerais para o acesso à profissão eram marcadas por uma ausência de formalismos legais ou requisitos prévios. Da mesma forma, também não se exigiam títulos académicos nem registos oficiais em organismos ligados à protecção do acesso à profissão.

Na entrada para as 'profissões estabelecidas', como advocacia, medicina ou engenharias, encontram-se corporações profissionais que determinam as condições de acesso, de forma a evitar que indivíduos sem a devida preparação exerçam tais actividades. No entanto, em Cabo Verde, o campo do jornalismo sempre manteve as portas abertas a todos aqueles que pretenderam entrar para essa actividade profissional. Essa abertura possibilitou o acesso a pessoas com qualificação noutras áreas, mas permitiu também que indivíduos sem a devida preparação fizessem carreira. A capitalização de conhecimentos de outras áreas do saber pode ser muito importante para o enriquecimento da classe jornalística, já que em Cabo Verde ainda não se procedeu à especialização dos jornalistas, mas a entrada de pessoas sem a devida preparação para o sector dos *media* pode não beneficiar a profissão. A concepção do jornalismo como profissão 'a céu aberto' permitiu que essa actividade se transformasse, em algumas ocasiões, no palco de 'desterro' de pessoas que não tinham qualquer outro enquadramento ocupacional. Isso permite-nos problematizar o enquadramento laboral do jornalismo, recuperando debates que se fizeram em outras latitudes, tentando saber se o jornalismo se tratava de uma profissão ou de uma ocupação. Ruellan (1997) chama a atenção, com alguma perspicácia e

ironia, para um 'hábito de linguagem' que leva, muitas vezes, o jornalista a auto-denominar-se 'jornalista profissional', mas nunca se ouvem expressões como 'advogado profissional' ou 'médico profissional'. "Insistir em adjectivar o jornalista como 'profissional' pressupõe que pode, de facto ou de direito, haver 'jornalistas não profissionais' – com isso, podendo significar-se desde 'amadores' a 'diletantes', passando por 'aprendizes', 'princípios', 'incompetentes' – o que, só por si, é revelador de uma dificuldade de definição e de delimitação nada comum nas chamadas 'profissões estabelecidas', reconhecidas e interiorizadas pela opinião pública com base no modelo de profissão liberal" (Fidalgo, 2006: 13). Na busca da afirmação do jornalismo como uma actividade profissional autónoma, com as suas especificidades e merecedora de reconhecimento social, os jornalistas autodenominam-se 'profissionais', afirmando-se como os únicos legítimos merecedores da possibilidade de exercer a actividade de informar a comunidade. Isto para traçarem uma linha divisória que delimita o campo do jornalismo, afastando-o de outras actividades ligadas à escrita.

Em Cabo Verde, não se debateu directamente a questão do 'jornalismo profissional' e do 'jornalismo não profissional', mas estabeleceu-se um debate semelhante que opôs o 'jornalista formado' ao 'jornalista não formado'. Com a proliferação do ensino secundário e a massificação da política de bolsas de estudo para a formação superior no estrangeiro depois da abertura à democracia, regressou, ainda nos anos 90, um grupo de profissionais com formação superior na área das Ciências da Comunicação (CC), que começou a entrar em choque com o grupo dos 'não formados' que asseguraram a profissão durante largos anos. A questão é semelhante: no fundo, os formados na área sentiam-se mais 'profissionais' do que aqueles que não tiveram a oportunidade de obter uma formação, e estes, por entenderem que não eram 'amadores', 'diletantes', 'aprendizes' e nem 'princípios', lutaram para conseguir manter o seu emprego. O problema que a não triagem dos profissionais causa ao jornalismo é que, mantendo a ordem estabelecida, permite-se a entrada de pessoas sem formação adequada, que muitas vezes, não fazendo um 'jornalismo-bem-do-público', acabam por fazer um 'jornalismo-bem-do-político'. Amarrando-se aos partidos nos quais encontram sustentáculo para continuarem na profissão ou para manterem certas funções, há profissionais – incluindo jornalistas formados – que estão mais preocupados com serviços de assessorias, de natureza camuflada, do que contribuir para a elevação do nível de conhecimento dos cidadãos.

Com o surgimento dos jornais electrónicos, complicou-se, ainda mais, a tarefa de definir o jornalismo em Cabo Verde. A possibilidade de encontrar um conteúdo satisfatório torna-se mais reduzida, se alinharmos com a posição de Aguinaga (1980), que considera como definição objectiva do exercício profissional do jornalismo a actividade que visa obter, elaborar, interpretar e difundir notícias e opiniões

destinadas ao público, sempre que haja dedicação profissional que exige os conhecimentos e as técnicas proporcionados especificamente pelas faculdades de Ciências da Comunicação. Esta definição excluía, à partida, muitos conteúdos publicados em Cabo Verde da categoria de matérias jornalísticas.

Nota-se que a falta de controlo no acesso à profissão foi prejudicial para a classe jornalística cabo-verdiana, na medida em que, ao longo dos anos, permitiu que os órgãos de comunicação social do estado fossem sobrecarregados com mão-de-obra de que não precisavam, ficando com excesso de pessoal e falta de pessoas com capacidade para desenvolver trabalhos que dignificam a profissão. Neste sentido, a carteira profissional poderia ser um instrumento muito importante na regulação do acesso à profissão. Admitindo a existência de tráfico de influências no acesso à profissão, Hulda Moreira, presidente da AJOC, afirma que, “com a criação da Comissão da Carteira, isso vai começar a ser banido, porque ela vai avaliar quem está em condições de exercer a profissão” (Entrevista: 6.11.2008). A jornalista recorda que a Comissão da Carteira Profissional é uma autoridade autónoma, que tem vínculos com a associação dos jornalistas: “enquanto associação representante da classe, nós temos um representante na Comissão da Carteira Profissional. A AJOC fez tudo o que pôde para que os órgãos começassem a funcionar. Os órgãos já estão eleitos e a qualquer momento vão iniciar as actividades” (Hulda Moreira, Entrevista: 6.11.2008).

O afastamento da magistrada Rosa Vicente, logo após a criação da comissão, causou alguma apreensão no seio da classe, uma vez que a experiência do Conselho da Comunicação Social mostra que, em termos de regulação na área do jornalismo, as autoridades públicas não têm mostrado trabalho, nem empenho para modernizar o sector, organizar a classe e defender os valores da profissão. No entanto, Eugénio Martins recorda que, no que respeita à implementação da CCP, o governo já fez a sua parte, revendo a lei e contribuindo para a sua implementação: “não é por culpa do governo que ainda ninguém tem carteira profissional, porque não cabe ao governo fazer a sua implementação”, afirma, acrescentando que “aquilo que normalmente o governo tem vindo a fazer é subsidiar esse órgão, dando ajudas financeiras para poder funcionar” (Entrevista: 27.10.2008). No entanto, na falta de carteira profissional nacional, a AJOC tem como alternativa a Carteira Internacional da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), que começou a ser emitida em 2006.

Se, em Cabo Verde, o debate sobre a profissão de jornalismo começou por apelar à componente da formação, devemos recordar que, embora recente, a Europa já tem alguma tradição nos estudos da profissão, sobretudo no âmbito da Sociologia. A partir da segunda metade do século XX, a Sociologia do Trabalho começou a criar alicerces para um entendimento sobre as várias actividades. O estudo das profissões, por vezes, tem-se balizado entre a questão da profissionalização das ocupações e o

profissionalismo nas actividades. Uma e outra vertente apontam para preocupações diferentes. Actualmente, debate-se, em Cabo Verde, as duas questões: de um lado, a natureza da profissão do jornalismo e, do outro, o seu alcance. A natureza tem a ver com o acesso, ou seja, se se trata de uma profissão aberta a toda a sociedade. Em Abril de 2010, publicou-se o novo Estatuto do Jornalista, que passou a exigir o título superior na área das Ciências da Comunicação para a entrada na profissão, estabelecendo um período de oito anos para os profissionais não formados adquirirem a sua formação. Porém, o diploma isenta aos jornalistas com mais de dez anos ininterruptos de profissão dessa tarefa. Por outro lado, o alcance tem a ver com o aprofundamento das coberturas jornalísticas: aqui entra a questão do profissionalismo. Para que o jornalismo tenha qualidade, é preciso, antes de tudo, profissionalizar os agentes da informação, para que haja jornalistas especializados em diferentes áreas. Por outro lado, também é preciso progredir com a formação, aumentando o nível académico dos jornalistas e a sua formação técnica. Tudo isso, mais um Conselho da Comunicação Social que funciona, contribui para a melhoria do ambiente de liberdade de imprensa.

### **3.1.3. O Conselho da Comunicação Social e o Direito à Liberdade de Imprensa**

A regulação do sector da comunicação social é uma matéria que tem merecido muita atenção, não só da comunidade científica, como também dos jornalistas que, querendo que a profissão tenha o prestígio social e o respeito que merece, entendem que poderia haver uma esfera regulatória, não tanto para controlar as suas actividades, diminuindo a liberdade de imprensa, mas, antes, para estabelecer padrões de comportamentos. Assim, regular pode significar controlar a actuação dos *media* ou o seu *modus operandi*. A questão é a natureza do controlo, que, neste caso, não significa cercear a liberdade de imprensa, mas fiscalizar a actuação dos operadores mediáticos e o cumprimento do quadro normativo. Ao contrário do sentido que aponta o controlo como censura, a dimensão que aponta o controlo para a fiscalização é consequente com a defesa do direito à liberdade de imprensa, na medida em que procura promover a realização desse valor fundamental.

A comunicação social goza de liberdade para prosseguir a sua actividade de acordo com os ditames da sua linha editorial, mas quando essa liberdade for cruzada com a variável *accountability* – ou seja, a necessidade de prestar contas – espera-se, como afirma Fidalgo, que respondam pelos seus actos, “se e quando eles contrariarem as responsabilidades ou expectativas associadas à sua função social. Diferente é a restrição prévia, por razões políticas, à abordagem de certos conteúdos ou matérias, ou a obrigatoriedade da sua submissão a mecanismos de censura ou exame, própria de estados ou



governos onde a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa estão sujeitos a formas de evidente controlo e condicionamento” (2006: 437-438). O jornalista tem o direito de informar, mas o processo informativo requer uma série de procedimentos que não podem ser negligenciados por empurrar o direito de informação para um conflito com outros bens jurídicos fundamentais. Assim, o direito de informação implica seriedade profissional e a liberdade de imprensa requer responsabilidade na acção. A regulação institucional da comunicação social transporta-nos para a hetero-regulação, que se distingue da auto-regulação, em que os próprios jornalistas se encarregam de regular a classe. A hetero-regulação envolve a intervenção do estado que, procurando conciliar os valores jurídicos à disposição na sociedade, cria estruturas para que possa haver uma harmonia social, não deixando que sectores estratégicos do país – como a comunicação social – funcionem exclusivamente segundo as directrizes das empresas mediáticas. A hetero-regulação é, assim, a intervenção do estado no sector para estabelecer parâmetros de funcionamento aos quais os órgãos têm que se submeter, a fim de evitar a anarquização do sector. O processo hetero-regulador pressupõe normas jurídicas e mecanismos de fiscalização capazes de assegurar a ordem e o cumprimento dos parâmetros estabelecidos.

A entidade criada para regular essencialmente o sector da imprensa é o Conselho da Comunicação Social (CCS), que foi pensado como um órgão independente, estando sob a presidência de um magistrado judicial, nomeado pelo Conselho Superior da Magistratura. Na discussão sobre a Lei da Comunicação Social, em 1998, o CCS foi uma das matérias mais discutidas pelos legisladores. Para o PAICV, a proposta original, que acabou por vingar, não era a melhor porque, na prática, sete dos nove membros são designados pelo partido no poder e pelo governo. O PAICV defendia que os jornalistas deviam estar representados no CCS, contrariando o então governo, para quem isso significaria ‘ser juiz em causa própria’. A impossibilidade de os jornalistas estarem representados no CCS ficou aliás reforçada na lei que definia o estatuto dessa classe e alargava as incompatibilidades aos membros do CCS. O PCD defendeu uma outra composição para o referido órgão, com o reforço da representação da sociedade civil. Arnaldo Silva, então deputado do PCD, considerou, na altura, que a configuração do CCS não era adequada, porque “passaria a ser um órgão muito politizado” (A Semana: 1.5.1998).

O CCS evidenciou uma fraca força institucional e, ainda na primeira metade da década de 90, os então membros acabaram por deixar a instituição paralisada.

Numa espécie de acto de contrição, três meses antes de saírem, os membros do conselho fizeram uma espécie de balanço, que Ferreira (2002) resume em três pontos: a) o CCS foi chamado a julgar um caso relativo ao ‘Novo Jornal de Cabo Verde’ (‘NJCV’). A sua deliberação foi publicada no ‘NJCV’, a 18 de Dezembro de 1993, seguido de um comentário do próprio jornal. ‘A Semana’ afirmava que o

Conselho deliberou no sentido de repudiar o posicionamento da direcção do jornal no caso em apreço e considerar que os comentários produzidos foram despropositados, injustificados e uma forma de desrespeito a este órgão; b) relativamente ao programa da 'RNCV' *Na Cambar di Sol*, o CCS recomendava a sua reestruturação ou suspensão, por o seu conteúdo ter deixado de ser de educação cívica para passar a ser de propaganda política, agravado pelo facto de ultimamente se virem fazendo referências em termos injuriosos a figuras públicas e instituições do país; c) no que respeita aos discursos de Ano Novo do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, o CCS considerou que a 'RNCV' errou, ao tratar de forma diferente os dois líderes do país, transmitindo o do Primeiro-Ministro na íntegra e com aviso prévio, ao contrário do do Presidente da República; e que a 'TNCV' errou no respeitante à transmissão do discurso do Presidente da República, porque não informou previamente a transmissão e o seu horário.

Com esse balanço, torna-se visível que o CCS passava ao lado do 'mal-estar no jornalismo cabo-verdiano', evitando tocar nos assuntos candentes da sociedade. Tinha algumas preocupações com questões pouco significativas, ignorando os problemas que minavam o direito à liberdade de imprensa no país. A auto-suspensão do CCS causou um vazio institucional, que tentou superar-se com a sua reactivação, em 1998, mantendo o figurino e indicando novos elementos para a sua composição.

Ao assinar o pedido de demissão, em 1994, a magistrada que presidia o CCS apresentou como motivo a sobrecarga profissional. Porém, a imprensa da altura explorava outras causas: antes da sua saída, outros elementos já tinham abandonado a instituição, sem apresentar, publicamente, as suas razões. Na análise que a imprensa fez, apontou-se a questão da debilidade do poder institucional, marcada sobretudo pela falta de força coerciva.

No segundo semestre de 1995, o governo defendeu que o CCS era importante, apontando a necessidade de um magistrado para o presidir. A verdade é que o silêncio do CCS, em matérias-chave para o sector, favorecia o executivo. Todos os entrevistados, à excepção de Bartolomeu Varela, membro da referida entidade, consideram o CCS dispensável. Adelina Brito, directora de informação da televisão nacional, afirma que o Conselho é, praticamente, invisível. A mesma opinião tem Carlos Santos, director da rádio pública. Para José Leite, jornalista da delegação são-vicentina da rádio estatal, o CCS é 'letra morta'. Assim, José Vicente Lopes prefere a regulação do mercado à hetero-regulação: "eu, se calhar, não estou muito preocupado com as regulações, até porque cada entidade tem a sua forma de funcionar, e, depois, há a avaliação da opinião pública. Nós não temos uma entidade reguladora, é verdade, mas basta passar na rua para ver que as pessoas são capazes de fazer valorizações a respeito daquilo que se faz no jornalismo cabo-verdiano" (Entrevista: 25.4.2008). Esta posição não

encontra muitos corroboradores. Se os países desenvolvidos se mostram empenhados na instalação de agências de regulação da comunicação social, fiscalizando o conteúdo, as condições para as práticas, o respeito pelos direitos dos cidadãos, a garantia da liberdade de imprensa, Cabo Verde, que precisa de consolidar o aprendizado democrático, não pode dispensar a regulação do sector mediático, confiando-a à sorte do mercado. Carvalho Santos, então director da agência noticiosa 'Inforpress', dá-nos alguns motivos para que percebamos a necessidade e a urgência da regulação da actividade mediática: “por causa de não haver um órgão regulador que funcione, estamos a assistir alguns atropelos graves na comunicação social cabo-verdiana. Há indivíduos que envolvem o nome das pessoas, muitas vezes, exagerada e impunemente. Às vezes, uma pessoa pode ser ofendida num jornal e não se diz quem são as fontes”, alerta, apontando os *media* digitais como espaços onde, sob anonimato, as pessoas são maltratadas. “Penso que, se o Conselho da Comunicação Social estivesse a funcionar, um indivíduo que fosse atacado anónima e despropositadamente, nos jornais *on-line* ou num outro tipo de órgão, fazia queixa ao Conselho” (Carvalho Santos, Entrevista: 23.4.2008).

Tendo em conta a necessidade de uma entidade reguladora que funciona, Arnaldo Andrade, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, afirma que, quando esteve no governo, o seu projecto visava fortalecer a institucionalização da regulação, já que, com o actual Conselho, não há regulação. “O meu projecto inicialmente era a alta autoridade. Digamos, não era um dos projectos primários da minha governação. Talvez, por isso, tenha sido um erro. Quando olho para aquilo, talvez não fosse má ideia começar por ter um bom tecto, porque ter-me-ia libertado de estar a gerir conflitos para me dedicar a outras coisas” (Arnaldo Andrade, Entrevista: 18.6.2008). O ex-ministro recorda ainda que, na sua concepção de regulação, a alta autoridade teria estruturas próprias, com profissionais a trabalhar permanentemente. No entanto, lamenta não ter tido tempo suficiente para dar andamento ao projecto. Perante as críticas ao Conselho, Bartolomeu Varela defende, por um lado, que o estado em que o órgão se encontra releva o grau de importância que (não) lhe é dada pela classe política e critica, por outro lado, o facto de, em Cabo Verde, a aprovação de muitas matérias – como a eleição dos elementos do CCS – depender de uma aprovação por dois terços dos deputados, o que empata muitas medidas: “o presidente da Assembleia Nacional quis que houvesse uma substituição total, porque todos já tinham expirado o seu mandato. O governo indicou os seus representantes e até podia empossá-los, mas não o fez, à espera que fossem substituídos todos. O MpD também não quis substituir as pessoas” (Bartolomeu Varela, Entrevista: 6.1.2009).

Num país em que a hetero-regulação é deficiente, a auto-regulação poderia ser um bom instrumento para ajudar a organizar o sector mediático. Porém, encontra-se também numa fase incipiente.

## **3.2. Auto-regulação dos Media: Do ‘Contrato de Essência Profissional’ à Organização da Classe**

### **3.2.1. Auto-regulação: um ‘contrato de essência profissional’**

Para se fugir da ‘mão do estado’, os liberais propuseram, como solução, o mercado que, embora sendo uma entidade difusa, funciona segundo regras próprias, às quais todos deverão submeter-se, caso queiram ter sucesso nos seus empreendimentos. A receita mercantil não se cingiu à economia, mas também foi transferida para várias esferas da vida civil, inclusive para a comunicação social que, com a intensificação do capital privado no sector, começou a organizar-se em forma de ‘mercado de ideias’.

Transformando a comunicação social numa área de negócio, o seu mercado funcionaria como qualquer outro, regendo-se pela lei da oferta e da procura. Os investidores, na procura de incrementar seu o capital, seriam – para recuperar a tese de Smith (2006/1776) – guiados por uma ‘mão invisível’, que lhes permitiria, embora não propositadamente, fazer o bem aos seus trabalhadores para que estes se sentissem estimulados a produzir mais: daí o equilíbrio que, em Smith, o mercado produziria. No entanto, a indústria da comunicação social não é como qualquer outra. Tendo em conta o tipo de produto que é comercializado no ‘mercado das ideias’, os actores económicos que operam nessa área têm, muitas vezes, a possibilidade de influenciar a formação da consciência dos cidadãos. Por isso, ela pode ser chamada ‘indústria da consciência’.

Tendo em conta a especificidade da indústria mediática, muito se tem debatido sobre a sua real capacidade de promover o pensamento divergente. A expressão máxima desse debate reside nas preocupações da Escola de Frankfurt, que, basicamente, defende que, ao submeter a consciência à lei do mercado, a própria consciência seria transformada em mercadoria. Ou seja, a especificidade dos produtos simbólicos, sobretudo a sua componente ideológica, seria diluída no mercado das ideias, passando a valer pelo valor do mercado. Daí que se recuse entregar a regulação às leis do mercado.

Até aí podemos ver que há dois postulados em conflito: um, que defende que o estado deveria afastar-se da regulação do sector mediático, na medida em que poderia exercer sobre ele um controlo com o qual restringiria a esfera do direito à liberdade de imprensa; outro, que sustenta que o mercado é extremamente agressivo na competição que promove entre os comerciantes, para que tenha a hegemonia do controlo, submetendo as ideias à lei da oferta e da procura. Daí, a necessidade de conciliar a liberdade com a responsabilidade. A auto-regulação implica um forte envolvimento dos

produtores mediáticos na regulação das suas actividades. Desta forma, os jornalistas não teriam que esperar que alguém viesse dizer o que tinham e o que não tinham que fazer, mas, usando o bom senso, estabeleceriam um parâmetro segundo o qual iriam desenvolver as suas actividades, criando normas, códigos e instrumentos diversos, aos quais eles próprios se submeteriam. Numa analogia com o 'contrato social' de Rosseau (1762/1999), a auto-regulação permitiria aos jornalistas celebrar, tacitamente, um segundo contrato, não com toda a sociedade, mas entre os membros daquela comunidade profissional. Isto, partindo do princípio de que a vida em sociedade empurraria todos os cidadãos para um acordo tácito, que seria o 'contrato social'. Tendo esse primeiro acordo assumido a partir do momento em que se começa a interagir com a sociedade, num ambiente em que a auto-regulação funcionaria na sua plenitude, o jornalista teria que estabelecer um segundo acordo tácito, desta forma apenas com os membros daquela comunidade profissional: a esse acordo chamaríamos 'contrato de essência profissional'. Assim como no 'contrato social' todos os cidadãos cedem parte dos seus direitos à sociedade, criando uma esfera de direitos comuns (na terminologia jurídica, Direito Público) que a própria sociedade se encarrega de administrar, também no 'contrato de essência profissional' que os jornalistas estabelecem, no quadro da auto-regulação, cedem parte dos seus direitos profissionais, que seria administrada pela classe, encarregada de criar normas às quais todos deveriam obedecer.

Organizando-se numa classe que tem o dever de regular os seus modos de actuação, os jornalistas encontrariam uma forma de se protegerem, acautelando os seus direitos. De uma forma análoga àquilo que Rousseau (1762/1999) defende, unindo-se aos elementos da classe, o jornalista não obedece a ninguém, senão a si próprio, permanecendo tão livre como antes. Por aqui, o 'contrato de essência profissional' consegue resolver um problema que motivou um conjunto de críticas em relação ao modelo de hetero-regulação: a ideia de que o controlo estatal poderia constituir uma censura. Desta forma, a auto-regulação permite que o jornalista se liberte de um controlo externo, podendo exercer, livremente, o seu direito de informação.

As cláusulas do 'contrato de essência profissional' estariam de tal modo determinadas pela natureza da actividade jornalística, que a mais pequena modificação as tornaria inadequadas, acusando a sua inutilidade. Assim, as 'normas de essência profissional' do jornalismo seriam reconhecidas e admitidas pelos membros daquela comunidade. Essas normas de conduta profissional, de base deontológica, seriam fiscalizadas através de um poder exercido pelos próprios membros dessa comunidade. Por este lado, também se resolveria um outro problema, que é o da responsabilidade. Normalmente as actividades jornalísticas legitimam-se na necessidade de informar os cidadãos para que estes tenham a

possibilidade de formar a sua consciência. Não sendo o direito de informação um fim em si, só sendo justificável no direito que os cidadãos têm de ser informados, o jornalismo não é uma ‘profissão absoluta’, mas tem de prestar contas dos seus actos. É neste sentido que os críticos do liberalismo – sobretudo aqueles que se alinham com o pensamento frankfurtiano – entenderam que a formação da consciência não poderia estar dependente das leis do mercado. Assim sendo, reclamam a especificidade dos bens simbólicos, enquanto meios de mediação das consciências. Recai sobre o jornalismo uma responsabilidade que não se compara à das outras indústrias. No entanto, por aí também, a auto-regulação consegue dar resposta a estas inquietações, na medida em que, mesmo que a classe tenha de se submeter às suas próprias regras, estas só seriam válidas se captassem a ‘essência’ do jornalismo enquanto profissão: daí que chamamos a esse acordo ‘contrato de essência profissional’. Ou seja, tem de ser regido por normas cujas raízes procuram sustentáculo na ‘essência’ da profissão, nos seus valores e objectivos.

Tal como o ‘contrato social’, as cláusulas do ‘contrato de essência profissional’ que dão corpo à auto-regulação no jornalismo acabam por resumir-se à alienação total dos membros daquela comunidade. Quando todos se submetem às mesmas regras, passam a ter idênticas condições para a realização da sua actividade profissional, não tendo motivos para recusar a aplicação da norma sobre as suas acções e comportamentos profissionais.

Os instrumentos da auto-regulação dos *media* – como observa Fidalgo (2006) – não têm sido desenvolvidos de igual forma em todos os países, dependendo dos seus sistemas políticos e sua tradição histórica. Do mesmo modo, também a reputação de que gozam hoje nas sociedades em que são implementados não são das melhores, “seja porque é hoje mais contestada uma ideologia do profissionalismo que se associa a um fechamento ‘corporativo’ do grupo profissional sobre si próprio (com eventuais abusos dessa posição privilegiada e tendencialmente impune), seja porque muitos dos exemplos conhecidos deixam a desejar sobre a sinceridade de propósitos e a eficácia de actuação. Naturalmente, quando estes sentimentos se avolumam, aumenta proporcionalmente a tendência de instituir ou reforçar instrumentos e mecanismos de hetero-regulação, correndo-se o risco de comprometer alguma liberdade em troca de uma maior capacidade de prevenir ou punir os abusos cometidos à sua sombra” (Fidalgo, 2006: 468). O autor realça ainda o facto de, nesse processo, acabar-se por confundir âmbitos diferentes, transferindo-se, muitas vezes, para o quadro jurídico o que é do domínio da ética e, com isso, remediar um mal com um outro ainda maior. No entanto, concorda que há, entre esses dois terrenos, zonas de sobreposição e de proximidade.

A questão da moralização do Direito é uma matéria bastante complicada, dividindo opiniões entre os adeptos do positivismo jurídico e os defensores do jusnaturalismo. Os primeiros consideram que, enquanto instrumento para organizar a sociedade, só podem ser consideradas de Direito as normas jurídicas que regulam a vida social – Direito Positivo. Parte dos defensores do positivismo jurídico entende que, necessariamente, não há uma relação entre Direito, Moral e Justiça, já que os conceitos de moral e justiça conservam um certo relativismo, tendo um carácter mutável, que obedece ao tempo e ao espaço, carecendo, por outro lado, de força para contrariar a alteração da ordem jurídica. Para contestar os positivistas normativos, encontram-se os adeptos do jusnaturalismo, cuja tese nuclear aponta para a existência de um Direito Natural, que se resume a um código de normas e condutas intersubjectivas que divergem das normas do Direito Positivo.

Tendo em conta as fragilidades que, tanto a hetero-regulação como a auto-regulação comportam, entendemos que esses dois mecanismos devem ser aplicados de uma forma conjugada, não devendo nenhuma delas excluir liminarmente a outra. Como já vimos, Cabo Verde adoptou o sistema vinculado à maioria dos países ocidentais, em que o processo de auto-regulação é conciliado com o de hetero-regulação. Esta tem mostrado grandes falhas, inclusive um dos seus instrumentos mais fortes – a norma jurídica – tem-se revelado muito ineficiente. O estado criou o Conselho da Comunicação Social já definido como ‘um nado-morto’. Nestas circunstâncias, não se podem rejeitar os mecanismos da auto-regulação, embora sejam também bastante ineficazes.

Serna (1998) lembra que o sistema de auto-regulação começou a ser implementado na Europa, a partir do momento que se consciencializou que a actividade jornalística aportava uma função privada, munida de interesse público. Por isso, entendeu-se que faria sentido que houvesse uma regulação do sector da comunicação. “Se a informação tem de estar ao serviço do interesse geral, quer dizer que tem de haver alguém que a controle para que a actividade jornalística não se desvie para outros interesses que não sejam o interesse público em geral” (Serna, 1998: 160). O objectivo fundamental da auto-regulação consiste em atribuir funções reguladoras à própria classe jornalística. Assim, permite-se que os profissionais tenham a possibilidade de criar um corpo de normas éticas e deontológicas que sirvam de referência para o exercício da sua actividade profissional. Carrillo (1993) defende que os sistemas de auto-regulação respondem a dois objectivos: por um lado, a necessidade de estabelecer mecanismos de controlo para preservar a liberdade de imprensa dos ataques à sua integridade, procedentes dos poderes públicos, das empresas de comunicação e outras que têm negócios correlacionados com a esfera mediática; por outro lado, a afirmação da ideia de que, no mundo mediático, é necessário um acordo sobre as normas deontológicas de actuação, ou mais

concretamente, sobre os instrumentos de auto-regulação que facilitem uma concepção livre, mas integral e ética do direito de informação.

Se olharmos para o processo de auto-regulação nos países de tradição ocidental, depararemos com um conjunto de instrumentos à disposição dos jornalistas, criando assim uma estrutura reguladora complementar à regulação do estado. Dependendo de país para país, os figurinos mais evidentes são:

- **Conselho de Redacção:** pode ser criado dentro dos órgãos com um determinado número de jornalistas que podem participar na definição da noticiabilidade dos acontecimentos;
- **Livro de Estilo:** um instrumento produzido pelo próprio órgão, que ajuda os jornalistas na definição, compreensão e entendimento sobre a identidade profissional do órgão;
- **Estatutos das Redacções ou Códigos Internos:** estabelecem as obrigações e as orientações dos órgãos de comunicação social, ajudando os jornalistas no enquadramento do seu trabalho;
- **Estatuto Editorial:** fornece aos profissionais pistas sobre a linha político-ideológica em que os órgãos se inscrevem;
- **Código Deontológico ou Código de Ética:** estabelece os deveres aos quais está vinculada a actividade jornalística, servindo de guia ao profissional do jornalismo no exercício da sua actividade;
- **Conselho Deontológico:** instituição que funciona como um órgão de jurisdição cujo poder pertence à classe e serve para avaliar os diferentes conflitos de natureza deontológica;
- **Conselho de Imprensa:** órgão que existe em vários países e tem composição diferente de país para país, acabando, em quase todos os casos, por integrar as empresas mediáticas, os jornalistas e o público, três instâncias fundamentais no processamento da acção comunicativa;
- **Correio de Leitores ou Tribuna Pública:** espaço aberto aos leitores, onde estes podem confrontar os órgãos de comunicação social com determinadas posturas e, em caso de necessidade, exigir o reparo ou a reapreciação de determinados acontecimentos noticiados ou posturas adoptadas;



- **Exercício da Crítica:** acto de meta-jornalismo, em que os próprios órgãos de comunicação social se dispõem a ‘policar’ as suas actividades, contribuindo com críticas, análises e apontando soluções para melhorar a actividade jornalística;
- **Provedoria da Audiência** (leitores, telespectadores e ouvintes): funciona como um órgão disponível para auscultar a sociedade e, essencialmente, as críticas do público em relação ao trabalho de um determinado órgão de comunicação social, fazendo a mediação entre a sociedade e os *media*;
- **Corporações Profissionais:** na promoção de debates sobre a profissão, a classe e o sector, ajudam a melhorar a actividade jornalística, estando quase sempre na vanguarda da defesa do direito à liberdade de imprensa.

Alguns desses figurinos são adoptados, em Cabo Verde, como teremos a oportunidade de verificar nas linhas que se seguem. O Conselho de Redacção está previsto na lei, mas, na prática, os jornalistas não fazem uso desse instrumento legal. O livro de estilo e o estatuto das redacções são adoptados por alguns órgãos de comunicação social e, outrossim, existe um código deontológico aprovado no seio dos jornalistas que fazem parte da AJOC, que se assume como a principal instituição de cariz associativa na organização da classe jornalística.

### **3.2.2. A Associação dos Jornalistas de Cabo Verde**

Tendo em conta a importância da organização das classes profissionais em associações na procura de um enquadramento jurídico, reconhecimento, defesa de valores partilhados e promoção de uma identidade própria, os jornalistas cabo-verdianos não hesitaram, nos primeiros momentos da abertura política, em criar uma associação profissional. Começaram a dialogar com os partidos em concorrência antes mesmo da realização das primeiras eleições pluripartidárias. Assim, a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) assume-se como um defensor da liberdade de imprensa, envolvendo directamente os produtores das notícias na defesa dos direitos fundamentais da profissão.

A importância da AJOC na auto-regulação reside na sua capacidade de estabelecer bases sobre as quais deve reger-se o exercício da actividade profissional do jornalismo. Uma dessas bases é a elaboração e a aprovação, no seio dos seus membros, de um Código Deontológico, que tem provocado alguma discussão. Uma delas passa por saber se todos os profissionais estão submetidos à sua

observância ou apenas os inscritos na associação. Não havendo ainda qualquer outra associação profissional de jornalistas em Cabo Verde e estando a criação do sindicato do sector em debate, a AJOC é a única instituição a aglutinar os profissionais da comunicação social.

Ferreira recorda o contexto do seu surgimento: “o ano de 1991 começava com o fim da campanha dos partidos e com o apelo urgente da AJOC, a 3 de Janeiro, dirigido ao Secretário-Geral do PAICV, ao Presidente do MpD, e aos directores dos órgãos dos *media*, no sentido de ser estruturado e tornado funcional o Conselho da Comunicação Social. O acontecimento que parece ter despoletado o apelo terá sido o facto de um jornalista ter sido insultado por candidatos do PAICV durante o exercício da sua profissão. A AJOC sugeria que as queixas relativas aos jornalistas fossem dirigidas aos directores dos *media*, com conhecimento à associação, ao mesmo tempo que exortava os jornalistas a cumprirem o Código Deontológico” (2002: 69). Nota-se, assim, que a criação da AJOC está ligada à defesa dos valores da profissão, uma vez que o seu aparecimento foi motivado pela defesa dos direitos dos jornalistas que se encontra cooptado à liberdade de imprensa. Por isso, uma primeira vocação da AJOC é a defesa do direito à liberdade de imprensa, no sentido de criar condições para que os jornalistas possam exercer, sem qualquer tipo de pressão ou ameaça, a sua actividade profissional. Daí entender-se que ela seria um instrumento importante na dinamização da classe, podendo criar um espírito combativo entre os profissionais.

A organização divide os seus associados em três categorias: membros ordinários (cidadãos cabo-verdianos com formação específica na área da comunicação social ou do jornalismo ou detentores de carteira profissional, do título provisório de estagiário ou cartão de equiparados a jornalista); membros extraordinários (jornalistas cabo-verdianos, no exterior, que trabalham para órgãos de comunicação estrangeiros ou jornalistas estrangeiros, em Cabo Verde, que trabalham para a comunicação social nacional); e membros honorários (indivíduos ou colectividades que, pelo seu contributo à actividade jornalística ou à classe, forem como tais distinguidos pela associação).

Uma das primeiras medidas da AJOC foi a aprovação do Código Deontológico dos Jornalistas Cabo-verdianos. Apercebendo-se do clima de ‘crispação relacional’ entre os jornalistas e os políticos, a AJOC insistia em exortar, tanto os políticos como os jornalistas, a respeitarem o direito à liberdade de imprensa. Enquanto a associação insistia na defesa da liberdade de imprensa, desenvolvia também acções de formação, no sentido de capacitar os jornalistas para prestarem um bom serviço de informação. Portanto, os anos de 1992 e 1993 foram muito importantes para a organização. Com o crescimento das suas actividades, os profissionais de informação sentiam-se seguros ao ponto de, em momentos de diferendos com o governo, demonstrarem, publicamente, a solidariedade institucional,

chegando a haver manifestações a favor da associação. Se os primeiros anos da AJOC foram de intensas actividades, com o passar do tempo, começou a perder fôlego. A relação com o governo hostilizava-se, sendo que a classe dirigente passou a ignorar o seu papel na salvaguarda dos direitos dos jornalistas, considerando que a instituição funcionava como um contra-poder, na medida em que estava recheada de 'consciências PAICVistas', que faziam oposição ao governo. A AJOC acabou por suspender as suas actividades, deixando os jornalistas sem qualquer protecção institucional, ficando reféns das investidas políticas. Muitos foram procurar apoio aos sindicatos, mesmo aos não vocacionados para o sector da comunicação social.

Depois de vários anos sem dar um sinal de vida, a AJOC foi reactivada em 2003. No balanço final do ano 2004, o jornal 'A Semana' destacava, como um dos factos positivos para o sector da comunicação social, a dinamização manifestada pela associação, que tinha organizado um encontro regional dos profissionais do sector e um curso na área da economia para os profissionais da informação. "A reparação da AJOC é, aliás, destacada por organizações que acompanham a situação da liberdade de imprensa em Cabo Verde, especialmente os Repórteres Sem Fronteiras" (A Semana: 31.12.2004).

O estatuto da AJOC aponta para a sua independência em relação às forças políticas, poderes públicos e organizações de natureza privada ou sindical e enumera os seus objectivos: a) defender a ética e a deontologia dos jornalistas; b) promover a qualificação profissional dos seus membros e lutar para a sua valorização sociocultural; c) promover o reconhecimento social da função de jornalista; d) zelar pelo respeito à liberdade de criação, expressão, divulgação, informação e acesso às fontes de informação, bem como pelos demais direitos e garantias conferidos por lei aos jornalistas; e) defender a independência dos jornalistas no exercício da sua função; f) lutar para que os jornalistas participem activa e democraticamente na sociedade e no órgão em que exercem a sua actividade; g) denunciar e combater factos e práticas contrárias à liberdade de imprensa; h) contribuir para a elevação do nível de vida dos seus membros; i) promover o intercâmbio entre os seus membros.

Como se torna perceptível, a organização dos jornalistas procura, por um lado, lutar pelo reconhecimento da classe e, por outro lado, lutar pela afirmação da profissão. Assim, tenta contribuir para que o jornalismo promova debates sobre as diversas questões da sociedade e, por aí, impulsionar o processo de solidificação do sistema democrático. Porém, muitos profissionais entendem que a associação não consegue responder às necessidades da classe. Desta forma, as discussões apontam para outra forma de organização, dando primazia ao sindicalismo.

### 3.2.3. Regulação da classe e diferentes figurinos: associação, sindicato ou ordem?

Depois da comunicação social ter estado largos anos essencialmente sob o domínio do poder político, a intervenção do estado na regulação do sector mediático passou de dominador a colaborador; ou seja, numa espécie de sistema *network* de governação (v. Rhodes, 1997), o estado deixou de ser aquele órgão a partir do qual emana toda a orientação sobre o *modus operandi* da comunicação social para se tornar num parceiro dos profissionais na procura de um modelo de funcionamento que consiga conciliar a liberdade de imprensa com a responsabilidade social dos *media*.

Se no sistema de hetero-regulação o estado é o actor principal no palco da estruturação organizativa da comunicação social, no modelo de auto-regulação os profissionais dos *media* têm um papel importante, auto-responsabilizando-se pelas suas acções. Este modelo é apenas complementar àquele, já que a sociedade poderá contar sempre com formas de regulação institucionalizada. A auto-regulação seria, no entendimento de Fidalgo (2006), uma forma de os directos responsáveis pela produção mediática poderem escolher, voluntariamente, ‘não serem livres’, na medida em que o exercício da sua liberdade profissional pode beliscar outros direitos fundamentais, igualmente protegidos, ao mesmo nível. “No caso específico dos jornalistas, esta alternativa foi sempre defendida com particular empenho e vigor, pois associa-se a uma das características fundadoras do profissionalismo que eles tão persistentemente vêm tentando reivindicar. Com efeito, uma das principais marcas das profissões ‘estabelecidas’ é a faculdade de exercerem o seu *métier* de modo autónomo, definindo eles próprios as suas regras e normas de conduta, tanto profissionais como deontológicas, e velando pelo seu cumprimento na base de um poder jurisdicional exercido pelos próprios pares – os únicos a quem é reconhecida autoridade para tal” (Fidalgo, 2006: 467).

Desde a abertura política, viu-se o empenho dos jornalistas em assumir o controlo da sua actividade profissional. Para além da estrutura jurisdicional que compõe o ordenamento jurídico nacional, os profissionais entenderam que o processo de auto-regulação poderia ser adequado. Giordano Custódio, presidente do grupo GC Comunicações, recorda que a auto-regulação “é feita de acordo com a capacidade de decisão e de comunicação multi-sectorial. Mas, para isso, as próprias pessoas teriam que evoluir. Como Cabo Verde tem um fraco poder associativo, as pessoas nunca trabalharam nesse sentido” (Entrevista: 5.11.2008).

No entanto, para compreender o modelo de auto-regulação organizativa dos *media* em Cabo Verde, nada melhor do que conhecer o percurso que os jornalistas fizeram na AJOC que, ao longo dos anos, dividiu simpatias com o fantasma de um Sindicato dos Profissionais da Comunicação Social (SPCS).

Entre os jornalistas cabo-verdianos, sempre houve debates em torno de se saber se prevaleceria uma associação, um sindicato ou as duas estruturas em simultâneo. Se, em países como Portugal, o debate em torno da associação profissional opôs os que consideravam o jornalismo como uma profissão liberal, consentânea com a criação de uma ordem, e aqueles que entendiam que os jornalistas eram apenas trabalhadores assalariados, iguais a muitos outros que dependem directamente dos seus patrões, passíveis de uma filiação sindical, em Cabo Verde começou-se por criar uma associação para depois debater-se a possibilidade de criar um sindicato. Neste ponto também, as opiniões balizam-se entre duas correntes: uma que defende que o sindicato implica o fim da associação e outra que entende que podem ser conciliadas, podendo os jornalistas, simultaneamente, fazer parte das duas organizações. Nenhuma dessas posições acaba por discutir a natureza da profissão de jornalista, mas a adesão ao sindicato indica um entendimento do jornalismo como uma profissão por conta de outros. Logo que começaram as movimentações em torno da abertura política, os jornalistas identificaram uma oportunidade única de organizar a classe em torno dos seus objectivos e criar mecanismos institucionais para a defesa dos seus direitos. No entanto, a forma como o poder político dirigente passou a relacionar-se com a comunicação social começou a frustrar os objectivos da classe jornalística. Durante as tentativas de reestruturar os *media* do estado, a AJOC foi marginalizada, não tendo sido considerado um interlocutor credível na busca de soluções conjuntas que procurassem harmonizar os projectos do governo com as expectativas dos jornalistas. Logo após a realização das eleições de 1991, a AJOC e o governo entraram em rota de colisão, tendo este último acusado a primeira de ser maioritariamente constituída por pessoas ligadas ao PAICV, que queriam criar mal-estar na relação entre os jornalistas e a classe política. O projecto de reforma dos *media* estatais criou ambiguidade dentro do próprio governo, com o Primeiro-Ministro a chamar a si as responsabilidades, ofuscando o ministro que tinha a tutela do sector (Ferreira, 2002). O objectivo era implementar uma nova filosofia para o sector da imprensa, que passava por redimensionar o quadro do pessoal e levar o estado a alienar a imprensa escrita. Porém, não havia concordância entre o governo e os jornalistas. Os governantes começaram a implementar os seus projectos à revelia da classe. Desafiada pelo próprio Primeiro-Ministro, que assumiu o papel principal, a AJOC começou a perceber que a sua força para defender a classe do poder político era débil. A perda de consideração de ambas as partes levou os jornalistas e a classe política a atingirem um patamar de ‘cataclismo relacional’: “em 1994, a relação entre o governo e os jornalistas extremava-se no que respeita a conflitos. Processos judiciais, demissões espectaculares, intervenções policiais, foram algumas das características daquela relação” (Ferreira, 2002: 121). Alexandre Semedo, um dos fundadores da AJOC, lembra que houve “troca de

mimos e galhardetes. Houve a promessa de uma sede que depois não veio a concretizar-se, devido ao papel interventivo que a AJOC começou a ter. Houve tentativas também de dividir para reinar” (Entrevista: 23.4.2008). Daniel Medina, ex-director da ‘TCV’, assim como vários outros profissionais entrevistados, subscreve a ideia de ter havido tentativas de dividir para reinar (Entrevista: 22.4.2008).

Em 1993, com o extremismo relacional entre os jornalistas e os governantes e a desvalorização constante das posições da AJOC por parte do governo, os jornalistas começaram a perceber que a organização que pensavam poder proteger os seus direitos não tinha tal capacidade, começando a estudar outras saídas. O cenário de uma estrutura sindical começou a ser desenhado e a ideia de criar o sindicato partiu a classe ao meio, havendo um grupo que propunha a criação de um sindicato depois de acabar com a AJOC e um outro que propunha a criação de um sindicato, mas que não substituísse a AJOC. Desta forma, haveria duas organizações a congregarem os mesmos profissionais. O desentendimento dentro da classe funcionou a favor do governo que tinha os jornalistas cada vez mais divididos, o que propiciava a sua política de hostilidade, já que os jornalistas não estariam em condições, a nível institucional, de fazer valer os seus direitos, projectos e objectivos. Alexandre Semedo recupera o debate: “associação e sindicato ou só uma coisa? Uns defenderam que se devia continuar com a associação só para os jornalistas – a associação dos jornalistas –, mas que deveria haver um sindicato para todos os trabalhadores da comunicação social. A associação seria um espaço onde os jornalistas se encontravam e debatiam as suas questões” (Entrevista: 23.4.2008).

Em Novembro de 1994, organizou-se uma reunião da Assembleia-Geral da AJOC para fechar o *dossier* sobre o sindicato. Os discursos dos dirigentes apontavam no sentido de que não era possível criar um sindicato, uma vez que não estavam reunidas todas as condições. Como tal, entenderam que a classe deveria organizar-se fortemente à volta da AJOC para fazer valer os seus direitos e alcançar os seus objectivos. No entanto, Daniel Medina entende que o corporativismo jornalístico, em Cabo Verde, é muito fraco e critica a passividade dos cabo-verdianos, dizendo que se criou uma associação para fazer menos de meia dúzia de pessoas trabalharem: “eles promovem um curso e aparecem quatro pessoas. Isso é desgastante para uma associação” (Entrevista: 22.4.2008). Para alguns profissionais, o papel da AJOC não é relevante para a protecção da classe. Eduíno Santos, jornalista da rádio nacional, entende que ela já deveria ter desaparecido há muito tempo e José Leite, também jornalista da ‘RCV’, lembra que, da forma como está organizada, é apenas uma voz para cumprir a formalidade. “O acesso à profissão, a formação, a observação da auto-censura, não tenho dúvidas: ou o sindicato ou a ordem. Defendo o sindicato, porque é mais ‘independente’” (José Leite, Entrevista: 14.10.2008).

O dossier AJOC e/ou sindicato, encerrado em 1994, veio a ser reaberto em 2007, quando se reuniu algum consenso relativamente à ideia de que a classe precisava de um outro tipo de organização. O sindicato foi a estrutura que surgiu como a mais evidente, mas Daniel Medina sonha mais alto: “eu sou a favor de um sindicato ou, quiçá, de uma ordem dos jornalistas. Uma associação não tem tanto peso reivindicativo” (Entrevista: 22.4.2008). Esse debate já foi feito em vários países cuja tradição de regulação é mais antiga, tendo experimentado vários figurinos e modelos de associativismo na área do jornalismo. Um e outro figurino apontam para um entendimento diferente sobre a natureza da profissão.

Embora tenha tido uma longa história vinculada a Portugal, onde se vão buscar muitas soluções para a organização da sociedade, o debate originário na sociedade lusa, que concebia um modelo de associativismo que agregava jornalistas e escritores criativos, não foi reproduzido no arquipélago depois do início da sua caminhada como país independente. Os jornalistas de Cabo Verde decidiram partir para um modelo de organização associativa simples, sem laivos de sindicalismos e longe da concepção das ordens profissionais. Apesar de tudo, a necessidade de se criar um sindicato sempre esteve presente nos debates entre os profissionais da informação, tendo a associação recebido muitas críticas, apontando para a sua fraca capacidade de resolver problemas da classe e dos seus membros.

Hulda Moreira, presidente da AJOC, compreende as críticas dos profissionais em relação à associação, lembrando que a instituição não pode dar satisfação às reivindicações salariais e laborais provenientes da classe (Entrevista: 6.11.2008). No entanto, esta debate com uma falta de sentido corporativo que Luís Carvalho, ex-jornalista do extinto ‘Horizonte’, enaltece, realçando que “os políticos fazem de nós o que querem, porque, não estando unidos, não podemos constituir um único bloco” (Entrevista: 20.11.2008). O jornalista sustenta ainda que a criação de um sindicato não significa uma mudança total de mentalidade, mas apenas a instituição de bases negociais, que poderão dar respostas a diferentes esferas de reivindicação. Arnaldo Silva, antigo Secretário de Estado para a Comunicação Social, reconhece também a necessidade de se partir para um sindicato, com poderes negociais e um papel interventivo junto do governo, participando na elaboração da lei laboral e contrariando o modelo de governação *top down*, promovendo, de alguma forma, aquilo que Rhodes (1997) classifica de sistema de governação em modelo de rede de poderes (Entrevista: 4.11.2008).

Na VI Assembleia-Geral da AJOC – de 7 a 9 de Novembro de 2008 – discutiu-se, uma vez mais, o modelo de organização dos jornalistas em Cabo Verde. Na moção de estratégia da candidatura do jornalista Odair Santos, que não chegou a ir a votos, apresentada por António Teixeira, insistiu-se na questão da precariedade laboral e na progressiva degradação do mercado da comunicação social em

Cabo Verde, com jornalistas a receberem entre 15 a 25 contos mensais (150 a 250 euros). Desta feita, regista-se a necessidade de defender a dignidade profissional da classe, que passa pela regulação do acesso à profissão e urgência em estimular a criação de conselhos de redacção em diferentes órgãos. Hulda Moreira, que venceu as referidas eleições, recordava, no seu Manifesto Eleitoral de 2008, o tempo da inoperância da AJOC, salientando a necessidade de trabalhar na organização da classe. Também Júlio Vera-Cruz Martins, director de informação da 'RCV', lembrou que tinha tido contactos com o governo, no sentido de impulsionarem a regulação do estágio, dado que havia órgãos que sobreviviam do trabalho dos estagiários.

Por um lado, António Teixeira, uma das vozes mais críticas durante a VI Assembleia-Geral, apontou a necessidade de se fazer uma escolha entre a AJOC e o sindicato. Por outro lado, Paulo Lima, director da rádio nacional, realçou que a recomendação da FIJ aponta para a substituição da AJOC por um sindicato, que passaria a ser membro de pleno direito daquela organização. Outrossim, lembrou que o mercado mediático estava a tornar-se extremamente selvagem, havendo órgãos que faziam uma autêntica exploração das pessoas, praticando salários de 15 contos (150 euros), com possibilidades para baixarem para 10 contos (100 euros). Tudo isso mostra a necessidade de regular o acesso à profissão. A entrada em funcionamento da Comissão da Carteira Profissional é necessário para garantir profissionalismo ao jornalismo. Porém, da parte dos jornalistas há, também, a possibilidade de criação de conselhos de redacção nos órgãos de comunicação social, o que não tem acontecido.

#### **3.2.4. Auto-regulação: O Conselho de Redacção**

Os Conselhos de Redacção são também um actor de natureza organizacional que poderá contribuir para a regulação mediática. Estão previstos na Lei da Comunicação Social (Lei n.º 56/V/98) que, no seu artigo 24.º, estabelece que, em função da sua natureza e do número de jornalistas, os órgãos podem criar conselhos de redacção, cujas competências lhes permitem pronunciar-se sobre a designação ou a demissão do director e do director-adjunto por parte do proprietário da empresa mediática. De facto ou de direito, os conselhos de redacção não constituem apenas figuras decorativas, podendo participar na organização editorial e na definição da linha ideológica do órgão. Não tendo capacidade para produzir políticas vinculativas, pode estudar as estratégias e dar pareceres sobre a elaboração e a alteração do Estatuto Editorial dos respectivos meios de comunicação social. Trata-se de um órgão formado eminentemente por jornalistas, com vista a partilhar o poder com as direcções editoriais. Para isso, é necessário que os jornalistas sejam dinâmicos, não só para porem o Conselho



de Redacção a funcionar, como também para fazê-lo afirmar-se como um órgão credível dentro da organização.

A lei cabo-verdiana entende que o Conselho de Redacção deve ter uma atitude cooperativa para com a Direcção do órgão, sobretudo no que toca à definição da política editorial para os conteúdos que são produzidos pela empresa. A capacidade interventiva do Conselho expande-se até às questões de natureza ética e deontológica. A existência do Conselho de Redacção é algo que tem lugar em vários contextos geográficos, cada um com a sua particularidade. Em Espanha, os comités das redacções não decorrem de uma imposição legal, mas são autênticos mecanismos de auto-regulação que estão dependentes do critério de cada órgão. Quase sempre associados a eles, estão os estatutos das redacções, cujas observações apontam para um desenvolvimento bastante lento. A modalidade de prescrição jurídica do Conselho da Redacção como solução para Cabo Verde segue a tradição portuguesa, onde ganha uma protecção na legislação ordinária como forma de responder ao imperativo constitucional. O Conselho da Redacção figura no espectro da regulação mediática em Cabo Verde como um instrumento para promover a participação dos jornalistas na vida dos órgãos de comunicação social em que se encontra integrado, evitando que os profissionais não se traduzam em meros 'escribas dos factos da actualidade'. O Conselho da Redacção pode ser um mecanismo importante para a orientação do órgão de informação e para a resolução de determinados conflitos que podem surgir, mas, em Cabo Verde, não tem tido peso na política editorial dos *media*.

A par das políticas internas de cada meio de comunicação social que, entre outras formas organizativas podem passar pela criação de um Conselho da Redacção, a problemática das políticas de comunicação reporta também às políticas públicas para o sector. Assim, a interrogação à actuação dos governos pode ser um importante exercício para a compreensão do espaço reservado ao sector mediático dentro de um determinado quadro governativo. Em Cabo Verde, as políticas dos governos para o sector dos *media* começaram, desde os primeiros tempos da democracia multipartidária, por assentar numa nítida contradição entre o plano discursivo e a arena das práticas políticas.

\*\*\*\*\*

# **CAPÍTULO IV**

## **Os DOIS BLOCOS DE GOVERNO E AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO**

**1.1. O sector da Comunicação Social**

Compreender as políticas públicas para o sector da comunicação social, empreendidas pelos governos maioritários do MpD durante o período de 1991 a 2001, implica conhecer a própria formação do partido, que surgiu no calor da abertura política. Os ventos da mudança abanaram o palco político, com muitas organizações partidárias a darem sinal de vitalidade. Renovou-se a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPICV), que foi afastada em 1975, quando o governo português decidiu dialogar com o PAIGC sobre a independência de Cabo Verde. Os elementos ligados à União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), criada, em 1978, no seio da comunidade cabo-verdiana residente na Holanda, começaram a preparar o partido para as eleições. Dessas movimentações, surgiu o MpD, liderado sobretudo por pessoas que foram colaboradoras do regime anterior e que conseguiram ler o rumo político do país com a antecedência necessária para se afastarem a tempo de edificarem um novo partido, integrando pessoas de diferentes quadrantes sociais.

De toda a movimentação registada na arena política de 1990, apenas o MpD conseguiu reunir condições para disputar o poder com o PAICV e participar na história da mudança de regime. No continente africano, as eleições não fizeram mudar o rumo de grande parte dos países, na medida em que os partidos que se encontravam no poder continuaram a governar, relegando as novas estruturas partidárias para a oposição. No entanto, Cabo Verde viu o PAICV, que protagonizou o governo de Partido Único, afastado do poder, cedendo lugar ao MpD que tinha surgido apenas como um movimento subsidiário ao processo de transição democrática e depois se tornou num partido político.

Embora sendo um partido novo, o MpD teria tido alguma influência do regime anterior, já que, como afirma Leão Lopes, antigo Ministro da Cultura e da Comunicação Social, “toda aquela geração vem do Partido Único. É a história do país. Pelo contrário, tinham que ser extraterrestres. De outra forma, a ruptura tinha que se dar com uma revolução – que não foi o caso, como sabe –, uma revolução radical, ou tinha que se dar no processo da evolução geracional. A minha geração foi posterior à da luta, mas foi essa geração da luta que nos influenciou. Mas, com a evolução do processo, a expectativa eventual da sociedade era de que essa ruptura se desse muito mais cedo porque 15 anos criam escola, criam cultura, consolidam a cultura. Quer dizer que a geração do MpD, naturalmente, vem nessa continuidade de cultura ideológica” (Entrevista: 17.10.2008).

Evidentemente, os actores políticos que personificaram o projecto do MpD tiveram uma colaboração estreita com o Partido Único, desempenhando cargos importantes. Por isso, eles próprios tiveram dificuldades em conviver com os valores que defenderam como originários do novo partido. A liberdade – ideologia matricial do MpD – não poucas vezes foi atropelada pelos actores que operaram na arena política dos anos 90, já que, tendo uma ‘formação’ política em ambiente de Partido Único, tiveram dificuldades em conviver com a pluralidade ideológica. Formaram-se na ‘escola’ do PAIGC e contribuíram com o Partido Único, que lhes forneceu ferramentas de actuação governativa e controlo político. A base é rigorosamente a mesma e a diferença reside essencialmente no contexto político que se desenhou a partir de 1991, uma vez que nem tudo o que aconteceu no regime anterior poderia ser reproduzido na II.ª República. Júlio Vera-Cruz Martins, director de informação da ‘RCV’, afirma que, se entendermos como colaboradores do Partido Único todos aqueles que integraram algum órgão do sistema, então todos o foram (Entrevista: 21.11.2008). Leão Lopes vai mais longe: “está-se a sair de 15 anos de Partido Único. Qual é a cultura política que se tem no início de uma democracia? É uma cultura de ruptura com o Partido Único, mas ainda é o Partido Único. Até posso dizer que a expressão mais acintosa da cultura política cabo-verdiana é a do Partido Único” (Entrevista: 17.10.2008).

Mesmo tentando protagonizar uma ruptura com o sistema monolítico logo no início da década de 90, os governantes associados ao MpD não passaram da formalidade. “Não poderiam fazer isso de outra maneira. Vindo de uma escola de PAIGC, com toda aquela carga simbólica, a ruptura tinha que ser formal. É uma ruptura por dentro. Tinha que ser uma ruptura palaciana, como foi – de certa maneira – com a Guiné-Bissau”, afirma Leão Lopes, que, compartilhando da nossa análise, acrescenta que “este país bebeu foi na Escola do PAIGC. Porquê? Porque não houve uma experiência intermediária. Para o bem e para o mal, foi a experiência do PAIGC. Não podia ser outra. Não tivemos outra” (Entrevista: 17.10.2008). Desta feita, a influência da cultura política do PAIGC na própria formação de novos partidos em Cabo Verde ajuda a compreender as dificuldades iniciais na democratização do país. Porém, Bartolomeu Varela, antigo dirigente do PAICV, não compartilha desta visão, argumentando que a ‘escola’ cabo-verdiana do PAIGC tinha uma concepção bastante diferente da guineense, na medida em que comportava uma maior abertura, dado Cabo Verde ser um país com uma grande diáspora situada sobretudo em países de matriz ocidental (Entrevista: 6.1.2009). Assim, entende que Cabo Verde não poderia fazer uma política eminentemente socialista ou chegar a uma esquerda radicalista porque seria um caminho fatal.

Posto isto, Bartolomeu Varela realça que não se trata da composição das suas fileiras que levou o MpD a ter problemas com a comunicação social, lembrando que houve pessoas que não colaboraram com o

Partido Único e, quando chegaram ao poder, tiveram uma “postura de perseguição às pessoas da oposição, incluindo jornalistas” (Entrevista: 6.1.2009). Para explicar a má integração do direito à liberdade de imprensa na concepção de governação do MpD, Bartolomeu Varela deita mão ao facto de, surpreendentemente, o partido ter tido “uma maioria excessiva, uma maioria superior a dois terços. Isso fez com que alguma tendência totalitária passasse a prevalecer no próprio MpD. Deixou de haver vozes. Qual era a expressão da minoria, inclusive desmoralizada, no próprio Parlamento e na comunicação social? Era mínima. Todos os poderes: Governo, Presidência da República, Assembleia Nacional, Poder Autárquico (com a nomeação de delegados do governo em todas as Câmaras Municipais), estavam vinculados a uma mesma cor política. Veja que anteriormente estávamos num regime de índole totalitária e, com a chegada da democracia, alguns laivos desse regime foram reproduzidos, muitas vezes, numa escala superior” (Entrevista: 6.1.2009). Desta forma, podemos notar que as maiorias, absolutas ou qualificadas, provocam fenómenos controversos nos sistemas democráticos, podendo mesmo proporcionar condições para a realização de práticas próprias de regimes autoritários. Tendo em conta as quatro maiorias expressivas (três absolutas e uma qualificada) que tiveram lugar em Cabo Verde depois do regime monolítico, tornou-se comum a expressão ‘dois governos de Partidos Únicos’, para se referir às governações do MpD e do PAICV na IIª República.

Analisando o contexto de governação do MpD, realça-se que as maiorias expressivas fizeram com que o poder não fosse bem controlado, dado que, por serem excessivamente minoritárias, as críticas eram encaradas como ilegítimas. Na concepção de Bartolomeu Varela, a maioria expressiva “foi um presente excessivo para o MpD. Entendiam-se à primeira, mas depois a arrogância começou a prevalecer. Isso de transferir funcionários, tirar postos de trabalho, colocar os funcionários na prateleira porque eram próximos do PAICV, retirar-lhes a casa num espaço de 24 horas começou a incomodar algumas pessoas” (Entrevista: 6.1.2009).

Consideramos válida a tese do supracitado entrevistado, até porque os fenómenos sociais e políticos, muitas vezes, não se explicam apenas com o recurso a um único factor. No entanto, ela não invalida os argumentos apresentados, debruçando especificamente sobre a história política recente do país e o processo de formação de partidos e políticos, com destaque para o papel das ferramentas ideológicas do PAIGC na constituição ‘espírita’ dos partidos políticos que se lhe seguiram. Os dois argumentos não se refutam mutuamente, mas antes se complementam. Daí tornar-se evidente que, no percurso inicial da democracia cabo-verdiana, mais do que hoje, a protecção do direito à liberdade de imprensa configurava uma tarefa com um elevado grau de dificuldade. Registou-se um grande distanciamento entre a retórica e a *praxis*. Encontramos, em 1991, um programa de governo que prometia romper com

tudo aquilo que tinha sido a tradição cabo-verdiana em matéria de protecção dos direitos fundamentais. Recusando seguir a postura do regime anterior em relação à actividade da comunicação social, o governo começou por reconhecer os órgãos públicos como instrumentos dos cidadãos, da comunidade e dos interesses superiores do país. Assim, deveriam servir o interesse público e elevar o nível cultural dos cidadãos nacionais, promovendo a sua emancipação ideológica.

Centralizando-se bastante na imprensa estatal, o primeiro governo da II.<sup>a</sup> República reconhecia na comunicação social um dever formativo junto dos cidadãos, responsabilizando-a pela elevação do nível de conhecimento, de informação e de participação cívica e democrática dos cidadãos. Nas linhas introdutórias à matéria da comunicação social, o programa de governo 1991-1996 reconhecia o direito do cidadão a ser informado com rigor, acrescentando que o governo tudo faria para que esse direito fosse respeitado. O pluralismo constituía um dos pilares do edifício que a retórica do governo edificava. Por isso, prometeu arredar do terreno social todas as formas de discriminação, garantindo o acesso de todas as correntes de opinião à imprensa estatal. Esta garantia passava, antes tudo, pela segurança jurídica dos direitos fundamentais dos cidadãos, pelo que o governo se propunha proceder à revisão da lei de imprensa, com o intuito de adaptar a legislação ordinária aos dispositivos constitucionais, de forma a criar coerência no ordenamento jurídico e assegurar a equidade do regime democrático.

Mostrando-se sensível à questão da regulação, o governo propunha, já em 1991, reactivar o Conselho da Comunicação Social, alargando as suas competências e procedendo à sua reforma interna. Essa política procurava introduzir a entidade reguladora num novo ciclo, adaptando-a ao contexto jurídico do país, para que os cidadãos pudessem ter acesso a uma imprensa de qualidade. Assim, a melhoria da prestação do serviço público passava, segundo o programa do governo de 1991-1996, por reestruturar os órgãos de comunicação públicos, melhorando a sua gestão, mas também apoiar e desenvolver a imprensa regional, a imprensa privada e as rádios locais, criando um enquadramento legal adequado.

No horizonte, o programa do governo (1991-1996) projectava valorizar a classe dos profissionais dos *media*, criando planos de cargos, carreiras e salários. Porém, não deixou de apontar a formação permanente como a solução para a revisão das competências profissionais, aumentando a qualidade das produções mediáticas. Para isso, propunha estabelecer uma base de princípios para definir a prestação de serviço público nos órgãos de informação do estado. Esta base estabelecia as exigências e os princípios a serem cumpridos pela imprensa estatal, que alcançava um leque de áreas de intervenção social como o combate à violência, à droga e outros vícios que afectam a sociedade.

Relacionado com o audiovisual público, o governo traçava como metas para a primeira legislatura aumentar as áreas de cobertura radiofónica e televisiva a todo o território nacional; desenvolver um

serviço informativo voltado para a diáspora, em articulação com rádios e televisões que funcionam junto das comunidades no estrangeiro; informar os residentes sobre a vida daqueles que estavam na diáspora, por via de acordos que seriam estabelecidos com *media* estrangeiros; aumentar o número de canais internacionais captáveis em Cabo Verde e alargar essas emissões para todo o espaço nacional. Outrossim, no relatório de actividades do governo, em 1991, falava-se em assegurar a liberdade de reunião, associação e manifestação, assim como a instituição do direito à liberdade de expressão. O documento destacava a abertura do mercado aos privados (Decreto-Lei 171/91) e realçava o afastamento do famoso Artigo 50º da Lei da Imprensa, vigente durante o Partido Único, que proibia ‘a prova da verdade dos factos, se a pessoa difamada fo(sse) Presidente da República’. Também o relatório de 1991 anunciava a simplificação do acesso à profissão, em relação às leis anteriores, com a revisão do Estatuto do Jornalista de 1990, suprimindo a cláusula que exigia a formação na área do jornalismo ou o exercício da profissão, em regime de estágio, durante dois anos. A profissão passou a acolher fotojornalistas, correspondentes e *freelancers*.

Embora a comunicação social seja um dos instrumentos fundamentais para a solidificação dos sistemas democráticos, fora do plano discursivo, o governo do MpD não deu muita atenção ao sector. Houve pouca aposta, com o auxílio da comunicação social, na formação de cidadãos para desenvolver a sua capacidade crítica e um pensamento divergente sobre a sociedade, a cultura e a política do país. O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) é sintomático dessa realidade (ver quadro n.º 1).

Quadro n.º 1.

<b>III Plano Nacional de Desenvolvimento: 1992-1995</b>		
<b>Ministério das Finanças e do Plano</b>		
<b>Relatório Geral – Elaborado em 1991</b>		
Sector de Investimento	Referência: Mil Contos	%
Desenvolvimento Rural	5.645.0	11.7
Pescas	2.880.0	6.0
Indústria	6.676.0	13.8
Energia e Dessalinização	4.293.0	8.9
Construção e Obras Públicas	123.0	0.3
Transportes e Comunicações	11.402.0	23.6
Comércio	113.0	0.2
Turismo	4.816.0	10.0
Educação e Desporto	5.690.0	11.8
Saúde e Promoção Social	1.905.0	3.9
Habituação, Urbanismo e Saneamento	2.482.0	5.1
Administração Central e Local	1.905.9	3.9
Comunicação Social e Cultura	193.0	0.8
Total	48.325.0	100.0

Adaptação a partir de Ferreira, 2002.

O quadro n.º 1 mostra-nos que, durante a primeira legislatura da II República, o investimento do estado no sector mediático correspondeu a 0,8% do total da soma aplicada ao Plano de Desenvolvimento Nacional. Desta forma, a comunicação social figura como um sector subvalorizado nas opções do plano que canalizaram apenas 193 mil contos (cerca de 48.250 contos por ano/410.995 euros) para o sector, num pacote global que ascendia os 48.325.000 escudos/411.660 euros.

A comunicação social é das áreas onde houve menos investimento. Isto justifica o facto da promessa de construir o Centro de Formação dos Jornalistas (CFJ) nunca ter passado de intenção, uma vez que os actores políticos não encararam, com seriedade, o sector dos *media* como uma das áreas de intervenção urgente. A qualificação dos profissionais e a reestruturação dos órgãos de comunicação social do estado não aconteceram da forma como foram anunciados no programa de governo.

Sendo a democracia o rumo encontrado para o país, dever-se-ia apostar seriamente no sector da comunicação social, com vista a fortalecer as novas opções de regime. Portanto, a capacitação dos profissionais e o equipamento dos órgãos do estado com materiais modernos e dinâmicos, que permitiriam aos jornalistas desenvolver adequadamente a sua actividade, seria um dos caminhos para uma democracia recente. A visão do Partido Único em secundarizar o sector continuou a ser reproduzida na II.ª República, já que, embora fosse um novo partido, os quadros do MpD passaram pela 'escola' do PAIGC. Uma análise fina da questão denuncia os 'graus de parentescos' entre o MpD e o PAICV. Beberam na mesma fonte e, prova disso, é que tiveram as mesmas dificuldades em lidar com os direitos fundamentais, logo após os dois ciclos políticos mais importantes do país: independência (PAICV) e democracia multipartidária (MpD). No entanto, Júlio Vera-Cruz Martins, director de informação da rádio nacional, para estabelecer uma distinção clara entre os dois partidos, afirma que "o programa económico de um e do outro tem diferenças substanciais. Há uma justificação para isso. O actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, que era o Ministro do Plano e da Cooperação no último governo do PAICV, introduziu a ideia de 'estorvação da economia de Cabo Verde'. Gualberto do Rosário veio falar na inserção de Cabo Verde no mundo e hoje fala-se na transformação de Cabo Verde para aumentar o grau de competitividade, aproveitando as vantagens comparativas" (Entrevista: 21.11.2008). Apesar desta tentativa de evidenciar as diferenças, sobretudo no plano económico, entre os dois maiores partidos que operam na arena política nacional, Júlio Vera-Cruz Martins reconhece-lhes uma certa proximidade em termos operacionais, porque, "no PAICV, há gente que estaria perfeitamente no MpD e vice-versa. Só assim se explica que PCD e PRD terminaram e não houve um regresso em massa de gente para o MpD. Nem toda a gente que saiu para formar o PCD voltou para o MpD. Há outros que ficaram sem partido. Outros poderão estar a caminho do PAICV" (Entrevista: 21.11.2008).



Se no início do primeiro mandato se verificou uma fraca aposta do governo do MpD no sector mediático, no final do mesmo confirmaram-se as piores expectativas porque o Programa de Investimento (PI) denunciava uma queda abismal do investimento na comunicação social. Leão Lopes lembra que, quando foi para o governo, em 1992, encontrou uma estrutura organizacional e política diferente da que o seu grupo propunha. “Foi o momento de ruptura com a Iª República, com o Partido Único. A nossa experiência de 15 anos de Partido Único dificultou a democratização do sector e reflectiu-se, não só no desenho organizacional do projecto de comunicação social para o país, como consequentemente na própria sociedade. Era preciso fazer o balanço dessa história e propor, no âmbito do início do multipartidarismo em Cabo Verde, uma nova ambição” (Entrevista: 17.10.2008). No entanto, fechou-se a Iª legislatura, iniciando-se a segunda, perante algum desinteresse para a situação complicada em que a imprensa se encontrava. Em 1996, verificou-se uma queda de investimento no sector e os 48.250 contos anuais, dos primeiros anos, passaram a 29.000 contos (ver quadro n.º 2).

Quadro n.º 2.

<b>Programa de Investimento (PI) para o ano 1996</b>					
<b>Referência do quadro: Contos (mil escudos)</b>					
<b>Moeda de Referência: Escudos Cabo-verdianos</b>					
Designação	Total PI	Financiamento			
		Total	Tesouro	Total	Donativos
Total do Ministério	352.444	151.600	151.600	200.844	200.844
Emprego e Formação Profissional	257.144	64.000	64.000	193.144	193.144
Comunicação Social (Para modernizar os órgãos de comunicação social)	29.000	29.000	29.000		
Juventude	30.000	30.000	30.000		
Desporto	26.300	18.600	18.600	7.700	7.700
Organizações Sindicais	10.000	10.000	10.000		

Adaptação a partir de Ferreira, 2002.

Os 29.000 contos prescritos no PI, para 1996, tinham como previsão modernizar o sector, não especificando se a verba seria aplicada exclusivamente no sector público ou se contemplava a imprensa privada. Por outro lado, o governo não especificou que sectores seriam privilegiados: rádio, televisão, agência informativa, jornais ou *on-line*. As Grandes Opções do Plano 1997-2000 punham a tónica na imprensa privada, diagnosticando sobretudo duas grandes problemáticas no sector: dificuldades decorrentes da insuficiência de recursos humanos qualificados; dificuldades da iniciativa privada em assumir o risco. O documento realça que não se conseguiu inverter a situação em que o estado se posicionava como o principal actor do sector da imprensa e que o único jornal com mais de uma tiragem semanal era propriedade do estado ('Horizonte'). No entanto, nem o próprio estado conseguiu assegurar, por muito tempo, mais do que uma edição semanal do seu jornal.

No segundo mandato de Carlos Veiga (legislatura 1996-2001), a retórica política em relação à comunicação social centrava-se em dois pontos: dinamização da imprensa privada e reforma do sector público. Tanto as Opções do Plano 1997-2000 como o Plano de Desenvolvimento 1997-2000 referiam-se à comunicação social como instrumento para aprofundar a democracia. Porém, configuram-se como uma grande declaração de intenções, manifestando o desígnio de promover o sistema democrático através da implementação de uma cultura de pluralismo. O discurso do governo apontava para uma aproximação entre os sectores público e privado.

Concordamos com Ferreira (2002) quando diz que o pressuposto central das Grandes Opções do Plano 1997-2000 apresentava uma base pouco sólida, uma vez que tendia a reduzir a consolidação da democracia ao desenvolvimento da imprensa privada. Esta é uma mais-valia para o sistema, porque impulsiona o pluralismo, mas a democracia não depende unicamente do seu dinamismo. Os órgãos do estado têm também um papel importante neste sentido. A imprensa privada, só por si, não consegue garantir o fortalecimento do sistema democrático, precisando, para isso, de uma conjuntura favorável e de condições e abertura de mentalidade complacentes com uma sociedade pluralista.

O programa do governo de 1996-2001 para a comunicação social é praticamente uma cópia do programa traçado para a legislatura anterior, o que mostra que quase nada foi efectivado. Os problemas são os mesmos, a mesma abordagem e o mesmo discurso. Os investimentos continuaram distanciados das necessidades do sector. Em 1996, por exemplo, o Orçamento do Estado contemplava uma verba de 596.823.000\$00 para o gabinete do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, que tinha a tutela da comunicação social. Desse montante, 244.379.000\$00 seriam gastos com as despesas correntes e 352.444\$00 seriam aplicados em investimentos. Dessa fracção, uma parcela mínima foi parar ao sector mediático. O quadro n.º 3 dá-nos um retrato do problema.

Quadro n.º 3.

<b>Orçamento Privativo dos Fundos e Serviços Autónomos</b>				
<b>Despesas de Funcionamento – 1996</b>				
<b>Moeda de Referência: Escudos Cabo-verdianos</b>				
Classificação Orgânica dos Serviços	Receitas Próprias	Subsídio do Estado	Total das Receitas	Total das Despesas
Chefia do Governo				
Televisão Nacional	48.000.000\$00	22.000.000\$00	70.500.000\$00	70.500.000\$00
Rádio Nacional	33.010.000\$00	22.500.000\$00	55.510.000\$00	55.510.000\$00
Agência Noticiosa	7.340.000\$00	14.000.000\$00	21.340.000\$00	21.340.000\$00
Novo Jornal	13.402.000\$00	16.000.000\$00	29.402.000\$00	29.402.000\$00
Total para os <i>media</i> estatais		74.500.000\$00		
Total de subsídio		824.664.000\$00		

Adaptação a partir de Ferreira, 2002.

A prova da desvalorização do sector está patente, também, no desinvestimento que o sector conheceu ao longo das duas legislaturas. O quadro n.º 3 apresenta-nos uma situação em que a rádio do estado, ‘RCV’, foi o órgão público que mais ajuda estatal recebeu no ano em que arrancou o segundo mandato de Carlos Veiga, sendo a televisão nacional aquele que mais receitas próprias conseguiu, alcançando um montante superior ao dobro do investimento estatal. Se o subsídio previsto para a televisão pública, em 1996, cobria 31,2% das despesas do seu funcionamento, para a rádio o mesmo correspondia a 40,5% das despesas. O apoio ao ‘Novo Jornal de Cabo Verde’ e à ‘Inforpress’ ultrapassava os 59% (54,4% e 65,6%, respectivamente).

Quadro n.º 4.

<b>Programa Plurianual de Investimentos Públicos 1998-2000<sup>16</sup></b>			
<b>Referência do quadro: Contos (mil escudos)</b>			
<b>Moeda de Referência: Escudos Cabo-verdianos</b>			
	1998	1999	2000
Desenvolvimento do Mercado e Moder. do Sistema de Gestão Pública	991.970	822.820	630.350
Valorizar o Território e os Recursos naturais	3.047.389	3.098.964	3.192.051
Infra-estruturas Económicas e de Transportes	4.331.026	4.748.735	4.223.149
Promoção e Desenvolvimento Humano e Social	3.141.015	3.183.894	3.404.450
Reforço e Consolidação da Democracia	818.600	655.587	1.150.000
Reforma do Sistema Judiciário	648.600	485.000	980.000
Comunicação Social	20.000	20.587	20.000
Reforma do Parlamento	150.000	150.000	150.000
<b>Total</b>	<b>12.330.000</b>	<b>12.510.000</b>	<b>12.600.000</b>

Adaptação a partir de Ferreira, 2002.

A verba para o sector da comunicação social foi inscrita no capítulo sobre ‘Reforço e Consolidação da Democracia’ e, como Ferreira observa, trata-se de uma “classificação coerente com as justificações ideológicas relativas ao pluralismo e liberdade de expressão, veiculadas em todos os documentos analisados” (2002: 93). Entretanto, um olhar atento ao quadro n.º 4 mostra-nos que a questão do reforço e consolidação democrática é aquela que menos orçamento teve e, dentro dela, a rubrica sobre a comunicação social é a menos beneficiada, chegando mesmo a receber uma pequena quantia do plano do investimento. Dos cerca de 12.500.000 contos anuais que orçamentavam o investimento público para 1998-2000, apenas 20.000 contos eram destinados ao sector mediático.

Pressentindo o fim do seu mandato, o governo tentou fazer um diagnóstico do seu trabalho, no Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000, apresentando alguns resultados conseguidos. Desses,

<sup>16</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000 – Ministério de Coordenação Económica.

apenas dois pontos dizem respeito a intervenções estruturantes para o sector mediático: desenvolvimento do projecto de optimização da rede nacional de emissão, tendo sido activadas algumas destas estações e instalados 13 emissores e retransmissores, o que permitiu cobrir cerca de 80% do país e eliminar muitas zonas de sombra; e a criação das delegações televisivas de Sal e de São Vicente. De resto, todas as restantes medidas anunciadas como concretizações do governo do MpD são políticas decorativas ou intervenções pouco significativas, como por exemplo a aquisição de seis aparelhos televisores comunitários para beneficiar alguns povoados desfavorecidos.

Para além da contribuição na melhoria da legislação, da abertura de algumas delegações dos meios audiovisuais e da optimização da rede nacional de emissão, poucas foram as medidas que explicam a existência de uma pasta de comunicação social durante os governos do MpD. A liberdade de imprensa, que abunda em quase todos os documentos produzidos, nem sequer foi mencionada no diagnóstico das actividades. A segunda legislatura do MpD defendia a reestruturação dos *media* estatais e o reforço da liberdade de imprensa. Ferreira recorda que “o governo produziu um discurso de *mea culpa*, em 1996, auto-acusando-se de instabilidade governativa referente ao sector mediático; incapacidade de providenciar segurança social aos agentes mediáticos; incapacidade, até ao momento, de desenhar um modelo institucional adequado ao sector; e incapacidade de selecção de agentes mediáticos com formação adequada, daí resultando heterogeneidade dos recursos humanos, com impacto negativo; e insuficiência de recursos com formação adequada” (2002: 72). Leão Lopes complementa: “deixei lá um projecto que, em parte, foi compreendido e foi posto em prática, mas também foi combatido imediatamente, até pelos jornalistas. Foi o projecto da Radiotelevisão Cabo-verdiana, que veio a consolidar-se, mas não com aquele formato inicial que tinha programado. De qualquer forma, avançou. Nessa estrutura, nunca se entendeu várias peças fundamentais: a iniciativa privada, as rádios e as televisões comunitárias. Parece que todo o mundo tem medo da televisão. Continuamos ainda com medo da comunicação social. Não temos ainda uma visão da comunicação social como uma instituição alargada, fundamental para a consolidação do processo democrático, para a educação social, para a educação cultural em geral. Isto vem desde o fascismo” (Entrevista: 17.10.2008). Neste sentido, o ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social no governo de Carlos Veiga (década de 90 do séc. XX) recorda que propôs a extinção da tutela da comunicação social, com a finalidade de se criar um Ministério da Cultura e da Comunicação que abrangesse todos os sectores da comunicação, de forma a criar uma cultura de comunicar no país. No entanto, estranha que o próprio MpD, que num primeiro momento aderiu ao projecto, tivesse voltado atrás. Depois dessa análise das políticas, faz sentido compreender como é que elas resultam na arena da protecção da liberdade de imprensa.

## 1.2. Análise do direito à liberdade de imprensa: Perspectiva discursiva

A questão da liberdade de imprensa parece ter sido, ao menos no plano formal, uma das preocupações do executivo de Carlos Veiga que, na elaboração dos dois programas de governo da década de 90, realça que, numa sociedade pluralista e democrática como a cabo-verdiana, as notícias divulgadas pelos *media* estatais devem reflectir a diversidade ideológica e o pluralismo de opiniões, salvaguardando, por outro lado, a liberdade criativa e de opinião. Neste sentido, o governo propôs-se zelar para que todas as correntes de opinião tivessem acesso à imprensa pública. Prometeu garantir o pluralismo nos órgãos estatais, revendo a Lei da Imprensa que vinha desde o Partido Único para proceder com a sua adequação às novas prerrogativas constitucionais.

Claramente uma preocupação central, ao nível do discurso dos políticos, a liberdade de imprensa surgiu nos dois programas de governo do MpD como um dos bens supremos da democracia cabo-verdiana, pelo que o executivo propôs uma fiscalização permanente ao seu exercício. Considerou que dela emana o respeito pela isenção e pluralismo de opinião, sendo também o factor de garantia da independência dos jornalistas. Em quase todos os documentos, havia uma referência à questão da liberdade de imprensa, considerando-a como um dos direitos primários para o exercício da cidadania.

Em 1991, o relatório do governo anunciava que a liberdade de expressão já estava assegurada e que a imprensa era livre e pluralista. Um dos triunfos apresentados foi a abolição do artigo 50.º da Lei da Imprensa da Iª República. Ferreira (2002) compara os relatórios das duas legislaturas do MpD e realça que nessa última (1996-2001) a preocupação era do foro ideológico. “A tónica era posta na liberdade de expressão, no pluralismo nos *media*, na abertura do sector à iniciativa privada, na revogação do artigo 50º da Lei de Imprensa, e na revisão do Estatuto do Jornalista” (Ferreira, 2002: 78). No entanto, não havia propriamente uma diferença de fundo entre a ideologia veiculada pelos dois documentos, até porque o relatório da segunda legislatura retoma muitos pontos abordados no primeiro relatório, sendo a liberdade de imprensa e a revogação do artigo 50º algumas dessas linhas de força. Portanto, há uma continuidade da retórica, tornando a liberdade de imprensa no núcleo central do edifício governativo em matéria da comunicação social. No discurso político e nos programas de governo, articulavam-se três matérias importantes: imprensa privada, liberdade de imprensa e aprofundamento da democracia.

Sendo o fortalecimento do regime uma aspiração manifestada pelo governo, estranha-se que, na maioria dos documentos produzidos, mostrou que o seu entendimento era o de que a imprensa privada fosse o último reduto para salvar a qualidade da democracia. Esta postura ignora o papel da imprensa estatal no fortalecimento do sistema democrático. Isto significa que o governo passou a si próprio o

atestado de incapacidade para dinamizar o sector mediático. Ao vaticinar a imprensa privada como a alavanca da democracia, presume-se a existência de condições de independência editorial e liberdade jornalística. Porém, o governo teve grandes dificuldades em conviver com a liberdade de imprensa.

As Grandes Opções do Plano de 1997-2000 não ignoram a questão da liberdade de imprensa. Aliás, a primeira frase que abriu o ponto sobre a imprensa, reafirmava a ideia que vinha desde 1991, argumentando que ‘o triunfo da democracia significou também a liberdade de imprensa’. O documento continua, anuindo ainda que o quadro jurídico do país permite o ‘exercício efectivo da liberdade de imprensa, tanto no que respeita à liberdade do jornalista como no que concerne à criação de órgãos de imprensa’. Porém, há um enorme ‘fosso’ que separa a retórica política da prática do jornalismo. Apesar de toda a produção legislativa e de inúmeras declarações de intenções, apontando para uma fiscalização do exercício da liberdade de imprensa no sentido de efectivar a garantia desse direito fundamental, na prática, “entre 1991 e 1998, as relações entre o governo e os jornalistas, que começaram por ser de expectativa positiva para ambas as partes, tornaram-se agressivas” (Ferreira, 2002: 105). Se nos primeiros meses após a abertura política não houve tanta críspação entre os jornalistas e os políticos foi porque ainda se respirava o alívio do afastamento do regime de Partido Único e as acções políticas procuravam responder à ânsia pela liberdade que tinha acompanhado o povo cabo-verdiano, desde a formação da sua consciência nacionalista, uma vez que o problema não ficou resolvido com a proclamação da independência nacional. Passados alguns meses do início da IIª República, a então classe política dirigente começou a sentir-se incomodada com a movimentação dos jornalistas, dando sinais de querer controlar a imprensa e recuperar as práticas do passado. Muitas vezes, os processos judiciais serviram como mecanismos de amedrontamento aos jornalistas para tentar ‘domesticá-los’, no sentido de produzirem uma informação inofensiva para a classe política dirigente. Os anos 1994 e 1995 ficaram marcados “por uma catadupa de processos judiciais, por despedimentos e por uma luta entre jornalistas, individualmente, e governo” (Ferreira, 2002: 105).

Durante a década de 90, o jornal ‘A Semana’ foi o principal órgão informativo com uma visão antagónica à do governo, o que lhe rendeu muitos processos judiciais. “Quando os artigos em causa não estão assinados, é o director do jornal que responde pela sua publicação. E até ao momento, Filomena Silva, como directora, tem sido uma presença constante nas salas do tribunal. Na sua opinião, o grande problema reside no facto de não haver independência do poder político, por parte dos tribunais. Ainda não foi presa, mas já foi condenada a pagar algumas multas, muitas das quais pagas por cidadãos nacionais ou emigrantes nos EUA, que se solidarizaram com o jornal” (Centeno, 1998: 189). Os processos judiciais acompanharam os jornalistas ao longo da última década do séc. XX.

Os anos 1997 e 1998 caracterizam-se por uma luta que envolveu jornalistas e sindicatos, no sentido de dirimirem o desemprego e clarificar as novas condições de trabalho. No entanto, “o ano de 1996, que se seguiu às segundas eleições legislativas e que foi o de assunção de culpas por parte do governo relativamente à situação dos *media*, foi relativamente calmo e constituiu uma pausa no conflito” (Ferreira, 2002: 105). Porém, os instrumentos do Partido Único, e, mais atrás, do próprio poder colonial, davam alguns sinais de vitalidade. Do choque entre a liberdade de imprensa e a tentativa de controlo, resultou um excesso de processos judiciais, inúmeras repressões sobre jornalistas, recurso dos jornalistas aos sindicatos, paralização do Conselho da Comunicação Social, falta de incentivos ao sector privado, luta pela imposição de modelos de informação na televisão pública. Essas questões denunciavam a verdadeira face de um regime de democracia recente que estava em construção.

Centeno (1998) recorda que, mesmo protegido pela Constituição, o direito à liberdade de imprensa era constantemente violado por actores políticos, pessoal administrativo, dirigentes e profissionais dos *media*. O PAICV substituiu o MpD no poder, em 2001, mas os problemas do sector continuaram sem uma solução política. O PAICV viria a herdar o discurso do MpD de que a comunicação social constituiria a pedra angular para a solidificação do sistema democrático, mas a regulação continuou ineficiente. O próprio programa do governo apontou o dedo ao período de governação do MpD, frisando que o executivo teria herdado problemas de um passado recente que necessitariam de uma resposta. Porém, há a destacar o facto de os responsáveis pelo governo do PAICV não se dedicarem a mover processos judiciais contra os jornalistas como aconteceu na década anterior. Se, num plano discursivo, o governo do PAICV vai assumir uma ruptura com a governação anterior, na arena das práticas iremos ver que os procedimentos são idênticos. Tal como o governo do MpD, também o do PAICV transitou do primeiro para o segundo mandato com o mesmo caderno de encargos para com a comunicação social, já que o programa do governo era exactamente o mesmo. Outrossim, tal como o governo do MpD levou quase dois mandatos para abrir o sector da rádio aos privados, exceptuando-se o caso da rádio da Igreja Católica, também o do PAICV viria a precisar de um lapso de tempo semelhante para liberalizar o sector da televisão. As duas liberalizações contaram com pressões provenientes de fora do quadro governativo. No caso da radiodifusão, surgiu a 'Rádio Comercial', que começou a ter problemas com o governo devido à questão do licenciamento. No sector da radiotelevisão, fundou-se a 'TVP', que justificava a ilegalidade das suas emissões com o facto de o governo não abrir concursos para a atribuição de licenças aos privados. Um e outro foram encerrados, sendo que a 'TVP' esperou por uma intervenção do tribunal. Isso mostra que, também no governo do PAICV, as políticas de comunicação se fizeram na base de uma contradição entre o plano discursivo e o plano da acção.

**2.1. O sector da Comunicação Social**

Quando o PAICV regressou ao poder, em 2001, uma grande parte da legislação para o sector da comunicação social já tinha sido viabilizada pela maioria parlamentar do MpD da década de 90, pelo que o sector estava, de uma forma geral, regulamentada. Porém, a reactivação da entidade reguladora, atribuindo-lhe um maior protagonismo, tinha mostrado a sua ineficácia no tempo da governação do MpD. Assim, o governo poderia criar condições para implementar uma verdadeira entidade reguladora. Não podendo substituir o órgão, tendo em conta a sua protecção constitucional, haveria a possibilidade de dinamizar a sua actividade. Diante deste cenário, apresentou um programa para 2001-2006, cujo primeiro capítulo não fazia qualquer referência ao sector. Só no segundo capítulo, intitulado 'Aprofundar e consolidar a democracia', o programa se aproxima do terreno mediático. Dificilmente explicaria as políticas de aprofundamento do sistema democrático, ignorando o sector mediático, uma vez que a imprensa livre é o 'oxigénio' de qualquer sistema de democracia. Desta forma, o programa demonstrou a vontade do executivo de inaugurar uma nova era da democracia cabo-verdiana, orientada para a consolidação do sistema, apostando na comunicação. Assumindo que iria cortar com a tendência da governação do MpD, o governo de José Maria Neves afirma que a orientação do seu programa aspira à reforma e renovação do estado e ao reforço dos direitos, liberdades e garantias. Para isso, entendeu ser necessário 'uma comunicação social assente nos pilares da liberdade e da modernidade'.

Para além das questões da liberdade de informação, o executivo de José Maria Neves estabeleceu, por um lado, que, ao longo da legislatura, haveria uma preocupação central com a afirmação da comunicação social como instrumento do desenvolvimento. Por outro lado, reconheceu a importância da imprensa na afirmação do cabo-verdiano como um ser de liberdade e autonomia, aberto à modernidade. Verifica-se, no programa do governo, a ideia de aprofundamento da cultura e da identidade nacionais através de uma aposta na imprensa. Esta é pensada como veículo de promoção da cultura e dos valores do sistema democrático e mecanismo que contribui para a protecção dos direitos humanos. Para isso, era preciso 'introduzir reformas substanciais' porque, como o governo afirma, 'o passado recente lega-nos constrangimentos que urge ultrapassar'. Sobre essa base sociológica, lançaram-se as propostas: reformar e modernizar o sector público da comunicação social,



procurando a desejada normalidade de funcionamento num contexto de rigor e autonomia. Este objectivo recomendava o estudo de um plano de redimensionamento dos quadros e serviços da RTC e da Inforpress, bem como a reestruturação económica e financeira das mesmas. No entanto, terminou a legislatura e a situação das duas empresas mediáticas do estado continuou inalterada.

As duas empresas públicas de comunicação social praticamente não sofreram qualquer alteração, continuando a padecer dos mesmos problemas: excesso de pessoal, baixa produtividade, pouca qualidade de serviços, deficientes estruturas físicas e materiais, falta de diversidade de programação e um serviço informativo pouco atractivo. O governo prometeu criar as condições necessárias para o desengajamento do estado da esfera da imprensa escrita, o que só foi conseguido em 2007, já numa outra legislatura. Para o sector do audiovisual, prometeu, em 2001, modernizar os serviços de radiodifusão e de televisão, procurando elevar a qualidade dos seus produtos. Também entendeu que a melhoria do serviço público e a cobertura de todo o país era um dos seus planos de acção. No entanto, o sector público do audiovisual, sobretudo no caso da televisão, permaneceu inalterado. Na 'TCV', continuou a senda de substituição dos directores, que, dificilmente, completavam um ano de gestão. A programação continuou desinteressante, pobre e com pouca produção nacional.

Relativamente ao sector da agência noticiosa, o governo prometeu modernizar a Inforpress, dotando-a de capacidade para melhorar os seus serviços. Tanto esse objectivo como a ideia de reforçar as emissões da rádio em ondas curtas, que levaria 'Cabo Verde' às comunidades espalhadas pelo mundo, não passaram de declarações de intenção. Em matéria de comunicação social, os sucessivos governos têm negligenciado a comunidade cabo-verdiana no exterior. Só recentemente os *media* estatais começaram a explorar os recursos da Internet como plataformas de comunicação.

A ideia de melhorar a comunicação social através da cooperação internacional está presente em vários pontos do programa do governo. Fala-se na criação de incentivos ao intercâmbio internacional e à co-produção televisiva com diferentes países, designadamente os da CPLP; promoção, em cooperação com os departamentos governamentais responsáveis pela educação e pela juventude; estudos conducentes à criação de um serviço público de televisão escolar e educativa; alargamento das redes de correspondentes da 'Inforpress' nos países da CPLP e em todos os demais onde os interesses das comunidades cabo-verdianas o justifique, entre outras formas, através da troca de serviços com agências locais. Tudo isso não passou de uma grande declaração de intenções. Fora do plano das ideias, nota-se que continuaram as mesmas bases de cooperação internacional. Portugal continua a ser o principal parceiro na matéria, havendo alguma sinergia entre a 'TCV' e a 'RTP África' na cobertura de determinados acontecimentos e alguma troca de conteúdos entre as duas estações.

Entre outras ideias, o governo pretendeu empreender a alteração da lei da imprensa, adaptando-a à modernidade e à sociedade de informação. Porém, até 2009, manteve em vigor a Lei de imprensa e agência de notícias (Lei n.º 58/V/98). Só em 2010 começou a reforma legal, que mereceu muitas críticas da oposição por ter sido feita a menos de um ano das eleições legislativas de 2011. Também, o executivo mostrou a intenção de reforçar institucionalmente o Conselho da Comunicação Social, mas a entidade continuou sem cumprir as suas atribuições. Prometeu, ainda, socorrer-se da maioria parlamentar do PAICV para legislar sobre a comunicação social, com vista a produzir o regulamento da carteira profissional e o plano de cargos, carreiras e salários. Em relação à Carteira Profissional, criou em 2004 o regulamento, seguindo-se a nomeação dos membros da comissão. Até final de 2009, ainda não tinha emitido qualquer título, deixando o mercado profissional do jornalismo a funcionar de forma anárquica. Quanto à liberalização do sector televisivo, o regulamento do concurso chegou tarde, a ponto de não se conseguir, na terceira legislatura da II.ª República, implementar a TV privada em sinal aberto. Relativamente ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005, é de registar o Programa n.º 6, intitulado Organização e Modernização da Comunicação Social, cuja estratégia definida reconhece que “uma Comunicação Social assente nos pilares da liberdade e da cidadania, a funcionar de forma livre, independente e pluralista, esteio do necessário e salutar espírito crítico na comunidade nacional, é um factor que caracteriza um Estado Democrático” (Ministério das Finanças, 2002: 79). Desta forma, identificam-se as principais reivindicações do sector: definição de uma política nacional de comunicação para o desenvolvimento, onde se traçam as políticas e as estratégias de um serviço público de informação para o desenvolvimento; deficiências no âmbito legal e financeiro; ausência de uma política/definição da grelha salarial comum para os profissionais, incluindo os trabalhadores gráficos; ausência da política de mecanismos de fiscalização e/ou prestação de contas; deficiente gestão de recursos materiais e equipamentos postos à disposição das empresas públicas; fraca qualificação dos recursos humanos (Ministério das Finanças, 2002). No entanto, uma análise ao Orçamento de Investimento para 2001 mostra uma fraca aposta no sector da comunicação social, enquanto área de investimento, já que não há nenhum item relacionado com os *media*. Já para 2002, a comunicação social conheceu um financiamento de investimento de 2.750.000\$00/23.429 euros, quando o Programa de Investimento Público (PIP) foi orçado em 14.196.903.777\$00. Em 2003, o PIP conheceu uma ligeira queda, baixando-se para 13.948.647.166\$00, mas registou-se um aumento significativo no investimento para o sector mediático, batendo a fasquia dos 13.490.612\$00. Em 2004, voltou a registar-se a tendência de queda no investimento público, reflectindo-se no financiamento disponibilizado ao sector dos *media*. O quadro n.º 5 apresenta-nos as oscilações no investimento.

Quadro n.º 5.

Investimento Público no Sector da Comunicação Social Moeda de Referência: Escudos Cabo-verdianos		
Ano	Total do Investimento Público	Investimento na Comunicação Social
2001	12.947.744.454	—
2002	14.196.903.777	2.750.000
2003	13.948.647.166	12.077.211
2004	8.167.016.202	2.691.000
2005	8.845.363.770	19.180.000

Se formos analisar os períodos anuais em termos comparativos, podemos verificar que se registam grandes oscilações de ano para ano. Temos variações relativas que se situam entre 78% e 613%.

Quadro n.º 6.

Investimento Público no Sector da Comunicação Social Moeda de Referência: Escudos Cabo-verdianos					
Ano		Ano		Variação	
				Absoluta	Relativa %
2001	—	2002	2.750.000	—	—
2002	2.750.000	2003	12.077.211	9.327.211	439
2003	12.077.211	2004	2.691.000	- 9.386.211	-78
2004	2.691.000	2005	19.180.000	16.489.000	613

Há outros pontos, que constam no programa, que não tiveram reprodução nas acções do governo. Na avaliação do primeiro mandato do PAICV durante a 1ª República, o Gabinete de Estudos Estratégicos (GEE) do MpD produziu, no final de 2005, um documento de 126 páginas, dedicando apenas 12 linhas ao sector mediático. Estes dados são sintomáticos da pouca importância que tem sido atribuída ao sector dos *media*, a começar pela actual oposição. No entanto, nas poucas linhas dedicadas ao sector mediático, os autores do documento intitulado *O Estado da Nação – É preciso falar verdade* sustentaram que se regista uma falta da liberdade de imprensa que abrange sobretudo a ‘TCV’. O GEE realçou ainda outros incumprimentos do governo, como a alteração da legislação que regulamenta o sector da imprensa. Olhando para o programa do governo de 2001-2006, muitos projectos ficaram por cumprir. A reforma e a modernização do sector público da comunicação social, que passava por dotar os órgãos do estado de mais meios técnicos, humanos e financeiros, não passaram de uma promessa.

O programa de 2006-2011 foi uma continuidade do programa da legislatura anterior. Isso mostra que o programa de 2001-2006 para a comunicação social não foi cumprido, uma vez que, se as suas linhas de força já estivessem implementadas, haveria a necessidade de abrir novos horizontes e outras perspectivas. Portanto, a mesma continuidade que se registou no programa que levou o MpD da primeira para a segunda legislatura. Os dois partidos tiveram idênticos procedimentos nessa matéria. Tal como fizemos na análise das políticas dos dois governos do MpD, também faz sentido compreender como é que as políticas públicas dos governos do PAICV, de 2001 a 2009, resultam na estruturação da liberdade de imprensa na sociedade cabo-verdiana. Compreender o plano discursivo sobre o qual assentam as políticas governamentais para os *media* é importante porque, quando correlacionado com factores sociológicos e com as práticas jornalistas, ajudar-nos-á a compreender melhor a dimensão e a natureza do edifício do direito à liberdade de imprensa erguido entre 1991 e 2009.

## **2.2. Análise do direito à liberdade de imprensa: Perspectiva discursiva**

A liberdade de imprensa foi uma das preocupações dos programas do governo do PAICV. O próprio subtítulo do ponto relacionado com o sector dos *media* traz, de forma explícita, a palavra liberdade: 'uma comunicação social assente nos pilares da liberdade e da cidadania'. No texto introdutório às linhas de força para o sector mediático, reconhece-se que a existência de uma comunicação social livre, independente e pluralista, esteio do necessário e salutar espírito crítico na comunidade nacional, constitui factor caracterizador do Estado Democrático, desde logo pelo papel que se lhe atribui na garantia do exercício do direito à livre expressão do pensamento e à criação, bem como do direito de informar e de se informar. Esta orientação do governo para o sector ganha força quando o mesmo documento encara a imprensa como instrumento do desenvolvimento do país, por via da elevação cultural do cidadão nacional como um ser que exerce a sua liberdade de consciência, de pensamento, de opinião e de religião. O governo interpreta a liberdade como factor de desenvolvimento humano, atribuindo à comunicação social um papel substancialmente importante na transformação social.

O programa do governo de 2001-2006 relaciona a comunicação social cabo-verdiana, ancorada na cultura e na identidade nacionais, com os valores intrínsecos ao sistema democrático. Subjacente à democracia, subsistem valores como a liberdade e a autonomia individual. A liberdade é, antes de mais, um princípio para o pluralismo. Este conceito também se articula com o de democracia, uma vez que, quando não há pluralismo de partidos políticos, opiniões e meios de comunicação social, não podemos dizer que estamos numa sociedade democrática. No jornalismo, estes conceitos jogam um

papel extremamente importante. O jornalista só conseguirá alcançar a verdade dos factos em contextos de liberdade profissional. O pluralismo ideológico potencia, outrossim, o confronto de visões e opiniões. É neste contexto que a verdade pode distinguir-se da falsidade, porque o choque entre elas desmonta os argumentos que não se encontram suportados numa base de veracidade.

No programa do governo de 2001-2006, o executivo reconhece que o intervencionismo nos órgãos do estado, especialmente quando conduz à manipulação, à censura e à ausência do contraditório, constitui uma marca altamente perniciosa e de directas consequências negativas, seja para a qualidade da prestação desses órgãos de comunicação social, seja para a consolidação da classe jornalística, seja ainda para a solidificação do sistema democrático. O programa é categórico quanto à preservação da liberdade de imprensa: “desde logo, tem-se como princípio essencial assegurar aos órgãos de comunicação social do estado e aos seus profissionais o indispensável ambiente de liberdade, isenção e independência, sempre numa perspectiva de qualidade, profissionalismo e rigor nas suas prestações aos cidadãos”. Porém, o Gabinete de Estudos Estratégicos do MpD avaliou as políticas do governo de José Maria Neves para o sector, realçando a falta da liberdade de imprensa, sobretudo no sector da televisão: recorda que o governo “prometeu uma comunicação social assente nos pilares da liberdade e da cidadania. O que se passa na ‘TCV’ é um exemplo paradigmático de manipulação” (2005: 41).

A guerra entre o governo e a oposição em matéria da liberdade de imprensa tem sido uma constante. Durante os dez anos de mandato do MpD, o PAICV não se cansava de criticar o governo por instrumentalizar os órgãos do estado, intimidando os jornalistas. Com o regresso do PAICV ao poder, o MpD tem criticado duramente a forma como o governo do PAICV lida com a imprensa, sobretudo a estatal. No centro das acusações de manipulação está a televisão pública, um dos órgãos de comunicação social mais apetecível aos governos e partidos políticos. A força da imagem torna a televisão num meio de comunicação excepcional, servindo inteiramente os políticos para pacificar o ânimo dos eleitores, num país onde o desemprego e a insegurança aumentam constantemente. Até 2007, a ‘TCV’ era a única televisão de cariz nacional, havendo retransmissão de vários canais internacionais. De entre todos eles, somente a ‘RTP África’ conta com uma delegação local em Cabo Verde, o que significa que os restantes não produzem conteúdos locais. Neste sentido, percorreu-se um longo caminho até à liberalização do espectro televisivo. Os primeiros passos, antes mesmo de o governo de Partido Único ter pensado em fundar uma estação televisiva, tinham sido dados por Hilário Brito, o precursor da televisão cabo-verdiana, que assumiu por sua conta e risco a instalação de uma primeira estação televisiva no país.

\*\*\*\*\*

# **CAPÍTULO V**

## **POLÍTICAS PARA A TELEVISÃO**

DAS EMISSÕES EXPERIMENTAIS À LIBERALIZAÇÃO  
DO ESPECTRO

**1.1. As aventuras de Hilário Brito**

Só em 1984, com o apoio do Estado português, o governo das ilhas criou a ‘Televisão Experimental de Cabo Verde’ – ‘TVEC’. Mas não foi essa estação que inaugurou a era da televisão em Cabo Verde. Os primeiros passos foram dados por Hilário Brito, que começou a pôr a sua habilidade ao serviço do país. A sua vocação pela electrónica levou-o, desde muito cedo, a trabalhar nos CTT-Correios de Cabo Verde. Sendo o mais velho dos dez irmãos, abdicou dos estudos ao completar o 6.º ano dos liceus, para seguir as pegadas do seu pai. A sua carreira profissional conheceu uma evolução faseada, na medida em que, nos CTT, começou como operador de rádio, passando a telegrafista e alcançando, posteriormente, o cargo de director técnico. Porém, a radiotelegrafia marcou a sua carreira.

Hilário Brito fez quase todo o seu percurso profissional como radiotelegrafista, mas as suas acções não se cingiam àquela profissão, tendo sido também movido pela curiosidade que o levou a subir várias montanhas de Cabo Verde, para instalar emissores em altitude que permitissem captar sinais internacionais. “O gosto pela televisão foi aprimorando antes da independência nacional, ao participar na remodelação das telecomunicações em Cabo Verde, juntamente com outros colegas, tendo posto a funcionar o Centro da Radiocomunicações, em Monte Tchota, Santiago. Dali, consegue captar, pela primeira vez, a estação televisiva das Canárias, levando muitos praienses a deslocar-se ao interior da Ilha de Santiago para assistir às transmissões de jogos de futebol e não só” (Câmara Municipal da Praia, 2006: 37). A revista ‘Praia Santa Maria’ realça que o sucesso alcançado em São Domingos levou Hilário Brito a instalar, na actual Rua 5 de Julho, no Plateau, na sua própria casa, uma estação de televisão, contando com equipamentos pessoais. Assim, pôde transmitir, gratuitamente, programas e telenovelas gravados, que lhe eram enviados em cassete pela radiotelevisão portuguesa. Por isso, Centeno lembra que, em Cabo Verde, qualquer jornalista conhece Hilário Brito, que “continua a emitir de sua casa para todo o arquipélago programas que apanha com o equipamento sofisticado de electrónica que foi adquirindo ao longo dos anos. Agora fica-se pelos desenhos animados, mas houve uma altura em que apanhava as emissões de jogos de futebol e emitia as finais da Taça, colocando uma televisão na sua varanda e enchendo a rua de pessoas” (1998: 52-53). Hilário Brito ficou conhecido, pela sua perspicácia, como um homem que não cruzou os braços à espera que os países desenvolvidos tomassem a iniciativa de levar a ‘boa nova’ da televisão aos cabo-verdianos.

Sem qualquer benefício financeiro, Hilário Brito investiu em meios materiais e aplicou a sua sabedoria ao sector da televisão, 'capturando' programas de canais internacionais e retransmitindo-os em Cabo Verde, numa altura em que os aparelhos televisores eram praticamente inexistentes no arquipélago, dado que não havia acesso aos conteúdos, a não ser os transmitidos em videocassetes. Com as aventuras de Hilário Brito, começaram a surgir os primeiros telespectadores, em Cabo Verde, que se deixaram seduzir pela magia da televisão. Foi assim que, nos anos 80, algumas famílias começaram a comprar televisores para que, a partir dos seus lares, pudessem sintonizar os sinais da 'TV Hilário', que passou a produzir alguns conteúdos próprios, tratando o quotidiano da Cidade da Praia.

A televisão de Hilário Brito fazia uma mescla de conteúdos, juntando num mesmo canal de emissão produtos próprios com conteúdos pirateados. Este processo procurava satisfazer o público com uma mistura de conteúdos que iam compondo a emissão, consoante os materiais que chegavam. Isso mostra que a emissão não é o resultado de um alinhamento premeditado. Não podendo negar as ofertas, devido à escassez de conteúdos e de recursos humanos, técnicos e materiais, Hilário Brito misturava o pouco que conseguia produzir com a sua câmara de filmagem com os conteúdos que lhe eram enviados do estrangeiro e os programas internacionais que captava através de um terminal.

As emissões de Hilário Brito começaram, em primeiro lugar, por se tornar acessíveis na Cidade da Praia e, posteriormente, alastraram-se para outros cantos do país, consoante o investimento feito nas tecnologias de prolongamento de sinais. Mais do que os conteúdos que Centeno (1998) refere (desenhos animados e futebol), a 'TV Hilário' veiculava outros programas, entre eles, jornais televisivos, filmes, telenovelas, músicas, etc. As suas emissões não estavam harmonizadas com o ordenamento jurídico do país. Hilário Brito não possuía licença de emissão e muitos produtos transmitidos não respeitavam o direito internacional de autoria. No entanto, os poderes públicos optaram por uma política de não-intervenção, uma vez que, com o seu esforço pessoal, estaria a fazer aquilo que nem o próprio estado conseguia proporcionar aos cidadãos nacionais. "Se não fosse por ele e pelo gosto que tem pela electrónica, provavelmente não haveria um registo, em 40 bobines, dos momentos vividos aquando da independência de Cabo Verde" (Centeno, 1998: 53). Mais do que não proibir as emissões de Hilário Brito, Bartolomeu Varela, antigo dirigente do PAICV, recorda que o partido, às vezes, usava-as, assim como as da 'TV Djibla', em São Vicente – de natureza análoga –, para passar as suas mensagens (Entrevista: 6.1.2009). De acordo com o jornal 'Horizonte' (25.5.2000), há observações que apontam que o segredo para que a 'TV Hilário' tivesse escapado ao espectro do encerramento foi o facto de o seu público-alvo serem pessoas da alta sociedade, sobretudo do mundo da política e do sector económico-financeiro. A visibilidade de Hilário Brito era tanta que, quando o governo pensou na



criação da 'TVEC', Corsino Fortes, então Secretário de Estado para a Comunicação Social, convidou-o para dirigir as primeiras emissões. Assim, surgiu-lhe a oportunidade única de registar, oficialmente, o seu nome nas primeiras páginas da história da televisão cabo-verdiana, aceitando o convite do governo. Esteve cinco anos à frente da 'TVEC', abandonando o sector público 'magoado' com o governo. As experiências de Hilário Brito não constituíram apenas o primeiro passo para a instalação da televisão em Cabo Verde. Foram também um arrear de caminhos para que o próprio estado ganhasse coragem para pensar num projecto de televisão. Por isso, Hilário Brito "é considerado o pai da televisão em Cabo Verde" (Horizonte: 25.5.2000). O seu contributo não ficou pela sua experiência por conta própria, mas também viria a ter um papel preponderante na instalação da estação pública. O serviço público de televisão deve muito ao esforço de Hilário Brito em concretizar um projecto de televisão para Cabo Verde. Do período experimental, que iniciou em 1984, até 2009, o serviço público de televisão percorreu um longo caminho, mas não conseguiu responder às necessidades dos cidadãos.

## **1.2. A Televisão de Serviço Público**

A capacidade de transmitir, em directo, a realidade distante faz com que a televisão seja um dos mais fascinantes mecanismos de comunicação da actualidade. Desde as primeiras experiências televisivas no Reino Unido até ao aparecimento da primeira estação televisiva oficial em Cabo Verde, foram precisos quase sessenta anos. As décadas de 40 e 50 do séc. XX permitiram uma generalização da televisão no mundo ocidental, mas só em 1984 nasceu a 'Televisão Experimental de Cabo Verde' ('TVEC'). Com uma emissão diária de algumas horas, era uma estação amadora, marcada sobretudo por falhas técnicas, falta de recursos humanos e pobreza de conteúdos. Podemos considerar que o período da 'TVEC' foi o momento em que se formaram os primeiros profissionais da televisão no país. Passando o regime experimental, a televisão cabo-verdiana foi baptizada com o nome de 'Televisão Nacional de Cabo Verde' ('TNCV'). Depois da abertura política, o governo levou a cabo a política de reestruturação dos órgãos públicos, procedendo à fusão administrativa entre a rádio nacional e a televisão nacional, dando origem à Radiotelevisão Cabo-verdiana. O processo de fusão entre os dois órgãos fez com que a rádio fosse rebaptizada com o nome de 'RTC FM' e a televisão adquirisse a designação de 'RTC'. Entretanto, o governo de José Maria Neves prometeu, na legislatura de 2001-2006, "reformular e modernizar o sector público da Comunicação Social, procurando a desejada normalidade de funcionamento num contexto de rigor e autonomia", acrescentando que iria levar a cabo um "plano de redimensionamento dos quadros e serviços da RTC, S.A. e da Inforpress, S.A., bem

como a reestruturação económica e financeira das mesmas” (Resolução n.º 5-A de 2001). Em 2004, houve uma pseudo-reestruturação “dos *media* do estado, com definição dos contratos de prestação de serviços para a ‘RCV’, a ‘TCV’ e o estado” (A Semana: 31.12.2004). Na prática, não se viu melhorias.

Com o governo de José Maria Neves, a rádio e a televisão foram, novamente, rebaptizadas, adquirindo as designações de ‘Televisão de Cabo Verde’ (‘TCV’) e ‘Rádio de Cabo Verde’ (‘RCV’). Todo o resto continua como dantes. Manuel Delgado, ex-director do extinto Paralelo14, afirma que o governo não tem sabido ou podido resolver esse problema, alegando falta de verbas para indemnizar os trabalhadores (Delgado: [www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com))<sup>17</sup>.

A ‘TCV’ tem a sede na Cidade da Praia, contando com as delegações de São Vicente, Sal, Fogo e Santa Catarina. O estado promete cobrir todo o arquipélago, com sinais de televisão, mas, em várias zonas, sobretudo nas ilhas montanhosas, a recepção é muito má. Com cerca de 200 profissionais, a RTC é financiada pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), a taxa aplicada aos consumidores e a publicidade.

Em 2002, a União Internacional das Telecomunicações (UIT) deu conta de um projecto co-financiado pela Radiodifusão Portuguesa para informatizar a RTC. O projecto visava “melhorar a qualidade e promover o fluxo de áudio pela Internet. Outros planos incluem a publicação da programação da RTC na Internet, o intercâmbio dos programas de rádio com outras estações no mundo e a produção digital” (UTI: [www.itu.int](http://www.itu.int))<sup>18</sup>. De tudo isso, só há a destacar a entrada da ‘TCV’ para o terreno da Internet, em parceria com a TudoDirecto, seguida da criação do *site* da RTC, que congrega emissões de rádio e de televisão. Quase no final de 2009, a SAPO.cv começou a disponibilizar, em directo, as emissões da ‘Praia FM’, ‘RCV’, ‘RCV-Mais’ e ‘Rádio Comercial’.

Nas vésperas das eleições de 2006, o Gabinete de Estudos Estratégicos do MpD salientava que o desenvolvimento das TIC’s durante a década de 90 “permitia a adopção de um plano de digitalização e de modernização da ‘TCV’ e da ‘RNCV’, tendo em atenção as modernas tecnologias ao nível do *Digital Video Broadcasting* (DVB) e do *Digital Audio Broadcasting* (DAB). Nada foi feito” (Gabinete de Estudos Estratégicos, 2005: 110). Regra geral, as críticas da oposição ao governo são uma constante.

A televisão pública aparenta ser o órgão de comunicação social cuja gestão é a mais instável. Dificilmente um director consegue estar muito tempo à frente da empresa, pelo que poucos são aqueles que conseguem pôr em prática os seus projectos. Fazendo uma análise dos principais acontecimentos que marcaram o ano de 2004, ‘A Semana’ destacou a prolongada crise na direcção da

---

<sup>17</sup> Paralelo14: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=474&Itemid=51](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=474&Itemid=51) (16.9.2006).

<sup>18</sup> International Telecommunication Union (ITU): [http://www.itu.int/ITU-D/ict/cs/capeverde/material/CS\\_CPV\\_p.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/ict/cs/capeverde/material/CS_CPV_p.pdf) (20.8.2006).

TV pública: “a nível institucional, é de referir o tempo que se levou para encontrar o novo Conselho de Administração da RTC e dos sucessivos abalos ocorridos na direcção da ‘TCV’, o que faz da televisão o órgão mais instável da comunicação social nacional” (A Semana: 31.12.2004).

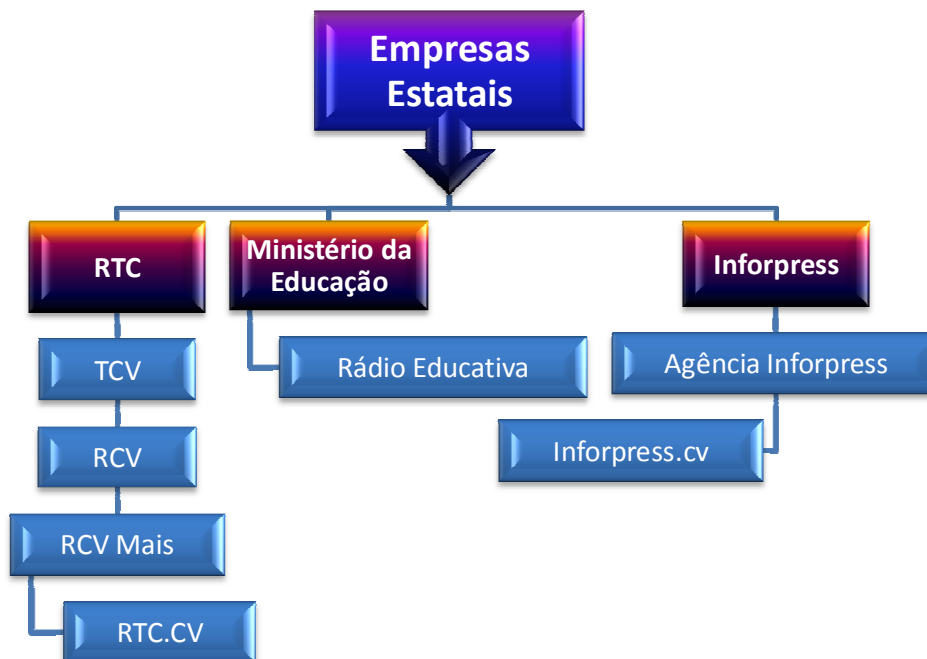
Na senda da entrada e saída de directores na televisão pública, recorde-se que, a 1 de Agosto de 2006, Daniel Medina deixou a direcção da ‘TCV’ devido a alegadas ‘divergências ideológicas’ com Marcos Oliveira, então Presidente do Conselho de Administração da RTC. O jornalista tinha assumido o cargo de director da ‘TCV’ em Fevereiro de 2006 (durou menos de seis meses), substituindo “Isabel Moura Mendes, que teve uma direcção fortemente conturbada e contestada pelos profissionais”. Na altura, Daniel Medina tinha sido apresentado por Marcos Oliveira como “um profissional com um currículo de excelência” e “uma aposta com resultados garantidos” (Expresso das Ilhas: [www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv))<sup>19</sup>. A sua saída provocou um vazio administrativo na ‘TCV’, com a maioria dos seus profissionais a recusar o cargo de director. Rui Almeida Santos, que se encontrava como responsável pela delegação de São Vicente, negou assumir o cargo, depois do convite do Presidente do Conselho de Administração, que o deslocou para a capital. No seio mediático, foi pronunciado o nome de Levy Salomão (da ‘RCV’), que nunca chegou a assumir o cargo. Diante dessa complexidade de gestão, o CA da RTC optou por uma solução temporária, escolhendo Margarida Moreira para assumir interinamente o cargo de directora. O tempo de duração da direcção interina foi muito maior do que se imaginava. Quase um ano e meio depois, a jornalista Margarida Fontes voltou a assumir, a 1 de Janeiro de 2008, o cargo de directora da ‘TCV’. Tal como aconteceu na sua primeira experiência, em 2004, três meses depois já estava demissionária, e Adelina Brito, que era directora de informação, assumiu interinamente a direcção geral da estação televisiva. Posteriormente, seguiu-se Carvalho Santos, que foi deslocado da direcção da ‘Inforpress’ para a da ‘TCV’, substituindo Adelina Brito. Carlos Pulu considera que a ‘TCV’ continua a ser “uma televisão experimental porque, melhorias, houve poucas. Pelo menos, nos programas que eles passam todos os dias, não se vê melhoria nenhuma” (Entrevista: 16.10.2008). Esta análise vai ao encontro das observações de Arnaldo Andrade, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, na altura com a tutela da comunicação social, que lembra que, quando estava no governo, a ‘TCV’ “tinha todos os problemas que os outros órgãos têm e mais alguns. Tinha problemas técnicos complicadíssimos. Era e continua a ser uma televisão que passa à margem do digital. Ainda usa o sistema analógico, num mundo em que este sistema já quase não existe. Cada vez que tentávamos dar um passo éramos travados por esse problema” (Entrevista: 18.6.2008).

---

<sup>19</sup>Expresso das Ilhas: [http://www.expressodasilhas.cv/c\\_base.php?gc=Ver%20notícia&id=1173](http://www.expressodasilhas.cv/c_base.php?gc=Ver%20notícia&id=1173) (9.8.2006).

Se o estado tem o papel de regular o sector da comunicação social, o serviço público também deveria ter uma dimensão reguladora, no sentido de estabelecer padrões de qualidade que poderiam estimular os outros operadores no mercado. Nota-se que o serviço público da comunicação social integra, para além da televisão, três estações de rádio. Até 2007, havia o jornal público, mas este acabou por desaparecer, devido a uma política de desvinculação do estado do sector da imprensa escrita.

Gráfico n.º 1: Organigrama dos *media* Estatais



Por agora, nos detemos na análise do sector da televisão cuja obrigação para com o serviço público exige qualidade nos conteúdos, no sentido de criar referências. Nesta linha de pensamento, a televisão pública deveria ter uma evolução contínua, aprimorando a sua presença no mercado. Tendo em conta o modelo de televisão de serviço público que há mais de 25 anos vigora no país, só agora estando a começar a dar alguns passos no sentido de alargar o serviço noticioso e as horas de emissão, estranha-se que o estado possa exigir dos outros aquilo que nem ele próprio conseguiu fazer.

### 1.3. Enquadramento Jurídico do Sector: A Lei da Televisão

A primeira lei democrática para o domínio da televisão foi aprovada em 1998, com o objectivo de regulamentar o sector e as actividades ligadas à televisão. Aprovada na altura em que o MpD tinha maioria parlamentar, a legislação veio, tardiamente, na sequência da aprovação da Constituição de 1992, que deixou os domínios sectoriais dos *media* entregues ao legislador ordinário. Desta feita,

começa por definir a actividade televisiva como o processo de transmissão ou retransmissão, quer através de sistemas codificados ou em sinal aberto, de imagens não permanentes e sons através de ondas electromagnéticas ou de qualquer outro veículo apropriado, propagando-se no espaço ou por cabo, destinada à recepção pelo público.

A legislação prevê a existência de canais nacionais e regionais, consoante os sinais cobrirem todo o país ou parte do território nacional. No entanto, recomenda que, diante de um processo de atribuição de licenças a privados, seja dada prioridade a projectos que prevêem canais de cobertura nacional, dando ao governo poderes para regulamentar os canais de cobertura regional, tendo em conta a limitação do espectro radioeléctrico. Ao nível da natureza dos conteúdos, a lei classifica as televisões em generalistas e temáticas e, quanto ao acesso, em condicionadas ou de emissão em sinal aberto.

Cumprir os objectivos que a lei traça para as actividades ligadas à televisão implica que os órgãos não estejam ao serviço de actores políticos ou estruturas económicas, que possam desviá-los das suas vocações informativas e formativas para outros objectivos. Aliás, é isso que diz a Lei da Televisão, quando estipula que “a actividade de televisão não pode ser financiada por partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais ou profissionais, confissões religiosas e por autarquias locais ou suas associações, directamente ou através de entidades em que detenham capital” (Artigo 6º). Com esta norma, o legislador quis livrar as televisões de uma dependência excessiva de entidades que possam não ter como finalidade principal explorar a sua actividade enquanto negócio ou prestar um serviço público de qualidade, querendo tirar dividendos políticos ou ideológicos.

Ao governo, atribui-se a responsabilidade de aprovar um plano técnico de organização das frequências, bem como regular as condições técnicas para garantir o adequado funcionamento do sector. Por um lado, deve regular matérias como os sistemas de transporte e difusão de sinais televisivos, assim como a titularidade, formas de gestão e utilização dos mesmos. Por outro lado, tem o dever de definir as bandas, os canais, as frequências e potências reservadas para a emissão e os outros elementos técnicos relacionados com o processo de emissão.

Cabe à RTC assegurar “uma programação de qualidade e de referência que satisfaça as necessidades culturais, educativas, informativas e recreativas dos diversos públicos específicos” (Artigo 21º, n.º 1).

Para isso, é preciso uma programação variada, ancorada numa pluralidade de vozes e numa aposta na neutralidade, não podendo a comunicação social do estado estar ao serviço de um ou de outro partido. Porém, o serviço público da televisão não conseguiu responder às necessidades dos cidadãos, cedendo espaço para outras intervenções. Foi assim que, à revelia do quadro legal, surgiram os operadores clandestinos auxiliados pelas antenas parabólicas, que começaram a dominar o espaço mediático.

#### **1.4. O domínio das antenas parabólicas**

A década de 90 foi muito importante para o desenvolvimento socioeconómico do arquipélago. Com a abertura política e a implementação de novos projectos ligados à construção civil e electrificação do país, houve um interesse da comunidade emigrada que, para além importar novas arquitecturas para reformular a estética urbanística das vilas e cidades do país, começou a transportar as antenas parabólicas, permitindo a captação dos canais internacionais. A partir do início do novo milénio, começou a ‘clandestinização’ das emissões televisivas, com os detentores das antenas parabólicas a assumirem o papel principal. Quase todas as Câmaras Municipais compraram ou receberam antenas parabólicas com as quais procuravam aumentar a oferta televisiva no seio das suas populações. Em 2004, surgiu, em São Vicente, a ‘Televisão do Povo’ (‘TVP’). Propriedade de Carlos Pulu, a ‘TVP’ também utilizava a antena parabólica como mecanismo de recolha de conteúdos internacionais, integrando na sua ‘grelha de programação’ filmes e telenovelas. Carlos Pulu explica o contexto de surgimento da sua estação: “vi que era necessário criar um canal de televisão porque existia um vazio de informação sobre São Vicente. Faltava o noticiário local, o desporto e a cultura porque aquilo que acontece aqui não é dado na televisão nacional. O meu objectivo era criar um canal para dar informações sobre São Vicente” (Entrevista: 16.10.2008). Carlos Pulu acrescenta ainda que pretendia expandir as suas emissões para Santo Antão e São Nicolau, lembrando que tinha projectos para, no futuro, legalizar a sua estação televisiva. Desta feita, sente-se revoltado por considerar que houve uma campanha, com o recurso ao poder judicial, para destruir o seu projecto.

Antes do seu encerramento, a ‘TVP’ já tinha conquistado uma considerável quota de mercado em São Vicente, empreendendo uma forte concorrência à televisão pública e ao ‘Canal d’Zau’, emissão com o recurso às antenas parabólicas da Câmara Municipal de São Vicente. Eduíno Santos, um dos jornalistas que mais criticou as parabólicas, explica o seu contexto de surgimento: “as parabólicas surgem na Ilha de Santo Antão por uma razão simples: em Santo Antão, a orografia não permite receber, em condições, as emissões da ‘Televisão de Cabo Verde’. A transmissão é por feixes, temos aqui uma rocha, as pessoas aqui estão a ver a televisão bem, cem metros depois, não conseguem ver a televisão em condições. Havia esse problema nas zonas de Garça, Cruzinha, Cova da Ribeira. Em grande parte dessas localidades, as pessoas não viam a televisão. Assim, os Presidentes de Câmara dessas localidades entenderam que, se fosse colocada antenas parabólicas ali, a população poderia ter acesso aos canais portugueses. Na altura, foi entendido como uma ‘transgressão pela positiva’” (Entrevista: 15.10.2008). O problema é que as emissões com conteúdos captados através das antenas

parabólicas se traduzem numa concorrência, não só à televisão nacional, como também aos novos projectos de televisão, constituindo-se uma deslealdade para com os comerciantes das antenas parabólicas para o uso individual e os cidadãos que pagam os serviços da televisão por assinatura.

Recordando que sempre aceitou a ‘transgressão pela positiva’, no sentido de os cidadãos terem emissões de conteúdos controlados, Eduíno Santos afirma que nunca aceitou que, na Cidade da Praia, Felisberto Vieira, então Presidente da Câmara Municipal, instalasse as antenas parabólicas, fornecendo à população do município conteúdos da ‘Sport TV’ e de uma série de canais de televisão internacionais, sabendo que os seus habitantes recebiam os sinais da ‘TCV’ em perfeitas condições: “porque é que se vai colocar uma antena parabólica na Cidade da Praia, na Cidade do Mindelo, em Espargos, em Santa Maria, quando as pessoas têm o acesso aos sinais da RTC? Inverteram a questão pura e simplesmente. Para ganharem votos oferecem a ‘Sport TV’” (Entrevista: 15.10.2008).

Aproveitando o precedente em Santo Antão, onde se entendeu que a ‘transgressão pela positiva’ seria uma forma adequada para combater a fraca capacidade da ‘TCV’ em cobrir todos os cantos do país, as autarquias das diferentes ilhas empenharam-se fortemente na divulgação de conteúdos de várias estações internacionais, sem que, para isso, tivessem qualquer tipo de autorização. Portanto, o procedimento está ferido de legalidade. Entrando na onda de disseminar conteúdos internacionais, Carlos Pulu aproveitou para instalar o seu próprio canal televisivo, equipado com um pequeno estúdio, onde produzia alguns conteúdos próprios, contando já com publicidade dos anunciantes locais. Em 2005, na sua observação mundial sobre a imprensa, o Instituto Internacional de Imprensa (IPI: [www.freemedia.at](http://www.freemedia.at))<sup>20</sup> destacou a ‘TVP’, considerando que poderia transformar-se na primeira estação regional em Cabo Verde. No entanto, as determinações da Direcção-Geral da Comunicação Social acabaram por frustrar as ambições de Carlos Pulu. Eduíno Santos lembra que, apesar da amizade que tem para com Carlos Pulu, sempre foi contra a forma como instalou a sua estação televisiva, já que começou a dar passos mais à frente do que as retransmissões feitas pelas Câmaras Municipais (Entrevista: 15.10.2008). Estas apenas contam com um terminal de difusão dos sinais captados através das antenas parabólicas, onde se escolhe os canais que são disponibilizados aos cidadãos. Portanto, os agentes autárquicos não interferem nos conteúdos, fazendo apenas a selecção dos canais que, ao longo do dia, são colocados à disposição da audiência. No entanto, Carlos Pulu tinha um minicentro de produção, que o permitia captar imagens, emitir conteúdos próprios ou de terceiros e trabalhar a publicidade.

---

<sup>20</sup> International Press Institute:  
[http://www.freemedia.at/cms/ipi/freedom\\_detail.html?country=/KW0001/KW0006/KW0146/](http://www.freemedia.at/cms/ipi/freedom_detail.html?country=/KW0001/KW0006/KW0146/) (9.8.2006).

Apesar da diferença dos modos de procedimento, a decisão de fechar a 'TVP' deveria coincidir com uma orientação geral sobre a matéria, desactivando, assim, todos os terminais de retransmissão de conteúdos internacionais, mesmo naqueles casos em que o governo tinha se envolvido na sua instalação. A verdade é que a simples presença dos governantes na instalação das antenas parabólicas ou na inauguração dessas emissões não conferia e nem confere o acto de qualquer legalidade. Sendo um Estado de Direito, Cabo Verde rege-se por leis positivas que o próprio estado está obrigado a respeitar: portanto, o princípio da soberania legal. Confrontado com as críticas que apontam para uma diversidade de ilegalidades nas quais o seu projecto se encontrava envolvido, Carlos Pulu defende-se, afirmando que, na sua estação, a publicidade era irrisória e que apenas alguns comércios pagavam a publicitação dos seus serviços, principalmente discotecas e hotéis (Entrevista: 16.10.2008).

Em Cabo Verde, havia várias pessoas com antenas parabólicas, que, durante largos anos, captavam telenovelas e filmes emitidos por televisões estrangeiras, alugando em videoclubes. Com a 'democratização' das emissões através das antenas parabólicas, as antigas casas de aluguer de vídeos clandestinos viram o negócio completamente arruinado, na medida em que os produtos que vendiam por preços elevados passaram a estar disponíveis gratuitamente. Daí ser legítimo pensar que, se não houvesse uma tentativa de ordenar o ambiente simbólico, embora com sucesso relativo, grande parte dos antigos clubes de aluguer de vídeo se transformariam em pequenos estúdios, que começariam a divulgar os sinais que recebiam através das suas parabólicas, comercializando o espaço publicitário.

### **1.5. Desregulação: as parabólicas, os videoclubes e a morte da lei**

Desde a introdução da televisão em Cabo Verde, em 1984, um longo caminho foi percorrido até à desorganização do sistema. Da 'TVEC' à chegada da 'RTP África', em 1998, vigorou um período em que aparentemente a lei cumpria os seus objectivos, embora, pelo meio, se contasse com as emissões de Hilário Brito e de Djibla (São Vicente), a quem o governo fechava os olhos por serem os pioneiros e nunca se interessarem em viabilizar economicamente os seus canais ou torná-los em instrumentos de combate político ou ideológico. Porém, as emissões ilegais não ficaram só pelas aventuras de Hilário Brito e Djibla. A falta de decisões a montante conduziu o país para uma situação de opacidade jurídica no sector da televisão. O vazio de actuação da parte das entidades competentes fez com que a violação da Lei da Televisão e do direito dos detentores dos sinais internacionais se tornasse numa 'norma'. Armando Silva, delegado da rádio nacional na ilha de São Vicente, lembra que "não é legal um indivíduo receber um sinal, na base de um contrato que estabelece o uso pessoal dos conteúdos que



chegam ao terminal, e redistribuí-lo sem que, para isso, esteja devidamente licenciado” (Entrevista: 13.10.2008).

Na tentativa de regular o sector da televisão, as entidades competentes têm sido confrontadas com situações de grandes contestações populares, como a manifestação de 18 de Agosto de 2006, em que milhares de pessoas saíram à rua, protestando contra a decisão de fechar a ‘TVP’. Os manifestantes ignoraram o carácter ilegal da estação, destacando apenas o facto de lhes prestar um ‘bom’ serviço. A ‘TVP’ tinha funcionado durante alguns anos numa completa (a)normalidade, sem que qualquer entidade se mostrasse preocupada. O governo não tomou qualquer medida, contribuindo até no equipamento das câmaras municipais com antenas parabólicas, ‘patrocinando’, assim, a ilegalidade. “O senhor Primeiro-Ministro não pode dizer que não porque fui com ele a São Nicolau onde ele entregou antenas parabólicas em algumas regiões, como a Covoada; entregou antenas em Juncalinho e em tudo quanto é canto do país. O governo também foi catar votos. Portanto, o governo é o principal culpado desta situação porque se juntou aos ‘fora da lei’”, realça Eduíno Santos, recordando que a inauguração das emissões ilegais merecia a cobertura dos *media* estatais (Entrevista: 15.10.2008).

São três as categorias nas quais integramos as emissões parabólicas: emissões domésticas, emissões clandestinas e clandestinos pré-comerciais.

a) **Emissões domésticas** – com a ‘TVEC’ a surgir em 1984 com emissões de três a quatro horas diárias, a maioria dos cabo-verdianos passou os anos 80 e grande parte dos anos 90 sem o acesso a diversidade de conteúdos televisivos. Isso permitiu nascer o mercado dos videoclubes que fez enriquecer muitas pessoas. Nunca houve qualquer tentativa de regular o aluguer de vídeos, permitindo que os operadores ganhassem dinheiro à custa da inoperância dos órgãos com competência na matéria, entre eles a própria Agência de Regulação Económica (ARE). Com o aumento de nível de vida dos cabo-verdianos, os videoclubes começaram a ser substituídos paulatinamente pelas antenas parabólicas. Estas tinham funcionado, em tempos, como auxiliares eficazes aos negócios dos videoclubes. Os comerciantes clandestinos raras vezes compravam cassetes originais, usando as antenas parabólicas para gravar conteúdos emitidos por canais internacionais. O negócio era rentável porque, para além de não haver qualquer despesa com a aquisição dos conteúdos, a não ser a compra de cassetes virgens, as cassetes gravadas clandestinamente eram alugadas ou vendidas a um preço elevado. Essa tolerância resulta de uma política de ‘não-intervenção’ dos agentes reguladores, fruto de uma ausência de fiscalização. O estado não cumpre os seus deveres, permitindo que alguns indivíduos aproveitem da falta de eficácia dos reguladores para entrar em acção em proveito próprio;

b) **Emissões clandestinas** – a segunda fase das emissões através das antenas parabólicas veio ditar uma crise séria no negócio dos videoclubes, já que, cada vez menos, as pessoas precisavam de alugar as cassetes, surgindo outras alternativas. Nesta fase, as antenas parabólicas apareciam sobretudo associadas às estratégias de intervenção social do poder político, principalmente dos responsáveis autárquicos. A experiência das retransmissões em algumas autarquias fez com que as outras Câmaras Municipais do país e os seus respectivos presidentes se apercebessem do papel das antenas parabólicas no *marketing* político. Por isso, não demorou muito para se tornar numa ‘moda nacional’. A Lei da Televisão de 1998 diz, no n.º 1 do seu artigo 12º, que “os canais de televisão, com excepção dos canais de serviço público, podem ser objecto de licenciamento”. Depois, estabelece que “o licenciamento é precedido de concurso público”, acrescentando ainda que “o governo aprovará, por resolução do Conselho de Ministros, um regulamento de concurso público” (B.O. n.º 23, I Série). Também ela permite a retransmissão de canais internacionais, mediante autorização do governo e dos responsáveis pelos conteúdos. Porém, nenhuma das retransmissões parabólicas observa as condições estipuladas pela lei. A preocupação primária, nessa fase, foi dar aos cidadãos um serviço atractivo, sem qualquer compromisso. Não havendo fiscalização, torna-se mais fácil e apetecível violar a lei;

c) **Clandestinos pré-comerciais** – tendo surgido em 2004, a ‘TVP’ já começara a deixar antever, no ano seguinte, a possibilidade de se abrir uma área de negócios como tinha acontecido com os videoclubes. As sucessivas violações dos direitos televisivos internacionais e da própria lei nacional, associadas a um conjunto de inacções, a montante, fizeram surgir iniciativas como a ‘TVP’ que, diferente das retransmissões das câmaras municipais, fazia emissão e edição a partir de um estúdio próprio. O processo passava por conciliar algumas produções próprias com os conteúdos clandestinos. A ‘TVP’ tinha o seu próprio posto de retransmissão, “uma iniciativa que envolve Pulu e o empresário georgiano Alexander Teimunazov, tido pelo cabo-verdiano como um ‘homem sério e honesto’ e um ‘amante ferrenho do radioamadorismo’” (A Semana: 10.6.2005). O canal de Carlos Pulu era já uma marca em São Vicente, tendo ultrapassado a ‘TCV’ na penetração no mercado. A questão começou a criar um mal-estar nas esferas políticas e mediáticas, que começaram a perceber que aquilo que parecia uma brincadeira de um filho de São Vicente estava a tornar-se em algo sério, com grande impacto no país. Caso não houvesse qualquer intervenção das autoridades, o negócio de Carlos Pulu poderia seguir o modelo de crescimento do mercado dos videoclubes e, paulatinamente, fazer escola, desenhando uma nova forma de negócio das indústrias culturais.

A estratégia de entrada e saída do governo no processo de violação da Lei da Televisão de 1998, apoiando as autarquias na instalação das antenas parabólicas, parece muito bem pensada e permitiu que ele se distanciasse, paulatinamente, de todo o processo, sem que as pessoas se apercebessem disso. O apoio à instalação das antenas parabólicas era proveniente do Gabinete do Primeiro-Ministro, dando a ideia de que o executivo estava empenhado na resolução do problema dos cidadãos no que toca ao acesso aos conteúdos mediáticos, mas as tentativas de desactivação das antenas foram assumidas pela Direcção-Geral da Comunicação Social. Assim, procurava-se esconder uma contradição na política do governo que apoiou a implementação das antenas, mas estaria a trabalhar na sua desactivação.

A emissão dos actores 'fora de lei' constitui um grande desafio para os operadores legalizados, já que, como evidencia Eduíno Santos, a concorrência torna-se desleal e desproporcional: "como é que há gente que ainda aceita chefiar a direcção de programas da 'Televisão de Cabo Verde'? Aceitam, deve ser, à troca do dinheiro. Como é que vai concorrer? Como é que vai fazer um jornal às 8h de Cabo Verde, quando nessa altura passa, em *prime time*, a novela da 'SIC'? Nesse mesmo período, ainda, posso ir à 'TVI' de borla, podendo encontrar em emissão o jornal de Portugal ou o Benfica. Vou fazer televisão para ninguém ver. É o que estamos a fazer" (Entrevista: 15.10.2008).

Entretanto, tentando resolver a questão da clandestinidade das retransmissões televisivas em Cabo Verde, abriu-se o concurso para a atribuição de licenças de emissão aos privados. Duas observações são necessárias aqui: em primeiro lugar, não se resolveu o problema das retransmissões clandestinas; em segundo lugar, nenhuma das entidades que participavam nas retransmissões concorreu à licença. A não resolução dos problemas das emissões clandestinas de televisão evidencia, por um lado, que não existe uma política eficaz de fiscalização da lei e, por outro, que os tribunais não funcionam com a eficácia desejada. Das entidades envolvidas na transmissão de canais internacionais, esperava-se a participação no concurso da 'TVP', já que as restantes eram câmaras municipais, que estão proibidas por lei de terem uma estação televisiva, e associações cívicas, que não têm capacidade financeira para suportar com as despesas e exigências de uma estação televisiva generalista. A liberalização aconteceu, através do concurso público, e novos operadores entraram em cena. Porém, o processo aconteceu dentro de um clima de alguma turbulência: alguns correntes, com vontade de ter uma licença como a Media Press, de Apolinário Neves, e a TV Lacacan, de Giordónio Custódio, não foram seleccionados, mas houve operadores que receberam as licenças e nunca mais entraram em funcionamento. As linhas que se seguem ajudam-se a compreender melhor o processo de liberalização do espectro televisivo, que aconteceu no segundo mandato de José Maria Neves (PAICV).



As deficiências da televisão do estado fizeram com que se começasse a ventilar a possibilidade de abertura do mercado, com o objectivo de diversificar a oferta. De resto, essa possibilidade estava prevista na Constituição de 1992, tendo sido ignorada pelos sucessivos governos. No entanto, Ondina Ferreira, ex-Ministra da Cultura e da Comunicação Social, defende que, na década de 90, se avançou com a democratização da comunicação social, incluindo o sector da televisão. No período em que estava no governo, segundo a supracitada, já se começava a conceder alvarás a operadores de televisão, “mas é que não montaram. Porém, havia condições. Só que o mercado cabo-verdiano não estava preparado. Virtualmente ou potencialmente estavam as condições criadas para a entrada de privados” (Ondina Ferreira, Entrevista: 7.1.2009). A verdade é que, se no período em que Ondina Ferreira esteve no governo havia essa possibilidade, depois não se ouviu falar mais desse assunto, até porque há mais de uma década que Giordano Custódio vinha tentando abrir um canal televisivo, não tendo tido permissão de nenhum governo. Para mais, a lei impunha que houvesse um concurso público, sendo que, durante a governação do MpD, não houve qualquer concurso público para a atribuição de licença a operadores privados de televisão. Só uma forte pressão popular, através da proliferação das emissões ilegais com recurso a antenas parabólicas – cujos proprietários justificavam a ilegalidade das suas emissões com a necessidade de diversidade e com o facto de o governo não abrir concursos para o licenciamento de canais privados –, levou o governo do PAICV a assumir a necessidade da quebra do monopólio público.

### **2.1. Novos Operadores: do Regulamento do Concurso à atribuição de licenças**

A televisão é o sector da comunicação social em que, durante muito tempo, os governos não conseguiram mostrar coerência nas suas políticas: de um lado, estava o plano discursivo, do outro lado, a necessidade real de ‘privatização do espectro’. Para além da TV pública, todas as iniciativas nacionais, desde a ‘TV Hilário’ até à proliferação de clandestinos, situaram-se fora de lei. Até 2007, o estado foi, oficialmente, o único operador nacional. No entanto, as políticas governamentais, sobretudo as propostas nos programas dos governos, apontavam para a adesão ao sistema de combinação público-privado. Outrossim, desde 1992, a Constituição já previa emissões privadas, desde que o

governo regulamentasse os termos do concurso público. Só em 1998 a Assembleia Nacional legislou sobre a área da televisão e, até ao concurso público, passaram quatro legislaturas.

No dia 30 de Agosto de 2006, altura em que a ministra Sara Lopes tinha a tutela da comunicação social, o governo lançou o concurso para a atribuição de licenças, que decorreu enquadrado na Resolução n.º 30/2006 e não limitava o número de canais a serem atribuídos, deixando um vazio em que poderia ter um papel central na tomada de decisão. O diploma não fixou o capital social mínimo que cada sociedade concorrente tinha que apresentar, o que contraria o Artigo 12º da Lei da Televisão de 1998. Outrossim, a Resolução n.º 30/2006 também não determinou a data em que as televisões deveriam entrar em funcionamento, criando uma situação de alguma ambiguidade. Posteriormente, o governo viria a estabelecer que os vencedores teriam seis meses, prorrogáveis, uma única vez, por igual período de tempo, para iniciarem as suas actividades. O regulamento e o edital do anúncio do concurso estabeleciam que, entre outros dados, os projectos concorrentes deveriam conter informações relacionadas com a qualidade técnica e a viabilidade económica do empreendimento, consubstanciando, particularmente, informações resultantes de um estudo económico e financeiro das condições de exploração da empresa, entre as quais, as suas fontes de financiamento, os planos de amortização que demonstravam a viabilidade económica do projecto. Também era necessário fornecer informações sobre as características técnicas dos equipamentos que seriam usados.

As questões de ordem técnica e económica decorrem de uma prerrogativa legal, mais concretamente do artigo 15º da Lei da Televisão, no qual se estipula que os concursos de atribuição de licença aos operadores privados devem observar as propostas mais vantajosas para o interesse público, apresentando como elementos de ponderação: 1) a qualidade técnica e viabilidade económica do projecto; 2) o tempo e horário de emissão de programas culturais, de ficção e informativos; 3) o tempo de emissão destinado à produção própria e nacional; 4) a capacidade do candidato para satisfazer a diversidade de interesses do público. Assim, os elementos técnicos e económicos são primários na qualificação de um operador com a licença de exploração da actividade televisiva. Sem uma base económica sólida e suportes técnicos adequados, dificilmente o estado estaria em condições de saber se um projecto apresentado dava garantias de assegurar um determinado compromisso, tendo em conta o tempo de emissão diário, a qualidade da programação, a veiculação de produções nacionais, a garantia da diversidade cultural e ideológica, a diversidade dos públicos e o interesse nacional.

Foi estipulado, no regulamento, que era obrigatório, numa primeira fase, a cobertura de pelo menos 65% da população em dez meses; numa segunda fase, a cobertura de pelo menos 85% da população,

em vinte e quatro meses; e, numa terceira fase, a cobertura de pelo menos 95% da população nacional, em conformidade com calendário apresentado por cada concorrente.

Tendo em conta a importância da televisão na definição dos quadros simbólicos das sociedades modernas, é importante que se garanta a sua independência, de forma a se assegurar o pluralismo, o rigor e a objectividade da informação e da programação. Só assim se consegue dar satisfação ao interesse público e garantir a concorrência ideológica. Desta forma, o regulamento do concurso não poderia ignorar a garantia do interesse público e a salvaguarda da diversidade ideológica, a fim de se possibilitar o contraditório das ideias. Os dois primeiros números do Artigo 9º da Lei da Televisão asseguram que a actividade televisiva deve observar o interesse público, razão pela qual as licenças a operadores privados devem ser atribuídas às entidades que dão provisão a esta prerrogativa.

O regulamento do concurso não estipulou o *numerus clausus* dos canais a serem atribuídos, pelo que todos os candidatos se viam na expectativa de que bastava uma apreciação favorável do júri, para a atribuição da licença. Ao concurso, apresentaram-se seis firmas: RP Consulting ('TIVER'), liderado por Rui Pereira; 'Record Cabo Verde' (um canal ligado à brasileira 'Rede Record'); 'Nós TV' (canal regional para Sotavento), de Mário Vaz; GC Comunicações ('TV Lacacan'), de Giordânio Custódio; Media Press ('TV Global'), liderado por Apolinário Neves; e 'RTI', de Jorge Spencer Lima.

A 'SIC' foi uma das estações estrangeiras cujo nome foi ventilado como um dos principais concorrentes. 'A Semana' informava, em Novembro de 2006, que a 'SIC' tinha solicitado "à Direcção-Geral da Comunicação Social todas as informações quanto aos procedimentos e requisitos do concurso público para atribuição de licenças a novos canais de TV de sinal aberto em Cabo Verde" (3.11.2006). Ao que tudo indica, a estação portuguesa perdeu interesse pelo mercado cabo-verdiano, já que não apresentou qualquer proposta que manifestasse a sua intenção de concretizar um canal televisivo em Cabo Verde. De São Vicente, esperava-se que Carlos Pulu participasse no concurso, mas o mesmo afirma que não era possível concorrer com o projecto 'TVP', que pendia sobre ele um processo judicial. Carlos Pulu poderia constituir uma outra sociedade e participar no concurso, mas estava decidido que só participaria se pudesse concorrer com a 'TVP'. "Tinha todas as condições para instalar uma televisão. Acho que um governante com cabeça, neste país, deveria dizer o que é que Carlos Pulu precisa para melhorar a sua televisão", retorque Carlos Pulu, recordando que "tinha equipamentos e retransmissores que cobrem a Ilha de São Vicente. A partir da sua casa, só com uma antena interior, poderia apanhar imagens com uma qualidade soberba" (Entrevista: 16.10.2008).

Nos finais de Novembro de 2006, o júri encarregado de analisar as propostas deu o seu veredicto, considerando que todos os concorrentes cumpriram os requisitos mínimos, estando em conformidade

com o regulamento, anexo à Resolução n.º 30/2006. Como já dissemos, a viabilidade económica dos projectos era um dos critérios importantes de análise, bem como a programação, o tempo de emissão e a produção nacional. Especificamente relacionado com a questão da viabilidade económica, o júri entendeu que os projectos estavam, praticamente, nas mesmas condições, uma vez que seriam financiados por instituições bancárias. No entanto, ressaltou o caso da 'Record Cabo Verde' que, por ser filial da brasileira 'Rede Record', poderia dar mais garantias. Para além das considerações sobre os candidatos, o júri procedeu a uma pontuação de cada projecto, numa escala de 0 a 100, resultando na seguinte classificação: 'Record Cabo Verde': 70%; 'TIVER': 57%; 'RTI': 54%; 'Nôs TV': 70%; 'TV Lacacan': 49%; 'Media Press': 45%.

No início de 2007, o governo aprovou a Resolução n.º 3/2007, de 15 de Janeiro, que determinou o *numerus clausus* dos operadores privados que iriam entrar no sector da televisão. Determinando que haveria três licenças para emissões nacionais e cinco regionais, homologou a classificação do júri ao *numerus clausus* e, numa fórmula matemática, encontrou os candidatos que viriam a ser contemplados com as licenças. Para emissões nacionais, foram autorizadas a 'TIVER', a 'RTI' e a 'Record Cabo Verde'; para Sotavento, a 'Nôs TV'; de fora ficaram a 'TV Global' e a 'TV Lacacan'.

No entanto, o concurso para a atribuição de licenças aconteceu num quadro de alguma confusão. O governo sentiu a necessidade de criar condições para a entrada dos privados no sector, porque foi pressionado por diversos sectores da sociedade. Por um lado, estavam os operadores da TV por cabo que queriam a reorganização do ambiente simbólico, marcado por uma proliferação de emissões clandestinas. Por outro lado, estavam os clandestinos a justificar a ilegalidade no facto do governo não abrir concursos para legalizar as emissoras. Para mais, o governo 'patrocinou' várias emissões clandestinas, contra a própria lei, pelo que a situação lhe era, de alguma forma, incómoda.

Fora do quadro da desregulamentação, também havia a situação da 'TIVER', a única estação à qual foi atribuída uma autorização provisória para operar sem passar por qualquer tipo de concurso, o que parece violar o n.º 3 do Artigo 5º da Lei da Televisão de 1998. Desta forma, havia muitos sectores da sociedade que se encontravam inconformados com a situação, uma vez que, estando autorizada a emitir e tendo formado o pessoal e equipado os estúdios, dificilmente a 'TIVER' perderia no concurso. Isto, obviamente, constituiria uma situação de desigualdade para com os outros concorrentes, uma vez que aquela estação privada já praticava a comercialização do espaço publicitário, inspirando até uma crítica de Marcos Oliveira, então Presidente do Conselho de Administração da RTC.

Uma outra crítica que foi direccionada ao processo de licenciamento de canais de televisão em sinal aberto, proveniente sobretudo de sectores ligados ao Media Press – que recorreram ao tribunal –, é a

questão da informação privilegiada que consideram que alguns concorrentes tiveram. De acordo com os defensores do projecto 'TV Global', a Record anunciou, na edição de 10 de Dezembro de 2006 do editorial da 'Revista Record', que já tinha conseguido um canal de televisão em Cabo Verde, antecipando o próprio anúncio oficial, que só viria a acontecer no início do ano seguinte (Liberal: [www.liberal-caboverde.com](http://www.liberal-caboverde.com))<sup>21</sup>. Os mesmos afirmam que, após o conhecimento público da decisão, o Director-Geral da Comunicação Social chegou a declarar que o governo apenas contava com três candidaturas e, surpreendido pelos novos projectos, acabou por optar pela Resolução n.º 3/2007, de 15 de Janeiro, que estabeleceu o *numerus clausus* dos canais a serem licenciados. A questão das 'candidaturas surpresas' é muito criticada, sobretudo pelos sectores ligados ao Media Press, S.A ('TV Global'), que defendem que o governo já tinha escolhido os seus candidatos antes mesmo da abertura de qualquer concurso, que só viria a acontecer para formalizar as suas expectativas de atribuir licenças aos concorrentes próximos do partido no poder, escudando-se no concurso e nas estruturas legais.

## **2.2. A decisão governamental, os candidatos e a liberdade de imprensa**

Tendo em conta as várias críticas que se vislumbraram depois da atribuição de licenças, é imperativo conhecer a natureza dos candidatos que se apresentaram ao concurso. De facto, um dos objectivos fundamentais da comunicação social é melhorar a qualidade da democracia e, neste particular, a televisão tem um papel preponderante, a avaliar pela sua força discursiva. Por isso, a TV tem uma grande capacidade de influência social, agindo activamente na formatação das consciências, podendo, por outro lado, transportar a realidade distante para a atmosfera familiar. Por esta razão, deve estar ao serviço da sociedade e não de quaisquer outros interesses, pelo que a Lei da Televisão estabelece, no Artigo 6º, que "a actividade de televisão não pode ser exercida nem financiada por partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais ou profissionais, confissões religiosas e por autarquias locais ou suas associações, directamente ou através de entidades em que detenham capital". Com esta prerrogativa, o legislador procurou observar o interesse público, a diversidade das correntes de opinião, o pluralismo e a sobrevivência da 'saúde democrática' do regime, com vista a dar protecção ao conteúdo do n.º 2 do Artigo 9.º da Lei da Televisão, que estabelece os fins da actividade televisiva. No entanto, a atribuição das licenças tem recebido críticas, sobretudo porque dois dos projectos aprovados são associados ao partido no poder. São os casos da TIVER e da RTI.

---

<sup>21</sup>Liberal: <http://www.liberal-caboverde.com/noticia.asp?idEdicao=64&id=11623&idSeccao=523&Action=noticia> (6.2.2008).



Por um lado, a TIVER é uma sociedade em que 50% do seu capital social é detido por Rui Pereira, ex-assessor do Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar no governo do PAICV. Essa ligação com o governo de José Maria Neves deu espaço para que se especulasse sobre a promiscuidade entre aquela televisão privada e o governo. Por outro lado, também existe o facto de essa estação ser a única que foi contemplada com uma licença provisória, podendo comercializar as actividades publicitárias antes mesmo da abertura do concurso. Outrossim, Rui Pereira, sócio-gerente da sociedade TIVER, S.A., tinha vindo a produzir alguns programas institucionais ligados ao governo, o que levou os sectores críticos a considerarem que a estação não consegue garantir a sua independência e assegurar o pluralismo.

O caso configura algo mais controverso, se tomarmos em consideração o facto dos restantes 50% da sociedade são propriedade de Jorge Alexandre Sousa Correia, outro dos gestores, que também geria a produtora Textimedia, que produziu os tempos de antena do PAICV nas campanhas eleitorais de 2006, e do candidato apoiado pelo PAICV às eleições presidenciais do mesmo ano. A Textimedia (que deu lugar à Agência Cabo-verdiana de Imagens: ACI) produzia, também, programas de cariz institucional, entre eles *Nha Terra*, *Nha Cretchéu*, um programa de promoção nacional, que mostrava o 'novo rosto' de um Cabo Verde num processo de transformação constante. Se a situação de Rui Pereira deixa espaço para especulação, no sentido em que a sua relação com o governo poderia conformar uma situação de conflito de interesses com a administração da sociedade gestora da estação privada, a do seu sócio Jorge Alexandre Sousa Correia também pode denotar uma aproximação ao partido no poder pelas colaborações que tem vindo a ter através da sua empresa privada. Nestas circunstâncias, poderá não haver condições objectivas para se garantir a independência daquela estação televisiva e, numa situação de ausência de independência, o direito à liberdade de imprensa está ferida de morte.

Outra situação bastante criticada foi a da sociedade RTI, S.A. que, findo o prazo estabelecido pelo regulamento do concurso, não entrou em funcionamento. A sociedade tinha como sócios Jorge Spencer Lima (Scapa), Ilídio Cruz, Jorge Lima Delgado Lopes, Carla Carvalho Spencer Lima, a SOGEI (Sociedade de Gestão de Investimentos), José Lino Carvalho Pinto Monteiro e Francisco Sebastião Correia Teixeira. Entretanto, há algumas situações aqui que precisam de ser clarificadas. Carla Carvalho Spencer Lima e José Lino Carvalho Pinto Monteiro são, respectivamente, filha e sobrinho de Jorge Spencer Lima. Por outro lado, na SOGEI, S.A., Jorge Spencer Lima, através de uma posição pessoal e da que tinha na então participada SGL, S.A., atingia uma participação de 80%. Desta forma, só a participação dos interesses próximos de Jorge Spencer Lima (Scapa, a filha, o sobrinho e a SOGEI) na 'RTI' atingia a barreira dos 87% do capital da sociedade. Isto seria menos preocupante para a garantia da independência, se Jorge Spencer Lima não tivesse sido governante e embaixador na altura

do Partido Único, tendo trabalho e investido o seu próprio dinheiro com Pedro Pires, actual Presidente da República com o suporte partidário do PAICV, para derrubar o MpD nas eleições legislativas de 2001, sendo membro da Comissão Política do PAICV e tendo sido Secretário-Geral do partido. Passado mais de um ano da aprovação do seu projecto de televisão, Jorge Spencer Lima foi o candidato escolhido pelas estruturas do PAICV para a Câmara Municipal do Sal nas eleições autárquicas de Maio de 2008. Estas situações estimulam a actuação dos críticos que, desde o primeiro instante, cederam à tentação de associar o projecto de Jorge Spencer Lima ao governo do PAICV. Ironicamente, houve quem comentasse que estariam a criar a 'RTI' para, depois, encerrarem a estação pública ('TCV').

A possibilidade de dependência da 'RTI' em relação ao partido no governo dá azo a uma série de críticas. Uma das questões que se tem levantado é que se entende que o projecto foi aprovado sem incorporar o Plano de Viabilidade Técnica, o que, a acontecer, contraria a alínea a) do n.º 1 do Artigo 15.º da Lei da Televisão, que estipula as componentes técnica e económica como essenciais para a atribuição de uma licença. Interrogada por Ulisses Correia e Silva, então líder parlamentar do MpD, num debate parlamentar no final de Março de 2007, sobre a possibilidade de o projecto da 'RTI' ter sido aprovado sem que incorporasse o plano técnico, a ministra Sara Lopes respondeu: “se quiser, leva a bancada inteira consigo, mas vai ver as propostas técnicas. Há um parágrafo do projecto 'RTI', na página 16 do documento intitulado 'Projecto Versão Final', que diz que o projecto técnico pormenorizado será apresentado em tempo oportuno. A lei dizia que, num prazo de cinco dias, o júri poderia solicitar informações adicionais aos concorrentes e, num prazo de cinco dias, os concorrentes poderiam apresentar outras informações adicionais, consoante solicitações do júri. Foi o que aconteceu” (Sessão Parlamentar: 26.3.2007). Por seu lado, José Maria Neves, Primeiro-Ministro de Cabo Verde, afirmou, no mesmo debate parlamentar, que, “quanto ao dossier técnico que se está pôr aqui, a empresa supriu nos prazos legais essa lacuna apresentada na primeira versão do relatório do júri, de acordo com os regulamentos” (Sessão Parlamentar: 26.3.2007).

Para além de Jorge Spencer Lima, também o accionista da sociedade Radiotelevisão Independente, S.A., Jorge Lima Delgado Lopes, é membro da Comissão política do PAICV. Os dois, em conjunto, alcançam 70% do capital da sociedade. Por isso, muitos consideram que a atribuição dos canais de televisão não obedeceu à lei, nem ao interesse público, não tendo o procedimento da Administração Pública sido transparente, como é consentâneo com os actos de governação na base da boa-fé.

Apolinário Neves foi um daqueles que mais lançou críticas ao desfecho final do concurso de atribuição de licenças. É preciso perceber que espaço ocupa o seu projecto de 'TV Global'/Media Press, S.A. no ambiente sócio-político cabo-verdiano. Antes de mais, devemos levar em consideração que Apolinário

Neves é proprietário e director do diário digital 'Liberal On-line', detido pela Media Plus, S.A. Quando o 'Liberal On-line' surgiu, no decurso de 2005, apresentava uma postura de nítida oposição ao governo de José Maria Neves. As eleições legislativas aconteceram no início de 2006, pelo que o diário electrónico apareceu numa altura em que as águas na política estavam agitadas, entre a preparação dos partidos para as eleições legislativas, as pré-campanhas, a campanha eleitoral e a formação do novo governo. Neste sentido, não era preciso grande esforço para se perceber de que lado estava o 'Liberal On-line'. A situação levou o Primeiro-Ministro a dizer que o 'Liberal On-line' e ao 'Expresso das Ilhas' eram 'dois jornais do MpD', razão pela qual Apolinário Neves ventilou a possibilidade de arrastar o Primeiro-Ministro para a barra dos tribunais. Outrossim, Apolinário Neves teve um papel muito activo durante a governação do MpD, tendo desempenhado a função de Administrador da Inforpress, S.A., que tinha, sob a sua tutela, o semanário do estado e a agência noticiosa. Depois de o MpD ter deixado o poder, em 2001, Apolinário Neves foi dispensado do sector público, indo dirigir o 'Expresso das Ilhas', que surgiu no mesmo ano, viabilizado por pessoas próximas do MpD. Portanto, a ligação de Apolinário Neves à política, através do MpD, é evidente e o seu projecto, se fosse aprovado, não nos parece que estaria numa situação melhor do que a 'TIVER' e a 'RTI'. Se se admitir que, indirectamente, estes dois projectos estariam ligados ao PAICV, através da actividade profissional e política dos sócios da empresa, também não seria abusivo entender que o projecto Media Press, S.A. ('TV Global') estaria ligado ao MpD, pelas relações que um dos principais sócios da empresa (a cara do projecto), ao longo dos tempos, tem vindo a manter com actores políticos associados ao Movimento para a Democracia.

No entanto, há uma outra questão que deve ser considerada. Para além de Apolinário Neves, também a sociedade Media Press, S.A. tinha um outro nome no seu capital social: Herminia Moura. Trata-se da esposa de António Moura, presidente da sociedade Moura Company, S.A., que tem como actividade principal a exploração das rotas urbanas na capital cabo-verdiana, a ligação entre as ilhas através de catamarans de alta velocidade e projectos ligados ao turismo. É conhecida a proximidade de António Moura em relação ao MpD e a sua má relação com o actual governo. Depois da chegada do PAICV ao poder, as relações entre a Administração Pública e a Moura Company, S.A., que eram excelentes durante o período da governação do MpD, passaram a ser ríspidas, com inúmeras críticas daquela companhia de que o governo tudo fazia para boicotar os seus projectos. Portanto, tendo em conta a relação que Apolinário Neves tem mantido com pessoas associadas ao MpD e o facto de o esposo da outra sócia da Media Press, S.A. ser pró-MpD, também nos fornecem elementos para considerarmos que, igualmente, a 'TV Global' não teria grandes condições de garantir uma total independência, não só dos poderes políticos, como também em relação aos poderes económicos.

Vale a pena destacar dois projectos cujas lideranças não têm uma posição política claramente assumida que, a olho nu, se possa considerar que compromete a independência editorial dos seus projectos: a Nô's TV, S.A., de Mário Vaz, e a 'TV Lacacan', de Giordano Custódio. Este último, depois de ser informado de que o seu projecto não passara, ainda recorreu ao governo para ver se a sua situação seria alterada, mas acabou por conformar-se com a decisão, dizendo que se dedicaria a outros projectos ligados à comunicação, já que, desde há cerca de uma década, tinha apresentado ao governo um pedido de alvará para abrir um canal de televisão que acabou por ser reprovado no concurso. Giordano Custódio afirma que "houve equívocos por parte do júri, para não dizer que houve má fé. Por exemplo, o Regulamento do Concurso estabelecia que cada candidato apresentasse um estudo de viabilidade económica do projecto. O canal que ficou em primeiro lugar não apresentou qualquer estudo de viabilidade" (Entrevista: 5.11.2008). Assim, defende que o projecto da Record Cabo Verde, S.A. não devia ser avaliado, na medida em que não cumpriu todos os requisitos. "Nenhum concorrente apresentou horário para o período experimental e nós apresentámos horário para o período experimental de três horas por dia, enquanto eles pegaram nessas três horas e transformaram-nas no tempo de emissão da nossa estação quando se encontrava em pleno funcionamento, dizendo que nós propomos três horas de emissão diária. Numa primeira fase, tínhamos um período de emissão de três horas; segunda fase, seis horas; terceira fase, dezasseis a dezoito horas; e, última fase, ao fim do primeiro ano, vinte e quatro sobre vinte e quatro horas. Neste momento, todos os canais que entraram em funcionamento já cumpriram um ano no ar e não conseguiram fazer cinco horas de emissão própria. Então, o que apresentaram no concurso não tem nada a ver com a realidade" (Entrevista: 5.11.2008).

Giordano Custódio lembra ainda que já tinha apresentado uma candidatura à exploração da televisão por assinatura, em que ficou de fora, tendo sido escolhidos os projectos 'CVXTV', promovidos por cidadãos chineses, e Zap TV, da Cabo Verde Telecom. Recorda que apresentou a mesma solução tecnológica que os chineses – a DVBT. Como a lei estabelecia que o capital social das firmas concorrentes tinha que ser acima de 10 mil contos, Giordano Custódio lembra que o seu projecto estava orçado em 12 mil contos, enquanto o dos chineses atingira a fasquia dos 50 mil contos. Considera que a vantagem do seu projecto é que, diferente de todos os outros concorrentes, propunha produzir conteúdos próprios, versando sobre a sociedade cabo-verdiana. Por outro lado, recorda que, de todos os concorrentes à televisão comercial em sinal aberto, a 'TV Lacacan' propunha empregar o maior número de profissionais, totalizando 25 elementos, sendo que o seu estudo de viabilidade económica apresentava uma Taxa Interna de Rentabilidade (TIR) de 45%. "Só perdia pela 'RTI' do

Scapa, que tinha um TIR de 50%. Os outros tinham um TIR – que é a Taxa de Rentabilidade Interna do projecto – abaixo do meu. Quando se analisa a viabilidade económica, é isso que se analisa: postos de trabalho, Taxa de Rentabilidade Interna, facturação, quantidade de investimento. A ‘RTI’ propôs investir 500 mil contos. Nós propomos investir 80 mil contos. A seguir, vinha a ‘TIVER’ com oitenta e tal mil contos. Ao fim de um ano, quem propunha 24 horas? Todos, ao fim de um ano, previam 24 horas. Então, dava igual para todo o mundo” (Entrevista: 5.11.2008).

Mário Vaz, que há quase uma década vinha a produzir, nos EUA, o programa ‘Cabo Verde TV’, foi o único que recebeu uma licença para emissão regional e declara que é de ‘todos os partidos ao mesmo tempo’ e que, no fundo, o seu ‘partido chama-se Cabo Verde’. “Muitas vezes, tomo posições que coincidem com as do partido no governo, outras vezes acontece o contrário, algumas vezes a favor da oposição e outras vezes não”. O presidente da Nô TV, S.A. entende, porém, que “temos que deixar de cair na graça dos partidos políticos, porque senão não podemos trabalhar para o bem de Cabo Verde, enquanto continuarmos a tentar satisfazer partidos ou governantes” (Visão News: [www.visaonews.com](http://www.visaonews.com))<sup>22</sup>. Mário Vaz lamenta a falta de cultura democrática que há em Cabo Verde, recordando que basta não se alinhar com um partido para que se seja associado ao adversário: “muitas vezes, sem se merecer, sofre-se consequências disso. Estou com o MpD, com o PAICV, com Cabo Verde. Nunca tive ligação com partido algum” (Entrevista: 23.12.2008). Para garantir a sua independência editorial, afirma que procura a independência financeira, já que facilmente um partido ou pessoas a ele associadas podem financiar a empresa, querendo controlar a sua actuação. “Repare que não tenho dependência económica em relação a ninguém aqui. Pode estar certo que não vou ter. Estou a criar meios para que não tenha”, salienta Mário Vaz (Entrevista: 23.12.2008).

Por fim, resta a ‘Record Cabo Verde’, subsidiária da brasileira ‘Rede Record’, que também não tem uma posição política definida em Cabo Verde. No entanto, sabe-se da relação de toda a estrutura da ‘Rede Record’ com a Igreja Universal do Reino do Deus. Neste caso particular, fica-se na dúvida em relação à observação da Lei da Televisão que proíbe, no seu Artigo 6º, o financiamento da actividade televisiva por confissões religiosas. Não se trata de uma confissão religiosa que está, directamente, a financiar uma televisão, mas indirectamente sempre se pode estabelecer a ligação entre aquela estação e a Igreja Universal do Reino do Deus. Prova disso é que a ‘Record Cabo Verde’ não disputa o mercado publicitário. Também se podem analisar os conteúdos da ‘Crioula FM’, que é o primeiro produto da estrutura da Igreja Universal em Cabo Verde, para se ver a abundância de emissões confessionais.

---

<sup>22</sup>Visão News: <http://www.visaonews.com/nm/templates/ra.aspx?articleid=1339&zoneid=19> (8.2.2008).

Com a entrada em funcionamento da 'Record Cabo Verde' e da 'TIVER', o mercado cabo-verdiano passou a acolher três estações televisivas generalistas em sinal aberto. Se o empenho de Mário Vaz em viabilizar a 'Nôs TV' se traduzir em resultados palpáveis, sobe para quatro o número de operadores. Embora não sabendo o que acontecerá à 'RTI', é preciso avaliar bem o mercado de Cabo Verde.

### **2.3. O Mercado, o Conselho da Comunicação Social e a Regulação**

Dez ilhas, 4033 km<sup>2</sup>, cerca de meio milhão de habitantes, um grande número de pessoas com poucos recursos económicos, poucas empresas de grande dimensão, um País de Desenvolvimento Médio e Parceiro-Especial da União Europeia, com as actividades ligadas ao turismo em crescimento e cinco licenças de televisão para disputar o mercado publicitário: que futuro? De facto, a situação augura alguma complicação para os operadores. Se o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) encontrar matéria, no recurso apresentado pela Media Press, S.A., para determinar que esta terá que ser contemplada com uma licença, à semelhança das três autorizadas a emitirem a nível nacional, a situação poderá complicar-se ainda mais. Desde já, começa-se a ouvir, subtilmente, algumas críticas à exploração da actividade comercial pela televisão de serviço público, sendo que já há quem comece a defender que a estação do estado deve ser inibida de operacionalizar a publicidade comercial, na medida em que é financiada pelo Orçamento Geral do Estado e pela taxa cobrada aos cidadãos. Em 1999, por exemplo, o estado aplicou 70 mil contos no sector, dos quais 45 mil contos foram para o audiovisual e 25 mil contos para a imprensa escrita e a agência noticiosa. Quanto ao sector do audiovisual, para além dos 45 mil contos que recebeu directamente dos cofres do estado, contou também com 75 mil contos resultantes da cobrança da taxa da RTC, somados às receitas provenientes da comercialização do espaço publicitário. "Somente para o seu arranque, em 1997, a RTC recebeu do estado cerca de 80 mil contos, do mesmo modo que a 'Inforpress' contou com uma importante injeção financeira para o mesmo fim. Apesar das verbas que já recebem e continuam a receber normalmente do Tesouro, quer uma quer outra empresa apresentam neste curto tempo de vida um défice significativo. Isto porque, apesar dos montantes em causa, eles são, ainda assim, insuficientes" (A Semana: 5.11.1999).

A combinação de receitas próprias com o capital injectado na RTC configura, segundo o discurso dos responsáveis pelos *media* privados, uma certa injustiça para com os operadores privados. A questão assemelha-se ao que se passa em Portugal, sendo que, em Cabo Verde, o mercado é ainda muito mais pequeno e há mais canais licenciados. Em Portugal, depois da atribuição de licenças à 'SIC' e à 'TVI', os grupos que detêm as duas estações televisivas manifestaram-se contra a viabilização de um terceiro

canal de televisão. Por isso, a ambição, há muito demonstrada pela Cofina, de entrar no mercado da televisão não tem tido a possibilidade de concretização na arena mediática. No entanto, o governo de José Sócrates deu sinal de que poderá haver um terceiro canal, que ainda não está concretizado.

Não temos dúvida de que a abertura do concurso público para a entrada dos privados sempre fez falta a Cabo Verde, na medida em que a estação pública, para além das sistemáticas críticas sobre a sua hipotética governamentalização, não satisfaz as necessidades do país. No entanto, parece-nos que quatro alvarás para um mercado da dimensão de Cabo Verde, num primeiro concurso, configuram algum exagero. As licenças poderiam ser atribuídas de forma faseada, explorando, num primeiro concurso, a possibilidade de dois operadores entrarem no mercado e acompanhar a sua implementação. Assim, percebia-se se haveria espaço para uma segunda ou mais fases de concurso, consoante as possibilidades do mercado poder absorver novas firmas de televisão. Arnaldo Silva, ex-Secretário de Estado para a Comunicação Social, considera que o problema não é tanto de número de canais, já que a filosofia era liberalizar o sector. Porém, com quatro licenças, não há certeza de que o mercado possa ter condições de resistir. “Temos uma economia que tenha tanta dinâmica de publicidade para alimentar quatro televisões? Não acredito”, salienta Arnaldo Silva, para quem “o facto de nem todas as estações se iniciarem ainda é sinal de que, se calhar, nem vão iniciar. Isso só mostra que não há mercado” (Entrevista: 4.11.2008).

No nosso entender, o governo abdicou de um trabalho de grande importância para a sustentabilidade das empresas licenciadas. Antes de tudo, o executivo deveria fazer um estudo do mercado, com a finalidade de avaliar, numa primeira fase, quantos canais de televisão privados o mercado mediático cabo-verdiano estaria em condições de suportar. Assim, fixaria previamente um *numerus clausus* de canais e as firmas não contempladas poderiam vir a apresentar-se a posteriores concursos, caso criassem condições para a entrada de mais operadores. Isso evitaria que o mercado viesse aniquilar alguns operadores, a quem o estado teria exigido condições de garantia económica para um projecto de 15 anos, implicando compromissos financeiros com instituições bancárias. Porém, alguns profissionais apresentam uma visão contrária, defendendo que se deve entregar o papel regulador ao mercado. Luís Carvalho, ex-chefe de redacção do ‘Horizonte’, defende que a qualidade do produto deve ser o indicador que vai definir que canais televisivos vão manter-se no mercado: “se estão a sobreviver é porque têm mercado, é porque têm publicidade. Acho que deve ser o mercado a determinar isso e não um diploma legislativo ou algo semelhante” (Entrevista: 20.11.2008).

Tendo em conta as exigências do sector televisivo, o governo sugeriu às firmas vencedoras que fizessem uma ‘parceria técnica’, embora pudesse haver concorrência na antena. A ideia seria criar uma

empresa de subsídio tecnológica conjunta, da qual todas as outras fizessem parte. Assim, rentabilizar-se-ia o investimento, minimizando os custos. Em vez de cada empresa instalar a sua antena própria, participavam nos custos e partilhavam os recursos existentes: “o preço de uma antena que tenha condições mínimas para fazer difusão é dez mil contos. Está a ver a ‘TIVER’ a tirar dez mil contos para instalar uma antena no Monte Tchota? Está a ver a ‘TIVER’ a tirar dez mil contos para instalar outra antena em São Vicente? Está a ver a ‘TIVER’ a tirar dez mil contos para instalar uma antena aqui na Praia? Mais outra no Fogo? Mais outra no Sal? São quantos mil contos já? Repare que, neste momento, a RTC já tem essas antenas. Numa economia de escala seria muito mais vantajoso” (Eugénio Martins, Entrevista: 27.10.2008). Assim, as novas empresas televisivas associar-se-iam à RTC e à CV Telecom, que opera a difusão por feixes, pagando apenas o custo de manutenção. Recusando a proposta do governo, as firmas perderam a oportunidade de poupar algumas dezenas ou centenas de milhares de contos, podendo ter manutenção dos equipamentos a custos partilhados e controlados.

Acreditando que existem potencialidades que precisam de ser exploradas, Mário Vaz, Presidente da ‘Nós TV’, realça que o êxito dos canais televisivos dependerá da forma como cada um se posiciona no mercado (Entrevista: 23.12.2008). Outrossim, considera que há muita ‘preguiça mental’ entre os profissionais e que a estratégia adequada será romper com a forma de fazer televisão em Cabo Verde, já que, como país independente há mais de 30 anos, não se compreende que ainda a ‘TCV’ inicie as suas emissões às seis da tarde para fechar à meia-noite. Arnaldo Andrade, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, entende que as televisões devem conceber Cabo Verde como as 10 ilhas atlânticas mais a diáspora. Por isso, diz faltar ainda um projecto de televisão privada que, amplificando a sua visão sobre o país, procure afirmar-se na diáspora cabo-verdiana (Entrevista: 18.6.2008).

O mercado poderá ter um papel importante, mas entendemos que deveria haver uma primeira acautelação por parte do governo porque, no limite, pode conduzir alguns projectos para uma situação de desespero e, na luta pela sobrevivência, as empresas poderão optar por caminhos que em nada abonam a democracia, podendo aliar-se a grupos económicos ou partidos políticos para garantirem a sua estabilidade financeira, hipotecando a sua independência. Diante deste cenário, há necessidade de reforçar os mecanismos de regulação para que o mercado não venha a tornar-se num autêntico ‘campo de batalha’ entre operadores. A dimensão do mercado e o número de operadores que estão licenciados são convidativos a uma ‘batalha campal’. O país terá que crescer num ritmo muito mais acelerado para poder responder às necessidades de sobrevivência de todos os projectos televisivos aprovados, se todos vierem a entrar em funcionamento e se se quiser resgatar a liberdade de imprensa no sector, evitando que os operadores privados cedam à tentação dos diferentes poderes.



## **2.4. A televisão e as questões do direito à liberdade de imprensa**

No plano meramente legal, a liberdade de imprensa para os profissionais da televisão é consignada na Constituição e na lei. O Artigo 6º da Lei da Televisão de 1998 afasta qualquer possibilidade de associações políticas, organizações sindicais, patronais ou profissionais, confissões religiosas, autarquias, participarem nas empresas televisivas. Assim, o legislador tentou evitar que a televisão fosse controlada por instituições que pudessem pôr em perigo a sua liberdade de informação e de programação. Esta interpretação não ficou explícita na letra da lei, mas pode depreender-se do seu espírito. Ao elaborar o artigo supracitado, o legislador queria assegurar a independência das estações televisivas, factor essencial para a sua liberdade de actuação. No entanto, na a), n.º 2, do Artigo 9º da Lei da Televisão, publicada em 1998, o legislador foi bastante mais claro em relação a esta matéria. Estabeleceu como um dos fins específicos da actividade televisiva “assegurar a independência, o pluralismo, o rigor e a objectividade da informação e da programação, de modo a salvaguardar a sua independência perante os poderes públicos”. A independência dos órgãos de comunicação social é a condição essencial para a garantia da liberdade de imprensa. Um órgão de informação que não é independente não pode garantir liberdade aos seus jornalistas. A Lei da Televisão dos finais da década de 90 garante ainda a Liberdade de Programação, estabelecendo que “o exercício da actividade da televisão é independente em matéria de programação, salvo nos casos contemplados na presente lei, não podendo a Administração Pública ou qualquer órgão de soberania, com excepção dos tribunais, impedir ou condicionar a difusão de quaisquer programas” (n.º 2, Artigo 26º). A legislação sectorial é abrangente e vincula toda a actividade televisiva, integrando a própria informação. Porém, a efectivação das garantias legais nos países em vias de desenvolvimento é algo que acontece lentamente, dado que, normalmente, os mecanismos de fiscalização são deficientes. Entre o plano teórico e as práticas quotidianas pode situar um longo caminho que a democracia terá que percorrer.

Se o país precisou de quase duas décadas após a transição política para liberalizar o sector da televisão, o mesmo não sucedeu com a radiodifusão, cujas políticas de liberalização chegaram no segundo mandato do governo do MpD, portanto, ainda na década de 90. Porém, igual tempo para a liberalização do espectro televisivo levou também a política de desvinculação do estado do segmento dos jornais. Esta medida foi anunciada pelos dois governos do MpD, só vindo a ser concretizada já no segundo mandato do governo do PAICV, o que significa que atravessou quatro legislaturas. Fruto dessa política inquinada dos governos, o jornal do estado conheceu vários nomes.

\*\*\*\*\*

# **CAPÍTULO VI**

## **ANÁLISE SECTORIAL DAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO**

A RÁDIO, A IMPRENSA ESCRITA E OS 'NOVOS MEDIA'

**1.1. Quadro Jurídico: A Lei da Rádio**

Depois da abertura política, a Lei da Rádio (1993) foi a primeira legislação da área a regulamentar o sector da radiodifusão. Num texto introdutório, começou-se por reconhecer que, numa sociedade democrática, a comunicação social deve ser a expressão do pluralismo de ideias e correntes de opinião emergentes na sociedade. Abrigando-se numa autorização legislativa, o governo definiu a actividade de radiodifusão como a transmissão de comunicações sonoras, por meio de ondas radioelétricas ou de qualquer outro meio apropriado, destinada à recepção pelo público em geral. A lei estipulou ainda que o serviço de radiodifusão pode ser prestado por entidades públicas, privadas ou cooperativas. Os privados só entram nesse sector depois de serem licenciados através de um decreto-regulamentar.

A lei estabelece as finalidades da actividade de radiodifusão para que os operadores que usem o espaço público tenham referências dos padrões de exigência. Neste sentido, lembra que os fins genéricos da actividade de radiodifusão passam por contribuir para a informação do público, assegurando, aos cidadãos, o direito de informar, de se informar e de serem informados, afastando quaisquer impedimentos, fora dos casos expressamente definidos no ordenamento jurídico. Os operadores devem contribuir, segundo a lei, para a valorização cultural da população (Artigo 5º).

A legislação é bastante mais abrangente. Para além dos fins gerais, traça os objectivos específicos para o sector. A promoção do progresso social e cultural, da consciência cívica e o reforço da unidade nacional são objectivos definidos como orientadores para o sector (Artigo 6º). Com isso, torna-se claro que o serviço de radiodifusão não deve estar alheio ao interesse público, sendo que o próprio espectro radioelétrico faz parte do domínio público.

**1.2. O serviço público e a liberalização do espectro radiofónico**

O sector público de radiodifusão é preenchido por três canais: a 'RCV' e a 'RCV Mais', que estão sob a tutela da RTC, S.A., e a 'Rádio Educativa', tutelada pelo Ministério da Educação. Esta última surgiu como um instrumento para a promoção da educação à distância, numa tentativa de suprimir as dificuldades em formar cidadãos das diferentes ilhas, contribuindo para a capacitação dos profissionais da educação e servindo professores, alunos, agentes educativos e toda a população.

O financiamento público da 'RCV' decorre de uma prerrogativa constitucional que incumbe ao estado a responsabilidade de garantir um serviço público de radiodifusão. Este preceito teve reprodução na lei ordinária, tendo o Artigo 3º da Lei da Rádio definido que o serviço público é prestado pela 'RNCV'.

Durante o período de Partido Único não era permitido qualquer tipo de rádio que não fosse de natureza estatal. A própria Igreja Católica, congregando na altura mais de 95% da população do país, viu negada o seu pedido para a fundação de uma estação privada de radiodifusão. Na época, a Igreja Católica queria consolidar a sua presença no sector mediático. Tinha sob a sua alçada o jornal 'Terra Nova', que não era benévolo com o regime de Partido Único, e queria ampliar a sua estrutura de comunicação social. O Ministro da Justiça, a quem foi direccionado o pedido, respondeu que o mesmo não podia ser aceite, uma vez que a legislação vigente na altura não permitia a criação de canais radiofónicos privados. Na verdade, o regime não era complacente com nenhum tipo de imprensa privada. O 'Terra Nova' só conseguiu funcionar devido à sua irreverência e à capacidade de intervenção da Igreja Católica na sociedade. Era bastante difícil o governo aprovar, na altura, qualquer projecto de comunicação social da Igreja Católica, já que o 'Terra Nova', em certa altura, assumiu uma oposição frontal ao governo do PAICV, tendo-se imposto como um jornal que 'policia' as actividades governamentais. No entanto, o governo não arriscou uma acção contra o periódico, no sentido de proceder à sua domesticação ou encerramento, já que a capacidade de penetração social da Igreja Católica era considerável, havendo dados estatísticos que apontavam para números acima dos 95% da população nacional. Portanto, a Igreja Católica tinha o monopólio explícito da formação das consciências religiosas e, tendo em conta o respeito que o povo cabo-verdiano tem pela divindade, exercer força sobre o jornal da Igreja Católica poderia ser entendido como um sacrilégio, um ataque à divindade, despertando as pessoas para algum tipo de desobediência civil. Neste sentido, o regime monolítico tolerou as investidas do 'Terra Nova', mas sabia que, viabilizando uma estação radiofónica, criaria sérios problemas, que poderiam provocar situações desestabilizadoras. Era tudo o que um regime em falência espiritual não precisava. Por isso, recusou o pedido, recorrendo ao quadro legislativo vigente. A verdade é que, depois da chegada do MpD ao poder, não foi preciso alterar a lei para que o governo autorizasse a entrada da Igreja Católica no terreno da radiodifusão. A legislação para o sector data de 1993, mas a 'Rádio Nova' entrou em cena no ano anterior, enquadrado na mesma legislação em que o regime monolítico se suportou para declinar o pedido da Igreja Católica.

Só depois da abertura política, das eleições e da aprovação da primeira Constituição da II.<sup>a</sup> República, criou-se condições institucionais para se legislar sobre o sector. Em 1993, foi aprovada a Lei da Rádio, que abriu possibilidade de concursos para a atribuição de licenças. A 'Rádio Nova' concretizou a

ambição dos ‘católicos’ antes da publicação da referida lei. Depois, foi a ‘Rádio Comercial’, projectada por um grupo de profissionais do sector e pessoas de diferentes quadrantes sociais. No entanto, a ‘Rádio Comercial’ teve que ultrapassar muitos contra-tempos, que a opunha ao governo do MpD.

Nos finais dos anos 90 e inícios do novo milénio, houve uma proliferação de operadores de radiodifusão. Outrossim, tem surgido, nos últimos tempos, rádios comunitárias, que têm funcionado como órgãos de comunicação social de proximidade, tentando reproduzir as expectativas das populações, tratando questões que são próximas às suas preocupações quotidianas. As rádios comunitárias são excelentes mecanismos de sensibilização da comunidade para determinadas questões sociais. Em alguns concelhos, servem para unificar os jovens e outras camadas populacionais em torno de determinadas questões, tornado-se espelhos através dos quais a comunidade se vê. Por ser um excelente meio através do qual se pode promover a liberdade de expressão e os direitos humanos dos cidadãos, a defesa do direito à liberdade de imprensa no segmento da radiodifusão é uma questão importante para a salvaguarda da integridade do sistema democrático.

### **1.3. A Rádio e as questões do direito à liberdade de imprensa**

Difícilmente haverá uma boa estação radiofónica, que sirva o interesse dos cidadãos e do país, se não houver condições para operar num ambiente de liberdade. Por isso, a liberdade de imprensa é um factor importante para que qualquer órgão. Em 1993, o governo teve a preocupação de manifestar, num texto introdutório à Lei da Rádio, a importância da liberdade de criação e de imprensa, como sendo fundamentais para o funcionamento da democracia. Textualmente, o diploma afiança que há uma necessidade clara de se assegurar, em Cabo Verde – enquanto regime democrático –, a independência, o pluralismo, o rigor e a objectividade da informação, de modo a salvar os órgãos de comunicação radiofónicos dos demais poderes públicos, assegurando a sua independência [Artigo 6º, nº 2, a)]. A liberdade de expressão e de informação foi considerada pelo legislador ordinário como importante para assegurar o funcionamento de toda a actividade da comunicação, sobretudo quando está em causa o sector da radiodifusão. Por isso, a lei determina que “a liberdade de expressão de pensamento através da radiodifusão integra os direitos fundamentais dos cidadãos a uma informação livre e pluralista, essencial à prática da democracia, à defesa da paz e do progresso económico, social e espiritual do país” (Artigo 9º, n.º 1). Desta feita, assegura um exercício independente da actividade radiofónica, no que tange à programação, proibindo a Administração Pública e todos os outros órgãos de soberania, exceptuando-se os tribunais, de impedir a realização da actividade radiodifusiva.

Como nenhuma liberdade humana é ilimitada, a lei proíbe os operadores de rádio de emitirem conteúdos perniciosos para o bem-estar social, não podendo ser divulgados programas ou conteúdos que estimulem a prática da violência, contrariem o Direito Penal ou, de uma forma geral, violem os direitos, as liberdades e as garantias. Da mesma forma, os programas e conteúdos emitidos no território nacional não podem contribuir, negativamente, na formação da personalidade de crianças e adolescentes (Artigo 9º, n.ºs 3 e 4). Há uma série de outras situações, que já enunciámos em linhas anteriores, que podem ser aplicados perfeitamente ao sector da radiodifusão como verdadeiros limites à liberdade de imprensa. Porém, a defesa desse direito humano fundamental não se cinge ao sector da radiodifusão. Hoje em dia, levantam-se vozes a favor da inclusão do acesso à Internet no quadro dos direitos humanos fundamentais, passíveis de uma protecção universal. Alguns defensores da protecção universal do acesso à Internet defendem, com razão, que a sua proibição constitui uma censura informativa porque, hoje mais do que nunca, ela tornou-se numa via importante através da qual os cidadãos do mundo tomam contacto com a actualidade global. Isso mostra-nos que as questões conjunturais renovam os debates em torno da liberdade de imprensa e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm contribuído para que as lutas em prol dessa liberdade não fiquem pelo passado. As práticas criminosas através da Internet, entre elas a pedofilia que recorre às plataformas da rede para divulgar imagens e vídeos de menores, têm levado alguns países a dificultarem o acesso de determinados indivíduos, supostos criminosos ou condenados, à Internet. Isso tem criado uma onda de revolta nos países desenvolvidos, onde, nalguns deles, têm surgido partidos políticos com a finalidade específica de lutar a favor do acesso de todos à Internet.

Do ponto de vista da defesa da liberdade de imprensa, poderá haver fundamento nas propostas de formalização do acesso à Internet como um direito humano fundamental. Se partirmos do princípio de que a proibição do acesso à Internet constitui a eliminação da possibilidade de certos cidadãos acederem a um conjunto variado de informações actuais, encontraremos matéria para fundamentar a universalização do acesso à Internet como um princípio análogo à universalização dos direitos de informação. Em Cabo Verde, o segmento dos *media* electrónicos não foi enquadrado, durante o período de 1991 a 2009, num sistema normativo autónomo, ficando a sua regulamentação associada à regulamentação do sector da imprensa escrita. Outrossim, a não constitucionalização do serviço público de imprensa escrita criou espaço para que, entre 1991 e 2007, os governos tivessem tido práticas políticas contraditórias nessa matéria. O jornal público foi encerrado várias vezes, sempre retomado com um nome diferente, até ao seu encerramento definitivo em 2007. O quadro jurídico cria espaço para os governos decidirem pela publicação ou não dos jornais impressos

### 2.1. Enquadramento Jurídico

A legislação para os sectores da imprensa escrita e das agências noticiosas surgiu no calor das legislações para a comunicação social que marcou o Verão de 1998. Tendo em conta a fraca regulamentação que até então se verificava, o legislador começou por exortar as entidades que até aí vinham a exercer as actividades da imprensa escrita fora do quadro legal, a regular a situação num prazo de 45 dias, sob pena de verem canceladas as suas actividades. No entanto, a regularização era pouco mais do que registar oficialmente os títulos, uma vez que a Lei da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias, procurando conformidade com o n.º 6, do Artigo 46º, da Constituição (1992), estabelece que “o acesso à actividade de imprensa escrita, de edição e de agência de notícias é livre, sem prejuízo das formalidades administrativas exigidas para o exercício de qualquer actividade comercial ou administrativa” (Artigo 20º).

A transparência (Artigo 5º) é uma das principais exigências feitas aos operadores da imprensa escrita, electrónica e agências informativas, não podendo emitir informações enganosas conducentes à concorrência desleal. Ela não passa só pela divulgação da titularidade dos órgãos, como também por um controlo das tiragens, de forma a se conhecer a penetração de cada meio de comunicação social no mercado nacional. Porém, o número de tiragem de cada jornal ou revista está longe de nos fornecer informações credíveis sobre a sua audiência. Um único jornal pode ser lido por mais de meia dúzia de pessoas. Por exemplo, no seio da juventude cabo-verdiana, o fraco poder de compra levou a que, no caso dos produtos culturais – especificamente das revistas –, se criasse a cultura de empréstimo. Nos meios rurais, isso acontece com muita frequência, o que dificulta que se tenha uma noção exacta da penetração de cada produto no mercado. No entanto, ainda assim, a importância dos sistemas de controlo de tiragem não deixa de ser fundamental para a definição do mercado publicitário.

Começando a legislar sobre os *media* depois das revoluções tecnológicas dos anos 80, que provocaram grandes transformações na sociedade, o legislador não podia deixar de ordenar o sector da imprensa electrónica. Quando se discutiu a comunicação social, em 1998, a imprensa digital estava a dar os seus primeiros passos, sobretudo na diáspora cabo-verdiana. No entanto, como o país ainda não tinha uma plataforma digital forte que permitisse actualizar diariamente as informações de dentro para fora, tinha que contentar-se com as visões de fora para dentro. A Internet tinha sido instalada no ano anterior

(1997) e era gerido num contexto de monopólio, pelo que o preço do serviço era bastante elevado. Os diários digitais que eram editados na diáspora tinham êxito dentro e fora do país.

Apesar de, até 2009, não haver uma legislação específica para os órgãos de comunicação social suportados pelas plataformas electrónicas, a Lei da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias vincula também os *media* digitais. Isto ficou claro na própria definição, em que o legislador concebeu a imprensa escrita como “toda a forma de expressão escrita do pensamento, por papel, processos electrónicos ou qualquer outro suporte utilizando os processos técnicos, destinada ao público em geral ou a determinadas categorias de públicos” (Artigo 2º, n.º 1). A lei estabelece que a imprensa digital abrange os meios electrónicos e outras formas de comunicação como a telemática, a cibernética e a informática e alerta para que não se confunda a imprensa escrita com a edição de imprensa.

## **2.2. Presença do Estado na Imprensa Escrita: Rupturas e continuidades**

O estado tem tido uma presença constante na comunicação social, particularmente no sector da imprensa escrita. Desde o aparecimento do ‘Boletim Oficial’ (1842) até à independência nacional (1975), a imprensa estatal, muito controlada pelo governo, foi dominante. Não podemos ignorar a importância da actividade literária para o fomento da imprensa em Cabo Verde, que levou à criação da ‘Claridade’, encarnada pelos neo-realistas Manuel Lopes, Jorge Barbosa e Baltasar Lopes da Silva.

O calor da independência fez surgir uma nova dinâmica na imprensa, com a publicação do ‘Terra Nova’. Durante muito tempo, apenas o ‘Terra Nova’ conseguia desviar os assuntos, em debate, da agenda governamental. A transição política trouxe novas mudanças. O projecto ‘A Semana’ foi um dos mais consistentes que surgiu no terreno mediático. O ‘Expresso das Ilhas’, embora tendo algumas vezes remado contra ventos e marés, tem suportado as adversidades do mercado mediático cabo-verdiano. O estado permaneceu no sector da imprensa escrita até 2007. Depois da sua saída surgiram ‘A Nação’ e ‘Jornal de Cabo Verde’, sendo que este último teve uma vida muito curta.

O novo texto constitucional foi aprovado em 1992, incumbindo ao estado a responsabilidade de garantir um serviço público de radiodifusão e de televisão. De resto, o estado apenas ficou responsável por abrir concursos públicos para a atribuição de licenças de radiodifusão e de televisão aos privados, segundo as regulamentações na lei. Quanto à imprensa escrita, deve fiscalizar a conformidade das empresas mediáticas à legislação, não sendo preciso qualquer tipo de autorização ou caução para o início das actividades. O legislador não teve a preocupação de obrigar o estado a garantir um serviço público de informação através da imprensa escrita. Também não o proibiu que entrasse nessa área. A lei,



seguindo as directrizes constitucionais, deixa ao critério de cada governo escolher se investe ou não nesse sector, mas Leão Lopes, ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social, recorda que o entendimento depois da abertura política era de que o estado abandonasse o sector da imprensa escrita (Entrevista: 17.10.2008). Ondina Ferreira, também ex-Ministra da Cultura e da Comunicação Social, fala na saída do estado do sector. No entanto, durante um longo tempo, os governos não conseguiram livrar-se do segmento dos jornais (Entrevista: 7.1.2009).

Com a abertura política, o governo do MpD quis simbolizar uma ruptura com as directrizes do Partido Único, extinguindo, em 1992, o histórico 'Voz di Povo'. José Vicente Lopes, que trabalhou para o jornal, reconhece "que o próprio Primeiro-Ministro de então, Carlos Veiga, chegou a desafiar os jornalistas para assumirem o 'Voz di Povo'. Por falta de condições ou por inibição de natureza variada, essa situação não aconteceu. Na falta de assunção por parte dos profissionais, o jornal mudou, várias vezes, de nome" (Entrevista: 25.4.2008). Leão Lopes oferece-nos mais elementos para ler o contexto de encerramento do 'Voz di Povo': "quando, de certa maneira, se abriu mão do jornal 'Voz di Povo', é interessante – até porque nenhum jornalista percebeu – que se conservou o título do jornal como património do estado. Nunca ninguém se referiu a isso porque ninguém nunca estudou e não esteve atento. Suspendeu-se o jornal da seguinte forma: ofereceu-se o órgão e os meios do órgão aos profissionais da área. Isso está documentado" (Entrevista: 17.10.2008). Como os profissionais não assumiram o jornal, deu-se continuidade à publicação, desta feita, através do 'Novo Jornal de Cabo Verde'. Mesmo assim, o governo dava sinais de querer cumprir o seu programa. "Ofereceu aos profissionais o 'Novo Jornal de Cabo Verde' de borla. Também trabalhei lá. O 'Novo Jornal de Cabo Verde' aguentou um bocado e acabou por morrer também" (Alexandre Semedo, Entrevista: 23.4.2008). Viria a ser substituído, a 23 de Dezembro de 1998, pelo 'Horizonte'. Em duas legislaturas, o governo do MpD encerrou, por duas vezes, o jornal do estado, retomando-o, sempre, com nomes diferentes. Alexandre Semedo, José Vicente Lopes e muitos outros jornalistas admitem que, por detrás dos encerramentos, poderia estar montada uma 'operação de limpeza', em que as vozes mais críticas eram afastadas, mas Leão Lopes discorda diametralmente desta leitura.

O 'Horizonte' nasceu com morte anunciada mas, durante as duas legislaturas do MpD, nunca houve coragem política para o abandono efectivo do sector da imprensa escrita. O governo abdicou de cumprir o estabelecido nos seus programas de governação e o PAICV regressou ao poder em 2001 para herdar as contradições do MpD em relação à imprensa escrita. Durante o primeiro mandato (2001-2006), falou-se inúmeras vezes na alienação do 'Horizonte'. De resto, o programa do governo também insistia no abandono estatal do sector. No primeiro mandato de José Maria Neves, não foi

possível cumprir a promessa e, só em 2007, Sara Lopes, então ministra com a tutela da comunicação social, assinou a sentença de morte ao jornal, afirmando que, “analisando a evolução da Inforpress, constata-se que o jornal ‘Horizonte’ comeu, literalmente, a Agência de Notícias” (cit. por Horizonte: 14.12.2006).

A 3 de Maio de 2007, saiu o último número do ‘Horizonte’ e não mais se verificou qualquer intenção do governo de voltar a apostar na área da imprensa escrita. “Desta vez é de vez, tanto que, neste momento, o estado não é detentor de nenhum jornal. Neste momento, temos uma agência de notícias. Pensamos que é algo que todos os países têm. Ela deve servir como uma entidade credível no processo informativo” (Eugénio Martins, Entrevista: 27.10.2008).

Importa levar em conta que o sector privado encara com muito optimismo a saída do estado do ramo dos jornais. Daniel Medina, ex-director do extinto ‘Jornal de Cabo Verde’, considera positiva a entrega do sector dos jornais aos privados: “também acho que o estado deve abdicar-se totalmente dos órgãos de comunicação social, inclusive a televisão e gostaria de pronunciar-me em relação ao seguinte: o estado tem o dever de ter uma informação publicitada com alguma regularidade. Quer dizer que deve continuar a subsidiar, de forma a termos uma televisão pública, de forma parcial. Não é subsidiar de um lado e depois a televisão estar a vender espaço de publicidade porque, senão, cria-se um marasmo lá dentro” (Entrevista: 22.4.2008). No entanto, a saída do estado do sector da radiodifusão e da televisão implicaria uma alteração constitucional, na medida em que estes dois segmentos do serviço público estão contemplados na Constituição.

O director do ‘Expresso das Ilhas’ também aplaude a saída do estado do ramo dos jornais, olhando a atitude como um sinal de incremento da liberdade de imprensa, porque os privados criticam com responsabilidade, o que, na imprensa estatal, “era praticamente impossível porque o jornal impresso do estado era um órgão muito mais oficioso” (João do Rosário, Entrevista: 26.4.2008). A verdade é que o próprio Primeiro-Ministro, comentando o fim da publicação, advertiu que já não faria sentido “um órgão do estado que, tendencialmente, seria visto no panorama da imprensa escrita como um órgão oficial ou oficioso do governo”. Com a saída do estado do sector da imprensa escrita, “cria-se mais espaço e mais liberdade para os órgãos privados e, mais do que isso, criam-se condições para se expandirem as possibilidades de os cidadãos, as empresas participarem no processo de formação autónoma, livre e independente, da opinião pública cabo-verdiana” (A Semana: [www.asemana.cv](http://www.asemana.cv))<sup>23</sup>. O

---

<sup>23</sup>A Semana: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=23882](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=23882) (2.5.2007).

jornalista Marco Rocha entende que faz mais sentido, nos dias que correm, o estado ter um *site* na Internet com notícias sobre Cabo Verde (Entrevista: 18.6.2008).

Perante as críticas feitas ao jornal, Carvalho Santos, que já dirigiu a publicação, considera que, por ser um jornal do estado, é normal que as pessoas façam essa extrapolação do estado para o governo. Afirmo ainda que uma simples viagem pelo arquivo mostra-nos que o “‘Horizonte’ é um jornal que tinha coisas oficiais ou oficiosas, porque dava atenção às coisas organizadas ou levadas a cabo pelo estado, governo, partidos políticos, mas também irá ver que o jornal trazia coisas, como artigos de opinião, por exemplo, que não eram favoráveis ao governo. Atacavam o governo. Digamos que tinha uma informação plural” (Carvalho Santos, Entrevista: 23.4.2008). Desta forma, o director da ‘Inforpress’ defende o pluralismo da comunicação social do estado, tentando resgatar a liberdade de imprensa das críticas às quais os órgãos públicos têm estado sujeitos. A luta a favor da liberdade de imprensa, no sector da imprensa escrita, é uma questão antiga porque, desde 1842, com a introdução da imprensa no arquipélago, começaram a surgir vozes em prol da autonomia dos jornais. Foi assim que surgiu, ainda no século XIX (1877), o jornal ‘O Independente’, que viria a reivindicar um espaço de confronto de opiniões. Até ao encerramento do jornal estatal, em 2007, muito caminho foi feito na defesa da liberdade de imprensa.

### **2.3. A imprensa escrita e as questões do direito à liberdade de imprensa**

Associada à liberdade de imprensa, está a questão do pluralismo da informação, das opiniões e dos conteúdos. Só uma imprensa que opera num contexto de liberdade pode garantir aos seus profissionais condições para apostarem no pluralismo. A Lei da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias traça os princípios que devem orientar a actividade das instituições noticiosas, destacando a necessidade de se promover a diversidade da informação, que estimula a variedade de públicos e o estabelecimento de normas profissionais que concorrem para a garantia e a diferença de opinião e perspectivas. O princípio do contraditório também é considerado como fundamental, sendo que nenhuma das partes envolvidas num acontecimento pode ser ignorada. Para além da necessidade de confrontarem as partes, os profissionais dos *media* devem estabelecer a diferença de opiniões quando as regista. Entretanto, o princípio do contraditório só pode ser cumprido numa sociedade em que a liberdade de imprensa emerge como um direito fundamental. É o caso de Cabo Verde, em que a liberdade de imprensa goza de uma protecção constitucional, com reprodução e regulamentação em várias legislações ordinárias, inclusive a Lei da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias. O Artigo 4º desse

diploma estipula que “as actividades de imprensa, de edição de imprensa e de agências de notícias têm por funções essenciais a expressão livre das ideias e do pensamento, a informação da comunidade nacional, a difusão das notícias e das informações, a formação cívica dos cidadãos e a promoção de valores da liberdade, da igualdade, do pluralismo e da ordem democrática”. Esta prescrição exhibe alguns laivos da carta francesa dos direitos do Homem e do Cidadão.

Com o objectivo de monitorizar o funcionamento das publicações e, em particular, velar pelo respeito à ética e à deontologia, a Lei da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias cria condições para que as publicações com mais do que cinco jornalistas fundem um Conselho de Redacção. Outrossim, prevê um leque alargado de possibilidades de intervenção desse conselho dentro do órgão de comunicação social, podendo ter um papel muito importante na definição da agenda, contribuir para o debate sobre as matérias que serão abordadas, bem como participar na organização, edição e distribuição de tarefas e funções aos profissionais. Por outro lado, atribui ao Conselho da Redacção um papel importante na apreciação dos conteúdos do direito de resposta ou rectificação, podendo colaborar ainda com o director do órgão em várias funções relacionadas com o processamento da informação.

A liberdade de imprensa, por seu lado, coaduna-se com a garantia do direito de resposta, que assegura, aos cidadãos, a possibilidade de esclarecerem qualquer situação tratada na comunicação social. O Artigo 24º da Lei da Imprensa Escrita e das Agências de Notícias determina que a resposta deve ser dada no mesmo órgão de comunicação social que divulgou as informações ofensivas, no mesmo lugar, e em caracteres tipográficos semelhantes às informações ofensivas. Uma vez que deve ser assegurado o direito à honra, ninguém podendo ser injuriado ou difamado, ainda que tenha veiculado informações ofensivas na comunicação social, os responsáveis pela publicação devem assinalar, com rigor, os casos de cortes feitos.

Entretanto, apesar de todas as protecções legais, há um conjunto de questões de natureza sociológica que evidenciam a não concretização plena do direito à liberdade de imprensa na arena socio-política cabo-verdiana. Desde logo, a não socialização dos direitos de liberdade no sistema de vida cabo-verdiano está patente na forma como os cidadãos exercem a sua própria liberdade individual, em modos sectários, partidários, em que, muitas vezes, as amizades se fazem em função da cor política que se defende. A bipartidarização da sociedade atinge proporções dramáticas, transformando-se numa espécie de ‘fundamentalismo político’, em que, mais do que militantes, os partidos políticos contam com adeptos ferrenhos que lutam insistentemente contra o outro, que é visto, não como o adversário, mas sim como ‘o mal’. Assim, polariza-se a visão sobre a sociedade entre o bem e o mal.

\*\*\*\*\*



# **CAPÍTULO VII**

## **DIMENSÕES SOCIOLÓGICAS DO JORNALISMO CABO-VERDIANO**

**1.1. A Sociedade Bipartida**

Depois da abertura política, instalou-se uma divisão da sociedade entre os adeptos do MpD e os do PAICV, sendo que raramente os interesses do país são colocados acima dos interesses dos partidos. No nosso entender, esta partidarização da sociedade é uma das grandes insuficiências da democracia cabo-verdiana, uma vez que não deixa espaço para um diálogo salutar entre as correntes de pensamento e não permite que as opiniões sejam argumentadas fora do quadro de um ‘fundamentalismo partidário’. Os partidos políticos, em Cabo Verde, funcionam como clubes de futebol: há uma defesa cega das ‘camisolas’, o que mina as bases do próprio Iluminismo, na medida em que, em vez de se desenvolver a capacidade de cada qual pensar por si e tomar decisões em consciência, assimila-se o consentimento criado pela ala sociológica liderada pelo partido a que se sente vinculado. Este cenário destrói a possibilidade do exercício pleno da cidadania por parte dos membros da sociedade e interfere directamente na actividade mediática. À governação dessa sociedade bipartidária, Daniel Medina, ex-director da ‘TCV’ e do ‘Jornal de Cabo Verde’, apelida, ironicamente, de ‘Pardidaditadura’, explicando que “é estar-se como um polvo, ir-se alastrando. É preciso cortar os tentáculos ao polvo para que possamos fazer o nosso trabalho como jornalistas: informar os partidos políticos, mas também informar a população” (Entrevista: 22.4.2008).

A sociedade bipartida está organizada de forma a, muitas vezes, não deixar espaço aos ‘não alinhados’ porque, como as próprias instituições do estado acabam por ser partidarizadas, tudo se mede pela bitola dos partidos e quem estiver desagregado dessas duas carruagens corre o risco de ser esmagado. Daniel Medina lembra, assim, que, no extremo, encontramos “alguns jornais assumidamente de um lado e outros assumidamente do outro lado. Até soltam vitupérios, atacam-se uns aos outros, o que faz com que não seja bem um jornalismo propriamente dito, mas quase que ataques pessoais ou, como se dizia antigamente, pasquins” (Entrevista: 22.4.2008). Esta situação leva-nos a concordar com a observação de que, em Cabo Verde, a democracia real é ainda apenas uma possibilidade. Na falta de uma conceptualização teórica, tornou-se comum catalogar a sociedade política desenhada depois de 1990 como o período de ‘dois Partidos Únicos’. Ao contrário do que aconteceu nos anos 80, instalou-se uma alternância entre o ‘Partido Único do MpD’, que durante uma década governou o país sob a protecção de uma maioria absoluta e outra qualificada, e o ‘Partido Único do PAICV’, que está prestes a

completar uma década de governação, protegido por duas maiorias absolutas. Não estranhemos que em Cabo Verde tudo seja extremamente partidarizado. Eduino Santos, jornalista da rádio nacional, afirma, entretanto, que, na década de 90, como havia a ‘ternura com o inimigo’, tudo o que criticasse o governo de Carlos Veiga era considerado PAICV: “este país estava reduzido ao MpD e PAICV. Não podias ser mais nada. Não podias ser um jovem, nascido na Ilha de Santiago, com a tua postura e pensas de uma determinada forma e, porventura, podes estar de acordo com determinadas posições do PAICV ou do MpD ou não estás de acordo com nenhum lado. Posso dizer-te que esse ambiente de crispação é dos momentos mais difíceis na minha carreira de jornalista. A pessoa desiste e diz: ‘eu vou sair disto. Vou para a rádio fazer a minha vidinha. Aqui ninguém me chateia’” (Entrevista: 15.10.2008). Fazendo um acto de contrição com o passado, o líder do MpD veio pedir, em 2007, que se despartidarizasse a comunicação social do estado: “achei uma iniciativa bestial. Não quero dizer que o MpD estava a redimir-se dos seus pecados do passado, mas penso que foi uma iniciativa nobre, com a qual todos nós devemos nos congratular” (Luís Carvalho, Entrevista: 20.11.2008).

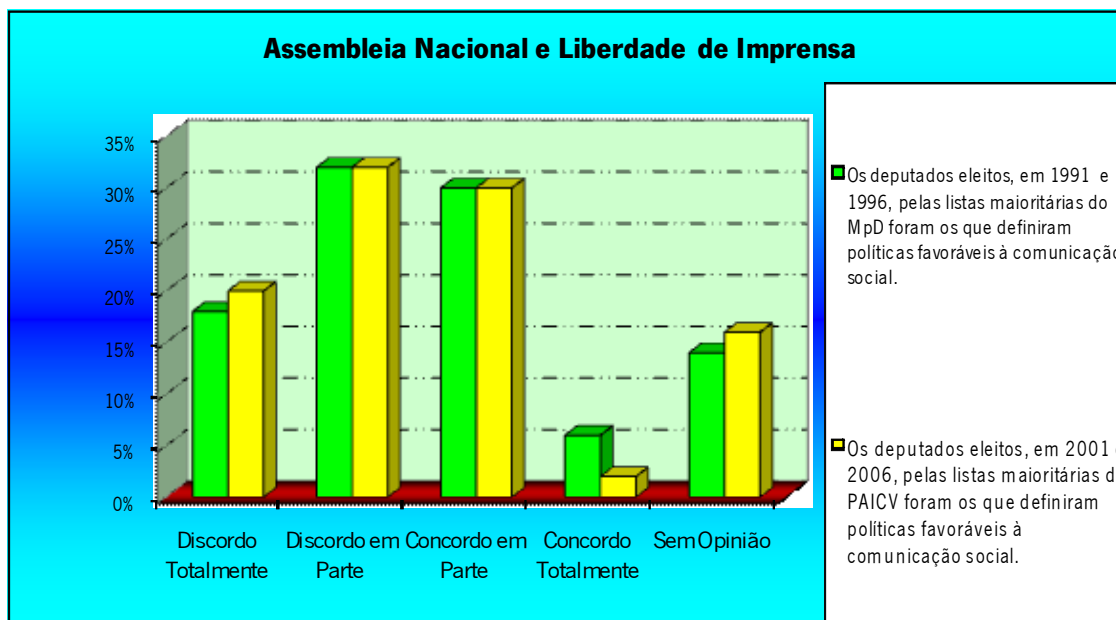
Se o líder do MpD critica a imprensa estatal por considerar que está excessivamente partidarizada, o líder do PAICV aponta baterias aos *media* privados, dizendo que há jornais que não são mais do que ‘satélites de partidos’. Estas críticas mostram que a própria classe política se sente incomodada com a excessiva partidarização da sociedade e, por conseguinte, da comunicação social, sobretudo quando a linha em que determinados órgãos trabalham não beneficia os seus partidos. A existência dessa bipartidarização da sociedade faz com que quem não se posiciona ao lado de um partido seja automaticamente conotado com o adversário. Por isso, é vital para a democracia cabo-verdiana que se trabalhe no sentido de eliminar esse pensamento maquiavélico, já que a descrição que Apolinário Neves faz da sociedade bipartida é dramática: “procuradores comprados, juizes comprados, etc. Isto também tem a ver com as críticas semelhantes que faço aos jornalistas. Assim como os jornalistas se deixam ‘vender’ (se calhar não recebem nada por isso, mas para estarem de bem com quem está no poder), com os juizes e os procuradores acontece o mesmo. Só isso explica o facto de os processos políticos não serem julgados” (Entrevista: 26.4.2008). Apolinário Neves, ex-administrador da ‘Inforpress’ e proprietário do ‘Liberal On-line’, lembra que, desde 2001, tem um processo na Primeira Instância. No entanto, entende que o processo só avançará no dia em que o PAICV perder as eleições, porque “o senhor juiz vai querer estar de bem com o outro senhor que se seguirá” (Entrevista: 26.4.2008). Importa recordar que José Vicente Lopes também esperou o MpD perder as eleições para que o processo referente à sua saída do estatal ‘Voz di Povo’ percorresse os trâmites legais. Só com o regresso do PAICV ao poder, o jornalista pôde ver reconhecido o seu direito à indemnização que andou



congelada nos processos judiciais durante as duas governações do MpD. Esses exemplos mostram algumas fragilidades da democracia cabo-verdiana, que são reforçadas por Adelina Brito, directora de informação da 'TCV', para quem os partidos organizam conferências de imprensa com o único objectivo de marcar a agenda dos *media*: “estão a fazer ‘guerrilha’ para centralizar as coisas entre o MpD e o PAICV. Este verde e amarelo<sup>24</sup> têm dado cabo de muita coisa” (Entrevista: 21.4.2008).

Analisando a leitura dos jornalistas sobre a atenção dada pelos blocos parlamentares maioritários do MpD (década de 90) e do PAICV (a partir de 2001), verifica-se algum equilíbrio nas análises. De uma forma geral, os inquiridos entendem que não há muita diferença entre a atenção que a bancada maioritária do MpD deu à comunicação social em relação à atenção dada pela actual bancada maioritária do PAICV. Embora tenha sido durante a década de 90 que surgiu a maior produção legislativa para regulamentar o sector, 50% dos inquiridos discorda (18% discorda totalmente e 32% discorda em parte) que a bancada maioritária do MpD (1991 a 2001) foi a que mais atenção deu ao sector mediático: 36% (30% concorda em parte e 6% concorda totalmente) concorda com esta matéria, enquanto 14% não tem opinião formada. Olhando para a Assembleia Nacional depois da vitória do PAICV em 2001, 52% (20% discorda totalmente e 32% discorda em parte) discorda que a bancada maioritária do PAICV é a que maior atenção tem dado ao sector mediático, 32% (30% concorda em parte e 2% concorda totalmente) concorda com esta análise e 16% não tem opinião (ver gráfico n.º 2).

Gráfico n.º 2



<sup>24</sup>Verde: cor predominante da bandeira do MpD. Amarelo: cor predominante da bandeira do PAICV.

O ponto de equilíbrio, nesta matéria, é a concordância parcial: 30% dos inquiridos concorda que os deputados maioritários do MpD são os que mais atenção deram ao sector dos *media* e, da mesma forma, 30% defende que esse mérito recai sobre a bancada maioritária do PAICV. Para evitar qualquer confusão, lembremos que, para a análise do entendimento que os jornalistas têm sobre a prestação dos dois blocos parlamentares, o inquérito contemplou duas questões separadas, sendo que cada uma delas versava sobre um bloco. Analisando a primeira década da democracia, Nelson Herbert, director da televisão nacional nos anos 90, afirma que um dos grandes entraves com que se viu confrontado foi a falta de interiorização da cultura democrática por parte dos cabo-verdianos, que, na sua observação, perdura até à actualidade. Cabo Verde vivia, assim, uma época de “diabolização partidária e das convicções políticas próprias de cada um”, em que todos aqueles que não eram a favor eram tidos como contra. “Uma época em que até as amizades se mediam por essa bitola. Esses factores influíam na catalogação de quem quer que fosse. Tratava-se de um clima de militantismos políticos exacerbados e, em muitos casos, de um certo extremismo, de uma irracionalidade e intriguismo político desmedido, como se veio a provar através de algumas medidas de governação que, durante esse período, foram adoptadas” (Nelson Herbert, Entrevista: 12.6.2008).

A sociedade bipartida é algo que incomoda alguns sectores críticos do modelo de organização sociopolítica em Cabo Verde e podemos notar que, ainda hoje, perdura um sistema bipolar no qual dois grandes partidos são dominantes, havendo outros pequenos sem grande expressão que gravitam nas periferias do poder. O sistema bipolar, por si só, não constitui um mal, já que, na maioria dos países democráticos, normalmente, há dois partidos que dominam a agenda política e se alternam no poder. O que falta em Cabo Verde é uma outra educação para a cidadania e uma outra abertura dos partidos para a sociedade. A verdade é que os partidos quase esgotam o exercício da cidadania e há pouco espaço para a manifestação ideológica fora dos quadros por eles definidos. A bipartidarização da sociedade afecta todos os sectores sociais e, como observa José António dos Reis, ex-Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, o não funcionamento do Conselho da Comunicação Social vem nessa esteira da “exacerbação da partidarização de tudo na sociedade cabo-verdiana que conduziu a que se chegasse a um ponto de inoperacionalidade” (Entrevista: 1.11.2008). Na mesma linha, Arnaldo Silva, ex-Secretário de Estado para a Comunicação Social, considera que os partidos têm culpa nessa matéria porque são castradores. Assim como no período em que o MpD esteve no poder, nos dias que correm raramente se vê alguém da sociedade civil a dar a sua colaboração na governação. Para se chegar ao governo tem de se ser do partido vencedor das eleições, e como frisa Arnaldo Silva, de forma assumida ou dissimulada (Entrevista: 1.11.2008). Neste sentido, o ex-secretário de estado conclui que, em Cabo

Verde, a política se resume aos partidos e, para o desespero daqueles que sonham com uma nova ordem democrática no país, a cidadania parece ser exercida quase exclusivamente no âmbito partidário.

Em Cabo Verde, as organizações da sociedade civil estão numa fase embrionária e não têm grande peso na geografia dos poderes, no sentido de 'horizontalizar' a emanção das decisões (v. Rhodes, 1997). A avaliação do posicionamento social dos cidadãos acontece de forma dicotómica: ou se está com o MpD ou se está com o PAICV. Esse modelo de concepção do sistema democrático mina o território da independência do pensamento e da edificação da sociedade civil. Para Armindo Ferreira, ex-governante, regista-se uma ditadura dos partidos sobre o país: "não se poderá deixar de concluir que estamos perante uma democracia de, e para, partidos políticos, que são a única entidade de pleno direito no processo. Perante a sociedade, trata-se de uma verdadeira ditadura dos partidos políticos, que nos impõem o que muito bem entenderem, onde, e quando, quiserem. Mas tudo leva a crer que, com a emergência da sociedade de informação e o avanço vertiginoso das tecnologias de comunicação, a democracia voltará às origens, e os partidos políticos cederão lugar aos cidadãos, que deixarão de ser apenas voto, para passarem a ser, também, opinião" (Horizonte: 18.2.1999).

A estruturação bipartidária da sociedade cabo-verdiana afecta todos os sectores da vida social, verificando-se que os próprios intelectuais do país – que poderiam ser a válvula de escape –, muitas vezes, se aliam aos partidos para poderem sobreviver e desenvolver os seus projectos. Assim, os partidos procuram, por via das políticas de subvencionamento, esgotar o espaço autónomo de desenvolvimento intelectual, deixando o 'poder cultural' refém do poder político, já que aquele precisa deste para o apoiar. Num país com poucos recursos naturais e financeiros, são poucos aqueles que têm poder económico que lhes garanta independência face às investidas do poder político.

Para Rosana Almeida, *pivot* da televisão nacional, a mentalidade cabo-verdiana explica a questão da bipartidarização da sociedade (Entrevista: 3.11.2008). Por isso, considera que a comunicação social cabo-verdiana não faz mais do que reflectir a mentalidade que perdura no sistema social. Uma visão paralela apresenta-nos Leão Lopes, para quem a explicação para o fenómeno está no facto de ainda o país se encontrar num processo muito 'verde' da sua vivência democrática, o que se reflecte no processo educativo. Este é, com certeza, responsável pela não emancipação ideológica dos cidadãos em relação aos partidos que impõem valores em troca de determinados privilégios na Administração Pública. As reformas do sistema educativo, em Cabo Verde, ainda não atingiram o patamar desejado. Precisa-se de uma verdadeira reforma educativa que contribui para a criação de uma cultura de pensamento divergente na sociedade, permitindo que os indivíduos possam assumir publicamente as

suas posições, defendendo-as, mesmo que elas não se encaixem no quadro ideológico de nenhum partido. “Temos ainda dificuldades em aceitarmos, uns dos outros, opinião contrária. A palavra crítica, por exemplo, é negativa na nossa cultura. Só a palavra. Para nós, crítica não é observação, reflexão, análise, participação. Crítica é censura, é destruição. Isto está na génese da nossa cultura”, explica Leão Lopes, acrescentando que basta estarmos atentos aos debates parlamentares para percebermos que há uma total falta de respeito pelas opiniões contrárias (Entrevista: 17.10.2008). Essa situação não é exclusiva da Assembleia Nacional, mas a própria sociedade incorpora essas cristações, reproduzindo-as no espaço privado dos cidadãos, transformando os adversários em inimigos. Ondina Ferreira, ex-ministra da comunicação social, exemplifica com a experiência das suas viagens à Ilha do Fogo: “vou aos Mosteiros, digo ‘bom dia’ e o fulano não me responde porque é do PAICV. Porque é do PAICV, já não me diz bom dia. Isto é muito crispado. Os partidos invadem tudo. Não deixam. Asfixiam. Vejo isso nas ilhas de Fogo, Santiago, São Nicolau, etc. Os partidos, em Cabo Verde, asfixiam a vida civil. Não há espaço para a vida civil e para a independência” (Entrevista: 7.1.2009).

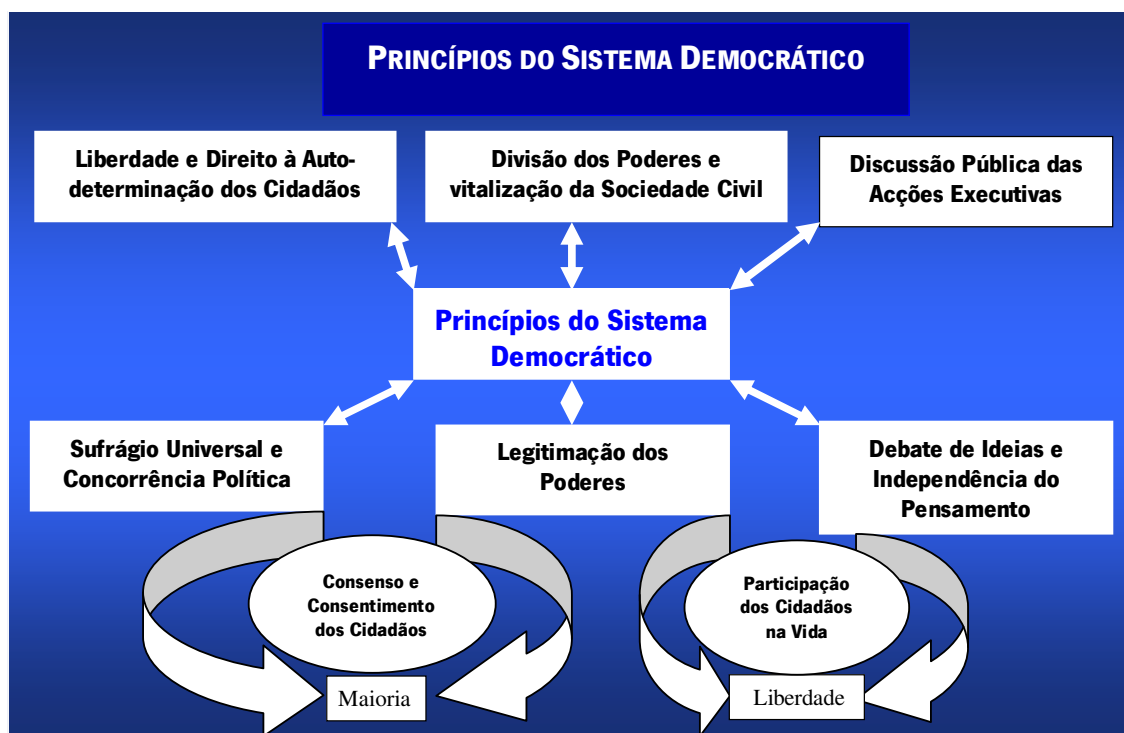
Apesar da radiografia do problema estar feita, nota-se que há uma falta de assumpção de responsabilidades por parte dos diferentes actores sociais, no sentido de contribuírem para a emancipação do estado, da sociedade e do país em relação aos partidos. Estes acusam-se mutuamente, mas não contribuem efectivamente para libertar a sociedade das suas amarras. Na comunicação social, estas preocupações assumem dimensões perturbadoras. Olhando para o estado dos *media*, João Gomes, jurista, recorda que, muitas vezes, criticamos o Conselho de Administração da RTC por ser constituída por pessoas ligadas ao partido no poder: “estou convencido de que, se houver mudança na governação, o próximo partido vai fazer a mesma coisa. Nós, quando estamos na oposição, defendemos uma coisa e, quando estamos na situação, temos a tendência de repetir os mesmos erros que antes apontámos aos outros” (Expresso das Ilhas: 24.10.2007).

Se quando o PAICV esteve na oposição criticava o governo do MpD de manipular os *media* estatais, actualmente surge, a partir dos sectores ligados ao MpD, uma leva de críticas direccionadas ao actual governo. Neste quadro, não nos parece que os propósitos dos partidos para com a comunicação social divirjam uns dos outros. Até porque – para lembrar José António dos Reis – Cabo Verde é um país “altamente partidário e bipolarizado em que os jornais privados são um pouco refém deste estado partidário da sociedade” (Horizonte: 31.12.2003). Esta questão chega, muitas vezes, ao de leve, aos debates políticos, não numa tentativa de devolver o espaço de cidadania à sociedade, mas mais através de críticas mútuas em que os partidos se acusam de usurpar a sociedade, nada fazendo para mudar a ordem democrática e a sociologia do jornalismo feito em Cabo Verde.

## 1.2. A Democracia e a Sociologia do Jornalismo cabo-verdiano

A democracia é um sistema da organização política bastante antiga, que, enquanto prática, foi reinventado no séc. XIX, mas provou ser bastante frágil, já que poucos países podem orgulhar-se de ter uma experiência ininterrupta do exercício democrático do poder. De qualquer forma, hoje os seus valores são amplamente divulgados, sustentando-se sobretudo na ideia da autonomia dos indivíduos e garantia dos direitos fundamentais do homem, entre eles, o de escolher quem governa a sociedade. Assim, a democracia fundamenta-se no princípio da legitimidade, conferida pelo voto, que implica a procura de consenso no seio dos cidadãos, evitando a arbitrariedade permanente da classe política. A educação é um elemento importante para um contexto democrático, porque uma sociedade composta essencialmente por indivíduos com baixa qualificação e fraca capacidade de desenvolver um pensamento autónomo, facilmente pode ver a democracia a transformar-se numa espécie de ditadura. Estudando a cultura sociológica da maioria e agindo no sentido de responder a algumas das suas reivindicações, os actores políticos poderão renovar constantemente a confiança dos cidadãos nas suas ideias. Neste sentido, a educação para a cidadania tem um papel absolutamente importante na consolidação do sistema democrático e, em sintonia com uma comunicação social plural, poderá contribuir para o aprendizado democrático de uma determinada sociedade. O gráfico n.º 3 apresenta uma proposta de leitura sobre o modo de funcionamento do poder no sistema democrático.

Gráfico n.º 3

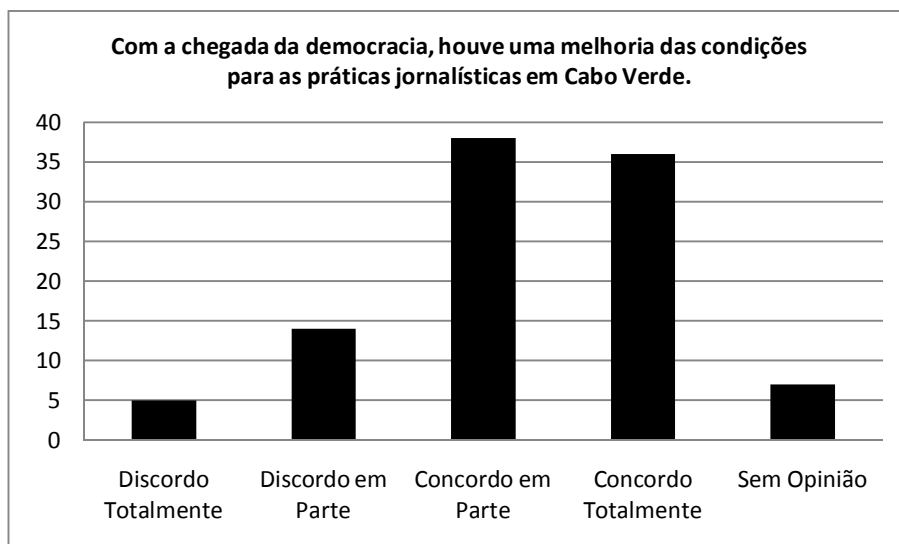


Tendo a possibilidade de exercer periodicamente o seu poder de voto, os cidadãos precisam de mecanismos de controlo do exercício do poder nos períodos intermediários aos processos eleitorais. Daí a comunicação social surgir como um excelente instrumento para acompanhar a execução das políticas públicas, acautelando o bem comum. Assim, o jornalismo e a democracia auxiliam-se mutuamente. As democracias avançadas devem proporcionar, aos profissionais da informação, condições adequadas para desempenharem a sua actividade com competência, liberdade e independência. A competência exige formação e profissionalismo, a liberdade exige garantias de independência e esta pressupõe autonomia face a instituições públicas e privadas. Na concepção de Onésimo Silveira, político e cientista social cabo-verdiano, a liberdade de opinião “é filha da liberdade de pensamento e sem esta não há liberdade de escolha e, em consequência, não há democracia. Igualmente filha da liberdade de opinião é a responsabilidade. E não existindo esta, a moral dilui-se. Resulta, assim, que a amplitude do exercício dessa liberdade interfere na evolução da democracia e na própria implantação dos direitos de cidadania, apesar de estes se acharem consagrados na Constituição” (A Semana: 27.4.2001).

Não há dúvida de que a abertura do sistema, em Cabo Verde, foi essencial para o alargamento da esfera das liberdades fundamentais. Embora mostrando alguma reserva em relação à sua eficácia, os jornalistas por nós inquiridos defendem que, com a abertura política, os deputados manifestaram uma grande preocupação com a comunicação social: se, por um lado, 54% concorda em parte que, a partir de 1991, os deputados têm dado importância ao sector mediático, por outro, apenas 6% concorda totalmente com essa observação. Há uma distância enorme entre a concordância parcial e a total. Também se regista uma percentagem significativa de inquiridos que não manifesta posição sobre esta matéria (14% não tem opinião), enquanto cerca de um quarto defende que os deputados não deram grande atenção ao sector da imprensa (16% concorda totalmente e 10% concorda em parte).

Normalmente, nos regimes monolíticos, os direitos fundamentais não são assegurados na sua plenitude. Igualmente, os chamados direitos civis – como o de voto – também não encontram uma ampla protecção no ordenamento jurídico, já que, no caso específico de Cabo Verde, o regime tinha imposto o PAIGC/CV como o único representante das ambições do povo, vedando a possibilidade de quaisquer cidadãos poderem criar partidos legitimados pela lei através dos quais pudessem concorrer às eleições fora do quadro do partido da independência. Daí a concorrência política constituir um momento ímpar para o país, marcando uma etapa substantiva na implementação da democracia e consagração dos direitos fundamentais dos cidadãos. Do resultado do nosso questionário, verifica-se que os jornalistas consideram a abertura como um momento de viragem na comunicação social.

Gráfico n.º 4



O gráfico n.º 4 mostra-nos que 38% do nosso universo de análise concorda em parte que a democracia melhorou as condições para as práticas jornalísticas, em Cabo Verde, enquanto 36% concorda totalmente, perfazendo um total de 74% de concordâncias positivas. Através da entrevista, vários profissionais também se pronunciaram sobre essa questão. Carlos Santos, director da 'RCV', frisa que, após a abertura política, criou-se mais espaço para a liberdade de imprensa, que é um elemento extremamente importante para a mensuração da 'saúde' democrática de qualquer país (Entrevista: 25.4.2008). Tendo em conta a concepção moderna da democracia, é de se assumir que, em nenhum país onde a liberdade de imprensa não é acautelada, se pode falar em sistema democrático. A não garantia da liberdade de imprensa pode traduzir-se no silenciamento dos cidadãos, o que mina qualquer base de uma sociedade democrática, já que, não há democracia sem opinião pública, da mesma forma que esta não existe sem que haja possibilidade de todos poderem emitir opiniões. Recordando que a democracia cabo-verdiana é referenciada em muitas partes do mundo, Hulda Moreira, presidente da associação dos jornalistas, frisa que há muita coisa a ser melhorada, pelo que os jornalistas têm de assumir o seu papel (Entrevista: 6.11.2008). Também Onésimo Silveira observa que "a multiplicidade dos factores culturais, históricos e psicológicos que condicionaram e ainda condicionam a comunicação social em Cabo Verde, continuam a pôr em causa a sua independência e, como tal, a isenção nos processos de difusão da informação" (A Semana: 27.4.2001).

Se a abertura política, em si, constitui um passo importante para a democratização do país, a verdade é que o partido que chegou ao poder, em 1991, incorporou muitos erros do passado, o que dificultou a implementação de uma sociedade verdadeiramente democrática. O clima vivido logo após 1991 era, na

leitura de Nelson Herbert, ex-director da 'TNCV' semelhante ao da altura da independência: "o da independência ou morte, em que pouco importava as vias ou as alternativas para se chegar a esse fim e em que silenciadas foram praticamente todas as ideias e correntes contrárias ao então modelo e metas definidos pela, na altura, única auto-proclamada 'força, luz e guia' dos cabo-verdianos" (Entrevista: 12.6.2008). Opinião análoga tem Carlos Gonçalves, director da 'Rádio Comercial', para quem a chegada do MpD ao poder foi marcada por uma reprodução das práticas antigas, levando a democracia a conviver com discursos no sentido de aniquilar o outro (Entrevista: 24.4.2008).

Sem dúvida alguma, o papel do jornalismo numa sociedade democrática passa por fiscalizar os poderes, ainda que democraticamente instituídos. Para evitar situações anómalas, os governos têm de prestar contas dos seus actos. Não tendo os indivíduos mecanismos para porem em prática esse processo de *accountability*, a comunicação social acaba por figurar como um dos principais instrumentos da consolidação democrática. O bom desempenho desse papel depende da margem de liberdade que a sociedade lhe confere. Isabel Silva Costa, delegada da 'RTP África' em Cabo Verde, recorda que a democracia ganha quando há diferentes vozes a relatar o que se passa no mundo (Entrevista: 25.4.2008). Nesse contexto, o jornalismo que procura a verdade, investigando profundamente os factos, é de extrema importância, mas, em Cabo Verde, não há espaço para o jornalismo de investigação, porque tudo se resume a notícias curtas. Relativamente à democracia cabo-verdiana, não restam dúvidas de que ela constituiu, durante muito tempo, uma grande frustração das expectativas dos jornalistas, que não tinham espaço para desempenharem, abertamente, a sua actividade. "O óbvio seria que os *media*, de alguma forma, alheios ao então aprendizado da democracia, fossem ou se deixassem imunizar face ao clima e ao ambiente envolvente da época" (Nelson Herbert, Entrevista: 12.6.2008). Esta situação dos anos 90 veio influenciar o jornalismo que se começou a fazer em Cabo Verde e, tendo os *media* apenas como instrumentos para alcançar os seus fins, os governos nunca trabalharam na sua autonomização. A televisão do estado oferece um serviço com fraca qualidade. Tanto assim é que Adelina Brito, directora de informação da estação, lembra que nunca saem à rua para perguntar aos cidadãos o que gostariam de ver na televisão, uma vez que ela mal consegue cumprir os serviços mínimos (Entrevista: 21.4.2008). A jornalista reconhece que a estação pública não tem capacidade para fornecer aos cidadãos os conteúdos de que necessitam porque, no universo audiovisual, tudo custa muito dinheiro. Se em 2008, a directora de informação da 'TCV' se queixava desses problemas, pior ainda era na primeira metade da década de 90, quando Nelson Herbert chegou ao comando da estação nacional, querendo transformá-la "numa instituição capaz de, pelo menos, levar a cabo a tarefa que a competia, no debelar da transversal crise de

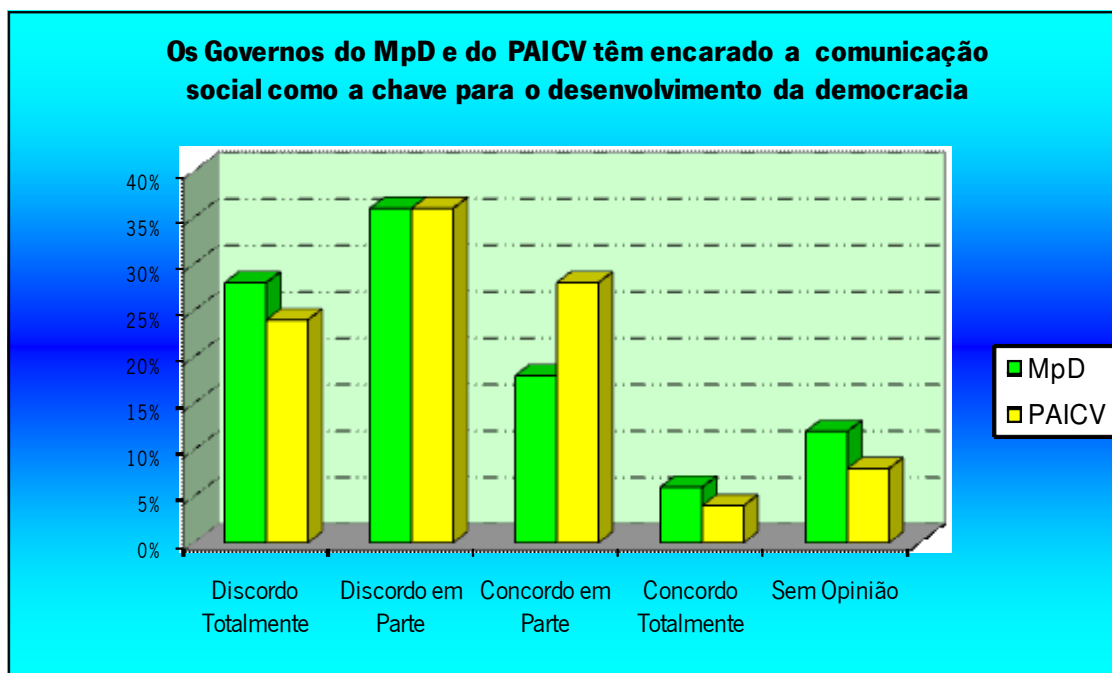


ausência de uma cultura da tolerância que tomara de assalto o processo de democratização do país. Infelizmente, a tentação política acabou por falar bem mais alto e chocar de frente com as minhas convicções profissionais, relativamente ao que deveria ser, de facto, uma televisão e um jornalismo em tempo de democracia. É ingenuidade minha, por outra, acreditar que no governo do ‘novo país’, saído das eleições, havia, de facto, essa disponibilidade para libertar a comunicação dessas amaras herdadas do Partido Único” (Entrevista: 12.6.2008).

Notoriamente, regista-se um grande vácuo que separa a democratização formal do país da sua real democratização social. Se, formalmente, o país cumpria os requisitos básicos da democracia, entre eles a separação dos poderes, a independência dos tribunais, a preservação dos direitos humanos, no plano real, não estava assegurada a independência da comunicação social, factor indispensável para a liberdade de imprensa que, por sua vez, se responsabiliza pela isenção dos jornalistas e pela consolidação da democracia. Sem a independência e a autonomia dos órgãos mediáticos não há liberdade de imprensa, logo não há condições para um jornalismo que procura responder à necessidade de desenvolvimento da consciência social e democrática dos cidadãos chamados a exercer o seu direito de voto, sinal da sua autonomia de pensamento e emancipação política e ideológica.

Reconhecendo o estado dos *media* nos primeiros tempos da democracia cabo-verdiana, Luís Carvalho, ex-chefe de redacção do jornal estatal, considera que o ambiente que se viveu nos anos 90 serviu de escola ao PAICV que ganhou as eleições em 2001, sobretudo porque esse partido liderou o país durante o período monolítico, não deixando, aos cidadãos, boa memória no que toca à garantia das liberdades fundamentais e determinadas categorias de direitos humanos (Entrevista: 20.11.2008). Para o supracitado jornalista, houve, a partir de 2001, uma nova geração de políticos no seio do PAICV que, não ignorando os erros cometidos durante o regime monolítico, se empenhou em aprender com os seus erros e os do adversário. Apesar de tudo, Luís Carvalho identifica a necessidade de melhorar a qualidade da democracia cabo-verdiana, convergindo a sua posição com a de Nelson Herbert. “As certezas que eventualmente teria relativamente à maturidade da nossa democracia esvaíram-se nas últimas eleições autárquicas. A intolerância, no subconsciente ditando o comportamento político e os discursos políticos, a diabolização do adversário político, a incapacidade da imprensa em manter uma equidistância político-partidário, fizeram-me acreditar que, no alto-mar, a nossa democracia navega à costa” (Nelson Herbert, Entrevista: 12.6.2008). Seguindo o mesmo ângulo de análise, os nossos inquiridos não acreditam que haja vontade em dotar o sector de condições para que o jornalismo seja uma alavanca no aprofundamento dos valores do regime democrático (ver gráfico n.º 5).

Gráfico n.º 5



Para além da nossa investigação, outras pesquisas apontam na mesma direcção. Num estudo sobre a democracia em África, feito em 2003 pela Afrobarómetro, concluiu-se que, embora considerem o país democrático, os cabo-verdianos estão inconformados com o funcionamento da democracia no arquipélago. Se 33% dos inquiridos se consideram bastante ou muito satisfeitos, cerca de 59% encontram-se pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento do sistema (A Semana: 23.4.2003). Porém, quando olha para a evolução da protecção dos direitos à liberdade, em Cabo Verde, Arnaldo Andrade, antigo ministro no governo do PAICV, defende que não se pode comparar o grau de liberdade que o PAICV de José Maria Neves pôs à disposição dos jornalistas com a situação da década de 90, já que esta se assemelhava ao regime monolítico: “no Partido Único, a direcção política achava que a razão estava do seu lado e, portanto, que essa razão deveria prevalecer na comunicação social. Portanto, exercia um controlo sobre a comunicação social. Na década de 90, a doença infantil da nossa democracia acha que tem razão e que, portanto, tinha que prevalecer a sua razão” (Entrevista: 18.6.2008). Posição diferente tem Arnaldo Silva, que foi secretário de estado para a comunicação social no governo do MpD. Tendo em conta que não há democracia sem uma imprensa livre porque esta faz a intermediação entre a classe política, a sociedade e as instâncias que gravitam à volta desses sectores, o ex-governante afirma que a imprensa não faz o caminho de aprofundamento do sistema democrático, porque só se preocupa em dar voz aos partidos políticos. Olhando para a cultura jornalística cabo-verdiana, nota-se, de acordo com Arnaldo Silva, que, hoje como na década de 90, a

informação vale pela importância das fontes e não pela pertinência dos factos (Entrevista: 4.11.2008). Tudo isso é importante para compreendermos a democracia cabo-verdiana, já que, como observa Sodré (1998), o projecto histórico da democracia tende, actualmente, a orientar-se no sentido de uma 'organicidade democrática', assegurada por uma memória colectiva que coloca o poder das diferenças no centro da experiência comum. A vivência democrática de uma sociedade é explanada tanto pelo que explicitam as instituições eminentemente políticas, como pela manifestação de uma sensível estrutura de percepção, que é a memória social da experiência democrática. A análise das práticas da liberdade de imprensa, partindo das experiências dos jornalistas cabo-verdianos, não nos ajuda somente a conhecer o estado dos *media* e do jornalismo do país como servem de pauta para a leitura do próprio quadro de construção do sistema democrático porque, para além de "uma técnica universal do governo", a democracia constitui "uma prática de construção e reelaboração do sujeito social na sua quotidianidade. É nas pequenas situações do dia-a-dia, no vaivém das relações entre as instituições e nas contingências existenciais da cidadania, que se pratica o jogo democrático" (Sodré, 1998: 90). Neste sentido, as especificidades institucionais, as condições económicas, as dinâmicas sociais e a socioeconomia dos *media* tornam-se factores indispensáveis para a compreensão da democracia, da liberdade de imprensa, dos direitos fundamentais e da qualidade das políticas públicas.

### **1.3. Dinâmicas Socioeconómicas e Subdesenvolvimento da Comunicação Social**

Quem recupera a imagem de Cabo Verde da década de 80 tem uma fotografia cinzenta de um país estruturalmente pobre, com poucos sinais de desenvolvimento, rural, com a maior parte da população sem acesso à electricidade, uma grande percentagem de abandono escolar, uma dependência em relação à agricultura e uma grande maioria da população sobretudo do meio rural com um orçamento familiar excessivamente dependente dos apoios dos parentes que viviam no exterior. A Balança de Pagamentos, desde sempre, tem sido estruturalmente deficitária e Orçamento do Estado tem contado com a cooperação internacional. De facto, os anos 90 serviram para que Cabo Verde conhecesse um grande salto, a nível do crescimento económico, que posteriormente se foi consolidando. O país tem conhecido avanços incontestáveis, não só na consolidação das contas públicas, como também no desenvolvimento humano e social, que tem permitido um crescimento anual considerável, com boas referências nas apreciações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). O reconhecimento da sua evolução tem sido manifestado de diferentes formas, com a ONU a promovê-lo a País de Desenvolvimento Médio, a União Europeia a assinar um acordo de Parceria Especial, a

Organização Mundial do Comércio a aceitá-lo como membro e os EUA a premiar a sua gestão, incluindo-o no grupo dos beneficiários do programa *Millennium Challenge Account*. No entanto, há uma crítica constante de que os *media* não têm acompanhado os ganhos que o país tem conhecido desde a abertura política.

Muito cedo, Carlos Veiga, então Primeiro-Ministro, começara a alertar os jornalistas para se adaptarem às exigências dos novos tempos que o país vinha vivendo. Mas, a verdade é que a comunicação social se desenvolveu de uma forma lenta e hoje multiplicam-se as críticas de várias instâncias de que o resto do país anda numa velocidade e ela segue noutra velocidade. Estas críticas são provenientes de várias instâncias, desde cidadãos comuns aos mais altos representantes da nação. Os próprios jornalistas reconhecem que os seus passos não têm acompanhado o ritmo de crescimento do país. No entanto, entre os nossos entrevistados, as opiniões sobre esta matéria dividem-se.

Centrando-se no subsector em que tem uma longa experiência, José Vicente Lopes, chefe de redacção do 'A Semana', afirma que poucos são os países da África que têm jornais com a qualidade que os periódicos apresentam em Cabo Verde. Faz uma análise, em termos gráficos e de conteúdos, afirmando que poucos jornais do continente se igualam ao 'A Semana' e vai mais longe: "se quiser pode comparar o jornal 'A Semana' com os jornais regionais que se fazem em Portugal e vai ver claramente que nós não ficamos a dever nada a esses jornais. Portanto, é claro que o grau de comparação é difícil porque nós temos um país e não uma província de um outro país" (Entrevista: 25.4.2008). Apolinário Neves, presidente da Media Plus, não partilha a ideia de que "a comunicação social é uma carruagem que anda atrasada em relação ao comboio". No entanto, admite como natural que o exercício do jornalismo seja mais complicada num meio como Cabo Verde porque, "até hoje, os que estão no poder querem estar com a comunicação social" (Entrevista: 26.4.2008). De qualquer forma, reconhece alguma evolução na garantia da liberdade de imprensa, quando diz que não consegue imaginar algum ministro ou o Primeiro-Ministro a chamar um jornalista para dar ordens sobre assuntos da sua esfera profissional, salientando que o governo só faz isso com os jornalistas que lhe dão essa confiança, o que, na sua observação, acontece ainda hoje como acontecia nos anos 90.

Para analisar se a comunicação social tem acompanhado ou não o ritmo do país, Apolinário Neves olha o problema em duas dimensões: por um lado, avalia a questão dos recursos; por outro lado, analisa a vertente da liberdade de imprensa (Entrevista: 26.4.2008). Relativamente à questão dos recursos, lembra que qualquer governo em Cabo Verde é sempre deficitário, porque o país tem falta de recursos e, por isso, compreende que não se tenham feito todos os investimentos de que a comunicação social necessita, já que há outras áreas prioritárias. Porém, na vertente da liberdade de imprensa, considera

que, de facto, a comunicação social não tem acompanhado o ritmo de crescimento do país, porque poder-se-ia fazer muito mais do que os governos têm feito até agora. Também José Leite, jornalista da 'RCV', refuta a ideia de que a comunicação social está atrasada, perguntando inclusive se, em muitas situações, não esteve à frente (Entrevista: 14.10.2008). Apresenta elementos de comparação, como os tribunais que, enquanto pilares da democracia, considera que estão muito atrasados, ou o governo, que conta com muitas críticas porque está longe de satisfazer as aspirações da população. Porém, Arnaldo Silva tem uma posição contrária. Considera que a comunicação social está muito atrasada em relação aos anos da democracia cabo-verdiana, mas que, ainda assim, é uma peça fundamental do sistema, porque não há democracia sem uma imprensa livre (Entrevista: 4.11.2008). Por esta razão, os governos que aspiram a uma sociedade verdadeiramente democrática não podem querer controlar, dominar, manipular ou levar os *media* pela rédea do poder político. "Estou tentado a dizer que o país está a avançar mais rápido do que a comunicação social. Os grandes ganhos que Cabo Verde tem conseguido nos últimos tempos não estão a ser, de facto, reflectidos" (Carlos Santos, Entrevista: 25.4.2008). O director da rádio nacional aponta o dedo à falta de uma política séria para o sector, afirmando que os sucessivos programas do governo trazem os princípios mais eloquentes, mas, na prática, ninguém faz nada. O que justifica esse país a duas velocidades, com a comunicação social relativamente atrasada em relação aos outros sectores, é o facto de ela não ter sido vista como uma prioridade, ficando sempre à margem dos grandes investimentos. A falta de formação dos recursos humanos, a insuficiência dos recursos materiais e a falta do capital financeiro contribuem decisivamente para que a comunicação social esteja a prestar um serviço deficiente, tornando-se alvo de inúmeras críticas, incluindo de actores sociais com capacidade de decisão política. Tanto o partido no governo como os que se encontram na oposição tecem críticas frequentes ao desempenho da comunicação social. Porém, nenhum deles apresenta uma orientação política para o sector, permitindo o seu desenvolvimento. Neste sentido, terá razão Nelson Herbert quando sustenta que a ausência da regulação num sector coração da democracia cabo-verdiana faz com que a comunicação social esteja 'séculos de luzes' de atraso em relação aos sectores considerados prioritários (Entrevista: 12.6.2008). Podemos verificar que, dos inquiridos, 90% admite que, se, por um lado, o progresso da democracia e da liberdade em Cabo Verde é reconhecido nacional e internacionalmente, paradoxalmente regista-se um défice no exercício da liberdade de imprensa: 42% concorda em parte e 48% concorda totalmente. Apenas 6% discorda em parte, não havendo nenhum inquirido que discorde totalmente e aqueles que não têm opinião formada sobre a matéria ocupam um universo de 4% da amostra (ver gráfico n.º 6).

Gráfico n.º 6



A prioridade que os governos estabelecem é a principal justificação para a situação existente. Nenhum governo pode querer que a comunicação social se desenvolva, se continuar a tratá-la como o ‘parente pobre’ da sociedade. “É o ‘parente pobre’ da governação, tendo em conta os sucessivos governos que temos tido em Cabo Verde. Portanto, entra uma pessoa e não entende nada da comunicação social. Temos tido vários ministros e secretários do estado que são pessoas alheias à comunicação social. Entram e saem sem fazer uma única coisa benéfica para a comunicação social” (João do Rosário, Entrevista: 26.4.2008). O director do ‘Expresso das Ilhas’ afirma ainda que não há políticas de comunicação em Cabo Verde, sendo que as intervenções dos governos podem ser consideradas ‘políticas avulsas’.

Olhando para as críticas que pendem sobre o sector, Alexandre Semedo, director de ‘A Nação’, defende que as suas exigências ultrapassam, em grande medida, os instrumentos que lhe são disponibilizados no Orçamento do Estado (Entrevista: 23.4.2008). Invocando a sua experiência, o jornalista afirma que, tanto na governação do MpD como na do PAICV, o crescimento dos investimentos na comunicação social é quase sempre zero, fazendo eco das declarações do Ministério das Finanças reproduzidas pelo ministério da tutela. Por isso, a ausência de uma política que tenha a comunicação social como prioridade desencoraja qualquer jornalista que, muitas vezes, ainda é confrontado com o pedido de exclusividade, quando o estado não está disposto a pagar o preço dessa exclusividade. Assim, ao longo dos tempos, o sector figurou como ‘parente pobre’ das dinâmicas de desenvolvimento, o que contribui

para que haja uma classe profissional excessivamente desmotivada, altamente politizada e profissionalmente desenquadrada. Alguns governantes chegaram mesmo a visitar, na década de 90, as instalações dos órgãos estatais, no sentido de se inteirarem das dificuldades com que os profissionais se debatiam, mas nada se fez, porque o sector dos *media* nunca foi tido como prioridade. Para Adelina Brito, directora de informação da 'TCV', as responsabilidades do fraco desenvolvimento que se regista no sector mediático não são exclusivas dos profissionais da área e dos operadores: “se você dá o pulo só em termos diplomáticos e não arranjar meios para ajudar a comunicação social a estar a par e passo consigo, também não há como estarmos ali ao mesmo nível” (Entrevista: 21.4.2008). Neste sentido, entende não haver vontade política, já que, em Cabo Verde, a comunicação social nunca chegou a ser considerada como um sector prioritário.

Vários dos profissionais da comunicação social entrevistados, entre eles Adelina Brito, argumentam que os governos fazem leis, conferências, colóquios, fóruns e seminários, mas, no fundo, não contribuem grande coisa para que haja uma verdadeira mudança na comunicação social, porque não há políticas suficientemente esquematizadas, pensadas, estruturadas e desenvolvidas, com o intuito de se chegar a uma emancipação do sector. A televisão nacional é vista como o espelho desse subdesenvolvimento, pendendo sobre ela um conjunto de críticas. Em termos de conteúdo, é vista como uma estação bastante pobre; em termos do tempo de emissão, emite durante uma parte do dia. Em termos de liberdade de imprensa, é considerada uma estação extremamente politizada. Em termos de informação, as críticas apontam para o domínio da agenda governamental. Em termos tecnológicos, serve-se dos meios analógicos. Em termos técnicos, falta desenvolver um trabalho mais profissional: “às vezes, vejo alguns projectos na televisão nacional com uma série de erros de emissão, erros técnicos e de câmara. Se fosse um programa para vender, ninguém compraria aquele tipo de informação. Mas pronto, há essa falta de investimento” (Marco Rocha, Entrevista: 18.6.2008).

A ideia de que o país avança mais rápido do que a comunicação social não entra em todos os quadros de pensamento. Desde logo, é preciso que se entenda que tem havido desenvolvimento no país. Para Ondina Ferreira, ex-Ministra da Cultura e da Comunicação Social, não há desenvolvimento em nenhum sector, porque existe apenas um crescimento do 'cimento armado'. A sua posição é, em parte, aclamada por Mário Vaz, presidente da 'Nôs TV', que considera que o país está a avançar de forma superficial. De qualquer maneira, a posição de Mário Vaz acaba por divergir da leitura de Ondina Ferreira quando assume que a comunicação social está atrasada em relação ao avanço do país, uma vez que, durante muitos anos, havia apenas o estado, que fez instalar no seio dos jornalistas a cultura de 'ganhão pão': “não se pode falar em democracia ou na liberdade da comunicação social, se

prevalece essencialmente a estrutura estatal da comunicação social” (Entrevista: 23.12.2008). Analisando o Orçamento de Estado para 2003, José Luís Livramento, então dirigente do Partido da Convergência Democrática (PCD), criticou o governo, dizendo que o sector público da comunicação social “continua a ser um parente pobre no investimento do governo de José Maria Neves. Apresentando números, aquele dirigente da oposição disse que o executivo se propõe investir treze mil quatrocentos e noventa contos nas áreas do audiovisual, deixando de fora a imprensa escrita”. O montante que o governo pretendia investir na comunicação social – para José Luís Livramento – seria manifestamente insuficiente, não configurando “uma política de investimento na comunicação social do estado, enquanto ‘elemento equilibrador da democracia cabo-verdiana”” (cit. por Horizonte: 29.11.2002). Esta nota é importante porque, ainda que haja profissionais a defenderem a privatização de toda a comunicação social, o serviço público de rádio e televisão ainda é importante. Embora já haja rádios e televisões privadas, as suas actuações estão longe de se aproximarem das dos órgãos de serviço público, sobretudo na cobertura geográfica e informativa.

#### **1.4. Sociologia do Serviço Público, Imprensa Estatal e Liberdade**

Ao longo da história de Cabo Verde, a presença do estado no sector mediático tem sido uma constante. Isto é sinal de que os *media* têm sido encarados pelos dirigentes do país como instrumentos eficazes no diálogo com a sociedade, indispensável a ponto de nenhum estado conseguir organizar a sua sociedade sem uma aposta firme no sector, seja sustentado pelo capital estatal, seja pelos privados. O importante é que haja um mecanismo de mediação entre os vários intervenientes da esfera social.

A Europa, continente onde Cabo Verde vai buscar muitas das soluções para a organização da sua sociedade, tem apostado num modelo de combinação do estado com o privado na comunicação social. Esse modelo, às vezes, potencia alguns conflitos, na medida em que a luta pelo mercado é tão forte que os privados reclamam para si a exclusividade da exploração do mercado publicitário. Portugal, por exemplo, é dos países onde essa questão se tem levantado. As televisões privadas têm insistido na questão da concorrência desleal, solicitando que o estado faça uma correcção do mercado, na medida em que a estação pública não pode ser financiada pelo Orçamento do Estado, taxas cobradas aos utentes e, ainda, disputar o mercado de publicidade com os privados. Essas críticas levaram a ‘RTP’ a ver reduzido o seu tempo diário de emissão da publicidade, mas, ainda assim, os privados continuam a insistir na total ausência da publicidade da estação pública. Em Cabo Verde, a questão põe-se mais ou menos da mesma forma. O estado abandonou o sector da imprensa escrita, em 2007, depois de 16



anos em que os governos disseram insistentemente que a imprensa estatal teria que ser encerrada. No terreno da rádio e da televisão, perdura o modelo de coabitação entre o público e o privado, sendo que este insiste que aquele não pode continuar a comercializar a publicidade.

Se, em relação à imprensa escrita, o governo pôde dar por terminada a presença do estado, em relação ao sector audiovisual, isso não aconteceria com tanta facilidade, até porque, para além de ser um sector débil onde os privados ainda não se afirmaram com pujança, a própria Constituição incumbe ao estado a responsabilidade de garantir um serviço público de radiodifusão e de radiotelevisão. Por outro lado, os governos não teriam muito interesse de promover a saída do estado do sector audiovisual porque, como afirma Marco Rocha, correspondente da 'TCV' e da 'RCV' em Portugal, em todos os países o estado ainda é empregador de profissionais da comunicação social, na medida em que precisa de um veículo forte para fazer propaganda das suas actividades. O jornalista lembra ainda que, em Cabo Verde, Portugal, França ou Espanha, as coisas continuam na mesma direcção, porque a comunicação social do estado continua a subsistir (Entrevista: 18.6.2008).

A presença do estado no sector mediático, para Marco Rocha, não é inocente. O jornalista lembra o caso da agência 'Lusa', em que duas semanas depois do governo de José Sócrates ter assumido funções, o Conselho de Administração foi completamente remodelado (Entrevista: 18.6.2008). Por ser um importante instrumento para influenciar a sociedade, os governos procuram colocar, na gestão dos *media* estatais, profissionais que dão alguma confiança. O crescimento do sector da comunicação social pública (rádios, televisão, agência noticiosa e digital) e a escolha criteriosa dos seus dirigentes, mais do que não serem actos isolados, constituem os substratos da estratégia dos governos, porque "a forma de se ter a sociedade debaixo de um grande chapéu e de não haver grandes reivindicações é ter determinadas pessoas muito próximas – não diria do seu partido, mas da sua ala política – a controlar os órgãos estatais" (Marco Rocha, Entrevista: 18.6.2008). Por isso, quando há mudanças de partidos no governo, automaticamente se regista mudança na gestão dos diferentes órgãos de comunicação social estatais. Em Cabo Verde, para além da administração, também a gestão, a direcção geral e todas as direcções infra-hierárquicas, particularmente a de informação, têm sentido os efeitos das mudanças de partidos no governo. Carlos Gonçalves, que dirigia a rádio nacional até aos últimos dias do Partido Único, afirma que o Decreto n.º 1 do governo de Carlos Veiga, vencedor das eleições de 13 de Janeiro de 1991, foi elaborado expressamente para o demitir (Entrevista: 24.4.2008). Depois disso, alega ter sido alvo de perseguições políticas porque o regime instalado tinha pouco de democrático. Conclui ainda que, antes da abertura política, apelidavam-se os gestores dos órgãos públicos de comissários políticos, mas, depois, a situação piorou, visto que as demissões espectaculares que houve

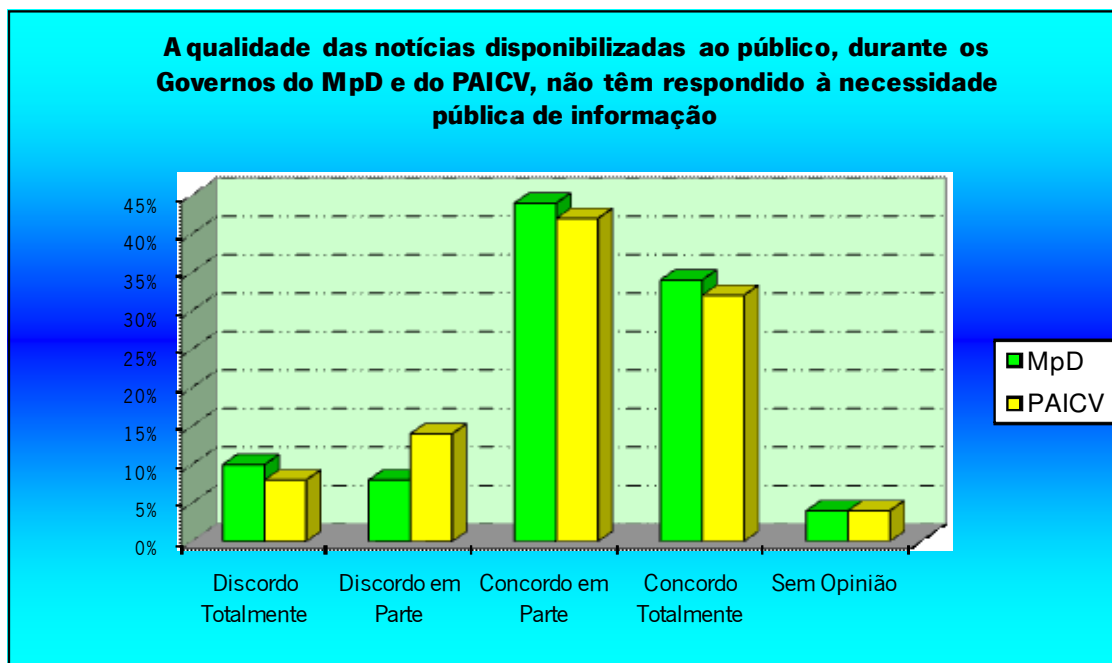
tinham como único objectivo colocar à frente dos órgãos estatais comissários políticos comprometidos com o partido no poder. Também José Vicente Lopes olha para o período subsequente à mudança de regime com algum desdém: “tenho muitas dúvidas se o período de governação do MpD foi boa, até porque não serão substanciais as melhorias materiais que foram introduzidas na comunicação social, embora tenha que reconhecer que, logo em 1991, do ponto de vista salarial, houve uma série de medidas que contribuíram para uma melhoria salarial dos profissionais (Entrevista: 25.4.2008).

Um dos grandes problemas da comunicação social cabo-verdiana é que não tem havido uma política estratégica para o sector. Nelson Herbert lembra que, quando chegou a Cabo Verde na primeira metade da década de 90, encontrou o sector mediático completamente desorganizado (Entrevista: 12.6.2008). Não houve vontade de transformar a comunicação social numa ferramenta auxiliar da democracia, pois ela foi encarada como um instrumento subsidiário do ‘reinado’ dos partidos no governo. O ex-director da ‘TNCV’ duvida que, no processo de fusão administrativa da rádio com a televisão, a então tutela do sector conhecesse os pró e os contra desse modelo de gestão. Também, para Carlos Santos, o processo de fusão não terá tido impactos muito positivos nos órgãos audiovisuais, porque “estamos com uma empresa ainda muito mais ‘pesada’, muito ‘gorda’, com muitas falhas do ponto de vista da qualificação dos profissionais” (Entrevista: 25.4.2008). O director da rádio recorda a existência de um contrato de concessão de serviço público entre o estado e a RTC, previsto na Constituição, que não foi assinado. Desta forma, a verba que o estado injecta na RTC figura como uma indemnização compensatória. Em 1999, António Jorge Delgado, então governante com tutela da comunicação social, lembrava que o governo punha “à disposição da RTC 45 mil contos, como indemnização compensatória. A RTC vai ainda buscar 75 mil contos, e podiam ser 90 mil, às taxas através da Electra. Para além disso, há uma estratégia comercial para melhorar essas receitas. Com relativa facilidade a RTC pode chegar a cento e tal mil contos ou muito mais” (A Semana: 5.11.1999).

De qualquer forma, é possível notar que há, pelo menos, dois factores que concorrem para que o estado tenha uma presença constante na comunicação social: um, camuflado pelos governos, é a necessidade de ter em mãos um instrumento de exercer influências sobre a sociedade; outro, assumido, é a garantia de serviço público. Portanto, o choque entre estes dois factores acaba por traçar a amplitude do direito à liberdade de imprensa. O serviço público tende a promover valores de justiça, igualdade, respeito pela legalidade, democracia e responsabilidade. Outrossim, procura garantir condições para a elevação do nível cultural de uma sociedade, criando uma cultura de responsabilidade, ancorada na fiscalização da actuação dos vários actores sociais.

Em Cabo Verde, a garantia do serviço público vem desde a Constituição de 1992, ampliada na legislação ordinária. No entanto, entre a garantia legal e a eficácia da prática vai um longo caminho, porque a Administração Pública descarta a fiscalização da protecção dos valores jurídicos consagrados. Se a lei obriga o estado a prestar um serviço público de qualidade, pode notar-se que a 'TCV' é muito contestada por falta dessa qualidade. O serviço público de comunicação social resume-se ao 'já vivido', ou seja, aos relatos feitos a partir das conferências de imprensa, congressos, seminários e notas de imprensa que, muitas vezes, dizem apenas aquilo que constantemente se repete. É uma espécie de 'lavagem cerebral' que os partidos fazem à sociedade, contando com a permissividade da comunicação social. Reproduzem-se os discursos repetitivos dos políticos e, de grande parte daquilo que se vê, lê ou ouve, fica a sensação de que já se viu, leu ou ouviu – é o 'já vivido' que se apodera da comunicação social nacional. Os próprios jornalistas estão insatisfeitos com esse sistema. Pode notar-se que 78% dos inquiridos defende que durante os governos maioritários do MpD (década de 90) as notícias publicadas não responderam à necessidade pública de informação, enquanto 74% faz a mesma análise sobre o governo do PAICV. O gráfico n.º 7 traz mais pormenores dessa leitura:

Gráfico n.º 7



Os trabalhos jornalísticos, seguindo os ditames do serviço público, exigem tempo, liberdade de informação e recursos materiais. Em Cabo Verde, grande parte do tempo dos jornalistas é gasto na cobertura das conferências de imprensa dos partidos políticos; a liberdade de imprensa está comprometida com a sociedade bipartida, que criou jornalistas associados ao MpD e jornalistas

próximos do PAICV; e os recursos materiais estão hipotecados na falta de investimento do estado no sector e na fraca liquidez do mercado publicitário. Esta situação leva-nos a um 'pseudo-serviço público', completamente desinteressante que, em nada, alcança o espírito das disposições legais e constitucionais. "Não gosto de ver a 'TCV'. Tem um noticiário que, esteticamente, não se faz. O computador fica pelo meio do ecrã; o microfone também fica pelo meio do ecrã. Portanto, há questões estéticas que, em televisão, não funcionam porque ela vende a imagem" (Marco Rocha, Entrevista: 18.6.2008). Conceição Queiroz, ex-jornalista da 'TCV', considera que não há serviço público de televisão em Cabo Verde: "se o serviço público é acompanhar os deputados e os ministros, é filmar as inaugurações e os lançamentos da primeira pedra para a construção de um Hospital que vai acontecer daqui a cinco ou seis anos, então a 'TCV' faz um serviço público" (Entrevista: 17.6.2008). De facto, o serviço público não cinge às agendas ministeriais, inaugurações e lançamentos de primeira pedra. A televisão, tal como os outros *media*, deve ser um instrumento de construção da consciência social.

A análise ao serviço público divide opiniões, mas, de qualquer forma, todos são unânimes em dizer que a sua qualidade é fraca. No Inquérito à Satisfação e de Audiometria dos Órgãos de Comunicação Social feito pela Direcção-Geral da Comunicação Social, em 2007, ficou claro que o serviço público prestado pelos órgãos estatais é insatisfatório. Em Cabo Verde, o problema do serviço público atravessa regimes, governos e actores políticos. O colonialismo encarava a comunicação social como arma ideológica para formatar a consciência dos subjugados a um padrão de pensamento em que estes estariam completamente submetidos à sua vontade; o Partido Único via a comunicação social como instrumento para assegurar o equilíbrio do regime e garantir a unidade em torno do projecto político; e, "na sequência de uma orgânica mal definida, herdada, em certa medida do anterior regime e para cuja alteração do quadro pouco o governo democraticamente eleito fez, a definição do serviço público, foi sempre alvo de lacunas e interpretações distorcidas" (Nelson Herbert, Entrevista: 12.6.2008). Isto significa que, em certas circunstâncias, o serviço público não passa de um 'expediente' ao qual os governos recorrem para encontrar fundamentos para assegurar a presença do estado nos *media*.

A falta de qualidade no serviço público de comunicação social leva alguns jornalistas a assumir a necessidade de privatização dos órgãos do estado. Os partidários desta posição defendem que os *media* estatais não prestam serviço público nem melhor nem pior do que os privados. "No caso da televisão, acho que ela deve ser privatizada. Perdeu-se tempo. E acho que a rádio também deve ser privatizada. Qual é o serviço público que a televisão presta? Eu desafio as pessoas. Digam-me. Se você viu a televisão ontem, diga-me qual é o serviço público que a televisão nacional lhe presta a si. Diga-me qual é o serviço público que a rádio, esta rádio, lhe presta. Onde está o serviço público? Não consigo

ver. Serviço público é frete ao governo? É só dar voz ao governo para falar? É isso que é serviço público? Eu não vejo serviço público. Serviço público é essa informação que nós temos? Os privados podem fazer isso perfeitamente” (Eduíno Santos, Entrevista: 15.10.2008).

Entretanto, Eduíno Santos não se encontra isolado na defesa da privatização dos *media* estatais, já que Arnaldo Silva, ex-governante, avança com a mesma proposta, sugerindo que, por ora, o estado não devia ter qualquer activo no sector mediático. O ex-governante salienta mesmo que, há mais de dez anos, vem defendendo tal posição. Do outro lado, encontram-se posições como as de Arnaldo Andrade, também ex-governante, que, olhando para as carências do país, defende que o estado deve investir no sector para reforçar o serviço público.

É arriscado alienar o serviço de rádio e televisão ao sector privado, já que nem na rádio nem na televisão o sector privado ainda conseguiu alcançar o patamar em que serviço público se encontra. É preciso reforçar o investimento no sector e criar referências, estimulando os privados a aumentar o padrão de qualidade. Se isso não acontecer, alimenta-se constantemente um espaço de descrença que duvidará da justeza do investimento feito na comunicação social. Dois de entre vários exemplos podem seguir-se a essa interpretação: por um lado, encontra-se Arnaldo Silva a considerar de ‘um crime de lesa-património nacional financiar a RTC para produzir o que produz’; por outro lado, nota-se que, não sem razão, José António dos Reis, ex-Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, critica sobretudo ao serviço público de televisão, afirmando que não há iniciativas nem sequer para desenvolver programas em estúdio que não exigem muitos recursos (Entrevista: 1.11.2008).

Chegando ao governo nos instantes finais do segundo mandato do MpD, António Jorge Delgado teceu críticas ao serviço público: “não há um programa de interesse cultural, que reflecta o ambiente cultural existente em Cabo Verde; na área da música pode-se verificar que diante da oferta produzida aquela que é transmitida é mínima, há um predomínio de enlatados, o que não é bom para a nossa música; não há programas que visem o reforço da nossa identidade cultural” (A Semana: 5.11.1999). No ano seguinte, o ‘Horizonte’ contabilizava a programação da televisão nacional, sugerindo que, se a estação passasse dos ‘enlatados de classe B’ para os ‘enlatados de classe A’, “a RTC não poderia cumprir mais de que três meses de programação por ano, por causa dos custos – três vezes mais, em média – desses programas novos. Se por cada emissão diária só com enlatados de ‘classe B’, a RTC pagaria 900 dólares, isso significa que uma emissão ‘de luxo’ pagaria para cima de 2.800 dólares diários, o que daria 80 mil dólares/mês, o equivalente a, máximo, um terço do que a RTC recebe do estado” (Horizonte: 8.6.2000). Toda essa questão financeira vai mexer com a própria democracia porque, quando envolve os produtos informativos, reflecte, quase sempre, a amplitude do direito à liberdade.



### 2.1. O Poder, a Comunicação Social e o Direito à Liberdade de Imprensa

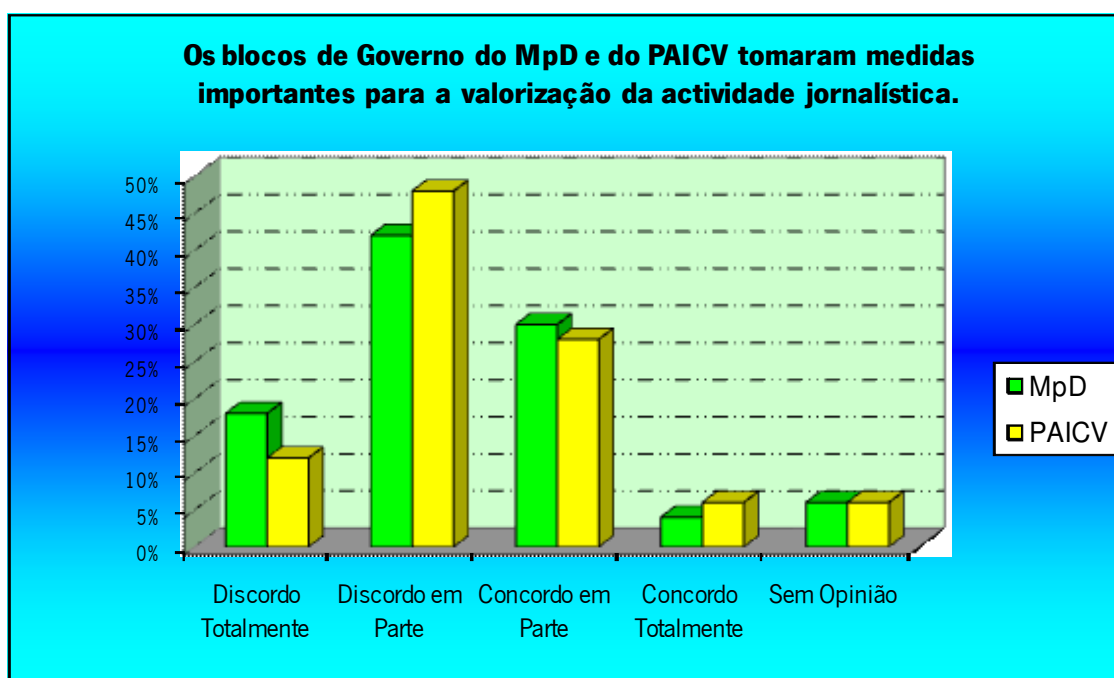
Ao longo da história, a relação do poder político com a comunicação social teve sempre a liberdade de imprensa como variável de correlação. Para dar conteúdo à sua obrigação de formar os cidadãos de uma sociedade, os *media* são obrigados a divulgar informações sobre os principais assuntos, acontecimentos e factos que interferem directamente com a sua vida. Daí o interesse público ser encarado como um conceito abrangente, que ajuda a enquadrar os conteúdos comunicáveis através da imprensa. Não há qualquer dúvida de que a classe política dirigente é a fonte em que a informação de interesse público ‘jorra’ constantemente. Por um lado, as decisões dos dirigentes políticos mexem com a vida dos cidadãos, pelo que estes devem ser informados das opções daqueles. Por outro lado, a classe política precisa de publicitar, junto dos cidadãos, os seus projectos, as suas ideias, ideologias e acções. Para isso, a comunicação social desempenha uma função importante. Com a fragmentação de canais de emissão, facilmente a mensagem de um actor político pode chegar à maioria da população. Essa facilidade de comunicação representa, para a política, um poder enorme, que pode funcionar para o bem e para o mal, consoante a natureza dos assuntos que são colocados no circuito informativo. Regista-se, assim, um esforço dos políticos no sentido de controlar a informação que entra no circuito noticioso. Daí, a relação que, *a priori*, parecia equilibrada – em que os políticos precisam dos *media* e estes precisam daqueles – acaba por perder o equilíbrio inicial, na medida em que se transforma numa espécie de jogo no âmbito do qual se delimita a esfera da liberdade de imprensa, que vai aumentando ou diminuindo consoante a capacidade do jornalista de impor o seu direito de informar e a dos políticos de filtrar a informação que não lhes seja benéfica. “A oposição reclama, mas quando chega ao poder faz exactamente a mesma coisa. Todos os políticos exercem pressão sobre os órgãos” (Arnaldo Andrade, Entrevista: 17.6.2008).

Em Cabo Verde, os principais órgãos de comunicação social estão sob a tutela do estado e alguns privados estão na dependência do mesmo. A explicação para este facto decorre de uma falta de correspondência entre a tradição e os valores institucionais inerentes à democracia. Não existe uma tradição democrática assente no pluralismo, no confronto de ideias e no respeito pela diferença, porque “a sociedade cabo-verdiana nasceu e viveu sob o signo da obediência ao poder político, ‘representante inquestionável do interesse geral’” (Onésimo Silveira, A Semana: 27.4.2001). Por isso, criticar Carlos

Veiga na década de 90 ou Pedro Pires nos anos 80 “era como criticar Deus. Era um sacrilégio” (Eduino Santos, Entrevista: 15.10.2008).

A nível da governação para a comunicação social, nota-se que o nosso inquérito apresenta um equilíbrio entre os governos do MpD e os do PAICV: 60% discorda que os governos têm tomado medidas importantes para a valorização da actividade jornalística (sobre os governos do MpD: 18% discorda totalmente e 42% discorda em parte; sobre os governos do PAICV: 12% discorda totalmente e 48% discorda em parte), 34% concorda com esta análise e 6% não tem opinião (sobre os governos do MpD: 4% concorda totalmente e 30% concorda em parte; sobre os governos do PAICV: 6% concorda totalmente e 28% concorda em parte) (ver gráfico n.º 8):

Gráfico n.º 8



Para além do equilíbrio técnico em todos os graus de concordância, é possível notar que o número dos que discordam totalmente em relação às políticas do MpD para a comunicação social é superior ao dos que fazem o mesmo juízo em relação à governação do PAICV (18% contra 12%), da mesma forma que os que concordam totalmente em relação aos benefícios das políticas do PAICV para a comunicação social são superiores aos que avaliam favoravelmente as políticas empreendidas pelos governos do MpD na década de 90: (6% contra 4%). Para além dessas variações, nota-se que há um equilíbrio técnico, havendo um mesmo número de inquiridos sem opinião formada, para ambas as questões. Além dos questionários, as entrevistas também nos fornecem elementos pertinentes sobre as políticas dos governos para a comunicação social: “houve a tentação de querer ter os jornalistas nas mãos. Isso

reflectiu-se na AJOC que, nos anos 90, teve muitos problemas e não conseguiu impor-se” (Adelina Brito, Entrevista: 21.4.2008). Assim, registou-se uma grande confrontação entre os jornalistas e os políticos, que lutavam pelo controlo de territórios, sendo que os jornalistas começaram a querer afastar os políticos dos seus terrenos de actuação, confrontando-se com o poder. “Acho que os anos 90 contribuíram muito para essa liberdade de imprensa que hoje podemos dizer que existe” (Adelina Brito, Entrevista: 21.4.2008). Contrariando a supracitada, que proclama a existência da liberdade de imprensa, Conceição Queiroz, ex-directora de informação da ‘TCV’, testemunha a acção política de tentar condicionar o trabalho da comunicação social com sugestões e indicações: “podem dizer: ‘Conceição, amanhã é o dia das Forças Armadas. Podiam vir fazer uma reportagem de 2 minutos ou uma coisa muito mais alargada com o ministro da Defesa’. Eles ali não têm a noção do que é que é uma grande reportagem. Como é que faço uma grande reportagem à volta de um Ministro da Defesa? Entre hoje e amanhã, pôr no ar uma reportagem; não esperam para o dia seguinte” (Conceição Queiroz, Entrevista: 17.6.2008). Se, num primeiro momento, a jornalista falou em possibilidades, depois foi possível perceber que estava a relatar uma experiência vivida, apontando para uma interferência na comunicação social do estado que vai até aos conteúdos. Isto, para Carlos Gonçalves, ficou claro desde a primeira hora da democracia cabo-verdiana, que o direito à liberdade de imprensa não saiu do papel: “diziam que a rádio do estado era a voz do Partido Único, mas, depois de 91, se calhar, temos uma situação pior. Considero pior, porque havia uma certa perseguição, pressão sobre os próprios *media*. O exercício da liberdade de imprensa não convinha à estratégia de mudança de regime que havia na altura” (Entrevista: 24.4.2008). Esse fenómeno que marca a sociologia política do país é, para Arnaldo Andrade, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, uma espécie de ‘doença infantil’ da democracia, em que o poder político não conseguia tolerar a contradição dos jornalistas. Numa sociedade de proximidade, dividida entre dois partidos como é a cabo-verdiana, o trabalho dum responsável editorial dum órgão de comunicação social afigura-se como uma tarefa muito complicada. Desde logo, a questão da autocensura – assumida pelos jornalistas como um grande mal da imprensa cabo-verdiana – obriga os responsáveis editoriais a certificarem-se de que o trabalho dos profissionais está a ser bem feito, com vista a garantir a eficiência do direito de informação. Essa preocupação é expressa no discurso de Alexandre Semedo, director de A ‘Nação’, que afirma ter apostado no contraditório, instruindo os profissionais a investigar o ‘subterrâneo’ do poder. Porém, segundo o próprio, essa perseverança tem-lhe custado alguns dissabores, com alguns telefonemas intimidatórios. Enquanto responsável pelo jornal estatal, afirma não ter alinhado com os políticos, porque o jornal era do estado, feito com o dinheiro dos contribuintes. Por isso, não compreende o facto de o governo achar



que “não deve ouvir o outro e que pode fazer tudo o que lhe der na real gana. Isso às vezes entra em choque com o modo de fazer jornalismo, no caso, mas também houve a tentativa de dividir a classe jornalística para poder reinar” (Alexandre Semedo, Entrevista: 23.4.2008).

Um dos problemas que inspira muita preocupação no país é o papel que os políticos continuam a ter na nomeação dos responsáveis pelos órgãos públicos. A divisão da sociedade entre os dois maiores partidos leva a que, quando se muda de governo, muda-se automaticamente o Conselho de Administração dos órgãos estatais. Desta forma, cria-se uma promiscuidade entre os intervenientes, que se traduz numa espécie de ‘espiral de controlo’, na qual as funções mais importantes serão desempenhadas por pessoas mais próximas do partido que governa. Discordando totalmente do actual governo, Apolinário Neves recorda que saiu da Inforpress, S.A. por causa do Primeiro-Ministro: “quando toda a gente dizia que eu tinha sido o melhor presidente que tinha passado pela Inforpress, ainda assim, ele preferiu dar orientações, no sentido de eu sair de lá” (Entrevista: 26.4.2008).

Que a comunicação social é importante para a classe política, isso parece que ninguém duvida. A matéria reúne consenso de todos os entrevistados, com Isabel Silva Costa, delegada da ‘RTP África’, a afirmar que todos os políticos dão atenção aos *media*, acrescentando que, apesar de todos os debates contraditórios acerca do conceito, os próprios políticos têm a consciência de que a comunicação social continua a ser o ‘quarto poder’ (Entrevista: 25.4.2008). Tanto é que, quando Nelson Herbert saiu da ‘TNCV’ foi recebido pelo então Presidente da República que queria que continuasse ali: “meses depois, surgia o célebre discurso do próprio Presidente da República, acusando o então governo de tentativa de interferência na comunicação social” (Entrevista: 12.6.2008).

A década de 90 suscitou grandes preocupações na trilogia comunicação social, poder político e liberdade de imprensa. O Partido Único acabara de ser decapitado e inaugurara-se um novo sistema que, formalmente, convidava ao diálogo. No entanto, nem tudo foi um ‘mar de rosas’, porque o partido no poder tinha herdado vícios do passado, quanto mais não seja porque é lá atrás que se encontra a sua raiz embrionária. A abertura política causou um aparente levantamento do cerco à castração da liberdade de imprensa. Os profissionais da informação, num primeiro momento, acreditaram que estavam reunidas as condições para que pudessem exercer a liberdade de imprensa. “De facto, muito cedo, o próprio poder instituído não pensou nessa abertura. O regime não estava preparado, de facto, para essa nova forma ou essa nova mentalidade dos jornalistas em encararem a profissão” (Carlos Santos, Entrevista: 25.4.2008). Do confronto entre as ambições dos jornalistas em busca da autonomia e a avidez do poder instalado em querer ‘dividir para reinar’, resultou um clima de mal-estar, traduzido em demissões, abusos do poder, com polícias a exercerem força física sobre jornalistas e sindicalistas.

“Assisti a tumultos. Eu me lembro de um dia ter chegado à Cidade da Praia num Sábado à tarde e ter deparado com uma carga policial sobre os trabalhadores de um órgão de comunicação social. Fiquei espantado”, recorda Arnaldo Andrade, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, para quem não há cultura democrática por termos crescido em pleno fascismo: “o que aconteceu depois da independência foi formar um governo de Partido Único, formado por ex-guerrilheiros que, obviamente, não tinham experiência democrática. A posição ideológica de um guerrilheiro é estar sempre na posição de estar a ser atacado. Portanto, defende-se. Não era daí que traríamos o traquejo da experiência democrática e da contradição. Não era o regime de Salazar que nos tinha oprimido durante 48 anos, que também não tinha traquejo de contradição. Não foram regimes que nos permitiram viver num ambiente de opiniões diversas, onde perdura a diversidade de opiniões” (Entrevista: 17.6.2008).

Elementos empíricos demonstram que a luta pela liberdade de imprensa é um processo que leva tempo. Não se esgota na transição de regimes e nem na aprovação de novas leis. De facto, precisa-se de muito tempo para que os saberes, as filosofias e os ensinamentos democráticos se enraizem na sociedade. Terá razão Carlos Santos, quando afirma que a transição democrática foi o momento em que se começaram a criar as bases para uma comunicação social livre. Em boa medida, diríamos que foi o pilar para uma sociedade livre porque, sem ela, não há liberdade na comunicação social. Mas “há sempre tentações nas sociedades e nos países de democracia recente, como Cabo Verde, por parte dos poderes políticos, que constantemente procuram apoderar-se da comunicação social e cercear essa liberdade. Compete aos profissionais, aos responsáveis pelos meios, à classe jornalística, irem defendendo, galgando, consolidando esses ganhos que temos tido a nível da liberdade de imprensa” (Carlos Santos, Entrevista: 25.4.2008). Por esse caminho, os profissionais acabam por arriscar o seu próprio emprego, já que, apesar de alguma diversidade de meios de comunicação social em Cabo Verde, os privados ainda não têm na informação um produto de referência, pelo que não contratam muitos jornalistas. Há rádios que praticamente vivem de música e animação da antena, o que mostra que haver meios de comunicação social não significa a criação de emprego para jornalistas.

## **2.2. Liberdade de Emprego, Liberdade de Imprensa e Liberdade de Dispensa**

Ao analisar as políticas dos governos e a liberdade de imprensa, não podemos deixar de articular a liberdade com as questões do emprego e do despedimento que têm marcado a paisagem mediática cabo-verdiana. A liberdade de imprensa é, desde logo, uma responsabilidade do jornalista que tem de velar pela eficácia do direito de informar, procura da verdade e cumprimento do interesse público. Na

democracia, as liberdades individuais constituem perímetros de direitos pessoais de cada cidadão, mas há também as liberdades colectivas, que, antes de tudo, constituem pilares de sustentabilidade das sociedades, razão pela qual pendem sobre elas o valor do interesse público. A liberdade de imprensa é claramente um desses bens superiores das sociedades democráticas, uma vez que, sem uma imprensa livre, não há uma sobrevivência prolongada saudável do sistema democrático.

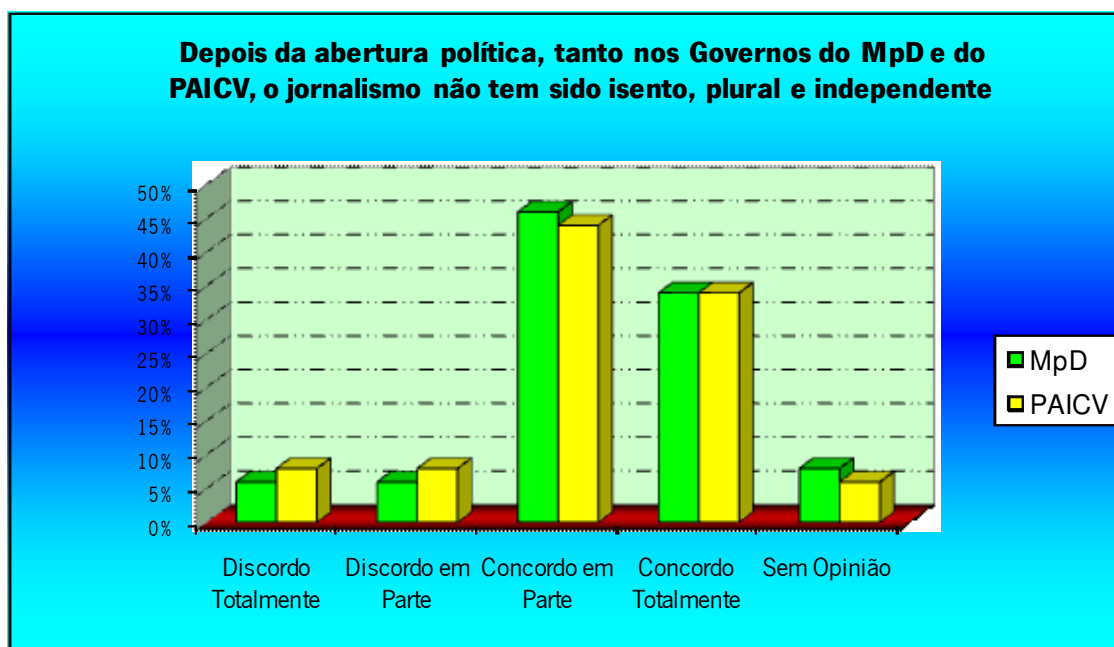
As liberdades públicas e cívicas são fundamentais para o 'bem-estar psicológico' das sociedades. Qualquer sociedade cujas liberdades cívicas não estão asseguradas é uma sociedade 'traumatizada'. No período de Partido Único, por exemplo, muitos cidadãos sofreram diferentes 'choques psicológicos'. Por isso, a democracia abriu espaço para a manifestação das diferenças de opiniões, desfraldando o campo de actuação dos jornalistas. A questão do emprego tornou-se, assim, num factor condicionante no exercício do direito à liberdade de imprensa. Se hodiernamente estas questões estão mais ou menos estabilizadas, a verdade é que nos primeiros tempos da democracia houve muitas turbulências. A liberdade de emprego era confrontada sistematicamente com a liberdade de dispensa, na medida em que o estado era quem garantia mais emprego aos jornalistas. Os profissionais considerados opositores do governo foram combatidos. Uns foram postos na prateleira, outros foram despromovidos para outros sectores da administração pública e alguns seguiram o caminho do desemprego. A liberdade de dispensa do governo, muitas vezes, servia-se de um expediente político para se tornar eficiente: as reestruturações. Tratava-se de verdadeiras 'operações de limpeza', em que os jornalistas mais acutilantes foram mandados para o desemprego. Daniel Medina, ex-director da 'TCV', lembra que, em 1991, grande parte dos jornalistas foi expulso e suspenso das suas funções. Por sua vez, José Vicente Lopes, chefe de redacção do 'A Semana', vê as 'operações de limpeza' como "acertos de conta, muitas vezes particulares, que existiam nessa altura. Efectivamente, bem ou mal, integro-me no grupo daqueles que foram levados pela política de reestruturação" (Entrevista: 25.4.2008).

As reestruturações alimentaram a liberdade de dispensa. Identificando um conjunto de jornalistas 'dispensáveis', reestruturava-se o órgão e eram mandados para o desemprego. A eficácia da liberdade de dispensa acaba por diminuir a liberdade de emprego, na medida em que fora do estado são poucas as empresas mediáticas que empregam jornalistas. Nos primeiros tempos da democracia, o mercado contava ainda com menos operadores já que o sector da rádio só viria a abrir-se efectivamente aos privados nos finais dos anos 90 (salvo a excepção da 'Rádio Nova') e o mercado da televisão só conheceria a quebra efectiva do monopólio estatal em 2007. Hoje, há mais órgãos de comunicação social, mas, sobretudo no terreno da radiodifusão, há uma fraca aposta na informação, pelo que o estado continua a ser o principal empregador dos jornalistas, o que faz com que a liberdade de

emprego não seja muito ampla. No jornalismo, as liberdades de emprego e de imprensa andam de mãos dadas. Quando há alternativas no mercado, maiores serão as possibilidades de um jornalista exercer a sua liberdade. Se perder o emprego tem a possibilidade de integrar outras empresas de comunicação social. Porém, o mercado cabo-verdiano não permite muitos voos.

Na questão da liberdade de emprego, as leituras são divergentes. Para Adelina Brito, chefe de informação da 'TCV', a liberdade de emprego não constitui um grande entrave ao exercício da liberdade de imprensa, porque os jornalistas sabem que, se saírem da empresa, podem integrar outras redações. Porém, elas não abundam e o estado assume protagonismo no mercado laboral, levando os jornalistas a cingirem-se ao superficial, reportando, quase unicamente, os assuntos menos incómodos. As leis fundamental e ordinária constituem o último reduto de garantia da liberdade de imprensa, mas num país com elevada taxa de desemprego e onde o estado é o maior empregador dos jornalistas, a esfera da liberdade torna-se reduzida. Arnaldo Silva, ex-governante, afirma que basta ver as televisões estrangeiras para se aperceber que a estação nacional ainda não saiu da 'idade da pedra': "todos tentam fazer um jeitinho para serem simpáticos, para terem cargos, para terem benesses, para terem *jobs*" (Entrevista: 4.11.2008). Na mesma linha discursiva, os inquiridos defendem que não há isenção, independência ou pluralismo na comunicação social, independentemente de quem quer que esteja no governo. Os resultados do inquérito sugerem que, tanto no governo do MpD como no do PAICV, os jornalistas têm padecido de falta da necessária liberdade para desenvolverem trabalhos que enobrecem um Estado de Direito Democrático que quer acompanhar a modernidade política (ver gráfico n.º 9).

Gráfico n.º 9

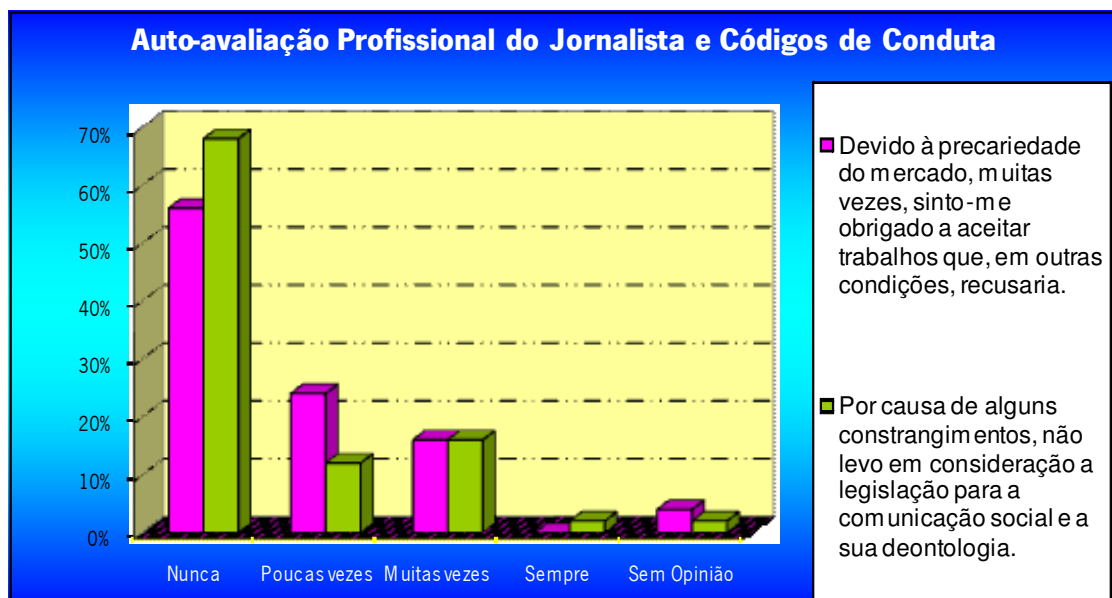


Correlacionando a liberdade de imprensa com a liberdade de emprego, colocamos frente-a-frente o empregador e o empregado. Na maioria dos casos, o jornalista não é dono do órgão para o qual trabalha e, do lado do patrão, está a liberdade de dispensa porque, sendo dono da empresa, apesar dos direitos adquiridos, tem sempre a possibilidade de dispensar os trabalhos de um jornalista. A história recente da imprensa cabo-verdiana está recheada de exemplos em que a falta da liberdade de emprego (jornalista) e o excesso da liberdade de dispensa (patrão) põem o jornalista diante de duas opções: aceitar a pressão ou assumir o desemprego. Muitos saíram, uns tentaram adaptar-se ao sistema e o jornalismo continua a padecer de falta de qualidade, porque os patrões, basicamente, continuam a ser os mesmos. Quando uma determinada classe política não tem o controlo dos órgãos do estado, mete o dedo na imprensa privada. Por isso, Arnaldo Andrade, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros (com tutela da comunicação social), defende que a propriedade dos *media* terá sempre influência sobre a actividade dos jornalistas: daí o “binómio autonomia-poder e a formação dos jornalistas. O jogo está entre estes dois pólos. Exige-se uma boa formação dos jornalistas, uma capacidade, uma idoneidade e uma tradição e cultura jornalística” (Entrevista: 18.6.2008).

A relação entre o patrão e o empregado coloca dois indivíduos em posições desiguais. Normalmente, quem paga o salário é quem manda. O empregado deve cumprir as suas obrigações profissionais, sobretudo quando há uma fileira de candidatos à espera de uma oportunidade de emprego. Por isso, Marco Rocha conclui: “recebo uma notícia e, depois de ler, sei que o meu empregador vai sofrer consequências com a publicação dessa notícia. Publico ou não publico? Como jornalista, publico a notícia. Logo a seguir, ponho o meu cargo à disposição. Sei que receberei telefonemas de várias entidades a tentar mudar a história” (Entrevista: 18.6.2008). Esta situação relaciona-se com o facto de, por um lado, Cabo Verde ser um país que se encontra no início da sua implementação democrática e, por outro, ter grandes carências materiais e muito desemprego. O conjunto destes factores encaminha as pessoas para uma posição de obediência à chefia, porque quem estiver num emprego e contrariar sistematicamente o superior hierárquico pode correr o risco de perder a sua estabilidade profissional e financeira. A questão laboral acaba por contribuir para a domesticação dos jornalistas e a falta de recursos dificulta a consolidação da democracia que potencialmente existe. No entanto, “há um servilismo mental de pessoas até com formação”, associado a “um complexo de razões que explica esse medo atávico de perder as oportunidades de afirmação” (Ondina Ferreira, Entrevista: 7.1.2009). Essa realidade sociológica é percebida tanto por aqueles que fazem um auto-retrato da profissão como por aqueles que olham o jornalismo de fora. Porém, regista-se uma variação entre o auto-retrato da profissão e a auto-avaliação do profissional, já que, desafiados a analisar a sua prestação

profissional, os jornalistas refugiam-se em estratégias defensivas. Neste sentido, regista-se uma fasquia de 70% dos jornalistas inquiridos a recusar que a pressão imposta pela precariedade do mercado constitua um condicionamento à sua liberdade (ver gráfico n.º 10).

Gráfico n.º 10



De acordo com o gráfico n.º 10, os jornalistas recusam a possibilidade de não observarem os preceitos legais e as determinações deontológicas: 68% dos inquiridos afirma nunca ter deixado de observar as regras deontológicas e as leis por causa dos constrangimentos da profissão e 12% afirma ter isso acontecido poucas vezes, fazendo um total de 80%. Apenas 2% considera que essa situação se regista sempre e 16% assume que se regista muitas vezes. Também 2% não tem opinião sobre o assunto.

Instado a pronunciar-se sobre a liberdade de imprensa, Jorge Tolentino, na altura ministro da tutela, considerou que, “se tomarmos as coisas num plano comparativo, diremos claramente que Cabo Verde está numa plataforma excelente, em termos de legalização dos direitos, nos quais se incluem a liberdade de expressão. Mas, se considerarmos num plano estritamente interno, em termos absolutos, diria que temos ainda muito a fazer” (cit. por Horizonte: 3.5.2002). Entre outras observações, Jorge Tolentino afirma que, se Cabo Verde pretende alcançar um nível satisfatório de exercício do direito à liberdade de imprensa, é preciso que haja uma conjugação de forças entre os poderes públicos, a sociedade civil e a classe jornalística. Só um esforço conjunto e sintonizado entre essas diferentes esferas da sociedade pode contribuir para a elevação da liberdade de imprensa e a melhoria das condições para as práticas do jornalismo, que hoje quase se resume a um retrato do ‘país sentado’.

\*\*\*\*\*



# **CAPÍTULO VIII**

## **DIMENSÕES TÉCNICAS DO JORNALISMO CABO-VERDIANO**



### 1.1. A Cultura Jornalística Cabo-verdiana: O paradigma do 'país sentado'

Muitas vezes, os órgãos de comunicação social desviam-se de certos assuntos candentes da sociedade cabo-verdiana, sobretudo quando se trata de questões que mexem com os interesses partidários aos quais se encontram tacitamente associados. Embora se assista a alguma persistência dos órgãos de comunicação social 'opositores' quando as matérias tocam interesses partidários, a cultura de investigação jornalística está longe de ser amadurecida. Assim, predomina o paradigma de um 'jornalismo saturado' – como observa Carlos Santos, director da rádio nacional – “muito institucional, um jornalismo muito agarrado à agenda do poder instituído e com pouco espaço para os *media* criarem a sua própria agenda. Nós precisamos de dar um salto. Primeiro, para ter um jornalismo que reflecta as expectativas das pessoas, que seja muito acutilante, que seja muito 'agressivo' e que tenha uma abordagem muito mais social. Se repararmos, o jornalismo cabo-verdiano é muito político e é muito declarativo. O jornalista não avança muito. É como se fosse uma correia de transmissão” (Entrevista: 25.4.2008). Como exemplo do retrato desta sociologia de um jornalismo amorfo descrito pelo supracitado, nota-se, por exemplo, que, havendo uma inauguração de uma esquadra de polícia em qualquer lugar, o jornalista limita-se a recolher a declaração do Ministro da Administração Interna ou do Comandante da Polícia e regressa à redacção, deixando para trás uma vasta possibilidade de reportagem, que poderia passar por analisar a expectativa da população em relação à nova esquadra, revendo os índices de criminalidade na região, as condições postas à disposição dos agentes, entre outras. Esta forma primária de fazer jornalismo instalou-se em Cabo Verde, criando paradigma.

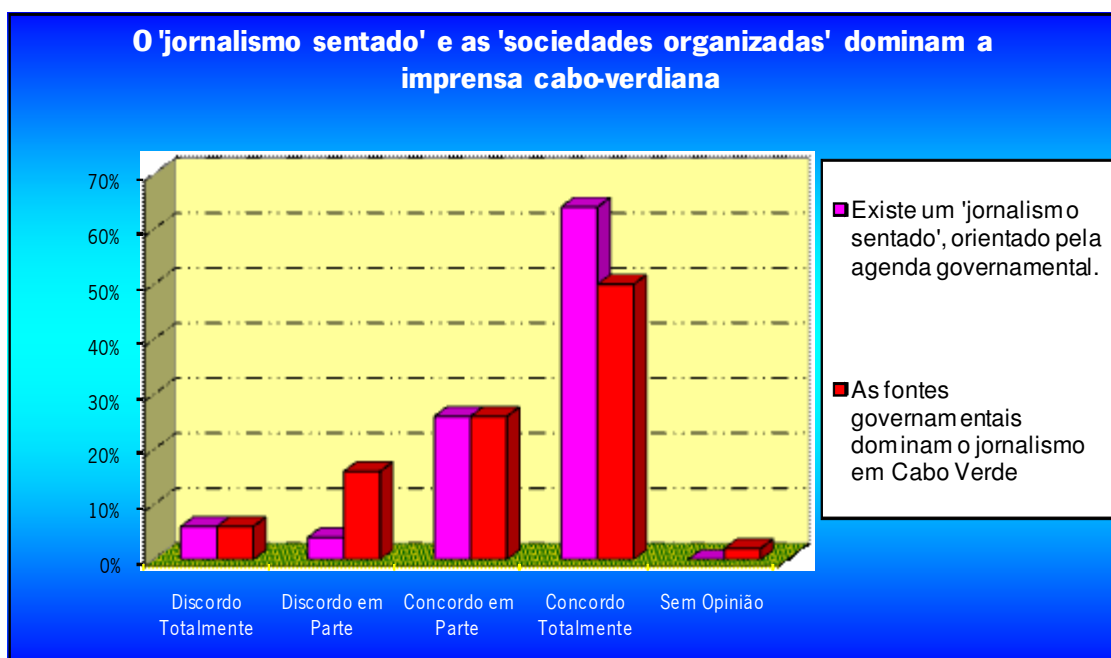
A superficialidade do jornalismo é uma preocupação que atravessa profissionais de diversos sectores. Passando pela televisão cabo-verdiana depois de uma certa experiência na televisão portuguesa, Conceição Queiroz, ex-directora de informação da 'TCV', afirma ter assistido o jornalismo do 'país sentado'. Por isso, considera que, a quem desembarca pela primeira vez em Cabo Verde, o jornalismo do país não lhe fornece matérias para conhecer profundamente a realidade nacional porque, principalmente a televisão, passa a parte bonita do país, com políticos a falarem, lançamentos de primeira pedra, inaugurações de diferentes serviços (Entrevista: 17.6.2008). Não sendo essa uma posição isolada, é corroborada por um conjunto de profissionais, como Rosana Almeida, *pivot* da 'TCV', que considera inadmissível os jornalistas continuarem à espera das notas de imprensa por ser uma

forma mais cómoda de trabalhar (Entrevista: 3.11.2008). Uma outra forma de conceptualizar o 'jornalismo sentado' que tem feito escola em Cabo Verde é proposta por Giordano Custódio, director da 'Praia FM', para quem os profissionais têm desenvolvido um paradigma de 'jornalismo bundal', cuja acepção se define como 'jornalismo de bunda na cadeira', que fica à espera dos comunicados, dos seminários e das conferências de imprensa (Entrevista: 5.11.2008). Por isso, Hulda Moreira, presidente da AJOC, exorta os colegas a promover um jornalismo que discute os problemas sociais nas suas várias dimensões (Entrevista: 6.11.2008). Esta seria uma forma de contornar a 'lei do menor esforço', que tem levado os jornalistas a estribarem-se nas declarações oficiais para darem a informação.

Tendo em conta que Cabo Verde procura importar muitas soluções portuguesas para a organização da sua sociedade, no ramo do jornalismo passa-se exactamente o mesmo. Foi importado o modelo de jornalismo português de décadas passadas e não se conseguiu desamarrar desse sistema. O jornalismo do 'Portugal sentado' evoluiu e Cabo Verde permaneceu na era do 'país sentado'. Tanto Nelson Herbert, ex-director da 'TNCV', como Marco Rocha, correspondente dos *media* estatais em Portugal, são de opinião de que houve uma 'contaminação' do jornalismo cabo-verdiano pelo antigo modelo português, sendo que o arquipélago não conseguiu libertar-se das amarras desse sistema. Por esta razão, há vias pelas quais se pode fazer um paralelismo entre o actual jornalismo que se faz em Cabo Verde e o que, em tempos, se fazia em Portugal. "Cabo Verde herdou e optou por copiar alguns defeitos da TV de outrora, feita em Portugal: a dos salões de tapetes vermelhos e pomposos. Por conseguinte, na *agenda-setting*, prevalecia as fontes oficiais. Os jornalistas mais ousados que tentaram romper com a prática pagaram caro, por vezes, pela ousadia" (Nelson Herbert: Entrevista: 12.6.2008). A maneira como os *media* relatam a vida do país sugere várias linhas interpretativas, mas a ideia do 'Cabo Verde sentado' parece acolher o entendimento dos profissionais do sector. Para Carlos Santos, director da rádio nacional, apesar dessa expressão pressupor algum exagero, existe, de facto, um jornalismo de 'país sentado' porque ele não é pró-activo. Um simples olhar pelas páginas dos jornais ou pelos conteúdos noticiosos das televisões mostra-nos que, nas ilhas, praticamente só são notícia os acontecimentos ou pseudo-acontecimentos agendados pela 'sociedade organizada', dominada sobretudo pelos partidos, governos e outras instituições da Administração Pública. A estratégia dos partidos passa, presentemente, por criar pseudo-acontecimentos como forma de inscrever os seus discursos na esfera pública, contando com o beneplácito da comunicação social. As conferências de imprensa assumem um papel decisivo nesse esquema. A institucionalização das conferências de imprensa tem assumido uma proporção que tem levado muitos jornalistas a assumirem que, para a classe política, a sua presença nas conferências de imprensa tornou-se obrigatória. Na óptica dos

políticos, já faz parte das obrigações dos jornalistas cobrirem as suas conferências de imprensa. Analisando a forma como os meios de comunicação social actuam na paisagem sociológica, nota-se que o jornalismo cabo-verdiano valoriza os acontecimentos em função da importância da sua proveniência (fonte) e não da importância dos factos. Por isso, muitos acontecimentos que têm importância para o conhecimento público podem estar vedados aos cidadãos, contrariando o direito à informação. A liberdade de imprensa estará em causa sempre que os cidadãos sentirem diminuído o seu espaço de participação cívica, vendo escassa a possibilidade de participarem nos debates públicos. “Se não houver uma postura pró-activa dos próprios jornalistas, no sentido de irem ao encontro das expectativas da informação que, de facto, interessa aos cidadãos, ficando atrelados a essa informação pré-formatada pelas agências de comunicação, quer do governo quer dos partidos”, a liberdade de imprensa poderá estar em causa (Carlos Santos, Entrevista: 25.4.2008). A tese de ‘jornalismo sentado’ é reforçada por 90% dos inquiridos, sendo que, com ela, cerca de dois terços dos jornalistas auscultados concorda totalmente: mais de 60% dos inqueridos concorda totalmente, havendo 26% que concorda em parte (ver gráfico n.º 11).

Gráfico n.º 11



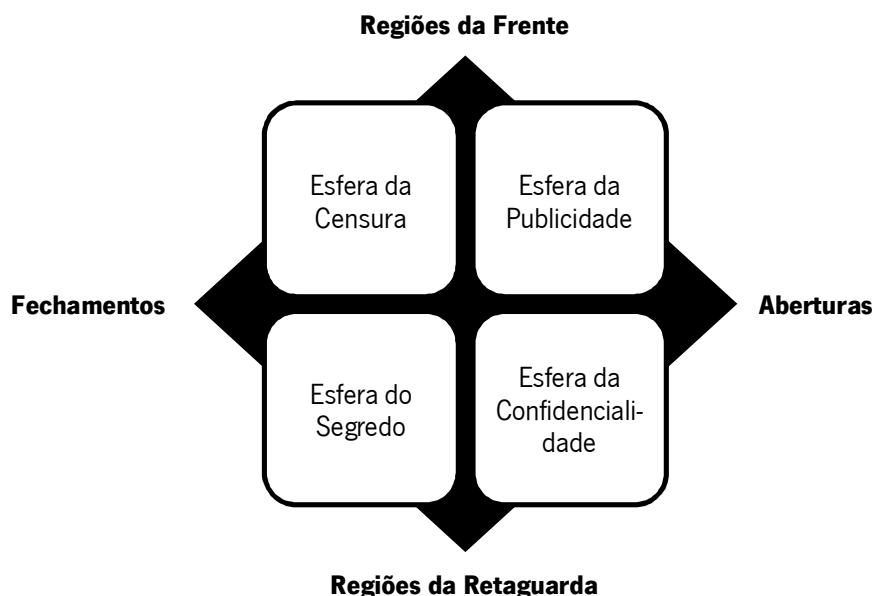
O gráfico n.º 11 mostra-nos que os profissionais do jornalismo consideram que as ‘sociedades organizadas’ dominam a informação, definindo o quadro de leitura da realidade. Assim, os cidadãos são inundados por pseudo-acontecimentos que, mais do que encher o espaço mediático, desvirtua o quadro de leitura da realidade social, sendo que, por vezes, as estratégias de comunicação persuasiva, alimentadas pelas técnicas da propaganda, podem assumir o espaço dos critérios de noticiabilidade.

## 1.2. A 'Sociedade Organizada', o Jornalismo e os Pseudo-acontecimentos

Se, depois da independência, Cabo Verde não conheceu uma censura institucionalizada, a verdade é que se instalou um regime paternalista, que recuperou alguns laivos do Estado Novo. O mesmo veio a acontecer no período de transição democrática, em que o sistema de multipartidarismo vigorou ao mesmo tempo que ocorreram comportamentos prejudiciais à liberdade de imprensa. Com o decorrer do tempo, os políticos procuraram adequar as suas armas às exigências da sociedade. A pressão política começou, assim, a compartilhar espaço com estratégias mais subtis de influenciar a actividade mediática, tendo em consideração o desenvolvimento da comunicação estratégica.

As fontes de informação predominantes são as instituições públicas: o governo, os partidos e outros serviços do estado 'apoderam-se' dos *media*, sonegando a perspectiva dos cidadãos e parte da realidade do país. Adelina Brito reconhece que a televisão de que é directora está orientada pela agenda do governo. Se, por um lado, as responsabilidades do governo o transformam numa fonte de informação de interesse público, por outro, a falta de meios é uma preocupação enorme. Com apenas três meios de reportagem, quando há debate parlamentar e o governo anuncia algum projecto, só sobra uma câmara, que é manifestamente insuficiente para responder a todas as solicitações. O paradigma jornalístico cabo-verdiano é benéfico para a classe política, porque ajuda a proteger as esferas censórias ou tornadas secretas. No estudo de Ericson *et al* (1989) sobre como as 'sociedades organizadas' se protegem dos jornalistas, do desvio e da fuga de informação, identificaram-se regiões de comportamentos orientados por quatro vectores: secreto, confidência, censura e publicitação.

Gráfico n.º 12



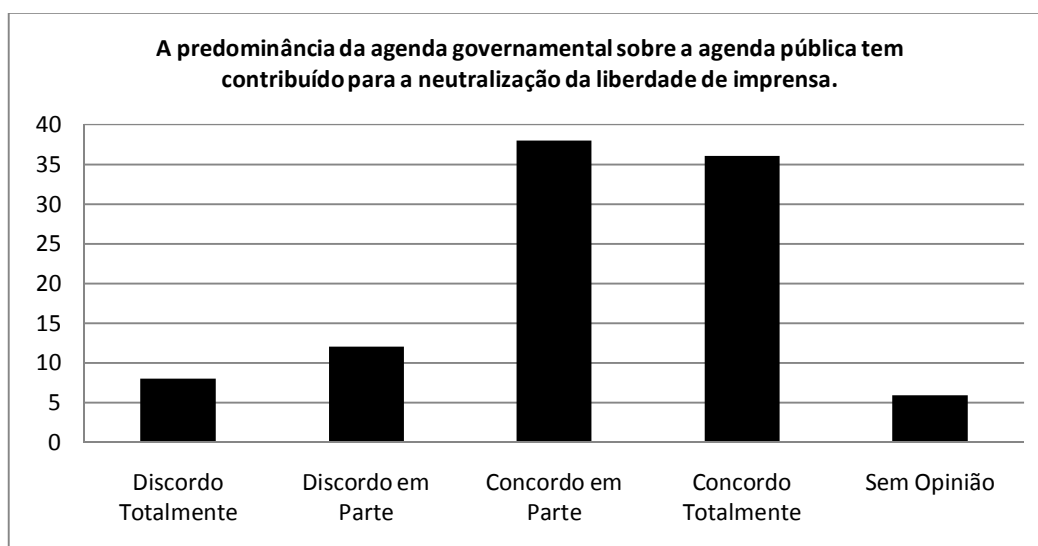
Na esfera do segredo, as 'sociedades organizadas' conseguem fechar as regiões da retaguarda. Desta forma, a fonte limita a fuga da informação indesejável e o refúgio da informação protegida vai até ao fechamento das regiões da frente, culminando com a censura. Neste caso, as instituições negam aos jornalistas o acesso às informações que não lhes são benéficas, iludindo-os através dos porta-vozes, com informações que só servem para desviar a atenção do verdadeiro facto. Normalmente, as 'sociedades organizadas' usam esses dois vectores relacionais no contacto que estabelecem com os profissionais da informação, na medida em que só procuram reproduzir as boas notícias na comunicação social. Essa prática é aprofundada com a abertura de zonas de contacto com os jornalistas, quer nas regiões da frente, quer nas regiões da retaguarda. Aqui contam com a confiança, que lhes permite controlar a informação, seleccionando criteriosamente o órgão a que vão dar determinadas informações para que contem com determinados tratamentos. Especificamente relacionado com essa zona, serve perfeitamente o exemplo da forma como o PAICV se relaciona com o 'A Semana' e o MpD com o 'Expresso das Ilhas'. Por outro lado, a abertura das regiões da frente coincide com a publicidade, em que as 'sociedades organizadas' procuram canalizar sistematicamente informações favoráveis para a imprensa, inclusive 'criando' factos. Esta pode ser também uma estratégia para proteger as informações menos boas. Como afirmam vários jornalistas, tanto o MpD como o PAICV têm elegido a conferência de imprensa como uma estratégia de relacionamento com a comunicação social. Fechando a região da retaguarda através da 'esfera do segredo' e a da frente através da 'esfera da censura', os dois principais partidos elegem as zonas de abertura como a válvula de escape na interacção com os *media*. As aberturas da retaguarda funcionam como zonas de exclusividade e confidencialidade, em que os partidos vão dar informações em exclusivo aos órgãos que lhes são próximos e deixam as aberturas da frente para fazerem publicidade de acções e ideias, sobretudo através das conferências de imprensa que sistematicamente organizam.

Recordando os pseudo-acontecimentos que os partidos criam para a sua inscrição na agenda mediática, Marco Rocha, correspondente da 'RCV' e da 'TCV' em Portugal, lembra-nos que, muitas vezes, elas não trazem nenhum conteúdo útil, servindo apenas para alguns governantes fazerem a propaganda das suas ideias "e ninguém se arrisca a não ir a essas conferências" (Entrevista: 18.6.2008). Por isso, entende que, ao contrário do que esperava, são as notícias oficiais que atraem os jornalistas, havendo conferências de imprensa a abrirem sistematicamente os noticiários. Não sendo esta uma posição solitária, tem reforço na opinião de José Leite, jornalista da 'RCV', para quem os decisores políticos dominam a informação. O resto gravita à volta, sendo que os *media* precisam de especialistas em matérias diversificadas para melhorarem a qualidade dos seus produtos. A forma

como a imprensa define os seus critérios de noticiabilidade – para Arnaldo Silva, ex-Secretário de Estado para a Comunicação Social (no governo de Carlos Veiga: MpD) – só faz sentido num ambiente de Partido Único, já que os jornalistas se baseiam quase exclusivamente em fontes oficiais, dando à presidência da república, ao governo e ao parlamento o mesmo tratamento de há 20 anos: “a mesma postura de veneração, não contestar e não pôr em causa, quando a comunicação social deveria ter um papel mais crítico, deveria questionar, interrogar e não ser uma espécie de veículo de difusão da propaganda política do governo ou dos partidos” (Entrevista: 4.11.2008).

O dinamismo das fontes em criar pseudo-acontecimentos e a afirmação da ‘informação do país sentado’ acabam por criar, para José Vicente Lopes, chefe de redacção do ‘A Semana’, “um jornalismo mais amorfo, mais acomodado, que se deixa levar pela agenda que os partidos políticos vão impondo” (Entrevista: 25.4.2008). As opiniões dos jornalistas e dos políticos convergem nesta matéria. Todos entendem que a comunicação social deve alargar a sua esfera informativa; que a imprensa deve ser mais interventiva; que o jornalismo tem de ser mais acutilante; que os promotores das conferências de imprensa são as principais fontes de informação. Neste sentido, pode-se falar num jornalismo ‘controlado’ que, para ser contornado, Alexandre Semedo, director do ‘A Nação’, receita a estratégia de ‘cavar o subterrâneo do poder’, uma tarefa difícil, porque o relacionamento com as fontes é uma questão complicada numa sociedade bipartida e exígua. Nos ‘subúrbios do poder’, encontram-se indivíduos que se recusam a colaborar com os jornalistas, com medo de pôr em perigo a sua ‘panela’. Para os jornalistas inquiridos, o controlo político da informação, através do domínio da agenda, tem um peso negativo sobre o jornalismo (ver gráfico n.º 13).

Gráfico n.º 13



A predominância de uma visão político-governamental sobre uma visão analítica, interpretativa, sociológica e pluralista pode ter efeitos negativos sobre o jornalismo, não possibilitando que a sociedade tenha uma informação rigorosa. Assim, encontramos cerca de três quartos dos profissionais que compõem o nosso universo inquirido a defender que a predominância da agenda governamental sobre a agenda pública tem contribuído para a derrogação da liberdade de imprensa: 38% concorda em parte e 36% concorda totalmente, perfazendo um total de 74%. Apenas 8% discorda totalmente, 12% discorda em parte e o universo dos sem opinião fica pelos 6% (ver gráfico n.º 13).

A televisão é, sem dúvida, um dos meios mais concorridos pela 'sociedade organizada'. Qualquer político deseja ver o seu discurso transmitido pela televisão e, por esta razão, não nos admiremos que algumas vozes tenham afirmado que houve um telejornal da 'TCV' em que o Primeiro-Ministro apareceu 17 vezes, o que, para Adelina Brito, directora de informação da estação, é impossível, "porque temos 17 notícias. Ele não poderia aparecer nas internacionais, no desporto, na cultura" (Entrevista: 21.4.2008). Mais do que a 'sociedade organizada', Ondina Ferreira, ex-governante, destaca os partidos políticos, porque dominam os *media* estatais, instrumentalizando-os. Outrossim, a imprensa privada demonstra tendência partidária, pondo em causa a diversidade da informação sobre o país (Entrevista: 7.1.2009). Esta ideia é reforçada por Jorge Santos, então líder do MpD, que, em 2007, apelou à 'desgovernamentalização da comunicação social do estado'. Assim, diagnosticou-se a necessidade dos jornalistas deixarem de correr atrás dos partidos para darem voz aos cidadãos. Porém, a directora de informação da 'TCV' parece não ter 'comprado' acriticamente o discurso do então líder do MpD porque, segundo argumenta, a partir de Janeiro de 2008, notou uma estratégia de conferências de imprensa quase diárias por parte daquele partido (MpD), ambicionando marcar um espaço na comunicação social e nos debates públicos. Com o recurso ao método de 'fabricação do quotidiano' (*media events*), o partido procurava definir a *agenda-setting*. Não se trata de uma estratégia ilegítima porque, conseguindo esse objectivo, o MpD estaria a fazer um bom trabalho do ponto de vista dos seus interesses. Também o PAICV, tentando marcar um espaço de debate na esfera pública, recorre aos pseudo-acontecimentos, convocando conferências de imprensa sempre que entende necessário para sua estratégia. Cabe aos jornalistas fazerem a sua parte, investigando os assuntos de interesse público, porque a liberdade de imprensa não é uma dádiva mas, antes, uma conquista. Nessa batalha, os jornalistas devem contar com o conhecimento adquirido através de várias formações pelas quais terão passado. A formação académica, os cursos de reciclagem profissional e as diferentes temáticas nas quais os profissionais da informação podem especializar-se poderão ser um elemento muito importante nesse jogo entre os jornalistas e as fontes noticiosas.

### **1.3. A Formação como um Pilar do Direito de Informação**

Os cidadãos têm a possibilidade de exigir informação sobre os assuntos que os preocupam porque, aos jornalistas, assiste-lhes o direito de informar. Há toda uma cadeia de direitos e obrigações que a própria lei cria para que a informação que está na posse de uma fonte possa chegar à sociedade. O jornalista, enquanto intermediário social, desempenha um papel muito importante. Por isso, deve impor-se para defender a liberdade de imprensa, observando a legislação e cumprindo os seus objectivos, independentemente das vontades do patronato ou de qualquer outra instância de pressão.

O trabalho do jornalista ultrapassa o simples acto de recolher e divulgar a informação. Passa também pela formação da sociedade, porque a informação incorpora valores simbólicos, que influenciam os hábitos, as maneiras de pensar e de estar na vida. Assim, os conteúdos mediáticos fornecem à sociedade a matéria-prima para compor a sua consciência cívica, influenciando as estruturas de decisões individuais e colectivas. A par da escola, da família, dos grupos recreativos, os meios de comunicação social desempenham uma função social importante na preparação psicológica da sociedade, orientando e formando permanentemente os indivíduos. Pela importância do seu trabalho, os jornalistas devem ter uma formação sólida. O dever de contribuir para uma melhor formação da sociedade obriga-os a reunir competências técnicas, académicas, cognitivas, sociais e profissionais.

Hodiernamente, a formação constitui uma grande preocupação para a classe jornalística cabo-verdiana, porque serve de garantia ao direito de informação. Outrossim, é de se considerar que, durante muito tempo, o jornalismo foi transformado, em Cabo Verde, numa oportunidade para aqueles não tinham outra colocação. Não havia qualquer tipo de regulamento de acesso à profissão e os cidadãos, por via da amizade e conhecimentos pessoais, entravam sobretudo nos órgãos estatais e faziam carreira. Com alguns anos de experiência, alguns viriam a tornar-se jornalistas de reconhecida qualidade profissional. Outros seguiriam o caminho do alinhamento político, tornando-se apelidados de 'comissários políticos'. A carência de recursos humanos qualificados foi, desde a independência do país, um sério problema para o jornalismo. Por um lado, o Partido Único não apostou na formação de quadros do sector mediático; por outro lado, depois da abertura política entraram novas pessoas, igualmente sem a qualificação adequada. Ainda hoje é fundamental, como observa Marco Rocha, que se pense na formação dos jornalistas em Cabo Verde, tendo em conta a necessidade de reciclagem profissional, já que, a nível tecnológico, o sector sofre uma transformação constante (Entrevista: 18.6.2008).

Se em algumas matérias se nota que as opiniões dos entrevistados se dividem, a questão da formação é uma, entre muitas outras, em que se pode verificar uma consonância de ideias, já que todos



gostariam que houvesse mais e melhor formação. Um jornalista com uma formação sólida consegue desenvolver pensamentos críticos e, como assegura João do Rosário, director do 'Expresso das Ilhas', amplia a sua margem de progressão na carreira, libertando-se de determinadas pressões, muitas delas psicológicas, que contribuem para a autocensura (Entrevista: 26.4.2008). Este entendimento é muito interessante, porque encara a formação como um factor de liberdade, tornando-se na pedra angular do edifício do direito de informação. A formação permite, ao jornalista, ganhar coragem para assumir a liberdade que o legislador pôs à sua disposição. Quando Conceição Queiroz afirma que a formação dos quadros da televisão pública deixa muito a desejar, toca numa parte muito específica da matéria: a formação técnico-profissional. Esta questão precisa de ser ressaltada, na medida em que, mesmo nos casos em que os profissionais têm formação na grande área das Ciências da Comunicação, pode haver falta da formação especializada. "O jornalista da 'TCV' precisa de formação. Não tem a formação específica naquilo que é jornalismo televisivo. Quase todos são orientados por aquilo que é o jornalismo de imprensa" (Conceição Queiroz, Entrevista: 21.4.2008).

A formação dos jornalistas é uma matéria que tem sido negligenciada pelos sucessivos governos. Apenas compõe o substrato discursivo-teorético dos partidos políticos, mas nunca é encarado como uma necessidade urgente. A nível discursivo, a questão surge com alguma frequência. Porém, os governos passam ao lado dessa problemática, como se quisessem manter os jornalistas, cognitivamente frágeis, para que continuem subjugados às suas estratégias. Isso é um pouco aquilo que aconteceu no período colonial, reproduzido no Partido Único e continuado nos tempos actuais. Desde a primeira legislatura, o governo do MpD tinha falado na criação do Centro de Formação dos Jornalistas. Alguns profissionais, como José Vicente Lopes, ex-jornalista do 'Voz di Povo', foram dispensados dos órgãos públicos, com o argumento de que iriam leccionar no futuro centro. A verdade é que ele nunca conheceu a luz do dia e nem foi puxada para o primeiro plano dos debates políticos.

Recentemente, Sara Lopes, ex-ministra com pasta da comunicação social, apresentou um pacote de soluções para compensar a falta de cobertura mediática de várias regiões do país. Entre outras medidas, estava o projecto de formar 22 jovens com 12º ano de escolaridade, a quem seria atribuído um 'kit reportagem', com materiais para captação e edição de imagens, com vista a produzir conteúdos para a televisão pública. A medida não configura um substrato político substantivo para a comunicação social porque, desde logo, se pauta pela precariedade e pela ausência de formação qualificada. Adelina Brito justifica: "não podemos dizer que não têm competência para fazer um trabalho de qualidade. Depende do empenho, da aptidão da pessoa e da vontade de cada um" (Entrevista: 21.4.2008). Porém, não deixa de ser um recurso aos métodos do passado em que os

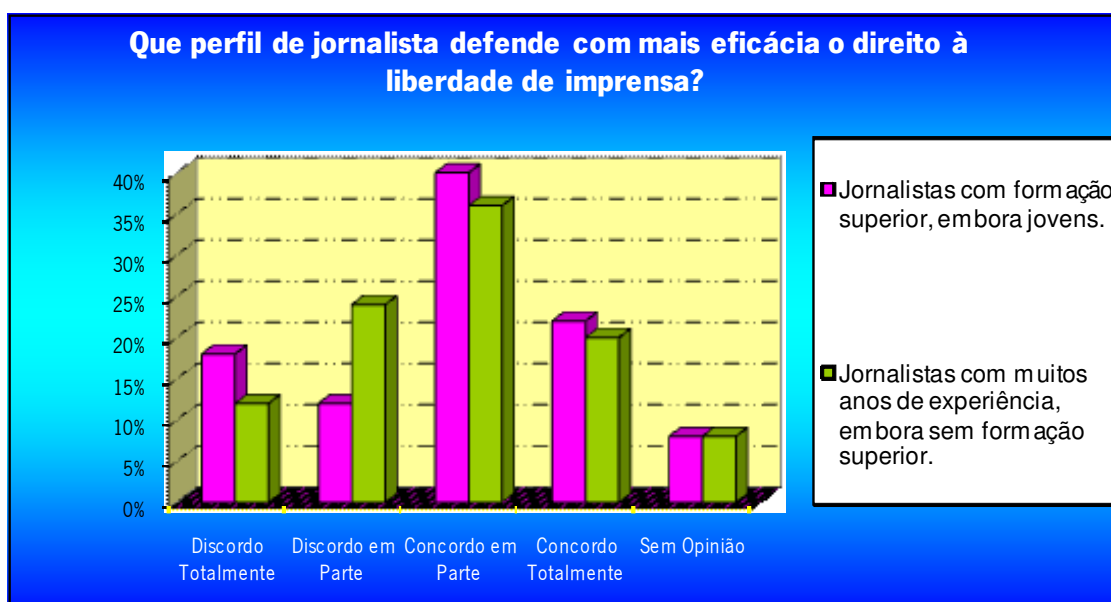
órgãos de comunicação social do estado foram inundados de indivíduos sem a devida preparação. Se, antes, essa estratégia teria merecido alguma compreensão devido à escassez de recursos humanos qualificados, hodiernamente torna-se cada vez mais incompreensível. Seria de aplaudir a ideia de ampliar a cobertura mediática do país com mais profissionais, desde que se apostasse na qualidade, porque o jornalista ajuda a fazer a consciência da sociedade, contribuindo para a educação dos cidadãos, passando bons ou maus valores e hábitos para a sociedade. “Devemos ter um pouco mais de cuidado porque podemos estar a tapar o sol com a peneira” (Marco Rocha, Entrevista: 18.6.2008).

A formação dos jornalistas é um importante pilar do direito de informação. Com uma formação sólida, os jornalistas poderão estar em condições de oferecer um bom trabalho à sociedade porque ela dá a bagagem necessária para enfrentar os problemas com que se debate na tarefa de informar. Não é por acaso que, durante os anos passados, a situação da liberdade de imprensa era muito mais preocupante. Como já vimos, a liberdade de imprensa joga com a liberdade de emprego e, como durante muito tempo o jornalismo foi local de ‘desterro’ profissional, a liberdade de imprensa não estava assegurada, porque a liberdade de emprego também não era garantida. Quem começasse a abordar matérias que incomodavam o executivo estaria a pôr em perigo o seu posto de trabalho e, sem qualificações que permitissem encontrar colocação em outros sectores, estaria condenado ao desemprego. Esta situação contribui para que haja, ainda hoje, um ‘jornalismo domesticado’.

Se no Partido Único o ‘jornalismo domesticado’ era um dos principais problemas da comunicação social cabo-verdiana, na década de 90 continuaria a ser um grande problema. As sucessivas ‘operações de limpeza’, apresentadas sob a capa de reestruturações, empurraram os profissionais para a prática do ‘jornalismo domesticado’. José Vicente Lopes, ex-jornalista do ‘Voz di Povo’ e chefe de redacção do ‘A Semana’, dá o seu caso como um exemplo de que aqueles que queriam manifestar a sua opinião poderiam tê-lo feito, mas lembra que teriam que suportar as consequências como ele suportou (Entrevista: 25.4.2008). Diferente de muitos jornalistas de então, José Vicente Lopes tinha uma formação superior, o que lhe dava um suporte, na medida em que lhe abria outras possibilidades de emprego. Como, na década de 90, muitos jornalistas não tinham nem formação superior nem formação profissional poderão ter ficado de mãos atadas, na medida em que o emprego não abundava no país. “Havia o problema do emprego porque as pessoas entravam para o jornalismo para assegurarem um emprego”, lembra Adelina Brito, para quem sempre tem havido pressões da parte dos políticos sobre os jornalistas (Entrevista: 21.4.2008). Porém, com a formação, o jornalista encontra um suporte que lhe permite resistir. Os anos 90 puseram a nu a debilidade do direito de informação nas práticas sociais cabo-verdianas, porque a falta de profissionais qualificados se ressentiu no jornalismo.

Instalou-se, depois da abertura política, um conflito entre os jornalistas formados e os sem formação na área. Esse conflito atravessou toda a década de 90 e ainda hoje tem os seus reflexos, vindo à baila todas as vezes que o Estatuto do Jornalista é matéria de debate. Neste sentido, estabeleceu-se uma espécie de 'braço de ferro' entre a formação e a experiência profissional, quando o ideal seria associar essas duas componentes de capacitação profissional dos jornalistas (ver gráfico n.º 14).

Gráfico n.º 14



Diante da afirmação “Os jornalistas com formação superior, embora jovens, conseguem defender, de forma mais adequada, o direito à liberdade de imprensa”, verifica-se que 40% concorda em parte e 22% concorda totalmente, perfazendo um total de 62%. Da amostra, 18% discorda totalmente, 12% discorda em parte e 8% não tem opinião. No entanto, quando a questão é invertida, o saldo continua positivo. Perante a questão “Os jornalistas com muitos anos de serviço, mesmo sem formação superior, conseguem defender, de forma mais adequada, o direito à liberdade de imprensa”, nota-se que 36% concorda em parte, 20% concorda totalmente, somando um total de 56%. Desta feita, 12% discorda totalmente, 24% discorda em parte e os mesmos 8% continuam sem opinião (ver gráfico n.º 14). Portanto, a forma como as questões foram colocadas mostra-nos que a formação e a experiência, no entendimento dos profissionais, são cruciais para o exercício da actividade jornalística. No entanto, a importância dos recursos humanos e materiais não pode ser ignorada, neste caso, porque, na falta deles, temos hoje um jornalismo voltado para a capital cabo-verdiana, que dá pouco espaço às outras ilhas, de igual forma que não põe em relevo assuntos provenientes de outras esferas geográficas. A esse modelo de construir a informação chamamos ‘jornalismo narcisista’, que reporta tudo o que se passa na capital e deixa de fora outros espaços nacionais e assuntos internacionais de relevo.

#### **1.4. 'Jornalismo Narcisista': a Cidade da Praia como Critério de Noticiabilidade**

Em Cabo Verde, o jornalismo está voltado para questões relacionadas com a política. Os outros temas da sociedade acabam, de alguma forma, por ser secundarizados. São três os factores condicionantes que constituem a sua matéria-prima: o MpD, o PAICV e o governo. Como, virtualmente, o MpD e o PAICV são os únicos partidos elegíveis, condensam-se no governo quando estão no poder, resumindo a matéria informativa à dicotomia governo-oposição. Esta situação, entendida no seu substrato amplificado, traduz-se num 'jornalismo narcisista', que faz pouco eco da informação internacional. Qualquer iniciativa proveniente de uma das alas dicotómicas é passível de ser noticiada, por um ou outro órgão de comunicação, consoante a sua proximidade. Porém, as notícias provenientes de outras latitudes – tendo, muitas vezes, um efeito directo na vida do país – não recebem o devido tratamento.

Marco Rocha lembra que, raras vezes, as notícias internacionais com impacto sobre o país são levadas a abrir os serviços noticiosos dos *media* nacionais, sugerindo que o jornalismo cabo-verdiano não olha para muito além do seu umbigo (Entrevista: 18.6.2008). Outrossim, há assuntos que dominam a agenda mundial, tendo impacto sobre o país, e não recebem o devido tratamento nos *media* nacionais. As análises feitas aos vários assuntos que atravessam a trama social não são profundas, porque o comodismo se instalou no seio da comunidade jornalística cabo-verdiana. “Quando quero fazer uma notícia económica acerca de Cabo Verde, recorro a um economista cabo-verdiano que pode interpretar essa notícia. Porque é que em Cabo Verde também não há gente que consiga fazer esse tipo de trabalho? Não há essa cultura de ir muito mais além” (Marco Rocha, Entrevista: 18.6.2008).

A dimensão 'narcisista' do jornalismo cabo-verdiano encontra substrato no problema de desequilíbrio do fluxo informativo em termos de proveniência geográfica. Cabo Verde, composto por dez ilhas dispersas no oceano Atlântico, tem todas as condições para dificultar a movimentação dos jornalistas no terreno. A ligação entre as ilhas faz-se através de barcos e aviões, mas relativamente às ilhas distantes daquelas onde se encontra um centro de produção mediática, a viagem de barco pode não se compadecer com o 'tempo' do jornalismo. Por sua vez, o custo do transporte aéreo pode representar um peso no orçamento de uma pequena empresa mediática cabo-verdiana. Há ainda a questão de algumas ilhas não estarem equipadas com infra-estruturas aeroportuárias. Por esta razão, há uma predominância da Cidade da Praia no espectro informativo. A Cidade do Mindelo também surge como notícia, ocupando o segundo lugar na pirâmide informativa, mas a sua representação mediática não se compara à da capital. Esse esquema informativo catalisa a rivalidade Barlavento vs Sotavento (*badiu cu sampadjudu*). Na manifestação que a população são-vicentina fez contra o encerramento da 'TVP', a

estação pública era apresentada como a televisão da Cidade da Praia. “A ‘TVP’ desaparece e quem paga é o governo. Pagou nas eleições autárquicas e vai continuar a pagar. Porquê? Porque as pessoas acham que há uma ‘mão grandona misteriosa’ da Praia, badia, que quer controlar São Vicente”, ressalva Eduíno Santos, para quem esse mal-entendido se justifica com a falta de uma política para a imprensa regional (Entrevista: 15.10.2008). Houvesse apoio e incentivo do estado para que as outras regiões tivessem canais através dos quais comunicassem as suas preocupações, as ilhas do Norte, sobretudo São Vicente, não entenderiam que existe uma vontade da Praia de controlar todo o país.

A falta de uma política de comunicação para o país torna-se preocupante se tomarmos em consideração que se trata de um arquipélago com nove ilhas habitadas que, devido ao povoamento e à identidade cultural, cada uma ganhou a sua especificidade. “Entre 1992 e 1993, há uma das maiores manifestações contra a ‘RTC’ e os cartazes diziam assim: ‘Notícia só na badiu pamodi?’ (‘Notícias só em crioulo de Santiago porquê?’). Foi o pessoal do desporto que se revoltou porque não via o Batuque, o Mindelense e outras equipas de São Vicente na ‘Televisão de Cabo Verde’ e porque as notícias só eram dadas no crioulo dos *badius* (crioulo da Ilha de Santiago). Foram mexer com esse barril de pólvora por falta de políticas para a comunicação” (Eduíno Santos, Entrevista: 15.10.2008).

A predominância de Santiago na informação da televisão nacional tem criado incómodo no seio da população de São Vicente que não se revê na estação pública, porque considera que não dá resposta às suas necessidades e não reproduz a vivência da ilha. Por esta razão, reclama uma televisão regional que, nessa óptica, ajudaria a libertar a ilha da tentativa de ‘colonização cultural’ por parte da Praia. Daí Eduíno Santos falar nessa imagem que alimenta um imaginário são-vicentino da existência de uma grande ‘mão misteriosa’ da Praia que quer controlar São Vicente, impedindo a sua emancipação ideológica, cultural e política. Isso mostra-nos que a ausência de uma política estratégica para a comunicação social pode levar a determinados ‘equivocos sociais’. O encerramento da ‘TVP’ foi interpretado, em São Vicente, como a extensão das esferas de controlo que os *badius* querem ter sobre os *sampadjudus*. Para evitar fenómenos comparáveis, é preciso uma política para a imprensa regional, mesmo sendo subvencionada pelo estado, porque a comunicação social ajudaria a abrir horizontes, desfazendo preconceitos e quebrando mitos. A situação actual mostra-nos que os governos ainda não compreenderam que a comunicação social pode ser um importante factor de unidade nacional. Um melhor conhecimento sobre o outro poderia desfazer preconceitos e levar a uma melhor compreensão da idiossincrasia cabo-verdiana, sustentada na sua descontinuidade territorial e harmonização cultural. A falta de uma política interna dos órgãos estatais que procure contrariar esse desequilíbrio no fluxo informativo leva a população de São Vicente a considerar que a estação pública não lhe pertence.

“Ainda hoje dizem que a ‘Televisão de Cabo Verde’ é da Praia. Porquê? Porque não tem condições para ter produções nacionais em todas as ilhas. Então, fazemos o que está aqui perto, pomos pessoas daqui de perto. Não temos condições de trazer Cabo Verde, ilha a ilha, para a nossa estação. Acho que é por isso que têm esse sentimento” (Adelina Brito, Entrevista: 21.4.2008). Não sendo uma estação regional da Praia, é a capital do país que domina a informação da estação pública, assim como acontece com todos os órgãos nacionais. Para combater esse desequilíbrio do fluxo informativo interno, a Direcção-Geral da Comunicação Social elaborou o projecto ‘uma câmara, um concelho’, com o propósito de dar voz a todos os recantos do país. Por isso, a directora de informação da ‘TCV’ diz que há toda uma vontade política de transformar a estação pública numa televisão verdadeiramente nacional, capaz de estar em todo o país. No entanto, reconhece que ainda só se vai a outras ilhas quando para lá se deslocam governantes ou se houver actividades como festas de romarias ou dias municipais.

A descentralização da comunicação social é uma reivindicação da população das ilhas do Norte, com São Vicente na vanguarda da defesa dos interesses da região. Porém, como defende Eduino Santos, jornalista da rádio nacional, não é Praia que tem de dividir o espaço mediático com as outras regiões, mas elas é que devem assumir essa necessidade de descentralização. Entendendo que a região do Norte perdeu espaço na comunicação social, Eduino Santos, jornalista da rádio pública, justifica a situação com o facto de se ter transferido tudo para a capital do país. Comparando as cidades de Mindelo e da Praia, nota-se que é muito mais fácil angariar publicidade na capital do país, porque “o centro do poder desloca-se para a Cidade da Praia. Também a região mofou-se” (Entrevista: 15.10.2008). Esse sentimento de abandono da região Norte relatado pelo supracitado jornalista é compartilhado por Carlos Pulu, proprietário da extinta ‘TVP’, que, ignorando o papel da Ribeira Grande de Santiago, considera Mindelo o berço da cultura cabo-verdiana, desde o golfe ao ténis, passando por futebol e liceu. “Tudo isso começou em São Vicente. Mindelo é o berço da cultura e de muitas coisas que levaram para a Praia” (Entrevista: 16.10.2008). A maioria dos entrevistados da região Norte reclama a inexistência de uma política cultural para o país, que integra harmoniosamente todas as suas regiões, vales e ribeiras, vilas e cidades, campos e centros urbanos. Apesar de não ser impossível, a estruturação de uma política cultural com essa dimensão implicaria um grande esforço financeiro, que o país ainda não mostrou disponibilidade em fazer, destacando-se outras áreas consideradas mais prioritárias para o investimento público, como são os casos da educação, da saúde, da habitação social e das infra-estruturas. Porém, tudo isso deve ser enquadrado na própria economia política de Cabo Verde já que, não sendo um país que produz muitos recursos próprios e não tendo uma Balança de Pagamentos equilibrada ou com um desequilíbrio positivo a favor das exportações, o seu

desenvolvimento tem-se baseado nas políticas de cooperação económica internacional. Daí, mais do que a vontade do governo em fazer determinados investimentos, contam sobretudo os estudos estratégicos sobre as áreas capazes de atrair os financiadores. Caso contrário, a economia do país sofrerá as consequências duma política mal concebida que não consegue sensibilizar os financiadores. Porém, isso tudo não iliba o estado de harmonizar as políticas culturais às necessidades do país.

A questão do desequilíbrio do fluxo informativo começou a fazer-se sentir desde os primeiros dias da democracia cabo-verdiana. “Foi sugerida e ponderada a decisão de descentralizar, para São Vicente, toda a estrutura de produção de programas da ‘TNCV’, criando, para o efeito, na ilha, um centro de produção da televisão e deixando a capital concentrar-se na necessidade de mais mobilidade que a cobertura informativa do país dela requeria. Um facto relevante é que, no debate desta proposta-piloto, as maiores resistências teriam partido precisamente dos técnicos profissionais originários dessa ilha, mas de há muito radicados em Santiago” (Entrevista: 12.6.2008). Porém, as opiniões não são unânimes sobre esta matéria. Para José Leite, não há um fluxo desequilibrado da informação, já que São Vicente aparece em todos os horários nobres da programação da ‘RCV’ com uma carga horária significativa (Entrevista: 14.10.2008). O jornalista afirma ainda que há jornais que são editados a partir da ilha e que é necessário mudar o modelo da informação, já que o jornalismo está muito colado à agenda, acabando por beneficiar a Cidade da Praia, porque alberga o governo, o Presidente da República, as embaixadas, transformando-se no único centro de decisão. De facto, se se contrariar o modelo da ‘Praia Sentada’, que alimenta o jornalismo do país, conseguir-se-á um maior reequilíbrio do fluxo nacional da informação. No entanto, para isso, é preciso que haja uma política de comunicação traçada com essa preocupação. Isto poderia resultar de uma estratégia de materialização dos discursos políticos que têm destacado a comunicação social como elemento para o reforço da democracia. Para que os *media* assumam esse papel, precisam de condições materiais e organizacionais que favoreçam as práticas do jornalismo num ambiente de liberdade, afastando o fantasma da autocensura e permitindo que a profissão tenha uma evolução significativa. O ambiente político e económico em que os *media* laboram e a cultura sociológica do povo permitem enquadrar a profissão do jornalismo, definindo o grau do seu contributo no amadurecimento do sistema democrático. Por isso, faz sentido compreender a importância da cooperação internacional no desenvolvimento do sector mediático em Cabo Verde, já que o país se debate com carências financeiras, que se reflectem no sector dos *media*.

\*\*\*\*\*

# **CAPÍTULO IX**

## **DIMENSÕES ECONÓMICAS E POLÍTICAS DO JORNALISMO CABO-VERDIANO**



**1.1. Políticas de Comunicação e Políticas de Cooperação**

A cooperação internacional é um dos principais instrumentos de desenvolvimento de Cabo Verde. Sendo um país sem grandes recursos, o arquipélago tem vivido das ajudas internacionais e construído uma boa imagem junto dos parceiros, que o vêem como um país credível, com o qual o diálogo em torno do desenvolvimento tem sido profícuo. Da Europa aos EUA, sem deixar de fora países como a China ou o Brasil, Cabo Verde desenvolve amplos programas de cooperação, que abrangem áreas diversificadas, entre elas a luta contra a pobreza, a educação, a formação profissional, a justiça, a segurança, a luta contra a emigração clandestina, as pescas, as obras públicas e outros sectores que contribuem para a modernização do país, como a construção de estradas, a melhoria dos portos ou a fomentação da agricultura. No entanto, é de estranhar que, se Cabo Verde recebe muitos desses programas por causa de ser reconhecido como um país onde a democracia funciona, e os direitos humanos são respeitados, esses apoios quase nunca abrangem o sector da comunicação social, que potencia a democracia através da pluralidade de vozes e contribui para proteger os direitos humanos. Um dos programas que mais dinâmica de desenvolvimento tem imprimido no país, nos últimos tempos, é o programa norte-americano *Millennium Challenge Account*, que visa promover desenvolvimento nos países menos avançados, mas não abrange o sector da comunicação social.

Se a qualidade do jornalismo é criticada em Cabo Verde, os profissionais da comunicação social, embora imputando parte de responsabilidades à classe, não deixam de procurar outros responsáveis. Adelina Brito, directora de informação da 'TCV', põe a tónica na falta de condições materiais, insistindo que os *media* nunca foram prioridade para qualquer governo, o que dificultou a sua autonomização, arruinando as possibilidades de auto-sustentabilidade (Entrevista: 21.4.2008). Normalmente, nos discursos políticos, a comunicação social é apresentada como pedra angular na ancoragem do sistema democrático, mas os governantes ficam pelo plano discursivo, não dando passos efectivos na matéria.

Tendo em conta o ambiente de crise económico e financeiro que os países atravessam nos últimos tempos, cada vez se torna mais difícil as políticas de cooperação internacional abrangerem áreas como a comunicação social que, embora sendo importante, não são consideradas prioritárias. Relativamente ao caso de Cabo Verde, a Cooperação Portuguesa, sobretudo através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), e a Cooperação Francesa são os principais instrumentos de apoio ao

processo de desenvolvimento nacional e, como observa Marco Rocha, constituem os “principais pilares dos órgãos de comunicação social” (Entrevista: 18.4.2008). Enquanto esses apoios não promoverem desenvolvimento técnico, os profissionais dos *media* continuam a trabalhar com equipamentos de fraca qualidade, comparados com os seus pares dos países avançados. Assim, os entrevistados defendem que não tem havido aposta na melhoria das suas condições de trabalho porque o governo não tem investido nesse sector. Quando poderia desenvolver as suas próprias políticas, fica à espera das soluções da cooperação internacional para o problema do sector mediático. O não funcionamento da cooperação internacional tem contribuído para a degradação das expectativas dos profissionais. Os *media* debatem com as dificuldades de sempre e a falta de meios tem sido queixa recorrente. É um problema que afecta, tanto a comunicação social do estado como a privada, já que a fraca dimensão do mercado cabo-verdiano e a falta de liquidez nas indústrias culturais do país fazem com que a imprensa privada esteja constantemente a reclamar apoios e subsídios. A imprensa escrita já os tem, mas considera-os insuficientes. Os sectores da rádio e da televisão, para além de não serem subsidiados, contam com a concorrência do estado, cujos órgãos disputam o mercado da publicidade com os privados. Mesmo tendo várias fontes de financiamento, os *media* públicos não conseguem dar o salto desejado, sendo que a televisão apresenta uma programação pobre, queixa de carência de meios e continua com o sistema analógico, desaconselhado pelos avanços no campo do digital. Marco Rocha suspeita que o governo não tenha desbloqueado a verba necessária para se fazer essa transição do analógico para o digital, corroborando a posição de Adelina Brito, quando afirma que a comunicação social não é considerada um sector prioritário para o país. “Eu que julgava a etapa já transposta, só agora, e com a visita de um governante português a Cabo Verde, no quadro do 10 de Junho, dia nacional em Portugal, é reafirmada a necessidade da digitalização do sistema de televisão no país. A decisão da passagem do analógico para o digital leva quantos anos de atraso? A diversificação da cooperação internacional nesse domínio foi uma das minhas apostas, que acabou por enfrentar alguns entraves preconceituosos, com episódios anedóticos” (Nelson Herbert, Entrevista: 12.6.2008). O antigo director da televisão nacional afirma ainda que durante a sua direcção deu início a um processo de reestruturação técnica de toda a rede de emissão, instalando, com o engajamento das autarquias locais e da Cooperação Francesa, novos emissores e estações *relays*, particularmente nas chamadas zonas-sombras de emissão, nomeadamente alguns vales e ribeiras.

Os apoios da cooperação internacional, ainda hoje, têm um peso significativo no desenvolvimento do país. Quando falham, o país ressent-se e deixa a nu as suas debilidades. O sector da comunicação social é um exemplo disso. A cooperação internacional não tem chegado com a frequência e

acutilância que os profissionais desejariam ao sector mediático. Por esta razão e por falta de apostas do governo, o seu desenvolvimento tem sido muito lento. O Director-Geral da Comunicação Social atribui responsabilidades aos profissionais, perguntando o que têm feito para sensibilizar os governos estrangeiros a investirem no sector. Recorda que é muito mais fácil os parceiros internacionais construírem um Centro de Saúde do que investir na comunicação social porque, nesses países, ela “é quase toda privada. O estado já não investe na comunicação social nesses países com quem Cabo Verde tem cooperação. Só para ter uma ideia, os dois países com quem Cabo Verde ainda mantém boas relações em termos da comunicação social são Portugal e China porque esses países ainda investem na comunicação social pública” (Eugénio Martins, Entrevista: 27.10.2008).

Actualmente, já se fala num país a duas velocidades, em que à frente vão os restantes sectores da sociedade e a comunicação social fica para trás. Jornalistas, políticos, sociedade civil, cidadãos isolados são unânimes de que, em matérias de desenvolvimento, a comunicação social anda atrás do resto do país. É premente que se mude este figurino. O país não pode deixar a comunicação social para trás porque, sem uma imprensa dinâmica, que fiscalize a actividade dos intervenientes na esfera social e política e que possibilite o confronto de ideias, potencia-se a corrupção e o ‘amiguismo’, predomina a arrogância, caem por terra os objectivos de construir um estado assente na defesa dos direitos humanos e hipoteca-se a democracia e o seu próprio desenvolvimento.

Perto do final das duas legislaturas do MpD, ‘A Semana’ salientava que “a ausência de uma política para o sector da comunicação social pública, a falta e ao mesmo tempo desperdício de recursos materiais e humanos, a instrumentalização pelo poder político, partidos e grupos de pressão são, em traços gerais, alguns dos males apontados aos *media* estatais” (5.11.1999). Uma década depois, o problema coloca-se nos mesmos termos e a comunicação social padece dos mesmos sintomas, registando-se uma má gestão dos recursos humanos nos *media* estatais.

## **1.2. Falta de Investimentos e Deficiente Gestão dos Recursos Humanos**

É consensual que os recursos humanos e materiais são importantes para qualquer empresa. Qualquer unidade empresarial que esteja munida de recursos humanos bem capacitados e tenha a disponibilidade material necessária tem possibilidades de conseguir alcançar, com êxito, os seus objectivos. Quanto ao sector mediático, também não é diferente. Hodiernamente a comunicação social está organizada em forma de empresas que, normalmente, têm um Conselho da Administração vocacionado essencialmente para a gestão, procurando garantir o seu equilíbrio financeiro.

Em Cabo Verde, a estruturação das empresas mediáticas tem seguido o padrão de colocar o Conselho da Administração no topo, seguido do director geral, director administrativo e director técnico que, em linha horizontal, estão colocados, nos órgãos públicos, na mesma posição, seguidos dos restantes departamentos da empresa. No entanto, esta configuração não é linear para todas as empresas, dependendo de casos para casos. Houve tempo em que os directores da rádio e da televisão do estado ocupavam o topo da cadeia de comando, mas, com a criação da RTC, surgiu o Conselho da Administração da empresa, que passou a ocupar-se da sua gestão financeira. Independentemente da forma de organização, qualquer empresa mediática deve contar com os seus recursos humanos e materiais como elementos integrantes do seu sucesso ou fracasso.

A escassez dos recursos materiais e a fraca qualidade dos recursos humanos tem sido problemas estruturantes dos órgãos de comunicação social cabo-verdianos, embora neste momento se tenha registado melhorias significativas. Se o regime colonial não se ocupou com a formação de jornalistas, o regime do Partido Único seguiu-lhe os passos. A formação profissional dos jornalistas não foi vista como uma prioridade e, nos anos 70 e 80, entrava para a classe indivíduos com alguma habilidade de escrita – e outros nem tanto – que, através de critérios díspares, eram colocados nos órgãos de comunicação social onde aprendiam o ofício. Tudo acontecia dentro do quadro ideológico da época, que orientava os jornalistas para uma visão única de um partido como ‘força, luz e guia’ da nação. Portanto, o cenário não era favorável ao cultivo do pluralismo. Esse problema foi projectado para o período da democracia, sendo que, no início da abertura democrática, os órgãos de comunicação social padeciam de profissionais com abertura de mentalidade que permitisse o maior distanciamento possível das quimeras político-partidárias. Ondina Ferreira, ex-Ministra da Cultura e da Comunicação Social, considera que, embora a democracia venha para ficar, “ela não penetrou de igual modo porque não houve o mesmo ponto de partida da parte das pessoas. Nisto, incluo os próprios jornalistas. Estavam habituados ao ‘sim senhor’ do Partido Único. Entrou a democracia e eles não tinham esse espírito democrático. Talvez porque muitos tenham estudado em países onde também não havia a liberdade de imprensa. Penso, por exemplo, em jornalistas formados em Cuba” (Entrevista: 7.1.2009). A verdade é que, não só os jornalistas, mas nenhum sector da sociedade estava preparado para lidar com o sistema democrático. A única experiência de vida política que o país conheceu entre o colonialismo e o multipartidarismo foi o regime monolítico, que também ‘patrocinava’ a visão única. Portanto, a nível da experiência de vivência democrática, os jornalistas não estavam nem melhor, nem pior do que as outras classes, incluindo a política. Em 1990, quando se trabalhou na transição política, a cultura democrática não era predominante no seio dos cabo-verdianos porque o país não conheceu

nenhuma experiência que permitisse conviver com a diferença. Passado o período colonial, seguiu-se o Partido Único, que também era a 'voz única'. Nem os jornalistas, nem os políticos, nem qualquer outra classe estariam mais ou melhor preparados para viver o ambiente democrático.

Os políticos nunca trabalharam no sentido de emancipar o sector mediático para que o país tivesse jornalistas isentos e informação independente. Prova disso é que nunca se empenharam efectivamente na formação dos profissionais e não criaram qualquer tipo de programa que permitisse elevar o seu nível cultural, intelectual e académico. “Em termos de recursos humanos, o sector audiovisual tem muito que se queixar. Não seria de todo surpreendente situar, em termos de formação superior, técnico-profissional e especializada, o sector do audiovisual na cauda nacional de quadros profissionais. Data da década 80 os primeiros formandos nessa área” (Nelson Herbert, Entrevista: 12.6.2008). No entanto, o problema não bate apenas sobre o sector audiovisual. Toda a imprensa cabo-verdiana padece do mesmo mal. Nelson Herbert, ex-director da 'TNCV', foi dos primeiros quadros com formação na área a assumir a direcção da televisão nacional: “face ao 'atabalhoamento' que imperava no sector, facilmente se compreende essa réstia de esperança depositada num alegado salvador do sector” (Entrevista: 12.6.2008). Só por aí, dá para compreender que, durante muito tempo, os órgãos de comunicação social foram laboratórios de formação dos seus próprios profissionais.

Na década de 80, houve apenas alguns quadros formados na área a trabalhar no sector da comunicação social e foi nos anos 90 que começou a chegar um maior número de quadros com formação. Isso deveu-se a uma política de massificação de todos os escalões do ensino, empreendido pelo governo, que ditou o salto decisivo no índice de desenvolvimento humano. Enquanto preparava as condições para criar universidades no país, o governo ampliou a política de bolsas de estudos para a formação no exterior, tendo criado a figura de bolsa-empréstimo, que abriu caminho para que muitas pessoas pertencentes a famílias com poucos recursos económicos pudessem chegar às universidades. Essa política teve grande reflexo na sociedade cabo-verdiana e ajudou a recompor a classe jornalística nacional, mas também veio agudizar um problema: a convivência de gerações de jornalistas.

Durante o Partido Único, os *media* receberam pessoas sem a devida formação, muitas das quais só lá estavam para receber o ordenado. A chegada de quadros formados na área levou o governo a pensar na reestruturação dos órgãos estatais, mas não havia meios para indemnizar aqueles que seriam colocados de fora. Houve jornalistas que ficaram sem indemnização, outros vieram a recebê-la mais tarde e outros ainda, por ordem judicial, foram reintegrados no estado. Isso levou Nelson Herbert a encontrar, na televisão nacional, “a pesada carga do pessoal excedentário, para a qual se recomendava a adopção urgente de uma política de saneamento. Carga excedentária herdada do

estado paternalista monopartidário: o estado como maior empregador, agravado com o recrutamento de mais pessoal, com o advento da democracia” (Entrevista: 12.6.2008).

Com a chegada de alguns quadros formados no exterior, começaram a surgir problemas de convivência entre as gerações (adultos mais experientes e jovens formados). Adelina Brito reaviva a memória: “foi um ponto de muita discórdia nos anos 90, em Cabo Verde: jornalistas formados, jornalistas não formados. Isto criou muita confusão, na altura, porque os jornalistas que vinham das universidades não tinham a capacidade prática, técnica, para assegurarem uma emissão ou um jornal. Eram os jornalistas de tarimba (como dizem) que aguentavam tudo aquilo” (Entrevista: 21.4.2008). Ainda hoje – para Rosana Almeida, *pivot* da televisão estatal – os jornalistas da televisão nacional estão divididos porque há pessoas sem formação que só ganham o que ganham estando ali: “se se fizer uma reestruturação, vai-se querer pessoas com qualificação para entrar para os órgãos. Vai lá na televisão e tenta pedir o estatuto e o nível académico dos jornalistas da ‘TCV’. Assim vai compreender porque é que a classe não se une. Temos uma classe dividida” (Entrevista: 3.11.2008).

A formação superior pode não dar aos aspirantes a jornalista toda a bagagem necessária. Na componente da técnica, muitas universidades que dão cursos na área de Ciências da Comunicação têm falhas que terão que ser dirimidas com a prática. Neste sentido, Marco Rocha considera a questão dos recursos humanos um grande problema para o jornalismo cabo-verdiano, por duas ordens de razão: primeiro, porque há uma carência de formação permanente, que sirva para a reciclagem dos conhecimentos; segundo, porque os órgãos de comunicação social recebem jornalistas que saem das universidades, assumindo o seu primeiro emprego em Cabo Verde, sem se confrontarem com outras formas de fazer ou de olhar para a profissão (Entrevista: 18.6.2008). Nem todos têm a mesma opinião sobre a questão da formação dos jornalistas em Cabo Verde. Isabel Silva Costa, delegada da ‘RTP África’ nas ilhas, comparando Portugal e Cabo Verde, afirma que, com os recursos humanos existentes, “a base de partida é a mesma” (Entrevista: 25.4.2008). Porém, o problema dos recursos humanos não é o único défice que se pode apontar ao sector da comunicação social. A disponibilidade material dos órgãos é fraca e muitos deles chegam a passar por constrangimentos diversos. A ‘Rádio Comercial’ é um exemplo flagrante dessa situação: “vivíamos um bocado dos anúncios de missas, sufrágios, falecimentos. Hoje, se dermos uma missa ou duas por mês, é muito. Não é possível. Este projecto, se vier a fechar, fica-se apenas com rádios de confissões religiosas, uma rádio do estado, as rádios comunitárias e uma agência de publicidade que é a ‘Praia FM’” (Carlos Gonçalves, Entrevista: 24.4.2008). O director da ‘Rádio Comercial’ afirma ainda que a estação só está a funcionar por ‘milagre’. No entanto, mais do que a obra do espírito santo, a sua vontade também tem contribuído

muito para que a estação não feche as portas, até porque, como disse, a empresa proprietária da rádio devia-lhe, em Abril de 2008, um ano e três meses de salário. Neste sentido, entende que a 'Rádio Comercial' é estrangulada pelo sistema. "Não temos investimentos e a própria situação do mercado leva a que tenhamos essa convicção" (Carlos Gonçalves, Entrevista: 24.4.2008).

De qualquer forma, não são só os *media* privados que debatem com a escassez de recursos materiais. Conceição Queiroz lembra que, quando chegou à Ilha do Sal, em 2004, não tinha um único monitor para visualizar as imagens, o que lhe dificultaria a escrita para a televisão (Entrevista: 17.6.2008). Escrevia o seu texto e o trabalho de edição era feito na Cidade da Praia. A jornalista aponta ainda muitas pequenas falhas que, em televisão, fazem diferença: os microfones falhavam com frequência, muitas vezes a bateria descarregava a meio da entrevista, o tripé não se aguentava fixo. Queixa ainda da falta de um arquivo audiovisual e lembra que iam filmando por cima daquilo que já tinha sido filmado, trinta ou quarenta vezes, se fosse preciso, até que a cassete se estoirasse. "Por enquanto temos uma situação em que temos três câmaras, baterias que não carregam, microfones que às vezes não funcionam e coisas do género. De modo que quando há 15 ou 16 chamadas de reportagem numa única tarde e só se tem três câmaras, é claro que não se consegue satisfazer toda a gente. Portanto, quem fica de fora grita" (Arnaldo Andrade, A Semana: 6.6.2003).

O problema de falta de meios materiais percorre toda a existência da televisão cabo-verdiana, sendo que a estação nunca chegou a um patamar razoável de cumprimento dos seus objectivos. Nos dias 14 e 15 de Outubro de 1999, os profissionais da televisão nacional empreenderam uma paralisação das emissões da estação pública, justificando-a com o facto de considerarem as condições de trabalho degradantes. Outras justificações avançadas tinham a ver com a falta de respeito e consideração por parte do então Presidente do Conselho da Administração da RTC para com os trabalhadores, bem como o não cumprimento do acordo assinado dois anos antes entre os jornalistas e a administração da empresa. Filomena Vera Cruz, realizadora da televisão nacional, afirmou que um dos motivos da indignação era o facto do departamento de informação da televisão nacional contar apenas com duas câmaras de vídeo, havendo uma terceira que estaria à disposição do departamento de programação. Por outro lado, havia o estúdio 2, que tinha três câmaras, mas sem as outras condições para entrar em funcionamento, razão pela qual se instalou um braço de ferro entre os jornalistas e o Conselho da Administração (Horizonte: 14.10.1999).

Como se sabe, a televisão é um meio bastante caro. Fazer uma boa reportagem custa dinheiro, tempo e outros custos adicionais. Por estas razões, a televisão cabo-verdiana fica pelo 'já sabido', uma vez que pouco mais faz do que dar procedência à cobertura da agenda política. Nelson Herbert, antigo

director da estação, considera que houve uma fraca evolução dos *media* em Cabo Verde e que, no sector da televisão, “mais de 90% da programação era preenchido por enlatados, alguns emitidos numa clara e flagrante violação das normas legais e convencionais na matéria. No que tange à informação, quicá o naco maior dessa alegada produção nacional, a cobertura do país limitava-se diariamente à capital cabo-verdiana e à Ilha de São Vicente, através de uma equipa de reportagem permanente, cujos *feeds* jornalísticos estavam condicionados à escala dos aviões dos TACV” (Entrevista: 12.6.2008). As poucas câmaras de filmagem de que a empresa se dispõe não conseguem dar resposta a tanta solicitação institucional e de serviço público. A solução para o caso pode ser a criação de produtoras independentes que aliviem a televisão nacional do peso institucional, o que já começou a fazer-se sentir com o aparecimento da Agência Cabo-verdiana de Imagens e a produtora Tusca Lima. Se os programas institucionais forem produzidos por empresas privadas, caberá à televisão nacional a produção dos conteúdos próprios e gestão da emissão, libertando-se da carga institucional. Isso permitiria que ela desse um salto qualitativo, até porque “a nossa televisão merece e precisa de dar um passo à frente. Basta ver o número de trabalhadores que tem e as horas de emissão que cumpre” (Alexandre Semedo, Entrevista: 23.4.2008).

Em Março de 1999, na comemoração do 15º Aniversário da televisão nacional, António Jorge Delgado, então Ministro da Cultura e da Comunicação Social, manifestou a necessidade de criar uma televisão “que traga qualidade de vida aos cidadãos” (Horizonte: 18.3.1999). Essa qualidade passava essencialmente por produção de programas relacionados com a saúde e diversas outras temáticas que interessam os cidadãos. Passados dez anos, essa qualidade não chegou a ser alcançada, havendo mesmo quem considere que a qualidade da estação pública sofreu uma inflexão negativa, se for comparada com outros tempos, o que difere da trajectória em termos da liberdade de imprensa.

A liberdade de imprensa, como foi assumido pelo estatal ‘Horizonte’ em 2002, não se esgota na edificação de uma estrutura legislativa para a comunicação social, estando também dependente de um conjunto de situações das quais depende o exercício da liberdade de imprensa porque o influencia. “Uma das situações que mais emperram a plena liberdade de imprensa é a falta da autonomia financeira dos órgãos de informação, bem como a escassez de meios, resultando na ausência de investimento, tanto técnicos como humanos” (Horizonte: 3.5.2002). Desta forma, os recursos humanos e financeiros são extremamente importantes para a consolidação do direito à liberdade de imprensa. A falta dessas condições pode dificultar a implementação de um ambiente de liberdade no qual o jornalista pode desenvolver as suas actividades profissionais. Na falta de um mercado com liquidez no sector da publicidade, os partidos políticos ganham protagonismo na economia dos *media*.

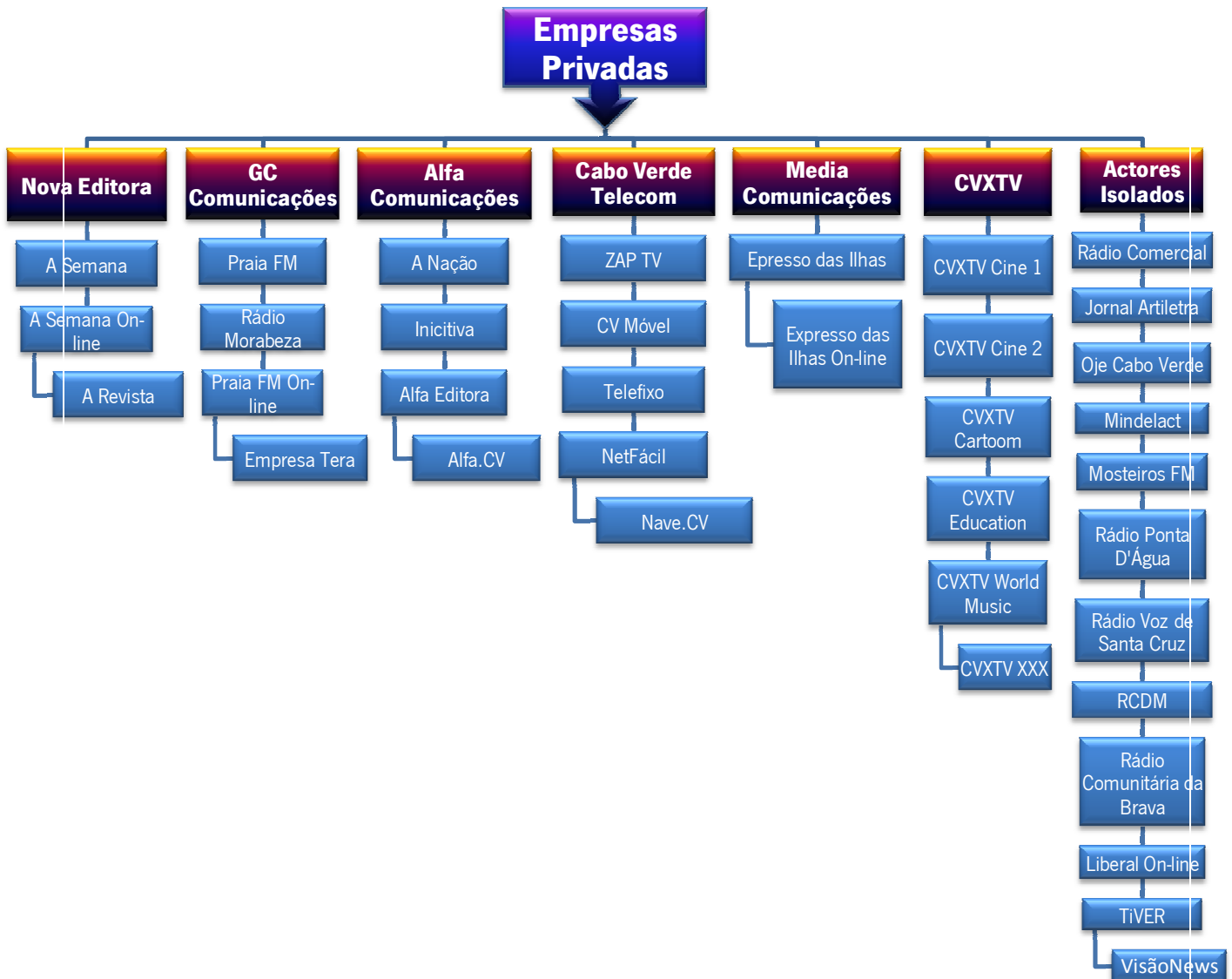




**2.1. Apoios do Estado, imprensa privada e Liberdade de Imprensa**

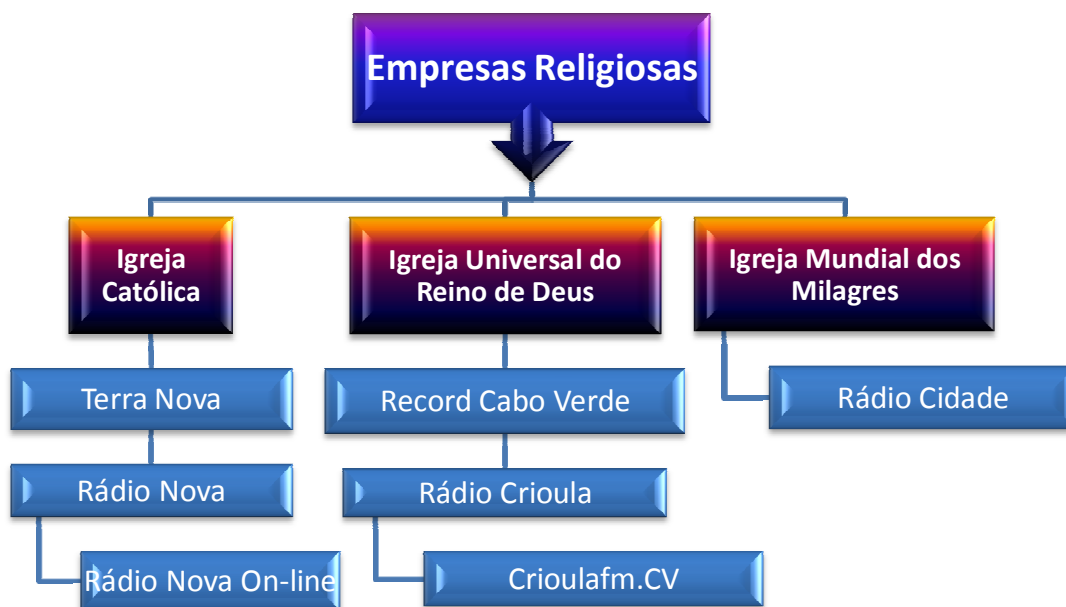
Depois da abertura política, surgiram iniciativas privadas no sector mediático que contribuíram para o nascimento de órgãos que debatem assuntos de interesse nacional. O gráfico n.º 15 dá-nos uma ideia abrangente do panorama da imprensa privada cabo-verdiana.

Gráfico n.º 15: Organigrama das empresas mediáticas privadas



Para além das empresas privadas acima representadas, existem também empresas que estão sob a alçada de pelo menos três igrejas que operam na sociedade cabo-verdiana. A primeira delas é a Igreja Católica que entrou no campo da comunicação social meses antes da independência nacional, fundando o jornal 'Terra Nova'. Na década de 80, a Igreja Católica mostrou interesse em fundar uma estação radiofónica, mas não teve consentimento do governo de então. Só em 1992, com a mudança de regime, criou a 'Rádio Nova'. Mais recentemente, a Igreja Universal do Reino de Deus, que antes comprava espaço de emissão à 'Rádio Comercial', concretizou, em 2004, a sua presença efectiva na comunicação social, criando a 'Rádio Crioula'. Superando todas as outras congregações religiosas no sector mediático, a Igreja Universal do Reino de Deus, participada da 'Rede Record', criou, em 2008, a 'Record Cabo Verde', passando a operar também uma estação televisiva. Com menos história e recursos, a Igreja Mundial dos Milagres, que nasceu pelas mãos de um antigo pastor da Igreja Universal do Reino de Deus com a qual entrou em confronto, é a que tem menos activos no sector mediático. Por agora, controla apenas uma estação radiofónica (a 'Rádio Cidade') e, ao contrário das outras congregações religiosas, não tem nenhum *site* na Internet.

Gráfico n.º 16: Organigrama das congregações religiosas com participação no sector mediático.



A comunicação social privada é uma peça fundamental no xadrez da luta pela afirmação do direito à liberdade de imprensa, embora a relação não seja de causa-efeito. Por isso, Balle (1987) defendeu que a luta contra o poder instituído encontrou resposta no mercado de livre circulação de ideias. No entanto, o mercado só deu uma parte da resposta necessária, uma vez que encerra um conjunto de

interesses que, quando entram em jogo, a liberdade de imprensa pode ser prejudicada. Todos os governos cabo-verdianos da IIª República consideraram a imprensa como elemento fundamental da democracia. Reconhecendo que a existência da imprensa privada é fundamental para a garantia do pluralismo e da concorrência das opiniões na sociedade, o governo de Carlos Veiga avançou com a revisão da Lei de Imprensa, no sentido de permitir que os privados pudessem entrar no domínio radiofónico e no mercado da televisão, com vista a aprofundar as garantias fundamentais do exercício do direito à liberdade de imprensa. O discurso continuava na mesma direcção: aprofundamento das garantias fundamentais do direito à liberdade de imprensa; reestruturação da comunicação social do estado e revisão do edifício legislativo, no sentido de proporcionar um mercado apetecível para os privados. Fora do plano discursivo, a posição do governo era hostilizante para com os privados, pelo que “poucos dias após o discurso do Primeiro-Ministro, a ‘RNCV’ afirmava a intenção do governo de proibir que a publicidade das empresas públicas fosse feita em órgãos privados” (Ferreira, 2002: 111). A medida visava hostilizar os jornais privados (entre eles, ‘A Semana’ e, sobretudo, ‘Notícias’), que tinham uma posição crítica em relação ao governo. António Maurício dos Santos, então Secretário do Estado dos Transportes e Comunicações, alegou que aquela política do governo tinha no horizonte ‘os jornais que estavam a desvirtuar os valores da democracia’. Esta afirmação deixa claro que não se tratava de nenhuma medida de contenção das despesas por parte do estado, mas, antes de mais, um recurso à censura económica para sufocar a imprensa privada. Portanto, tudo contrário à ideologia defendida no programa do governo e nos discursos políticos que apontavam para a valorização do sector privado e aprofundamento do exercício do direito à liberdade. Assim, a medida não deixa de ser “um atentado – aí sim – à liberdade de expressão por usar o poder económico do governo e sufocar um jornal, levando-o ao encerramento. Não há dúvidas nesse sentido. O jornal ‘Notícias’ ainda tentou lutar mas, sem dinheiro, não conseguiu” (Eduíno Santos, Entrevista: 15.10.2008).

A política de asfixiamento económico da imprensa privada parece ter alcançado parte dos seus objectivos. Sendo uma das publicações que mais apoquentava o governo de Carlos Veiga, a partir do Mindelo, o jornal ‘Notícias’ acabou por fechar as portas no final de Março de 1994. O quinzenário marcou uma época importante para o arquipélago, vindo, desde o período precedente à abertura política, acompanhando o processo de transição e operando alguns anos durante a IIª República. Foram seis anos de intenso labor, sendo os últimos quatro mais conturbados, uma vez que, com o afastamento do PAICV para a oposição, o ‘Notícias’ começou a ser conotado com aquele partido.

Não havendo, na altura, privados em São Vicente, o jornal assentava a sua autonomia na publicidade das empresas estatais. Desta forma, para garantir a sua sustentabilidade, a empresa incorporou no seu

capital social um conjunto de empresas públicas como Electra, Enacol, Enapor, Banco de Cabo Verde e NV, antiga InterBase. Com essa composição, conseguiria garantir um pacote de publicidade permanente porque tinha contrato que permitia garantir o seu sustento. “Como não conseguiram silenciar o jornal, há o Maurício Santos, irmão do presidente do MpD, Jorge Santos, que inventou isto. O processo de encerramento do jornal ‘Notícias’ foi mais complexo, mas tem a ver com isso. Tem a ver com essa medida. Estávamos em 1994. Foram os excessos” (Entrevista: 15.10.2008).

Resignados mas não convencidos, os promotores do ‘Notícias’ decidiram publicar o último número a 24 de Março de 1994, sugerindo que se tratava de um momento aguardado por muitos actores da arena política dos anos 90. No texto final, assume-se claramente que factores de ordem financeira ditaram o fim do jornal, porque “o ‘Notícias’ criou inimigos perigosos. Pessoas com faca e queijo na mão, prontas para fazer uso da sua influência. Uma delas consistiu na proibição das empresas estatais de fazerem publicidade nas nossas páginas. Esta foi das medidas que, a médio prazo, mais contribuíram para sufocar a débil situação económica deste jornal mindelense” (Notícias: 24.3.1994). Essa situação vai ao encontro da possibilidade admitida por Bartolomeu Varela, membro do Conselho de Comunicação Social, de haver ‘represálias’ em relação a alguns órgãos de comunicação social (Entrevista: 6.1.2009). Se, por um lado, o governo se viu livre do ‘Notícias’ em 1994, no mesmo ano teve que conviver com um novo jornal, viabilizado por um grupo de antigos militantes do então partido no poder, acabando por abandoná-lo num contexto de dissidência. Assim, o jornal ‘Correio 15’ nasceu em Maio de 1994 ligado aos elementos dissidentes do MpD que foram criar o PCD.

O discurso e as acções dos políticos que tinham tutela da comunicação social, durante a década de 90, entravam, constantemente, em contradição. Se, por um lado, o governo decretou que as empresas públicas não podiam colocar publicidade nos jornais privados, dificultando-lhes a sobrevivência, em Junho de 1997, José António dos Reis, então Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, anunciou um pacote legislativo que regulamentaria a atribuição de incentivos do estado à imprensa privada. Com esta medida, considerou-se que a imprensa privada iria desempenhar, da melhor forma, o seu papel, uma vez que havia o entendimento de que ela era essencial para a consolidação da democracia, estimulando o desenvolvimento e criando condições para uma informação plural (Novo Jornal de Cabo Verde: 25.6.1997). No entanto, o jornal ‘A Semana’, de tanto esperar pelos apoios, começou a criticar o governo. O discurso em relação ao fortalecimento da imprensa privada começou a cair em descrédito por causa da inacção. Muito daquilo que o governo prometia não era cumprido e, por isso, os jornalistas em geral já não mostravam confiança no projecto de aprofundamento da democracia através do pluralismo nos *media*.

Embora tarde, a política de incentivo à imprensa privada foi implementada e é considerada um importante instrumento para a sobrevivência dos meios. Alexandre Semedo defende que os privados devem reger-se por critérios claros, operando numa situação de transparência e definindo as balizas de maneira a serem contemplados com esse instrumento de apoio ao desenvolvimento do sector (Entrevista: 23.4.2008). De facto, quando o estado colabora no financiamento dos órgãos de comunicação social, através do erário público, deve exigir que o interesse público seja acautelado. Não faz sentido o estado estar a financiar jornais que só dão voz aos partidos, porque a imprensa partidária deve ser financiada pelos próprios partidos. É necessário separar as águas nesta matéria. Entretanto, Daniel Medina defende que o apoio do estado à imprensa privada deveria ser ampliado porque, tendo em conta a dimensão do mercado, os órgãos necessitam de subsídio (Entrevista: 22.4.2008).

Os responsáveis pelos órgãos de comunicação social impressos estão de acordo em dois pontos: em primeiro lugar, defendem a necessidade de manter os apoios à imprensa privada; em segundo lugar, consideram que esses apoios são insuficientes. É, por exemplo, o caso de Apolinário Neves, ex-proprietário do extinto 'Jornal de Cabo Verde', que considera o subsídio do estado algo 'incipiente' (Entrevista: 26.4.2008). Tendo em conta a descontinuidade territorial, o problema das empresas de jornais agrava-se quando se põe a questão da distribuição. Ela é feita por avião, porque os barcos chegariam atrasados em relação ao *timing* que a fugacidade dos produtos noticiosos exige, pelo que constitui um peso para as empresas mediáticas. Por isso, Apolinário Neves entende que, em Cabo Verde, o jornal não é um bom negócio: "só razões 'maníacas' é que nos levam a investir nesta área. Ou por razões políticas, ou por razões empresariais ou por razões de interesses pessoais" (Entrevista: 26.4.2008). Apesar de o mercado da publicidade ter crescido e de a estrutura actual de comunicação social não se comparar à da Iª República, nenhum órgão de comunicação social, em Cabo Verde, é auto-sustentável (Arnaldo Andrade, Entrevista: 18.6.2008).

Cada entrevistado aponta uma dificuldade ao sector da imprensa escrita. Não se recusando mutuamente, esses factores que dificultam o fortalecimento do sector acabam por funcionar num esquema de complementaridade, evidenciando a verdadeira dimensão do problema. Se alguns destacam a distribuição como um dos grandes problemas, outros, como João do Rosário, director do 'Expresso das Ilhas', apontam o peso que a impressão representa para economia dos *media*. Tudo isso acaba por dificultar o fortalecimento do espaço da liberdade, empurrando os órgãos de comunicação para os partidos políticos já que, na falta de um capital financeiro, as empresas mediáticas encaram o capital ideológico como último reduto da sua salvação. A falta de liquidez no mercado e a fraca *core competence* de gestão dificultam a autonomia dos *media* e a sua conseqüente liberdade de acção.

## **2.2. Mercado das Notícias: insustentabilidade financeira dos *media* e capital ideológico**

O mercado cabo-verdiano é exíguo, não sendo interessante para grupos internacionais. Por isso, grande parte do capital das empresas de comunicação social é nacional, registando-se casos isolados de presença estrangeira, como 'Rede Record' em Cabo Verde e 50% do capital da 'TIVER' nas mãos de um empresário português. Na TV por cabo, temos a presença portuguesa (PT) na Cabo Verde Telecom, que tem a 'ZAP TV', e o capital chinês na 'CVXTV'. De resto, não há outras conexões económicas entre as empresas mediáticas nacionais e estrangeiras. Na altura do concurso público para televisões privadas, a 'SIC' solicitou informações sobre a matéria, mas depois desinteressou-se do negócio.

O mercado cabo-verdiano conta actualmente com três semanários e não há nenhum diário. Neste particular, as opiniões dividem-se: uns acham que é possível comercializar um jornal diário em Cabo Verde, enquanto outros não acreditam que seja viável. Para Alexandre Semedo, é possível operar um diário em Cabo Verde (Entrevista: 23.4.2008). O jornalista lembra a sua experiência como chefe de redacção do 'Horizonte', quando o governo determinou que saísse cinco vezes por semana. O projecto poderia ter bons resultados, na análise de Alexandre Semedo, se a ganância política não abortasse as suas reais possibilidades de progressão. Na altura, pouco tempo antes das eleições, o jornal do estado começara a sair cinco vezes por semana. Tratava-se de uma das medidas adoptadas por um grupo de brasileiros deslocados a Cabo Verde para tratar a imagem do governo, num processo de nítida promiscuidade, em que o estatal, o governamental e o partidário se confunde. O embate eleitoral passava por uma estratégia na comunicação social pública, sendo que os brasileiros passaram a estar presentes em todos os órgãos do estado, dando directivas, ordens e interferindo directamente nos conteúdos. Por isso, Alexandre Semedo defende que, se a decisão de transformar o 'Horizonte' num 'quase-diário' não tivesse, por trás, uma motivação política, poderia produzir bons resultados.

Para além das questões económicas, a falta de meios técnicos dificulta a implementação de um jornal diário em Cabo Verde. O parque gráfico é um problema que tem efeitos directos nessa matéria. A nível da gráfica, Cabo Verde precisa de crescer bastante, já que os operadores que existem debatem-se com grandes dificuldades, fazendo um esforço enorme para cumprir os prazos. Reconhecendo que a questão da impressão é o grande *handicap* da imprensa cabo-verdiana, Alexandre Semedo mostra-se esperançoso com a instalação, na primeira metade de 2008, de uma nova gráfica na Cidade da Praia, pondo à disposição das empresas jornalísticas equipamentos modernos (Entrevista: 23.4.2008). Daniel Medina, ex-director do extinto 'Jornal de Cabo Verde', aponta para a mesma direcção, considerando que um diário é possível (Entrevista: 22.4.2008). No entanto, José Vicente Lopes, chefe de redacção do 'A

Semana', entende que poderia haver um estrangulamento nos transportes por causa da condição arquipelágica do país (Entrevista: 25.4.2008). O jornalista recorda as dificuldades do jornal que dirige para estar, no mesmo dia, em todas as ilhas povoadas, acrescentando que a não existência de um diário é uma questão marginal, porque os jornais *on-line* acabam por preencher esse vazio.

Qualquer empresário que decidir apostar no segmento dos diários em Cabo Verde dificilmente vai obter ganhos económicos. O mercado não consegue responder à dinâmica de uma empresa proprietária de um diário e isso faz-se sentir nas próprias empresas que têm a tutela dos semanários. Todas elas são privadas, contam com o subsídio do estado, mas nenhuma é auto-sustentável. “Durante a 1ª República, a situação era completamente diferente da actual. Há uma mudança de estrutura, mas, mesmo assim, nenhum órgão é auto-sustentável” (Arnaldo Andrade, Entrevista: 17.7.2008). Também Carvalho Santos, director da ‘Inforpress’, tem o mesmo entendimento, assegurando que “os jornais em Cabo Verde dificilmente são rentáveis” (Entrevista: 23.4.2008), reforçando a posição de Apolinário Neves para quem não é a viabilidade económica que leva a que se aposte nos jornais (Entrevista: 26.4.2008).

Para José Luís Livramento, antigo governante, a imprensa é vítima de ‘armadilha do mercado cabo-verdiano’: “o reduzido mercado e o fraco rendimento *per capita* vão originar um mercado de pouca atractividade, isto é, de baixo valor. A dimensão da oferta que isso engendra vai impossibilitar economias de escala com reflexo nos preços unitários resultantes na incapacidade em se atingir um ponto óptimo de produção. À necessidade de capital intensivo para investimentos em certas áreas como o audiovisual, acompanhada pelos riscos elevados, limita as iniciativas que tendem, com isso, a perpetuar o *status quo*, isto é, a fraqueza do sector” (Expresso das Ilhas: 11.5.2005).

A análise do mercado da comunicação social feita pelo supracitado denuncia uma debilidade do sistema que resulta da combinação da fraqueza do mercado com o baixo *core competence* de gestão, que têm reflexos no uso do *marketing* estratégico, tornando incipientes outras formas de financiamento como os recursos da publicidade. Desta forma, deparamo-nos com um mercado com fraca circulação do capital, em que a publicidade não consegue financiar as empresas, com falta de fluência na liquidez, fazendo com que algumas empresas entrem em insolvência. Prova disso é o aparecimento e desaparecimento de muitos órgãos de comunicação social, desde 1991 a 2009, que não conseguiram dar resposta à ‘aridez’ do mercado cabo-verdiano. José Luís Livramento enumera os principais problemas que assolam a imprensa nacional: a) pobreza do leque de escolhas, seja na imprensa escrita, electrónica, radiodifusão, audiovisual ou nos conteúdos, com destaque para a inexistência de um diário nacional e pela existência de um único canal de televisão generalista (esta última questão foi ultrapassada com o licenciamento de novas estações); b) forte dependência da comunicação social do

estado; c) fraqueza das empresas privadas do sector que têm de contar tostões para pagar salários ou outros compromissos, por exemplo, com as gráficas (Expresso das Ilhas: 11.5.2005).

Tudo isso torna importante a presença do estado no sector, quanto mais não seja para fazer escola e criar referências. No entanto, exceptuando-se o caso da rádio nacional, o estado está longe de cumprir com as suas obrigações no sector dos *media*, tendo em vista as necessidades de um país democrático. Há dois problemas que concorrem, quanto a nós, em igual proporção em termos de valores, na determinação do tipo de mercado que há em Cabo Verde: o hábito de leitura e as condições económicas das famílias. Esses dois factores, sem dúvida alguma, determinam a estrutura do mercado de comunicação social, sendo também que há outros condicionantes que jogam papéis catalisadores. Contrariando a nossa interpretação, Apolinário Neves entende que o problema da falta de hábito de leitura não se coloca, até porque, segundo argumenta, o cabo-verdiano ‘mastiga’ o jornal, lendo-o de ponta a ponta: “não há densidade populacional que justifique a feitura de um jornal (nem um semanário, sequer), como não há densidade empresarial também que suporte as despesas de um jornal. Portanto, um jornal para ser viável teria que ter um consumo mínimo de 20 mil exemplares” (Entrevista: 26.4.2008). Conceptualizando a fraca densidade populacional como a inexistência de cidadãos com capacidade financeira para adquirir os periódicos que concorrem com necessidades primárias como o pão e o leite, o supracitado sugere que não existe mercado para um tipo de indústria cultural em que os cidadãos pagam, com dinheiro, o produto que consomem. Caso diferente seria a indústria televisiva em que a capitalização da audiência, esta transformada num produto que é vendido aos anunciantes, pagaria os conteúdos e a sua emissão. Neste caso estamos a falar dum segmento daquilo a que Campos (2007) chamaria ‘indústria da atenção’, no âmbito da qual os consumidores dispõem sobretudo o seu tempo. O domínio dos jornais é um outro segmento da ‘indústria da atenção’, mas neste âmbito os consumidores dispenderiam tempo e dinheiro. Ora, a questão que se põe no que diz respeito ao mercado mediático cabo-verdiano tem, sobretudo, a ver com a parte financeira. Entretanto, Daniel Medina não acredita que o poder económico das famílias seja o principal entrave à indústria dos jornais, dado que regista um comportamento dos cidadãos cabo-verdianos que aponta sobretudo para a falta de hábito e de interesse pela leitura e pelos produtos culturais: “nós vemos várias pessoas a saírem do ISE e de outras instituições e empresas, entram nos bares e tomam duas ou três cervejas, que é o triplo do que se paga por um jornal, mas não tiram 100 escudos, não abdicam de uma cerveja, para comprar um jornal” (Entrevista: 22.4.2008).

É assente que Cabo Verde não tem um mercado de leitores que permita as empresas jornalísticas viverem com desafogo financeiro. Existem, sim, ‘potenciais leitores’, no sentido de haver alguém com



vontade de ler, muitas vezes, sem condições para adquirir continuamente os produtos culturais. Por outro lado, a falta de gosto pela leitura é, na verdade, um outro problema, porque contribui para a degradação das condições económicas das empresas. “As pessoas não lêem. Livros, também não. Jornais, não. Muito poucas pessoas lêem” (Ondina Ferreira, Entrevista: 7.1.2009).

O mercado cabo-verdiano é muito exíguo e, como diz Alexandre Semedo, para se mergulhar nesse mercado, é preciso ter alguma criatividade e muito interesse. A exiguidade do mercado não se cinge ao sector dos jornais, mas a televisão também enfrenta problemas semelhantes. Para mais, o governo aprovou quatro dos seis projectos apresentados a concurso. Dos quatro projectos, dois entraram em funcionamento um ano após ao seu licenciamento.

O mercado não tem capacidade para aguentar com cinco canais televisivos, a contar já com a estação pública, o que poderá empurrar os projectos para os partidos ou empresas com capacidade de os financiar e com fluência de liquidez. “Não acredito que essas televisões possam sobreviver, a não ser que tenham uma *mano invisible*, como está a acontecer com alguns. A ‘Rádio Nova’ tem uma *mano invisible*, que é o subsídio atribuído pela Igreja Católica. A ‘Rádio Crioula’ pertence ao grupo da ‘Record’ e tem a *mano invisible* da Igreja Universal do Reino de Deus. Se o dinheiro não vier de um lado, vem doutro” (Carlos Gonçalves, Entrevista: 24.4.2008). Opinião contrária tem Giordano Custódio, director da ‘Praia FM’: “quatro televisões para o mercado são demais quando todas elas souberem fazer. Enquanto há gente que continua sem saber fazer, é a mesma coisa que nada” (Entrevista: 5.11.2008). Tendo em conta que a televisão exige avultado compromisso financeiro, Eugénio Martins, Director-Geral da Comunicação Social, realça que a única das novas empresas televisivas que poderá sobreviver é a Record Cabo Verde, S.A. por ser subsidiária da brasileira ‘Rede Record’ (Entrevista: 27.10.2008).

Sendo Cabo Verde um país com carências materiais diversas, a maior fatia do Orçamento Geral do Estado é direccionado para as áreas consideradas prioritárias e a imprensa é sistematicamente secundarizada na repartição das finanças públicas e dos investimentos estatais. A socioeconomia dos *media* cabo-verdianos não é muito favorável ao aprofundamento da liberdade de imprensa, levando os jornais privados a encarnarem o combate que se trava entre as principais forças políticas do país.

### **2.3. O papel da imprensa privada na ‘guerra ideológica’**

Em Balle (1987), a liberdade de imprensa é apresentada como fruto da vitória dos mercadores sobre os mandarins, o que quer dizer que, a partir do momento em que a imprensa deixa de ser controlada pelos governos para ser controlada pelo poder económico, a liberdade de imprensa torna-se mais

ampla. Esta perspectiva oferece-nos possibilidades para levantar um conjunto de questões, uma vez que a entrega do sector dos *media* aos privados pode promover outros debates e criar outras dependências. O poder económico também está associado a determinados interesses que, muitas vezes, acabam por sacrificar o jornalismo de serviço público. No entanto, não há dúvidas de que a entrada dos privados no sector contribuiu para uma maior democratização do espaço público mediatizado, na medida em que mais pessoas passarão a ter acesso aos *media*, havendo melhores condições para o contraditório. Neste sentido, o papel e o impulso da imprensa privada são inegáveis.

A história provou que o domínio da imprensa pelo estado provoca situações em que as autoridades podem controlar as agendas mediáticas e os próprios debates na esfera pública. Nos regimes absolutistas, a situação era flagrante. Duverger (1976) já dizia que o poder é, por natureza, corrupto e, havendo um poder absoluto, corrompe absolutamente a sociedade. Em Portugal, como em muitas outras ditaduras, durante o Estado Novo o lápis azul cortava tudo que não agradava o regime. O caso de Cabo Verde não foi diferente daquilo que foi a tendência no panorama internacional. Os *media* do estado foram muito controlados. Durante o período colonial, a imprensa oficiosa foi a principal voz do regime. Com a independência, a situação continuou inalterada. Passou-se de uma ditadura para um regime de índole ditatorial, com o mesmo empenho em controlar a actividade da comunicação social. Embora fosse caracterizado – constitucionalmente – como democrático, os valores da democracia ainda não estavam dissolvidos na arena das práticas políticas. Esse cenário veio influenciar a transição democrática que, segundo Ondina Ferreira, “foi muito ‘violenta’ para os próprios jornalistas. E eles também agressivos porque não entenderam o que é viver em liberdade” (Entrevista: 7.1.2009).

A separação da Guiné e Cabo Verde não foi suficiente para o cultivo efectivo dos princípios democráticos para nenhuma das partes. Na década de 80, o regime vigente em Cabo Verde entrou em ‘falência espiritual’. A imprensa não era mais do que a voz do sistema. No entanto, a Igreja Católica tentou quebrar essa rigidez, lançando um produto diferente, mesmo antes da independência. O surgimento do ‘Terra Nova’ foi o primeiro passo para contrariar o ‘monopólio público’ da imprensa escrita. Logo, foi um ganho para a população cabo-verdiana que passara a ter outros ângulos de leitura da realidade social. O ‘Terra Nova’ foi um instrumento de comunicação muito importante para o povo cabo-verdiano e a sua importância só começou a diminuir com o aparecimento do jornal ‘A Semana’ que conseguiu impor-se, apesar de todas as críticas em relação à sua tendência PAICVista. O ‘Terra Nova’ tinha tentado impor-se como uma publicação equilibrada, que dá importância aos conteúdos religiosos, não deixando de parte a vida política e social. Constituía um claro incómodo para o regime de Partido Único, mas o facto de, na época, cerca de 95% da população professar a fé católica

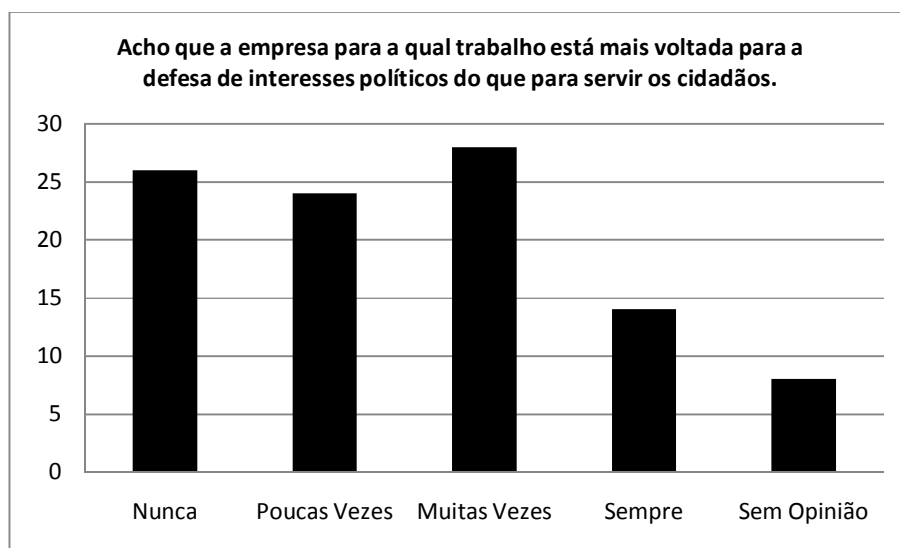
constituía um verdadeiro perigo para o regime contrariar abertamente a Igreja Católica. A situação foi gerida dentro de um clima de uma tensão ténue. Não houve qualquer instrução governamental que ordenasse o encerramento do jornal, embora, a partir de uma certa altura, tenha assumido uma postura de nítida oposição ao regime vigente (Nédélec e Tudesq, 1998).

Com a abertura política, a imprensa privada transformou-se num espaço de contraditório em relação à imprensa estatal. Muito daquilo que era dito nos órgãos públicos era contraditado pelo jornal 'A Semana', que não proporcionava vida fácil ao governo do MpD. Por outro lado, devido à relação hostil deste com a classe jornalística, o semanário público não perdia oportunidades de lhe tecer algumas críticas, embora não fossem tão contundentes quanto as do semanário privado. Surgindo depois da chegada do MpD ao poder, o jornal 'A Semana' liderou os sectores próximos do PAICV. O semanário é um dos órgãos de comunicação social com mais presenças nos tribunais, sobretudo durante os anos 90. As acusações de abuso da liberdade de imprensa e de difamação foram constantes durante a sua primeira década de existência. Quando os artigos em causa não eram assinados, era a própria directora que tinha que responder nos tribunais. "E até ao momento, a Filomena Silva, como directora, tem sido uma das presenças constantes nas salas do tribunal. Na sua opinião, o grande problema reside no facto de não haver independência do poder político, por parte dos tribunais" (Centeno, 1998: 189). Com o regresso do PAICV ao poder, a postura do jornal passou a ser moderada.

O contexto de surgimento do 'Expresso das Ilhas' assemelha-se muito ao do 'A Semana'. Depois do MpD ter passado para a oposição, o 'Expresso das Ilhas' surgiu como uma resposta ao aparecimento do 'A Semana' em 1991. Só que parecia muito mais contundente do que tinha sido 'A Semana' na década anterior. Nestes dois casos, temos a convicção de que o aparecimento dos jornais não tem seguido uma interpretação empresarial do mercado, mas surgem como respostas que os partidos dão aos adversários diante das derrotas políticas. Tendo a consciência de que a própria classe política não facilita a vida aos jornalistas, dificultando a criação de condições para o exercício, em liberdade, da actividade informativa, os políticos, quando perdem as eleições, sabem que o acesso e o tratamento na comunicação social não continua a ser como no período em que estavam a governar. Diante disso, criam as suas próprias estruturas informativas, não só para ter por onde canalizar as suas mensagens, como também para dificultarem o trabalho de quem está no governo. O jornal 'A Semana', o 'A Semana On-line', o 'Expresso das Ilhas', o 'Expresso das Ilhas On-line' e o 'Liberal On-line' têm seguido, um bocado, a estratégia de batalha política através da imprensa, sendo que, quase todos eles, sobretudo os impressos, surgiram como resposta de um partido a um desfecho eleitoral. Ondina Ferreira, ex-ministra, afirma que "a comunicação social, infelizmente, está muito partidarizada.

Digamos que há um espírito de subalternidade a questões partidárias. Desde que o jornalista se situe do lado do partido, é escusado, independentemente de estar na situação ou na oposição. Quando se trata do seu partido se torna incapaz. Veja-se o exemplo do ‘A Semana’ hoje, agora, antes e depois. Dou este exemplo porque se vê jornalistas completamente subalternizados ao PAICV, no caso do ‘A Semana’, nada independentes” (Entrevista: 7.1.2009). No entanto, os inquiridos procuram afastar a ideia de que os órgãos de comunicação social, em geral, estão mais voltados para os partidos do que propriamente para o interesse público, como se pode ver no gráfico n.º 17.

Gráfico n.º 17



Nota-se que 42% dos inquiridos defende que a empresa para a qual trabalha está mais voltada para a defesa dos interesses políticos do que para o interesse público, contra 50% que discorda dessa premissa. Neste caso, há 8% dos que não têm opinião formada. Rosana Almeida, *pivot* da televisão nacional, afirma que quem entra num órgão de comunicação social ou se alinha com os modos de procedimento da redacção ou é imediatamente combatido: “dentro da classe, temos jornalistas do governo e jornalistas da oposição. Esta é a questão que precisa de ser resolvida. Não podemos continuar a ter jornalistas com carteira de partidos, jornalistas partidários. É inadmissível” (Entrevista: 3.11.2008). A supracitada jornalista tem razão, quando levanta a questão de jornalistas que laboram dentro de uma determinada linha partidária. Esta problemática é muito recorrente na sociedade cabo-verdiana e não pende unicamente sobre os jornalistas, mas abrange os próprios órgãos de informação. O caso dos dois mais antigos semanários é de considerar. Mais do que uma batalha política entre o MpD e o PAICV, na arena social cabo-verdiana regista-se uma luta ideológica entre os dois principais semanários do país, que procuram liderar espaços de debates políticos na sociedade cabo-verdiana. Para muitos sectores sociais, são tão-somente um jornal do MpD e outro do PAICV.

## 2.4. O duelo: 'A Semana' vs 'Expresso das Ilhas'

No seu trabalho sobre a transição política e os *media* em Cabo Verde, Ferreira (2002) aborda a questão dos *media* 'tendencialmente de divulgação ideológica' *versus* a imprensa 'tendencialmente noticiosa', realçando que, a dois anos do fim das legislaturas do MpD (1998), toda a imprensa independente do estado, dependia ou estava conotada com organizações políticas ou religiosas. "Não existe um *medium* puramente comercial. Pelo que a selecção da informação poderá não corresponder integralmente aos ditames dos compradores/consumidores. Pelo contrário, poderá reflectir, a par com as preferências dos compradores/consumidores, os posicionamentos do governo, dos partidos ou da igreja, conforme os casos" (Ferreira, 2002: 21-22). Depois de 2001, o duelo estabeleceu-se entre dois jornais privados que defendem duas visões diferentes. O jornal estatal perdeu o protagonismo numa batalha travada principalmente entre o 'A Semana' e o 'Expresso das Ilhas'. Tanto é que, em 2007, entendendo que o 'Horizonte' já não fazia sentido, o governo abriu mão daquela publicação e alienou a presença do estado do sector da imprensa escrita.

Normalmente, o jornal 'A Semana' é conotado com o PAICV e o 'Expresso das Ilhas' é associado ao MpD. No entanto, os responsáveis por essas publicações procuram afastar essa ideia, tentando conformar as ideias sobre os semanários aos ditames de um jornalismo isento. É neste sentido que João do Rosário, director do 'Expresso das Ilhas', afirma que, antes de entrar para o jornal, tinha a percepção de que ele pertencia ao MpD, mas essa ideia desfez-se logo quando começou a dirigi-lo: "o que posso dizer é que o MpD não tem nada a ver com o 'Expresso das Ilhas'. Há uma linha editorial do jornal que é privilegiada. Por isso que eu disse que temos que criticar as coisas que não estão bem com responsabilidade e manter um certo equilíbrio. Desde que estou como director, nunca senti um dedo do MpD aqui neste jornal. Não é o MpD que financia o jornal" (Entrevista: 26.4.2008).

Recusando a ideia de que 'A Semana' esteja próximo do PAICV, José Vicente Lopes, chefe de redacção da publicação, reconhece que, no quadro da bipolarização, os *media* são conotados com um ou outro partido político. "É um facto que o 'A Semana' é conotado com o PAICV; é um facto que o 'Expresso das Ilhas' é conotado com o MpD" (Entrevista: 25.4.2005). Porém, recusa assumir essas conotações.

Apesar de os responsáveis, directa ou indirectamente, recusarem a ideia de que os semanários são próximos dos dois maiores partidos, a verdade é que as circunstâncias em que surgiram e a posição que cada um tomou depois do seu aparecimento, em relação às questões centrais da política nacional, tendem a denotar essa relação de convivência. Num trabalho dos jornalistas Anatólio Lima ('TCV'), Hulda Moreira ('RTP-África') e Alexandre Semedo ('A Nação'), salienta-se que "estes dois jornais são

conotados com os dois principais partidos políticos cabo-verdianos: o PAICV (no poder) e o MpD (o maior partido da oposição, e que foi poder entre 1991 a 2001)” (2005: 3). Apolinário Neves ainda é mais categórico, quando afirma que “o jornal ‘A Semana’, enquanto um órgão que trabalha para defender o PAICV, está a fazer um excelente trabalho. Acho que o ‘Expresso’ faz um excelente trabalho nessa perspectiva” (Entrevista: 26.4.2008). Não é de se esquecer que ajudou a fundar este último.

O jornal ‘A Semana’ surgiu, em 1991, numa altura em que o PAICV tinha perdido as eleições e, por conseguinte, a voz na comunicação social. Da mesma forma que, assim que o MpD perdeu as eleições legislativas, em 2001, se prontificou a criação do ‘Expresso das Ilhas’. Desta forma, Apolinário Neves entende o surgimento dessas publicações como um mecanismo para denunciar factos que não tinham espaço na comunicação social estatal, deixando subentendida a ideia da governamentalização dos órgãos do estado. De uma forma contundente, alerta que “o PAICV não criou o ‘A Semana’ porque é um bom negócio. O MpD não criou o ‘Expresso das Ilhas’ porque dá dinheiro. Portanto, foi a necessidade que obrigou os partidos, quando foram para a oposição, a criar órgãos de comunicação social para continuarem a ter voz” (Apolinário Neves, Entrevista: 26.4.2008). As palavras de Apolinário Neves poderiam ter menos carga simbólica, não fosse ele o primeiro director do ‘Expresso das Ilhas’, tendo desempenhado um papel importante na sua fundação. O entrevistado chega mesmo a enaltecer os resultados políticos que afirma ter conseguido quando dirigia o ‘Expresso das Ilhas’, considerando que foi aquele semanário que assegurou as vitórias do MpD nas autárquicas de 2004 e não o partido.

Como se torna claro, a ideia de que os jornais estão próximos dos dois maiores partidos políticos não é compartilhada unicamente pelos cidadãos comuns. Os jornalistas têm essa percepção e os próprios políticos, ultimamente, têm usado estes argumentos para atacar os jornais que consideram adversários. Os dirigentes do MpD não se cansam de associar ‘A Semana’ ao PAICV. No entanto, o inverso também é válido. A classe política do PAICV não poupa críticas ao ‘Expresso das Ilhas’, apelidando-o de ‘panfleto do MpD’. Prova disso é que, em Novembro de 2006, em plena Assembleia Nacional – durante os debates parlamentares sobre uma moção de censura ao governo apresentada pelo MpD –, o Primeiro-Ministro referiu-se ao ‘Expresso das Ilhas’ e ao ‘Liberal On-line’ como ‘os dois jornais do MpD’. O referido discurso levou o ‘Liberal On-line’ a anunciar, a 28 de Novembro, uma queixa no Tribunal contra José Maria Neves por ofensa pública. Posteriormente, o Primeiro-Ministro viria a designar alguns ‘jornais como satélites de partidos’. “Cai mal ao Primeiro-Ministro estar a falar em ‘jornais que são satélites de partidos’ porque o governo tem o seu jornal, que pode trabalhar com mais ou menos discrição; a oposição também tem o seu jornal. Se algum jornal está a fazer um trabalho

pouco digno ou pouco sério, cabe às pessoas que têm queixas a fazer tomar medidas onde elas devem ser tomadas. Não há um único jornal independente” (Rosana Almeida, Entrevista: 3.11.2008).

O discurso do Primeiro-Ministro que associa jornais a partidos políticos não se distancia dos comentários que acontecem fora do circuito oficial. Também não é preciso um esforço muito grande para se perceber de que lado está o jornal ‘A Semana’ e para que lado pende o ‘Expresso das Ilhas’. As batalhas entre os dois acontecem através de ‘estratégias de silêncio’ e ‘estratégias de ataque’. Uma análise aos conteúdos e à ênfase que dão às notícias é suficiente para se perceber o ‘jogo político’ de cada uma das publicações. Quando uma matéria é negativa para o governo do PAICV, normalmente o jornal ‘A Semana’ reage através da ‘estratégia de silêncio’ e tenta fazer com que o acontecimento passe despercebido da opinião pública. Aborda o caso quando já é sobejamente discutido por outros órgãos de comunicação social e procura o fio que desculpabiliza o governo ou mostra que o problema está a ser resolvido. Desta forma, tenta passar uma imagem heróica do governo. Nestes casos, o ‘Expresso das Ilhas’ adopta a ‘estratégia de ataque’, procurando investigar o caso para trazer as possíveis irregularidades do governo. O mesmo se regista quando o MpD se encontra envolvido em casos escandalosos. A suspeita de que Gualberto do Rosário, então Ministro da Coordenação Económica no governo do MpD, teria desviado dois milhões de dólares dos cofres do estado, resultado da privatização da petrolífera nacional Enacol, nos finais dos anos 90, é um caso que tem feito correr muita tinta nos discursos mediáticos. O jornal ‘A Semana’, em boa medida, contribuiu para a ‘maturação social’ deste caso nos debates públicos e na memória social e colectiva cabo-verdiana, através de uma persistente e recorrente divulgação do caso (‘estratégia de ataque’), que volta à ordem do dia sempre que se aproximam os períodos de eleições. Porém, o ‘Expresso das Ilhas’ passa ao lado dessa questão, só pegando no caso, quando muito, para fazer uma abordagem desculpabilizadora em relação às alegadas actuações fraudulentas de Gualberto do Rosário (‘estratégia de silêncio’). São essas posturas que nos permitem avaliar a conviência, pouco subtil, entre os jornais e a classe política, abrangendo diversas matérias. Elas demonstram o pouco peso que a legislação tem na estruturação do espaço comunicativo, uma vez que, não havendo uma entidade fiscalizadora eficiente, a força da lei desvanece-se nas práticas profissionais. A lei é sempre a última reserva para a garantia da liberdade de imprensa, mas, perante uma deontologia enfraquecida e uma ética diluída nas questões políticas, a força da lei torna-se necessária. Neste sentido, tentamos abordar as dimensões jurídicas do jornalismo, ultrapassando a simples questão do enquadramento legal do sector da comunicação social.

\*\*\*\*\*

# **CAPÍTULO X**

## **DIMENSÕES JURÍDICAS DA LIBERDADE DE IMPRENSA**





### **1.1. Legislação Ordinária**

Embora todas as previsões constitucionais não tenham tido representação na legislação ordinária ou na estrutura de vivência social, depois da transição para o regime democrático verificou-se uma regulamentação do sector mediático. Até então, nunca se tinha legislado tanto no arquipélago com vista a criar um ordenamento jurídico capaz de assegurar o funcionamento consentâneo da sociedade. A Constituição de 1992 foi um dos principais instrumentos jurídicos que a democracia trouxe para Cabo Verde, criando um catálogo de direitos, que assegura a esfera privada, para além de outros de natureza social, económica e política. Seguidamente, surgiu um conjunto de legislações que abrange o sector da comunicação social. Desde a lei-quadro da comunicação social aos diplomas específicos, há um conjunto de instrumentos legais produzidos que incidem especialmente sobre o terreno mediático. No entanto, não podemos compreender as produções legislativas sem conhecer os ciclos políticos.

Depois da transição política, tanto o MpD como o PAICV tiveram maiorias, qualificadas ou absolutas, traduzidas numa clara superioridade de deputados no parlamento. Mesmo sendo a Assembleia Nacional o órgão de soberania com competência eminentemente legislativa, não se deve ignorar o facto de a maioria dos deputados que ocupam os assentos parlamentares, normalmente, ser eleita em listas partidárias, ficando vinculada a uma determinada doutrina partidária, que, muitas vezes, é assegurada através da 'disciplina de voto'. Esta questão faz com que, de uma ou de outra forma, os deputados se vinculem à sua bancada parlamentar para assegurar a posição do partido. No contexto parlamentar cabo-verdiano, não é comum encontrar deputados que contrariem o projecto ou as orientações do seu partido. Uma vez que, até aqui, o ciclo político da II.<sup>a</sup> República foi marcado por dois semi-ciclos de maiorias expressivas (três maiorias absolutas e uma maioria qualificada), os governos têm tido condições políticas para levar a cabo os seus principais projectos.

As maiorias (qualificada e absolutas) que os grupos parlamentares do MpD e do PAICV têm conseguido criam condições de 'tranquilidade governativa', podendo, os governos, tomar um conjunto vasto de decisões, mesmo não havendo entendimento com a oposição. Esta situação tem estimulado algumas críticas por parte da sociedade, como as de Manuel Delgado, que fala de 'dois Partidos Únicos'. Em termos de grandes instrumentos de regulamentação, destaca-se o facto de, em 1993, o governo de Carlos Veiga ter aprovado a legislação para o sector da radiodifusão, na qual define a actividade de

radiodifusão e o seu exercício. O diploma regulamenta a atribuição de frequências, conceptualiza o serviço público e estabelece as finalidades e os objectivos da actividade de radiodifusão. Sendo um documento bastante extenso, nele trabalha-se a questão da liberdade de imprensa, do direito de autor, da separação dos trabalhos informativos e publicitários, do direito de antena e das condições económicas e técnicas subjacentes a qualquer processo de licenciamento de canais de radiodifusão. A criação de condições para que os privados pudessem entrar na actividade radiodifusiva veio na sequência da abertura política, acabando por funcionar como um estímulo à dinamização do sector, contrariando a estaticidade do regime de Partido Único. Com uma única estação radiodifusiva, controlado pelo Partido Único, o sector radiofónico era bastante desinteressante. Ao longo do monopartidarismo, a estação pública não fazia mais do que a representação ideológica das ambições da classe política dirigente. Entretanto, durante todo o primeiro mandato do MpD, só se regulamentou o sector da radiodifusão. Os outros domínios da comunicação social continuaram a funcionar segundo as normativas definidas ainda no Partido Único. Pouco mais de dois anos antes das eleições de 2001, foi aprovado um conjunto de instrumentos legais para regulamentar o sector da comunicação social. Nessa sequência, foram publicados quatro diplomas que acabaram por revogar a Lei n.º 10/III/86, de 31 de Dezembro. A Lei da Comunicação, a Lei da Televisão, a Lei de Imprensa Escrita e de Agência de Notícias e o Estatuto dos Jornalistas são os quatro diplomas aprovados em 1998, que ajudaram a harmonizar o estatuto regulamentar da comunicação social ao novo regime político. Da análise feita pelo jornal 'A Semana', resulta que, "à excepção de alguns aspectos específicos, o pacote apresentado ao Parlamento era visto à partida com bons olhos, tanto pela generalidade dos profissionais da comunicação social, como pelas três bancadas que compõem o plenário da Assembleia Nacional. O MpD apoiou sem reservas a iniciativa, o PCD também deu luz verde, e o PAICV votou favoravelmente na generalidade três das propostas, abstendo-se na votação da referente ao Estatuto do Jornalista" (1.5.1998). Isto mostra-nos que havia um consenso alargado em relação aos diplomas que vieram regulamentar a comunicação social, estabelecendo quadros de legalidade e de liberdade para o desempenho do jornalismo.

## **1.2. Análise do direito à liberdade de imprensa: Perspectiva legalista**

O direito à liberdade de imprensa foi uma preocupação, não só do legislador constitucional, como também do ordinário. A Lei da Comunicação Social, que vincula todos os órgãos de informação, cria um conjunto de normas que protegem o exercício da liberdade. Segue a organização constitucional,

catalogando as prerrogativas sobre a liberdade de imprensa dentro dos Princípios Fundamentais. Em primeiro lugar, começa por proteger uma dimensão mais abrangente: a liberdade de expressão do pensamento (Artigo 9.º), na qual cabe a liberdade de imprensa. Nesta sequência, estabelece que a liberdade de exprimir e de divulgar ideias abrange todos os indivíduos, ninguém podendo ser inquietado por causa da manifestação de opiniões políticas e filosóficas ou convicções religiosas. Relacionado com a actividade mediática, garante o direito de informação (Artigo 10.º), que encontra suporte em duas dimensões: a de informar e a de ser informado.

A lei é abrangente no que toca à garantia da liberdade de imprensa. Através do Artigo 11.º, garante à comunicação social o direito de veicular todas as informações e opiniões, desde que não violem os demais diplomas do país. Aos jornalistas, garante condições para realizar o seu trabalho, proibindo, expressamente, qualquer tipo de violência, com o objectivo de destruir os conteúdos recolhidos e os equipamentos usados na captação de sons e imagens. Expressamente, o Artigo 12.º estabelece que a “liberdade de expressão pela comunicação social será exercida sem subordinação a qualquer forma de censura, autorização, caução ou habilitação prévia”.

Da mesma forma, o Estatuto do Jornalista de 1998 refere-se à liberdade de imprensa, quando diz que “o exercício da actividade de jornalista profissional e dos equiparados a jornalista é livre em todo o território nacional” (Artigo 2.º). Aborda a liberdade de criação, expressão e divulgação (Artigo 10.º), rejeitando quaisquer impedimentos ou discriminações. Aliada a essas liberdades, que integram também a liberdade de imprensa, assegura a liberdade de consciência (Artigo 11.º), estabelecendo que o jornalista não pode ser constringido a exprimir opinião ou executar actos profissionais contrários à sua consciência. A cláusula de consciência é uma figura do direito de informação que também está no Estatuto do Jornalista de 1998. Surge com a designação de ‘Liberdade de Consciência’, mas a filosofia é a mesma. O Artigo 11.º, n.º 2, é claro em relação a esta matéria, quando assegura que, em caso de alteração profunda da linha editorial, confirmada pela direcção ou claramente expressa, salvaguarda-se a ‘esfera de consciência individual’ do jornalista, que poderá extinguir, unilateralmente, o seu contrato, mediante uma indemnização. No seu Artigo 9.º, cria um conjunto de direitos e garantias, que funcionam como uma ‘camada protectora’ da liberdade de imprensa. Garante o sigilo profissional e a independência dos jornalistas, o direito de estar presente nos locais onde é necessária a sua presença e o livre-trânsito e permanência em lugares públicos, o direito à protecção do material recolhido e a possibilidade de participar na vida interna do órgão, podendo integrar o Conselho de Redacção, quando este existir. Todas essas garantias têm como objectivo: proteger a liberdade profissional do jornalista.

A liberdade de imprensa não pode ser exercida sem a garantia do acesso dos jornalistas às fontes de informação. Sendo assim, o legislador obrigou-se a assegurar, na Lei da Comunicação Social (Artigo 15.º) e no Estatuto do Jornalista (Artigo 12.º), o acesso às fontes, para que os cidadãos possam ter acesso às informações mais importantes. A lei garante também às empresas e aos órgãos de comunicação social o acesso à informação detida por entidades públicas.

A liberdade de imprensa não é ilimitada, esbarrando-se nos direitos à honra e ao bom-nome, à imagem e à intimidade da vida pessoal e familiar, a protecção da infância e da juventude. Assim, no Artigo 14.º, a Lei da Comunicação Social cria a figura da ‘Censura Judicial’, como instrumento para garantir a eficácia dos limites legais à liberdade de imprensa. Também se preocupa com a liberdade face à imprensa (Artigo 18.º), os direitos de resposta (Artigo 19.º) e de rectificação (Artigo 20.º).

Quanto à garantia da liberdade de imprensa, há um desfasamento entre as garantias legais e a arena das práticas sociais. Desde logo, muitos profissionais de diversos escalões não estão familiarizados com a legislação. Há muitos jornalistas sem formação na área que raramente se dedicam a debater as questões jurídicas. Por outro lado, uma boa parte dos jornalistas formados estudou fora do país, pelo que não teve oportunidade, durante a formação, de contactar com as leis de Cabo Verde. Este desconhecimento é apoiado pela falta de debate em torno do sector dos *media*, o que faz com que poucos profissionais se debrucem sobre o estado da comunicação social. Defender o emprego para garantir a sustentabilidade familiar, por vezes, torna-se no objectivo fundamental de alguma classe de jornalistas. Centeno (1998) corrobora a nossa leitura, afirmando que as leis podem existir e serem boas, mas podem não valer muito, se não forem conhecidas, interiorizadas e absorvidas pelos principais interessados. Relativamente à situação cabo-verdiana, defende que “é preciso informar os jornalistas sobre matérias fundamentais para o exercício equilibrado das suas funções. Quem não tem formação não pode formar, ou seja, informar” (Centeno, 1998: 185). Esta ideia ainda é actual, porque a questão da formação foi ignorada durante muito tempo. O conhecimento das leis é importante para a luta em prol do estabelecimento de um ambiente de liberdade no seio da classe jornalística.

### **1.3. A Legislação, o Jornalismo e a Liberdade de Imprensa**

Um dos campos científicos que ajudam a fundamentar a profissão de jornalista é o Direito. O substrato de fundamentação extravasa os próprios argumentos que recorrem à questão do serviço público. Atribuindo o carácter de direito humano à liberdade de imprensa, ela converte-se num bem jurídico extraordinário. Assim, o direito de informação, que encontra a sua possibilidade de concretização na

liberdade de imprensa, adquire um especial interesse para o ser humano. Impõe-se aos jornalistas o dever de satisfazer a necessidade pública de informação. “Este dualismo dever-direito supera-se quando se entende que a realização concreta da justiça informativa por parte de uma série de pessoas é, em vez de um bem jurídico, um serviço ao conjunto da sociedade” (Pardo, 1999: 89).

A problemática da liberdade de imprensa é uma questão que preocupa tanto aos jornalistas como aos legisladores. Estes têm que criar ferramentas jurídicas nas quais os jornalistas se apoiam para desenvolver a sua actividade. Desta forma, haverá uma ligação entre a legislação, o jornalismo e a liberdade de imprensa. A legislação é o instrumento, o jornalismo é a prática e a liberdade de imprensa é a condição para o exercício e para a prática. Sem os instrumentos adequados, não poderá haver boas práticas. Da mesma forma, sem as condições desejáveis, também as práticas podem não ser as melhores. Daí que o jornalista tem de exigir do estado condições adequadas para exercer a sua profissão. No caso de Cabo Verde, os instrumentos foram sendo criados depois da abertura política. Antes disso, os existentes não proporcionavam, aos profissionais da informação, condições para exercerem plenamente as suas actividades. Com a entrada do país no eixo democrático, houve substituições progressivas dos dispositivos legais inadequados para os novos tempos. Arnaldo Silva recorda que, quando assumiu responsabilidades no governo, verificou que um dos grandes problemas do sector era a legislação, que não permitia a democratização da imprensa (Entrevista: 4.11.2008).

Desde logo, começou-se com a elaboração de uma nova Constituição, que introduzia o país na modernidade democrática. Paulatinamente, o edifício jurídico foi-se compondo com a produção de novas legislações, regulamentos e outros dispositivos. Diríamos que, a nível legislativo, Cabo Verde deu um enorme salto qualitativo, posicionando-se, em algumas matérias, mesmo à frente de alguns países ditos desenvolvidos, cuja tradição democrática vem de há mais tempo. Em alguns países da Europa, o sigilo profissional é uma questão que, muitas vezes, coloca os jornalistas numa posição frágil. Em Portugal, os juizes recorrem, frequentemente, ao Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, pedindo o levantamento do sigilo profissional de alguns jornalistas para colaborarem com as investigações judiciais. O caso de Manso Preto é um dos exemplos da fragilidade do sigilo profissional. No entanto, em Cabo Verde, ficou textualmente consignado que, “aos jornalistas é garantido, nos termos da lei, o acesso às fontes de informação e assegurada a protecção da independência e sigilo profissionais, não podendo nenhum jornalista ser obrigado a revelar as suas fontes de informação” (n.º 8, Artigo 46.º). Só por aqui, já ficamos com uma noção clara de que a Constituição começou por abrir caminhos à modernidade democrática, trazendo laivos das democracias mais avançadas, seguindo-se-lhe as legislações ordinárias. José Vicente Lopes, chefe de redacção do ‘A Semana’, é partidário desta

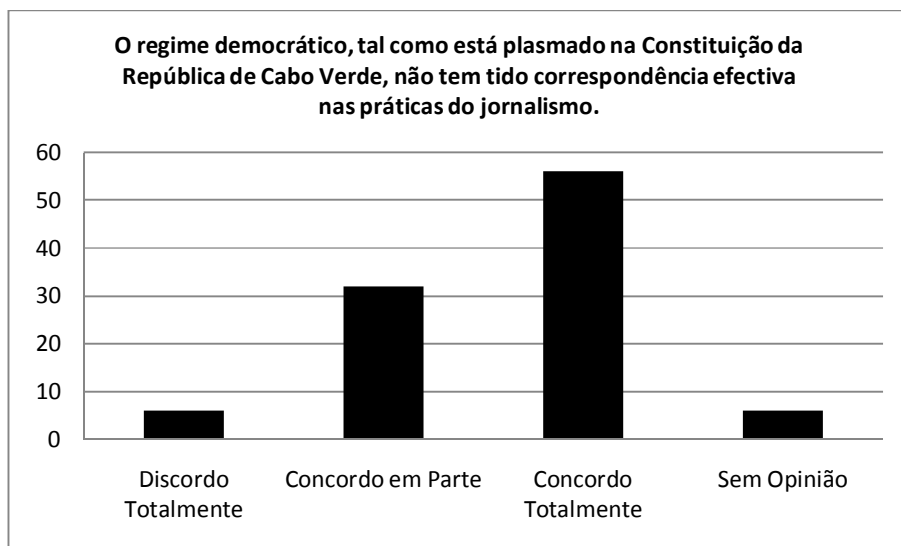
análise. Para o jornalista, o período de governação do MpD serviu, sobretudo, para o ordenamento jurídico ao novo regime (Entrevista: 25.4.2008). Daí a substituição de algumas leis produzidas durante o período de Partido Único por novos instrumentos de regulação. A modernidade do ordenamento jurídico cabo-verdiano é reconhecida também por Isabel Silva Costa, delegada da 'RTP África' em Cabo Verde, que tem conhecimento de outros contextos sociais e profissionais para além do cabo-verdiano (Entrevista: 25.4.2008).

A legislação é muito importante para a organização da sociedade, mas não é suficiente. Deve ser revestida da máxima eficácia possível, o que resulta da "possibilidade de recurso à força pública para a satisfação dos interesses do sujeito activo, e cumprimento dos deveres do sujeito passivo, possibilidade de recurso que caracteriza a relação jurídica, enquanto jurídica" (Mendes, 1994: 173). Isto quer dizer que a autoridade do estado tem de ser suficientemente credível para que seja reconhecida e, por conseguinte, respeitada. Qualquer legislador prevê que a norma criada tenha efeitos directos na sociedade e contribua para a organização da mesma. Esses efeitos devem ser o mais imediato possível, já que o estado não deve criar leis apenas para as depositar nos 'mortuários jurídicos'. O problema da ineficácia da lei é uma questão com a qual a sociedade cabo-verdiana é confrontada frequentemente e, no seio da população, reina um sentimento de conformismo quanto às leis que não produzem efeitos. Porém, sabemos que a realidade jurídica nem sempre coincide com a realidade das práticas sociais. Na arena política, existe o plano discursivo e o plano das práticas. Apesar de entender que a liberdade de imprensa está bem legislada, Isabel Silva Costa sustenta que "entre a legislação e a prática há sempre dificuldades, mas isto não é só em Cabo Verde" (Entrevista: 25.4.2008). Na mesma linha, José Leite, jornalista da rádio nacional, defende que Cabo Verde tem uma boa legislação, permitindo que os profissionais que queiram ser audazes possam praticar um jornalismo livre: 'o ordenamento jurídico permite efectivamente que a liberdade de imprensa seja uma realidade no país, como postula a Constituição e também a lei de imprensa'. Arnaldo Silva, considerando que a legislação é boa, entende que o problema está nos agentes noticiosos porque, se os jornalistas continuarem a manifestar falta de brio profissional, não haverá legislação que salve a liberdade de imprensa.

As leis aprovadas a partir de 1991 tinham em vista organizar o estado num modelo de sociedade plural. Porém, a democracia formal não encontrou correspondência na democracia material ou nas práticas sociais, porque o espírito das leis produzidas durante o regime democrático não se compaginava com o espírito da classe política nacional, que ainda não desenvolveu uma cultura democrática, deixando-se corroer pelas práticas do passado. "Um dos pressupostos da democracia é a tolerância e o direito à opinião, à informação e ao contraditório. Neste particular, apesar do espírito da

lei prevalecer, a prática demonstrava o contrário. Havia um défice. Aliás, para quem acompanhou a cobertura dada pelos *media* às recentes eleições autárquicas, com agravo para a imprensa escrita, pode facilmente aperceber-se do grau de politização dos órgãos e a forma como os políticos dos diversos quadrantes e tendências, muito mais do que passarem as suas opiniões através dos *media*, impingem-nas aos profissionais da informação que delas fazem eco” (Nelson Herbert, Entrevista 12.6.2008). Para além do ex-director da ‘TNCV’, outros profissionais manifestam posições pouco favoráveis à relação que se estabelece entre a comunicação social cabo-verdiana e a classe política. Para Luís Carvalho, ex-chefe de redacção do extinto jornal estatal, Cabo Verde tem uma Constituição moderna, mas não há reprodução desse modernismo nas práticas da comunicação social, porque entre o discurso e prática reside uma grande distância. O jornalista recorda o caso de Moisés Évora que, não vendo respondidas as suas questões por um governante angolano que passou por Cabo Verde nos anos 90, considerou que o político ‘falou e não disse nada’. O simples comentário mereceu-lhe um processo disciplinar ordenado pelos próprios responsáveis políticos pela comunicação social na altura. O direito à liberdade de imprensa é um instrumento consagrado na lei e na Constituição, com vista a assegurar o direito à informação. No entanto, as condições para o seu exercício pleno não existem, porque os instrumentos jurídicos não são eficazes. Sendo assim, muitas análises feitas à liberdade de imprensa, por não dissecarem os pormenores que envolvem a garantia desse direito, acabam por cair no irrealismo. Analisando a configuração constitucional da democracia cabo-verdiana, 88% dos jornalistas inquiridos é de opinião que a democracia, tal como está plasmada na Constituição da República, não tem tido correspondência efectiva nas condições práticas para o exercício do jornalismo. Apenas 6% discorda desta tese e outros 6% não tem opinião (ver gráfico n.º 18).

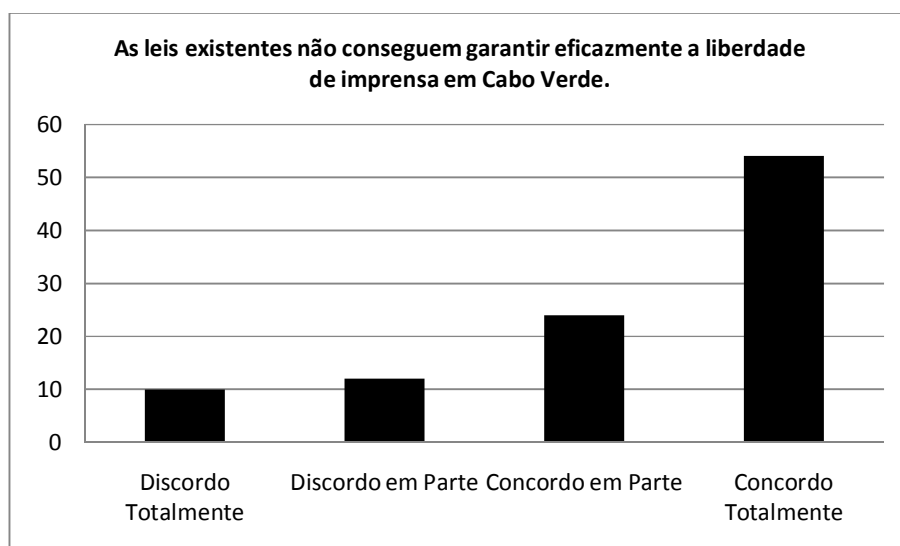
Gráfico n.º 18



Sendo a Constituição um elemento muito importante na aferição do estado da democracia, os dados apresentados no gráfico n.º 18 contrariam alguns documentos internacionais sobre o estado da liberdade de imprensa. Dos jornalistas entrevistados, José Vicente Lopes é um daqueles que assume uma posição peculiar. Desde logo, considera que um bom jornalismo não carece, necessariamente, de uma boa legislação. “Depende sim de profissionais curiosos e que queiram levar avante o seu trabalho. Basta ver, por exemplo, o processo de formação do ‘A Semana’” (José Vicente Lopes, Entrevista: 25.4.2008). Discordamos, em parte, dessa análise. De facto, um bom jornalismo depende de jornalistas curiosos, que assumem a profissão com muita dedicação. Sem uma grande entrega e sem curiosidade, o jornalista não consegue sair do esquema do previsto, do esperado, da rotina. Não consegue romper com o sistema montado para trazer elementos novos para a esfera pública. Esse jornalismo que submerge o subterrâneo da sociedade é raro no país. A pouca pesquisa existente visa atingir o outro lado da ‘sociedade bipartida’. São as tais estratégias ‘de ataque’ e ‘de silêncio’.

Numa sociedade em que a regulação é deficiente, a sua fiscalização é praticamente inexistente, as leis, muitas vezes, não passam de ‘letra morta’. Em Cabo Verde, a legislação para a comunicação social nivela com a das principais democracias ocidentais, no que concerne à consagração de valores fundamentais da pessoa humana, mas a verdade é que, grande parte das vezes, ela fica por produzir efeitos. Verifica-se, no nosso universo de inqueridos, que 78% dos jornalistas entende que as leis existentes não conseguem garantir eficazmente a liberdade de imprensa, sendo que 54% concorda totalmente. Apenas 10% discorda totalmente, sendo que 12% discorda em parte (ver gráfico n.º 19).

Gráfico n.º 19





Recordando a sua experiência na década de 90, Nelson Herbert realça que não havia um quadro regulatório para a comunicação social, havendo apenas “uma amálgama de diplomas, todos eles indirectamente relacionados com o sector” (Entrevista: 12.6.2008). Desde logo, o Estatuto do Quadro do Pessoal ainda não existia, sendo que os profissionais da comunicação social acompanhavam o enquadramento laboral da função pública. No entanto, essas questões acabaram por ser ultrapassadas com as produções legislativas que houve até 2009, ao ponto de, em 2010, se proceder com a revisão do quadro legislativo para a comunicação social e da própria Constituição da República de Cabo Verde.

#### **1.4. Jornalismo e Direito à Liberdade de Imprensa**

Vários factores concorrem para que possa haver um bom jornalismo. Desde logo, é preciso haver bons jornalistas. Para isso, é preciso que a profissão seja integrada por indivíduos com uma boa formação e que tenham assertividade crítica, pautando-se por padrões de justiça. Os *media* não são, nem substituem – embora, muitas vezes mostrem essa pretensão –, os tribunais, mas o jornalista deve ser conduzido por uma certa ideia de justiça (a tal concepção plausível do bem, defendida por Kant) que passa por tratar com igual respeito todos os intervenientes na história que relata. Subjacente a este pensamento também está a ideia de pluralidade, que não significa dar a mesma oportunidade a todos os elementos da sociedade, mas pautar-se pela diversidade de vozes, permitir o confronto de ideias, potenciar o contraditório, dar espaço às diferentes correntes de opinião. Porém, Daniel Medina considera que é preciso saber se há ou não um jornalismo cabo-verdiano, “porque quase todos nós estudámos lá fora. Implementar o estilo e o conhecimento assimilados lá fora é extremamente difícil, dadas as fragilidades do nosso país” (Entrevista: 22.4.2008). No entanto, independentemente desse tipo de discussões, é importante reter que, em qualquer país democrático, o jornalista tem de batalhar para assegurar a sua imparcialidade, independentemente da cultura da sua redacção.

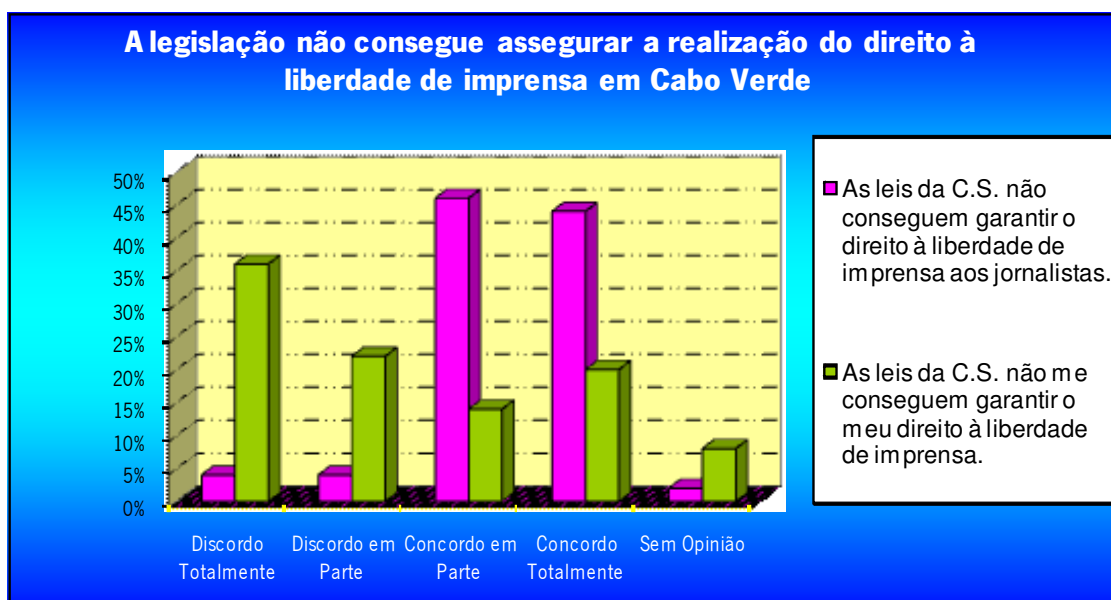
A imparcialidade pressupõe que o jornalista seja isento. Ser imparcial é não tomar parte. Para isso, é preciso ser independente. Não só o jornalista, mas o órgão para o qual trabalha deve ter independência, não podendo subjugar-se a qualquer tipo de interesse. No entanto, sabemos que tudo isso é complicado, não só nas sociedades modernas, mas tem sido ao longo da história. Hoje, podemos dizer que a situação está mais avançada, porque as diversas convulsões sociais que o mundo conheceu ao longo da sua história levou o ser humano a cultivar o caminho da pacificação, alastrando as ramificações do sistema democrático um pouco por todo o mundo e defendendo intransigentemente os direitos humanos. Cabo Verde integra, de alguma forma, esse quadro de trajectória política.

Atravessou um período de submissão, que começou desde a sua descoberta até 1975, passando, a partir daí, por um poder revolucionário, patrocinado pelo eixo Cuba-União Soviética. A partir de 1990, inaugurou-se o regime democrático, pautado pelo primado da lei, pela defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, que augura boas condições para a prática jornalística. No entanto, as condições que os jornalistas têm tido para desenvolver a sua profissão não têm seguido a linearidade do discurso político. Carlos Santos, director da 'RCV', tem uma observação diferente (Entrevista: 25.4.2008). Considera que estão reunidas todas as condições necessárias para a prática de um jornalismo independente, que a liberdade de imprensa é um facto e que o maior problema é haver um jornalismo institucional e muito declarativo. Por isso, entende que a formação superior a nível de jornalismo e outras formações específicas podem contribuir para melhorar a qualidade do jornalismo, tornando os profissionais mais audaciosos e mais acutilantes. Por sua vez, Daniel Medina, ex-director e jornalista da 'TCV', entende que a afirmação do direito à liberdade de imprensa obedece a um processo (Entrevista: 22.4.2008). Partilhamos dessa ideia, na medida em que não basta apenas aprovar leis modernas para que, no dia seguinte, uma sociedade se torne democrática. É preciso que os valores da democracia sejam interiorizados, sobretudo nos países de tradição democrática recente. "O processo da liberdade passa pela auto-estima psicológica do próprio jornalista e também da sua própria mentalidade libertária, no sentido de conseguir afastar-se de certos parâmetros sociopolíticos e económicos. O jornalista não é totalmente independente, num país tão pequeno como o nosso. Toda a gente conhece toda a gente; você escreve algo e é ameaçado na rua ou no café. As pessoas deixam de o cumprimentar. Na minha opinião, não há total liberdade" (Daniel Medina, Entrevista: 22.4.2008).

A questão que Daniel Medina levanta tem a ver com o problema da exiguidade do meio. Cabo Verde, sendo um meio pequeno em que grande parte das pessoas se conhece, favorece a prática de um jornalismo de proximidade que, muitas vezes, pode trazer alguns problemas aos profissionais. Assim, importa reter que as condições para a prática do jornalismo podem não estar totalmente garantidas em meios pequenos como Cabo Verde. Essas condições envolvem um conjunto de factores, desde os de ordem psicológica, aos meios humanos e materiais. Carvalho Santos recorda que começou a trabalhar desde a independência e que, de lá para cá, tem havido um desenvolvimento enorme (Entrevista: 23.4.2008). Reconhece que, hodiernamente, as condições ainda não são as ideais, mas podemos considerá-las boas. No entanto, o mesmo realça que a agência noticiosa não atingiu o patamar preconizado, nem em termos da qualidade, nem em termos da quantidade de informação que disponibiliza aos outros órgãos de comunicação social e à sociedade. A agência debate-se com um conjunto de dificuldades, entre elas a escassez de recursos humanos que, por sua vez, resulta da falta

de disponibilidade financeira para grandes contratações. “Uma das batalhas deste novo Conselho de Administração é recrutar e, pelo menos, ter correspondentes em todos os concelhos de Cabo Verde e também reforçar a redacção central, com mais jornalistas, para que a agência possa cumprir o papel que lhe cabe no panorama da comunicação social cabo-verdiana” (Carvalho Santos, Entrevista: 23.4.2008). A contratação de novos quadros e a garantia da cobertura de todos os concelhos de Cabo Verde com jornalistas presentes em permanência pode dar um novo figurino ao jornalismo cabo-verdiano. A disposição geográfica do país em ilhas dificulta o acesso à informação, pelo que muitas zonas passam à margem do ‘traçado informativo’ dominado, praticamente, pelos ‘sentados governamentais’. Nenhum órgão tem a capacidade para fazer a cobertura integral de todas as ilhas. A diversificação geográfica das notícias também é um elemento essencial para o pluralismo e, conseqüentemente, para a eficácia do direito à informação e à liberdade de imprensa. Não é possível assegurar que o país garanta o direito à liberdade de imprensa, se não assegurar condições para os jornalistas chegarem às notícias, estando elas onde estiverem, desde que afectem a vida dos cidadãos. Os profissionais inquiridos defendem, entretanto, que as leis da comunicação social não conseguem garantir o direito à liberdade de imprensa, porque não são respeitadas pelos diferentes sectores da sociedade: 90% compartilha desta opinião, sendo que 46% concorda em parte e 44% concorda totalmente. Por outro lado, pode verificar-se que 4% discorda em parte, 4% discorda totalmente e apenas 2% diz não ter opinião formada sobre esta matéria (ver gráfico n.º 20).

Gráfico n.º 20



Podemos verificar que, quando são questionados sobre a sua prática diária, os números variam, já que 58% passa a defender que a legislação lhe fornece garantias, recusando a afirmação “A lei não consegue garantir o meu direito de informar e o meu direito à liberdade de imprensa”: 36% responde nunca e 22% responde poucas vezes. Do outro lado, encontra-se 20% a afirmar que essas situações se registam sempre e 14% a responder muitas vezes. O espaço dos ‘sem opinião’ foi preenchido por 8% dos inquiridos. A ineficácia das leis da comunicação social, como poderemos ver no ponto que se segue, está intimamente ligada à falta de fiscalização da sua aplicação.

### **1.5. Ineficácia Jurídica: Da Garantia do Direito à Liberdade de Imprensa à Ausência da Fiscalização**

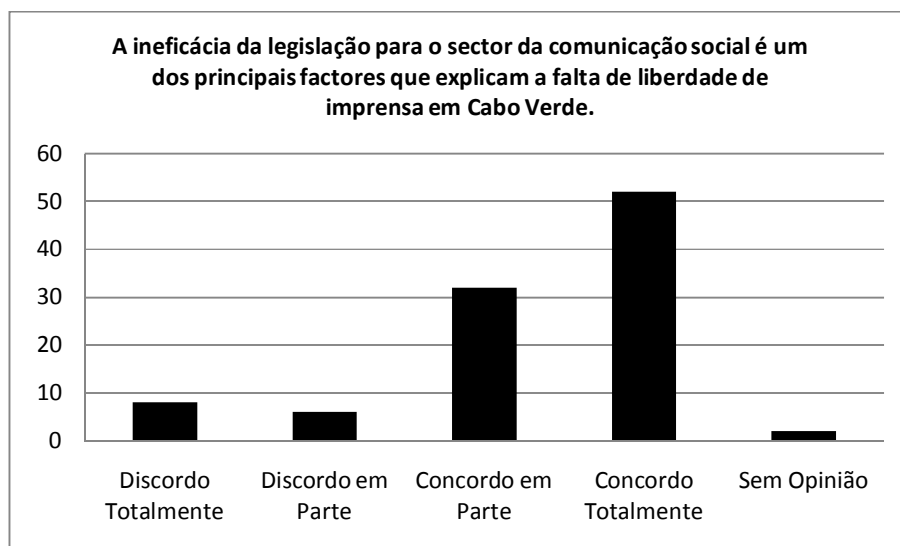
O estado tem o dever de velar para que a lei por ele emanada produza os seus efeitos. Quando uma lei não responde às necessidades que levaram à sua criação, normalmente diz-se que ela se torna ‘letra morta’. Esse tipo de leis não fornece à sociedade a segurança jurídica que o legislador lhe tinha prometido com a sua elaboração e publicação. Como já dissemos, a questão da ineficácia da legislação é uma das grandes insuficiências da democracia cabo-verdiana, sendo que, muitas delas, não são minimamente respeitadas. Quando assim é, acabam por não produzir os seus efeitos. Se, por um lado, os instrumentos jurídicos são mecanismos úteis para a garantia das liberdades cívicas, por outro lado, constituem um sistema de regulação da própria liberdade. Desta feita, nota-se que, como observa Serna (1998), a história do Direito Público está marcada por lutas a favor da liberdade.

A publicação de uma lei não implica que, imediatamente, todos passem a respeitá-la. Não é por acaso que uma das características da norma jurídica é a questão da violabilidade. Ou seja, a norma jurídica destina-se a entidades livres, para as quais estatui, tornando-se imediatamente num bem de dimensão violável. No entanto, a Administração Pública deve criar mecanismos que garantam a sua eficácia. Esses instrumentos podem ser de natureza preventiva ou punitiva, consoante a actuação do estado ou o efeito que se pretende alcançar com uma determinada intervenção. Esses instrumentos de controlo são intrínsecos à própria norma jurídica, manifestando-se sob a figura de coercibilidade. O que diferencia uma norma jurídica de uma norma moral, religiosa ou de trato social é o poder coactivo, que é a possibilidade de usar a força para impedir ou punir a sua violação. Porém, em Cabo Verde, muitas normas acabam por cair na ineficácia, porque a Administração Pública, que tem a obrigação de velar pela sua concretização, não torna funcionais os mecanismos de fiscalização. É neste sentido que o direito à liberdade de imprensa está protegido em todos os diplomas importantes para o país, desde a

Carta dos Direitos Humanos das Nações Unidas à própria Constituição da República, mas no fundo as condições que os jornalistas têm tido não têm correspondido ao alcance que tais instrumentos jurídicos possibilitariam. “Não existe, nem regulação, nem fiscalização, porque, quanto à legislação, há lei para tudo. Mas ninguém obriga ninguém a cumprir a lei e ninguém sanciona ninguém por não cumprir a lei. Portanto, as pessoas continuam, por inércia, a fazer as mesmas coisas, ainda que exista a lei a regulamentar. Penso que o grande ‘calcanhar de Aquiles’ do país é mesmo a fiscalização em todos os sectores. Isto não é só na comunicação social. Aqui também não há fiscalização e ninguém se preocupa” (Adelina Brito, Entrevista: 21.4.2008).

A ineficácia da legislação para o sector da comunicação social é, para 84% dos inquiridos, um dos principais factores que explicam a falta da liberdade de imprensa: 32% concorda em parte e 52% concorda totalmente com esta tese, perfazendo um total de 84% de concordâncias positivas. Isto traduz muito o sentimento dos profissionais em relação à importância que dão aos efeitos da legislação na criação de um ambiente favorável para a afirmação do direito à liberdade de imprensa. Entretanto, há 8% do nosso universo de estudo a discordar completamente, 6% a discordar em parte e 2% a assinalar que não tem opinião fundamentada sobre a questão (ver gráfico n.º 21).

Gráfico n.º 21



As leis para o sector da comunicação social foram criadas desde o período de governação do MpD, mas, como observa Carvalho Santos, “organismos, entidades para as aplicar, se calhar é que não há. As entidades que temos são os tribunais. Os tribunais em Cabo Verde quase não funcionam. Deste ponto de vista, até certo ponto, a lei é uma letra morta” (Entrevista: 23.4.2008). Para além dos tribunais, que constituem o último reduto da salvaguarda da eficácia das normas jurídicas,

restabelecendo as situações anteriores à violação em caso de a lei ser infringida, também existem instâncias de regulação com sede em poderes públicos, sobre as quais recai a tarefa de vigilância da actuação dos diferentes operadores da comunicação social. No caso de Cabo Verde, existe, no amplo sector da comunicação, uma multiplicidade de instâncias de regulação, desde a Agência da Regulação Económica, ao Conselho da Comunicação Social, passando pela Agência Nacional das Comunicações, Gabinete da Fiscalização e do Controlo da Direcção-Geral da Comunicação Social, entre outras. Partindo dessa base, a questão principal será encontrar uma articulação adequada entre todas essas fontes de poder regulatório, de forma a que se possa contar com um sistema coeso, que tenha efeitos práticos sobre a vida dos cidadãos e, obviamente, sobre o funcionamento dos órgãos de comunicação social, melhorando o padrão de qualidade dos produtos disponibilizados ao público.

Olhando para o licenciamento de novos canais de televisão que poderiam fazer uma concorrência mais severa à televisão nacional empurrando-a para uma possível mudança de paradigma, Rosana Almeida, *pivot* da estação pública, reclama que é preciso fiscalizar “a má qualidade das privadas que andam por aí e que não fazem concorrência nenhuma. Não fazem serviço público, não fazem nada” (Entrevista: 3.11.2008). Na mesma sequência, Arnaldo Silva, ex-Secretário de Estado para a Comunicação Social, defende que a legislação só consegue produzir efeitos se houver uma entidade reguladora que funcione e que regule os vários subsectores da comunicação social. Ao contrário, por mais moderna que a legislação seja, não consegue produzir efeitos. A fiscalização é essencial e, falhando a regulação, falha também a lei. “Se tivéssemos uma entidade reguladora independente que funcionasse e trabalhasse em prol da sociedade, há coberturas, há noticiários, há comportamentos da nossa televisão que nunca seriam tolerados” (Arnaldo Silva, Entrevista: 3.11.2008).

Tendo em vista o deficiente funcionamento dos sistemas de regulação, Eugénio Martins realça que a Direcção-Geral da Comunicação Social que dirige projectou um Gabinete de Fiscalização e de Controlo, que já está a funcionar, apesar de algumas dificuldades, que se vão fazendo sentir na própria tentativa de criação de um ambiente de liberdade de imprensa no país. De resto, a socialização dos valores da liberdade de imprensa e dos outros direitos fundamentais foi uma tarefa árdua na sociedade cabo-verdiana e um desafio que ainda está longe de ser cabalmente alcançado. Há muitos patamares de melhoria das práticas jornalísticas em Cabo Verde, sendo que um dos sectores em que essa necessidade se faz notar é a fiscalização da legalidade das acções dos operadores, no sentido de assegurar o direito de informação. A luta em prol da ampliação da esfera da liberdade é importante, porque os primeiros tempos da democracia trouxeram muita incerteza.

\*\*\*\*\*



# **CAPÍTULO XI**

## **DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

A LIBERDADE DE IMPRENSA 'ACORRENTADA'



**1.1. A liberdade enquanto discurso: da véspera das eleições ao início das hostilidades**

Três dias antes das primeiras eleições democráticas, o jornal 'Voz di Povo' (10.1.1991) trazia a proposta dos partidos para a governação da primeira legislatura da IIª República, sendo que o MpD punha a tónica na autonomização ideológica da imprensa pública. Para garantir a autonomia dos *media* estatais, o partido propunha uma base sólida de gestão mediática em que os jornalistas teriam primazia na sua direcção. Leão Lopes, ministro no período de governo do MpD, recorda que, quando assumiu a pasta da comunicação social, a política consistia em democratizar o sector, fazendo com que toda a sociedade participasse na construção de um novo modelo de imprensa nacional (Entrevista: 17.10.2008). O MpD defendia que a emancipação da comunicação social cabo-verdiana, sobretudo a estatal, passava por atribuir aos jornalistas um papel preponderante na escolha dos responsáveis pelas funções editoriais (chefes de redacção e directores de informação). Esta promessa parece-nos importante porque, não estando dependentes da nomeação ou afastamento de actores políticos ligados ao governo, os responsáveis editoriais da imprensa estatal teriam uma margem de manobra muito maior, havendo menos possibilidade de conivências (embora elas nunca sejam esgotáveis).

O sistema de nomeação tende a contribuir para uma imprensa muito mais domesticada, na medida em que, em última análise e embora não sendo de forma institucionalizada, os profissionais que exercem estes cargos poderão ter que prestar contas a quem os nomeou. Esta tendência é propícia para a criação de canais através dos quais os 'comissários políticos' são colocados na direcção dos órgãos de comunicação social do estado, que, em vez de estarem ao serviço do país, passam a servir os interesses instalados. O discurso sobre a independência dos *media* não tem encontrado correspondência com a vivência prática. Alguns profissionais que já dirigiram órgãos públicos entendem que o discurso dos políticos está longe de coincidir com as condições para a *praxis*. Conceição Queiroz, ex-directora de informação da 'TCV', lembra que os discursos políticos são muito coloridos: "é um discurso muito bonito, muito cor-de-rosa, muito interessante, mas, no fundo, estão a controlar. Eles acham que têm o direito de interferir" (Entrevista: 17.6.2008).

Percebia-se, já na edição de 10 de Janeiro de 1991 do 'Voz di Povo', que a questão do serviço público de radiodifusão e de radiotelevisão era já uma preocupação para o MpD, que, antes mesmo de ser eleito, mostrava reprovar os monopólios públicos nestes sectores. Porém, os dez anos de governação

que teve não foram suficientes para resolver a questão, chegando unicamente a adequar o sector radiofónico à entrada dos privados, sendo que isso se conseguiu com alguns sobressaltos. A liberalização do sector da televisão só conheceu a luz do dia com um segundo mandato de José Maria Neves, que lidera um governo suportado pelo PAICV. Portanto, os discursos dos partidos situam-se, na maioria das vezes, no campo das ideologias e são bastante precoces, sendo que encontram substância num horizonte temporal distante. A liberalização do sector da televisão, por exemplo, foi apresentada antes das primeiras eleições, mas precisou-se de quatro legislaturas para poder ser efectivada, o que mostra o grau de precocidade dos discursos políticos em relação à comunicação social. Mais dois exemplos poderão clarificar esta constatação: a questão dos subsídios do estado para a imprensa escrita e o fim dos jornais estatais. Ambos foram anunciados, antes mesmo da realização das eleições de 1991, e o segundo caso só foi efectivado na segunda legislatura de José Maria Neves.

Ferreira ajuda-nos a compreender o dilema que se viveu no mercado mediático no curso dos anos 90: “o fantasma do desemprego era uma ameaça real para os jornalistas. A indefinição de regras e a pobreza do mercado, as maiores aliadas do governo. No entanto, pode dizer-se que a reestruturação finalmente levada a cabo entre 1997 e 1998 não foi completa, visto o jornal estatal e a agência noticiosa continuarem a funcionar. O jornal foi um caso particular de resistência, tendo sido suspenso em 5 de Novembro de 1992, e posteriormente encerrado, com a designação de ‘Voz di Povo’; reaberto em 1994, com a designação de ‘Novo Jornal de Cabo Verde’; novamente encerrado em 7 de Fevereiro de 1997; e outra vez reaberto em Janeiro de 1999, com a designação de ‘Horizonte’. A resistência dos jornalistas a uma reestruturação que lhes transmitia insegurança foi entendida pelo governo como incapacidade de os jornalistas interiorizarem os novos valores” (2002: 74).

O problema da pequena dimensão do mercado dificultou a modernização do sector da imprensa pública, durante a década de 90. Se, por um lado, o governo acusava os jornalistas de não interiorizarem os novos valores que fizeram emergir a IIª República, por outro lado, o próprio governo ignorava a dimensão e a fragilidade do mercado. O governo acusou os profissionais de falta de ambição, mas não seria muito difícil perceber que, aceitando o modelo de reestruturação que lhes apresentou (que passava por eliminar a imprensa escrita), o mais certo seria passarem quase todos ao desemprego. Uma série de factores jogava nesse sentido: a conjuntura mediática de então não apresentava grandes possibilidades de emprego no sector privado; os *media* audiovisuais do estado tinham excesso de pessoal; a baixa qualificação dos jornalistas que ‘se formaram’ na sua grande maioria na tarimba dificultava que tivessem colocação noutros sectores de actividade. Grande parte desses jornalistas ainda estava longe da idade da aposentação, pelo que a solução de indemnização

que lhes fora colocada como hipótese não era estimulante. Daí terem surgido conflitos entre os jornalistas e o governo. Por isso, até ao seu encerramento definitivo pelo executivo de José Maria Neves, já numa conjuntura mais favorável, o jornal estatal viveu de encerramentos e retomas.

Se o governo tem poderes para retirar o estado do sector da imprensa escrita, o mesmo não acontece em relação à rádio e à televisão, visto que o serviço público do audiovisual beneficia de uma protecção constitucional. Neste caso, a intervenção do governo teria que ser no sentido de aumentar o padrão de qualidade dos serviços prestados, de forma a adequar as suas prestações públicas aos padrões de qualidade que a Constituição determina. Mas não se conseguiu fazer uma reestruturação efectiva nesse sentido, pelo que não será coerente apontar os jornalistas – que queriam manter os seus empregos – como os principais responsáveis pela sua política para os *media*. Não dependia dos jornalistas a liberalização do sector da televisão; outrossim, não era imperativo que o processo de liberalização do espectro radiofónico acontecesse da forma tão problemática como aconteceu, a ter em conta o diferendo do governo com a ‘Rádio Comercial’. Portanto, o próprio governo tinha os seus ‘problemas de consciência’, que têm a ver, precisamente, com a dificuldade que os edificadores do MpD tiveram em lidar com a questão da liberdade. A sociedade aberta, como sugerem as democracias multipartidárias, não conseguiu encontrar correspondência em ‘mentalidades abertas’ para conviver com a diferença e com a crítica, o que crispou a relação da classe política com a comunicação social. “Em 1992, ficou um projecto político que, infelizmente, só em parte puseram a funcionar anos depois e que era muito importante em termos de criação política, intelectual e de desenho de uma nova comunicação social em Cabo Verde. Muitos anos depois é que, de facto, abriram concurso para as rádios privadas, por exemplo, e foi só há cerca de um ano que abriram o concurso para as televisões privadas, o que foi uma coisa demasiado lenta” (Leão Lopes, Entrevista: 17.10.2008).

A relação da comunicação social cabo-verdiana com a classe tem merecido muitas críticas, registando-se dois comportamentos que se contradizem: de um lado, a ruptura e, do outro, a promiscuidade. A ruptura aconteceu sobretudo nos primeiros anos da democracia em que grande parte dos jornalistas estava em conflito permanente com os políticos no governo. Já nessa altura começaram a desenvolver-se promiscuidades dos jornalistas com um e outro partido, passando a classe a dividir-se entre jornalistas próximos do MpD e jornalistas próximos do PAICV. Nelson Herbert, ex-director da ‘TNCV’, sustenta que quando chegou a Cabo Verde encontrou uma comunicação social extremamente subserviente decorrente de ausência de investimentos durante a fase do Partido Único, que não promoveu a sua autonomia, e, “como se não bastasse, não conseguiu se distanciar da refrega político-partidária da altura. Em muitos casos, acabou por reencarná-la e assumi-la como própria”

(Entrevistado: 12.6.2008). Isto mostra que o ambiente das práticas jornalísticas em Cabo Verde tem sido hostil para a liberdade de imprensa, uma vez que a transição do regime para um sistema de democracia aberta e multipartidária não conseguiu resolver muitas das deficiências do Partido Único na questão da promoção de uma imprensa independente, um jornalismo livre e uma informação plural.

## **1.2. A liberdade de imprensa hostilizada**

No domínio dos *media*, a governação tem assentado sobretudo numa contradição entre o discurso e a prática. Se, por um lado, na década de 90, tínhamos jornalistas a queixarem-se de que os seus direitos eram constantemente atropelados pelo governo ou pessoas ligadas ao poder, por outro lado, o governo continuava a reproduzir sistematicamente o discurso no sentido de aprofundar a liberdade de imprensa. Em Maio de 1991, no encerramento do Fórum dos Jornalistas Cabo-verdianos, Carlos Veiga, então Primeiro-Ministro, fez questão de frisar que a censura tinha desaparecido de Cabo Verde, que o medo foi arredado dos meios de comunicação social, que estavam mais acessíveis a todas as instâncias sociais e organizações políticas. Não fugindo à ideologia manifestada pelo seu governo, recordou aos jornalistas que o programa do governo tinha como principal linha de acção a defesa e o aprofundamento do exercício do direito à liberdade de expressão, garantindo a liberdade de imprensa e a independência editorial dos meios de comunicação social (Voz di Povo: 21.5.1991). Entretanto, Nelson Herbert considera que a situação vivida na década de 90 se traduzia na “intolerância e na negação do direito à diferença de opinião, que marcaram as então desavenças entre os políticos e a classe: uma relação, diga-se, lamentavelmente promíscua, que em nada dignificou a afirmação da classe. Na ‘TNCV’, havia tentativas de pressão, em prol de cedências” (Entrevista: 12.6.2008).

A transferência do jornalista Júlio Vera-Cruz Martins, ainda em 1991, da rádio nacional para a agência ‘Cabopress’ suscitou uma reacção da AJOC que apontava o dedo à questão da liberdade de imprensa. O facto de o jornalista ter sido afastado contra a sua vontade e sem motivos aparentes levou a associação a manifestar a sua estranheza perante a situação, considerando que se tratava de uma medida “discutível, para não dizer revanchista e autoritária” (Voz di Povo: 7.2.1991). Assim, a AJOC exortava Arnaldo Silva, então Secretário do Estado para a Comunicação Social, a rever a sua medida, que inspirava um clima de desconfiança em relação à garantia da liberdade de imprensa. A questão acabou na transferência do jornalista para o sector privado, integrando o jornal ‘A Semana’. Mas, o seu problema com o governo não ficou por ali. Apercebendo-se de que estava a haver transferência de móveis da casa do então Secretário do Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para a casa do Ministro dos

Negócios Estrangeiros, decidiu proceder com a cobertura informativa, começando a fazer fotografias e a recolher informações. Entretanto, os próprios trabalhadores que estavam envolvidos no processo de mudança encarregaram-se de retirar, à força, a película que continha as imagens. O jornalista acusou o Secretário de Estado de ser o mandatário da extorsão (Ferreira, 2002). Neste caso, o direito à liberdade de imprensa concorre com um outro direito fundamental, portanto, de igual valor hierárquico: direito à privacidade e à imagem. Diante desta concorrência de direitos fundamentais, a AJOC acabou por concluir pela efectiva e deliberada obstrução da liberdade de informação, o que provocou uma reacção do partido do governo (MpD) que a classificou de uma instituição constituída maioritariamente por elementos ligados ao PAICV que nunca se fizeram ouvir durante o Partido Único, caracterizado essencialmente “pela ausência total da liberdade de imprensa” (Voz di Povo: 7.5.1991). O caso provocou trocas de acusações entre o partido do governo e a AJOC, sendo que a classe política dirigente acusava insistentemente a associação de querer desestabilizar a governação. Esta defendia-se, argumentando que apenas procurava assegurar o direito à liberdade de imprensa. Essas trocas de acusações viriam a marcar o relacionamento entre as duas instituições, durante a década de 90, fazendo emergir uma vontade clara de aniquilar a associação por via do asfixiamento e da descredibilização institucional.

A desconfiança lançada entre os jornalistas e a classe política protagonizou várias outras peripécias. O ano de 1991 foi rico em diferendos entre as duas classes. A jornalista Marilene Pereira, da televisão nacional, teve que recorrer às páginas do ‘Voz di Povo’ de 4 de Julho de 1991 para assegurar o seu direito à réplica, respondendo a um comunicado lido no dia 25 do mês anterior na televisão do estado. Afirmava, no seu texto, que lhe era negado constantemente o direito de resposta na própria televisão para a qual trabalhava, tendo que recorrer a outros meios de comunicação para poder exercer o contraditório. O caso configura uma certa gravidade e põe a nu o edifício do direito à liberdade de imprensa levantado nos anos 90. Se um profissional da televisão tinha dificuldades (e até impossibilidade) de contraditar acusações sobre si, sendo-lhe negada, insistentemente, pela direcção para a qual trabalhava, o direito de resposta, está mais do que claro que um cidadão desconhecido poderia ter as suas liberdades atropeladas por pessoas ou instituições com poderes superiores e não teria como defender-se publicamente. “Espero que tenhamos ultrapassado, de uma vez por todas, esses conflitos que nos anos 90 puseram os jornalistas e os políticos em confronto. Era uma infinidade de processos judiciais, que nunca mais acabavam; eram tumultos” (Arnaldo Andrade, Entrevista: 18.6.2008).

Se nas vésperas das eleições de 1991 o MpD apresentava, como uma das suas bandeiras de mandato para o sector dos *media*, a possibilidade de os jornalistas escolherem os chefes editoriais, a prática mostrou que, durante a sua governação, não seguiu a sua proposta. Em Setembro de 1991, “os jornalistas da ‘Rádio Nacional de Cabo Verde’ decidiram opor-se à indigitação de um nome para o cargo de Chefe do Departamento da Informação, feita pelo director. Reivindicavam a possibilidade de elegerem, eles próprios, as chefias” (Ferreira, 2002: 109). De resto, as propostas eleitorais do MpD contemplavam este aspecto, pelo que a atitude dos jornalistas não poderia ser encarada como algo estranho. Os jornalistas consideravam que, cada vez mais, aumentava a falta de respeito para com a classe. Em várias atitudes dos políticos liam um atentado ao profissionalismo (Voz di Povo: 17.9.1991). Em Junho de 1997 decorreu um seminário para a imprensa independente, tendo como tema o ‘Ambiente Institucional e Jurídico’, promovido pela parceria Gabinete Adjunto do Primeiro-Ministro/UNESCO. No atelier em que foram tratados temas como ‘a comunicação social e a democracia’, ‘imprensa e poder’, ‘o papel da crítica numa sociedade aberta’, ‘a censura e a autocensura’ ou ‘a liberdade de imprensa e as suas limitações’, concluiu-se que, na convicção de que a censura não existia na forma radical, existia o que se podia chamar “‘tesoura invisível’, que paira sobre os profissionais da comunicação social e, à laia da autocrítica, assumiu-se a existência de uma certa inércia, quer por parte do poder, quer dos jornalistas que devem pressionar para haver uma outra forma de fazer informação” (Novo Jornal de Cabo Verde: 28.6.1997).

Os profissionais da informação acompanhavam, de perto, as medidas do governo para o sector e a imprensa não se coibiu de criticar a classe política. O jornal ‘A Semana’ teve um papel muito importante nessa empreitada. Quando completou seis anos das primeiras eleições legislativas que confirmaram a mudança de regime, a directora do jornal produziu um editorial, debruçando-se sobre os *media* e a política e realçando que o semanário estava preparado para mais desafios e ameaças, uma vez que, tratando-se de uma voz que incomodava, tudo o governo teria feito para silenciá-la. Outrossim, registava-se uma certa tensão política e social que era transversal a toda a sociedade cabo-verdiana, desembocando na comunicação social em “ameaças contra determinadas liberdades, a começar pela liberdade de imprensa e de expressão” (A Semana: 13.1.1997).

Num ‘dossier imprensa’ de Agosto de 1997, o jornal ‘A Semana’ voltava a pôr a tónica na liberdade de imprensa, traçando um retrato catastrófico da governação do MpD. O jornal frisa que, desde que este partido chegou ao poder, em 1991, “a comunicação social e os seus profissionais mergulharam numa verdadeira espiral de atribulações, afrontas e humilhações. Para trás ficaram os sonhos da liberdade de imprensa que a mudança deveria automaticamente trazer. Em cada novo gesto os governantes do MpD

parecem não fazer outra coisa senão rasgar a Constituição e deitar no caixote de lixo toda a literatura por eles próprios produzida em matéria de liberdade de imprensa” (A Semana: 2.10.1997).

Se a imprensa insistia na tese de pressão e censura por parte do governo, este, desde cedo, afirmou que a liberdade de imprensa já estava restituída. Foi o que fez o Primeiro-Ministro que, de acordo com o ‘Voz di Povo’ (12.9.1992), afastou qualquer possibilidade de manipulação dos órgãos do estado, afirmando que o governo não queria manipular nem ser manipulado. No entanto, sem assumir frontalmente a censura governamental, José António dos Reis, então ministro do sector, viria a assumir, posteriormente, a existência de um clima de ‘mal-estar’ na comunicação social do estado. Na sua tomada de posse como Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, reconheceu, numa reunião que teve com os trabalhadores da imprensa estatal, que a comunicação social do estado não agradava a ninguém: “nem ao governo, nem aos trabalhadores e, seguramente, nem ao grande público” (cit. por Novo Jornal de Cabo Verde: 6.6.1996). Antes de José António dos Reis assumir a pasta de comunicação social, Úlpio Fernandes, seu precedente, tinha defendido uma comunicação social livre de qualquer tipo de censura: “do meu ponto de vista não instrumentalizo a comunicação social e posso assegurar-lhe que nunca, em situação nenhuma, determinei qualquer órgão de comunicação social do estado, por instrução ou qualquer outra via, para fazer publicar ou deixar de publicar notícias ou aspectos que, de certa forma, são acusados de fazer” (Novo Jornal de Cabo Verde: 2.9.1995).

Para Eduíno Santos, jornalista da rádio nacional e ex-director do extinto ‘Notícias’, a limitação da actividade dos jornalistas é transversal aos governos: “há ordens para pôr na prateleira. Eu mesmo, neste momento, estou na prateleira. Sinto isso e é verdade que fui colocado na prateleira. Posso dizer-lhe que sou quadro da ‘Televisão de Cabo Verde’, mas fui transferido compulsivamente para a ‘Rádio de Cabo Verde’” (Entrevista: 15.10.2008). Neste sentido, o supracitado jornalista defende que o recurso à ‘prateleira’ tem sido bastante usado, sobretudo pelos políticos que querem ter o controlo da sociedade. Uma das vias pelas quais se procura exercer este controlo é, para o referido jornalista, extinguir os programas dos profissionais que confrontam o poder político dirigente. Estes exemplos são apenas sinais de que a democratização da comunicação social é uma tarefa árdua e, em Cabo Verde, a conquista da liberdade de imprensa não tem acontecido sem os seus custos.

### **1.3. Caminhos da liberdade de imprensa: sobre a democratização da comunicação social**

Os caminhos que a liberdade de imprensa conheceu seguiram, de alguma forma, a evolução do país, mas não em igual proporção. Se hoje Cabo Verde integra o grupo dos Países de Desenvolvimento

Médio, nota-se que esse desenvolvimento não elevou as garantias da liberdade de imprensa para o patamar desejado. Sobre esta matéria, as opiniões dividem-se. De um lado, estão os jornalistas que dirigem os órgãos do estado e, do outro lado, os outros profissionais, incluindo os que no passado tiveram cargos importantes nos órgãos públicos. Quanto aos profissionais que se encontravam à frente dos órgãos estatais, temos a destacar três posições: Carlos Santos ('RCV') e Adelina Brito ('TCV') consideram que a liberdade de imprensa está em conformidade com as necessidades da profissão. "Não há nenhum problema na feitura da informação. Eu, pelo menos, há 22 anos estou nesse ramo e posso dizer-lhe que não há problema em informar", afirma Adelina Brito, para quem os profissionais ganharam "mais condições para exercer a liberdade" (Entrevista: 21.4.2008). Carlos Santos defende também que há um ambiente de liberdade do qual os jornalistas não têm sabido tirar proveito. Isto deve-se ao facto de haver muita inércia no seio da classe, o que dificulta o aprofundamento das questões. Assim, montou-se um esquema que se tornou no modelo de jornalismo em Cabo Verde, o que faz com que "a sociedade civil que deveria estar informada, que deveria estar mais activa a intervir na vida pública do país, não tenha oportunidade para se expressar" (Carlos Santos, Entrevista: 25.4.2008). Apesar de ter considerado que existem condições legais e psicológicas para que a liberdade de imprensa seja efectivada, Carvalho Santos, director da 'Inforpress', nota que há jornalistas que, por vezes, não conseguem despir a sua 'camisola' (Entrevista: 23.4.2008).

Analisando a democratização da comunicação social, Luís Carvalho, ex-responsável editorial do jornal estatal, afirma que não nos podemos esquecer que o encerramento do jornal 'Voz di Povo' decorreu "num quadro de ausência de liberdade. Se houvesse liberdade, na altura – apesar de ela ter sido muito propagandeada aos sete ventos –, não teríamos passado por esse momento que diria tumultuoso para o jornalismo cabo-verdiano" (Entrevista: 20.11.2008). Entendendo a liberdade de imprensa como a alavanca de qualquer sistema democrático, os jornalistas começaram a ousar mais, a partir de 1991, tentando romper com o ambiente jornalístico de épocas anteriores, indo além do que era habitual. Isso fez com que, na versão do supracitado, muitos tenham provado o 'pão que o Diabo amassou'. Por isso, falar em liberdade de imprensa num país como Cabo Verde é extremamente difícil. Essa liberdade não é um dado absoluto, mas algo que vai amadurecendo dia a dia na consciência social, acompanhando o fortalecimento do sistema democrático. Vários entrevistados, entre eles Carlos Pulu, ex-proprietário da extinta 'TVP', recusam que haja liberdade. Para muitos, manifestar posições contra o governo é mexer com interesses de quem tem a faca e o queijo nas mãos, já que, num país de deficientes estruturas económicas, quase tudo passa pelas suas esferas de decisão. Por isso, "ficam todos no silêncio. Dizem que estamos num regime de democracia, mas ainda hoje há o medo e as pessoas não se sentem à



vontade para falar abertamente. É chato falar porque, se for apanhado, vai perder o emprego” (Carlos Pulu, Entrevista: 16.10.2008).

A liberdade de imprensa, para Rosana Almeida, *pivot* da ‘TCV’, poderia ser beneficiada se se mudasse a política de nomeação das chefias porque, num País de Desenvolvimento Médio, não pode continuar a haver chefes de informação dos órgãos estratégicos com 5.º ou 7.º ano dos liceus: “a televisão deveria ser do estado. Mas, a televisão, da forma como trabalha, vai sempre atrás do governo”, afirma, lembrando que 90% das notícias são institucionais e que a televisão pública ver-se-á em maus lençóis se contrariar os governantes (Entrevista: 3.11.2008).

A existência de um Estatuto do Jornalista aprovado pelo parlamento que dá mais garantias de inviolabilidade ao material e conteúdo noticiosos e criminaliza algumas práticas atentatórias da liberdade de imprensa constitui um passo significativo na consubstancialização da democratização da comunicação social. Porém, João do Rosário, director do ‘Expresso das Ilhas’, recorda momentos de dificuldade no exercício da liberdade quando trabalhava na agência noticiosa: “você vai para o terreno recolher informações e, quando regressar à redacção, vai reparar que se a sua peça criticar o governo é imediatamente censurada. Não tenho receio de falar sobre isso. Já sofri isso na pele. Escrevi e as minhas peças foram censuradas, sobretudo aquelas que eram críticas em relação a algumas posturas do governo” (Entrevista: 26.4.2008). O director do ‘Expresso das Ilhas’ considera ainda que, em determinados sectores do jornalismo cabo-verdiano, pode-se admitir perfeitamente a existência da censura, um mal do qual se vai libertando aos poucos.

A liberdade de imprensa tem um conjunto de dimensões que engloba a liberdade de criar empresas, a liberdade de publicar, a liberdade de circulação de jornais. Por isso, quando a sua análise é excessivamente redutora, peca por defeito. As análises meramente formais têm colocado Cabo Verde na vanguarda da defesa do direito à liberdade. Mas, na verdade, existe um jornalismo que não incomoda, não contesta e não confronta os poderes. É um jornalismo amorfo que não capta as aspirações da sociedade cabo-verdiana. Por isso, muitas análises internacionais são redutoras porque, como observa Arnaldo Silva, ex-Secretário de Estado para a Comunicação Social, as observações sobre a democracia no continente africano não são levadas a sério: “eles vêm cá e falam com pessoas que estão ligadas ao governo. Depois, bebem um bom vivo verde dos que há por aí, comem uma boa lagosta e fazem um relatório que agrada o governo. Nós sabemos que é assim que tratam a África” (Entrevista: 4.11.2008).

Leão Lopes, antigo Ministro da Cultura e da Comunicação Social (no período de governo do MpD), defende que os jornalistas nunca tiveram coragem para estimular a democratização da comunicação

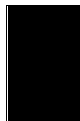
social. “Os mais corajosos, em todo esse processo, talvez tivessem ficado isolados. Mas também era um desafio complicado. Ainda é. Para a cultura da idiosincrasia cabo-verdiana, ainda é. Fugimos dos riscos. Não os assumimos. Brigamos porque queremos independência. No momento da acção, recuamos. Isto porque, a nossa cultura é assistencialista” (Entrevista: 17.10.2008). O ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social fala ainda na falta de cultura democrática, que só pode ser combatido com a liberalização completa da comunicação social, dando incentivo aos privados e pondo o país todo a expressar-se. Por isso, Leão Lopes critica as burocracias inerentes ao licenciamento das estações radiofónicas. Enquanto ministro com tutela da comunicação social, afirma ter ‘desenhado’ o projecto “Rádio Ribeira”, integrado nos Planos de Desenvolvimento de Santo Antão: “o meu projecto de comunicação era que as ribeiras albergassem rádios com determinados formatos, até constituir uma rede nacional, pelo menos em termos de radiodifusão. Mas poderia ser o mesmo em termos da imprensa escrita e a nível da televisão” (Entrevista: 17.10.2008). Porém, o antigo Ministro da Cultura e da Comunicação Social considera que ainda não há sensibilidade política para essas questões de democratização da comunicação social, o que é contrariado por Eugénio Martins, Director-Geral da Comunicação Social, que lembra ter despachado constantemente os pedidos de autorização para emissão de rádios comunitárias. Contrariando Leão Lopes, o Director-Geral da Comunicação Social vê no actual governo uma persistência na democratização da comunicação social, com vista a ampliar a liberdade de imprensa.

Tendo em conta o despertar das comunidades pela questão da rádio, torna-se imperativo o quadro legal para as rádios comunitárias e, jogando na antecedência, também se poderia criar um quadro regulamentar para as televisões comunitárias, uma realidade com a qual o país poderá ver-se confrontado mais cedo ou mais tarde. Abrir espaço da comunicação social às diferentes sensibilidades da sociedade cabo-verdiana parece ser uma boa medida de política para o sector mediático, já que, havendo descontinuidade territorial que isola os cidadãos em ilhas, estes não podem ver-se isolados em termos da comunicação com o resto do país.

Analisando a socioeconomia dos *media* cabo-verdianos, facilmente se pode concluir que nenhum órgão de comunicação social dispõe de recursos financeiros para fazer uma cobertura integral do país. A agência noticiosa ‘Inforpress’ tenta diminuir essas carências que se registam nas empresas mediáticas cabo-verdianas, procurando ter correspondentes em todos os concelhos, com o intuito de fornecer aos órgãos de comunicação social nacionais uma pluralidade de informação, tendo em conta a sua proveniência geográfica, mas o seu serviço ainda não é suficiente. Uma política de comunicação que democratize o espaço de diálogo entre os cidadãos, através dos recursos mediáticos, poderia ajudar a

resolver o problema. Desde logo, poderiam estabelecer-se parcerias entre os órgãos nacionais e os diferentes órgãos regionais e locais que poderiam ser criados, no âmbito das quais estes poderiam ceder àqueles parte das informações que recolheriam. Isso permitiria aos órgãos de cariz nacional ter uma cobertura integral do país e os cidadãos passarão a ter um maior conhecimento sobre o que se passa diariamente nas ribeiras, cutelos, ladeiras, vales e achadas onde haja gente que diariamente luta para sobreviver e contribui para o desenvolvimento da nação cabo-verdiana.

Outrossim, a melhoria na gestão da comunicação social do estado também poderia ser um bom indicativo no processo de democratização do espaço da liberdade de imprensa em Cabo Verde, já que, entre 1991 e 2009, sobretudo nos primeiros tempos da democracia, registaram-se episódios entre pessoal do quadro administrativo e jornalistas que pouco abonam os *media* nacionais.



### **2.1. A liberdade de imprensa entre ‘catástrofes’ administrativas**

Em Cabo Verde, a gestão dos órgãos de comunicação social públicos tem sido uma tarefa complicada. Nelson Herbert, que já esteve na direcção da televisão pública, afirma que, quando chegou à estação, a então conjuntura política exigia, dos gestores, uma relação de fidelidade política ou, quando menos, de simpatia (Entrevista: 6.2008). Por sua vez, Conceição Queiroz, que dirigiu a informação da mesma estação, sustenta que a instabilidade que reina na gestão dos órgãos estatais abrange toda a estrutura administrativa e directiva, recordando que, quando caiu a direcção de Margarida Fontes, também ela se viu obrigada a deixar a direcção da informação, já que trabalhavam em equipa (Entrevista: 17.6.2008). A problemática da instabilidade de gestão levanta várias questões. Marco Rocha, correspondente dos órgãos públicos em Lisboa, entende que as questões económicas têm estado na base dessa gestão conflituosa, já que, não tendo condições para implementar os seus projectos, os directores se transformam em autênticos gestores de recursos humanos. Porém, se a questão financeira tem um peso importante nessa gestão conflituosa, as questões políticas parecem reunir mais argumentos. Apolinário Neves, que já foi administrador de uma empresa mediática do estado, afirma que, ao escolher alguém para dirigir esses órgãos, os governos tentam nomear indivíduos que corrompem as notícias com apenas um telefonema (Entrevista: 26.4.2008). A sua análise segue o entendimento de Nelson Herbert, para quem os políticos procuram garantias de fidelidade às suas ambições.

Nos *media* cabo-verdianos, a tónica na liberdade de imprensa é frequente. No dia 7 de Abril de 1994, o ‘Novo Jornal de Cabo Verde’ dava conta da demissão do então delegado da televisão pública em São Vicente. A notícia fala em turbulências que sucessivamente abalavam a televisão e impediam a implementação de qualquer modelo de gestão, apontando o dedo ao governo. Por isso, muitos jornalistas recusam os cargos de chefias que, certas vezes, põem em causa a sua própria imagem profissional. Uma boa parte dos jornalistas que aceitam ser mobilizados para as chefias acaba por ser acusada de conivência com o poder, na medida em que vozes críticas acusam sistematicamente o governo de instrumentalizar os *media* estatais. Fala-se frequentemente na expressão ‘dividir para reinar’, com vista a classificar a relação que o poder desenvolvia com os órgãos de comunicação social e com os jornalistas, no sentido de tê-los como parte de um reinado que se pretendia duradouro.

Outrossim, a gestão da comunicação social do estado é uma questão que levanta o problema da liberdade de imprensa, na medida em que os directores de informação não são escolhidos pelos seus pares, mas pela administração, que é eleita directamente pela tutela. Este modelo levanta um conjunto de questões, com a oposição a criticar sistematicamente o governo de colocar à frente dos *media* estatais os seus ‘comissários políticos’. As críticas apontam para uma convivência entre os responsáveis pela informação e os políticos, acabando na manipulação dos órgãos do estado. Reportando-se à sua experiência à frente da televisão nacional, Nelson Herbert afirma que “o natural seria depreender que ante o quadro negro que a instituição oferecia, qualquer equipa administrativa que decidisse na altura aceitar o desafio de assumir a gestão da ‘TNCV’ teria como ponto de partida assumir com todas as consequências políticas que dela adviessem, a redução drástica do quadro do pessoal, salvaguardando os direitos legais dos visados em prol da viabilidade financeira da empresa”. Outrossim, o jornalista fala na ausência de coragem política para seguir as devidas opções, “agravada, em parte, por uma praticamente inexistente política governamental ousada e reformista para o sector – a comunicação social, reassumindo o tal papel de parente pobre – surgem, na altura, as primeiras dificuldades de relacionamento com a tutela. A lógica reformista e de gestão, num embate com a lógica eleitoralista do *laissez faire, laissez passer*” (Nelson Herbert, Entrevista: 12.6.2008).

Não só os problemas externos, mas as questões internas também dificultam a gestão mediática. Não é por acaso que as empresas estatais estão sobrecarregadas, pouco produtivas, propiciando o aparecimento de conflitos. “Em termos administrativos e de gestão, permita-me destacar esta particularidade, que descreve bem o estado calamitoso em que se encontrava aquela instituição (televisão do estado). Com a minha chegada a Cabo Verde e com a assumpção da direcção, interessei-me pelo conhecimento, por um certo aprofundamento do perfil dos quadros, pessoal e funcionários (como queiram) do órgão. Fui pedir a ficha individual de cada um para uma análise e avaliação do perfil do pessoal posto à minha disposição. É triste, mas é esta a realidade: não existia nenhum processo individual digno desse nome” (Nelson Herbert, Entrevista: 6.2008). Isto mostra que, durante muito tempo, a contratação de pessoal pelas empresas públicas foi um processo *ad-hoc*, que não obedecia a qualquer tipo de critério, fazendo-nos lembrar o programa FAIMO<sup>25</sup>. Nesta sequência, surge a questão da familiaridade, já que, segundo o jornalista supracitado, o recrutamento de pessoal obedecia às seguintes directrizes: um indivíduo entra, leva a namorada, chama o irmão, admite o primo, arranja lugar ao cunhado, que traz o primo e que leva a cunhada. O ‘Expresso das Ilhas’

---

<sup>25</sup>FAIMO: Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra.

assegura, por seu lado, que “pessoas com apelidos Cabral e Brito têm ‘crescido’ na nossa ‘TCV’ como cogumelos. Isso referindo-se aos familiares da Chefe de Informação, Adelina Brito, e do marido, o Administrador da RTC, José Augusto Brito” (12.6.2002). No final das contas, criaram-se famílias poderosas capazes de abortar qualquer tentativa de inovação, funcionando como blocos de resistência. Esses, aliados ao facto de o Presidente do Conselho de Administração ser nomeado pelo governo, tira a possibilidade ao mais hábil e experiente técnico que queira dotar de qualidade a comunicação social do estado. Por tudo isto Daniel Medina, ex-director da estação, afirma que o director é uma figura decorativa: “você tem o director em linha horizontal – o director técnico, o director da televisão, o director dos recursos humanos e o director financeiro estão na mesma linha. Quer dizer que um director da televisão ou da rádio não pode dar ordens a um director técnico. Cabe na cabeça de alguém? Quer dizer que um director técnico tem autoridade e legitimidade para receber uma chamada da Boa Vista a dizer que uma antena está a funcionar mal e fazer directamente uma requisição aos serviços financeiros, deslocando-se à Ilha da Boa Vista. Ele pode ir à Ilha da Boa Vista sem você ter conhecimento, mas trabalha nas mesmas instalações em que você é director” (Entrevista: 22.4.2008). Por isso, entende que estão divididos para alguém reinar. Inconformado com o organigrama das funções na ‘TCV’, Daniel Medina afirma ter apresentado uma proposta de alteração, que foi desconsiderada. Depois, recorreu-se à MundiServiços, que cobrou mais de 6.000 contos para apresentar uma proposta semelhante, tendo-o ouvido várias vezes. Essa proposta também foi para a gaveta, porque não beneficiava o Conselho de Administração.

Se o problema na gestão da imprensa pública veio desde o regime de Partido Único, depois da transição democrática a questão não conseguiu ser ultrapassada. Ainda hoje surgem frequentes críticas direccionadas aos directores e administradores das empresas mediáticas, que são apontados como ‘extensão do governo’. O organigrama da RTC surge como um dos principais factores que concorrem para essa gestão conflituosa. Para criar um programa ou proceder com uma cobertura noticiosa fora dos pontos onde há uma equipa dos órgãos públicos, passa-se, antes, por um conjunto de constrangimentos. Primeiro, o director terá que fazer uma requisição aos serviços de recursos humanos que envia a proposta ao departamento financeiro e que, depois, fá-la chegar ao Presidente do Conselho de Administração. Depois, a requisição volta para trás, passando por uma extensa cadeia de comandos, baixando ao departamento financeiro, voltando para os recursos humanos, até chegar ao director. Se se insistir em seguir todas essas burocracias, o resultado que se tem é que notícias importantes para o conhecimento dos cidadãos ficam sem cobertura jornalística, porque o tempo do jornalismo não se compagina com o tempo das burocracias. Se a decisão segue toda essa cadeia de

comandos, o papel do director geral dos órgãos torna-se residual. Questão mais preocupante nisto tudo é que nem todos os poderes sobre os conteúdos estão sob a alçada do director do órgão, porque, subtilmente, o poder do Presidente do Conselho de Administração, nomeado pelo governo, atinge os conteúdos. Esta intervenção acontece de duas formas: se não for directa pode ser indirecta. Se o director pretende criar um programa, é o Conselho de Administração “que vai decidir se aquele programa deve sair ou não, em função, muitas vezes, do conteúdo ou em função de questões financeiras. Mas, muitas vezes, não são questões financeiras; são questões que têm a ver, maioritariamente, com os conteúdos” (Entrevista: 22.4.2008). Neste caso, o Conselho de Administração terá sempre uma saída: não concordando com o conteúdo do programa, pode invocar questões financeiras. O mesmo pode acontecer em relação às coberturas noticiosas. “Nós constatamos que há, pelo menos neste Conselho de Administração que está desde 2004, um fechar de cerco, tanto à rádio como à televisão” (Carlos Santos, Entrevista: 25.4.2008).

Assim como o director, o delegado também gere um centro de produção, mas é escolhido pelo Presidente do Conselho de Administração. Nos estatutos da RTC, diz-se que, hierarquicamente, ele depende do Conselho de Administração e, em termos funcionais, do director. Ora, cria-se uma polémica: o facto de ele, tal como o director, ser escolhido e depender hierarquicamente do Conselho de Administração, coloca-o numa posição quase semelhante à do director. Isso faz com que haja conflitos na gestão. “Já houve caso, obviamente, de algum bloqueio, em que esses delegados se sentem com poderes iguais aos dos directores. Às vezes, até em matéria de conteúdos, já houve alguns confrontos, alguns atritos e eles vão directamente ao Presidente. Dizem-nos que não dependem dos directores, mas sim do Conselho de Administração” (Carlos Santos, Entrevista: 25.4.2008).

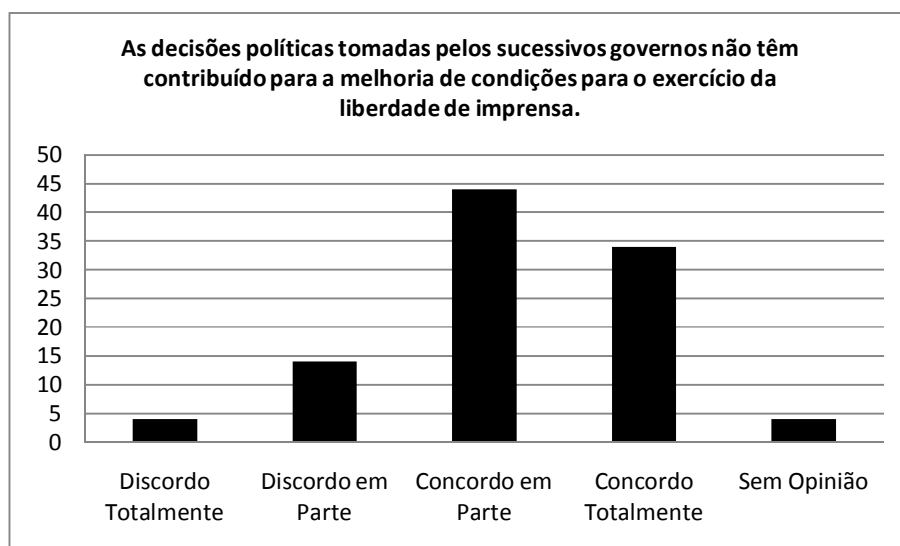
Seria bom que houvesse uma representação administrativa nas delegações, que respondesse perante o Conselho de Administração, mas os delegados, por se responsabilizarem pelos conteúdos, deveriam ficar na dependência dos directores. O Conselho de Administração escolheria os representantes administrativos das delegações, enquanto os directores escolheriam os delegados editoriais, que deles dependeriam directamente. Porém, Rosana Almeida considera que o problema da RTC não é o organigrama das funções, mas sim é sistémico, afectando toda a organização: “as pessoas que passaram pela direcção da ‘TCV’ não vão dizer que a culpa está na direcção. Pergunta a essas pessoas quantas vezes já assumiram a direcção. Pelo menos algumas delas já assumiram dez a quinze vezes, com algum exagero meu. Mas quatro, cinco, seis vezes: o que fizeram? Como não conseguiram fazer nada, é fácil vir dizer que o problema está no organigrama” (Entrevista: 3.11.2008).

Leão Lopes, ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social, não se revê na actual modalidade de gestão dos órgãos públicos, afirmando que, quando saiu do governo, deixou um documento em que a criação da RTC não incorporava qualquer outra nomeação governamental que não fosse a do Presidente do Conselho de Administração. De resto, a parte da gestão dos órgãos não resultaria de qualquer lógica de nomeação, mas sim da evolução dos profissionais dentro do órgão para o qual trabalham. Neste sentido, os próprios profissionais de um dado meio de comunicação social sentiam-se co-responsabilizados na escolha dos directores geral e de informação do órgão, incluindo os delegados. Este modelo tornaria o Presidente do Conselho de Administração num representante dos interesses do estado nos órgãos. Não teria a gestão financeira, porque senão a empresa deixaria de ter autonomia. José António dos Reis, antigo Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, também propõe um figurino semelhante, lembrando que “os gestores executivos dos órgãos públicos de comunicação social na Alemanha são eleitos de entre os membros de uma grande assembleia representativa, integrada por poderes públicos, organizações não governamentais, instituições religiosas, sindicatos e outras forças vivas representativas” (Horizonte: 31.12.2003).

As críticas ao figurino administrativo dos *media* estatais têm congregado os políticos e os jornalistas numa mesma observação. Às vezes supracitadas junta também a de Nedyl Rosa, jornalista da ‘RCV’, para quem, apesar de haver liberdade de imprensa em termos jurídicos, na prática ela só irá existir quando “o governo deixar de tentar os órgãos de comunicação social ditos do estado, no dia em que os directores deixarem de ser indigitados pelo governo. Em que os partidos políticos, em consequência da sua tomada de posse, deixarem de indigitar conselhos de administração, directores para os órgãos de comunicação social” (cit. por Expresso das Ilhas: 30.4.2003). Também Humberto Cardoso, deputado nacional eleito nas listas do MpD, defende que a isenção dos órgãos e a independência dos jornalistas no sector público acontecerá no dia em que o governo deixar de ter peso na escolha do Conselho de Administração dos referidos órgãos (cit. por Expresso das Ilhas: 6.12.2006). Outrossim, os profissionais inquiridos defendem que os governos não têm trabalhado no sentido de materializar o direito à liberdade de imprensa: 78% dos jornalistas (44% concorda em parte e 34% concorda totalmente) defende que as decisões políticas tomadas pelos sucessivos governos não têm contribuído para melhorar as condições do exercício da liberdade de imprensa, contra 18% que discorda desta tese. Apenas 4% não opina (ver gráfico n.º 22).



Gráfico n.º 22



Para Leão Lopes, o seu projecto só foi entendido em parte porque juntou-se a rádio e a televisão, mas a orgânica não foi bem entendida, ficando “com um formato onde os governos podem intrometer. Foi um grande erro. É por isso que a comunicação social do estado está a ter esses problemas” (Entrevista: 17.10.2008). O ex-ministro defende ainda que o Presidente do Conselho da Administração deveria ser uma figura consensual do estado, o que, no entendimento de Eugénio Martins, desagrada a própria lei que impõe um Conselho da Administração para as sociedades anónimas, modalidade empresarial ao qual o estado recorreu para criar as empresas mediáticas (Entrevista: 27.10.2008).

Bartolomeu Varela, membro do Conselho da Comunicação Social, também é de opinião que deveria haver menos subordinação dos gestores da comunicação social do estado ao governo, evitando colocar dirigentes de partidos políticos à frente das empresas mediáticas (Entrevista: 6.1.2009).

Olhando para a sua intervenção no sector, José António dos Reis salienta que os órgãos do estado não eram empresas autónomas, pelo que procedeu no sentido de os transformar em entidades autónomas, com gestão própria, natureza empresarial e autonomia editorial. Por isso, o governo deveria estar o mais afastado possível da definição da sua política editorial. “A separação, em termos funcionais, da gestão financeira da gestão da informação, impunha que os diferentes actores assumissem os seus respectivos papéis. A lei não resolve tudo. São as pessoas, mediante as suas capacidades, quer de liderança, quer de ajustamento de diferentes situações, que podem permitir que uma solução técnico-jurídica tenha consequências reais” (José António dos Reis, Entrevista: 1.11.2008).

Para Arnaldo Andrade, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, a ‘dança de directores’ que se tem registado nos órgãos públicos não permitiu que se implementasse uma verdadeira política

para o sector, dando razão a António Caldeira Marques para quem “a dança dos responsáveis pela comunicação social do estado, quer na época colonial quer após a independência, é eloquente da falta da liberdade de imprensa em Cabo Verde” (A Semana: 24.4.1998).

Fazendo as contas às administrações da televisão nacional, Valdemar Pires, *pivot* da estação pública, contabiliza 14 conselhos de administração entre 1991 e 2004, ficando num rácio de 8 a 9 meses para cada Conselho da Administração (cit. por Expresso das Ilhas: 25.8.2004). Toda esta situação acaba por criar instabilidade na gestão dos órgãos públicos, não permitindo que os administradores implementem as suas políticas, empurrando os órgãos de comunicação social para uma situação de desorganização. Como ficou evidente, as políticas reformistas que tinham no horizonte a reestruturação da comunicação social do estado não teve impactos positivos sobre os órgãos e nem a compreensão dos jornalistas que, no meio do caos administrativo, apenas conseguiam ler nos sinais do governo a vontade de sanear os indesejados, suprimindo o direito à liberdade de imprensa.

## **2.2. A reestruturação dos *media* públicos e a Liberdade de Imprensa**

A reestruturação da comunicação social do estado é um problema que, desde muito cedo, começou a preocupar os partidos. Por isso, nas eleições de 1991 era a ‘bandeira de campanha’ do MpD, que prometia dinamizar o sector, atribuindo, aos jornalistas, condições materiais, políticas e jurídicas para exercer a sua profissão. No contexto dessas promessas, o programa eleitoral e, posteriormente, o do governo de 1991-1996 integraram um pacote legislativo para o sector, a remodelação dos serviços públicos de rádio e de televisão, a eliminação da presença estatal do domínio da imprensa escrita e a incrementação do sector privado. A maioria dessas políticas reformistas não foi conseguida no primeiro mandato do MpD e alguns deles contaram com fortes resistências da parte dos profissionais da informação. Na edição de 5 de Novembro de 1992, o ‘Voz di Povo’ anunciava a sua suspensão, alegando a necessidade de uma intervenção urgente, que visasse a sua remodelação. Tentando acalantar os ânimos, informava-se que a suspensão era temporária e que, após ao processo de reforma, o jornal estaria de volta. No entanto, nunca mais viu a luz do dia.

A tentativa de retirar o estado do ramo da imprensa escrita contou sempre com fortes contestações dos profissionais que não queriam perder os seus postos de trabalho, num mercado ‘agreste’, sem grandes oportunidades de emprego fora do sector público. Por isso, os jornalistas lutaram arduamente para continuarem a sonhar com a possibilidade do exercício da profissão, chegando a causar algum incómodo para o governo de Carlos Veiga que começou a desenvolver o discurso no sentido de que os

profissionais não estavam a adaptar-se aos novos tempos. Para além da imprensa escrita, as políticas de reestruturação também eram extensivas ao domínio do audiovisual. Uma primeira reforma, ao nível da gestão, foi imposta ao governo pela situação de eminente perca de controlo da televisão nacional.

Quando o então Primeiro-Ministro foi contratar Nelson Herbert nos EUA não imaginava que o poder do governo de agendar a informação iria diminuir consideravelmente. Desta forma, viu-se obrigado a criar um Conselho da Administração na 'TNCV', para poder indigitar pessoas de confiança. Implementou-se um sistema de dupla governação (Direcção + Conselho de Administração), com dois órgãos com relativa autonomia e poder de intervenção a lutarem entre si para definir um modelo de informação. No entanto, cada vez mais o Conselho de Administração ganhava terreno face à direcção.

Em 1995, era mais do que evidente que o modelo de dupla gestão não conseguiu funcionar. A televisão pública vivia uma situação de conflito latente, sem entendimento entre o Conselho de Administração e a direcção, já que as suas funções eram praticamente sobrepostas. Confiante de que a conjuntura da televisão nacional seria ultrapassada, Úlpio Fernandes afirmara, num dos seus discursos, que o modelo ainda não tinha vingado, mas que, cedo ou tarde, mostraria a sua eficácia. Ferreira (2002) destaca o papel do então Primeiro-Ministro na escolha dos elementos do Conselho da Administração. Para a autora, o governo beneficiou com essa modalidade de gestão. O Conselho da Administração era uma espécie de assessoria do governo e dificultava o trabalho da direcção, impondo conteúdos. Ferreira realça a rubrica 'Suplemento', que era um boletim de campanha do governo: "as acções do Presidente do Conselho de Administração estiveram muito longe da imparcialidade e isenção que declarou serem a sua pauta, no discurso de tomada de posse" (Ferreira, 2002: 144).

Tornando-se um órgão controverso dentro da televisão nacional, o Conselho de Administração era fonte de conflitos constantes. A visão que tinha sobre o modelo de televisão divergia da dos jornalistas. Assim, começaram a entrar em rota de colisão, que conduziu a ameaças, agressões físicas e cerceamento da liberdade de imprensa. Ferreira (2002) descreve o Conselho de Administração como uma entidade polémica, intimidatória e conflituosa que, segundo o relato dos jornalistas, envolvia-se frequentemente em tensões dentro da televisão. A via da agressão foi uma das quais os administradores da 'TNCV' recorreram, na tentativa de impor o seu modelo de gestão. Havia anos em que as complicações assumiam dimensões preocupantes. Com a política de reestruturação, em 1997 os conflitos entre o governo e os jornalistas tomaram grandes proporções. Por isso, "o governo optou por desenvolver acções, nomeadamente publicitárias, para convencer os jornalistas da rádio e da televisão, de que perderiam os seus postos de trabalho se não assinassem os contratos" (Ferreira, 2002: 176). Esses contratos tinham uma cláusula polémica que obrigava os jornalistas a jurar

fideliidade ideológica aos administradores da RTC. Portanto, há aqui o recurso à 'coacção psicológica' com o objectivo de transformar os jornalistas em correias de transmissão. A situação laboral complexa, com possibilidades de desemprego, levou os sindicatos a depararem com uma grande procura da parte dos jornalistas. No entanto, alguns não viram os seus direitos reconhecidos, chegando a entrar em desespero, organizando manifestações que, muitas vezes, eram confrontadas com a força policial. O projecto de reestruturação dos meios audiovisuais 'apanhou' o governo de Carlos Veiga quase a meio da segunda legislatura. Se no caso da imprensa escrita as tentativas de encerrar o jornal estatal falharam, o governo não se coibiu de partir para a reforma do sector audiovisual. Sete anos passaram para que pudesse surgir um decreto governamental que criava condições institucionais para a reestruturação do audiovisual. A solução encontrada passava pela fusão administrativa entre a rádio e a televisão. Daí a edificação da RTC. Esta novel empresa trouxe também mais encargos aos cidadãos, que passaram a contribuir pelos serviços que lhes são prestados.

Depois de conferir posse aos membros do Conselho de Administração, José António dos Reis afirmou que uma análise ponderada da situação mostrou que aquele modelo de gestão dos meios audiovisuais seria a solução organizacional que mais se adaptava à realidade cabo-verdiana (A Semana: 2.8.1997). Somando os activos da rádio e da televisão, a RTC arrancou com um quadro de 150 trabalhadores. O jornal 'A Semana' não acreditava no modelo, recordando a tentativa de modernizar o 'Voz di Povo': "na altura, pelas mãos do então Ministro da Cultura Leão Lopes, este mesmo governo alegou também a necessidade de proceder à reestruturação e modernização do jornal público. Passando por cima dos direitos dos trabalhadores, o 'VP' ('Voz di Povo') foi encerrado, quadros seus saneados, recursos seus esbanjados para no fim tudo se mantivesse igual ou pior do que antes. Cinco anos depois do encerramento do 'VP', vê-se à vista desarmada que, neste particular, a situação hoje pouco ou nada difere (para melhor) em relação ao passado" (A Semana: 2.8.1997).

A situação na qual a RTC labora mostrou, desde a primeira hora, não ser das mais confortáveis. Primeiro, começou com um ideal paternalista, apresentando um contrato, com uma alínea na qual os jornalistas teriam que jurar obediência ideológica. Neste caso particular, a actuação do Conselho da Administração começou a ser pior do que a do Conselho da Administração da 'TNCV'. Muito ostentado e visto até como um 'gabinete do governo' dentro da televisão nacional, os elementos do Conselho da Administração da 'TNCV' agiam na 'sombra'. Não chegaram a exigir, contratualmente, 'obediência ideológica', o que sucedeu com o Conselho de Administração da RTC. José Leite, jornalista da 'Rádio de Cabo Verde', é o único jornalista que optou por enfrentar o Conselho de Administração, negando peremptoriamente assumir a cláusula contratual, jurando obediência ideológica à administração da

empresa. Num país onde a constituição do Conselho de Administração das empresas mediáticas do estado resulta de uma política de nomeação dos governos, assumir 'obediência ideológica' ao Conselho de Administração é quase igual a assumir que se vai obedecer as determinações e as orientações do governo para os profissionais do órgão de comunicação social.

A instalação do Conselho de Administração da RTC parece ter aumentado a hostilidade dentro dos órgãos mediáticos, empurrando os jornalistas para uma situação de grande insegurança. O jornal 'A Semana', apontando o dedo a ministro José António dos Reis, dramatiza a situação, salientando que, na RTC, "não há dia em que faltem lágrimas, humilhações e ameaças de despedimento" (5.9.1997). Independentemente do grau de sensacionalismo com que o jornal privado relata a situação do ambiente que se vivia na Radio-Televisão Cabo-verdiana, certo é que o processo de reestruturação da rádio e da televisão fez com que alguns jornalistas perdessem os seus empregos. O 'Novo Jornal de Cabo Verde' (3.9.1997) faz uma análise da situação, salientando a existência de uma 'famosa lista' de dispensa produzida por Floresvindo Barbosa, então Presidente do Conselho de Administração.

A questão da reestruturação da imprensa estatal tem diversas vertentes de análise. Em termos materiais, o governo tentava estabelecer parcerias com instituições internacionais, com o objectivo de reunir condições materiais, essencialmente de natureza financeira, para acudir à situação de grandes carências que as empresas mediáticas e os órgãos que estavam sob a sua plataforma de gestão enfrentavam. Assim, no início de 1996, os órgãos de comunicação social nacionais receberam uma ajuda do Banco Mundial no valor de 3.500 contos em equipamentos, com vista a melhorarem a qualidade da cobertura informativa. Este investimento abrangeu tanto órgãos de comunicação social públicos como privados: 'TNCV', agência 'Cabopress', 'Novo Jornal de Cabo Verde', 'Terra Nova', 'A Semana' e 'Correio15'. Olhando para as suas necessidades, a ajuda era manifestamente insuficiente.

Os profissionais da comunicação social cabo-verdianos são unânimes em opinar que os processos de reestruturação almejavam sobretudo fins políticos. Para Eduíno Santos, "é uma arma usada pelo poder constantemente. A reestruturação de 97 foi nesse sentido. Faz-se a limpeza política daqueles que são considerados como diferentes da cor que sustenta o poder. Tem-se usado isso para se ir fazendo limpezas aqui e acolá" (Entrevista: 15.10.2008). No seguimento dessa ideia, encontramos também a posição de Luís Carvalho, para quem, o plano de extinguir o 'Voz di Povo' não tinha muito a ver com uma política de desengajamento do estado do sector da imprensa escrita, mas "poderá ter estado por detrás da extinção do jornal o saneamento político dos seus jornalistas. Havia os chamados 'jornalistas irrequietos', que não liam pela mesma cartilha do Poder. Então, uma forma encontrada para se ver livre desses profissionais era extinguir o jornal. Assim, foi extinto o 'Voz di Povo' e os chamados

‘jornalistas incómodos’ ficaram de fora” (Entrevista: 20.11.2008). Esses relatos são sintomáticos de como o regime considerado democrático não conseguiu implementar um sistema de democracia para além da formalidade. António Pedro Cardoso da Silva defende que “não se libertou da doença contagiosa – retorno ao Egipto – perseguição política via destituição de cargos de chefia com base na palavra confiança. O amiguismo, o nepotismo, o clientelismo político nascem precisamente da pretensa confiança política e são eles os pais da corrupção” (A Semana: 8.6.2001).

Olhando para a política governamental de reestruturação da comunicação social do estado, José António dos Reis, antigo Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, assegura que os órgãos de comunicação social do estado tinham, por um lado, um excesso de pessoal e, por outra, uma fraca produção. Neste sentido, seria recomendável a estratégia de reestruturar os meios, com vista a introduzir melhorias, tanto do ponto de vista da organização dos órgãos de comunicação social do estado, como do ponto de vista das próprias condições para o exercício da actividade da comunicação social. Outrossim, havia a necessidade de implementar uma verdadeira melhoria na *core competence* de gestão, corrigindo os mercados, de forma a que houvesse uma maior fluência na liquidez, permitindo um outro desempenho das empresas mediáticas. Desta forma, José António dos Reis considera que não foi a vontade de amordaçar os jornais que levou o governo a implementar a sua política de reestruturação dos órgãos de comunicação social, mas essencialmente as exigências da gestão. O mesmo defende também Leão Lopes, ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social, para quem constitui um absurdo considerar as reestruturações dos órgãos de comunicação social do estado de ‘operação de limpeza’: “fui protagonista dessas fases e posso dizer que isso é um absoluto disparate. Venho de uma história cultural, de uma história combativa que tem uma forte identidade com a sociedade civil, tanto é que nunca sai desse processo. Um dos meus trabalhos, enquanto ministro, foi exactamente tentar liberar essa área” (Entrevista: 17.10.2008). Porém, em vários cenários que se registaram no panorama da comunicação social cabo-verdiana não se consegue descortinar uma política de democratização da comunicação social em que o governo estivesse fortemente empenhado na sua concretização. Se do lado do parlamento encontramos iniciativas legislativas louváveis, que mostram uma vontade de criar um quadro legal favorável às práticas de uma comunicação livre, vários episódios que tiveram lugar, traduzidas em pressões físicas, pressões jurídicas e pressões policiais mostram que a prática da liberdade de imprensa sempre contou com os seus opositores e que as políticas de comunicação social em Cabo Verde têm sido desenvolvidas na base constantes contradições entre os planos da intenção e da acção, do discurso e das práticas. Um conjunto de situações fez com que nos anos 90 houvesse uma insatisfação generalizada em relação às políticas do governo para o sector dos *media*.



### 3.1. A Pressão Física: jornalistas e administradores em confronto directo

As mudanças na organização e gestão da comunicação social do estado causaram sérios problemas à relação entre as chefias e os jornalistas, que começaram a envolver-se em conflitos constantes, atingindo, por vezes, dimensões de violência extrema. Não tendo tomado apenas as acções directas do governo do MpD como foco das suas notícias, o jornal 'A Semana' fez uma cobertura exaustiva dos acontecimentos protagonizados por instituições do estado durante a década de 90. Na edição de 5 de Maio de 1994, o semanário acusa a direcção da televisão nacional de maltratar uma jornalista da estação que, antes, teria desempenhado a função de directora de informação. A 6 de Fevereiro de 1995, 'A Semana' relata uma situação de conflito na 'TNCV', em que o Presidente do Conselho de Administração se atirou a uma das administradoras que estava a passar um cheque, torcendo-lhe o braço. A agredida, segundo o jornal, respondeu nas mesmas proporções, atirando uma caneta à cara do agressor. Na edição de 13 de Março de 1995, relata-se um conjunto de conflitos em que os profissionais da televisão se envolvem em confronto, incluindo o Presidente do Conselho de Administração: portas atiradas à cara das pessoas, pontapés e outros actos fizeram parte da espiral de violência que tomara, de assalto, a televisão nacional (A Semana: 13.3.1995). Ferreira resume a atmosfera que se vivia na 'TNCV', com picos máximos nos anos 1994 e 1996, num ambiente de *western*, descrevendo um clima de tormento, que oscilava entre "agressões físicas dos chefes aos subordinados, humilhação pública dos jornalistas, censura, estranhos critérios de selecção das notícias, e despedimentos" (2002: 193). Ao longo dos anos, a televisão nacional foi-se transformando no órgão de comunicação social mais disputado pelas instâncias sociais, sobretudo pelos actores da cena política, que procuram um espaço para inscrever as suas propostas nos debates públicos.

Não foi unicamente a comunicação social do estado que se tornou no palco de situações violentas, mas também nos órgãos mediáticos privados houve acontecimentos impróprios para um país democrático. Eduino Santos conta que, quando dirigia o 'Noticias', chegou a ser confrontado com o "caso de pessoas que entraram com armas pela redacção adentro porque achavam que o nome delas não podia sair nos jornais. Os políticos estavam sempre chateados" (Entrevista: 15.10.2008). Toda essa situação é sintomática de como a falta da cultura democrática contribuiu para dificultar a democratização da comunicação social. O arquipélago tinha estado durante séculos sob um regime

colonialista, de índole ditatorial, e as instituições tinham pouca credibilidade perante os cidadãos, sobre quem pairava permanentemente a sombra do 'controlo', pelo que os intervenientes sociais não confiavam nos actores em presença. A ideia que dominava o subconsciente seria controlar para não ser controlado. Por isso, os políticos da situação não facilitavam o trabalho dos jornalistas, por entenderem que nada custava que auxiliassem as forças opositoras e, com isso, provocar a sua queda do poder.

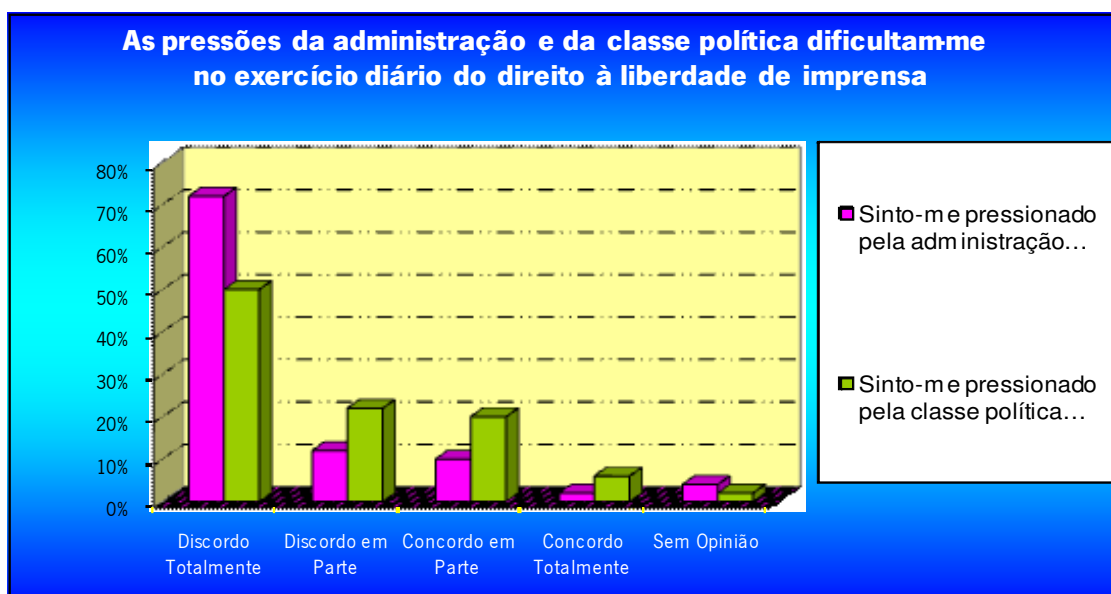
O tempo encarregou-se de socializar os valores da democracia na sociedade cabo-verdiana, levando os cidadãos a perceberem que não é um imperativo da natureza recorrer à força física para ter o controlo da comunidade ou uma boa imagem governativa aos olhos dos cidadãos. Outras ferramentas passaram a ser usadas na relação entre a classe política e a comunicação social, entrando em cena os aparelhos de *marketing* político e outros instrumentos da comunicação estratégica, aos quais a classe política deita mão para trabalhar a sua imagem pública. Actualmente, regista-se uma situação de negociação entre os jornalistas e as fontes noticiosas provenientes de diferentes alas da política nacional, com os assessores de imprensa e de imagem a terem um papel de destaque. Verifica-se um esforço na aproximação dos campos de actuação social (comunicação social e política), no sentido de todos os actores em cena perceberem que o direito à liberdade de imprensa é um imperativo do sistema democrático, não podendo ser violentado, de ânimo leve, como se o regime instalado em Cabo Verde se tratasse de uma democracia da corte, que só proporciona bem-estar aos governantes e aos políticos que gravitam à volta do governo. Embora aceitando que as conivências entre a administração dos órgãos de comunicação social e a classe política dificultam o exercício da profissão, os jornalistas não assumem que elas possam reflectir nas suas actividades diárias: 84% dos inquiridos defende que não se sente pressionado pela administração para escrever no sentido de agradar a um certo partido (74% diz que isso nunca acontece, enquanto 12% entende que acontece poucas vezes). Apenas 2% afirma que essa situação se regista sempre, 10% testemunha que acontece muitas vezes e 4% não tem opinião formada sobre a matéria (ver o gráfico n.º 23).

Como iremos verificar, o gráfico n.º 23 analisa duas fontes de pressão: por um lado, a pressão que pode surgir da administração e, por outro lado, a pressão oriunda da classe política. No fundo, acabam por traduzir-se em pressões políticas porque, sendo os órgãos de comunicação social, na sua esmagadora maioria, associados aos partidos políticos e a administração das empresas mediáticas nomeadas ou indicadas consoante as conveniências políticas, as pressões administrativas acabam também por responder a critérios de natureza política. Pode-se falar de interesses económicos, mas, em Cabo Verde, da forma como o mercado mediático se foi constituindo, a estrutura económica tem fraco poder na 'geografia das influências' porque ele próprio – o poder económico – é residual.



Portanto, não constitui um grande suporte financeiro para as empresas mediáticas, que vão buscar instrumentos de sobrevivência a terrenos de adjacência política. Mesmo as empresas que contribuem para o financiamento do sector mediático, através da compra de espaços para anúncios, muitas vezes agem em função das conveniências políticas, já que a pequena classe do empresariado nacional praticamente nasceu no seio dos partidos políticos e contribui para a sua alimentação financeira. Daí que, compreender os laços existentes entre a classe empresarial, os partidos políticos e os órgãos de comunicação social se torne um exercício bastante difícil. No entanto, apesar da promiscuidade que pode haver entre os poderes político, mediático e económico, na acção auto-avaliativa, os jornalistas defendem que, pessoalmente, não sofrem pressões oriundas da classe política e das administrações, que poderiam pôr em causa o exercício da liberdade de imprensa (ver gráfico n.º 23).

Gráfico n.º 23



Podemos notar que, diante da afirmação “A pressão da classe política, por intermédio dos meus superiores, dificulta-me no exercício do direito à liberdade de imprensa”, 50% dos inquiridos recusa totalmente esta possibilidade, respondendo nunca, e 22% responde poucas vezes. Apenas 6% concorda totalmente, respondendo que isso acontece sempre, e 20% considera que se regista poucas vezes. Temos ainda 2% que não manifesta opinião. As duas perguntas representadas no gráfico acima estão ancoradas numa estratégia defensiva, em que os jornalistas, embora reconhecendo os problemas da classe em se impor, num processo auto-avaliativo, rejeitam que esses problemas tenham impacto para as suas práticas profissionais. Trata-se de uma ‘reação de prestígio’ em que, psicologicamente, se reserva um ‘espaço de conforto mental’. O ‘bem-estar psicológico’ reside sobretudo na assumpção pública dos deveres profissionais. Assim, assume-se o respeito pelos valores da profissão e, com isso,

procura-se afastar a possibilidade de subversão de interesses, conformando a posição que se toma ao ideal do que seria expectável ser o jornalismo numa sociedade de valores democráticos.

Nos gráficos n.ºs 18, 19 e 20, os jornalistas tinham apresentado posições de natureza contraditória. No gráfico n.º 18, é possível notar que 88% dos inquiridos defende que a democracia formal, estabelecida na Constituição, não encontra paralelo nas práticas da comunicação social. Com o gráfico n.º 19, pode verificar-se que 78% dos inquiridos considera que a legislação não assegura a efectivação do direito à liberdade de imprensa em Cabo Verde. No gráfico n.º 20, vê-se que 90% dos inquiridos entende que a legislação para a comunicação social, por não ser respeitada pelos diferentes sectores da sociedade, não garante a realização dos valores do direito à liberdade de imprensa. Assim, quando, num processo de autoavaliação, o jornalista vem defender que não há pressões da classe política ou da administração da empresa, sugere uma 'reação de prestígio' ou comportamentos defensivos. Estes fenómenos foram estudados no âmbito da Psicologia Social, que criou o axioma de Atribuição Causal. Leyens e Yzerby (1999) lembram que existem duas dimensões conflituosas que influenciam o comportamento do indivíduo: a dependência informativa e a dependência normativa. A primeira reporta-se ao facto de, na percepção de uma realidade, os indivíduos considerarem a opinião que os seus pares emitiriam se estivessem na mesma posição; a segunda – que no âmbito da teoria de Atribuição Causal é designada 'efeito comumente desejável' – decorre da necessidade de os indivíduos procurarem a aprovação social. Portanto, quando emite uma opinião, o indivíduo procura adequá-la ao 'politicamente correcto'. São poucos aqueles que, sabendo que uma ideia é reprovada pela sociedade, a assumem publicamente, porque pode sugerir um desvio do padrão social. Portanto, os teóricos da Atribuição Causal defendem que o 'efeito comumente desejável' dá-se quando um indivíduo procura dar respostas às quais espera a aprovação social. Neste sentido, compreende-se o facto de, no gráfico n.º 23, os jornalistas rejeitarem a ideia de que, através dos superiores hierárquicos, a classe política dificulta o seu exercício à liberdade de imprensa. A verdade é que, numa sociedade democrática, não se admite, de bom grado, outra resposta, porque uma das atribuições do jornalista é, precisamente, defender a liberdade de imprensa. Pela mesma razão, uma grande maioria dos inquiridos recusa que se sinta pressionada pela classe política a ponto de pôr em causa a liberdade de imprensa (ver o gráfico n.º 23). Isto, num contexto em que dizem que as leis não asseguram a liberdade de imprensa porque não são respeitadas pelos actores sociais, já que há uma ausência de fiscalização. O 'efeito comumente desejável' é importante para analisar as respostas dos inquiridos, porque cria uma esfera de conforto, em que os jornalistas procuram proteger o seu prestígio. Como salientam Leyens e Yzerby, o segredo aqui reside no facto de a maioria das pessoas fazer "a mesma coisa nas mesmas

circunstâncias” (1999: 72). Aproximando o seu comportamento das regras de conduta da sociedade, o indivíduo consegue ilibar-se de possíveis reprovações sociais, permanecendo num espaço de conforto protegido pela sociedade.

### **3.2. Pressão Jurídica e Liberdade de Imprensa**

Depois da abertura do regime, a relação entre a classe política e os jornalistas superou o plano discursivo e passou ao plano da acção, com processos judiciais a multiplicarem-se nos tribunais, passando por todas as instâncias até chegar ao Supremo Tribunal de Justiça. Com os políticos e os jornalistas em confronto eminente, a informação sobre a política tornou-se numa matéria melindrosa. Por um lado, era difícil encontrar informação proveniente dos meios políticos além dos comunicados de imprensa postos a circular; por outro lado, qualquer informação conseguida por outras vias que não fossem as assessorias de imprensa dos gabinetes governamentais poderia dar origem a um processo para o tribunal. Portanto, não estavam asseguradas as condições para que a liberdade de imprensa pudesse ser exercida na sua plenitude, contrariando todo o discurso político produzido em matéria de comunicação social.

Um olhar panorâmico sobre a imprensa operante na década de 90 dá-nos a dimensão do problema. Os jornais privados, sobretudo os considerados próximos da oposição, tiveram que enfrentar uma catadupa de processos judiciais. O extinto quinzenário ‘Notícias’ estava sob o olhar atento dos governantes. No dia 7 de Fevereiro de 1994, o jornal ‘A Semana’ dá conta de que a publicação mindelense tinha recebido o desfecho de cinco processos judiciais, dos quais perdeu dois casos e ganhou três. Entre os queixosos estavam Carlos Veiga e Arnaldo Silva (Primeiro-Ministro e Secretário de Estado, respectivamente). “Um dos processos em que fomos condenados foi um em que eu – Eduíno Santos – escrevo um artigo de opinião no qual mando o Procurador-Geral da República demitir-se e digo-lhe que devia voltar à escola para estudar o Direito Processual. Porquê? E aí vou-lhe dar um exemplo. É por isso que diziam que o jornal ‘Notícias’ era do PAICV. Eles tinham pegado, na altura, no senhor Carlos Andrade, que era chefe da Polícia Política em Cabo Verde. Eu sempre fui contra a Polícia Política, mas, antes de tudo, ele é um cidadão. Eles pegaram nele e prenderam-no. Só que o Procurador-Geral, em vez de levar esse cidadão a um juiz para que o juiz legalizasse a prisão, mandou prender-lhe durante 48 horas. Eu levantei-me contra isso” (Eduíno Santos, Entrevista: 15.10.2008). Desta forma, o antigo director do extinto ‘Notícias’ realça que o número de processos intentados contra os jornalistas dão a dimensão de como “o regime saído das eleições não iria tolerar a liberdade de

imprensa. A mim, meteram-me dez processos. Vai perguntar ao jornal 'A Semana', ao Jorge Soares e à Filomena, quantos processos lhes meteram. No meu caso e no caso do jornal 'Notícias' meteram-nos dez processos. Estou a falar de um período de tempo de dois anos. Imaginas o que é isso? Sabes quem é que meteu os processos ao 'Notícias'? Dr. Carlos Veiga, Procurador-Geral da República, secretários de estado, ministros: não é uma pessoa do povo. Então diga-me uma coisa: nós estávamos a violar o direito à liberdade de imprensa só em relação ao governo e o povo não tinha queixa? De facto, isso é de registar nos manuais de história da comunicação social: o governo do MpD tem de admitir que, pelo menos até 1994, há uma perseguição em relação à liberdade de imprensa no país. Eles tentaram calar os jornalistas, usando os meios financeiros que tinham ao seu dispor e também recorrendo aos tribunais porque foram processos demais" (Entrevista: 15.10.2008).

O jornal 'A Semana' tinha uma presença constante nos tribunais. Portanto, não havia tréguas para os jornais de posicionamento político contrário ao do governo que não conseguia conviver com a diversidade de opinião e tentava encarcerar os jornalistas nas malhas da justiça. José Vicente Lopes, chefe de redacção do 'A Semana', encara os processos judiciais que o semanário sofreu como "uma das formas de pressão que existia sobre os profissionais do jornal e sobre o jornal no seu todo. Na década de 90, acho que houve uma má utilização da justiça para acertos de conta particulares. A justiça foi claramente instrumentalizada a favor de uma classe que estava no poder. Essa instrumentalização da justiça passava pela tentativa de aniquilar 'A Semana'" (Entrevista: 25.4.2008). Comparando a actuação dos políticos nos dois blocos de governos (MpD na década de 90 e PAICV na década seguinte), o dirigente do 'A Semana' regista uma melhoria nas condições psicológicas para o exercício do jornalismo já que, com o governo de José Maria Neves, a pressão jurídica deixou de se fazer sentir. Opinião semelhante tem Luís Carvalho, ex-jornalista do jornal estatal, que recorda o caso de Jorge Soares, antigo director do 'A Semana', que se viu obrigado a pedir asilo político aos Estados Unidos, fruto da perseguição política que sofreu. Em poucos anos da democracia cabo-verdiana, Jorge Soares teria acumulado um conjunto de processos judiciais nos tribunais de Cabo Verde e a sua prisão estava eminente. Carvalho Santos, director da 'Inforpress', lembra que, de acordo com a então legislação em vigência, a partir do momento em que um cidadão acumulasse um determinado número de processos judiciais, seria automaticamente preso. Neste sentido, frisa ainda que o caso de Jorge Soares teria assumido uma dimensão preocupante porque o jornalista já teria excedido o número de processos judiciais a que tinha direito e a sua prisão efectiva estava em eminência. O próprio Manuel Delgado, considerado decano do jornalismo cabo-verdiano, numa das suas crónicas dos últimos tempos da sua vida falou nas pressões de que teria sido alvo depois da abertura política, que o levaram

a abandonar o país para se instalar em Portugal. O jornalista viria a trabalhar para o jornal 'Expresso', do grupo Impresa (de Pinto Balsemão), e confessa nunca mais ter regressado a Cabo Verde enquanto o MpD esteve no poder.

Há muitos relatos na imprensa sobre a situação dos *media* na década de 90. 'A Semana', de tanto ser intimado pelo Tribunal, chegou a inaugurar uma secção com o título 'As Sentenças do STJ', dando conta dos desfechos dos casos em que era arrolado pela justiça. Lembremos, por exemplo, uma situação ocorrida em meados da década de 90. O governo cubano tinha convidado o Ministério do Trabalho, Juventude e Promoção Social, representado por José António dos Reis, a fazer uma visita oficial a Cuba, que decorreria entre 26 a 29 de Janeiro de 1995. Não havendo uma ligação directa Sal-Havana, a comitiva teria que passar por Lisboa, fazendo escala em Londres, de onde seguiria para Cuba. No entanto, a equipa acabou por perder o voo que fazia a ligação Lisboa-Londres, motivo pelo qual estaria atrasada em relação à ligação para Cuba. O gabinete do ministro justificou que a situação se deveu a uma informação errada fornecida pela companhia de viagens, que não deu informações exactas sobre o tempo de viagem de um aeroporto para o outro. No entanto, o jornal dizia ter apurado que "José António dos Reis e os membros da sua delegação se deixaram embalar pelas noites tórridas de Lisboa, o que os levou a perder o avião que os haveria de transportar a Londres a tempo de apanharem voo para Cuba" (A Semana: 8.2.1997). Esta notícia, dada em Janeiro de 1995, acabou por resultar numa condenação, em Fevereiro de 1997, imputado o crime de abuso da liberdade de imprensa, pelo qual a directora da publicação teria que se sujeitar a uma pena de um ano de prisão e um ano de multa à taxa diária de trezentos escudos, ao pagamento de custas com o Imposto de Justiça e uma indemnização compensatória de 100.000 escudos. Tendo em conta a natureza da matéria, o Tribunal decidiu pela suspensão da execução da pena por um período de cinco anos. Este episódio dará razão a Marco Rocha, correspondente dos órgãos estatais em Lisboa, para quem houve muita irresponsabilidade da parte dos profissionais da informação nos anos 90 (Entrevista: 18.6.2008). O jornalista afirma ainda que muitos profissionais relataram situações que não tinham grandes fundamentos, o que levou à acção dos políticos que lhes pediam mais responsabilidade. Postura idêntica tem Ondina Ferreira, ex-Ministra da Cultura e da Comunicação Social, que também levou o 'A Semana' ao banco dos réus (Entrevista: 7.1.2009). A ex-ministra salienta que, embora havendo muitos casos em que os governantes perderam, também houve processos cujo desfecho deu direito à indemnização por parte do jornal, como aconteceu no caso que a opôs ao semanário privado.

Para além dos casos acima relatados, foram vários outros episódios que fizeram do 'A Semana' o órgão mais processado em Cabo Verde. Na edição de 9 de Janeiro de 1995, o jornal chama a atenção para o

juízo de três processos judiciais, movidos pelo Estado-Maior das Forças Armadas, Ministério da Indústria (João Higinio) e Assembleia Nacional (Amílcar Spencer Lopes). Os processos recaíam sobre o antigo director, Jorge Soares, para quem o jornal chama a atenção como um cidadão com mais de 15 processos-crime por acusação de injúria e difamação, todos eles “intentados por altas individualidades do MpD, através da Procuradoria-Geral da República” (A Semana: 1.9.1995). Dos três processos-crime contra Jorge Soares, este viria a ser absolvido em dois deles e condenado em apenas um. No final de Abril de 1997, Filomena Silva, directora do jornal, foi ao tribunal ouvir a leitura da sentença de três processos-crime que estavam pendentes no Tribunal da Praia. Em Novembro de 1997, o Supremo Tribunal de Justiça apreciava cinco processos que envolviam ‘A Semana’.

Só em 1996, já na segunda legislatura, o governo começou a dar sinais de querer fazer valer o direito de resposta, dando primazia a esse instrumento jurídico em detrimento dos processos judiciais. Foi Gualberto do Rosário, então Ministro da Coordenação Económica, o primeiro a reivindicar o direito de resposta nas páginas do ‘A Semana’ para desmentir a notícia que avançava a possibilidade da sua saída do governo. Assim, trocou-se as portas dos tribunais pelo direito de resposta. Esta nova fase começou a criar alguma expectativa no seio dos profissionais da comunicação social, quando, em Junho de 1996, o então ministro José António dos Reis decidiu fazer uma visita às instalações do ‘A Semana’, facto classificado como ‘um acontecimento’. Antes, só havia a registar a visita do Primeiro-Ministro, em 1992, depois da qual se instalou um clima de hostilidade de ambas as partes.

Considerando que a visita do ministro inaugurava uma nova fase no relacionamento entre o governo e a imprensa privada, Filomena Silva entendeu o gesto como “um reconhecimento implícito do governo ao trabalho que o jornal vinha desenvolvendo no seio da sociedade cabo-verdiana para pôr de pé um serviço de comunicação no nosso país, em prol da democracia e da liberdade de expressão” (cit. por A Semana: 10.6.1996).

Os profissionais da informação, embora com menor intensidade, também moviam processos contra o estado. No início de 1995, já se contavam quatro processos: três deles foram movidos por profissionais da comunicação social estatal e um pelo antigo director do privado ‘A Semana’ (Jorge Soares). Dos três profissionais da imprensa estatal, dois desempenhavam cargos de chefia (Rito de Melo, antigo delegado da ‘TNCV’ em São Vicente; e Abílio Tolentino, da delegação de São Vicente do ‘Voz di Povo’). O outro jornalista foi José Vicente Lopes, que trabalhava também no semanário estatal ‘Voz di Povo’. Todos ganharam o caso, inclusive Jorge Soares, o que mostra que tinham fundamentos para provar os abusos contra a comunicação social. Isso mostra-nos que, tanto da parte dos jornalistas como da parte dos políticos, se notava um certo excesso, que nada contribuiu para a melhoria do ambiente de

liberdade da comunicação social. Se, de um lado, temos Marco Rocha a defender, não sem razão, que houve muita irresponsabilidade da parte dos jornalistas, do outro lado, temos Carvalho Santos, Luís Carvalho e Nelson Herbert a destacar o caso de Jorge Soares, considerado dos jornalistas mais perseguidos em Cabo Verde depois da abertura do regime a ponto de se tornar no único asilado político do Cabo Verde do pós-Partido Único. A leitura dos jornalistas sobre o caso vão na mesma direcção, e Rosana Almeida, *pivot* da televisão nacional, que teve a possibilidade de trabalhar como jornalista nos instantes finais do Partido Único, salienta que os casos dos anos 90 marcaram a comunicação social com sérias repercussões na imprensa escrita (Entrevista: 3.11.2008). A própria Rosana Almeida terá sentido o peso da pressão sobre a sua prática profissional, já que é conhecida como uma jornalista frontal, que não proporciona vida fácil aos políticos. Fruto da sua perspicácia e da sua vontade de fazer um jornalismo acutilante, terá sido forçada a abandonar temporariamente a profissão, tendo assumido o cargo de directora comercial numa firma de construção civil. Posteriormente, voltaria a integrar os quadros da televisão nacional.

Lendo a cartografia social cabo-verdiana dos anos 90, Leão Lopes, ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social, não encontra matéria para falar de uma pressão jurídica do governo sobre a comunicação social, já que, segundo afirma, o papel do tribunal é justamente o de resolver os conflitos. Opinião semelhante tem Ondina Ferreira que ocupou a mesma pasta no governo de Carlos Veiga. Aliás, de uma forma geral, os antigos governos contradizem os jornalistas nesta matéria. Não assumem qualquer tentativa de amordaçamento dos profissionais da comunicação e consideram as instâncias judiciais os lugares próprios para resolver os conflitos entre as diferentes instâncias sociais. Para José António dos Reis, ex-Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, a liberdade de imprensa está longe da concepção que os jornalistas tinham nos anos 90, considerando-a a liberdade de caluniar e de injuriar os actores políticos da situação (Entrevista: 1.11.2008). Antes terá que ser vista como a liberdade de informar, de educar e de contribuir, através da produção de uma informação responsável, para a educação cívica e social.

A consagração jurídica da liberdade de imprensa aporta, quanto a nós, uma função social e outra política. A função social reside na dimensão da formação da opinião pública, tornando a comunicação social numa peça fundamental do xadrez democrático; a função política, que tem uma dimensão cívica, aponta para a consciencialização dos cidadãos para se tornarem em agentes activos na protecção do bem comum. Este entendimento sobre a liberdade de imprensa tem em vista a protecção dos valores da democracia, no sentido de evitar que o papel dos cidadãos seja reduzido ao voto, passando estes também a serem encarados como uma instância de legitimação das opções de governação. As

medidas de políticas que os governos implementam nas sociedades democráticas devem ter em vista a melhoria das condições de vida dos cidadãos, procurando, antes de tudo, promover a justiça social e a equidade. Para isso, têm que ser confrontadas, até porque John (1998) havia dito que as políticas públicas constituem formas racionalizadas de discursos. É do debate entre as diferentes sensibilidades políticas e ideológicas que nasce a possibilidade de implementar uma linha de política adequada, tendo no horizonte o interesse público e o bem comum. Esse debate não deve cingir-se aos actores políticos, mas toda a sociedade deve participar nas discussões sobre as opções políticas para o país. É neste sentido que a liberdade de imprensa acaba por ser um excelente instrumento para o desenvolvimento das nações. Sem uma participação efectiva dos cidadãos nas tomadas de decisão, muitos contributos ficam recalcados nas mentes humanas e não participarão no processo do desenvolvimento das sociedades. Para isso, é preciso haver uma esfera de garantia da liberdade individual dos cidadãos, mas também uma esfera pública sobre a qual assentam os debates públicos. Essas duas esferas começaram a ser criadas timidamente em Cabo Verde. Depois da abertura política, houve muitos sobressaltos na implementação do direito à liberdade de imprensa. A questão da pressão jurídica joga um papel importante nesta matéria. Ainda que os políticos considerem que não houve qualquer tentativa de amordaçamento dos jornalistas porque os tribunais são as instâncias máximas para se dirimirem os conflitos, a verdade é que, como observam José Vicente Lopes, Filomena Silva e Carvalho Santos, os tribunais funcionam com muitas deficiências, a mais grave delas a sua subjugação ao poder político, o que, em tempos, se tornou num grande impedimento à materialização do direito à liberdade. Analisando a arena política dos anos 90, António Caldeira Marques, analista social, escreve que se falou muito no crime contra a liberdade de imprensa em Cabo Verde, mas não constituía a realidade porque, para isso, era preciso haver liberdade de imprensa: “ora, na realidade, não há nem nunca haverá em Cabo Verde – diga-se o que se disser – verdadeira e plena liberdade de imprensa” (A Semana: 24.4.1998). Os factores que levam o autor a esse cepticismo já foram abordados por nós neste estudo. Têm a ver sobretudo com a falta de recursos materiais e financeiros e o facto de o estado ser o principal empregador de jornalistas no país, o que leva António Caldeira Marques a concluir que “o governo, enquanto órgão exclusivo do estado, é o único patrão em regime de monopólio tendencial, da comunicação social em Cabo Verde” (A Semana: 24.4.1998).

Quanto aos processos judiciais, eles são legítimos, na medida em que qualquer cidadão lesado tem o direito de recorrer às instâncias judiciais para solicitar a reposição do estado anterior à violação. No entanto, uma análise da relação entre os *media* e o governo após as eleições multipartidárias mostra-nos que quase todos os jornalistas que apresentaram queixa contra o estado ganharam os casos. Por



outro lado, a maioria das queixas que o governo apresentou ao tribunal acabou por ser perdida. Portanto, estes dados são sintomáticos de que o próprio governo tinha dificuldades em lidar com a comunicação social e que, em muitos casos, os processos judiciais não eram suportados em matérias que imputavam crimes aos profissionais da comunicação social. Desta forma, a catadupa de processos só se percebe no quadro de uma tentativa de amedrontar os jornalistas e, com isso, atingir a liberdade de imprensa; ou seja, era um mecanismo de pressão jurídica que o governo tentava exercer sobre a imprensa. Nelson Herbert afirma que “impunha-se o aprendizado de novos hábitos e posturas, condizentes com o momento democrático e de abertura política então vivida” (Entrevista: 12.6.2008). A tentativa de atingir os profissionais da informação não ficou pela ameaça e pela pressão jurídica. Uma análise aos periódicos publicados em pleno regime democrático traz-nos alguns sintomas do Partido Único e mostra-nos que o regime, antes de ter sido efectivamente um Estado de Direito Democrático, para lá das formalidades, começou a ser um estado quase policial, em que os jornalistas eram frequentemente agredidos pelos agentes da polícia.

A acção policial era inadequada para o quadro de legalidade de então, porque a Constituição da República de Cabo Verde abria o espaço de diálogo entre os cidadãos, as comunidades e as instâncias sociais e políticas, por forma a que todos pudessem apresentar os seus problemas, contestando as opções de governação e propondo soluções.

### **3.3. Pressão Policial, Democracia e Liberdade de Imprensa**

Os primeiros anos da democracia cabo-verdiana mostraram que a transição de regime acontece de forma demorada e faseada, tornando-se num processo longo. Quando se trata de um país como Cabo Verde, que nunca teve uma experiência intermédia de vivência sociopolítica, a consolidação do processo democrático torna-se morosa, já que resulta de um processo de aprendizagem em que os actores políticos e sociais têm que interiorizar os valores da democracia e, desta forma, aprender a conviver com a diferença de opiniões. No caso de Cabo Verde, com a abertura política, o país passou a ser, formalmente, democrático mas, na prática, instalou-se, inicialmente, um estado semi-policial. Tal como acontecia no regime de Partido Único em que os milicianos eram elementos integrantes da firmeza governativa, também no regime instalado depois das eleições multipartidárias a Polícia de Intervenção desempenhou um papel idêntico, embora com menor peso de violência. Houve uma pressão policial sobre os jornalistas, com efeitos negativos sobre a liberdade de imprensa. As queixas dos jornalistas acerca da confiscação de materiais fotográficos com conteúdos informativos eram

frequentes. Foi “um período, de facto, que podemos considerar de alguma crispação entre a comunicação social, o governo e alguns políticos. Primeiro, com esses casos que já vimos. Houve também casos de sindicalistas que estavam a defender os jornalistas e que foram presos na altura. De facto, aí as coisas não funcionaram bem” (Carlos Santos, Entrevista: 25.4.2008).

Uma revista passada à imprensa sobre a trajectória da comunicação social ajuda-nos a compreender a dificuldade que o regime instalado teve em lidar com a comunicação social e os equívocos da polícia quanto à interpretação do direito à liberdade. A pressão policial sobre os jornalistas resultava numa tentativa de neutralizar a liberdade de imprensa, evitando a audácia de um jornalismo que pretendia ser livre e plural. No dia 14 de Abril de 1994, houve uma manifestação dos estudantes mindelenses cuja cobertura a televisão nacional foi impedida de fazer. O jornal estatal e os privados foram confrontados com o Corpo de Intervenção que destruíra películas com imagens sobre o acontecimento, ameaçando agredir jornalistas. O ‘Novo Jornal de Cabo Verde’ (14.4.1994) denunciou as ameaças de agressões aos seus jornalistas e a confiscação das películas dos seus fotógrafos. Jorge Soares, então director do ‘A Semana’, afirma ter sido abordado pelo comandante do Corpo de Intervenção, na entrada do jornal, que lhe dirigiu uma série de ameaças: “dipós n’ ta mostrau, n ta panhau na rua n ta mostrau. N’ta rabenta ku bó e ku bu maquina (‘depois, vamo-nos entender... Apanho-te na rua e vou-te mostrar... Parto-te a ti e à tua máquina’)<sup>26</sup>” (18.4.1994). Jorge Soares relata ainda, na edição supracitada, que, na tarde de 14 de Abril de 1994, em resposta a um grupo de jovens que faziam ataques com pedras, a polícia fazia disparos para a varanda do jornal onde se encontravam jornalistas a fazer a reportagem do conflito. “O nosso colega Alexandre Semedo, do ‘Novo Jornal’, teve pior sorte: ameaçado com cacetes, retiraram-lhe a máquina fotográfica para extrair o rolo das fotografias em que registara imagens dos acontecimentos. Um cidadão estrangeiro, que também recolhia imagens com uma máquina fotográfica, foi obrigado a retirar-se do local” (A Semana: 18.4.1994).

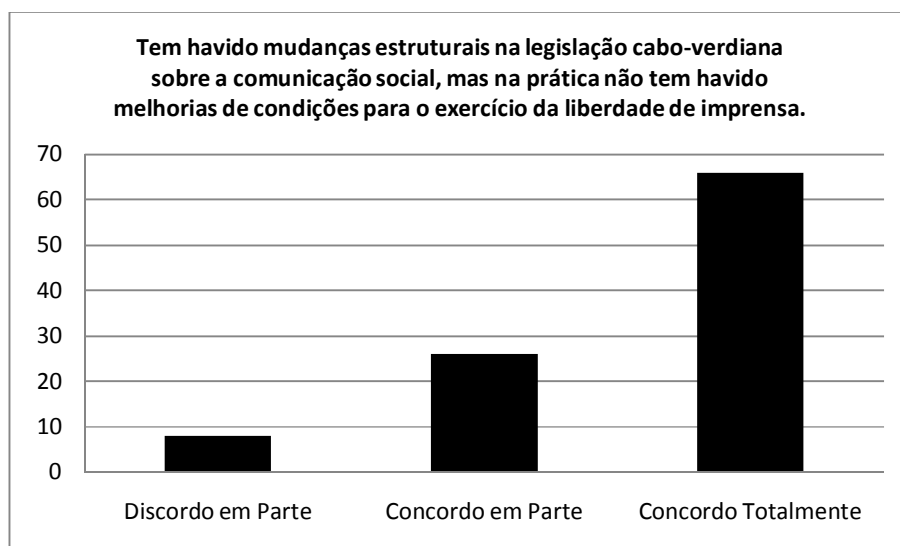
Estes relatos denunciam uma situação social complexa, com a polícia a assumir o papel principal no relacionamento entre os jornalistas e os acontecimentos. A actuação das autoridades policiais tendia a obstruir o trabalho dos jornalistas, dificultando a efectivação do direito à liberdade. Quando um jornalista se vê impedido de recolher informações sobre os acontecimentos da actualidade, é o próprio direito de ser informado dos cidadãos que está em causa. Por isso, as acções relatadas não são compatíveis com um projecto de democracia em construção. Regista-se um distanciamento entre a ‘democracia formal’ e a ‘democracia material’ ou real. Se, a nível formal, uma democracia se

---

<sup>26</sup>Tradução do Autor.

caracteriza pela divisão dos poderes, respeito pelas instituições, legalidade das decisões, garantias das liberdades, aprofundamento dos direitos humanos, concorrência de ideologias e partidos políticos, segurança jurídica, protecção da vida privada, efectivação dos valores jurídicos fundamentais e garantia de acesso à justiça em condições de igualdade, notamos que, a nível do ordenamento jurídico, o país foi-se enquadrando neste padrão de organização social. No entanto, havia um distanciamento entre a formalidade do regime e a arena das práticas sociais e políticas. Ainda hoje os jornalistas entendem que a democracia formal está distante da democracia material, como podemos ver no gráfico n.º 24.

Gráfico n.º 24



A questão da materialização dos valores democráticos é um problema candente da sociedade cabo-verdiana e tem uma repercussão inevitável no sector da comunicação social. A socialização do direito à liberdade, bem como a tarefa de dar uma informação verídica aos cidadãos, constituem elementos fundamentais para que qualquer sistema democrático subsista. “Qualquer regime político procura que os seus cidadãos vivam, assimilem e bebam os valores, sejam quais sejam, sobre os quais está montado” (Ramirez, 1995: 35). Porém, se a adesão ao modelo multipartidário, ao sufrágio universal e à sociedade de Direito Democrático encontrou suporte no novo ordenamento jurídico do país emergido da transição democrática, materialmente, regista-se uma omissão na socialização dos valores da democracia nas práticas sociais. Podemos notar que 82% dos jornalistas inquiridos defende que as mudanças estruturais na legislação para a comunicação social não têm correspondido a melhorias de condições para o exercício do direito à liberdade de imprensa. Sobre esta matéria, apenas 8% dos inquiridos discorda em parte, sendo que nenhum discorda totalmente. Analisando a arena política da década de 90 nota-se que, em termos formais, contribuiu-se para a melhoria do ambiente jurídico do

país. Porém, “uma coisa é definir políticas e aprovar leis e outra coisa é agir em conformidade com essas leis” (Bartolomeu Varela, Entrevista: 6.1.2009).

Muito daquilo que se passou durante o regime monolítico veio reflectir-se na relação entre o poder político e a comunicação social depois da abertura ao novo sistema de valores. O facto de muitos jornalistas terem sido transportados do Partido Único para a democracia fez com que passassem a ser vistos com maus olhos pelo partido que assumiu o poder. “Poderiam estar a pensar que os jornalistas eram pessoas de confiança do outro partido. Dai que houve actos, pouco abonatórios, em relação a determinados jornalistas, inclusive alguns até foram afastados ou foram colocados em sítios indevidos ou na prateleira mesmo. Uns até acabaram por abandonar o país, outros tiveram a coragem de ir fundar novos órgãos de comunicação social. Com a mudança, vieram as mudanças de chefias. As pessoas não tinham confiança umas nas outras. Mudaram os chefes, que eram mais ou menos comissários políticos. Antes de 1991, diziam que havia comissários políticos nos órgãos. Depois de 1991, passaram a indigitar comissários políticos para a frente dos órgãos de comunicação social com menos qualidade até e com menos capacidade” (Carvalho Santos, Entrevista: 23.4.2008).

Se, por um lado, Marco Rocha entende que houve muita irresponsabilidade da parte de vários jornalistas que não souberam interpretar o significado da democracia, começando a difamar pessoas sem que tivessem provas, por outro lado, Apolinário Neves considera que “o que se passou nos anos 90 justifica-se pelos jornalistas que existiam na altura. Por regra, quem era jornalista? Eram os jornalistas formados pelo PAIGC e que ainda se identificavam muito com o PAIGC. Por isso, era natural que eles sentissem uma grande mágoa pela derrota que o PAICV tinha sofrido; era natural que quisessem continuar a defender o patrão” (Entrevista: 26.4.2008). Todos esses elementos podem entrar na lista de factores que dificultaram a instalação de um ambiente de liberdade no seio dos jornalistas cabo-verdianos. Associando esses factores à ausência da cultura democrática, torna-se evidente como não estavam criadas as condições para a socialização dos direitos fundamentais. “Em Cabo Verde, os poderes parecem estar todos concentrados no executivo. No parlamento, o governo, dispondo da maioria qualificada, subverte o processo democrático e fiscaliza a Assembleia. A nível da justiça, nem a democracia nem a liberdade dos cidadãos, estão devidamente asseguradas. A comunicação social é manipulada e o governo procura, por todos os meios, travar a pluralidade da informação, afastando os jornalistas considerados incómodos ou obstruindo iniciativas privadas, como é o caso da ‘Rádio Comercial’ a quem foi dado um ultimato de 48 horas para fechar as portas” (Novo Jornal de Cabo Verde: 21.2.1998).

Os planos da acção e da execução do governo andaram sempre distante dos planos do discurso e da retórica. No Plano de Investimento 1997-2000 assumiu-se frontalmente que a solidificação do sistema democrático está intrínseca ao desenvolvimento da indústria da comunicação social privada. Porém, é esse mesmo governo que vai proibir as empresas públicas de fazerem anúncios nos jornais privados, secando-lhes a fonte de subsistência. Outrossim, muitos jornalistas perderam os seus postos de trabalho, em resultado da política de reestruturação da comunicação social do estado. Isso tudo contribuiu para que a situação chegasse a um ponto tumultuoso, como observa Arnaldo Andrade, ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, que diz ter assistido uma situação em que as autoridades policiais descarregavam violência sobre trabalhadores da comunicação social (Entrevista: 17.6.2008). A acção da polícia não visava unicamente os profissionais da comunicação social, mas também os representantes das estruturas sindicais que os defendiam, servindo como uma reprimenda à tentativa de instalar uma sociedade civil organizada e activa.

Carlos Lopes e Julião Varela, dois sindicalistas, chegaram a ser presos pelo facto de terem assistido os jornalistas numa manifestação pacífica em prol da defesa dos seus direitos profissionais. Os sindicalistas foram julgados a 3 de Março de 1998, numa altura em que o governo começou a dar sinais de fragilidade. Luís Carvalho, que participou na manifestação, afirma que o governo mandou uma carga policial cujo número de efectivos seria superior ao número de jornalistas em manifestação (Entrevista: 20.11.2008). Toda essa conjuntura política fez com que jornalistas, sindicalistas e políticos se levantassem a voz contra o governo de então. Neste sentido, o PAICV organizou uma manifestação à porta da 'TNCV' para protestar contra aquilo que considerava ser a manipulação governamental da televisão pública. Na sequência disso, foram encerradas as emissões da 'TNCV' e da 'RTP-I' que, na altura, emitia através das frequências da estação nacional. Ferreira (2002) afirma que, neste caso, ficou clara a tentativa de criar um facto político, mas a tónica da notícia centrou-se no uso desproporcional da força por parte do governo. Todos os *media* denunciaram a situação do recurso abusivo à força, "inclusivamente a 'TNCV', cujas imagens desmentiam o seu próprio discurso dramático, verbal, e a 'RTP-I', que realçou a passividade da manifestação" (Ferreira, 2002: 145). Neste caso, 'A Semana' afirma ter havido uma ordem do governo, dada por Mário Silva, para a suspensão das emissões (A Semana: 25.9.1995). O próprio jornal do estado afirma que o governo tentou aproveitar as tensões dentro da 'TNCV' para criar um facto político (Novo Jornal de Cabo Verde: 27.9.1995). Porém, se de um lado temos os políticos como 'inimigos' da liberdade de imprensa, também não é menos verdade que os jornalistas têm assumido esse papel. Desde logo, para que os políticos possam corromper o jornalismo é preciso que haja jornalistas que sejam corruptíveis.

**4.1. Costurando Incompatibilidade: Jornalistas que são comissários**

Com o aumento de jornalistas qualificados e o surgimento de cursos na área das Ciências da Comunicação em Cabo Verde, nota-se uma certa alteração na constituição da classe jornalística, a ponto de, hodiernamente, falar-se menos das práticas jornalísticas em que certos profissionais colocam os seus objectivos pessoais à frente dos valores da profissão. Porém, ainda hoje em dia, regista-se, no seio da comunidade jornalística cabo-verdiana, um sentimento de inconformidade em relação à postura de certos colegas de profissão que, segundo sustentam, desenvolvem relações de convivência com a classe política, pondo em causa o rigor da notícia, a independência da comunicação social, a verdade e o pluralismo de opinião.

O problema não é novo: veio do Partido Único – quiçá do regime colonial. A 'prostituição jornalística', como o chamou um ex-administrador da RTC, consiste exactamente no desenvolvimento de relações de convivência entre os profissionais da informação e os actores políticos, pondo em causa a liberdade de imprensa, a ética da comunicação e o dever de informar os cidadãos com rigor. Se, no regime de Partido Único, havia uma clara subjugação dos órgãos de comunicação social à tirania partidária, esperava-se que, com a abertura política, houvesse uma abertura de mentalidades da parte dos profissionais da informação, que deveriam passar para o primeiro plano das suas preocupações a defesa intransigente do direito à liberdade de imprensa. Essa preocupação impunha que não se ficasse apenas pela normatização da liberdade de imprensa no ordenamento jurídico nacional, mas que se lutasse no sentido de implementar condições práticas para que o exercício do jornalismo em liberdade se tornasse numa liberdade. Porém, como já vimos, o surgimento das empresas mediáticas, em Cabo Verde, tem sido resultado, não tanto de um estudo do mercado, mas sim da necessidade de os partidos políticos com maior representatividade eleitoral terem uma voz no seio da sociedade. A par disso, resultado de uma concepção redutora da democracia, instituiu-se uma sociedade dominada por dois partidos, que acabaram por influenciar directamente o posicionamento ideológico e político dos jornalistas que, escusando reger-se pela isenção, dividiram a classe entre jornalistas associados ao MpD e jornalistas associados ao PAICV. Esta situação começou a desenhar-se socialmente logo após as eleições de 1991, já que, como observa Bartolomeu Varela, a vitória do MpD levou à criação de uma

onda social a favor do partido, que arrastou os próprios jornalistas, levando-os a ler pela mesma cartilha do partido no poder (Entrevista: 6.1.2009). Porém, esta é apenas uma parte do problema. A verdade é que o próprio Partido Único tinha os seus profissionais que lhe eram fiéis. São pessoas que, dentro do programa de governação monolítica, desenvolviam relações de promiscuidade com os governantes, gravitando nas periferias do poder. O choque dessa nova onda de jornalistas que, a partir de 1991, começaram a ler pela cartilha do MpD, com a fidelidade dos jornalistas que defendiam os interesses do PAICV, tendo tido protagonismo no período de Partido Único, fez com que, na década de 90, encontrássemos já uma classe jornalística dividida, cujas alas obedeciam à divisão bipartidária da sociedade. Esta situação não chegou a ser desvanecida no seio da sociedade, com o decorrer dos anos. Isso significa que o processo de socialização dos valores da democracia na sociedade cabo-verdiana ainda não produziu grandes efeitos no seio da comunidade jornalística cabo-verdiana, conduzindo os profissionais do sector dos *media* a uma mudança de paradigma no que concerne à conciliação das convicções políticas de cada um com a responsabilidade social do jornalismo. Neste sentido, Bartolomeu Varela recorda que, durante a década de 90, o Conselho de Comunicação Social analisou inúmeros casos de jornalistas que recusavam respeitar o direito à liberdade de imprensa: “havia um grupo de jornalistas que eram militantes do MpD. Nós, no Conselho da Comunicação Social, evitávamos aplicar coimas ou sanções pecuniárias aos jornalistas, procurando sempre posturas mais pedagógicas, que é recomendar a melhor forma de fazer as coisas” (Entrevista: 6.1.2009). Essa falta de capacidade de intervenção do Conselho da Comunicação Social, cuja acção se confinava ao plano da recomendação, viria a ditar o fracasso do modelo de regulação da comunicação social em Cabo Verde. Criou-se, no seio da sociedade, a ideia de que o Conselho da Comunicação Social era tão-somente uma entidade ‘decorativa’ que não tinha nenhum peso no sector mediático.

Para conceptualizar o facto social dos jornalistas que colaboram activamente com os partidos políticos, criou-se o conceito de ‘comissários políticos’. Nota-se que, da análise ao nosso inquérito, resultam duas modalidades de convivência que prevalecem na sociologia do pensamento cabo-verdiano: a convivência entre administração dos órgãos e a classe política (34% dos inquiridos concorda em parte, enquanto 54% concorda totalmente, perfazendo 88% de concordâncias) e convivência entre os jornalistas e os políticos (32% do nosso universo questionado concorda em parte e 60% concorda totalmente, alcançando o patamar de 92% de jornalistas que defendem que a convivência entre a classe a que pertencem e a dos políticos constitui um entrave ao exercício do direito à liberdade de imprensa). Verifica-se que mais de 90% dos inquiridos entende que há relações de convivência que levam os

jornalistas a entrar em jogos de interesses com a classe política, com um evidente perigo para a transparência da verdade, com a qual o jornalismo está comprometido (ver gráfico n.º 25).

Gráfico n.º 25



A questão da promiscuidade que certos jornalistas têm desenvolvido com os poderes é uma preocupação para a classe. Tanto os entrevistados como os inquiridos manifestam opiniões no sentido de que os órgãos de comunicação social têm deparado com ‘comissários políticos’ transvestidos de jornalistas. A actuação dos chamados ‘comissários’ não beneficia unicamente os actores da cena política, mas também as conviências que se estabelecem com empresas de diferentes ramos de actividade.

O problema constitui uma grande preocupação para a classe, porque o que faz subsistir a actividade jornalística é a confiança e a credibilidade. Quando os cidadãos perdem a confiança nos profissionais da informação, os seus trabalhos perdem interesse público. Arnaldo Andrade recorda que muito ouviu falar de casos dessa natureza, salientando que isso não abona a profissão (Entrevista: 18.6.2008).

Outrossim, a classe jornalística cabo-verdiana é integrada por certos profissionais que vivem animosamente as questões de natureza política, inclusive, como observa Adelina Brito, fazem frete aos partidos: “Há duas ou três pessoas, aqui dentro, que se sabe qual é o partido deles e o que fazem aqui” (Entrevista: 21.4.2008).

Há leituras divergentes sobre a questão da promiscuidade entre o jornalismo e a política, mas quase todos os inquiridos e entrevistados assumem que há jornalistas, no seio da classe, que discretamente colaboram com os partidos políticos porque, no âmbito da sociedade bipartida, determinados



jornalistas tomaram posições políticas e assumiram as divergências partidárias. Eduino Santos considera que, havendo comissários políticos na actualidade, eles próprios se auto-colocam nessa posição. O jornalista duvida que haja uma intervenção do governo para estabelecer mecanismos de vigilância do trabalho dos jornalistas. Entretanto, recorda o exemplo do Partido Único: “na origem da ‘Televisão de Cabo Verde’, havia indivíduos da Polícia Política que estavam infiltrados. Vieram dos militares, a malta da União Soviética, e estavam lá, porque havia essa ideia de controlar os órgãos de comunicação social” (Entrevista: 15.10.2008).

Os períodos eleitorais são aqueles em que se multiplicam as queixas em relação à actuação da comunicação social. Nas eleições autárquicas de 2008, a batalha entre os órgãos de comunicação social tornou-se tão violenta que ficaram escancaradas as suas verdadeiras motivações. O serviço público, mais do que marginal, transformou-se em algo esquecido. Houve casos de jornalistas “que, ao mesmo tempo que trabalhavam a imagem de algumas Câmaras Municipais e de alguns partidos, também davam notícia” (Marco Rocha, Entrevista: 18.6.2008). Esta observação é reforçada por Júlio Vera-Cruz Martins, que descreve um conceito difuso de valores que orientam os jornalistas: para uns, a deontologia do jornalismo deverá obrigar os profissionais a optar pelo jornalismo ou pelas assessorias mas, para outros, o jornalismo pode ser conciliado com os serviços de comunicação estratégica, como a assessoria de imprensa, de imagem ou o próprio *marketing* político (Entrevista: 21.11.2008). A questão é grave, porque nota-se claramente que se regista um conflito de interesses entre o trabalho jornalístico e o serviço das assessorias. A primeira pergunta que se pode fazer é: com que isenção um profissional dos *media* vai tratar, jornalisticamente, um acontecimento sobre o partido que está a ajudar a preparar uma campanha eleitoral? A segunda pergunta: haverá espaço para o jornalista em causa trabalhar esse acontecimento com isenção? Ainda mais: os cidadãos terão motivos para acreditar no rigor daquela notícia? A reflexão para encontrar respostas a estas três perguntas fornece-nos pistas para estabelecer incompatibilidades claras entre o exercício do jornalismo e a prestação de serviços de assessoria às campanhas eleitorais dos partidos políticos.

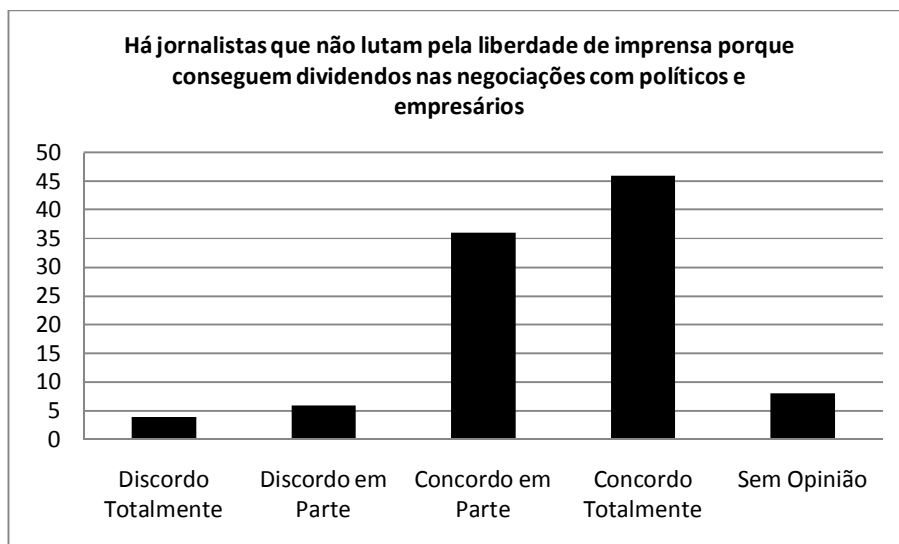
Os profissionais, por nós contactados, apontam os baixos salários como principais factores que motivam os jornalistas para a questão das ‘assessorias encapotadas’, como lhes chama Carlos Santos. Isso leva-nos a reflectir sobre outra questão: o nível de vida em Cabo Verde. Objectivamente, a ordem socioeconómica instalada em Cabo Verde depois da abertura do regime tem conduzido o país para um certo desajuste no equilíbrio das contas das famílias.

O facto de a maior parte dos produtos ser importado faz com que os bens de primeira necessidade sejam comercializados a um preço elevado. Há um fraco aproveitamento das energias renováveis,

embora durante o ano haja abundância de sol, de vento e ondas do mar, que poderiam ser excelentes fontes de extracção da energia. Posteriormente e fruto de uma orgânica social mal concebida e de uma injeção de factores de crescimento em certos sectores da sociedade, sobretudo ligados ao turismo – que inflacionou o sector da habitação –, viver honestamente em Cabo Verde tornou-se numa tarefa exigente, porque o nível de vida entrou em desequilíbrio em relação ao salário médio praticado. Assim, potencia-se a corrupção, que leva a uma guerra severa entre indivíduos dos dois maiores partidos, porque aquele que vencer as eleições tem a possibilidade de ter melhores condições de vida. Portanto, o argumento de que os salários motivam o desrespeito à ética jornalística, mais do que não ser descabido, consegue apresentar substratos de natureza económica e política.

A conjugação dos factores de ordem política com a socioeconomia cabo-verdiana terá dado motivos a Alexandre Semedo para considerar que há jornalistas que envergonham a classe: “a forma como lidam com os políticos, fazendo frete, envergonha a classe” (Entrevista: 23.4.2008). O director do ‘A Nação’ apresenta como ‘questão da panela’ aquilo que Daniel Medina chama de ‘teoria da barriga’. Um e outro apontam para a necessidade de sustentar a família, o que leva muitos jornalistas, com uma função numa determinada empresa estatal, a não quererem perder esses benefícios. Da análise ao inquérito, podemos notar que a questão dos ‘comissários políticos’ é encarada com muita convicção por parte dos profissionais, já que 82% dos inquiridos defende que há jornalistas que não lutam pela liberdade de imprensa, porque conseguem dividendos nas negociações com políticos e empresários. A percentagem daqueles que concordam totalmente quase atinge a metade do nosso universo de análise: 46%. Apenas 10% discorda desta tese, sendo que 4% tem uma discordância total e 6% discorda parcialmente. Há, entretanto, 8% dos inquiridos que não tem uma opinião sobre esta questão (ver gráfico n.º 26).

Gráfico n.º 26



Analisando o gráfico n.º 26, notamos, por um lado, que há uma necessidade evidente de estabelecer padrões firmes suportados nos princípios da ética deontológica para que os jornalistas se responsabilizem mais. Por outro lado, a regulação torna-se urgente, até porque, quanto à regulamentação, já há leis que cobrem todos os sectores da comunicação social. O funcionamento da Comissão de Carteira Profissional é, mais do que necessário, uma exigência que a classe deve fazer a si própria, já que teria uma instância que definiria quem é jornalista.

O Estatuto do Jornalista, publicado em 2010, obriga o título superior para a entrada na classe jornalística. Mas, como o acesso à profissão continua desregulado, qualquer um entra e sai como se o jornalismo fosse 'uma profissão a céu aberto'. Assim, qualquer indivíduo pode ser jornalista, assessor de imprensa e publicitário, ao mesmo tempo.

#### **4.2. Cosendo Incompatibilidades: Jornalistas que são publicitários**

Os programas dos governos da IIª República têm insistido na necessidade de clarificar a legislação para a comunicação social, sobretudo o Estatuto do Jornalista de 1998, para que a actividade jornalística se demarque claramente das actividades publicitárias. Mas, como não há fiscalização, a lei acaba, muitas vezes, por se tornar 'letra morta'. Pardo lembra que, no domínio das responsabilidades dos jornalistas, torna-se mais evidente a necessidade de que o Direito, "pela sua insuficiência para chegar até às últimas questões, se veja completado pela ética ou pela deontologia da informação" (1999: 87). Portanto, como o autor sugere, podemos notar que há três domínios nos quais se pode estabelecer uma base para a protecção da liberdade de imprensa: a ética, a deontologia e o direito. Cada um deles aponta para uma fonte de regulação: o respeito pela ética depende sobretudo do indivíduo que age. Neste sentido, a formação moral, o espírito profissional e a concepção de vida do sujeito ajudam-no a definir os padrões da sua acção, que poderá ser boa ou má, consoante for plausível ou não. A moral kantiana já nos tinha ensinado que não deveríamos fazer aos outros aquilo que não gostaríamos que nos fosse feito, o que significa que, não acção informativa, o jornalista não deve dar aos visados o tratamento que não gostaria de ter. A concepção plausível do bem de Kant convida-nos a reger pelo princípio de justiça.

O terreno da deontologia é assegurado sobretudo por corporações profissionais que defendem os valores da profissão. No caso em estudo, existe a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde, no seio da qual foi aprovado um código deontológico, com o objectivo de estabelecer padrões auto-reguladores para

o exercício da profissão. Porém, discute-se se os preceitos do Código Deontológico dos Jornalistas de Cabo Verde vinculam a todos os profissionais, já que nem todos os membros da classe poderão estar representados na organização. Também, a questão da criação de um sindicato para os profissionais da comunicação social tem merecido debate constante no seio da classe jornalística.

Na arena jurídica, a regulação assenta sobretudo na sede dos poderes públicos, com o estado a assumir a responsabilidade de criar um quadro regulamentar e entidades reguladoras com a capacidade de regular o ambiente de produção e difusão de bens simbólicos.

Essas três instâncias englobam duas dimensões do processo de regulação do sector da comunicação social: auto-regulação e hetero-regulação. Em Cabo Verde, a auto-regulação é ainda muito incipiente. Por um lado, os órgãos de comunicação social não se empenharam na criação de Conselhos de Redacção; por outro lado, o código deontológico não tem tido a devida consideração da parte dos profissionais da comunicação social, que nem sequer têm estado familiarizados com o seu conteúdo. Prova disso é que, na VI Assembleia-Geral da AJOC, de Novembro de 2008, surgiu uma proposta para um novo código deontológico e nenhum dos jornalistas presentes tinha ou sabia onde poderia encontrar qualquer exemplar do código antigo. Somente Hulda Moreira, presidente da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde, conseguiu apresentar uma cópia do antigo código deontológico, frisando que foi com muita sorte e uma procura insistente que conseguiu o documento. Isso mostra como o Código Deontológico dos Jornalistas de Cabo Verde não tem sido levado em consideração nas práticas profissionais. Trata-se de um documento com mais de duas décadas de existência e o facto do seu conteúdo não ter sido divulgado e debatido no seio da classe passa à margem da preocupação dos jornalistas. O facto de haver uma quantidade considerável de novos jornalistas, com menos de 15 ou menos de dez anos de profissão, mostra-nos que uma percentagem considerável dos profissionais da comunicação social de Cabo Verde nunca, sequer, teve contacto com o Código Deontológico dos Jornalistas de Cabo Verde. Isto é tão-somente sinal de que o processo de auto-regulação dos *media* em Cabo Verde é muito frágil e não tem constituído um sustentáculo à defesa do direito à liberdade de imprensa.

Na falta da auto-regulação, a regulação com sede nos poderes públicos torna-se necessária. Mas também esta funciona com grandes deficiências. O estado conseguiu regulamentar o sector, mas não conseguiu instalar entidades com capacidade de fiscalizar a implementação das leis. Os programas dos governos têm insistido no reforço da regulação institucional, mas os governos não têm cumprido as suas promessas, não passando do plano das intenções para a arena das práticas sociais e políticas. Por isso, a ética da comunicação tem sido desafiada pela força do capital (financeiro, político e

ideológico), já que, no seio da classe jornalística, tem-se registado uma certa promiscuidade entre os profissionais da informação e os agentes económicos. Neste sentido, criou-se o hábito, no seio da comunidade jornalística, de conciliar a actividade da publicidade com o exercício da profissão de jornalismo. Muitos dos factores que explicam a convivência entre os profissionais dos *media* e a classe política também contribuem para a melhor compreensão deste fenómeno em que os jornalistas também dão assessoria a empresas públicas e privadas, fazendo publicidade e contribuindo para a melhoria das suas imagens aos olhos dos consumidores.

A situação de conciliar as actividades publicitárias com o jornalismo tende a ser incómoda para os profissionais da comunicação que, dependendo do papel que desempenha (publicitário ou jornalista), tende a ver a audiência de forma diferente. Quando desempenha a função de actor de um produto publicitário, o profissional da comunicação social encara a audiência como um conjunto de consumidores que devem ser conquistado, através de uma estratégia de comunicação persuasiva; quando desempenha a função de produtor informativo, a audiência torna-se num conjunto de cidadãos que deve ser informado, através de uma mensagem rigorosa, para que possam ser agentes activos do sistema democrático. Adelina Brito sugere que, nos dias que correm, não se registam muitos casos, mas, como os jornalistas não são bem pagos, no passado, faziam publicidade das empresas. Isto mostra que, apesar de o Estatuto do Jornalista estabelecer regimes de incompatibilidades, há jornalistas que cedem à tentação de conciliar o jornalismo com a publicidade.

A falta de fiscalização é um dos grandes problemas da sociedade cabo-verdiana, não atingindo unicamente a área do jornalismo. Em vários sectores, as matérias não são tratadas com a necessária seriedade, porque a impunidade reina de tal forma que ninguém espera ser incomodado por praticar certos actos que contrariam a lei. Quando estão em causa valores públicos que fazem parte do património colectivo, como o direito à liberdade de imprensa, os cidadãos não se levantam para os defender. Por isso, compreende-se o facto de essa promiscuidade entre o jornalismo e a publicidade passar longe das preocupações da maioria dos cidadãos e, porventura, do próprio estado, que não acciona os mecanismos de regulação para assegurar a eficácia dos direitos públicos. Como exemplo, nota-se que, mesmo tendo criado a Comissão da Carteira Profissional, não há carteira para os jornalistas. Embora o Estatuto do Jornalista publicado em 2010 exigir curso superior, se a Comissão da Carteira Profissional não funcionar, a situação continua inalterada, devido à falta de fiscalização.

O problema da conciliação do jornalismo com a publicidade não incomoda todos os agentes mediáticos de igual forma. Apolinário Neves lembra que essas situações se registam em outros espaços geográficos, envolvendo grupos económicos de grande dimensão, cuja relação de promiscuidade pode

ser mais ou menos directa (Entrevista: 26.4.2008). Porém, isso não implica que sigamos o mesmo caminho. As experiências estrangeiras podem ser importadas quando são boas, mas devem ser recusadas quando são nefastas. José Leite questiona outras situações, entendendo que “não podemos focar as coisas só numa direcção, quando nos é conveniente. Não posso fazer publicidade, mas leio a agenda de informação. Se não posso fazer publicidade, não posso ler a agenda. É uma questão de coerência. Se não posso fazer publicidade, não posso fazer programas de animação que dão prémios patrocinados por empresas. É uma questão de coerência. Porque é que vai proibir-se só na questão da publicidade e continua-se a fazer a agenda (um serviço comercial), a fazer programas com animação e atribuição de prémios, que é publicidade? Não pode ser assim” (Entrevista: 14.10.2008).

O problema das incompatibilidades coloca o jornalismo numa fronteira complexa. Fazendo publicidade de um produto, se houver problemas, o jornalista terá dificuldade em escrever sobre o mesmo. Entre associar a imagem a um produto e, posteriormente, dizer que o mesmo não serve, situam-se zonas de juízos morais que tendem a consubstanciar a actividade do jornalista como eticamente reprovável. Por isso, o jornalista deve abster-se de tais práticas, mesmo que não haja fiscalização. Desde logo, é uma prática que não encontra suporte legal. Por isso, é preciso bani-la, já que, como anota ‘Expresso das Ilhas’, “o caos chegou e assentou arraiais. De tal forma que a promiscuidade entre jornalistas e publicistas é uma realidade inquietante mas inquestionável. Pergunte-se ao presidente da AJOC se não é verdade. Também não é verdade que assessores de imprensa fazem jornalismo à revelia da lei?” (28.12.2005). Olhando para a situação de conflito de interesses que se instalou em Cabo Verde entre a publicidade e o jornalismo e tendo em conta o aparecimento de novas televisões que, potencialmente, podem trazer mais agressividade ao mercado, Arnaldo Andrade defende que tem de haver uma regulação mais séria: “esta matéria sobre a regulação do sector da comunicação social exige consenso parlamentar. As forças políticas têm que chegar a um acordo porque são leis que exigem maiorias especiais” (Entrevista: 18.6.2008). De facto, a necessidade de empreender uma forte regulação sobre essa matéria é evidente. Enquanto houver jornalistas que procuram conciliar a sua actividade profissional com certos ‘biscates’, a ética da informação vê-se subjugada e os cidadãos ficam sem saber se a informação a que têm acesso é aquela a que têm direito ou se resulta de negociatas entre os jornalistas e os poderes. Situando a liberdade entre a censura (proveniente do exterior) e a autocensura (proveniente da consciência de quem se censura), o perímetro do direito à informação é substancialmente reduzido e o substrato noticioso que chega ao espaço público poderá não corresponder ao sistema de vida numa sociedade democrática, que se deseja livre e plural.

\*\*\*\*\*



# **CAPÍTULO XII**

## **FACETAS DA CENSURA NUM ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO**



**1.1. Facetas da censura, manipulação e mal-estar entre os jornalistas e os políticos**

Olhando para os casos apresentados nos *media*, podemos concluir que, durante muito tempo, o discurso sobre ‘uma comunicação social livre’ caía em ‘saco roto’, denunciando as formas de intervenção do governo no exercício da censura. Se em relação à imprensa privada, o governo escolheu, durante muito tempo, os processos judiciais como arma de arremesso para a ‘retaliação’, no que toca à imprensa estatal, as queixas de tentativas de intromissão nos conteúdos eram constantes. Na ‘TNCV’ vivia-se um clima de conflito eminente, com queixas dos profissionais de tentativas de interferência do governo, protestos da oposição e críticas do público. Ferreira (2002) lembra que a estação ultrapassou os níveis regulares de conflito, tornando-se num dos principais assuntos informativos do país. Das manchetes aos interiores dos jornais, o assunto ‘TNCV’ liderou os serviços informativos no arquipélago, particularmente no ano 1994. Nota-se, “depois de 91, alguma perturbação, registando-se mesmo casos de confrontação entre os jornalistas e o poder. Isso significa que a situação não era boa. Essa questão acompanhou a comunicação social cabo-verdiana até ao fecho do antigo jornal estatal” (Carvalho Santos, Entrevista: 23.4.2008).

No início da década de 90, eram escassos os profissionais com formação na área da comunicação social, pelo que os *media* foram alimentados sobretudo por pessoas que aprenderam o ofício na prática (os chamados profissionais da ‘tarimba’), tendo níveis de escolaridade diversos. Nota-se, assim, que será mais fácil ‘negociar’ as notícias, com prejuízo para o público, com um indivíduo de 9º Ano do que com um indivíduo de formação superior. Num país como Cabo Verde, em que o desemprego é uma das principais características da sua economia, um indivíduo com 9º Ano tem de assegurar o seu emprego porque, se for despedido, dificilmente encontrará colocação noutros serviços. Isso torna-se mais preocupante se, a par da baixa qualificação, não possuir nenhuma formação profissional.

Se, por um lado, o governo não desenvolveu nenhuma política de formação efectiva dos quadros da imprensa estatal, por outro lado, não efectivou a política de reestruturação dos recursos humanos que vinha no seu programa. Isto mostra uma certa vontade política de controlar os *media*. Se a maioria dos profissionais da imprensa estatal passasse, de imediato, a indivíduos habilitados com formação superior e com maior capacidade de análise e crítica, as esferas de interferência dos governos poderiam reduzir-se drasticamente, o que não configurava uma boa opção para o sistema político.

Em 1994, Carlos Veiga, então Primeiro-Ministro, convidou Nelson Herbert, licenciado em comunicação social, para assumir a direcção da televisão nacional. Com vários anos de experiência nos EUA, onde a cultura do confronto democrático e do pluralismo estava mais enraizada na sociedade, Nelson Herbert não conseguiu ficar muito tempo à frente da estação nacional. A relação entre a 'TNCV' e o governo atingiu um ponto de ebulição e o então director acabou por abandonar a estação precocemente, alegando o facto de o governo tentar limitar o seu campo de actuação. Se até então a estação televisiva era gerida por um director, pouco tempo depois de Nelson Herbert assumir a sua gestão, o governo criou um Conselho de Administração, formado por um presidente e dois vogais. Estes teriam um mandato de dois anos e seriam nomeados pelo Conselho de Ministros, mediante a proposta do ministro com a tutela da comunicação social. Assim, diminui-se o poder do director dentro da estação e o contexto da sua gestão foi alterado radicalmente. O facto de o Conselho de Administração ser nomeado pelo governo é sintomático de que este queria assegurar a representação da sua vontade na estação. No entanto, Ondina Ferreira, ex-Ministra da Cultura e da Comunicação Social, não compreende as razões que levaram à saída de Nelson Herbert da televisão do estado, sugerindo que talvez se tivesse sentido diminuído nas suas funções (Entrevista: 7.1.2009).

Para Nelson Herbert, o projecto de criar um Conselho de Administração teria caído de pára-quadras e interessava sobretudo ao governo, que via as rédeas a serem-lhe afastadas das mãos. O ex-director da 'TNCV' salienta ainda que, tal como os outros órgãos mediáticos, a estação era alvo de pressões constantes por parte do governo, que encontrou na sua direcção um perseverante defensor do interesse público. José Vicente Lopes considera que "a censura, se ela existiu depois de 90, era algo que decorria de uma grande pressão que existia sobre os profissionais" (Entrevista: 25.4.2008).

Quando Nelson Herbert abandonou a televisão estatal, o então partido da oposição (PAICV) apressou-se a tecer críticas ao governo de Carlos Veiga, afirmando que o afastamento daquela direcção integrava uma estratégia ampla que tinha como meta final o controlo dos órgãos de informação do estado. A então oposição recordou o facto de faltarem menos de dois anos para as legislativas e presidenciais de 1996, entendendo que o partido no governo (MpD) queria ter a comunicação social do seu lado, pelo que endurecia o sistema censório (Novo Jornal de Cabo Verde: 5.4.1994). Para os então dirigentes do PAICV, a estratégia do MpD para vencer as eleições de 1996 passava por uma operação de *marketing* político e, para isso, contava com duas modalidades de actuação: assumir protagonismo nos *media* estatais; e asfixiar a imprensa privada, silenciando as vozes contestatárias com a acumulação de processos judiciais (Novo Jornal de Cabo Verde: 5.4.1994). De acordo com os dirigentes do PAICV, o governo do MpD pretendia colocar à frente dos *media* do estado 'comissários políticos' para servir as

suas ambições. Embora concordando com a existência de pressões, José Vicente Lopes, chefe de redacção de 'A Semana', defende que quem quisesse opinar poderia assumir, publicamente, a sua posição, tendo, não obstante, que assumir as consequências: “eu sou um exemplo disso. Todas as vezes que entendi que deveria emitir a minha opinião, emiti, independentemente das consequências que acabei por sofrer” (Entrevista: 25.4.2008). O clima tenso que se viveu nos anos 90 deve-se, no entendimento de Ondina Ferreira, ao facto de ser um período de transição de um sistema de monobloco para um ambiente de pluribloco, em que os próprios jornalistas estavam desorientados, não sabendo como lidar com a liberdade de imprensa (Entrevista: 7.1.2009).

Tendo em conta que ninguém sai de um regime de Partido Único com o conhecimento pleno de como funciona a democracia, Rosana Almeida assume que “há erros, há vícios enraizados em certos indivíduos que só o dia-a-dia, só a experiência, ajuda a melhorar” (Entrevista: 3.11.2008). Esta tese acolhe também o entendimento de Leão Lopes, ex-Ministro da Cultura e da Comunicação Social, cuja ideia central é a de que, nos períodos de transição e de ruptura, há sempre muita resistência. A experiência cabo-verdiana é interessante, para o ex-governante, se tivermos em conta que a maior resistência foi proveniente sobretudo da classe jornalística.

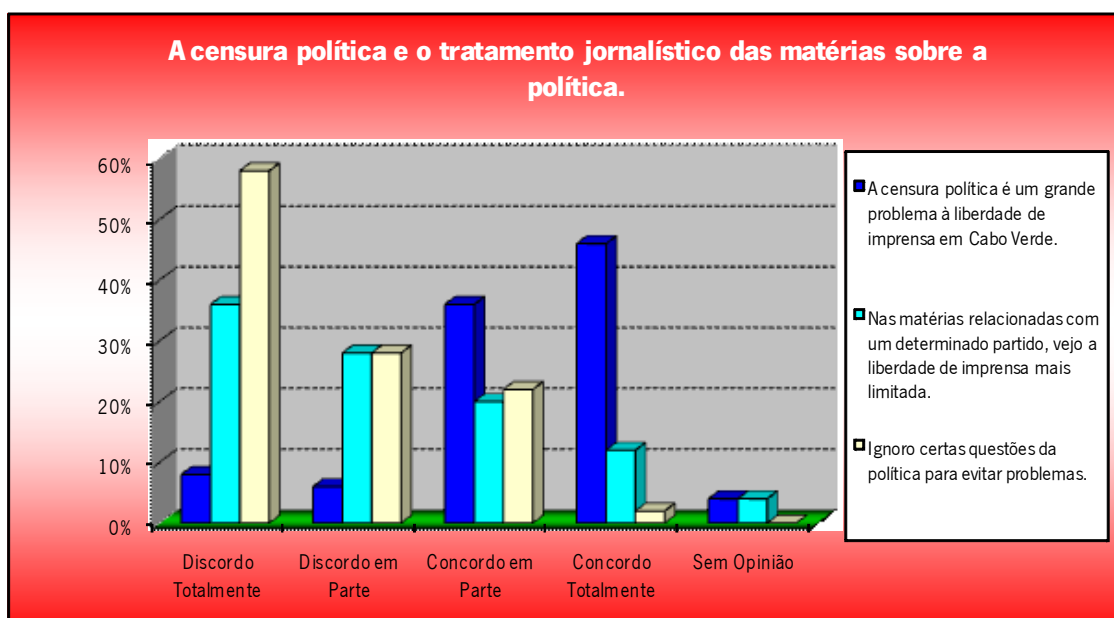
“O maior trabalho que o governo teve, de facto, nessa altura, foi dialogar com os profissionais da comunicação social no sentido de tê-los como parte importante do processo de ruptura, do processo de democratização da comunicação social” (Leão Lopes, Entrevista: 17.10.2008). Considerando compreensível que houvesse uma certa resistência à ruptura por parte da sociedade, Leão Lopes afirma que se tornara incompreensível a posição de determinados profissionais e órgãos de comunicação social. Arnaldo Silva, também governante com pasta da comunicação social na IIª República, lembra que nenhuma lei podia resolver a tensão que havia entre a classe política e os profissionais dos *media*, porque são dois grupos cuja essência profissional está constantemente em conflito: “os políticos querem controlar, querem manipular a comunicação social. Esta é a verdade. No entanto, a comunicação social quer independência para trabalhar sem censura, nem autocensura. Não digo que ela existe por oposição ao poder político, mas existe para informar os cidadãos com verdade. Os políticos, muitas vezes, não querem uma informação feita na base da verdade. Querem apenas uma informação que seja benéfica para os seus interesses pessoais ou partidários” (Entrevista: 4.11.2008). Este entendimento é corroborado por Arnaldo Andrade, ex-ministro da tutela (Entrevista: 18.6.2008).

A análise da interpretação que vários profissionais fazem do actual sistema mediático cabo-verdiano tende a mostrar-nos que as atitudes censórias não ficaram pela década de 90. O conflito de interesses entre a classe política e os jornalistas extravasa várias governações e ainda hoje existe porque o

controlo da comunicação social é proveniente tanto do governo como da oposição, embora tenham meios desproporcionais. Para João do Rosário, director do 'Expresso das Ilhas', ainda perduram na sociedade cabo-verdiana determinados aspectos da censura, dos quais os cidadãos e os jornalistas se vão libertando aos poucos. Alexandre Semedo, director de 'A Nação', garante, por seu turno, que, não só na primeira década de vivência democrática, mas, ainda hoje, se registam tentações do governo em controlar os *media*. Estando no meio privado, Alexandre Semedo encontra mais espaço de manobra porque, "no público, havia muito mais tentação. Todos achavam que estavam no direito de dar ordens e de mandar fazer isso ou aquilo" (Entrevista: 23.4.2008). Assegurando que, no seio da classe política há uma apetência pelo controlo da comunicação social, Arnaldo Silva afirma ter "informações seguras de que a demissão do antigo Presidente do Conselho de Administração da televisão (Marco Oliveira) tenha sido motivada pelo facto de um ministro não ter gostado da cobertura jornalística que se fez da sua deslocação a uma ilha, quando soube que, no mesmo dia, se deu a cobertura de um evento organizado por uma pessoa da sociedade civil. Achou que o tempo que se deu a um e a outro foi diferente", afiança, acrescentando que "se censura, claramente, aquele discurso que não convém, aquele discurso que põe o 'dedo na ferida', que diz a verdade. Esse discurso é claramente censurado. Mesmo que dizem que não recebem instruções, acho que há instruções de alguém para que as coisas sejam assim" (Arnaldo Silva, Entrevista: 4.11.2008).

Numa análise global, os jornalistas inquiridos têm uma posição semelhante à de Arnaldo Silva, mas, num processo de auto-avaliação, registam-se reacções de prestígio. Na tentativa de assegurarem um espaço de conforto psicológico, os jornalistas negam que os instrumentos da censura façam eco sobre a sua actividade profissional. Assim, relacionados com a censura, registam-se comportamentos defensivos da parte dos jornalistas. Por um lado, 82% dos inquiridos assegura que a censura política é um dos problemas que se coloca à liberdade de imprensa: 36% concorda em parte e 46% concorda totalmente. Há, entretanto, 14% a discordar deste argumento: 8% discorda totalmente, 6% discorda em parte e 2% não opina. Por outro lado, os mesmos jornalistas não assumem que a censura política influencia a sua actividade: 64% dos inquiridos discorda que, nas matérias que tocam, particularmente, um determinado partido político, a liberdade de imprensa é restrita – 36% entende que isso nunca acontece e 28% considera que a situação se regista poucas vezes. Entretanto, 20% entende que a situação se regista muitas vezes, 12% responde sempre e 4% não tem opinião. Uma outra questão vem conjugar-se a essa: "Tento ignorar algumas questões políticas para não ter problemas, com os partidos e com a administração da empresa onde trabalho". Nota-se que 58% responde 'nunca', 18% responde 'poucas vezes', 22% diz que faz isso 'muitas vezes' e 2% diz que faz 'sempre' (ver gráfico n.º 27).

Gráfico n.º 27



As denúncias de pressões e manipulações são uma constante nos *media*, tentando evidenciar que, além da formalidade do regime democrático, perduram ainda algumas práticas pouco consentâneas com a garantia do direito à liberdade de imprensa. Em Junho de 2003, 'A Semana' dava conta da 'turbulência na TCV', traduzida na demissão de Anatólio Lima da direcção, fruto de fortes pressões provenientes, não só das estruturas governamentais, como "dos mais variados sectores da sociedade" (6.6.2003). Os partidos na oposição não param de acusar o governo de manipular os órgãos de informação do estado. Mário Matos, dirigente do PAICV, dizia, em 2000, que a manipulação da informação e a tentativa de silenciamento da oposição e de todas as vozes discordantes nos órgãos de comunicação social públicos tinham vindo a crescer de forma preocupante. O dirigente do PAICV sistematizou, através de exemplos práticos, aquilo que considerava uma exacerbação da manipulação na comunicação social do estado: "já no 'caso Enacol'<sup>27</sup> foi proibido aos jornalistas a cobertura de uma conferência de imprensa de um grupo de deputados da Nação; por ocasião de '31 de Agosto'<sup>28</sup>, os cabo-verdianos assistiram estupefactos e revoltados à vergonhosa manipulação feita pela Televisão das manifestações que tiveram lugar na Praia e em Santo Antão; a Televisão do Estado deu dois minutos à participação do Presidente da República na Assembleia do Milénio na ONU e, no mesmo serviço noticioso, dedicou onze minutos à cobertura de um jantar da candidatura do Dr. Carlos Veiga; deu-se

<sup>27</sup> Mário Matos refere-se, neste caso, às suspeitas que recaíram sobre Gualberto do Rosário, então Ministro da Coordenação Económica, de ter desviado dois milhões de dólares, fruto da privatização da petrolífera nacional, a Enacol.

<sup>28</sup> Data de 31 de Agosto de 1981 uma manifestação em prol da Reforma Agrária na Ilha de Santo Antão, que acabou num episódio de má memória para a história política de Cabo Verde, com relatos de torturas e outros actos violentos.

mais destaque à substituição do responsável da JpD na Praia do que às Assembleias Constituintes do PRD e do PTS” (cit. por Horizonte: 12.10.2000).

Se, para o PAICV, o governo do MpD controlava a comunicação social durante a década de 90, o inverso também é válido: desde que o PAICV regressou ao poder, em 2001, a oposição acusa-o sistematicamente de estar a governamentalizar a comunicação social do estado. Em Outubro de 2004, o MpD apresentou uma queixa, no Conselho da Comunicação Social, contra a rádio e a televisão estatais, acusando-as de manipulação. Na conferência de imprensa dada por Agostinho Lopes, então líder da oposição, interrogou-se sobre quem teria a tutela da comunicação social, já que Jorge Tolentino, então ministro com a tutela do sector, se encontrava há cinco meses em tratamento no exterior. “É legítimo pensar que foi o próprio Primeiro-Ministro a dirigir os órgãos do estado? É legítimo pensar que o Sr. Primeiro-Ministro é directamente responsável, ainda que de forma discreta, pelo estado a que chegou a nossa comunicação social?”, interroga Agostinho Lopes, salientando que “os órgãos de comunicação social públicos são convidados para as conferências de imprensa, os jornalistas aparecem, mas depois decide-se que a notícia não é notícia, ‘porque fala da corrupção do governo’, e por isso, não é levada ao conhecimento público” (Expresso das Ilhas: 6.10.2004).

O debate parlamentar dos finais de 2004 teve como uma das principais matérias as políticas para a comunicação social, tendo José Filomeno de Carvalho, deputado do MpD, se baseado no relatório anual da Freedom House para acusar o governo de controlar os órgãos de comunicação social estatais. “A falta de equipamentos nos órgãos de comunicação social do estado e o espectro de reestruturação dessas empresas, que deixa os jornalistas sob ameaça de perder ou não o emprego a médio prazo – o que leva muitos profissionais a praticar a autocensura –, foram outras das preocupações do MpD, que apela para reformas profundas no sector e mais investimento” (Expresso das Ilhas: 3.11.2004). Tudo isso mostra-nos que, em Cabo Verde, a comunicação social vive sob fogo cerrado da classe política. Os dois principais partidos acusam-se mutuamente de controlar os *media*, mas, no fundo, nenhum deles toma uma atitude para empreender uma mudança profunda no figurino das políticas de comunicação no panorama mediático nacional. Os profissionais de informação são vistos como marionetas aos olhos do público, que, por outro lado, não reconhece muita credibilidade à classe jornalística. Falta, acima de tudo, mais respeito dos políticos para com o trabalho dos jornalistas e mais respeito destes para com a profissão que exercem. Só uma atitude de ruptura da parte dos jornalistas, no sentido de recusarem qualquer tipo de intromissão, pode resolver esse problema e assim a democracia poderá regressar às origens: os políticos irão dedicar-se à actividade política e os jornalistas vão fazer informação, sem constrangimentos externos e psicológicos, que podem assumir a forma de autocensura.

## 1.2. A Censura numa Análise Meta-jornalística

Na edição de 11 de Abril de 1994, o jornal 'A Semana' reagia a uma nota do Ministério da Cultura e da Comunicação Social, em que a então ministra Ondina Ferreira convidava os directores dos *media* estatais para uma reunião na qual iriam escolher os jornalistas que acompanhariam as actividades oficiais. "Definitivamente o governo deixou cair a máscara no que toca à sua postura em relação à comunicação social", afirmava o jornal, acrescentando que a ministra chamou os directores para a indicação dos jornalistas que seriam escolhidos "para 'coberturas' especiais e decidir que todos os órgãos de comunicação social do estado deveriam estar presentes em todos os 'actos oficiais'. Querendo ou não, o governo passou um atestado de maus profissionais e indignos cidadãos aos 'seleccionados' para essa sem-vergonhice" (A Semana: 11.4.1994). Esta constatação do semanário privado integra a lista de preocupações e de apreensões dos jornalistas em matéria da 'governamentalização' da comunicação social do estado que Nelson Herbert, antigo director da 'TNCV', fez questão de partilhar com os cidadãos, trazendo algumas más experiências para o espaço público. Depois de ter deixado a direcção da 'TNCV', Nelson Herbert lançou, no jornal 'A Semana', um conjunto de acusações ao governo de Carlos Veiga, na senda das quais denunciou as intervenções do então Primeiro-Ministro na informação da estação pública. Também acusou a então Ministra da Cultura e da Comunicação Social de condicionar o trabalho dos jornalistas, dando conta de um clima de intimidação e amedrontamento, em que os políticos se auto-colocavam num nível superior, encarando os jornalistas em meros assalariados que tinham ordens para cumprir (A Semana: 20.7.1994).

De acordo com a imprensa operante nos anos 90, os mecanismos do governo para controlar a comunicação social, passavam claramente por uma combinação dos meios de actuação: se, por um lado, havia os assessores de imprensa que, segundo 'A Semana' (20.7.1994), tinham como objectivo fundamental 'forjar' grande parte dos conteúdos informativos, por outro lado, havia a modalidade de envio de recados aos responsáveis pelos órgãos de comunicação social estatais. Também eram frequentes os mecanismos de pressão jurídica e policial. No artigo intitulado 'Eu e a minha Ministra', Nelson Herbert recorda que, nos encontros que tinha com Ondina Ferreira, esta sempre fazia questão de mostrar que existia uma hierarquia e que aqueles que, supostamente, estariam num nível inferior deviam obediência aos órgãos de soberania, tendo que ter respeito pelas actividades do governo (A Semana: 20.7.1994). Desta forma, conclui que, em matéria da informação, os órgãos do estado viviam a angústia de dependência excessiva dos 'sentados governamentais' (A Semana: 20.7.1994). O ex-director da 'TNCV' lembra outros casos para os quais a tutela receitava silenciamento:

desentendimento entre os principais líderes do MpD levou o partido a uma cisão, ainda na primeira legislatura, da qual saiu o PCD. A cobertura dos trâmites e do desfecho desse caso foi uma matéria melindrosa para os jornalistas que trabalhavam para os *media* estatais. Nelson Herbert denuncia que os responsáveis pelos órgãos do estado foram chamados ao Ministério da Cultura e da Comunicação Social para serem ordenados a ‘embrulhar’ o caso num ‘silêncio absoluto’ quando as matérias tocavam o partido no poder. “Perante a situação dos reféns de Cuito/Angola, os directores dos órgãos estatais de comunicação foram de novo chamados, desta feita à Presidência da República, onde se encontrava no momento a ministra da tutela, para serem aconselhados a interromperem qualquer alusão, nos blocos informativos respectivos, à situação desses nossos compatriotas em Angola. A partir desse momento a fonte imposta pela ministra passou a ser o Secretário de Estado da Emigração” (cit. por A Semana: 20.7.1994). Porém, a então ministra refuta todas as acusações: “não faz o meu género. Faltou à verdade. Se ele disse isso, que me dê uma prova porque isso não faz o meu género”, afirma Ondina Ferreira, realçando que até teve boas relações com o ex-director da televisão estatal: “ele deverá ter ficado com alguma mágoa mal resolvida. Não tenho absolutamente nada contra ele e até estranhámos a forma como deixou a televisão” (Entrevista: 7.1.2009).

De qualquer forma, são muitos os episódios que Nelson Herbert decidiu revelar num conjunto de artigos publicados no jornal ‘A Semana’. Recorda a emissão do tempo de antena do PAICV, do dia 29 de Agosto de 1993, suportada na Lei n.º 90/III/90, de 27 de Outubro. Dando enquadramento a um procedimento legal, afirma ter sido contactado, logo no dia seguinte à emissão do tempo de antena, pela então ministra da tutela, que ordenava a reposição da ‘verdade dos factos’ abordados pelo PAICV, sugerindo que a ‘TNCV’ tivesse incorrido numa ilegalidade e justificando que o país não tinha regimento para os tempos de antenas (A Semana: 20.7.1994). Para Nelson Herbert, a resposta foi enviar toda a documentação legal que regula a atribuição dos tempos de antenas dos partidos políticos. Os casos de desentendimento entre os jornalistas e a televisão do estado não são uma matéria exclusivamente dos anos 90. Mesmo depois do regresso do PAICV ao poder, a partir de 2001 – em que se considera que a situação começou a serenar –, encontramos episódios em que os profissionais e a televisão se encontram em rota de colisão por questões políticas. No Verão de 2004, o jornalista António Teixeira mandou uma carta à direcção da empresa, com o conhecimento da AJOC e dos restantes órgãos de comunicação social, na qual denuncia “o clima de perseguição, discriminação e marginalização, para além da autocensura, que existe na estação televisiva cabo-verdiana”. Para António Teixeira, a censura funciona na “escolha das pessoas para fazer determinadas peças. Criou-se um núcleo, se assim se pode dizer, de jornalistas que está sempre disponível para fazer um serviço



que agrade alguém, alguém que só pode ser quem está no poder, quem está no governo. Todos os que acham que, indo para uma reportagem, possam fazer perguntas incómodas, recebem ordens expressas para não escalarem mais esses jornalistas. [...] Tony Teixeira vai mais longe e diz que este tipo de comportamento ganha a cobertura das chefias, porque na 'TCV', ao contrário do que se diz, não são os jornalistas a darem ideias de reportagem – é o que o chefe quiser é que se faz. Acham que o jornalista leva essa ideia por maldade, para prejudicar o serviço em causa. São pessoas que trabalham com o objectivo de proteger determinados serviços, determinadas pessoas. E António Teixeira entende que isso não é jornalismo. 'É um jornalismo falso' (Expresso das Ilhas: 4. 8.2004). Referindo-se a Rui Pereira, que era assessor do então Ministro de Infra-estruturas e Transportes, António Teixeira afirma nunca se ter lembrado de um assessor de um ministro a apresentar programas na televisão. Por isso, lança um conjunto de questões: "É esta a televisão que queremos? É este o jornalismo que queremos em Cabo Verde? É isto que nos dignifica a nós jornalistas"? Conclui que, na televisão nacional, há "um jornalismo sujo, serviçal" porque quem coloca as questões para o público ser esclarecido é imediatamente "tratado como jornalista de oposição. Na 'TCV', foi criado o jornalista da situação e o jornalista da oposição" (Expresso das Ilhas: 4.8.2004). Depois da carta aberta e de duas entrevistas concedidas aos semanários, o jornalista viria a enfrentar dois processos disciplinares movidos pelos responsáveis da 'TCV' e argumentados no facto de ter negado duas escalas de serviço. No entanto, considerou que a expressão da sua opinião sobre o jornalismo feito na comunicação social foi o motivo que levou os responsáveis da 'TCV' a lhe instaurar os processos disciplinares.

Os relatos acima mostram-nos que as queixas dos jornalistas sobre as condições para o exercício do direito à liberdade de imprensa extravasam os governos ou períodos de governação. Quando um determinado partido se encontrar no governo, os jornalistas que lhes são próximos vivem dias de tranquilidade enquanto os associados à oposição enfrentam dias mais agitados. É assim que passou a funcionar a classe jornalística cabo-verdiana que, depois da abertura política, dividiu-se entre jornalistas próximos do governo e jornalistas próximos da oposição. Normalmente, quando um partido está no governo, os jornalistas que lhe são próximos assumem protagonismo na gestão dos órgãos do estado e os conotados com a oposição apontam a bateria à direcção do órgão e ao governo. Mudando o partido no governo, muda-se o grupo de jornalistas que assume protagonismo nos órgãos públicos e os restantes vão para a oposição tecer críticas. Enquanto não houver uma ruptura com esse modelo de jornalismo partidarizado, as críticas sobre a instrumentalização dos *media* não-de continuar porque sempre será preciso fazer oposição aos jornalistas que estão no governo dos órgãos do estado. Num ambiente desses, a autocensura torna-se numa prática recorrente para quem quer evitar problemas.



### **2.1. No Território da Autocensura: conflitos psicológicos na acção informativa**

Ao longo dos anos, os relatórios internacionais, quer da Freedom House, quer dos Repórteres Sem Fronteiras ou do Departamento do Estado Norte-americano, têm insistido no argumento de que a liberdade de imprensa se encontra ameaçada sobretudo pela autocensura, que é considerada o modelo dominante da limitação do exercício do direito de informação no panorama mediático cabo-verdiano. De facto, a socioeconomia do país permite que a autocensura seja uma prática reinante: um mercado exíguo, uma enorme carência de recursos, um 'deserto' de emprego, um estado que é o maior empregador dos jornalistas, uma sociedade de proximidade onde a cidadania fora do quadro bipartidário é quase inexistente e uma excessiva 'colagem' dos órgãos aos partidos políticos. Num ambiente socioprofissional com estas características, quase todos os sectores da vida pública estarão contaminados e, no âmbito da concepção das suas estratégias de intervenção na sociedade, os partidos políticos encaram o jornalismo como um importante instrumento de batalha ideológica.

Porém, a questão da autocensura no jornalismo cabo-verdiano não é vista de igual forma por todos os profissionais entrevistados. As opiniões, em alguns casos, tendem a ser divergentes. Para Adelina Brito, a autocensura trata-se de um problema ultrapassado, na medida em que, hoje, os profissionais já não têm o medo de perder o emprego como acontecia noutros tempos (Entrevista: 21.4.2008). A directora de informação da 'TCV' defende ainda que não existe um clima convidativo à prática de autocensura, em virtude de querer preservar o emprego. Porém, defende que, durante a década de 90, a prática da autocensura poderá ter sido recorrente, na medida em que os profissionais não tinham formação adequada para o exercício do jornalismo. Mais categórico, José Vicente Lopes considera que a questão da autocensura é um falso problema, argumentando que os profissionais que querem impor-se podem fazê-lo, aceitando as consequências que advêm da sua postura crítica (Entrevista: 25.4.2008). O jornalista lembra o seu próprio exemplo, afirmando que nunca recorreu ao método da autocensura porque sempre se impôs enquanto profissional, emitindo as suas opiniões quando achou necessário, embora, muitas vezes, tivesse que assumir as consequências. Lembremos que José Vicente Lopes era jornalista do 'Voz di Povo' e, devido ao seu papel à frente da AJOC, tornou-se numa *persona non grata* para o governo. O desentendimento com o executivo de Carlos Veiga levou-o às portas do tribunal que, por fim, acabou por determinar a sua desvinculação do estado, mediante uma indemnização. Poderá

ter emitido as suas opiniões, mas, como o próprio admite, acabou por pagar a factura, dado que a posição que o governo assumiu depois do início da IIª República não consubstanciava o espírito dos Estados de Direito Democrático, pelo que não promovia a divergência de posições e opiniões. Na tentativa de manter o seu emprego, muitos jornalistas evitaram bater-se de frente com o governo. Daniel Medina explica esse comodismo com a sua proposta conceptual de 'teoria da barriga', segundo a qual, a ausência de um mercado de emprego florescente, a pobreza material do país e as necessidades primárias das famílias contribuem para o amordaçamento dos profissionais da comunicação social (Entrevista: 22.4.2008). Se um jornalista mostrar uma postura crítica na comunicação social e não tiver alternativas de sobrevivência poderá estar a comprometer o sustento da sua família. Por isso, alguns optam por não questionar as medidas de políticas do governo.

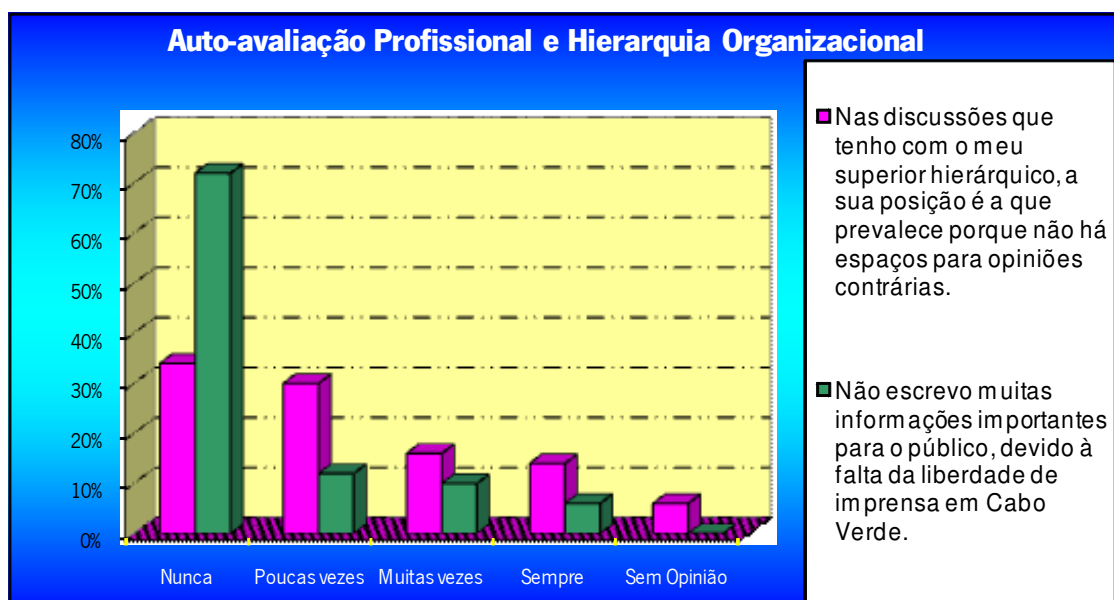
A questão da autocensura é um jogo psicológico no qual, muitas vezes, o jornalista está dividido entre fazer prevalecer a verdade dos factos, por um lado, e assegurar a continuidade do seu emprego, por outro lado. Tendo em conta a fragilidade do mercado, certos jornalistas escolhem o caminho da autocensura. Isto traduz-se num certo comodismo no seio das redacções. O problema da estabilidade do emprego, num mercado diminuto como o cabo-verdiano, está sempre em debate quando se analisa a liberdade de imprensa. "Quanto à auto-censura, acho que alguns acabam por ir por aí porque sentem logo que não vale a pena fazer muito mais porque podem ter problemas. O esquema está tão bem definido que não se consegue sair daí e há muitas resistências, quando se tenta abrir outros caminhos" (Conceição Queiroz, Entrevista: 17.6.2008). Para ilustrar a situação descrita pela supracitada jornalista, temos o caso de Eduíno Santos que, enquanto esteve à frente do jornal 'Notícias', diz ter sofrido perseguições políticas, inclusive enfrentando indivíduos com armas dentro da própria redacção do jornal: "depois dessa fase de luta, vim também descansar para os órgãos de comunicação social do estado. Tenho esse direito também. Em vez de andar aí a ser perseguido, com pessoas a correrem atrás de mim, com processos em tribunais, com pessoas a me ameaçar com armas, vim aqui descansar. Viva o jornalismo de comodidade, que não incomoda e que não pressiona. Vamos deixar as coisas assim, porque acham que assim é que está bem e que não há nada a fazer" (Eduíno Santos, Entrevista: 15.10.2008). O relato do jornalista dá sinal de um certo desencantamento com a profissão, já que não se consegue implementar um modelo de jornalismo mais liberal. Porém, as leituras sobre estas temáticas apontam para diferentes ângulos. Se os relatos de Eduíno Santos nos dão uma imagem de um ambiente profissional em que os jornalistas se encontram sucumbidos diante da arquitectura social desenhada pelos partidos políticos, resultado de uma má concepção de democracia montada depois da abertura política, João Gomes, jurista, defende que, muitas vezes, para assegurar o

seu posto de trabalho, o jornalista sente-se obrigado a não ser muito acutilante (Expresso das Ilhas: 24.10.2007). O problema da autocensura remete também para a questão da relação entre os jornalistas e os seus superiores, na medida em que, muitas vezes, são estes a decidir se as notícias produzidas por aqueles vão ser ou não publicadas nos órgãos de comunicação social. Para os profissionais inquiridos, as hierarquias não têm sido muito hostis. Diante da afirmação “Nas discussões que tenho com o meu superior hierárquico, a sua posição é a que prevalece porque não há espaços para opiniões contrárias”, 34% responde nunca e 30% responde poucas vezes. Por outro lado, há 30% do universo da análise que defende que isso acontece frequentemente (16% responde muitas vezes e 14% responde sempre), enquanto 6% não toma nenhuma posição sobre a matéria.

Apresentada a frase “Não escrevo muitas informações importantes para o público, devido à falta da liberdade de imprensa em Cabo Verde”, verifica-se que 84% dos auscultados não concorda com ela: 72% responde nunca e 12% responde poucas vezes. Apenas, 6% diz que acontece muitas vezes e 10% salienta que se regista muitas vezes (ver gráfico n.º 28).

Como podemos verificar, surgem comportamentos defensivos sempre que há perguntas que convocam os jornalistas a fazerem uma análise do seu desempenho profissional ou uma auto-avaliação da sua actividade. Para Alcobia, Garrido e Vala (2004), além de expressarem uma necessidade evidente de pertença a grupos, as normas sociais acabam por ser referências para as acções individuais. Assim, mesmo aceitando as influências no exercício da profissão, os jornalistas procuram salvar a sua imagem profissional, considerando que esses constrangimentos não os atingem. É o que se chama reacção de prestígio, em que se assegura um espaço de conforto psicológico (ver gráfico n.º 28).

Gráfico n.º 28



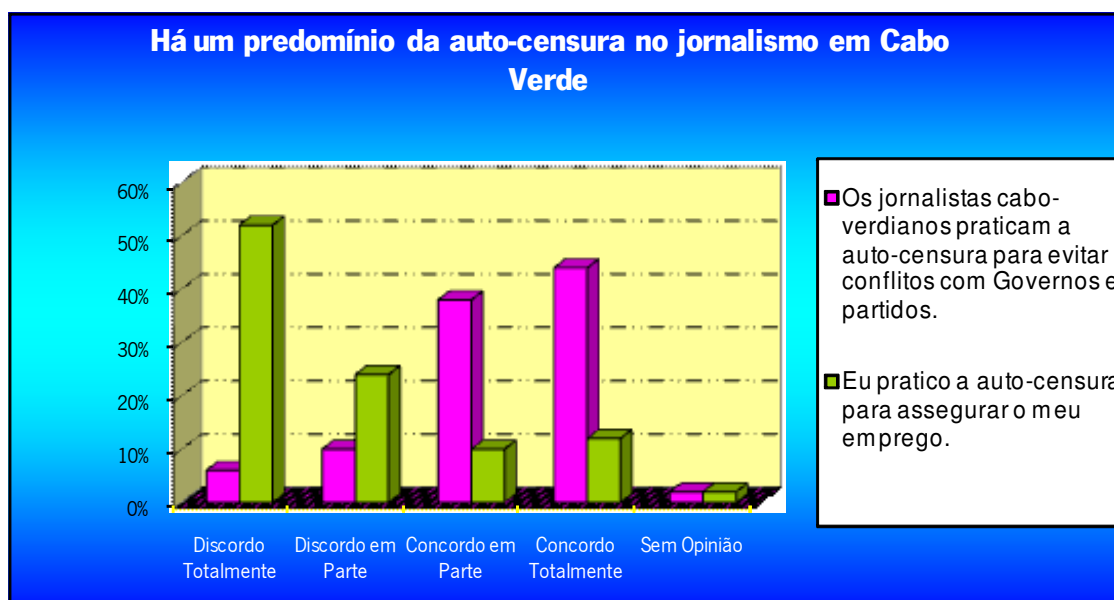
Como nos tinha mostrado o gráfico n.º 25, 88% dos jornalistas inquiridos defende que a convivência entre a administração dos órgãos e a classe política constitui um grande entrave ao exercício do direito à liberdade de imprensa. Por outro lado, 92% dos inquiridos defende que a convivência entre a sua classe profissional e a dos políticos cria limites ao exercício da profissão, constituindo um grande perigo para o direito à liberdade de imprensa. No entanto, no gráfico n.º 28 encontramos dados contraditórios em que 84% dos inquiridos recusa que deixe de escrever por falta de liberdade de imprensa e 64% descarta a possibilidade de a administração se impor aos jornalistas. Na Psicologia Social, este fenómeno é conceptualizado como 'efeito PIP: *primus inter pares*', segundo o qual os indivíduos consideram sempre que são mais autónomos do que os restantes membros da comunidade a que pertencem. Para fazer um juízo sobre o seu desempenho, os indivíduos olham para o resultado conseguido como fruto de um processo no qual entram factores internos e externos. Os factores internos reportam-se à experiência que tiveram para conseguir o resultado obtido, enquanto os factores externos analisam o resultado em si, enquadrando-o no contexto social em que foi alcançado. Porém, ao avaliar o comportamento dos outros cidadãos, o indivíduo olha apenas de fora, pelo que não leva em consideração os factores internos. Não tendo experiência no esforço feito para o resultado alcançado, o indivíduo apenas analisa, imparcialmente, os dados que lhe são facultados, não se envolvendo emocionalmente na avaliação do resultado conseguido. Assim, fica com a sensação de que os esforços dos outros poderiam ser maiores, porque não passou pelo que os outros passaram.

A nível da defesa do direito à liberdade de imprensa, o 'efeito PIP' mostra funcionar na perfeição. Normalmente, os jornalistas consideram que são mais defensores da liberdade de imprensa do que os outros elementos da classe profissional. No entanto, como nos mostram os gráficos n.ºs 25, 26 e 27, os jornalistas defendem que há um conjunto de factores que concorrem para a limitação do direito à liberdade de imprensa. Nelson Herbert aprofunda ainda mais este entendimento, salientando que "a grande mácula da actividade profissional jornalística em Cabo Verde resulta de um comportamento psicossociológico, da qual resulta a intolerância, a negação do direito à diferença de opinião, neste caso, e outros empecilhos ao livre exercício da profissão. Não é por acaso que a problemática da autocensura dos profissionais tem sido figura e referência constante dos relatórios internacionais, na abordagem de Cabo Verde, sempre e quando a questão da liberdade de imprensa for o assunto" (Entrevista: 12.6.2008). De facto, como afirmámos em linhas anteriores, durante os anos que constituem o nosso universo de análise, raros são os relatórios internacionais sobre a liberdade de imprensa ou direitos humanos que não põem a tónica na questão da autocensura, apresentando-a como uma das principais fragilidades da democracia cabo-verdiana. Também são raros os jornalistas

que não admitem a existência da prática da autocensura no seio da classe. Alexandre Semedo considera que, em função da prática da autocensura, há profissionais que envergonham a classe, na medida em que se deixam corromper com presentes, prendas e outras ofertas (Entrevista: 23.4.2008). Uma reflexão sobre a matéria mostra-nos que a autocensura se manifesta de muitas formas: por um lado, o jornalista pode decidir não dar nenhum tratamento a determinado tipo de acontecimentos, evitando o confronto com certas instituições ou individualidades; por outro lado, mesmo fazendo a cobertura de certos acontecimentos, o jornalista pode não explorar todos os seus substratos noticiosos para não levantar o véu a certos problemas. No primeiro caso, aos cidadãos, é-lhes negado completamente o seu direito à informação, na medida em que factos que poderão ser importantes para a formação da sua opinião são ignorados. No segundo, nega-se-lhes parte do direito à informação.

Na avaliação da autocensura em Cabo Verde, denotamos comportamentos defensivos da parte dos jornalistas. Como sabemos, a autocensura é uma questão preocupante e 82% do nosso universo (38% concorda em parte e 44% concorda totalmente) defende que os jornalistas têm recorrido a esta prática para não entrarem em rota de colisão com os governos e os partidos políticos dominantes. Dos inquiridos, apenas 6% discorda totalmente desta premissa e 10% discorda em parte. Devemos lembrar ainda que 2% não manifesta opinião. No entanto, depois de os jornalistas admitirem que a autocensura é predominante no jornalismo, individualmente negam que a pratiquem: 52% responde que nunca se auto-censurou, 24% salienta que a pratica poucas vezes. Do outro lado, 12% responde que se autocensura sempre, 10% admite ter essa prática muitas vezes e 2% não tem opinião (ver gráfico n.º 29).

Gráfico n.º 29



O gráfico n.º 29 também sugere uma reacção de prestígio. Se, por um lado, os jornalistas consideram que a autocensura é uma prática reinante no seio da classe, por outro lado, recusam que se autocensuram nas suas práticas. Desta forma, apontam os outros profissionais como praticantes da autocensura, salvaguardando a sua hipotética independência, em resposta às normas sociais, ao prestígio e à ética que a profissão requer. A necessidade de assumir publicamente a pertença ao grupo dos bons profissionais faz com que os inquiridos se demarquem das práticas da autocensura, embora reconhecendo que elas são prevaletentes. Normalmente, os indivíduos avaliam as suas acções como mais éticas do que as da média dos cidadãos, reservando, para si, um espaço de conforto e tentando fazer com que os outros acreditem que os seus padrões de conduta deveriam ser seguidos pela maioria, posicionando-se como cidadãos, profissionais, pais/mães ou esposos/esposas exemplares.

## **2.2. Autocensura e a Sociedade de Proximidade**

A autocensura é, como já vimos, um dos maiores entraves ao exercício da liberdade de imprensa em Cabo Verde. Jornalistas, sociedade civil, população em geral e organismos internacionais, todos têm o sentimento e a convicção de que, em Cabo Verde, os jornalistas sofrem pressões psicológicas para não desempenharem a sua profissão com ampla liberdade de acção. Um dos problemas que joga um papel catalisador no incremento da autocensura em Cabo Verde é a questão da sociedade de proximidade. Subjacente a esse conceito está a ideia da exiguidade do meio: a sociedade cabo-verdiana é de tal forma pequena que todos os cidadãos com papéis importantes estão suficientemente perto dos jornalistas para manterem os cidadãos suficientemente afastados de determinadas verdades. O jornalismo de proximidade que existe em Cabo Verde, auxiliado nessa sociedade de proximidade, acaba por ser favorável à prática da autocensura. “Durante o dia, pode-se ir ao parlamento entrevistar os políticos e os deputados e depois, sai-se, numa sexta-feira à noite, e encontra-se com eles num bar. Estamos todos no mesmo bar a dançar e a ouvir música, eles a cantarem” (Conceição Queiroz, Entrevista: 17.6.2008). Em teoria, essa sociedade de proximidade não deve inibir os profissionais de fazer um jornalismo isento e rigoroso. Na prática, grande parte dos profissionais assume que não há condições sociológicas para se falar em independência. Jornalistas, políticos, magistrados, professores universitários, autarcas, cidadãos comuns, esbarram-se, a cada instante, nas ruas, nos bares, nos eventos sociais e nas praias. O ambiente social torna-se de tal forma familiar que compromete os profissionais de diferentes ramos nos seus deveres de independência e isenção profissionais. Eduíno Santos corrobora a tese de que a exiguidade do meio influencia o jornalismo feito em Cabo Verde,

dando um exemplo concreto: “o director da agência nacional usou dinheiro da agência para subsidiar o Congresso do PAICV, quando a lei não o permitia. E ponho a fotografia do senhor na capa do jornal. Depois, esse senhor é amigo da minha mãe, é amigo do meu pai. É complicado, de facto, esse tipo de jornalismo que continuamos a fazer na investigação dos casos. Por exemplo, dizer num jornal que uma funcionária de uma empresa que roubou 1.500 contos foi para a Praia, ficou em casa do Ministro das Forças Armadas. Ela foi para o Aeroporto no carro do ministro e depois fugiu para a Guiné-Bissau. Entende? Esse tipo de jornalismo mexia com a sociedade” (Entrevista: 15.10.2008).

A sociedade de proximidade, como frisa José Vicente Lopes, não representa um problema só para a classe jornalística, mas para várias outras classes. Assim como no jornalismo, também é um problema que se coloca a nível da política. O segredo, segundo o chefe de redacção do ‘A Semana’, é saber gerir as consequências negativas dessa proximidade e tirar partido das possibilidades que ela proporciona. Se como consequência negativa se entende que a proximidade pode inibir a capacidade crítica dos jornalistas em relação a certos actores sociais, a nível dos aspectos positivos, permite um acesso mais fácil às fontes. Para José Vicente Lopes, trata-se de uma interacção baseada na ‘relação pessoal’. Se essa relação com a fonte, que chega a ser pessoal, é positiva para se chegar a determinadas informações, poderá ter o seu lado controverso, quando o próprio jornalista se sentir pessoalmente comprometido com a fonte, logo afectivamente. Há um jogo psicológico que se desenvolve, a ponto de, por vezes, aquilo que atinge directamente a fonte acaba por atingir, emocionalmente, o jornalista. Mais do que um investimento profissional na relação que os jornalistas estabelecem com a fonte, a sociedade de proximidade leva a que, muitas vezes, haja um investimento pessoal. É esse investimento pessoal que abre a porta para a auto-censura. Se, de um lado, a falta de emprego, a procura de estabilidade profissional, as ameaças, as pressões e o suborno podem ser excelentes instrumentos para conduzir os jornalistas pelos caminhos da autocensura, por outro lado, a convívio com determinados indivíduos pode jogar um papel fundamental, tornando o acto de informar numa tarefa, por vezes, complexa. Não é por acaso que José Vicente Lopes diz que, no ‘A Semana’, se procura gerir as consequências negativas da sociedade de proximidade e muitas vezes se escreve com plena consciência de que se está a criar um problema. Para Isabel Silva Costa, é natural que exista autocensura nos meios de proximidade, com uma agravante para Cabo Verde: “há uma boa legislação sobre a comunicação social em Cabo Verde, mas a prática não está a par. Há esse fosso de que falei. E, por isso, quando não há carteira profissional, quando não há uma entidade reguladora, quando não há um sindicato dos jornalistas, quando não há conselhos de redacção, é natural que os jornalistas pensem um bocadinho antes de escrever ou de dizer qualquer coisa” (Entrevista: 25.4.2008).



Interpretada na sua dimensão extremista, a exiguidade do meio pode colocar um jornalista numa janela entre a vida e a morte: “lembro-me, por exemplo, de uma experiência com um repórter de imagem que trabalhava comigo na Ilha do Sal. Como havia apenas um médico na Ilha do Sal, ele teve problemas com a população que estava muito revoltada e queria denunciar aquilo. Eu queria fazer uma reportagem e o repórter de imagem não queria. Ele disse-me: ‘Conceição, pensa. É o único médico na Ilha do Sal, se acontecer alguma coisa, se tiveres algum problema, como é que é?’ Está a ver a situação? Fazendo uma reportagem, pondo o médico numa posição desconfortável, e se eu tivesse um problema de saúde, estaria nas mãos dele” (Conceição Queiroz, Entrevista: 17.6.2008). Outrossim, Ondina Ferreira, ex-ministra da comunicação social, defende que o meio cabo-verdiano é pequeno a ponto de dificultar a implementação de uma comunicação social livre e independente, acrescentando que “as pessoas padecem de determinados males, de muitos complexos e de imensas carências. O meio é pequeno, as pessoas também, regra geral, são pequenas de espírito” (Entrevista: 7.1.2009). A exiguidade do meio acaba por traduzir-se também na exiguidade do mercado, o que faz com que os jornais apareçam e desapareçam, muitos com uma vida brevíssima, não podendo contribuir para a consolidação da democracia e a efectivação das garantias do direito à liberdade de imprensa. Para o jornalista António Monteiro, do ‘Expresso das Ilhas’, a liberdade de imprensa existe em Cabo Verde apenas numa dimensão teórica, já que a pequena dimensão do meio configura uma condicionante: “o cabo-verdiano gostaria de exprimir e de dizer muita coisa que não diz por causa dos filhos, da renda para pagar, resultando numa autocensura” (cit. por Horizonte: 3.5.2002). De facto, em Cabo Verde, a exiguidade do meio e a debilidade económica constituem factores condicionantes, senão verdadeiros entraves ao exercício do direito à liberdade de imprensa, estimulando a prática da autocensura. Isto, sem contar também que a falta de recursos materiais fragiliza a própria comunidade jornalística.

### **2.3. A Autocensura e a ‘comunidade fragilizada’**

Há um conjunto de factores que concorrem para que os jornalistas não queiram dar o devido tratamento a determinados assuntos. Neste quadro, a questão da formação joga um papel de grande importância. Empregamos a palavra formação no seu sentido mais lato. Portanto, engloba formação académica, profissional e cívica, as competências sociais e pessoais, a experiência e uma série de mecanismos através dos quais se podem extrair competências. Não há dúvida de que a ignorância é uma das principais ‘pobrezas espirituais’ das sociedades modernas. Nenhum país que almeje patamares elevados em termos de desenvolvimento deve inibir os cidadãos de ampliar o seu quadro

cognitivo. A transferência do conhecimento entre os cidadãos de uma sociedade e entre diferentes sociedades é fundamental para a sobrevivência da comunidade humana. Neste aspecto, o papel dos *media* torna-se fundamental, uma vez que, ao fim e ao cabo, ela pode estabelecer pontes entre pessoas, sociedades e países, numa era da globalização do capital, dos hábitos e das culturas. Portanto, a forma como a sociedade moderna se estrutura desaconselha a ignorância, sob pena de se perder o comboio da globalização. Esta premissa é válida também para a questão da informação e aponta para uma sociedade liberal, onde o jornalismo se encontra fora das amarras da censura.

O jornalismo cabo-verdiano é confrontado com um problema que, mais do que não poder ser ignorado, deve ser combatido. A má preparação de um conjunto de profissionais fragiliza a comunidade que, hoje como no passado, não tem merecido a admiração dos cidadãos nacionais. A ausência da competência, resultante da deficiente formação e qualificação, obriga alguns jornalistas a evitarem determinados assuntos. “Às vezes, um jornalista não domina determinadas áreas e, por isso, começa a fazer trabalhos superficiais” (Daniel Medina, Entrevista: 22.4.2008). Se Daniel Medina tem dúvidas se esse comportamento configura ou não um exercício de autocensura, Carlos Santos diz sentir que, em certos casos, “o jornalista quase faz autocensura. Poderia ir mais além. Mas, isso tem a ver com o próprio jornalista, no momento de decidir. Se sente que não tem formação académica ou preparação profissional suficiente, que não tem arcaboço para aguentar com aquilo tudo, não se aventura. Pode fazer ali uma autocensura” (Entrevista: 25.4.2008).

De facto, a questão da autocensura é um problema transversal à sociedade cabo-verdiana e uma conjugação de factores concorrem para que certos profissionais prefiram calar-se em vez de expressar o que pensam. Não se trata de um problema específico do jornalismo, mas de toda uma sociedade, muito pequena, em que quase todos se conhecem e a cidadania resume-se praticamente a trocas de ‘mimos’ entre simpatizantes dos dois maiores partidos. Muitas pessoas preferem camuflar os seus pensamentos, as suas ideias e as suas posições, com a única finalidade de não se tornarem *persona non grata* para o poder. No lado assimétrico, encontramos aqueles que assumem uma oposição clara ao poder instituído e vão para os órgãos próximos da oposição combater os adversários. Foi assim na década de 90, quando o MpD esteve no governo, e é assim no novo milénio, depois do regresso do PAICV ao poder. Portanto, estamos perante uma sociedade tão próxima que cada simpatizante é um vigilante atento e procura saber quem está a favor e quem está contra. Essas informações têm um grande valor porque, no limite, podem determinar a perda de emprego ou de funções. Por isso, não seria exagero admitir que uma boa parte dos membros da sociedade vivem sob o pano da autocensura, o que só poderá ser combatido com mais e melhor formação e uma desarticulação da sociedade das

amarras partidárias. É no jornalismo que essa autocensura assume uma dimensão mais preocupante, uma vez que a comunicação social tem a capacidade virtual de atingir toda a população (ou real, de chegar a uma parte significativa dela).

Não é só a debilidade do conhecimento que subsidia a autocensura. Apontando o dedo à falta de investimento para justificar a má qualidade dos órgãos de comunicação social do estado, Marco Rocha ajuda-nos a perceber como é que, no panorama do mercado mediático cabo-verdiano, a falta de meios contribui decisivamente para a implementação da autocensura: “se tiver que fazer um programa, começo pelos meios de deslocação: como é que vou me deslocar? E depois, o orçamento. Não há dinheiro. Como é que vou fazer? Tenho que ir à procura de alguém que me financia o programa. Muitas vezes, ao privado, é um assunto que não lhe interessa. Não financia o programa. Vou bater à porta do estado. E à porta de que estado é que vou bater? Pode ser uma instituição que vou criticar no meu programa. Face à questão da autocensura, às vezes, esqueço o programa” (Marco Rocha, Entrevista: 18.4.2008).

A propósito do espírito de autocensura prevalecente no seio da classe jornalística, Nelson Herbert lembra que Germano Almeida evocava as ‘relações estomacais’ entre o estado, o governo e os jornalistas. Dizendo que não sabe se é síndrome do passado, Carlos Santos fala num certo temor que toma conta de certos profissionais, quando o director entra na redacção.

Como os dados do inquérito nos revelam, apesar de se notarem reacções de prestígio, encontramos 82% dos inquiridos a considerar a autocensura uma questão inquietante. Este problema torna-se mais preocupante quando notamos que há vários outros factores que concorrem para a limitação do direito à liberdade de imprensa: 82% dos inquiridos defende que há jornalistas que participam em negociatas. Especificamente relacionado com os poderes, mais de 90% defende que há relações de convivência que levam os jornalistas a entrar em jogos de interesses, pondo em perigo a sua liberdade. Todas estas situações nos ajudam a compreender os factores que concorrem para a prática da autocensura numa sociedade bipartida e de proximidade. Também constituem elementos importantes para lermos mais adequadamente o ambiente da liberdade de imprensa e a concepção democrática criada em Cabo Verde depois da abertura política. Como podemos ver, as políticas de comunicação têm tido pontos de articulação e pontos de discórdia com a liberdade de imprensa: articulam-se nos planos discursivo e regulamentar e desarticulam-se nos planos das práticas sociais e políticas e da regulação.

\*\*\*\*\*

# **CONSIDERAÇÕES**

# **FINAIS**

## **“CONTRA MAR E VENTO”**

A LIBERDADE ENTRE OS PROJECTOS POLÍTICOS  
E AS EXPECTATIVAS DA DEMOCRACIA

# Considerações Finais

## **‘CONTRA MAR E VENTO’: A LIBERDADE ENTRE OS PROJECTOS POLÍTICOS E AS EXPECTATIVAS DA DEMOCRACIA**

E assim retornamos ao ponto de partida, que nos levou a levantar as seguintes interrogações: que impacto têm tido as políticas de comunicação determinadas em Cabo Verde sobre a liberdade de imprensa? Qual tem sido a política de comunicação definida pelos governos maioritários que dirigiram Cabo Verde depois da abertura política? Até que medida tem sido assegurado o direito de informar aos órgãos de comunicação social cabo-verdianos? Antes de sistematizar respostas para essas questões, devemos lembrar que, concluir um trabalho desta natureza, implica percorrer uma riqueza extraordinária de temas debatidos, que procuram dar inteligibilidade aos processos de decisão política, como forma de compreender melhor o ambiente da liberdade de imprensa criado em Cabo Verde depois da abertura do regime. Sendo a liberdade de imprensa o ponto de chegada deste trabalho, ela poderá também constituir um ponto de partida para outras linhas possíveis de investigação, já que este trabalho não esgota, nem tão pouco mais ou menos, a investigação científica sobre esta matéria. Por isso, lembremo-nos que uma tese é sempre uma obra aberta, um produto inacabado, que deixa espaço para outras conquistas, uma vez que, a cada reflexão, abrem-se sempre janelas de interrogações que nos podem conduzir a outras abordagens científicas com pertinência teórica e empírica.

Relativamente ao desenvolvimento do sistema mediático cabo-verdiano, nota-se que, por um lado, a sociedade entende que o jornalismo não acompanha a sua evolução e, por outro lado, são os próprios jornalistas que não conseguem responder aos novos padrões de jornalismo que tentam ditar novas tendências. Em 1991, quando se deu a abertura política, o mercado mediático era extremamente exíguo: havia a ‘TVEC’, com pouco mais de três horas de emissões diárias, a estação radiofónica estatal e o jornal ‘Voz di Povo’. De resto, apenas o ‘Terra Nova’ contradizia os órgãos estatais. Porém, o início dos anos 90 foi particularmente activo, com o aparecimento e o desaparecimento de jornais, e a classe jornalística mostrava alguma dinâmica, procurando um espaço de estabilidade profissional no âmbito da reorganização social, com a introdução do sistema democrático.

Depois de 1991, o mundo do jornalismo sofreu várias alterações. Com a concorrência entre partidos políticos, estes criaram os seus próprios jornais através dos quais procuravam marcar um espaço de debate no seio da sociedade. É o caso do ‘Tribuna’, criado pelo PAICV, ‘Opinião’, do MpD, e ‘Correio15’, do PCD. No entanto, essas publicações tiveram vida curta, razão pela qual acreditamos que não

tinham grande aceitação no seio da população, já que eram tidos como jornais político-confessionais. Desta feita, o PAICV promoveu, de forma dissimulada, um jornal generalista, aparentemente independente, mas que procura dar resposta às suas preocupações. Assim, tentou conciliar o interesse dos cidadãos com os seus interesses, pelo que o jornal viveu da procura de um equilíbrio entre o interesse público e o interesse partidário. Esta experiência veio a ser plagiada pelo MpD que, perdendo as eleições em 2001, também procurou viabilizar um jornal com características semelhantes; ou seja, tendencialmente partidário, aparentemente independente e que procura dar resposta às necessidades públicas de informação, ao mesmo tempo que dá satisfação às exigências do partido. No entanto, o jornal promovido por pessoas próximas do MpD começou com um tom muito crítico em relação ao governo, o que quase ditou o seu desaparecimento, uma vez que esteve em vias de assumir o destino dos jornais eminentemente partidários – com os quais, aliás, se assemelhava bastante – registando-se um índice de vendas incomportável para a sustentabilidade da empresa. Nos últimos anos, acabou por acertar posições, recuperando alguma credibilidade no seio da sociedade. Por aí, podemos perceber que os políticos sempre souberam o que queriam da comunicação social, procurando adaptar as necessidades partidárias às exigências da sociedade. No entanto, os jornalistas não perceberam muito bem os seus deveres e, sobretudo, a diferença entre jornais nitidamente partidários e jornais generalistas, desalinados e independentes. Poderá haver jornais que defendam uma certa ideologia ou posição política, mas devem assumir essa condição perante os leitores, de forma a alicerçar o seu substrato noticioso sobre a verdade. Ou seja, os jornais devem assumir publicamente a sua natureza política, dando ao público elementos empíricos para avaliar os seus conteúdos. Não entendemos como correcta a postura dos órgãos de comunicação social que se proclamam, insistentemente, como independentes e desalinados, sabendo, na prática, de que lado da trincheira político-partidária se encontram. Esta situação, quanto a nós, comporta uma relação desleal com o público, na medida em que se trata de uma atitude insidiosa. Não assumindo a sua natureza partidária e recusando-a sempre que ela for tema de debate, os jornais acabam por tentar convencer os cidadãos de que são independentes e isentos, quando, na realidade, uma simples análise de conteúdo ou de discurso mostra que não o são. Esta situação regista-se em Cabo Verde, onde nenhum jornal é auto-sustentável e nem está vinculado a uma empresa de grande dimensão que se dedique a outras actividades, o que nos levaria a pensar que, por uma razão ou outra, cobriria os seus custos de financiamento. Ambos percentem a empresas isoladas no mercado, que se dedicam exclusivamente à publicação. Isto, num mercado com fraca liquidez, tanto no segmento da publicidade, como nas vendas ao público, já que, ao fraco poder de compra das famílias, vem juntar-se a falta de hábitos de leitura.

Como dissemos, durante a IIª República, o mundo do jornalismo tem-se alterado substancialmente. Se o aparecimento das novas publicações quebrou, efectivamente, o monopólio do estado no sector – que tinha como concorrente apenas o ‘Terra Nova’, da Igreja Católica –, também o aparecimento da ‘Rádio Nova’ quebrou o monopólio público no sector da radiodifusão. Essa abertura tornou-se mais efectiva quando, nos finais da década de 90, foram viabilizados outros projectos de radiodifusão, como a ‘Rádio Comercial’ ou a ‘Praia FM’. No território da Internet, começaram a surgir, a partir dos finais da década de 90, jornais electrónicos e, a partir de 2004, começou a migração dos órgãos tradicionais para a Internet. Em 2007, abriu-se o mercado da televisão aos privados. Tudo isto são mudanças reais que têm acontecido no terreno mediático, propiciando dinâmicas no sector. No entanto, os jornalistas, em Cabo Verde, continuam, apenas selectivamente, a produzir informações que incomodam os poderes. Quando se trata de órgãos de comunicação social próximos da oposição, estes têm uma postura dura com a ala política adversária, mas todo o resto continua a ser um jornalismo amorfo, que não inquieta e evita abordar as situações, os factos e as matérias incómodas para – como diz Alexandre Semedo – estar de bem com Deus e com o Diabo. Da mesma forma, os jornalistas continuam à espera dos comunicados de imprensa que, quando não chegam, os *media* tornam-se parques em notícias. Portanto, pela forma como exercem a sua actividade profissional, os jornalistas estão longe de dar resposta às exigências que as dinâmicas que se registam no sector impõem.

Olhando para a evolução da liberdade de imprensa em Cabo Verde depois da abertura do regime ao multipartidarismo, destacamos dois grandes períodos: o período de insatisfação generalizada e o período de satisfação conveniente ou precária. O primeiro resume-se à década de 90, em que havia, da parte dos governantes, um combate severo às tentativas de implementação do direito à liberdade de imprensa. O segundo – período de satisfação conveniente – instalou-se a partir do novo milénio, com o regresso do PAICV ao poder, em que deixou de haver processos judiciais, cargas policiais sobre os jornalistas e operações de limpeza, mas também, em troca, os órgãos de comunicação social tornaram-se menos críticos, salvo os que se encontram colados à oposição. Desta forma, o período de satisfação conveniente resume-se a uma precária liberdade de imprensa para os cidadãos e uma ampla liberdade de actuação para os partidos políticos. Neste quadro, cabe aos órgãos de comunicação social e aos seus jornalistas escolher se querem ser ou não livres. Por conveniência, acabam por assumir as expectativas do partido do qual se encontram próximos. Aqueles que se encontram próximos do partido da oposição assumem uma postura de nítida contraposição ao poder. No entanto, poucos são aqueles que ousam ficar isolados: ou se está associado a um determinado partido político, ou se está próximo do outro partido político. A conveniência faz com que quase todos estejam satisfeitos, porque aqueles

que se querem silenciar podem fazê-lo, bem como aqueles que, por conviência com a oposição, quiserem combater o poder e os *media* a ele associados.

Para se saber que impacto têm tido as políticas de comunicação sobre a liberdade de imprensa, primeiro temos que conhecer as grandes linhas das políticas dos governos para o sector. Quanto à regulação, tem-se registado uma regulação meramente no plano de direito, mas não no de facto. O estado assegura os principais instrumentos de regulação, mas ela é deficiente. Neste sentido, nota-se que há uma política de ‘regulação cosmética’, ou seja, o estado apenas cria os instrumentos para dar imagem de que actua mas, no fundo, a sua acção é muito fraca e quase não tem efeitos. Existem leis, Conselho da Comunicação Social, Comissão da Carteira Profissional, mas não existe a aplicação efectiva das leis, a fiscalização do cumprimento das normas regulamentares, as acções do Conselho da Comunicação Social, nem a carteira profissional. Esta ausência de regulação efectiva tem transformado a comunicação social em ‘terra de ninguém’ e o jornalismo numa ‘profissão a céu aberto’, o que significa que, em Cabo Verde, todos – sem excepção – são potenciais jornalistas, já que não se procura saber quem escreve, o que escreve e para quem escreve. A preocupação vai mais para o efeito do que se escreve, para se prevenir que não se mexa com determinados interesses partidários. Por esta via, a ausência de uma política acertada para a comunicação social tem dificultado a afirmação do direito à liberdade de imprensa, porque muitos daqueles que entram para o jornalismo, não conhecendo cabalmente as responsabilidades da profissão, ajudam a alimentar o jornalismo partidarizado que assola o panorama mediático cabo-verdiano.

Numa tentativa de conciliar a hetero-regulação com a auto-regulação, o legislador criou a figura de Conselho de Redacção, podendo ser criado dentro de órgãos de comunicação social com mais de cinco jornalistas. Este figurino tem componentes tanto de auto-regulação como de hetero-regulação. Em primeiro lugar, é criado pela lei. No entanto, não é vinculativa; ou seja, ninguém obriga os órgãos de comunicação social a criarem o Conselho de Redacção. Tendo em conta a desfuncionalidade da regulação em Cabo Verde, o Conselho de Redacção não passa de uma figura da lei. Portanto, a problemática da ausência de uma regulação, de facto, tem atravessado todos os governos que chegaram ao poder desde 1991. O PAICV regressou ao poder, em 2001, encontrando um quadro regulatório apenas no plano do direito. Durante a década de governação do MpD, o governo tinha legislado sobre o sector da radiodifusão e a Assembleia Nacional sobre a Comunicação Social, de uma forma geral, a Imprensa e as Agências de Notícias, a Televisão, elaborando, por outro lado, o Estatuto do Jornalista. Porém, tudo isso não passava de uma regulação unicamente no plano normativo, na medida em que existia enquanto direito e enquanto formalidade, mas não enquanto prática social.



Prova disso foi a tribulação que a imprensa conheceu durante toda a década de 90. O governo do PAICV pouco fez para mudar o estado de coisas, a não ser acrescentar algumas leis, reforçando a componente formal da regulação, quando as práticas mediáticas continuam na mesma situação.

A desregulação encontrou, no sector da televisão, um campo fértil para se instalar. Com a riqueza de conteúdos no espectro internacional, descobriu-se facilmente uma fórmula mágica de todos terem um canal de televisão: comprar uma antena parabólica, um terminal de difusão de sinais e começar a retransmitir conteúdos para a comunidade. A ausência de fiscalização causou um efeito estimulador na multiplicação das emissões clandestinas. Assim, rapidamente as Câmaras Municipais – proibidas por lei –, associações e pessoas individuais começaram a criar os seus canais de televisão, tornando-se numa actividade florescente. O governo teve um papel extraordinariamente importante nesse processo de desregulação, já que ele próprio financiou um conjunto de antenas parabólicas às quais as autarquias recorrem para captar conteúdos internacionais e retransmiti-los em Cabo Verde.

O contributo do governo para a desregulação do sector da televisão encontra explicação em três factos: a) por um lado, percebeu a importância que a difusão ilícita de conteúdos pirateados tinha na promoção da imagem dos autarcas. Como se aproximavam as eleições de 2006, encontrou nas antenas parabólicas um extraordinário instrumento de *marketing* político; b) por outro lado, o envolvimento do governo dá resposta à tentativa de assegurar, oficialmente, o monopólio público de televisão. É que o programa do governo já previa a liberalização do sector televisivo, o que não tinha acontecido. Democratizando as emissões internacionais de televisão, a população deixaria de sentir falta do cumprimento da promessa de abrir concursos para novas estações televisivas; c) por fim, compete ao governo promover qualidade no serviço público de televisão, o que não tem conseguido. Proliferando as emissões clandestinas para todos os cantos do país, a população já não teria motivos para criticar a televisão estatal e as políticas públicas para o sector, uma vez que as antenas parabólicas abririam a possibilidade de se assistir às telenovelas de manhã à noite.

Tendo em conta que a lei incumbe ao estado a tarefa de prestar um serviço público de qualidade, podemos, perfeitamente, afirmar que o serviço público de televisão se reveste de uma 'ilegalidade por incumprimento' e de uma 'inconstitucionalidade por omissão'. Embora se possa dizer que o termo 'qualidade' que está na Constituição da República é ambíguo, já que não se estabelecem os padrões de qualidade pelos quais o serviço público se deve orientar, deixando essa tarefa à legislação sectorial, a verdade é que o serviço público de televisão tem fraca qualidade. O próprio Director-Geral da Comunicação Social assume que a televisão nacional opera numa 'ilegalidade por incumprimento', afirmando que a estação pública só dá 'desenhados animados, novela, noticiário, novela, filme e, uma

vez ou outra, um programa de cariz nacional'. Arnaldo Silva, ex-Secretário do Estado para a Comunicação Social, vai mais longe ainda, dizendo que financiar a estação pública para prestar o serviço que presta é 'um crime de lesa-património nacional'.

Olhando para o jornalismo da televisão de serviço público, podemos dizer que se resume ao 'já vivido' porque, na maioria das vezes, aquilo que a televisão traz, por percorrer quase sempre os circuitos burocráticos das notas de imprensa, dá-nos a sensação de que já o ouvimos, lemos ou assistimos em qualquer outro palco ou momento. Esta questão não diz respeito unicamente à televisão nacional, como também aos restantes órgãos de comunicação social do país que vivem dos comunicados de imprensa. Os próprios jornalistas manifestam insatisfação perante esta situação, pelo que, como podemos ver, não só os entrevistados, como também os inquiridos consideram que não há liberdade de imprensa, nem isenção em Cabo Verde: por um lado, 78% dos inquiridos entende que, durante os governos maioritários do MpD, as notícias publicadas não responderam à necessidade pública de informação; por outro lado, 74% dos jornalistas auscultados faz o mesmo juízo sobre o período de governação do PAICV nesta IIª República (depois de 2001).

Todos os estudos feitos sobre o serviço público de comunicação social apresentam resultados negativos, já que nem quem o faz se revê nele. No Inquérito à Satisfação e de Audimetria dos Órgãos de Comunicação, da Direcção-Geral da Comunicação Social (2007), nota-se que a população cabo-verdiana está insatisfeita com o serviço público, sobretudo com o sector da televisão. Mas o problema não é recente. Tem raiz na própria fundação dos órgãos do estado, atravessando um longo período. Em 1999, António Jorge Delgado, então Ministro da Cultura e da Comunicação Social, tecia duras críticas ao serviço público de televisão, dizendo que não havia programas de interesse cultural, de interesse nacional, que promoviam as potencialidades turísticas do país, debates relacionados com a política, saúde ou educação, considerando que, nesses termos, não podemos falar em serviço público.

Para que haja um bom serviço público de televisão é preciso bons profissionais de televisão, o que requer formação. Porém, as políticas de formação de quadros para o sector da comunicação social, embora constando nos programas do governo, são inexistentes. De 1991 a 2009, encontramos apenas intenções: no início da década de 90, o governo do MpD tinha prometido um Centro de Formação de Jornalistas. Ficou pelo discurso e nunca mais ninguém se lembrou dessa proposta. Assim, a formação dos profissionais da comunicação social tem-se resumido aos indivíduos que saíram para fora do país, através das políticas gerais de bolsas de estudo para a formação no exterior. Em 2001, abriu-se o curso de Ciências de Comunicação na Universidade Jean Piaget. Em 2007, a Universidade Lusófona instalou-se no país, abrindo o curso de Comunicação Social e, em 2009, a Universidade de Cabo Verde abriu o

curso de Comunicação e Multimédia. No entanto, uma política específica do governo para a formação ou para o apoio à formação dos quadros da comunicação social não se conhece.

A ausência de uma política séria para a formação dos quadros do sector tem criado grandes contrastes: por um lado, há muitos profissionais nos órgãos públicos sem a formação adequada; por outro lado, há já várias pessoas com formação superior na área que não encontram colocação. Para agudizar o problema, o governo deu alguns meses de formação a 22 jovens com 12.º ano de escolaridade para fazerem a cobertura televisiva dos seus conselhos, quando poderia recorrer a profissionais com formação na área que se encontram noutras áreas de actividade por não encontrarem uma colocação no sector do jornalismo. Desta forma, pode-se não estar a assegurar a materialização do direito à liberdade de imprensa, porque a formação pode ser um primeiro passo para um exercício responsável da profissão.

A nível económico, de 1991 a 2009, nota-se que os instrumentos financeiros viabilizados através da cooperação internacional foram os principais mecanismos de desenvolvimento do país, já que este tem uma Balança de Pagamentos deficitária, importando quase tudo o que consome. No entanto, esses instrumentos praticamente não têm chegado à comunicação social. Também se regista um fraco investimento do estado no sector. Só para termos uma ideia, logo no primeiro ano em que o MpD chegou ao poder (1991), o investimento para o sector da comunicação social foi apenas 0,8% do total dos investimentos públicos, traduzindo-se numa quantia anual de 48.250 contos. Para as Opções do Plano de 1991-1996, ou seja, para todo o primeiro mandato do MpD, foi canalizada para o sector da comunicação social a quantia de 193 mil contos. Em 1996, nota-se uma queda substancial do investimento no sector para os 29.000 contos anuais. Regista-se, como no sistema monolítico, uma secundarização da comunicação social, já que ela não é considerada como área prioritária para o desenvolvimento do país. O PAICV chegou ao poder em 2001 e o sector da comunicação social continuou a ser discriminado, recebendo sempre fatias irrisórias do investimento do estado. Nota-se ainda que a tendência de queda no investimento público continuou em 2004, reflectindo-se no financiamento disponibilizado à comunicação social. Toda esta dinâmica de investimento também vai ajudar a compreender o sector mediático, que é bastante criticado por se considerar que vai atrás do resto da sociedade. Com investimentos diferenciados, teremos um país com avanços diferenciados, consoante os sectores e conforme as aplicações. O sector da comunicação social ressentir-se, claramente, de uma política que não o considera prioritário. Correlacionando as políticas de comunicação com a liberdade de imprensa, identificamos duas etapas: a) fase de insatisfação generalizada; b) fase de satisfação conveniente ou precária.

A) A fase de insatisfação generalizada resume-se ao período de governação do MpD. De facto, nessa altura, iniciando-se o processo de construção democrática, o governo poderia integrar a comunicação social nos seus objectivos e nos planos de acção, desenvolvendo medidas de políticas para que ela se tornasse parte da solução e não parte do problema. Essa fase de mal-estar generalizado caracteriza-se por um severo combate à socialização do direito à liberdade de imprensa que, cada vez mais, existia num plano formal e, menos, de facto.

Ou seja, a liberdade de imprensa só existia numa acepção jurídico-formal. Apesar de todos os discursos políticos que propagandeavam a liberdade de imprensa, em termos jurídico-materiais, ela estava ausente das práticas da comunicação social.

Como já dissemos, o governo do MpD teve sérios problemas de relacionamento com a comunicação social, criando um clima de mal-estar eminente, marcado por uma nítida oposição entre os jornalistas e os governantes. Uma das medidas de política tomadas, na altura, com clara influência sobre a concretização e a socialização do direito à liberdade de imprensa foi a reestruturação dos órgãos de comunicação social do estado que, para os jornalistas, configurou uma 'operação de limpeza', em que os profissionais mais acutilantes foram afastados ou postos na prateleira. No dia 5 de Novembro de 1992, o histórico 'Voz di Povo' publicava o seu último número, com a promessa de uma remodelação, que acabou num encerramento. Muitos jornalistas, entre eles José Vicente Lopes, acabaram por ficar sem trabalho, porque se tornaram *personas non gratas* para o poder. Assim, notamos que o espaço em que o direito de informação procura passar do plano jurídico-formal para a acepção jurídico-material situa-se na fronteira entre três territórios: o da liberdade de imprensa, o da liberdade de emprego e o da liberdade de dispensa. A liberdade de imprensa recai sobre o jornalista, como um direito e um dever: o direito de procurar a informação e o dever de dar essa informação. O território da liberdade de emprego recai sobre o estado como uma obrigação auto-imposta: através da Constituição da República de Cabo Verde, o estado obrigou-se a prestar um serviço público de radiodifusão e de radiotelevisão, o que lhe cria a liberdade de aceitar cidadãos para trabalharem nos seus órgãos de comunicação social. A liberdade de dispensa integra o perímetro de actuação do governo como uma violação: sendo representante do estado, o governo tem a possibilidade de dispensar jornalistas dos órgãos públicos, resultando, muitas vezes, numa violação da lei.

A maior ou menor esfera da dispensa pode, muitas vezes, determinar uma maior ou menor esfera da liberdade. A verdade, também, é que a liberdade de imprensa estará sempre associada à liberdade de emprego porque, havendo fortes possibilidades de dispensa e não havendo grandes alternativas de colocação em outros empregos, o jornalista vai pensar duas vezes antes de assumir determinadas

posturas. Na década de 90, a esfera da liberdade de dispensa, beneficiando da protecção das políticas de reestruturação, ampliava-se cada vez mais, em prejuízo para a liberdade de imprensa, já que, através das possibilidades de desemprego, conseguiu-se que os muitos profissionais optassem por uma postura de veneração ao poder. Muitos jornalistas tiveram de enfrentar inúmeras dificuldades: uns foram dispensados e outros tornaram-se inofensivos para o poder, vivendo, inclusive, com medo de serem dispensados. A eficácia da liberdade de dispensa diminui a esfera da liberdade de imprensa, sobretudo quando a liberdade de emprego é reduzida. Dos inquiridos, encontramos informações que apontam para a falta da liberdade de imprensa durante os vários governos.

A verdade é que, no correlacionamento entre essas três esferas de liberdade, teremos frente a frente o empregador e o empregado. Normalmente, nas relações laborais, quem paga o salário é que manda.

Pronunciando-se sobre a liberdade de imprensa, José Mário Correia nega a sua existência, dando-se como exemplo. Com mais de dez anos de exercício da profissão, viu-se descartado, alegadamente por ter publicado textos 'críticos e contundentes' que visavam a Presidência da República e alguns deputados. Assim, afirmou estar atento ao que vinha acontecendo, vendo muita gente sem formação que, constantemente, entrava nos órgãos estatais: "a ausência da liberdade é tal que muitos jornalistas criaram relações comezinhas com a entidade para a qual trabalham" (cit. por Horizonte: 6.5.1999).

Na fase da insatisfação generalizada, o governo tinha, a seu favor, vários mecanismos com os quais pressionava a liberdade de imprensa. Por um lado, havia a pressão económica, que recaía sobre os órgãos de comunicação social privados, aos quais o governo decretou uma política de extermínio, proibindo todas as empresas públicas de, nelas, colocarem publicidade. A filosofia, segundo os governantes da altura, era afectar os órgãos que, do ponto de vista do poder, eram 'desvirtuadores' dos valores da democracia, o que, numa linguagem simples, se traduz em 'órgãos que confrontam o poder'. Essa política ditou o fim do jornal 'Notícias' e isso compreende-se facilmente: na década de 90, eram poucas as empresas privadas com a capacidade de recorrer à publicidade para vender os seus produtos ou serviços. Desta forma, o peso das empresas públicas sobre a economia dos *media* era enorme. Determinando que as empresas públicas não podiam publicitar nos órgãos privados, estes ficaram sem qualquer possibilidade de sobrevivência. Daí que grande parte dos órgãos de comunicação social que surgiu durante a década de 90 teve morte imediata. Só conseguiram sobreviver os órgãos da Igreja ('Terra Nova' e 'Rádio Nova'), o jornal 'A Semana', que seria a última esperança do PAICV de ter voz na sociedade, e as rádios privadas que surgiram já no final dos anos 90. Eduíno Santos afirma que criticar Carlos Veiga em plena década de 90 era um sacrilégio, porque seria como criticar Deus.

Lembra ainda que o governo desenvolveu uma 'Política de Ternura com o Inimigo', que seria exterminar tudo aquilo que contrariasse as suas opções.

Por outro lado, havia a pressão física. Os administradores dos órgãos estatais – para muitos, 'comissários políticos' – recorriam ao método de agressão física, se fosse preciso, para evitar vozes contestatárias. Uma viagem pela imprensa da década de 90 dá-nos um retrato hostil da liberdade de imprensa, já que encontramos relatos de actos de pura violência dentro dos órgãos públicos. Jornalistas e Presidente do Conselho de Administração atiravam a caneta à cara um do outro, portas atiradas à cara das pessoas, pontapés e outros actos que alimentavam a espiral de violências. No nosso inquérito, podemos ver que os jornalistas entendem que a convivência entre os administradores dos órgãos públicos e a classe política constituem um grande entrave ao exercício da liberdade de imprensa. Havia ainda a pressão jurídica, traduzida numa infindável quantidade de processos judiciais contra os jornalistas. Eduíno Santos recorda que, em conjunto com o jornal 'Notícias' que estava sob a sua direcção, contou dez processos judiciais contra si. Jorge Soares, fundador e director do 'A Semana', conheceu, entre 1991 e 1994, uma avalanche de processos judiciais que, entre os ilibados e os condenados, alcançava um número que permitia a sua prisão efectiva, o que o levou a refugiar-se nos Estados Unidos, tornando-se, de acordo com o que se conhece, o único cabo-verdiano com o estatuto de asilado político depois da chegada da democracia. Filomena Silva, que o substituiu na direcção, também caminhava, a passos largos, para a prisão ou asilo político, em virtude da acumulação de processos-crime e de condenações em tribunais. Manuel Delgado diz que, embora tendo-se refugiado em Portugal, sentiu os tentáculos do poder.

Outrossim, fazia parte da espiral de controlo a pressão policial, que se traduzia na intervenção sobre os trabalhos dos jornalistas, com prejuízo para o direito à liberdade de imprensa. Vários são os casos relatados na comunicação social em que os agentes da polícia confiscavam materiais fotográficos e películas com conteúdos noticiosos, dificultando o exercício da actividade jornalística. Jorge Soares relata as palavras do então Comandante do Corpo de Intervenção da Polícia de Ordem Pública: “dipós n' ta mostrau, n ta panhau na rua n ta mostrau. N'ta rabenta ku bó e ku bu maquina ('depois, vamos entender... Apanho-te na rua e vou-te mostrar... Parto-te a ti e à tua máquina')" (A Semana: 18.4.1994). Ainda, quando os jornalistas se manifestavam a favor dos seus direitos, como testemunham Arnaldo Andrade e Luís Carvalho, eram confrontados com cargas policiais que, muitas vezes, procuravam domesticar os profissionais à força. No Inverno de 1991, quando se pensava que se tinha acordado numa manhã de democracia e de liberdade, afinal o país viria a caminhar para um

estado de índole policial, em que os agentes da autoridade causavam verdadeiros impedimentos ao exercício do direito à liberdade.

Tudo isso permite-nos tirar as seguintes conclusões: 1. que a materialização dos valores da democracia é algo que leva tempo, não ficando resolvida com a simples adesão ao modelo multipartidário, ao sufrágio universal e à sociedade de direito democrático; 2. que, por isso, a democracia formal não tem correspondido à democracia material porque se, a nível formal, encontrou resposta na nova estrutura jurídica do país emergido da transição democrática, quanto à sua dimensão material, verifica-se uma grande dificuldade na socialização dos valores democráticos. Notamos que 82% dos inquiridos defende que as mudanças estruturais na legislação para a comunicação social não têm correspondido a uma melhoria das condições práticas para o exercício da liberdade de imprensa; 3. que os actores políticos que colaboraram activamente com o regime monolítico encarnaram valores do sistema de Partido Único, vindo a reproduzi-los durante a IIª República e que, por isso, tiveram dificuldades em conviver com os valores que projectaram como originários do novo partido; 4. que a falta de cultura democrática – marcada pela inexistência de uma experiência liberal intermédia – dificultou a adesão aos valores da liberdade e da democracia, no sentido de os materializar saindo da concepção meramente formalista; 5. que as maiorias expressivas transformaram o MpD num ‘super-Partido’ que entendia a legitimidade do voto como a única a que devia respeito, combatendo praticamente todas as vozes discordantes das suas opções de governação.

B) A fase de satisfação conveniente começou com o regresso do PAICV ao poder, em 2001, quando José Maria Neves venceu as eleições, derrotando o MpD. Como foi o partido que esteve no poder durante o monopartidarismo, o PAICV perdeu, entre as décadas de 80 e 90, a simpatia dos cidadãos, que o concebiam como um partido castrador da liberdade. Ou seja, a faceta do regime monolítico era considerada a faceta do partido, pelo que este granjeou muitas antipatias. A verdade é que, durante a década de 90, o PAICV era uma minoria que se encontrava desmoralizada, uma oposição fraca, com pouca voz, o que quase permitiu um regresso ao monopartidarismo, porque o MpD se agigantou como um ‘super-Partido’. Desta forma, o PAICV precisava de fazer a paz com a história, dando uma outra imagem de si. Por isso, o governo de José Maria Neves evitou posturas de evidente combate à imprensa como acontecera durante o período de insatisfação generalizada, permitindo inclusive as linguagens mais duras possíveis, sem qualquer tipo de pressão jurídica, policial ou física. Apolinário Neves, que dirigiu o semanário ‘Expresso das Ilhas’ durante os primeiros anos do seu surgimento, lembra que o tempo em que esteve à frente da publicação foi o período em que se usou a linguagem

mais dura na comunicação social cabo-verdiana, mas, apesar disso, não foi sujeito a processos judiciais. Afirma, inclusive, que não foi o MpD que derrotou o PAICV nas autárquicas de 2004, mas sim ele e o 'Expresso das Ilhas'. Deixou este semanário e criou, em 2005, o 'Liberal On-line' que, de resto, recuperou a postura do 'Expresso das Ilhas' para adoptar uma atitude de nitida oposição ao governo. No entanto, este não se dedicou a abrir processos contra a comunicação social, limitando-se, de vez em quando, a associar essas publicações ao MpD, razão pela qual Apolinário Neves falou em abrir um processo contra o Primeiro-Ministro. Desta forma, parece que tudo se tornou num mar de rosas e que a democracia conseguiu regressar às origens, deixando o direito à liberdade realizar os seus efeitos na sociedade e no jornalismo. No entanto, a questão não se coloca rigorosamente nesses termos. É preciso compreender melhor esse período que tem vigorado a partir de 2001, ao qual chamamos de fase de satisfação conveniente ou precária.

Deixando de haver processos judiciais, pressões físicas, cargas policiais e operações de limpeza, os jornalistas parecem viver num ambiente mais tranquilo. No entanto, essa tranquilidade é precária porque ela, no fundo, resulta de um processo tácito de troca: da tentativa de implementar uma liberdade de imprensa acutilante, passa-se a um jornalismo cómodo, domesticado e amorfo. Desta forma, deixou de haver motivos para se instalar um clima de conflito latente. Porque é que consideramos essa satisfação precária? Porque se trata de uma satisfação 'negociada', permitindo que quase todos estejam satisfeitos, deixando de fora o público, o verdadeiro consumidor dos produtos mediáticos. Satisfação, conveniente para quem? Desde logo, para o governo, já que o clima instalado facilita-lhe a tarefa de recuperar a imagem do PAICV, abalada durante os 15 anos de regime monolítico. A garantia de um ambiente de hipotética liberdade integra o PAICV na família dos partidos respeitadores da democracia e da liberdade, dando uma nova face ao partido. Daí estar satisfeito com o estado actual da comunicação social. Por outro lado, essa satisfação é conveniente, também, para certos jornalistas. No âmbito da sociedade bipartida, criou-se, no seio da classe, uma divisão dos profissionais entre jornalistas do PAICV e do MpD. Quanto aos profissionais que trabalham para a imprensa privada, a sua conotação estabelece-se de acordo com a conotação que é feita a esses órgãos. No seio dos órgãos do estado, criaram-se alas de jornalistas associados ao MpD e ao PAICV. Quando o MpD esteve no poder, quem assumiu protagonismo nos órgãos públicos foram os jornalistas considerados próximos desse partido. Da mesma forma, com o regresso do PAICV ao poder, os profissionais que assumem protagonismo na gestão dos órgãos públicos são considerados próximos do governo. Neste sentido, a satisfação conveniente funciona perfeitamente para os jornalistas alinhados. Por conviência, estes jornalistas e os órgãos para os quais trabalham escolhem não serem livres, como



forma da darem resposta ao seu enquadramento dentro da sociedade bipartida. Encontramos, por um lado, órgãos de comunicação social associados ao poder a praticar um jornalismo que evita pedir contas ao governo e, por outro lado, órgãos considerados próximos da oposição que, nitidamente, combatem o governo. Estando comprometidos com o poder, há liberdade para criticar e para se calar. Também a oposição se encontra convenientemente satisfeita porque tem os seus órgãos que se dedicam a criticar o executivo. Assim, só não há liberdade de imprensa objectiva para dar resposta ao direito de informação dos cidadãos, os únicos não integrados nessa convivência de satisfação. Não estando assegurado o direito à informação dos cidadãos, a liberdade de imprensa, na realidade, não existe. Logo, a satisfação é precária, já que é ‘negociada’ com prejuízo para o direito à liberdade de imprensa. Um outro elemento que nos ajuda a identificar a precariedade da satisfação conveniente é que ela não permite desalinhar, já que estes terão sérias dificuldades de sobrevivência entre as duas estruturas em confronto eminente. Um dos exemplos de jornalistas que têm tentado contrariar esse ambiente é Rosana Almeida que, entretanto, já pagou algumas facturas, incluindo ter sido suspensa por longo tempo. Eduíno Santos lembra como foi combatido durante a década de 90, quando dirigia o ‘Notícias’, afirmando que se cansou de tanta perseguição e decidiu ir descansar para os órgãos públicos, já que o ambiente é propício para a prática do ‘jornalismo satisfatório’.

No período de satisfação precária ou conveniente, a liberdade de imprensa entra em crise. Isso mostramos que não é só no período de insatisfação generalizada que o direito à liberdade de imprensa não conseguiu realizar os seus objectivos, mas, também hoje, há uma liberdade precária porque ela advém de um ‘contrato’ tácito que excluiu os destinatários da informação. Esse jornalismo satisfatório é alimentado de várias formas. Uma delas é o paradigma do país sentado, que ‘amarra’ os jornalistas aos comunicados de imprensa, notas enviadas à redacção e outros chamarizes para promover uma comunicação satisfatória para as ‘sociedades organizadas’. Assim, no período de satisfação precária, o governo é quem está mais satisfeito, porque consegue ter órgãos de comunicação social fidelizados que lhe proporcionam um jornalismo domesticado, amorfo, que não contesta. Por outro lado, esse tipo de ‘contrato’ tácito ajuda o partido no governo a recuperar a imagem outrora perdida. Apoiado por órgãos de comunicação social que lhe são próximos, o governo tenta ignorar o facto de a oposição contar com o beneplácito de alguns órgãos de comunicação social. Essa postura também ajuda a reforçar a imagem do partido no governo como uma instituição democrática. Embora criticando os órgãos públicos, apontando-os como instrumentos do governo, a oposição também está servida, porque tem órgãos que lhe são próximos e que lançam críticas sistemáticas ao governo. Assim, cria-se uma espécie de equilíbrio em que a situação é favorável, tanto ao partido no governo como à oposição.

No entanto, os dois tecem críticas aos órgãos adversários para disfarçar o carácter comprometedor da situação criada, dando à sociedade a ideia de que existe uma liberdade de imprensa plena, quando se trata de uma liberdade para partidos, exercida em modos sectários, com objectivos específicos. Assim, o espaço da liberdade de imprensa entra em crise, com jornalistas divididos entre partidos que se empenham em passar, através dos órgãos de comunicação social facilitadores, apenas a informação conveniente.

C) 'Contra Mar e Vento': para uma mudança de paradigma. Já se faz sentir, nos dias que correm, a necessidade de eliminar um conjunto de factores maléficos à socialização do direito à liberdade de imprensa, que tem atravessado tanto o período de insatisfação generalizada como o de satisfação precária ou conveniente. Um desses factores é o paradigma do 'jornalismo de país sentado'. O tipo de informação que se produz em Cabo Verde não explora o substrato profissional do direito à liberdade de imprensa. Trata-se de um jornalismo folclórico, que se alimenta das questiúnculas políticas, não retrata a vida social e, quando aborda algumas matérias de interesse público, não faz uma análise profunda. Como diz Carlos Santos, director da rádio nacional, é um jornalismo muito declarativo, 'muito institucional, um jornalismo muito agarrado à agenda do poder instituído e com pouco espaço para os *media* criarem a sua própria agenda'. Não interpretando os acontecimentos, os factos e as questões sociais, Carlos Santos considera que se trata do paradigma de um 'jornalismo saturado', que funciona 'como se fosse uma correia de transmissão'. Este jornalismo trata as questões de forma superficial, não aprofunda as análises e nem aposta na investigação. Funciona como se fosse um programa de serviços mínimos de informação: 90% dos inquiridos defende que o jornalismo sentado predomina nos *media* nacionais, dos quais cerca de dois terços concordam totalmente com esta premissa.

O substrato desse paradigma de jornalismo é a 'sociedade organizada', que desenvolve uma estratégia de se manter suficientemente perto dos jornalistas para manter os cidadãos suficientemente distantes das informações que lhes interessam. Esta 'sociedade organizada' integra partidos políticos, governo, organismos públicos e outras instituições. No entanto, os partidos políticos são predominantes e estão mais activos na concepção de estratégias para transformar a comunicação social em caixa de ressonância. Não havendo ambiente político e jurídico para institucionalizar a censura, de forma a haver uma imprensa de conveniência, os partidos políticos desenvolvem um conjunto de estratégias para dominarem a agenda mediática: recrutam jornalistas para desenvolver a comunicação estratégica, profissionais esses que, quando o partido no governo voltar para a oposição, reintegram os órgãos (no

caso dos públicos) donde saíram. Por isso, há um vaivém de profissionais entre o jornalismo e a assessoria política, o que tem criado um clima de mal-estar, sobretudo nos órgãos estatais.

Tendo em conta as carências da comunicação social em Cabo Verde, a 'sociedade organizada' aposta no tratamento informativo, enviando sistematicamente notas de imprensa para as redacções que, para muitos órgãos, são as únicas fontes nas quais se baseiam para fazer as notícias. Não tendo meios materiais, humanos e financeiros suficientes, os órgãos de comunicação social encaram grande parte dos comunicados de imprensa como única fonte de informação, facilitando o trabalho da 'sociedade organizada'. Os partidos políticos desenvolvem a estratégia de sistematizar as conferências de imprensa que, muitas vezes, só servem para tirar protagonismo a determinados eventos promovidos pelos adversários.

No seio mediático cabo-verdiano, está quase assumido que a comparência nas conferências de imprensa dos partidos políticos é obrigatória, já que estes assim o entendem. Por isso, esta estratégia tem contribuído para que os partidos controlem sistematicamente a agenda mediática, dominando o debate público. As conferências, os debates, as tertúlias, os lançamentos de livros e de primeiras pedras, os congressos e os colóquios constituem a matéria-prima do jornalismo cabo-verdiano que, assim, retrata 'o país sentado'. A 'sociedade organizada', principalmente os partidos políticos, domina a promoção desses eventos e, com isso, controla a agenda mediática. Assim, os profissionais inquiridos defendem que o controlo político da informação, através do domínio da agenda, tem um peso negativo sobre o jornalismo. Nota-se que cerca de três quartos (74%) dos inquiridos defende que a predominância da agenda governamental sobre a agenda pública tem contribuído para neutralizar a liberdade de imprensa. Torna-se evidente que a predominância de uma visão político-institucional sobre uma visão analítico-sociológica tem dificultado o exercício do jornalismo no quadro de uma ampla garantia da liberdade.

Também a partidarização da sociedade tem dificultado a afirmação da liberdade de imprensa. Não havendo praticamente acções provenientes dos intervenientes sociais, os partidos políticos quase que esgotam o exercício da cidadania, dificultando a proliferação do pensamento divergente na cultura e na sociedade. Em vez de militantes, encontramos adeptos partidários que defendem as 'camisolas' como se os partidos fossem clubes de futebol. Arnaldo Andrade e Leão Lopes apontam a falta de cultura democrática para justificar essa concepção de sociedade criada depois da abertura política; Arnaldo Silva responsabiliza os partidos, dizendo que são castradores; Rosana Almeida lembra que o jornalismo reflecte o tipo de sociedade que temos; Ondina Ferreira conta que vai para a Ilha do Fogo e os de lá recusam-se a cumprimentá-la por serem de partidos diferentes. Todo esse atrito sócio-partidário vai

influenciar a qualidade do jornalismo, sectarizando os profissionais e os órgãos de comunicação social. Encontramos, assim, jornalistas e órgãos associados ao governo e à oposição. O mercado mediático favorece essa situação. As empresas têm falta de recursos materiais, humanos e financeiros; quase nenhuma delas é auto-suficiente. Não existem grandes empresas industriais ou de outros sectores que garantam um pacote de publicidade capaz de assegurar a sua sustentabilidade e, desta forma, aliam-se aos partidos políticos para poderem sobreviver. Assim, na falta de capital financeiro, recorrem ao capital ideológico-partidário. Em 2002, Ferreira tinha dito que não havia, na altura, um único “*medium* puramente comercial. Pelo que a selecção da informação poderá não corresponder integralmente aos ditames dos compradores/consumidores. Pelo contrário, poderá reflectir, a par com as preferências dos compradores/consumidores, os posicionamentos do governo, dos partidos ou da Igreja, conforme os casos” (Ferreira, 2002: 21-22). Seis anos depois, Rosana Almeida pede, no decurso da nossa entrevista, o exemplo de um único jornal independente em Cabo Verde, sugerindo que todos estão comprometidos. Apolinário Neves fala do ‘A Semana’ e do ‘Expresso das Ilhas’ como órgãos, respectivamente, do PAICV e do MpD. Arnaldo Andrade afirma que nenhum jornal é auto-sustentável e Ondina Ferreira lembra que será difícil a liberdade de imprensa vingarem em Cabo Verde, porque se trata de um país com enormes carências, o que se reflecte nos órgãos de comunicação social, que sofrem de falta de recursos a todos os níveis, não estando em condições de assegurar a sua autonomia. Não podemos esquecer que a liberdade de imprensa depende da independência dos órgãos e esta está dependente da autonomia financeira. Se os órgãos de comunicação social não são auto-sustentáveis, não têm autonomia financeira, logo, não são independentes, pelo que não há espaço para a afirmação do direito à liberdade de imprensa. Balle (1987) entende que a liberdade de imprensa resulta da vitória dos mercadores sobre os mandarins, considerando que, deixando de ser controlada pelos governos para ser controlada pelo poder económico, a comunicação social opera num clima de maior liberdade. Este axioma pode ser criticado porque, ao poder económico, sempre estão associados determinados interesses, mas a verdade é que, sem o poder económico, a comunicação social não tem autonomia financeira e, logo, tem sérias dificuldades em exercer a sua liberdade de actuação

Nota-se a necessidade de uma mudança de paradigma no jornalismo em Cabo Verde. “Contra mar e vento” – para recordar Teixeira de Sousa –, os jornalistas e os políticos devem conceber a liberdade de imprensa como um imperativo para o desenvolvimento das mentalidades e, conseqüentemente, do país, já que não se conhece nenhum país cujo desenvolvimento se deu fora de um quadro de confronto de ideias. Como afirma John (1998), as próprias ideias estão na base de produção de políticas públicas, já que os *policy processes* resultam numa disputa entre formas racionalizadas de produção

de discursos. No âmbito da sua teoria de *networks*, também Rhodes (1997) já tinha dito que se tem registado uma mudança de controlo e de legitimidade, uma vez que a influência directa dos governos nas decisões públicas tem dado lugar a uma plataforma negocial, o que exige troca de ideias entre os vários membros da *network*. Muito mais atrás, Mill (1859/1976: 76) já tinha dito que a liberdade total para contradizer e reprovar uma opinião é a condição própria que justifica assumir a verdade dela para fins que se traduzem em acções. Na sua teoria de ética utilitarista, conclui que a verdade de uma opinião é a parte da sua utilidade, uma vez que, na opinião dos bons homens, nenhuma crença ou base de valores de orientação social que contraria a verdade pode ser realmente útil. Sendo a liberdade de imprensa um mecanismo para se alcançar a verdade, ela deve ser encarada como factor de desenvolvimento do país, porque a verdade permite que haja transparência, esta contribui para a boa governação, que estimula o desenvolvimento do país. Desta feita, pode-se dizer que a própria liberdade de imprensa tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento das nações porque, havendo uma comunicação social que pede contas aos políticos no poder e na oposição, estes trabalham para apresentar resultados e, sendo fiscalizados, são mais cuidadosos na gestão dos bens públicos. Assim, os cidadãos sentem que, realmente, o poder não pertence ao povo somente na hora do voto para depois pertencer quase exclusivamente a quem governa durante o resto da legislatura.

“Contra mar e vento”: faz sentido mudar o paradigma do jornalismo em Cabo Verde por um conjunto de razões. Uma delas é a questão dos ‘comissários políticos’, uma figura histórica que tem atravessado regimes e funciona como um canal de mediação entre os *media* e a classe política. Hoje, a classe jornalística entende que já não são muitos, mas, ainda assim, defende que existem profissionais que, à revelia de qualquer concepção ética, dispositivo jurídico ou preceitos deontológicos, colaboram activamente com a classe política. Há quem chegue mesmo a afirmar que, dentro das empresas jornalísticas, havia profissionais que ‘se prostituíam’ com o poder, pelo que pouco lhes interessava que se instalasse um ambiente de liberdade de imprensa no país. Adelina Brito fala-nos na existência de jornalistas que pedem licenças para irem fazer campanhas políticas dos seus partidos; Carvalho Santos recorda-nos que já esteve a braços com jornalistas que favorecem partidos; Alexandre Semedo salienta que há muitos profissionais que envergonham a classe; Rosana Almeida diz que um dos grandes problemas do jornalismo em Cabo Verde é que existem jornalistas dum partido e do outro, e 88% dos inquiridos é de opinião que a convivência entre a administração dos órgãos e a classe política tem dificultado a criação de um ambiente de liberdade de imprensa em Cabo Verde. Por outro lado, encontramos 92% dos inquiridos a defender que a convivência entre os jornalistas e os políticos tem dificultado a implementação do direito à liberdade de imprensa. Carlos Santos e Marco Rocha

lembram, entretanto, que há profissionais que prestam assessorias encapotadas a políticos. São os rotulados de ‘comissários políticos’, englobando aqueles que desenvolvem relações de convivência com os partidos e a classe política, em prejuízo do direito de informação e da liberdade de imprensa.

Outro factor que concorre para essa necessidade de mudança de paradigma é a autocensura. Este é um elemento que, sistematicamente, aparece nos relatórios internacionais, constituindo uma ameaça ao direito à liberdade de imprensa. Analisando a sociedade cabo-verdiana, vislumbra-se um conjunto de factores como estimulador da autocensura: a exiguidade do meio ou ‘sociedade de proximidade’; a pequenez do mercado mediático; a falta de liberdade de emprego; em tempos, o excesso de liberdade de dispensa; as carências económico-financeiras; o posicionamento do estado como o principal empregador dos jornalistas; as fragilidades cognitivas da classe jornalística; a bipartidarização da sociedade, no âmbito da qual se procura evitar criar inimigos; a fidelização partidária dos órgãos de comunicação e a própria fidelização partidária dos jornalistas.

Embora registando-se comportamentos defensivos – explicados no âmbito da teoria de Atribuição Causal como a tentativa de se reservar um espaço de conforto, de identificação com a classe e de resposta às expectativas da sociedade – em que 84% dos jornalistas recusa que não aborda determinadas informações de interesse público por falta de liberdade de imprensa, a verdade é que um número semelhante – 82% do universo inquirido – defende que a autocensura é um dos principais entraves ao exercício do direito à liberdade de imprensa. Os comportamentos defensivos – como explicam Alcobia, Garrido e Vala (2004) – resultam de uma evidente necessidade de se expressar a pertença a determinados grupos sociais, por um lado, e, por outro, dar resposta às expectativas da sociedade em relação aos deveres de determinadas classes profissionais. Na Psicologia Social, esse fenómeno é rotulado com a expressão latina *primus inter pares* ou ‘efeito PIP’. O substrato teórico que explica essa teoria é o facto de os indivíduos se considerarem mais autónomos do que a média dos indivíduos da sociedade a que pertencem porque, auto-avaliando-se, fazem uma interacção entre factores internos e externos, sendo que, na avaliação do outro, só levam em consideração os factores externos.

No seio da classe jornalística cabo-verdiana, são poucos aqueles que negam a existência de autocensura, e os relatórios da Freedom House, dos Repórteres Sem Fronteiras e do Departamento do Estado Norte-americano fazem referência a ela anualmente. Entendendo a autocensura como uma prática individual, Alexandre Semedo afirma inclusive que, neste capítulo, há profissionais que envergonham a classe com a postura que têm e o trabalho que desenvolvem. Reconhece ainda que ‘alguns jornalistas coíbem-se, ressentem-se; quase que sentem a tentação de não dizer a verdade ou

toda a verdade, para não caírem no desagrado das pessoas e para ficarem de bem como Deus e com o Diabo'.

A 'sociedade de proximidade' concorre para a autocensura. Sendo Cabo Verde um país pequeno e territorialmente fragmentado, quase todos se conhecem. No entanto, há leituras sobre a influência da 'sociedade de proximidade' na prática do jornalismo que, em alguns aspectos, divergem entre si, mas, noutros, complementam-se. Encontramos profissionais que defendem que, se por um lado a exiguidade do meio pode criar inibição no tratamento de determinadas informações, por outro lado, pode facilitar o trabalho do jornalista: José Vicente Lopes recorda que ela facilita a relação com a fonte de informação que, muitas vezes, se estabelece de forma pessoal; Rosana Almeida recorda que, depois de fazer um excelente trabalho, o jornalista pode sair à rua e receber aplausos; José Leite salienta, entretanto, que o jornalista que faz um bom trabalho em meios pequenos ganha notoriedade facilmente e aquele que presta um mau serviço é reconhecido pela negativa. De resto, os outros entrevistados defendem que o facto de os jornalistas e os políticos se esbarrarem constantemente nas ruas, praias, cafés e outros espaços públicos, pode causar efeitos inibidores, que venham a estimular as práticas da autocensura. Analisando a sua passagem pela 'Televisão de Cabo Verde', Conceição Queiroz lembra que, nos fins-de-semana, os políticos e os jornalistas se encontram em espaços nocturnos, ouvindo música, bebendo, dançando e cantando. Essas zonas de proximidade que se criam exigem maior responsabilidade da parte dos jornalistas, de forma a assegurarem a sua isenção.

Diferente dos outros factores que dificultam a implementação de um ambiente de liberdade de imprensa, a questão da 'sociedade de proximidade' é a mais difícil de ser combatida pelos cidadãos, já que Cabo Verde sempre será um meio pequeno. Por isso, nesta matéria, há pouca coisa que a sociedade possa fazer, ficando reservada à postura de cada jornalista a opção de decidir se, em função dessa proximidade, adere ou não ao método da autocensura. Porém, o que pode ser combatido é a ausência de fiscalização da aplicação da legislação, que tem transformado muitos diplomas em 'mortuários jurídicos', nos quais jazem leis que não têm efeitos sobre a sociedade. Notamos que 90% dos inquiridos defende que as leis da comunicação social não conseguem garantir o direito à liberdade de imprensa, porque não são respeitadas pelos diferentes sectores da sociedade. Como dissemos acima, nas sociedades em que a regulação é deficiente, a sua fiscalização é praticamente inexistente, a lei, muitas vezes, não passa de 'letra morta'. Assim, nota-se que, embora formalmente a legislação cabo-verdiana para a comunicação social nivele com a das principais democracias ocidentais, a materialização dos valores consagrados na lei, grande parte das vezes, fica na intenção do legislador.

Esta questão não se cinge à legislação ordinária, mas abrange a própria Constituição da República, um dos principais pilares da democracia cabo-verdiana.

D) Ponto de chegada: a Liberdade de Imprensa. Que impacto têm tido as políticas de comunicação determinadas em Cabo Verde sobre a liberdade de imprensa? Ao fim de quatro legislaturas, o terreno da liberdade de imprensa continua a ser pantanoso. De qualquer forma, o percurso tem sido feito no sentido positivo. As duas décadas da IIª República têm correspondido a duas diferentes etapas de salvaguarda do direito à liberdade de imprensa.

A primeira corresponde à fase de insatisfação generalizada. Os políticos não estavam satisfeitos com a comunicação social, os jornalistas encontravam-se insatisfeitos com a actuação dos políticos e o público desagradado com o trabalho dos *media*. Trata-se dos primeiros tempos da vida democrática de um povo que viveu meio milénio de colonização e 15 anos de um regime monolítico. A independência prometeu aquilo que os anos do Partido Único não conseguiram dar aos cidadãos: liberdade, autonomia e democracia. Formalmente, reconheceu-se na Constituição Política da República de Cabo Verde, de 1980, a intenção de se criar um regime de Democracia Revolucionária. No entanto, tratando-se de um regime monolítico, alimentado fundamentalmente por indivíduos cuja notoriedade foi alcançada no campo de batalha, a vertente revolucionária sobrepôs-se à democrática, reencaminhando o país para o passado. Daí que, entrando em falência espiritual e percebendo que a conjuntura internacional reunia todos os argumentos para o seu desmantelamento pacífico, tendo em conta as especificidades do arquipélago, muito dependente das ajudas externas e com uma grande comunidade a viver em países ocidentais e doadores, o sistema de Partido Único assinou a sua própria sentença de morte, em 1990, revogando o artigo constitucional que sustentava o monopólio político do PAICV e convidando as estruturas opositoras e se organizarem para as eleições multipartidárias. Até aqui, a experiência de liberdade de imprensa é diminuta. Se no regime colonial as possibilidades de exercício da liberdade de imprensa eram restritas e restringidas, chegando a haver uma Direcção-Geral da Censura, no período monolítico o regime tinha, embora não institucionalizadas, as suas formas de restringir a liberdade de imprensa. Por um lado, através da definição de políticas de comunicação: desde logo, o regime jurídico não permitia o surgimento de rádios e televisões privadas, dando ao estado o monopólio nesses sectores. Por outro, através das políticas de gestão dos órgãos públicos: o processo de nomeação, por parte do governo, de pessoas que dirigiam os órgãos do estado deixa claro que essas escolhas poderiam ser feitas em função de conveniências. Ainda, havia a política de vigilância: colaboraram activamente na implementação dessa medida de política disfarçada os



rotulados de 'comissários políticos'. Como lembra Eduíno Santos, no surgimento da televisão de Cabo Verde, havia elementos da polícia política lá dentro, especialistas em espionagem, formados na antiga URSS. Todos estes factores faziam com que, aparentemente, tudo corresse bem, pelo que o sistema monolítico não teve grandes problemas com a comunicação social, contando apenas com o 'Terra Nova', da Igreja Católica, que, não conformada com o sistema político montado, se transformou num mecanismo de combate político-ideológico, assumindo uma postura de nítida oposição ao governo. De resto, tudo estava, aparentemente, normal, já que os jornalistas sabiam bem o que tinham e o que não tinham que fazer. Sabendo com quem lidavam, nem os jornalistas, nem os políticos tinham motivos de queixa, porque cada um fazia o que podia fazer e, com isso, mantinha-se a aparente normalidade. Isto mostra-nos duas coisas: até à abertura democrática, a idiosincrasia da cultura política cabo-verdiana era a de uma ditadura; por outro lado, a sociedade cabo-verdiana foi erguida debaixo de um paternalismo estatal, alimentando uma cultura assistencialista em que quase todos aceitavam tudo do estado. Onde é que esta situação social vai desembocar em 1991? Num enorme conflito entre classes profissionais e governantes. Chegou a democracia, desconhecida de todos, e ninguém sabia o que fazer com ela. Cada um procurava dar o seu entendimento, agindo em consequência disso. Nas fases iniciais, tentou-se levantar as cortinas da censura. Os jornalistas começaram a ousar e alguns, próximos do partido que foi para a oposição, começaram a atacar o governo em todas as frentes. Pelo sim, pelo não, o governo entendeu regressar aos métodos do Partido Único, porque era a experiência política mais liberal que se conhecera no país e, tendo em conta que muitos políticos que ergueram o partido que estava no governo tinham colaborado com o regime monolítico, recorreu às experiências do passado para dar resposta a fenómenos incomparáveis. Se no Partido Único não era permitida a existência de outros partidos políticos oficiais, no regime democrático todos aqueles que reuniam as condições legais poderiam criar partidos. Por isso, a situação era diferente. Assim, se no sistema monolítico não havia a imprensa partidária da oposição porque, oficialmente, ela não existia, no regime democrático passou a haver oposição, imprensa partidária da oposição e jornais privados próximos da oposição que, muitas vezes, se confundiam com a própria oposição, já que assumiam uma postura sistemática de antagonismo ao governo. Por tudo isto, o recurso aos métodos do regime monolítico, em vez de dar os resultados que dera no passado, desencadeou um mal-estar geral na sociedade, com jornalistas e políticos a baterem-se frente a frente. Assim se instalou a fase de insatisfação generalizada. A governação assentou numa contradição entre o discurso e a prática. O governo dizia frequentemente que a liberdade de imprensa já estava enraizada no país, produzindo quase todos os documentos sobre a comunicação social justificados na protecção da liberdade de imprensa, quando, à

vista desarmada, se tornara nítida a insatisfação generalizada com as suas práticas em relação à comunicação social.

Chamado para dirigir a televisão pública, em pleno curso da década de 90, Nelson Herbert, ao chegar a Cabo Verde, percebeu que a 'intolerância' e a 'negação do direito à diferença de opinião' 'marcavam as então desavenças entre os políticos e a classe: uma relação, diga-se, lamentavelmente promíscua, que em nada dignificou a afirmação da classe'. Desta forma, salienta que, na estação pública, 'havia tentativas de pressão, em prol de cedências'. A imprensa da década de 90 apresenta-nos um grande número de casos que mostram uma relação hostil entre os jornalistas e os políticos.

Não tendo em mão os mecanismos de silenciar os órgãos privados, os políticos passaram a mover sistematicamente processos judiciais contra os jornalistas, criando um clima de intimidação e de desconfiança mútua. É por isso que alguns entrevistados dizem que, na década de 90, a relação entre os políticos e os jornalistas era pior do que na fase de Partido Único, sugerindo até que, antes, havia mais liberdade para os jornalistas. Mas isso não é verdade. Havia uma liberdade aparente, já que não havia confronto porque, como ficou estabelecido, o partido que governava era 'força, luz e guia' do povo. Portanto, está tudo dito. Tinha praticamente o monopólio da verdade. Isso ficou constitucionalmente estabelecido quando se determinou que, se uma verdade pusesse em causa o Presidente da República, todos estariam proibidos de divulgá-la. Por aí, já se vê porque é que a imprensa dormia sobre um silêncio profundo. Estava amarrada às ambições e aos projectos do regime. No entanto, a partir de 1991, sobretudo com a publicação da Constituição da República de Cabo Verde, em 1992, ano em que surgiu a 'Rádio Nova' e outros órgãos, essa protecção jurídica das opções do sistema político caiu por terra, porque começou a ser necessário prestar contas. Nesse processo de pedido de contas, não havendo um mecanismo institucional para se proteger da imprensa privada, que já era permitida por lei, o governo accionou vários instrumentos, que resultaram em pressões jurídicas, policiais, físicas ou políticas.

Desta forma, registou-se um défice no sistema democrático, verificando um fosso entre o seu aspecto formal e o aspecto material. O sistema cumpria, em termos de formalidade, os requisitos básicos de um regime democrático, mas, na prática, a liberdade de imprensa, enquanto factor de promoção do pensamento democrático, não estava assegurada. A verdade é que, ainda hoje, há uma grande discrepância entre a concepção jurídico-formal da liberdade de imprensa e a sua aceção jurídico-material. Da mesma forma que existe um fosso entre a concepção jurídico-formal da democracia e a sua aceção jurídico-material. Em 2003, um inquérito da Afrobarómetro apontava que 59% dos cabo-verdianos inquiridos se encontravam pouco ou nada satisfeitos com o funcionamento do sistema. Por

outro lado, da nossa amostra, 90% dos jornalistas inquiridos admite que, se nacional e internacionalmente é reconhecido o progresso da democracia e da liberdade em Cabo Verde, paradoxalmente, regista-se um défice no exercício do direito à liberdade de imprensa. Constatase que, apesar de todo o discurso que procura justificar a consolidação da democracia com a liberdade de imprensa, a população não está satisfeita com a democracia, assim como os jornalistas sentem que a liberdade de imprensa não está materializada e enraizada nas práticas sociais e políticas. No entanto, tudo continua assim porque, nesta fase de satisfação precária, aparentemente há liberdade de imprensa. Ela revela-se de duas formas: para os políticos, que contam com uma imprensa que, ao mesmo tempo que é amorfa em relação às matérias sobre o partido, ataca insistentemente os adversários; para certos jornalistas, que, associando-se à classe política, procuram assegurar a possibilidade de realização dos seus objectivos pessoais e profissionais. Os cidadãos não estão satisfeitos porque, para eles, efectivamente a liberdade de imprensa não existe. Para respeitar a satisfação conveniente, a administração dos órgãos do estado é eleita por conveniências. É essa administração que escolhe os directores com quem vai trabalhar. Por isso, muitos deles ainda hoje são considerados como comissários políticos.

A classe política olha ainda para a comunicação social de forma instrumental, já que, assim como afirma Marco Rocha, a forma de ter a sociedade debaixo de 'um grande chapéu', para evitar contestações, é ter determinadas pessoas próximas do partido no governo a controlar os órgãos do estado. Daniel Medina lembra que, enquanto director, fez uma proposta que visava alterar o organigrama das funções na RTC, mas não foi levada em conta, porque não era conveniente para os sectores a que o actual organigrama das funções dá satisfação. Na tentativa de resolver o problema, foi encomendado um estudo à MundiServiços, que custou milhares de contos. Mas, como a proposta – semelhante à de Daniel Medina – não alimentava a satisfação precária, foi posta na gaveta. Assim chegamos a um ponto em que as políticas de comunicação não conseguem resolver o problema da falta de liberdade de imprensa, porque os decisores têm, a seu favor, um *status quo* que lhes são satisfatórios. Para usar a linguagem médica, na comunicação social cabo-verdiana, as políticas públicas têm sido paliativas, ou seja, são as substâncias mínimas para a comunicação social não desaparecer. Esta política é alimentada por intervenções avulsas que não têm em vista uma orientação programática para o sector, mas, antes, garantir a subsistência. Assim, em vez de uma imprensa com uma orientação clara para a prestação do serviço público ou vocacionada industrialmente para o mercado, temos uma imprensa de subsistência.

Nota-se que, 'contra mar e vento', é preciso mudar o figurino da sociedade e diminuir o fosso entre a sua concepção jurídico-formal e a jurídico-material da liberdade de imprensa e da democracia. Analisando a cobertura mediática das eleições autárquicas de 2008, Nelson Herbert afirma que as suas esperanças em relação à consolidação da democracia através dos *media*, praticamente, caíram por terra porque, no alto-mar, a democracia cabo-verdiana navega à costa. Por isso, é preciso mudar de paradigma no jornalismo em Cabo Verde. A comunicação social, pública e privada, tem um papel importante nesta matéria. E assim concluímos que ficaram demonstradas todas as nossas hipóteses de trabalho, já que, mesmo havendo mudanças na legislação, elas não arrastaram, por si só, as práticas do jornalismo para um outro patamar, pelo que a efectivação do direito à liberdade de imprensa continua adiada. Há um enraizamento da autocensura no terreno mediático que tem desviado os jornalistas de muitos assuntos, dando tratamento superficial a determinadas matérias, como escapatórias a possíveis conflitos com os actores sociais e políticos. A 'sociedade de proximidade' concorre bastante para esse jornalismo 'inofensivo', promovendo uma informação do 'país sentado', extremamente associada aos organismos públicos que desenvolvem, sistematicamente, estratégias para dominarem a agenda mediática, promovendo os pseudo-eventos. Os partidos políticos assumem protagonismo na organização desses eventos e, naturalmente, nos conteúdos mediáticos, o que faz com que haja um jornalismo extremamente institucionalizado, baseado quase unicamente em fontes oficiais, muito declarativo e pouco interrogativo, que não interpreta, não questiona e não investiga. É um 'jornalismo sentado', alimentado pelas 'fontes dinâmicas', que promovem a informação do 'país sentado' para controlar as vozes dinâmicas da sociedade. Neste sentido, a qualidade das informações que têm chegado ao espaço público não consegue dar satisfação ao interesse público. Concorre para esta situação o facto de a maioria dos órgãos terem uma vinculação partidária.

O problema da associação dos órgãos de comunicação social aos partidos leva-nos à vinculação partidária dos próprios jornalistas, sendo que alguns deles são considerados 'comissários políticos' dentro dos órgãos. Uns pedem licença para fazer campanhas eleitorais dos seus partidos, outros prestam assessorias encapotadas aos políticos ao mesmo tempo que exercem a profissão, há aqueles que alternam entre a assessoria de imprensa e o jornalismo, consoante o protagonismo de determinadas figuras políticas ou alas partidárias, o que faz com que a profissão não esteja vincada em valores éticos, não haja promoção das regras de conduta deontológicas e a lei se desvaneça nos processos de corrupção que envolvem a informação. Assim, entre as práticas dos jornalistas, as ambições dos partidos políticos, a violação das regras deontológicas e jurídicas e o desrespeito pelos valores éticos, a moral profissional dilui-se. Nota-se que a consagração constitucional e formal da

democracia cabo-verdiana não tem paralelo no seu enraizamento vivencial e material, assim como a consagração legal e formal da liberdade de imprensa não corresponde a uma prática quotidiana da profissão, a um ambiente livre para o exercício do jornalismo, a uma informação multipolarizada, a uma comunicação social plural. Por aí, a liberdade de imprensa existe enquanto concepção jurídico-formal. É preciso haver uma evolução para um outro patamar, onde a democracia consiga resgatar o direito à liberdade de imprensa. Como afirma Luño (1990), os direitos públicos subjectivos, enquanto forma de auto-limitação estatal em benefício de determinadas esferas de interesses privados, perdem relevância quando superados pela dinâmica económico-social da actualidade. Por isso, a protecção dos direitos fundamentais exige, dos poderes públicos, uma nova geração de políticas. Isto passa também por criar instrumentos, cada vez mais eficazes, de protecção da esfera das liberdades dos cidadãos.

E) Recomendações: novas gerações de políticas para a comunicação social cabo-verdiana. Desde logo, para que a comunicação social venha a dar um contributo mais significativo para o amadurecimento do sistema democrático, é necessário, antes de tudo, uma política para o conhecimento. Esta medida visa sobretudo alcançar dois objectivos: por um lado, promover estudos científicos no campo das práticas comunicativas, com o objectivo de diagnosticar os problemas e encontrar formas correctas de intervenção para que os interesses políticos não ponham em causa o interesse público e o bem comum; por outro lado, dotar os jornalistas de conhecimentos teóricos, empíricos e técnicos, na área da comunicação social. Para que o trabalho do jornalista seja credível aos olhos dos cidadãos, é necessário dar formação aos profissionais sem a devida preparação para o exercício da profissão. As universidades públicas e privadas deverão ter um papel importante nesta matéria. Pode-se optar por estabelecer acordos que envolvam as corporações profissionais da classe, os órgãos de comunicação social, o governo e as instituições do ensino superior, no sentido de promover o conhecimento no seio da classe jornalística, fornecendo instrumentos de formação aos profissionais e apresentando estudos que permitam análises comparativas, em termos da evolução temporal, espacial e sectorial. Na questão da formação permanente para a reciclagem cognitiva, é necessário criar um centro de formação dos jornalistas.

Outrossim, o governo deve reformular as suas políticas para a comunicação social do estado, no sentido de promover a sua autonomia. O caminho da privatização dos órgãos de comunicação social audiovisuais (rádio e televisão), que alguns apontam, poderá ser fatal. A falta de liquidez no mercado publicitário tem empurrado grande parte dos órgãos de comunicação social para os partidos políticos ou confissões religiosas, no âmbito dos quais nascem ou aos quais aderem posteriormente. Por isso,

faz sentido reforçar o serviço público de rádio e televisão, para que continuemos a ter a possibilidade de, um dia, vir a ter uma comunicação social com mais autonomia. Para essa autonomia, recomenda-se uma desvinculação total do governo da comunicação social do estado; ou seja, o governo deverá deixar de nomear conselhos de administração dos órgãos públicos, que depois escolhem os directores gerais dos órgãos e os directores de informação. Desde logo, propomos que o director de informação seja uma escolha do director geral e que este seja uma escolha dos profissionais do órgão de comunicação social para o qual trabalham. Assim como a democracia permite que os cidadãos escolham quem os representa, também poderá instalar-se uma democracia interna nos órgãos de comunicação social, em que os jornalistas escolham quem os dirige. Mas, desde logo, essa medida exige uma maior maturidade e sentido de responsabilidade por parte dos jornalistas. Desde logo, para que essa medida tenha sucesso será preciso romper com o sistema de partidarização dos jornalistas. Isto porque, se continuar a haver uma luta entre jornalistas próximos do MpD e jornalistas próximos do PAICV, a política de implementar uma democracia interna nos *media* poderá ter efeitos controversos porque, em vez de um ideal de promoção de qualidade no seio dos órgãos, haverá uma luta partidária para o controlo das redacções. Neste caso, nota-se que é preciso que os jornalistas assumam o seu papel, para que se possam desenvolver medidas de política adequadas à promoção da liberdade e ao desenvolvimento do sector da comunicação social.

Nesta nova geração de políticas que propomos para a gestão da comunicação social do estado, em que os pares escolhem o director do órgão de comunicação social e este escolhe os responsáveis pela informação, entendemos que a nomeação do presidente do Conselho de Administração, que terá a responsabilidade de escolher os seus colaboradores, poderia resultar do entendimento entre a classe, o governo, a sociedade civil e o parlamento. Desde logo, essa medida exige uma certa maturidade democrática que os partidos políticos não têm demonstrado ainda. A verdade é que o Conselho da Comunicação Social encontra-se inoperante, justamente porque os partidos políticos com assento parlamentar não aprovam os nomes propostos por considerarem que estão próximos de uma ou de outra força política. Isso leva-nos a ter a convicção de que a nossa proposta para escolher o Presidente do Conselho de Administração, envolvendo tantos órgãos e entidades, possa não ser exequível a curto prazo. Porém, também seria necessário fazer mais estudos sobre esta matéria, para perceber como se encontraria uma fórmula que envolvesse todos esses intervenientes, mas o modelo alemão poderia ser uma fonte de inspiração.

Como dissemos, para que este modelo funcione, tem de haver uma pré-disposição de todos os intervenientes no sentido de promover a democracia e a liberdade. Os jornalistas teriam que pôr em

primeiro plano a defesa dos valores da profissão, mas também os partidos políticos deveriam aliviar a sociedade dessa excessiva politização da vida cívica. Assim, a classe política deveria, antes de mais, consolidar os mecanismos de regulação da comunicação social, criando uma agência de regulação que, mais do que recomendações, pudesse aplicar sanções. Essa agência deveria ter um espaço próprio e estar munida de meios materiais e humanos para promover estudos sobre o sector, cooperando também com as instituições de ensino superior que operam no país.

A regulação da classe também deve ser revista. Desde logo, é preciso implementar mecanismos de controlo do acesso dos cidadãos à profissão: a carteira profissional deve entrar em vigor o mais urgente possível para que o jornalismo deixe de ser uma profissão 'a céu aberto', onde todos entram e saem a seu bel-prazer. Associada à carteira profissional, também é preciso moralizar a profissão e traçar uma fronteira clara entre o jornalismo e a opinião, o jornalismo e a propaganda, o jornalismo e a publicidade, o jornalismo e a publrreportagem, o jornalismo e o *marketing* político. Em muitos casos, são os consumidores dos produtos mediáticos que vão ler, nas entrelinhas, face a que produto é que se encontram. Esta questão chama a atenção, mais uma vez, para a necessidade de haver uma clara assumpção das suas responsabilidades profissionais por parte dos jornalistas. Associada à Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas, é preciso criar um Conselho de Ética Deontológica, que vai analisar os casos daqueles que possam ignorar as regras estabelecidas, podendo dar pareceres que seriam levados em consideração para avaliar se um profissional perde ou não a carteira profissional.

Estas novas gerações de políticas para a comunicação social cabo-verdiana devem, também, compreender a possibilidade de alargar a cobertura mediática a todo o país, já que todos os cidadãos são iguais perante a Constituição da República de Cabo Verde. O estado deve tratá-los com um sentido de igualdade, dando-lhes a mesma possibilidade de realização cognitiva. Neste sentido, os cidadãos de diferentes ilhas e concelhos têm o direito de ver as suas preocupações retratadas na comunicação social e, mais do que isso, têm o direito de ter voz na comunicação social. Só assim se consegue dar conteúdo prático ao substrato teórico do direito à liberdade de imprensa que a Constituição da República de Cabo Verde consagra. Isto, tendo em conta que, com o alargamento da cobertura mediática, a comunicação social acaba por contribuir para a unidade nacional, anulando a descontinuidade territorial, através da harmonização de todo o substrato cultural da nação cabo-verdiana.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor: "A indústria cultural". in COHN, Gabriel (org.): *Comunicação e Indústria Cultural*; T.A. Queiroz Editor, São Paulo, 1987.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max: *Dialética do Esclarecimento*; Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.
- AGUINAGA, Enrique de: *Periodismo – Profesión*; Ediciones Fragua, Madrid, 1980.
- ALBERTOS, José Luis Martínez: *Curso General de Redacción Periodística*; Editorial Paraninfo, Madrid, 1997.
- ALCOBIA, Paulo, GARRIDO, Margarida & VALA, Jorge: *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional*; Colibri, Lisboa, 2004.
- ALMADA, David Hopffer: "A questão presidencial em Cabo Verde – Uma questão de regime"; Revista de Estudos Cabo-verdianos, Praia, 2002.
- AMIN, Samir: *Os Desafios da Mundialização*; Dinossauro Edições, Lisboa, 2000.
- AQUINO, Tomás de: *O Pensamento Político II – Das origens aos nossos dias*; Editorial Estampa, Lisboa, 1976.
- ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de: "Hierarquia, mercado e networks: Mudança institucional, controlo e avaliação no Reino Unido"; Comunicação elaborada para o 1º INA (Avaliação da Administração Pública), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Março de 1998.
- ARISTÓTELES: *The Politics*; Penguin Books, Harmondsworth, 1962.
- ASCENSÃO, José de Oliveira: *O Direito – Introdução e teoria geral (uma perspectiva Luso-brasileira)*; Almedina, Coimbra, 1991.
- ASSEMBLEIA NACIONAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE: "Constituição da República de Cabo Verde"; Edição da Assembleia Nacional Popular, Praia, 1992/1993.
- BALENO, Ilídio: "Povoamento e formação da sociedade", in *História Geral de Cabo Verde – Volume I*; Edição de Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, Lisboa/Praia, 1991.
- BALLE, Francis: *Et si la Presse n'Existait Pas?*; Jean-Claude Lattés, Paris, 1987.
- BALLE, Francis: *Médias et Sociétés – De Gutenberg à Internet: Presse, édition, cinéma, radio, télévision, télécommunications, CD-Rom, internet, réseaux multimédias*; Montchrestien, Paris, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean: *A Sociedade de Consumo*; Edições 70, Lisboa, 1975.
- BENJAMIN, Walter: *Sobre a Arte, Técnica, Linguagem e Política*; Relógio d'Água, Lisboa, 1992 ("A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica", um dos capítulos desse livro, foi escrito em 1933).
- BENTHAM, Jeremy: *Fragment on Government*; Blackwell, Oxford, 1960.
- BENTHAM, Jeremy: *Garanties contre l'Abus de Pouvoir*; Éditions Rue D'ULM, Paris, 2001.
- BERLIN, Isaiah: *For Essays on Liberty*; Oxford University Press, Oxford, 1969.



- BERLIN, Isaiah: *Rousseau e outros Inimigos da Liberdade*; Gradiva, Lisboa, 2005.
- BERLO, David: *El Proceso de la Comunicación*; Edición El Ateneo, Buenos Aires, 1973.
- BERTRAND, Jean-Claude: *Deontologia dos Media*; Minerva, Coimbra, 2002.
- BLACK, Julia: *Critical Reflections on Regulation*, London School of Economics and Political Science, Londres, 2002.
- BLUMER, Jay: *Television and the Public Interest – Vulnerable Values in West European Broadcasting*, Sage, London, 1992.
- BREED, Warren: “Controlo Social na Redacção: Uma Análise Funcional” (1950), in TRAQUINA, Nelson: *Jornalismo – Questões, teorias e “estórias”*; Vega, Lisboa, 1993.
- BRITO, Arminda e SEMEDO, José Maria: *Nossa Terra, Nossa Gente – Introdução à geografia de Cabo Verde*, Edição PFIE, Praia, 1995.
- BOBBIO, Norberto: *Contribución a la Teoría del Derecho*, Ediciones Fernando Torres, Valencia, 1980.
- BOBBIO, Norberto: *Thomas Hobbes*, Fundo de Cultura Económica, México, 1992.
- BOLAÑO, César Siquiera: “Economia Política, Globalização e Comunicação”; Nueva Sociedad, n.º 140, Dezembro de 1995.
- BOLAÑO, César: "Jornalismo On-line - Reflexões a partir da Economia Política da Comunicação" in Andión, Margarita Ledo: *Comunicación Local no Espaço Lusófono*; Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras en Comunicación, Santiago de Compostela, 2007.
- BOORSTIN, Daniel: *The Image – A guide to pseudo-events in America*; First Vintage Books, New York, 1961.
- BOURDIEU, Pierre: *Sobre a Televisão*; Celta, Oeiras, 1997.
- BOURGAULT, Louise: *Mass Media in Sub-Saharan Africa*; Indiana University Press, Bloomington, 1995.
- BOUTHOU, Gaston: *História da Sociologia*; Difel/Difusão Cultural, São Paulo/Rio de Janeiro, 1976.
- BORRAT, Juan, in QUINTERO, Alejandro (Coord.): *Historia da Imprensa*; Planeta Editora, Madrid, 1994.
- BUCCI, Eugênio: *Sobre Ética e Imprensa*; Companhia de Letras, São Paulo, 2000.
- BULIK, Linda: “Informação e Nova Ordem: “Fluxos e contrafluxos na produção das mídias”; Revista de Comunicação Veredas, Universidade de Marília, São Paulo, 2003.
- BUSTAMANTE, Enrique: “Políticas de Comunicación – Un reto actual”, Moragas, Miguel de: *Sociología de la Comunicación de Masas – Nuevos Problemas y transformación tecnológicas*, Gustavo Gili, Barcelona, 1983.
- BUSTAMANTE, Henrique: *A Economia da Televisão – As estratégias de gestão de um media*; Campo das Letras, Porto, 2003.

- CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA: "Hilário Brito – O pioneiro da Televisão em Cabo Verde"; Revista Praia Santa Maria, n.º 15, Janeiro-Março de 2006.
- CAMPONEZ, Carlos: *Jornalismo de Proximidade*; Minerva, Coimbra, 2001.
- CAMPOS, Francisco: "Concentración e grupos mediáticos nos mercados de España e Portugal", in Andión, Margarita Ledo: *Comunicación Local no Espaço Lusófono*; Asosiação Galega de Investigadores e Investigadoras en Comunicación, Santiago de Compostela 2007.
- CAMPS, Vitoria: *Ética, Retórica y Política*; Alianza, Madrid, 1988.
- CANARIS, Claus-Wilhelm: *Direitos Fundamentais e Direito Privado*; Almedina, Coimbra, 2003.
- CANEL, María José: *Comunicación Política – Técnicas y estrategias para la sociedad de la información*; Technos, Madrid, 1999.
- CANOTILHO, Gomes e MOREIRA, Vital: *Constituição da República Portuguesa Anotada*; Coimbra Editora, Coimbra, 1984.
- CANOTILHO, Gomes: *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*; Almedina, Coimbra, 1998.
- Caporoso, James e Zare, Behrouz: "An Interpretation and Evaluation of Dependence Theory", in Muñoz, Heraldo (ed.): *From Dependency to Development: Strategies to Overcome Underdevelopment and Inequality*; Westview Press, Boulder, Colorado, 1981.
- CARDIM, Carlos Henrique e *alt.* *Curso de Introdução à Ciência Política*; Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique: *Cuestiones de Sociología del Desarrollo de América Latina*; Editorial Universitaria, Santiago de Chile, 1968.
- CARDOSO, Humberto: *O Partido Único em Cabo Verde – Um assalto à esperança*; Imprensa Nacional de Cabo Verde, Praia, 1993.
- CARNEIRO, Roberto: "Mercado, Tecnologia e Auto-Regulação da Publicidade", in *Comunicação, Ética e Mercado*; Universidade Católica Editora, Lisboa, 1999.
- CARNOY: Martim: *Estado e Teoria Política*; Papyrus Editora, Campinas e São Paulo, 1990.
- CARRILLO, Marc: *Los Limites de la Libertad de Prensa en la Constitución Española de 1978*; PPU, Barcelona, 1987.
- CARRILLO, Marc: *La Clausula de Consciencia y el Secreto Profesional de los Periodistas*; Editorial Cativas, Madrid, 1993.
- CARVALHO, Arons de: *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*; Minerva, Coimbra, 1999.
- CASTELLS, Manuel: *lã Era de la Informatiza – Economía, sociedade y cultura*; Alianza Editorial, Madrid, 1998.
- CENTENO, Sofia (Coros): *O Contexto Jurídico dos Media em Cabo Verde*; África Debate, Finde e Sílexes Edições, Lisboa/Mindelo, 2000.
- COMTE, Auguste: *Opúsculos de Filosofia Social*; Editora Globo S/A. Porto Alegre, 1972/1816-1828.

- CONTREIRAS, Maria Isidra; DINIS, Almerinda; HENRIQUES, Evangelina: *Direito*; Texto Editora, Lisboa, 1991.
- CORNU, Daniel: *Jornalismo e Verdade – Para uma ética da informação*; Edição do Instituto Piaget, Lisboa, 1999.
- CORREIA, Fernando: *Os Jornalistas e as Notícias*; Caminho, Lisboa, 1997.
- CORREIA, Luís Brito: *Direito da Comunicação Social*; Almedina, Coimbra, 2000.
- COSTA, Daniel Henrique Correia da: “O Semipresidencialismo em Cabo Verde (1991-2000)” (Tese de Mestrado); Universidade de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- CRATO, Nuno: *Comunicação Social – A imprensa*; Editorial Presença, 1992.
- CRUZ, Maria Arlete Pereira da: *O Multipartidarismo em África: O exemplo senegalês*; Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1995.
- CUNHA, Paulo Ferreira da: *Res Publica – Ensaio constitucionais*; Almedina, Coimbra, 1998.
- CURRAN, James e SEATON, Jean: *Imprensa, Rádio e Televisão – Poder sem responsabilidade*; Edições Instituto Piaget, Lisboa, 2001.
- DAHRENDORF, Ralf: *El Conflicto Social Moderno – Ensayo sobre la política de la libertad*; Mondadori, Madrid, 1990.
- DAHL, Robert: *A Preface to Democratic Theory*; University of Chicago Press, Chicago, 1956.
- DAHL, Robert: *Democracy and its Critics*; Yale University Press, New Haven, 1989.
- DALLARI, Dalmo de Abreu: *Elementos de Teoria Geral do Estado*; Edição Saraiva, São Paulo, 1995.
- DARNTON, Robert de: *Gens de Lettres, Gens du Livre*; Editions Odile Jacob, Paris, 1992.
- DEMERS, David: *Global Media – Menace or messiah?*; Hampton Press, New Jersey, 1999.
- DIJK, Teun van: *La Noticia como Discurso*; Paidós, Barcelona, 1990.
- DUVERGER, Maurice: *Introdução à Política*; Estúdios Cor, Lisboa, 1976.
- ELGIE, Robert (org.): *Semi-Presidentialism in Europe*; Oxford University Press, Oxford, 1999.
- ERBOLATO, MÁRIO: *TÉCNICAS DE CODIFICAÇÃO EM JORNALISMO*; EDIÇÕES ÁTICA, SÃO PAULO, 1991.
- ENCINAR, Juan Gonzáles: *La Televisión Pública en la Unión Europea*; McGraw, Madrid, 1996.
- ERICSON, Richard, BERANEK, Patricia & CHAN, Janet: *Negotiating Control – A Study of News Sources*; University of Toronto Press, Toronto, 1989.
- ESPINAR, Eva; FRAU, Carlos; GONZÁLEZ, Maria José; MARTÍNEZ, Rodolfo: *Introducción a la Sociología de la Comunicación*; Publicaciones Universidad de Alicante, Alicante, 2006.
- ESTEVES, João Pissarra: “Liberdade, comunicação e moral universal”; *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º.s 15/16, Edição Cosmos, Lisboa, 1992

- ESTEVES, João Pissarra: *A Ética da Comunicação e os Media Modernos*; Edição da Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1998.
- ÉVORA, Roselma: “A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde” (Tese de Mestrado); Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- ÉVORA, Silvino Lopes: “A Concentração dos Media e a Liberdade de Imprensa – Uma leitura da percepção dos jornalistas portugueses” (Tese de Mestrado); Universidade do Minho, Braga, 2006.
- FAGEN, Richard: *Política e Comunicação*; Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.
- FARIA, Célia Maria de Freitas: “Utilitarismo e Liberdade – O pensamento de John Stuart Mill” (Tese de Mestrado em Filosofia); Universidade do Minho, Braga, 2000.
- FERNANDES, Francisco Assis; KUNSCH, Margarida Maria K. & Col.: *Comunicação, Democracia e Cultura*; Edições Loyola, São Paulo, 1989.
- FERNÁNDEZ, Fernando Quirós: *Estructura Internacional de la Información – El poder mediático en la era de la globalización*; Editorial Sintesis, Madrid, 1998.
- FERRAJOLI, Luigi: *Los Fundamentos de los Derechos Fundamentales*; Trotta, Madrid, 2005.
- FERREIRA, Isabel Lopes: *Transições políticas em África – Mal-estar no jornalismo cabo-verdiano, prestação de contas do governo através dos media*; África Debate e Spleen Edições, Lisboa/Mindelo, 2002.
- FIDALGO, Joaquim: “O Lugar da Ética e da Auto-regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas” (tese de Doutoramento), Universidade do Minho, Braga, 2006.
- FIOVARANTI, Maurizio: *Los Derechos Fundamentales*; Universidad Carlos III de Madrid-Trotta, Madrid, 1996.
- FILGUEIRA, Carlos e NOHLEN, Dieter (Org): *Prensa y Transición Democrática – Experiencias recientes en Europa y América Latina*; Vervuete, Madrid, 1994.
- FRIEDRICH, Carl: *Uma Introdução à Teoria Política*; Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.
- FOY, Colm: *Cape Verde – Politics, economics and society*; Printer Publishers, London, 1988.
- FONSECA, Jorge Carlos: *O Sistema de Governo na Constituição Cabo-verdiana*; Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990.
- FONSECA, Jorge Carlos: *Reformas Penais em Cabo Verde – Um novo Código Penal para Cabo Verde* (Estudo sobre o Anteprojecto seguido do correspondente articulado); Instituto de Promoção Cultural, Praia, 2001.
- FUKUYAMA, Francis: *O Fim da História e o Último Homem*; Gradiva, Lisboa, 1999.
- FURTADO, Celso: *Subdesarrollo y Estancamiento en America Latina*; Eudeba, Buenos Aires, 1966.
- GABINETE DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO MOVIMENTO PARA A DEMOCRACIA: *Estado da Nação – É preciso falar a verdade*; Edição do Movimento para a Democracia (MPD), Praia, 2005.
- GANS, Herbert: *Deciding What's the News – A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*; Random House, New York, 1979.

- GARNHAM, Nicholas: "Contribución a una economía política de la comunicación", in MORAGAS, Miguel de (org): *Sociología de la Comunicación de Masas – Escuelas y autores*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1985.
- GARNHAM, Nicholas: *Capitalism and Communication – Global culture and the economics of information*, Sage, Londres, 1990.
- GARZÓN, Estrella Israel: *Comunicación y Periodismo en una Sociedad Global*, Trillas, México, 2001.
- GIFREU, Josep: *El Debate Internacional de la Comunicación*, Ariel Comunicación, Barcelona, 1986.
- GITLIN, Todd: "La Política de la Comunicación y la Comunicación de la Política", CIC n.º 3; Servicio de Publicaciones UCM, Madrid, 1997.
- GOLDING, Peter e ELLIOT, Philip Ross Courtney: *Making the News*, Longman, London, 1979.
- GÓMEZ, Antia María López: *Políticas de Comunicación e Identidad Cultural – Estrategias gubernamentales sobre la comunicación social*, Publicacions Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2007.
- GUERRA, Sidney: "Breves considerações sobre os limites à liberdade de imprensa"; Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano VI, n.º 6, Junho de 2005.
- HABERMAS, Jürgen: *Historia y Crítica de la Opinión Pública – La transformación estructural de la vida pública*, Editorial Gustavo Gili; Barcelona, 1981.
- HALIMI, Serge: *Os Novos Cães de Guarda*, Celta, Oeiras, 1998.
- HALL, Stuart *et al.*: *Policing the Crisis*, Macmillan, London, 1978.
- HAMELINK, Cees: *La Aldea Transnacional – El papel de los truts en la comunicación mundial*, Gustavo Gili, Barcelona, 1981.
- HAMELINK, Cees: *The Politics of World Communication*, Sage, London, 1994.
- HARNECKER, Marta e URIBE, Gabriela: *Imperialismo e Dependência*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.
- HEGEL, Wilhelm Friedrich: *Fenomenología do Espírito*, Editora Vozes, Petrópolis, 1992/1807.
- HERMAN, Eward e MCCHESENEY, Robert: *The Global Media – The new missionaries of corporate capitalism*, Cassel, Londres/Washington, 1997.
- HITIRIS, Theo: *European Community Economics*, Harvester Wheatsheaf, London, 1994.
- HOBBS, Thomas: *Leviathan*, Penguin Books, London, 1968.
- HOBBS, Thomas: *De la Liberté et de la Necessite*, Librairie Vrin, Paris, 1993.
- HOBBS, Thomas: *Leviatã ou Matéria – Forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Lisboa, 1994.
- HUTCHISON, David: *Media Policy: An introduction*, Blackwell Publishers, Massachusetts, 1999.

- JESPERS, Jean-Jacques: *Jornalismo Televisivo*, Minerva, Coimbra, 1998.
- JOHN, Peter: *Analysing Public Policy*, Pinter, London and New York, 1998.
- KANT, Immanuel: *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Porto Editora, Porto, 1995/1785.
- KAPLÚN, Gabriel: "Políticas de Comunicación – Cambios y resistencias", Comunicación presentada en el XII Encuentro Latinoamericano de Facultades de Comunicación Social FELAFACS; Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Setembro de 2006.
- KEANE, John: *A Democracia e os Media*, Edição Temas e Debates, Lisboa, 2002.
- KERCKHOVE, Derrick de: *A Pele da Cultura – Uma investigação sobre a nova realidade electrónica*, Relógio D'Água, Lisboa, 1997.
- KOPP, Pierre: *Télévisions en Concurrence*, Ed. Economica, Paris, 1990.
- KOUDAWO, Fafali: *Cabo Verde e Guiné-Bissau – Da democracia revolucionária à Democracia Liberal*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, 2000
- KOZICKI, Katya: "Conflito e Estabilização – Comprometendo radicalmente a aplicação do Direito com a democracia nas sociedades contemporâneas" (Tese de Doutoramento em Direito); Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- LANGE, Bernd-Peter: "A Globalización dos Mercados de Media e a Segmentación das Audiências - ? Son ainda os media un medio de integración na sociedade?"; in Andión, Margarita Ledo (Org): *Comunicación na Periferia Atlántica*, Edicións Lea, Santiago de Compostela, 1997.
- LEYENS, Jacques-Philippe & YZERBYT, Vicent: *Psicologia Social*, Edições 70, Lisboa, 1999.
- LIBOIS, Boris: *Éthique de l'Information – Essai sur la deontologie journalistique*, Éditions de l' Université de Bruxelles, Bruxelles, 1993.
- LIMA, Anatólio, MOREIRA, Hulda e SEMEDO, Alexandre: "O Futuro dos *Media* de Língua Portuguesa – O Caso de Cabo Verde/Retrospetiva, situação actual e perspectivas"; 3º Curso de Formação para Profissionais dos Órgãos de Informação dos PALOP, Lisboa, 11 de Abril a 20 de Maio de 2005.
- LIMA, Aristides: *Reforma Política em Cabo Verde – Do paternalismo à modernização do Estado*, Grafedito, Praia, 1991.
- LOCKE, John: *Two Treatises of Government*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992.
- LOURENÇO, Eduardo: *O Esplendor do Caos*, Gradiva, Lisboa, 1998.
- LUCAS, Félix Ovejero: "Dos Democracias, Distintos Valores"; in Carracedo, José Rubio: *Democracia, Ciudadanía y Educación*, Ediciones Akal, Madrid, 2009.
- LUÑO, Antonio Perez: *Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución*, Tecnos, Madrid, 1990.
- LYON, David: *A Sociedade da Informação*, Celta Editora, Oeiras, 1992.
- MACBRIDE, Sean *et al.* *Voix Multiples, un Seul Monde*; Unesco, Paris, 1980.

- MACFARLANE, Alan: *A Cultura do Capitalismo*; Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987.
- MACHADO, Jónatas: *Liberdade de Expressão – Dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*; Coimbra Editora, Coimbra, 2002.
- MADRINHA, Fernando: “Jornalismo e Democracia: Um Olhar Crítico”, in *Media, Jornalismo e Democracia* (Comunicações apresentadas ao Seminário Internacional); Livros Horizonte, Lisboa, 2002.
- MALTHUS, Thomas Robert: *Princípios de Economia Política*; Fondo de Cultura Económica, Cidade do México, 1998/1820.
- MARÇAL, Pedro Figueiredo: “Comunicação apresentada no Congresso da Alta Autoridade para a Comunicação Social”, in *O Pluralismo na Comunicação Social*; Edição da Alta Autoridade para a Comunicação Social, Lisboa, 1999.
- MARÍN, António Lucas; GALERA, Carmen García; RAMÓN, José Antonio Ruiz San: *Sociología de la Comunicación*; Editorial Trotta, Madrid, 1999.
- MARX, Karl: *O Capital – Contribuição à crítica da economia política*; Edições Avante, Lisboa, 1990/1848.
- MACLUHAN, Marshall: *Aldea Global*; Gedisa, Barcelona, 1990.
- MATTELART, Armand: *História das Teorias da Comunicação*; Edições Loyola, São Paulo, 2001.
- MATHIEN, Michel: *Les Journalistes et le Système Médiatique*; Hachette Supérieur, Paris, 1992.
- MCCHESNEY, Robert: *Rich Media, Poor Democracy – Communication policy in dubious Times*; The New Press, New York, 2000.
- MCQUAIL, Denis e SIUNE, Karen (Coord.): *Media Policy – Convergence, concentration & commerce*; Sage, London, 1998.
- MCQUAIL, Denis: *Introducción a la Comunicación de Masas*; Paidós Ibérica, Barcelona, 1999.
- MCQUAIL, Denis et al.: *The Media in Europe*; Sage Publications; London, 2004.
- MENDES, João Castro: *Introdução ao Estudo do Direito*; Pedro Ferreira-Artes Gráficas, Cacém, 1997.
- MESQUITA, Mário: “O Negócio da Informação e a Deontologia Jornalística”, in *Comunicação, Ética e Mercado*; Universidade Católica Editora, Lisboa, 1999.
- MESQUITA, Mário: *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*; Minerva, Coimbra, 2003.
- MILL, John Stuart: *L'Utilitarisme*; Librairie Félix Alcan, Paris, 1925.
- MILL, John Stuart: *Ensaio sobre a Liberdade*; Arcádia, Lisboa, 1964.
- MILL, John Stuart: *Da Liberdade de Pensamento e de Expressão*; Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1976.
- MILL, John Stuart: *Del Gobierno Representativa*; Editorial Tecnos, Madrid, 1994.
- MILL, John Stuart: *Sobre a Liberdade*; Publicações Europa-América; Mém Martins, 1997.

- MILL, John Stuart: *A Liberdade – Utilitarismo*; Martins Fontes Editora, São Paulo, 2000.
- MILTON, John: *Aeropagítica*; Obrador Edèndum, Santa Coloma de Queralt, 2007/1644.
- MIRANDA, Jorge: *Manual de Direito Constitucional – Tomo II*; Coimbra Editora, Coimbra, 1996.
- MIRANDA, Jorge: *Manual de Direito Constitucional – Tomo I*; Coimbra Editora, Coimbra, 1997.
- MONTEIRO, Vladimir: *Portugal/Crioula*; Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco (ICLD), Praia, 1995.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat: *O Espírito das Leis*; Edição Martins Fontes, São Paulo, 1996.
- MORAGAS, Miguel de (ed.): *Sociología de la Comunicación de Masas – Escuelas y autores*; Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1985.
- MOSCO, Vicent: *The Political Economy of Communication – Rethinking and renewal*; Sage, London, 1996.
- MUÑOZ, Heraldo: "Cambio y Continuidad en el Debate sobre la Dependencia y el Imperialismo"; Revista Estudios Internacionales, Volume 11, N°44, Outubro e Dezembro de 1978.
- MURCIANO, Marcial: *Estructura y dinamica de la comunicación internacional*; Bosch Comunicación, Barcelona, 1992.
- MURTEIRA, Mário: *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*; Editorial Presença, Lisboa, 1982.
- NÉDÉLEC, Serge e TUSDEQ, André-Jean: *Jornais e Rádios em África nos Séculos XIX e XX*; Edição Inde/Gret, Lisboa/Paris, 1998.
- NUNES, Vidal Serrano Júnior: *A Protecção Constitucional da Informação e do Direito à Crítica Jornalística*; Edições FTD, São Paulo, 1997.
- NZOUANKEU, Jacques Mariel: "África y la idea de la democracia"; Revista Internacional de Ciencias Sociales, Vol. 43: 2, Junho de 1991.
- OLIVEIRA, João Nobre de: *A Imprensa Cabo-verdiana*; Edições Fundação Macau, Macau, 1998.
- PAINE, Thomas: *Los Derechos del Hombre*; FCE, México, 1944.
- PARDO, Julián Rodríguez: *Direito da Comunicación*; Edicións Lea; Santiago de Compostela, 1999.
- PASQUALI, Antonio: "Y por qué no una sociedad de la comunicación?"; Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, Volumen IV, Numero 2, Maio a Agosto de 2002a.
- PASQUALI, Antonio: "Reinventando las Políticas de Comunicación del siglo XXI", Conferencia para el VI Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación – ALAIC; PCLA - Volume 3 - número 4: Julho / Agosto / Setembro 2002, Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 2002b.
- PETERS, Guy: *The Future of Governing – Four emerging models*; University of Press of Kansas, Kansas, 1996.
- PIEDRAHITA, Manuel: *Jornalismo Moderno – História, perspectivas e tendências rumo ao ano 2000*; Plátano Edições Técnicas, Lisboa, 1996.



- PIGEAT, Henri: *Médias et Deontologie – Règles du jeu ou jeu sans règles*, Presses Universitaires de France (PUF), Paris, 1997.
- PROENÇA, Carlos Sangreman: “A política económica e social em Cabo Verde”; CEsa, Documentos de Trabalho n.º 50, Lisboa, 1998.
- PREBISCH, Raúl: *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*; FCE, México, 1963.
- PREBISCH, Raúl: *Nueva Política Comercial para el Desarrollo*; FCE, México, 1964.
- PORTER, Michael: *Estratégia Competitiva – Técnicas para análise de indústrias e da concorrência*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1986
- PORTER, Michael: *Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance*, Tre Free Press, New York, 1995.
- PUNTEL, Joana: *A Igreja e a Democratização da Comunicação*, Edições Paulinhas, São Paulo, 1994.
- QUERIDO, Chyanda: *Estabilização Macroeconómica e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde*, Edição Instituto Português de apoio ao Desenvolvimento/Centro de Documentação e Informação, Lisboa, 2005.
- QUINTERO, Alejandro Pizarro: *Historia de la Prensa*, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces; Madrid, 1994.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van: *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, 2003.
- RAMIREZ, Manuel: *El Derecho a la Información*, Libros Pórtico, Zaragoza, 1995.
- RAMONET, Ignacio: *Geopolítica dos Caos*, Vozes Editora, Petrópolis, 1999.
- REVISTA PERFIL LUSO-AFRO-BRASILEIRO, n.º 2, do Ano II, 1996-1997.
- RUELLAN, Dénis: *Les ‘Pro’ du Journalisme – De l’état au statut, la construction d’un espace professionnel*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, 1997.
- RHODES, R. A. W.: *Understanding governance : Policy networks, governance, reflexivity and accountability*, Open University Press, Buckingham, 1997.
- RICARDO, David: *Principles of Political Economy and Taxation*; George Bell & Sons, London, 1981/1817.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques: *The Social Contract and Discourses*, J.M. Dent, London, 1973.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques: *O Contrato Social*, Publicações Europa-América, Mém Martins, 1999.
- RÜDIGER, Francisco: “A Escola de Frankfurt e a Trajectória da Crítica à Indústria Cultural”; Revista Científica da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, n.º 4, São Paulo, 1998.
- RÜDIGER, Francisco: *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade – Adorno e a Escola de Frankfurt*, EDIPUCRS, Porto Alegre, 1999.

- SÁNCHEZ-TABERNERO, Alfonso: *Media Concentration in Europe – Commercial enterprise and the public interest*; The European Institute for the Media, Dusseldorf, 1993.
- SANDWEG, Jürgen: *Rationales Naturrecht als Revolutionäre Praxis*; Duncker & Humblot, Berlin, 1972.
- SANTOS, Boaventura de Sousa: *Democratizar a Democracia – Os caminhos da democracia participativa*; Edições Afrontamento, Porto, 2003.
- SANTOS, Rogério: *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*; Minerva, Coimbra, 1997.
- SANTOS, Rogério: *Os Novos Media e o Espaço Público*; Gradiva, Lisboa, 1998.
- Santos, Theotônio dos: *La Crisis Norteamericana y América Latina*; Editorial Prensa Latino-americana, Santiago de Chile, 1971.
- SERNA, Luis Escobar de la: *Derecho de la Información*; Editorial Dykingson, Madrid, 1998.
- SCHLESINGER, Philip: *Politics, Media, Identity*; Routledge, London, 1992.
- SIERRA, Francisco: “Sociedad de la Información y Movimientos Sociales – Alternativas democráticas al modelo de desarrollo social dominante”; Centro Iberoamericano de Comunicación Digital, Universidad de Sevilla, Sevilla, 2004.
- SIGAL, Leon: “Who? Sources make the news”, in SCHUDSON, Michael: *Reading the News*; Pantheon Books, New York, 1986.
- SIGMA DELTA CHI: “Code d’Étique de Sigma Delta Chi”; Sociétés des Journalistes Professionnels, USA, 1926.
- SILK, Leonard: “Ética e economia do jornalismo”, in SCHMUHL, Robert: *As Responsabilidades do Jornalismo – As questões da ética no país da maior liberdade de expressão*; Editorial Nórdica, Rio de Janeiro, 1984.
- SILVA, António Correia e: “O processo cabo-verdiano de transição para a democracia” (Tese de Mestrado); ISCTE, Lisboa, 1997.
- SILVA, Elsa Costa e: *Os Donos da Notícia – Concentração da propriedade dos media em Portugal*; Porto Editora, Porto, 2004.
- SILVA, Manuel José Lopes da: “Ética da Economia da Comunicação”, in Andión, Margarita Ledo: *Comunicación Local no Espaço Lusófono*; Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras en Comunicación, Santiago de Compostela, 2007.
- SIUNE, Karen e TRUETZSCHLER, Wolfgang: *Dynamics of Media Politics – Broadcast and electronic media in Western Europe*; Sage, London, 1992.
- SMELSER, Neil: *Theory of Collective Behavior*; The Free Press of Glencoe, New York, 1963.
- SMITH, Adam: *A Riqueza das Nações*; Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2006/1776.
- SMITH, Anthony: *Television and Political Life – Studies in six european country*; Macmillan, London, 1979.
- SMITH, Anthony: *Television – An international history*; Oxford University Press, Oxford, 1995.
- SODRÉ, Muniz: *Reinventando la Cultura*; Editorial Gedisa, Barcelona, 1998.

- SOUSA, Helena: "The Impact of the BBC in Lusophone Africa" (A Dissertation in partial fulfilment of the requirements for award of the MA Degree in Communications Policy Studies, Communications Policy Research Center); The City University, London, 1992.
- SOUSA, Helena: "O Debate Inter-Paradigmático e a Política de Comunicação"; Comunicação Apresentada no III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Lisboa, 15-17 de Outubro de 2001(a).
- SOUSA, Helena: "Informação Internacional – Esboçando Linhas de Fronteira"; Cadernos de Noroeste, Série História, nº 3, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2003.
- SOUSA, Helena: "O Hipersector da Comunicação – Tendências e desafios"; Comunicação apresentada no II Encontro Galego de Comunicación e Cultura e III Encontro Luso-Galego de Estudos Xornalísticos, Consello da Cultura Gallego, Santiago de Compostela, 4-5 de Novembro de 2004.
- SOUSA, Helena: "Economia Política da Comunicação e dos Media – Novos cruzamentos e triangulações", Comunicação e Sociedade, Vol. 7; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Campo das Letras Editores, Braga/Porto, 2005.
- SOUSA, Helena (Org): *Comunicação, Economia e Poder*; Porto Editora, Porto, 2006.
- SOUSA, Helena e MARINHO, Sandra: "Media Policy Network in Portugal - A case study approach", comunicação apresentada na Secção de Economia Política da International Association for Media and Communication Research (IAMCR), Barcelona, 21-26 Julho de 2002.
- SOUSA, Jorge Pedro: *As Notícias e os seus Efeitos*; Minerva; Coimbra, 2000(b).
- SOUSA, Teixeira de: *Contra Mar e Vento*; Edições Europa-América, Lisboa, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alex de: *La Democracia en América*; Alianza, Madrid, 1989.
- TOMLINSON, John: *Cultural Imperialism*; Pinter Publishers, London, 1991.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz: "Rotas comerciais, agentes económicos e meios de pagamento", in *História Geral de Cabo Verde – Volume II*; Edição de Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, Lisboa/Praia, 1995.
- TOUSSAINT, Nadine: *L'Économie de l'Information*; Presses Universitaires de France, Paris, 1978.
- TRACEY, Michael: *The Decline and Fall of Public Service Broadcasting*; Oxford University Press, Oxford, 1998.
- TRAON, Jean Le: "Una Análise das estratexias no multimedia"; in Andión, Margarita Ledo (Org): *Comunicación na Periferia Atlántica*; Edións Lea, Santiago de Compostela, 1997.
- TRAQUINA, Nelson: *Jornalismo – Questões, teorias e 'estórias'*; Vega, Lisboa, 1999.
- TRAQUINA, Nelson: *O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*; Minerva, Coimbra, 2004.
- TREMBLAY, Gaëtane: "A Sociedade de Información – Do fordismo ao gatismo"; in Andión, Margarita Ledo (Org): *Comunicación na Periferia Atlántica*; Edións Lea, Santiago de Compostela, 1997.

- TRUMAN, David: *The Governmental Process – Political interest and public opinion*, Published by Alfred A. Knopf, New York, 1951.
- TUCHMAN, Gaye: "The Exception Proves the Rule – The study of routine news practice", in *Strategies for Communication Research*; Sage, Beverly Hills, 1977.
- TUCHMAN, Gaye: *Making News – A study in the construction of reality*, Free Press, New York, 1978.
- TUGENDHAT, Ernst: *Lições sobre Ética*, Editora Vozes, Petrópolis, 2000.
- WOLF, Mauro: *Teorias Da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa, 1999.
- WOLTON, Dominique: *Eloge du Grand Public – Une théorie critique de la télévision*, Flammarion, Paris, 1993.
- ULLA, Juan Manuel López: *Libertad de Informar y Derecho a Expresarse – La Jurisprudencia del Tribunal Constitucional*, Universidad de Cadiz: Servicio de Publicaciones, Cadiz, 1994.
- VALLE, Olivier: *Pouvoirs et Politiques en Afriques*, Desclée de Brouwer, Paris, 1999.
- VICO, Giambattista: *Princípios de uma Nova Ciência*, Abril Cultural, São Paulo, 1974/1725.
- VILLALONGA, João: *La Globalización*, Revista Fundesco – Boletín de la Fundación para el Desarrollo de la Función Social de las Comunicaciones, Madrid, 1997.
- VOISIN, Marcel: *Politique et Morale de l'Information*, Cadernos J.E.B., Bruxelles, 1979.
- ZALLO, Ramón: *Economía de la Comunicación y la Cultura*, Akal, Madrid, 1988.
- ZALLO, Ramón: *El Mercado de la Cultura – Estructura económica y política de la comunicación*, Gakga Liburuak, Donostia, 1992.

## **EDIÇÕES DE JORNAIS CONSULTADOS**

### A SEMANA:

(17.1.1994) (7.2.1994) (11.4.1994) (18.4.1994) (5.5.1994) (20.7.1994) (6.2.1995) (13.3.1995) (1.9.1995)  
(25.9.1995) (10.6.1996) (13.1.1997) (8.2.1997) (2.8.1997) (5.9.1997) (2.10.1997) (27.2.1998) (24.4.1998)  
(1.5.1998) (5.11.1999) (27.4.2001) (8.6.2001) (23.4.2003) (6.6.2003) (14.5.2004) (31.12.2004) (10.6.2005)  
(3.11.2006)

### EXPRESSO DAS ILHAS:

(12.6.2002) (30.4.2003) (29.10.2003) (4.8.2004) (18.8.2004) (22.9.2004) (6.10.2004) (3.11.2004)  
(28.12.2005) (6.12.2006) (2.5.2007) (24.10.2007)

### HORIZONTE:

(18.2.1999) (6.5.1999) (5.8.1999) (14.10.1999) (25.5.2000) (8.6.2000) (12.10.2000) (3.5.2002)  
(29.11.2002) (31.12.2003)

### NOTÍCIAS: (24.3.1994)

### NOVO JORNAL DE CABO VERDE:

(7.5.1991) (5.4.1994) (7.4.1994) (14.4.1994) (2.9.1995) (27.9.1995) (6.6.1996) (25.6.1997) (28.6.1997)  
(3.9.1997) (21.2.1998)

### VOZ DI POVO: (10.1.1991) (7.2.1991) (21.5.1991) (4.7.1991) (17.9.1991) (12.9.1992) (5.11.1992)

## RECURSOS DA RED

A Semana: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=23882](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=23882) (2.5.2007)

Chantre, Pedro: “Licença dos novos canais de TV em julgamento público”; Visão News, <http://www.visaonews.com/nm/templates/ra.aspx?articleid=1339&zoneid=19> (8.2.2008).

Delgado, Manuel: “Editorial”; Paralelo14: [http://paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=474&Itemid=1](http://paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=474&Itemid=1) (16.8.2006).

Delgado, Manuel: “Editorial”; Paralelo14: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=474&Itemid=51](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=474&Itemid=51) (16.9.2006).

Évora-Sagna, Margarida, Minges, Michael e Gray, Vanessa: “A Internet num PMA Lusófono – Estudo de casos de Cabo Verde”; International Press Institute: [http://www.freemedia.at/cms/ipi/freedom\\_detail.html?country=/KW0001/KW0006/KW0146/](http://www.freemedia.at/cms/ipi/freedom_detail.html?country=/KW0001/KW0006/KW0146/) (9.8.2006).

Expresso das Ilhas: [http://www.expressodasilhas.cv/c\\_base.php?gc=Ver%20noticia&id=1173](http://www.expressodasilhas.cv/c_base.php?gc=Ver%20noticia&id=1173) (9.8.2006).

Fidalgo, Universidade de Beira Interior: <http://ubista.ubi.pt/~comum/fidalgo-distancia.html> (30.11.2006).

Jus Navigandi: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5118> (15.10.2006).

Gonçalves, Gisela: “Comuniatismo vs Liberalismo”; Universidade da Beira Interior, <http://ubista.ubi.pt/~comum/goncalves-gisela-COMUNITARISMO-LIBERALISMO.html> (30.11.2006).

International Telecommunication Union (ITU): [http://www.itu.int/ITU-D/ict/cs/capeverde/material/CS\\_CPV\\_p.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/ict/cs/capeverde/material/CS_CPV_p.pdf) (20.8.2006).

Marques, Francisca Ester de Sá: “As contradições entre a liberdade de expressão e a liberdade de informação”; Universidade da Beira Interior: <http://bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-contradicoes-liberdades.html> (30.11.2006).

Silva: <http://www.liberal-caboverde.com/noticia.asp?idEdicao=64&id=11623&idSeccao=523&Action=noticia> (6.2.2008).

Universidade da Beira Interior: <http://bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-contradicoes-liberdades.html> (30.11.2006).

Visão News: <http://www.visaonews.com/nm/templates/ra.aspx?articleid=1339&zoneid=19> (8.2.2008).



# **ANEXOS**



# QUESTIONÁRIO

Este estudo insere-se no âmbito de uma tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, da Universidade do Minho. Os dados adquiridos por via deste inquérito serão tratados confidencialmente. Por isso, solicita-se exclusivamente a sua opinião sincera.

## PARTE I

1. Idade

2. Sexo: Masculino  Feminino

3. Há quanto tempo trabalha como jornalista?

4. Há quanto tempo trabalha neste órgão de comunicação social?

5. Tem outra profissão para além de ser jornalista? Sim  Não

Se respondeu Sim, diga qual

6. Qual é a categoria do órgão de comunicação social para o qual trabalha?

Jornal Impresso  Jornal Digital  Rádio  Televisão  Revista

7. Qual é a natureza da empresa de comunicação social para a qual trabalha?

Empresa Pública  Empresa Privada

Empresa de capital misto  Instituições Comunitárias

8. Qual é o salário mensal que auferes?

Menos de 40.000\$00  Entre a 40.000\$00 a 80.000\$00

Entre 80.000\$00 a 150.000\$00  Entre 150.000\$00 a 300.000\$00

Acima de 250.000\$00  Regime de Voluntariado

9. Qual é o seu grau académico? 9.º Ano  12.º Ano  Licenciatura

Mestrado  Outro  Se respondeu Outro, diga qual

## PARTE II

(Assinale com um X)

Responda às afirmações seguintes, de acordo com o grau de concordância:

<b>1. DT:</b> <i>Discordo Totalmente</i>	<b>2. DP:</b> <i>Discordo em Parte</i>
<b>3. CP:</b> <i>Concordo em Parte</i>	<b>4. CT:</b> <i>Concordo Totalmente</i>
<b>5. SO:</b> <i>Sem Opinião</i>	

**10.** A partir de 1991, os deputados têm dado importância à área da comunicação social.

1	2	3	4	5
DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**11.** Os deputados eleitos, em 2001 e 2006, pelas listas maioritárias do PAICV foram os que definiram políticas favoráveis à comunicação social.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**12.** Os Governos do MpD tomaram, de 1991 a 2001, medidas importantes para a melhoria da actividade jornalística.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**13.** Com a chegada da democracia, houve uma melhoria das condições para as práticas jornalísticas em Cabo Verde.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**14.** Os deputados eleitos, em 1991 e 1996, pelas listas maioritárias do MpD foram os que definiram políticas favoráveis à comunicação social.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**15.** Quando o PAICV regressou ao poder, em 2001, reforçou ainda mais o sector dos *media*, dando aos jornalistas melhores condições.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**16.** Os Governos do MpD encararam a comunicação social como a chave para o desenvolvimento da democracia.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**17.** Tem havido mudanças estruturais na legislação cabo-verdiana sobre os *media*, mas, na prática, não tem havido melhorias de condições para o exercício da liberdade de imprensa.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**18.** Os Governos do PAICV operantes a partir de 2001 têm encarado a comunicação social como a chave para o desenvolvimento da democracia.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**19.** Durante os Governos maioritários do MpD, o jornalismo cabo-verdiano não foi isento, plural e independente.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**20.** As decisões políticas tomadas pelos sucessivos Governos não têm contribuído para a melhoria das condições para o exercício da liberdade de imprensa.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**21.** A democracia, tal como está plasmado na Constituição, não tem tido uma correspondência efectiva nas condições práticas para o exercício do jornalismo.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**22.** Com o regresso do PAICV ao poder, o jornalismo continuou sem alcançar a isenção, o pluralismo e a independência.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**23.** Os Governos do PAICV tomaram, a partir de 2001, medidas importantes para a melhoria da actividade jornalística.

DT	DP	CP	CT	SO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**24.** As leis existentes não conseguem garantir eficazmente a liberdade de imprensa em Cabo Verde.

DT	DP	CP	CT	SO

**25.** A qualidade das notícias disponibilizadas ao público, durante os Governos do MpD, não respondeu à necessidade pública de informação.

DT	DP	CP	CT	SO

**26.** A convivência entre as administrações dos órgãos de comunicação social e a classe política dificulta o trabalho dos jornalistas.

DT	DP	CP	CT	SO

**27.** A convivência entre os jornalistas e os políticos reflecte-se negativamente na qualidade da informação que chega aos cidadãos.

DT	DP	CP	CT	SO

**28.** A dependência dos jornalistas em relação às instituições públicas tem em consequência um 'jornalismo sentado', orientado pela agenda política dos Governos.

DT	DP	CP	CT	SO

**29.** A qualidade das notícias disponibilizadas ao público, durante os Governos do PAICV, não tem respondido à necessidade pública de informação.

DT	DP	CP	CT	SO

**30.** As notas de imprensa dos Ministérios e outros organismos públicos têm sido as principais fontes de informação em Cabo Verde.

DT	DP	CP	CT	SO

**31.** A predominância da agenda governamental sobre a agenda pública tem contribuído para a neutralização da liberdade de imprensa.

DT	DP	CP	CT	SO

**32.** Para não entrar em conflito com os Governos e os partidos políticos dominantes, os jornalistas têm recorrido à prática de autocensura.

DT	DP	CP	CT	SO

**33.** Os jornalistas com formação superior, embora jovens, conseguem defender, de forma mais adequada, o direito à liberdade de imprensa.

DT	DP	CP	CT	SO

**34.** Há jornalistas que não lutam pela liberdade de imprensa porque conseguem divididos nas negociações com políticos e empresários.

D	DP	CP	CT	SO

**35.** A censura política é um dos grandes problemas que se coloca à liberdade de imprensa em Cabo Verde.

DT	DP	CP	CT	SO

**36.** As leis da comunicação social não conseguem garantir o direito à liberdade de imprensa porque não são respeitadas pelos diferentes sectores da sociedade.

DT	DP	CP	CT	SO

**37.** Os jornalistas com muitos anos de serviço, mesmo sem formação superior, conseguem defender, de forma mais adequada, o direito à liberdade de imprensa.

DT	DP	CP	CT	SO

**38.** A ineficácia jurídica da legislação para o sector da comunicação social é um dos principais factores que explicam a falta da liberdade de imprensa.

DT	DP	CP	CT	SO

**39.** Se, por um lado, é reconhecido nacional e internacionalmente o progresso da democracia e da liberdade em Cabo Verde, paradoxalmente, regista-se um défice no exercício do direito à liberdade de imprensa.

DT	DP	CP	CT	SO

**PARTE III** (Assinale com um X)

**Das diversas afirmações que se seguem, pede-se que responda de acordo com a frequência em que essas situações ocorrem:**

<b>1. N:</b> <i>Nunca</i>	<b>2. PV:</b> <i>Poucas Vezes</i>
<b>3. MV:</b> <i>Muitas Vezes</i>	<b>4. S:</b> <i>Sempre</i>
<b>5. SO:</b> <i>Sem Opinião</i>	

**40.** Sinto-me pressionado, por parte da administração da empresa, para escrever de forma a agradar a um determinado partido político.

1	2	3	4	5
N	PV	MV	S	SO

**41.** Devido à precariedade do mercado, muitas vezes, sinto-me obrigado a aceitar trabalhos que, em outras condições, recusaria.

N	PV	MV	S	SO

**42.** Nas discussões que tenho com o meu superior hierárquico, a sua posição é a que prevalece porque não há espaço para opiniões contrárias.

N	PV	MV	S	SO

**43.** Por causa de alguns constrangimentos, não levo em consideração a legislação para a comunicação social e a deontologia do jornalismo.

N	PV	MV	S	SO

**44.** Não escrevo muitas informações importantes para o público, devido à falta da liberdade de imprensa em Cabo Verde.

N	PV	MV	S	SO

**45.** Nas matérias que tocam, particularmente, um determinado partido político, vejo que a liberdade de imprensa é ainda mais limitada.

N	PV	MV	S	SO

**46.** Tento ignorar algumas questões políticas para não ter problemas, com os políticos e com a administração da empresa onde trabalho.

N	PV	MV	S	SO

**47.** Acho que a empresa para a qual trabalho está mais voltada para a defesa de interesses políticos do que para servir os cidadãos.

N	PV	MV	S	SO

**48.** A lei não consegue garantir o meu direito de informar e o meu direito à liberdade de imprensa.

N	PV	MV	S	SO

**49.** A pressão da classe política, por intermédio dos meus superiores, dificulta-me no exercício do direito à liberdade de imprensa.

N	PV	MV	S	SO

**50.** Em certas circunstâncias, socorro-me da autocensura para assegurar o meu emprego.

N	PV	MV	S	SO

Muito Obrigado pela sua Colaboração!



## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS MEDIA CABO-VERDIANOS

Este estudo insere-se no âmbito de uma tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, em curso na da Universidade do Minho. Pedimos a sua colaboração e agradecemos a sua resposta sincera.

### PARTE I

1. Nome oficial do órgão de comunicação social: \_\_\_\_\_

2. Natureza da propriedade da empresa mediática:

1. Público

2. Privado

3. Outro

Se escolheu Outro, explicita: \_\_\_\_\_

3. Nome da(s) empresa(s) que deté(e)m o órgão de comunicação social: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Nome do(s) proprietário(s): \_\_\_\_\_

5. Nome do director: \_\_\_\_\_

6. Data do início das actividades (emissão ou publicação): \_\_\_\_\_

7. Tipo de órgão de comunicação social:

Jornal

Rádio

Jornal digital

Revista

Televisão

Outro

Se escolheu, no ponto sete Outro, explicita: \_\_\_\_\_

8. Sede da empresa: Ilha \_\_\_\_\_ Cidade/Vila/Aldeia \_\_\_\_\_

9. Incidência Geográfica:

1. Órgão de comunicação de âmbito local

2. Órgão de comunicação de âmbito regional

3. Órgão de comunicação de âmbito nacional

4. Órgão de comunicação de âmbito internacional

10. Natureza do órgão de comunicação social:

- 1. Generalista
- 2. Temático

Se o órgão de comunicação social for temático, diga qual a sua área de especialização:

- 1. Desporto
- 2. Informação
- 3. Música
- 4. Economia
- 5. Outro

Qual? \_\_\_\_\_

11. Fontes de Financiamento:

- 1. Estado
- 2. Publicidade
- 3. ONG's
- 4. Meios Combinados
- 5. Outro

Quais? \_\_\_\_\_

Quais? \_\_\_\_\_

Qual? \_\_\_\_\_

12. Sistema de Produção/Distribuição:

Televisão:

- 1. Terrestre
- 2. Cabo
- 3. Satélite
- 4. Sistemas Combinados
- 5. Outro

Qual? \_\_\_\_\_

Rádio:

- 1. FM
- 2. AM
- 3. Internet
- 4. Outro

Qual? \_\_\_\_\_

Jornais/Revistas:

- Rotativas Offset
- Outro

Offset Digital

Qual? \_\_\_\_\_

Rádio e Jornais Digitais:

- Sistema Analógico
- Telefone

- Banda Larga/Adsl
- Outro

Se responder Outro, diga qual \_\_\_\_\_

